

CLARA SARMENTO

**PRÁTICAS, DISCURSOS E
REPRESENTAÇÕES
DA CULTURA POPULAR PORTUGUESA**

PORTO

2007

INTRODUÇÃO

Une population qui peint ses bateaux et les lance à la mer ou sur l'eau d'une lagune constitue un album d'images au travers duquel elle s'exprime. Ces images sont faites pour être vues et commentées, lues selon les codes de la collectivité. Peut-on, après information tenter de lire cet album? Nous essayons ici de le faire.

Claude Rivals, “Peintures des Moliceiros d’Aveiro”.

O barco moliceiro, embarcação tradicional característica da Ria de Aveiro, emprega-se originalmente na recolha artesanal da vegetação aquática, o “moliço”, complemento vital da agricultura de subsistência praticada numa região em que se descobria uma activa comunidade costeira, dispersa entre o mar e a Ria, vivendo debruçada entre a terra e a água, organizando a pesca, a agricultura e a criação de gado. Os moliceiros pertencem a esta espécie de sistema agro-marítimo, desempenhando originalmente a função de veículos, de alfaias agrícolas, mas, muito rapidamente, para lá da sua função primordial, estas embarcações começam a especializar significados culturais e simbólicos mais profundos oferecendo uma generosa colecção de sentidos fundamentais tanto na identificação do território como na sua coesão social. O traço distintivo deste barco reside no conjunto de quatro diferentes painéis que o adornam à proa e à ré, exibindo motivos diversos, sérios e jocosos, sagrados e profanos, em imagens polícromas de autêntica “arte popular”¹, complementadas por legendas manuscritas, enformando uma mensagem icónica e verbal indivisível.

O moliceiro é, duplamente, o epicentro e o emblema da cultura² da região da Ria de Aveiro, da qual se tornou símbolo e reflexo. As figurações dos seus painéis devem

¹ As noções de “cultura popular” e “arte popular” que discutimos mais à frente são, como se sabe, motivo das mais diversas interpretações e polémicas, tendo perdido grande parte da categorização sociológica e cultural que servia para definir um fundo de produções culturais por oposição às culturas elitárias e letradas. Estas oposições encontram-se actualmente profundamente matizadas, remetendo para a larga circulação de objectos e comportamentos culturais em diferentes territórios sociais e a sua apropriação por diferentes grupos e meios sociais. Deste modo, as noções de cultura e arte “popular” empregam-se nesta investigação apenas para referenciar produções culturais tradicionais que, longe das culturas tipográficas do capitalismo comercial e industrial, foram colaborando na organização da expressão artístico-cultural dos grupos sociais ligados à produção agrícola e aquática local.

² Muito mais demorado seria recensar a generosa constelação de definições e (des)construções em torno da noção de cultura. Neste trabalho, o termo utiliza-se no sentido de território cultural em que se produzem continuamente formas, hábitos e comportamentos culturais, concretizando diferentes expressões artísticas e simbólicas. Trata-se, assim, de convocar uma noção antropológica de cultura em que é a sua produção, consumo e circulação que permite destacar os sentidos simbólicos da sua territorialização, isto é, as suas funções de coesão, especialização e domesticação humana do espaço.

ser estudadas como suporte de um discurso simbólico reflectido sobre valores partilhados pela comunidade, e não como um adorno gratuito, mas antes profundamente motivado. A dimensão simbólica e reflexiva do moliceiro baseia-se na organização sintagmática dos motivos pictóricos que compõem os seus painéis e na relação paradigmática destes com o sistema de valores que lhes está subjacente³. A compreensão de uma cultura lagunar local não pode ignorar estas micro-narrativas visuais autónomas e migradoras, com a sua organização interna, bem como as condições em que são contextualizadas e adquirem as suas significações funcionais segundas:

On voit par là que dans le système total de l'image, les fonctions structurales sont polarisées ; il y a d'une part une sorte de condensation paradigmaticque au niveau des connotateurs (c'est-à-dire, en gros, des "symboles"), qui sont des signes forts, erratiques et l'on pourrait dire "réifiés"; et d'autre part une "coulée" syntagmaticque au niveau de la dénotation; on n'oublie pas que le syntagme est toujours très proche de la parole, et c'est bien le "discours" iconique qui naturalise ses symboles.⁴

A dimensão pragmática do objecto significante advém da sua inclusão na sensibilidade comum de uma cultura partilhada. Adapta-se ao texto icónico (e também à interpretação do texto etnográfico) o pensamento de Michel Vovelle sobre o texto literário: "Certes, à mesure que l'on s'avance dans le temps il devient de plus en plus difficile de distinguer cette lecture élémentaire, qui fait du texte littéraire le simple reflet de la pratique sociale du temps, à charge pour nous d'en décrypter les significations latentes, d'un discours beaucoup plus complexe, car chargé d'arrière-pensées multiples"⁵.

Os painéis do moliceiro exibem signos que se integram em sistemas semióticos que ultrapassam em muito o seu campo de trabalho. Uma prática artística como a que se encontra patente no barco moliceiro pode ser encarada enquanto acto paradigmático, arquétipo propiciador da análise de todo um território cultural. No seu estudo, há que relacionar a natureza e o estatuto peculiar do objecto com o contexto performativo e a comunicação interindividual dentro da comunidade, pois o objectivo último desta dissertação é construir um texto a partir dos múltiplos textos que rodeiam uma prática geralmente ancorada a essa ideia complexa de cultura popular.

³ Segundo Erwin Panofsky, nos seus *Ensaio de Iconologia*, os motivos artísticos e respectivas composições, uma vez relacionados com determinados temas e conceitos, veiculados por fontes literárias ou pela tradição oral, tornam-se portadores de um significado secundário ou convencional, transmitindo noções abstractas e colectivas (PANOFSKY, Erwin, *Essais d'Iconologie: Les Thèmes Humanistes dans l'Art de la Renaissance*, Paris, Éditions Gallimard, 1997 [1939]).

⁴ BARTHES, Roland, "Rhétorique de l'Image", *Communications*, nº 4, 1964, p. 50.

⁵ VOVELLE, Michel, *Idéologies et Mentalités*, Paris, La Découverte, 1985, p. 44.

Tradicionalmente, a noção de cultura popular sofre desde a origem de uma ambiguidade semântica, devida à polissemia de cada um dos dois termos que a compõem, mesmo quando as culturas populares tendem a ser definidas como culturas de grupos sociais subalternos. Constroem-se, por isso, numa situação de dominação, num esforço de resistência por parte das classes populares. Mas, tal como sublinham Claude Grignon e Jean-Claude Passeron, as culturas populares não estão em mobilização permanente, numa atitude de defesa militante, funcionando também em recorrente repouso⁶. A cultura popular será antes um conjunto de formas de conviver com essa dominação, mais do que um modo de resistência sistemática. Desenvolvendo este princípio, Michel de Certeau define a cultura popular como sendo a cultura que é fabricada no quotidiano, em actividades ao mesmo tempo banais e cada dia renovadas, em produções multiformes e disseminadas, adiantando uma compreensão próxima das ideias de cultura material privilegiadas pela antropologia⁷.

Todas as práticas quotidianas são culturais, em alguma medida: todas elas são desenvolvidas pelos seus significados simbólicos, para além das funções práticas que possam desempenhar. Simultaneamente, assiste-se, nas ciências sociais e humanas, a uma crescente revalorização do quotidiano, das práticas comuns das camadas destituídas da disposição e exercício do poder mais institucionalizado. Clifford Geertz argumenta a este propósito que o “senso comum” é um sistema cultural, uma estrutura flexível de crenças e juízos de valor, e evoca a atenção dada por Wittgenstein ao estudo da linguagem coloquial ou por Husserl, Schutz e Merleau-Ponty à chamada “fenomenologia do quotidiano”, para fundamentar a relevância do seu estudo sistemático⁸.

A partir deste debate, que continua a mobilizar diferentes campos e especialistas das ciências sociais, esta investigação preferiu navegar domínios mais precisos,

⁶ GRIGNON, Claude; PASSERON, Jean-Claude, *Le Savant et le Populaire: Misérabilisme et Populisme en Sociologie et en Littérature*, Paris, Gallimard – Le Seuil, 1989.

⁷ CERTEAU, Michel de, *L'Invention du Quotidien: 1 – Arts de Faire*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1980.

⁸ Visite-se especialmente o capítulo “Common Sense as a Cultural System” (GEERTZ, Clifford, *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*, London, Fontana Press, 1993 [1983], pp. 73-93). E também: “(...) na boa lição antropológica, a estranheza que persiste no que nos é familiar, o padrão de conduta cuja relatividade se descobre, as rotinas questionadas. O que importa, entretanto, notar, são duas coisas. Uma é que os elementos culturais (no sentido amplo da palavra) que nos aproximam do conhecimento recíproco não são, ao contrário do que postulava a filosofia hermenêutica tradicional, as elevações do espírito, são outrossim as componentes públicas e práticas de acção quotidiana. A outra é que a aproximação se faz, em regra, não através da identidade, não através da diluição das diferenças, mas sim por via da equivalência das diferenças” (SILVA, Augusto Santos, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 86).

tentando concretizar um esforço de interpretação, inserindo-se na área dos estudos culturais (*cultural studies*), mas desenvolvendo, ao mesmo tempo, um diálogo permanente com as lições da antropologia cultural e dos estudos literários. Trata-se fundamentalmente de sublinhar que a produção de discursos icono-literários pode descrever-se também em função da sua contextualização social e cultural, concorrendo para definir tanto como para simbolizar territórios em que circulam privilegiadamente objectos culturais, que emblematizam e representam a paisagem social, impregnando-a de discursos compreensivos. Estas conexões podem encontrar-se em trabalhos como *Rereading Cultural Anthropology*, investigação em que George Marcus situa explicitamente as novas tendências da antropologia já dentro do campo dos estudos culturais, em que a etnografia das realidades distantes e exóticas (função histórica da antropologia) cede lugar à etnografia das realidades próximas e familiares. Marcus defende a “repatriação” da antropologia enquanto crítica cultural, porquanto, ao mesmo tempo que descreviam em pormenor culturas distantes, os textos etno-antropológicos clássicos mantiveram sempre uma atitude distante em relação à crítica da sua própria cultura de origem⁹. Apesar das dificuldades inerentes à auto-reflexão, cada vez mais os antropólogos, cujos primeiros projectos etnográficos se basearam em terrenos distantes, interessam-se por projectos de pesquisa sobre assuntos domésticos, sobre a diversidade das suas próprias sociedades. Aqui reside esse movimento de repatriação que Marcus refere e justifica:

And there is indeed a growing awareness in anthropology that the functions of ethnography at home are as compelling and legitimate as they have been abroad. Fears that the subject of anthropology, the exotic other, is disappearing have proved groundless: distinctive cultural variation is where you find it, and is often more important to document at home than abroad. (...) What matters, then, is not ideal life elsewhere, or in another time, but the discovery of new recombinant possibilities and meanings in the process of daily living anywhere.¹⁰

E aqui residem também os objectivos da etnografia enquanto análise cultural: uma vez que existe sempre uma pluralidade de perspectivas e de vozes numa sociedade, umas conformistas, outras resistentes aos poderes e interpretações culturais instituídos, a etnografia crítica localiza as alternativas ao descrever as múltiplas realidades coexistentes. As anteriores descrições etnográficas de realidades exóticas possuem

⁹ MARCUS, George, ed., *Rereading Cultural Anthropology*, Durham, Duke University Press, 1992, pp. 111-36.

¹⁰ MARCUS, George; FISCHER, Michael, *Anthropology as Cultural Critique: An Experimental Moment in the Human Sciences*, Chicago and London, The University of Chicago Press, 1986, pp. 113-15.

vulnerabilidades decorrentes de um certo carácter utópico, por comparação com a descrição de realidades contíguas, sob uma perspectiva multicultural e interdisciplinar:

In these projects ‘the field’ is no longer a single, preferably far away , place, but has become a much more complex configuration of both time and space. The object of study is no longer someone’s ‘culture’ as an inert object, but rather the understanding of interconnected and changing worlds of experience. Ethnography is still central to these projects, but it takes many different forms, and is linked with a wide range of other ways of knowing. And finally, and most profoundly, the construction of the relationship between anthropologists and those they study has been radically transformed. This is so in part because anthropologists and ‘natives’ are increasingly one and the same. But it is also so because, even when they are not, the work of ethnographic research is no longer predicated on the otherness of the ‘native,’ but rather on what George Marcus has called ‘complicity,’ the sense that we are all subjects implicated in one another’s lives.¹¹

A autoridade das grandes teorias sociais parece ter cedido o lugar a uma análise mais próxima de questões como a contextualização, o significado da vivência social para os seus próprios actores e a explicação das excepções ao invés das regras nos fenómenos observados, problematizando tudo aquilo que permanecia inquestionado enquanto factos ou certezas, sobre os quais repousavam os paradigmas. Foi-se claramente impondo uma noção de *localização* enquanto, duplamente, contexto territorial de circulação do cultural e arranjo ou domesticação do espaço através da produção de objectos simbólicos que concretizam a dimensão obrigatoriamente territorial das actividades e comportamentos culturais. Por isso, os grandes debates em estudos culturais desenvolvem-se agora em torno de questões de metodologia, de epistemologia, de interpretação e das formas de representação discursiva. No cerne da reflexão teórica, a problemática da descrição transformou-se na problemática da representação. Nem sempre os etnógrafos, cientistas sociais e seus críticos prestaram atenção à questão da construção dos argumentos, da narrativa, da organização textual dos dados nos textos e imagens etno-antropológicos. No entanto, estes textos encontram-se posicionados não só em relação a textos históricos e teóricos, mas também em relação a convenções ideológicas, textuais e retóricas, que determinam a forma como a realidade é construída¹².

Quando a sociedade em análise e a sociedade de origem coincidem ou estão muito próximas no espaço e no tempo, a leitura da realidade e dos textos produzidos sobre essa mesma realidade torna-se muito mais exigente e terá de recorrer a

¹¹ ORTNER, Sherry B., “The Death and Rebirth of Anthropology”, *Ethnos*, vol. 67 (1), 2003, p. 8.

¹² ATKINSON, Paul, *The Ethnographic Imagination: Textual Constructions of Reality*, London and New York, Routledge, 1994 [1990].

ferramentas interdisciplinares de descodificação, nomeadamente aos estudos literários e aos estudos linguísticos. Porque, neste caso, o leitor é também autor do texto (do texto cultural escrito quotidianamente por todos os actores sociais) ou porque o texto é produto de um contexto histórico, político ou religioso de forte pendor ideológico, funcionando simultaneamente como texto doutrinário, a que o autor poderá ter estado voluntária ou involuntariamente exposto. Nesta dissertação, as convenções textuais merecem uma análise crítica dentro do contexto cultural e político da sua produção e recepção: a ambiguidade, a linguagem figurativa, a retórica, as circunstâncias, a interrogação dos significados, o exercício do poder e a multiplicação das vozes podem ser tão significativos como a informação directa, numa perspectiva que tanto se pode aplicar ao texto etnográfico particularizado, como à totalidade dos textos produzidos pela cultura em análise.

Os estudos culturais são hoje definidos internacionalmente como um espaço em que a pesquisa crítica, teórica e interdisciplinar se organiza em redor da análise cultural das sociedades modernas e industrializadas, e também das tradições culturais silenciadas, marginalizadas, sub-representadas e/ou desvalorizadas que, muitas vezes, dentro delas subsistem como territórios sociais e culturais. Ao mesmo tempo, em termos epistémicos, os estudos culturais têm funcionado igualmente enquanto perspectiva crítica sobre a própria produção de conhecimento social e cultural, concretizando modalidades de intervenção na produção académica que persegue a criação cientificamente fundamentada de novos espaços para o estudo de temas que, não apenas se enquadram com dificuldade nas categorias científicas tradicionais estabelecidas pelas ciências sociais, como ainda não parece conseguirem ser descritas compreensivamente pelas suas metódicas e problemáticas, longamente escoradas na imobilidade das suas categorizações sociais e culturais, fixadas com anterioridade à própria estratégia da investigação e da conceptualização. Ao evocar toda uma variedade de teorias derivadas de metodologias relacionadas com o estudo da língua e da literatura (como a semiótica, o pós-estruturalismo, o desconstrutivismo ou os estudos pós-coloniais), a investigação da cultura assume-se, em primeiro lugar, como o domínio dos símbolos e dos significados. Na sua aproximação semiótica à cultura, Clifford Geertz afirma:

The concept of culture I espouse (...) is essentially a semiotic one. Believing, with Max Weber, that man is an animal suspended in webs of significance he has himself spun, I take culture to be those webs, and the analysis of it to be therefore not an experimental science in

search of law but an interpretive one in search of meaning. It is explication I am after, construing social expressions on their surface enigmatical.¹³

A cultura, essa “teia de significados”, é criada e continuamente recriada pelos indivíduos através da sua interacção social, ao invés de lhes ser imposta como uma super-estrutura ou um conjunto de factos sociais durkheimianos. Os objectos e práticas encontram o seu significado através de actos de interpretação que possibilitam a emergência de um ou vários sentidos. Em termos exemplares, Geertz demonstra como elementos díspares da cultura de Bali criam uma textura consistente de significados e crenças, que se reforçam mutuamente, destacando que as culturas podem ser lidas como textos. Assim sendo, existem textos culturais que os elementos de uma sociedade consideram mais significativos (como as lutas de galos que fascinam os balineses ou os painéis dos barcos moliceiros que emblematizam o território cultural da Ria de Aveiro) e que não só ilustram o modo como a sociedade os encara, mas também lançam luz sobre muitos outros temas e aspectos dessa paisagem social.

Procurando descrever e compreender o texto cultural criado pelo (e em redor do) barco moliceiro, este estudo assenta num demorado processo de levantamento, agrupamento e análise de diferentes fontes documentais, orais e iconográficas. Numa primeira fase, efectuaram-se recolhas sistemáticas ao longo do território da Ria de Aveiro, consoando imagens, testemunhos orais e muita informação cultural geral, depois cruzadas com o levantamento fotográfico e videográfico das embarcações, estaleiros, oficinas e embarcadouros existentes. A investigação prosseguiu nos museus (e respectivos arquivos e depósitos) de Aveiro, Murtosa, Bunheiro, Póvoa de Varzim, Lamego, Nazaré, Ovar, Museu de Marinha de Lisboa e Museu Marítimo de Ílhavo. Posteriormente, a recolha de informação documental estendeu-se ao Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, Biblioteca da Junta dos Portos, Arquivo Central da Marinha, Biblioteca da Portucel, arquivos de jornais regionais e nacionais, colecções das juntas distritais, arquivos paroquiais, Arquivo Histórico Municipal do Porto, Capitania do Porto do Douro, Instituto Marítimo – Portuário, Inatel, Região de Turismo da Rota da Luz e arquivos de diversas câmaras municipais e juntas de freguesia da região da Ria de Aveiro.

Localizaram-se durante este trabalho de pesquisa importantes fontes manuscritas no arquivo da Capitania do Porto de Aveiro, destacando-se a consulta dos *Livros de*

¹³ GEERTZ, Clifford, *The Interpretation of Cultures*, New York, Basic Books, 1973, p. 5.

Registo de Embarcações aí existentes, que cobrem, apesar da irregularidade, quase todo o século XX, entre 1914 e 1998. A investigação no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, por sua vez, possibilitou a análise pormenorizada da correspondência da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro e da Câmara Municipal de Aveiro: posturas municipais; correspondências; recortes de imprensa; cartazes e programas alusivos às Festas da Cidade; *Livros de Actas da Câmara Municipal de Aveiro* e *Livros de Actas da Comissão Municipal de Turismo*, estudados entre a década de 1940 e 1974. No Arquivo Distrital de Aveiro, investigou-se também a correspondência do Governo Civil e os respectivos regulamentos e editais, entre outros documentos, com resultados variáveis para o nosso estudo.

As principais fontes impressas (até 1900, incluindo reedições fac-similadas) e bibliográficas mobilizadas para esta investigação provêm de pesquisas realizadas na Biblioteca Nacional, Biblioteca Pública Municipal do Porto, bibliotecas de diversas Faculdades de Letras nacionais e estrangeiras, biblioteca do Museu Marítimo de Ílhavo e Cambridge University Library. Actualmente, a recolha de informação passa também, e obrigatoriamente, pela consulta de diversos *websites* nacionais e internacionais.

O material iconográfico que suporta a presente dissertação é maioritariamente proveniente de uma recolha fotográfica pessoal, realizada na Ria de Aveiro, entre 1980 e 2003. As demais fontes iconográficas foram obtidas no Arquivo Histórico Municipal do Porto, na Imagotheca Municipal de Aveiro, no Museu de Marinha de Lisboa e, principalmente, no Centro Português de Fotografia, do Arquivo de Fotografia de Lisboa. Aí, consultaram-se as colecções de diapositivos da Direcção Geral de Turismo, bem como os fundo documentais das revistas *Flama* e *Panorama*, do *Diário da Manhã*, do jornal *O Século*, do Secretariado de Propaganda Nacional, do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo e o fundo documental Santos de Almeida. Para além de ajudar a fundamentar, mas também a “colorir”, o texto deste estudo, o processo de recolha e análise de fontes documentais e iconográficas originou os dois anexos em CD-Rom que acompanham o presente trabalho. Um primeiro anexo consta de uma base de dados em *Microsoft Excel*, com todas as informações relativas aos barcos moliceiros registados na Capitania do Porto de Aveiro, entre 1914 e 1998, de acordo com os livros disponíveis. Esta base de dados possibilita consultas em vários campos e informa o utilizador sobre a matrícula da embarcação, respectivas características, transacções, construtores, proprietários, proveniência e profissão dos agentes envolvidos, preços, intervalos entre as ocorrências, cancelamentos que, entre

outros factores vários, concorrem para traçar a “biografia” de muitos moliceiros. Estes registos originaram também gráficos e listagens organizadas, com cruzamento de dados e enquadramento espaço-temporal do processo, agentes de construção e transacção, o que permite uma adequada contextualização sócio-económica do barco moliceiro. A seguir, o estudo da linguagem figurativa dos painéis do moliceiro encontra nesta base de dados um inesperado auxílio, devido à prática da descrição das imagens e transcrição das legendas dos painéis, aquando do registo da embarcação, levada sistematicamente a cabo entre Maio de 1957 e Dezembro de 1964, por possíveis razões políticas e ideológicas, como mais adiante se argumentará. Estas descrições-transcrições estão também compiladas em anexo de texto.

O segundo anexo em CD-Rom contém as 1435 imagens resultantes da recolha fotográfica pessoal e da pesquisa iconográfica de arquivo, organizadas em três CDs virtuais, com a designação geral de “Barcos Moliceiros e Ria de Aveiro” (I), “Painéis de Barcos Moliceiros” (II) e “Arquivo Icono-Fotográfico” (III). O CD “Barcos Moliceiros e Ria de Aveiro” divide-se nas seguintes colecções de imagens: Estaleiros e Pintores; O Barco Moliceiro; Decorações; Representações Simbólicas; Bateiras e Barcos de Mar; Festas e Regatas; Cangas; Ilustrações Complementares. O CD “Painéis de Barcos Moliceiros” estrutura-se segundo as categorias e sub-categorias propostas nesta dissertação: painéis jocosos (eróticos e de sátira às instituições, a figuras típicas e ao trabalho), religiosos (cristológicos, marianos, hagiográficos e votivos), sociais (sobre o trabalho; varinas e varinos; mestres moliceiros, barqueiros e pintores; questões ecológicas e celebração do património; festas e cerimónias; declarações e sentenças), históricos (monarcas e personagens da História; Descobrimentos; escritores; soldados e cavaleiros) e lúdicos (com personagens do imaginário e lazer). Por fim, o CD “Arquivo Icono-Fotográfico” inclui imagens de arquivos, imagens de museus e imagens de fontes impressas, todas elas divididas nas categorias: Ria de Aveiro, Moliceiros e Painéis e Ilustrações Complementares.

A constituição de um *corpus* de imagens permitiu reflectir na prática sobre as condições de percepção e circulação deste tipo de ícones populares. Permitiu também, pela sua variabilidade e quantidade, ultrapassar a particularidade dos estudos de caso, para alargar a análise a campos mais vastos. Por sua vez, o tratamento tipológico dos dados procurou compreender a sua organização temática e analisar as formas de consumo a que o barco moliceiro esteve sujeito por parte de um discurso oficial e etnográfico, que transportou (em grande parte) este objecto até à actualidade.

Com base nas opções epistemológicas e metodológicas que se foram sumariando, esta dissertação oferece três capítulos principais. A abrir, o primeiro capítulo, intitulado “A Ria de Aveiro: Espaço e Economia”, traça a história dessa localização, seguida de uma perspectiva evolutiva da economia local, centrada em três grandes vectores: a agricultura, as pescas e a extracção de moliço; a subsistência e a proletarianização dos actores sociais, em sintonia com os movimentos de migração e emigração; a questão do património e do turismo. Em continuação, o segundo capítulo, “A ‘Cultura Popular’ e o *seu* Barco: o Moliceiro”, focaliza o objecto central desta investigação. Descreve detalhadamente o barco moliceiro, após o que analisa e contextualiza, dentro dos vectores que orientaram o capítulo anterior, as práticas e os agentes envolvidos na sua construção, decoração, propriedade e transacção. Transita-se, depois, do moliceiro enquanto objecto denotativo para os painéis enquanto objectos conotativos, significantes icónicos detentores de significados múltiplos. A semiótica específica desta prática artística motiva uma aproximação iconográfica e linguística ao conjunto imagem-legenda, sua estruturação, traços característicos e categorização. O terceiro e último capítulo, “A Representação Etnográfica”, analisa o consumo cultural do objecto, em torno do qual surgiu toda uma construção etno-ideológica que exornou o barco moliceiro como símbolo da região de Aveiro. A primeira secção deste capítulo, “Texto e Contexto”, situa as diversas confluências ideológicas actantes na realidade sócio-cultural e determinantes na retórica da representação etnográfica do moliceiro. Estas confluências estão na base da chamada “cultura das monografias”, geradora de uma série de discursos organizados que assumem a dimensão comunicacional do poder instituído e criam um lugar narrativo/normativo, que é parte do todo ideológico oficial nacional. A secção “A (Re)Construção da Tradição” explora diacrónica e sincronicamente as formas de textualização da cultura na literatura de viagens e na imprensa. Na reflexão sequente sobre os concursos de painéis e o papel do moliceiro na simbologia local, constata-se como esta prática artística popular foi apropriada pelos poderes políticos e económicos actantes, que a transformaram e inseriram no conjunto de uma iconografia *folclorisante* erudita, mas claramente vazada na edificação de uma ideia de localização do território, em que o prestígio de uma ideia construída de “cultura popular” se subsumia em emblemas, disciplinando vassaladamente a região num ideário homogéneo de Nação.

CAPÍTULO I

A RIA DE AVEIRO: ESPAÇO E ECONOMIA

1.

A RIA DE AVEIRO: HISTÓRIA DE UMA LOCALIZAÇÃO

É um momento solene. Aí para baixo é a ria de Aveiro, quarenta quilómetros de costa, vinte quilómetros para o interior, terra firme e água rodeando, todas as formas que podem ter as ilhas, os istmos, as penínsulas, todas as cores que podem ter o rio e o mar. O viajante fez bem as suas orações: não há vento, a luz é perfeita, as infinitas águas da ria são um imóvel lago. (...) A ria, hoje, tem um nome que bem lhe quadra: chama-se solidão, fala com o viajante, ininterruptamente fala, conversas de água e limosas algas, peixes que pairam entre duas águas, sob a reverberação da superfície.

José Saramago, *Viagem a Portugal*.

O barco moliceiro tem como campo de acção a Ria de Aveiro, vasto lençol de água que se estende ao longo da Beira Litoral portuguesa, desde o concelho de Ovar (a norte) até ao de Mira (a sul), separada do oceano pela linha de dunas que a limita a poente. Com quarenta e sete quilómetros de extensão, a Ria de Aveiro atinge uma largura máxima de sete quilómetros, apesar do progressivo assoreamento. A sua profundidade varia entre um e dois metros e pode elevar-se nas cales até quatro a seis metros. A superfície é avaliada em onze mil hectares, dos quais seis mil estão em permanência debaixo da água, dois mil ocupados pelas salinas, e o restante pelas praias cuja produção está ligada à actividade agrícola. Ramifica-se pelos braços principais de Ovar (em direcção ao norte), Mira (voltado a sul), Murtosa (a nordeste) e Vagos (a sudeste), que apenas a estreita barra de Aveiro põe em comunicação com o mar. Além destes meandros, existe uma infinidade de braços secundários, formando um extenso labirinto com as suas ilhas, canais, valas e esteiros que penetram por toda a região.

O volume de água acumulado em toda a laguna é de cerca de 70 milhões de metros cúbicos, em preia-mar de águas vivas. O volume e o caudal de água marinha que penetra na laguna variam com a amplitude da maré. A amplitude e a corrente da maré diminuem em direcção aos extremos lagunares e a sua propagação sofre atrasos que chegam a atingir seis horas, no extremo do canal do Carregal. Ou seja, quando ocorre a preia-mar em S. Jacinto, verifica-se a baixa-mar no Carregal e vice-versa. A inversão da corrente dá-se com atraso em relação aos extremos da maré e, por isso, a enchente é mais rápida do que a vazante. O contributo de água doce proveniente dos rios para a laguna é feito com caudais de três metros cúbicos por segundo, durante o estio, e

sessenta metros cúbicos por segundo, durante o inverno, podendo atingir 820 metros cúbicos por segundo, em períodos de cheia. O rio Vouga contribui com cerca de dois terços destes caudais, mesmo nessas épocas de enchentes¹.

À sua volta, encontram-se algumas aglomerações urbanas, outrora bastante dependentes da actividade marítima e lagunar, como Ovar, Murtosa, Torreira e Estarreja. A Ria, protegida pela União Europeia desde 1988, é hoje profundamente afectada pela industrialização recente que compromete, pela natureza dos seus efluentes, o equilíbrio biológico da região. Mais a sul, além de Vagos e Mira (povoações da gândara ainda marcadas pela actividade agrícola) localizam-se Ílhavo e Aveiro, este último o principal centro urbano do distrito. No que respeita ao tipo de povoamento, é característico de toda esta zona a dispersão ordenada, nalgumas áreas quase contínua, mercê do incremento de novas construções, especialmente ao longo das estradas e dos caminhos principais.

Furadouro, Torreira, S. Jacinto, Barra, Costa Nova e Mira são praias que à Ria devem a sua existência. Esta resultou do preenchimento parcial da vasta reentrância que primitivamente se observava na costa peninsular abaixo do Douro, com areias arrastadas pelas correntes que do norte descem sobre o litoral. Tais correntes alinharam a costa, de Esmoriz ao Cabo Mondego, tal como hoje se encontra, num processo natural que decorreu mais intensamente entre os séculos XI e XVIII. Um cordão litoral ter-se-á formado ao mesmo tempo que bancos de areia e ilhas foram surgindo no estuário, consequência da acção dos ventos dominantes e do enchimento sucessivo e constante dos grandes fundos da reentrância pelas areias e pelos depósitos aluvionares trazidos pelos rios que ali desaguavam. A Ria recebe as águas do Vouga, do Águeda, do Antuã, do Cértima e do Caima, entre outros afluentes menores².

Em vetustas documentações históricas, a Ria tanto aparece citada como rio ou como mar, tanto considerada acidente terminal do Vouga quanto tomada por parte

¹ REBELO, José Eduardo & POMBO, Lúcia, *Os Peixes da Ria de Aveiro: Diversidade, Ecologia, Distribuição*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 2001.

² Recorde-se panoramicamente a obra de Abu Abd Allah Muhammad Al-Edrisi (1100?-1172?), viajante e geógrafo árabe, autor de *Recreo de Quien Desea Recorrer el Mundo* (1154), cuja primeira secção trata de Espanha e Portugal, divididos em três comarcas: primeiro, Coimbra, com os rios Mondego e Vouga; seguidamente Zamora e, por fim, Portugal propriamente dito, numa faixa compreendida entre os rios Douro e Vouga. “Si quieres hacer el viaje de Coimbra a Santiago (de Compostela) por mar, saldrás del castillo de Montemayor hasta la desembocadura del río Botao [Vouga], donde se cuentan 70 millas y es el principio de la tierra de Portugal, que se extiende algo menos de un día de viaje. (...) El río Botao es grande y entran en él barcos de comercio y de guerra, pues la marea llega muy tierra adentro” (MERCADAL, J. García, *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*, volume I, Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1999, p. 194).

estrangulada do mar. Em rigor, a palavra “ria” designa vulgarmente um antigo vale aberto pelo curso da água sobre rochas menos duras que, em virtude de um movimento gradual de abatimento da zona costeira, deu lugar à invasão progressiva do mar. Mais precisamente, uma ria é uma enseada resultante do preenchimento pelo mar de vales fluviais, após o movimento isostático de depressão da terra ou o movimento eustático de levantamento do nível do oceano. Às rias correspondem por vezes sistemas bióticos que à primeira vista podem confundir-se com outros dos estuários, mas que deles diferem em função de diferentes regimes de salinidade e circulação hídrica. No caso da Ria de Aveiro, esta denominação designa um *haff* onde as águas doces do Vouga, depois de um percurso de 136 quilómetros, com início na Serra da Senhora da Lapa, vêm conjuntamente com as dos seus afluentes juntar-se às águas salgadas do Oceano Atlântico, numa espécie de albufeira. A acumulação perpétua de aluviões marítimos e fluviais, assim como a erosão eólica, ocasionaram o desenvolvimento de um lido que, partindo de Ovar no século XI ou XII, foi crescendo para o sul. No século XV atingia a Costa Nova, para no século XVIII alcançar Mira. Paulatinamente, esta faixa de areias foi fechando pelo lado ocidental a embocadura primitiva e separando o estuário do mar. Em 1757, quase exactamente, a sua extensão estava já delimitada. Acompanhando verticalmente a Ria, o lido mede como ela uma média de 47 quilómetros e a sua largura aproxima-se dos dois quilómetros. Paralelamente à elaboração desta fronteira litoral, e da mesma maneira, surgiram nas margens da Ria pequenos cordões chamados lezírias, onde hoje assentam Pardilhó, Bunheiro, Pardelhas e Murtosa, e emergiram da água ilhotas como as da Testada, Monte Farinha e Parrachil.

Durante os sete séculos que durou a constituição do cordão litoral, a comunicação entre a Ria e o mar encontrou-se progressivamente ameaçada. Com a sedimentação incessante dos rios e a acção dos ventos, a barra foi estreitando e recuando cada vez mais para sul. Situada no século XIII na Torreira, movimentou-se para São Jacinto no século XV. Depois, no século XVII, encontrava-se na zona de Vagos e, a seguir, no século XVIII em Mira. Em 1757, após uma grande tempestade, o acesso ao mar fica obstruído por completo. A sobrevivência da ligação entre a Ria e o oceano estava permanentemente em perigo. Por conseguinte, para enfrentar os “caprichos da natureza”, criou-se uma saída artificial. No dia 3 de Abril de 1808, Luís Gomes de Carvalho, entre os diques edificadas à custa das pedras vindas das muralhas da antiga vila de Aveiro, abre a Barra Nova, a meio caminho entre São Jacinto e a Costa Nova. Dez anos mais tarde, a construção do molhe norte a trezentos metros do molhe

sul dava à barra uma largura definitiva. Com estas obras hidráulicas, a comunicação marítimo-lagunar estava desde então regulada e com ela a Ria de Aveiro conhecia a sua última grande transformação física.

As variações do litoral são significativas nas transformações do povoamento, da actividade económica e, em particular, na difusão e incremento da actividade piscatória. Confinada do lado oriental por sete concelhos que são, de norte para sul, Ovar, Estarreja, Murtosa, Aveiro, Ílhavo, Vagos e Mira, a Ria condicionou desde sempre esta região circundante. Até ao século XVIII, nessa etapa final da formação da Ria, o lido permaneceu quase um deserto humano. Possuindo o estatuto de propriedade reguenga, esta faixa de areias baptizada *Gelfa* foi durante bastante tempo arrendada pelos reis a particulares. D. Dinis aforou-as em 1283, por cinco libras anuais, a Pedro Bermudes, para montado de coelhos e pastagem de gado³. Quase um século mais tarde, seriam aforadas ao mosteiro de Grijó, para pastagens de éguas, bois, vacas e porcos, dizimados pela dramática pandemia da peste de 1348. A notícia mais antiga da subordinação destas dunas quase desérticas a um domínio senhorial estranho é a doação outorgada em 1383 por D. Fernando, em benefício do seu cunhado D. João Afonso de Menezes, conde de Barcelos.

O povoamento é recente, escasso, precário e de carácter peculiar, fundado pelas populações piscatórias dos núcleos do interior e, seguidamente, também por outras pessoas interessadas no negócio da pescaria: negociantes de peixe que aí tinham os seus armazéns de salga, lavradores que traziam o seu gado para a alagem das redes e dos barcos, pescadeiras que iam buscar o seu peixe para o vender nas aldeias do interior, vendeiros e taberneiros, autoridades fiscais, forasteiros e banhistas, estes já no decurso dos finais do século XVIII, mas sobretudo a partir de meados do século seguinte:

Cortegaça, Furadouro, Torreira, S. Jacintho, Tocha e outras praias do littoral extremenho e algarvio são povoações em que o labor quase exclusivo dos habitantes é a pesca. N'estas predomina o palheiro de taboado, excluindo-se quasi a habitação erguida com qualquer outra natureza de materiaes. (...) O Furadouro, onde em 1881 um incendio destruiu para cima de tresentas cabanas, poderia ser escolhida como typo de povoação exclusivamente formada de palheiros.⁴

³ *Doações de D. Diniz*, livro I, p. 64, documento citado por PEREIRA, Lopes, *Murtosa: Gente Nossa*, 2ª edição, Murtosa, edição da Câmara Municipal, 1995 [1952], p. 64.

⁴ PEIXOTO, Rocha, "Ethnographia Portugueza – Habitação: os Palheiros do Littoral", *Portugália: Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez*, tomo I, fasc. 1, Porto, Imprensa Portugueza, 1905, pp. 85-6 (artigo escrito em Setembro de 1898). Sobre este tema, consultar igualmente OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Palheiros do Litoral Central Português*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1964. De acordo com informações retiradas desta obra, os característicos palheiros de pau a pique tinham o aspecto de construções palafíticas, assim apetrechadas

Estas instalações, mormente nos seus primórdios, serviam na sua maioria apenas de abrigo ou de habitação temporária durante o período da safra ou dos banhos, porque fora dessa quadra não havia qualquer actividade que assegurasse a subsistência, e porque a fixação das gentes era contrariada pelas difíceis condições de habitabilidade, a falta de água e de transportes, e até mesmo pelo medo da pirataria magrebina, que até muito tarde assolou as nossas costas⁵.

O Furadouro é originariamente o local de pescaria mais importante deste sector, do qual os demais, de Espinho à Torreira e S. Jacinto, são demográfica e culturalmente tributários. A construção na praia fazia-se em madeira, que a floresta, começada a plantar em 1632 para fixação das areias, fornecia com abundância, sendo mesmo aqui, de acordo com Teixeira de Pinho, que se edificaram os primeiros palheiros de habitação temporária, os “sojornos”⁶. A própria capela do Bom Jesus da Piedade foi inicialmente, em 1759, edificada nesse material. Todavia, antes de 1870, os palheiros da praia já eram numerosos, e “confusos e tão aproximados às águas, que em 1863 o mar arrebatou trinta e tantos”⁷. A abertura da estrada através das areias, que teve lugar em 1869, deu grande incremento à povoação da beira-mar, separada da vila de Ovar por uma duna com quatro quilómetros de extensão. O Furadouro foi talvez o maior aglomerado de palheiros de toda a nossa costa, contando, em 1881, mais de trezentas dessas casas,

contra a invasão das areias. A área do palheiro de pau a pique, revestido até ao solo de tabuado horizontal, é designado pelos autores por “área do Furadouro”, segundo o nome do seu grupo central e originariamente mais importante, de onde partiram os primeiros povoadores de todos esses grupos. Apresentavam os caibros enterrados na areia e revestidos de tabuado até ao chão, horizontalmente. Na sua maioria térreos (sobretudo na praia), alguns tinham também piso superior que, mesmo em casos bastante antigos, viravam a empena para a rua, e mostravam uma varanda naquele nível sem acesso exterior, a toda a largura ou só a meio da fachada, sobre a porta do rés-do-chão, situada entre duas janelas. O sistema de construção sobre grade assente em estacaria independente era também conhecido na região, existindo ainda no fim do século XIX dois palheiros sobre estacas junto à Ria, e um idêntico no aglomerado da beira-mar, para não mencionar o caso geral dos armazéns das redes, erguidos sobre pequenos pés de adobes. Encontravam-se exemplos esporádicos de construções deste tipo na Murtosa, no bairro pobre dos pescadores.

⁵ Acerca da pirataria argelina ao longo da costa portuguesa, ver OLIVEIRA, Miguel de, “Piratas Argelinos na Praia de Esmoriz há duzentos anos”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, nº 14, 1938, pp. 139-40, e MADAHIL, Rocha, *Etnografia e História: Bases para a Organização do Museu Municipal de Ílhavo*, Ílhavo, Tipografia Casa Minerva, 1934, pp. 64-7, estudos relatando respectivamente o assalto a um navio português mesmo em frente à praia de Esmoriz em 1738, e outro, entre vários, em 1754, nas costas “do Var”. Estas proezas impressionaram fortemente as gentes da beira-mar, que receavam habitar areais desertos e abertos, ficando sem defesa à mercê dessas depredações. Mesmo depois de celebrado o tratado de paz e amizade entre os governos de Portugal e de Argel, em 1813, factos desta natureza continuaram a ocorrer como, por exemplo, em 1897, o assalto pelos mouros de Kabila, nas costas do Riff, ao palhote *Rosita*, em que foram presos o capitão e quatro marinheiros para resgate, conforme relata *O Século* de 28 e 29 de Agosto desse ano, citado também por Rocha Madahil.

⁶ PINHO, João Teixeira de, *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, manuscrito do último quartel do século XIX, publicado pela Câmara de Ovar, 1959, p. 82.

⁷ PINHO, Teixeira de, *Memórias e Datas*, pp. 82-3.

habitações temporárias do pessoal de seis companhas e também de negociantes, além de armazéns, abegoarias e tabernas.

Desde o século XI ou XII até ao século XV, a progressão do cordão litoral não constituiu um problema. É provável que a barra do Vouga tivesse estado, até ao século XII, ao norte da Torreira, próxima de Ovar, facto comprovado pela produção de sal em Cabanões e Ovar. Mas o seu avanço para sul de São Jacinto vai colocar os ribeirinhos à mercê das inundações e vicissitudes da laguna. A diminuição do canal vai impedindo a evacuação das águas dos rios e aumentando a frequência das cheias, verdadeiro flagelo para a zona. No século XVIII, com a chegada da faixa de areias a Mira, a comunicação torna-se accidental⁸.

Quando o acesso ao mar se encontrava obstruído, a estagnação desta extensão líquida favorecia o aparecimento do paludismo e da peste, que lentamente iam consumindo a população. Esta situação, que se manteve praticamente inalterável até aos primeiros anos do século XIX, foi a responsável por elevadas perdas de população, dizimada em grande número por epidemias que a insalubridade da laguna ocasionou, e pela deslocação para outras áreas do interior.

Sobre as pescarias na laguna e no mar, levadas a cabo em barcas, pinaças e caravelas, deviam os habitantes de Cabanões/Ovar⁹ e de outras localidades prestar foro ao rei, os *cambos*, assunto conflituoso sobre o qual sentenciou especificamente D. Dinis, em 1292. Mas já nas *Inquirições* ordenadas por D. Afonso III em 1251, para codificar os direitos e deveres advindos das leis consuetudinárias, encontram-se certas

⁸ Para uma pormenorizada descrição da Ria de Aveiro e meio envolvente, ver AMORIM, Inês, *Aveiro e a sua Provedoria no Séc. XVIII (1690-1814): Estudo Económico de um Espaço Histórico*, 2 volumes com apêndice cartográfico, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997. Consultar principalmente o Capítulo 2, “O Meio”, pp. 75-108.

⁹ Do século XIII ao século XV, dominou a designação de Cabanões dada à vila e ao concelho. No século XVI, o vocábulo Ovar eclipsa totalmente aquele primitivo nome. A substituição foi-se fazendo quase insensivelmente, segundo Miguel de Oliveira: “Em 1372 fala-se no julgado de Cabanões de Ovar. Em 1446 temos Ovar e Cabanões. Em 1500 aparece em especial relevo a vila de Ovar. O foral de D. Manuel, em 1514, embora fale noutros lugares, principiando por Cabanões, ocupa-se principalmente de Ovar e do seu núcleo urbano, cada vez mais desenvolvido” (OLIVEIRA, Miguel A. de, *Ovar na Idade Média*, Ovar, edição da Câmara Municipal, 1967, p. 128). Pelo texto do foral, simples indicador dos encargos tributários que pesavam sobre o concelho e que consignou o privilégio que os moradores de Ovar e Cabanões gozavam de não pagarem lutuosa, fica-se a saber que a vila era atravessada pela estrada do Porto a Aveiro e que a nascente desta se situavam os lugares de Cabanões, S. Donato, Ações, Sande, Granja e Guilhovai, tendo a poente o núcleo urbano da vila. “Ovar, Fregezia no Bispado do Porto, tem por Orago S. Christovão, o Paroco he Vigario collado da apresentação do Cabido da Sé do Porto, rende seiscentos mil reis: dista de Lisboa quarenta e oito leguas, e do Porto cinco, tem mil duzentos e cincoenta e quatro vizinhos” (NIZA, Paulo Dias de, *Portugal Sacro-Profano ou Catalogo Alfabetico de todas as Freguezias dos Reinos de Portugal, e Algarve: das Igrejas com feus Oragos: do titulo dos Parocos, e annual rendimento de cada huma: dos Padroeiros, que aprefentão: juntamente com as leguas de diftancia da metropoli do reino e da cidade principal, e cabeça do Bispado, com o numero dos fogos*, 3 volumes, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767-1768, Parte II, p. 85).

disposições, impostas como obrigações foreiras e encargos tributários: “os pescadores e lavradores, tanto de Cabanões como de Ovar, deviam dar das suas marinhas, cento e cinquenta e cinco milheiros de sal e todo o pescado que sair no dia em que o senhor rei estiver na feira, conduzi-lo ao castelo e ao palácio, fazer os carretos, recebendo da mão do juiz da terra, caldo e vinho”¹⁰. Enquanto a Ria se encontrava franqueada ao mar em múltiplos pontos, nela deviam entrar espécies marinhas muito estimadas, que depois deixaram de a frequentar. Referem os documentos também a captura de baleias, certamente na costa, aproveitadas sobretudo para a obtenção de óleo. Segundo Miguel de Oliveira, a primeira menção à pesca sistemática da sardinha seria uma queixa apresentada ao rei pelos povos destas redondezas, em 1501, contra o conde da Feira, que “levava a metade de toda a sardinha que os moradores e quaisquer outras pessoas de suas terras matavam ou achavam morta pela costa do mar”¹¹.

Nos trabalhos de Virgínia Rau não há qualquer referência a feiras medievais na região de Aveiro, laguna e zona circundante. A norte, a feira mais próxima é a de Feira (1407); a sul, Montemor-o-Velho (1426) e a leste, Vouzela (1307), de acordo com o mapa de “tipos de carta de feira”, cujas datas oscilam entre 1181 (Melgaço) e 1460 (Sintra)¹². A 27 de Fevereiro de 1434, porém, D. Duarte ordena que o infante D. Pedro autorize uma feira franca anual em Aveiro, em Março. As feiras tinham uma clara função cultural e social, pois aí se divulgavam notícias, lendas, contos, poesia popular, crescia a riqueza, melhoravam-se os meios de comunicação, progrediam as povoações, aproximavam-se os lugares, surgiam interesses comuns e cimentavam-se mesmo estruturas de identidade nacional, estendendo-se da língua à celebração do poder régio. As feiras locais procuravam situar-se o mais próximo possível do rio e da Ria, em locais onde o consumo era assegurado, com bons terrenos, junção de caminhos, vias, freguesias e próximo desse fundamental crescimento de gentes que assegurava consumos e produções.

A 30 de Dezembro de 1493, D. João II proíbe a residência em Aveiro a pessoas poderosas, a fim de os seus habitantes, na maioria pescadores e mareantes, não serem prejudicados e evitando também que a cidade se transformasse num senhorio

¹⁰ *Foral Velho da Terra de Santa Maria*, documento transcrito por PEREIRA, Lopes, *Murtosa: Gente Nossa*, p. 69.

¹¹ OLIVEIRA, Miguel de, *Ovar na Idade Média*, p. 68.

¹² RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas: Subsídios para o seu Estudo*, 2ª ed., Lisboa, Presença, 1983 [1943].

nobiliárquico, comprovando assim o peso local de uma certa burguesia comercial¹³. Era de tal importância ser pescador que, em Março de 1451, foi decretado que todo aquele que o deixasse de ser seria obrigado a trabalhar o dobro do tempo nas obras da muralha da vila. Os reis concediam a esta situação profissional privilégios pouco usuais em relação ao conjunto do terceiro estado. D. João I, por exemplo, em 1393, ordenou que se mantivessem os privilégios já adquiridos pelos pescadores e arrais para venderem o seu pescado sem taxas. Em 1418, o rei deu sentença a favor dos pescadores e mareantes relativa à reclamação que lhe apresentaram para que as suas mulheres não fossem obrigadas a escalar e carregar o peixe destinado ao rei. Em 1428, determinou-se que os pescadores podiam vender o peixe livremente e não em cambos de doze, como pretendiam os juízes. Em Janeiro de 1434, D. Duarte confirma aos pescadores todos os seus privilégios, foros e liberdades.

A vila de Aveiro, até aos fins do século XV, frequentou vida económica pobre, vazada na pequena extensão do seu concelho e nos poucos recursos de que dispunha. Foi elevada tardiamente à categoria de cidade por alvará do rei D. José, de 11 de Abril de 1759 e carta de lei de 25 de Julho do mesmo ano. O seu principal rendimento provinha do fabrico de sal¹⁴ nas marinhas e da pesca no litoral e no seu “rio salgado”¹⁵.

¹³ “(...) A quantos Esta nosa Carta uirem fazemos Saber que ComSiramdo nos Como a maior parte da gente que uiue Em a nosa uila daueiro Sam mareantes E pescadores E asi doutras pesoas que ganhão Suas Vidas fora de Suas cazas pelo qual Semdo a uila do infante dom pedro meu auoo que deus aJaa auendo respeito a ela Se poder melhor pouorar lhe deu priuilegio que nhuas pesoas poderozas asi homes Como molheres viesem Viuer E morar na dita uila E Se Eles quizessem fazer o comtrario mandaua aos Juizes dela que lho nom Comsimtisem (...) E queremos que daqui Em diamte nenhuma das ditas pesoas poderosas asy homens Como molheres non uiuam nem morem na dita Vila nom tolhendo porem os Sobre ditos quamdo forem de caminho pousarem na dita uila E estarem Em Ela atee quatro dias os quaes acabados Se partiram logo dela E nom Estem hy mais” (*Livro dos Registos da Câmara da Vila de Aveiro*, séc. XVII, fl. 20 v., citado por MADAHIL, António Rocha, *Milenário de Aveiro: Colectânea de Documentos Históricos*, vol. 1, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1959, pp. 242-3).

¹⁴ Julga-se que o fabrico de sal teve início entre nós durante o domínio árabe. Nas cortes de Évora de 1481-2, há um capítulo especial em que os moradores de Aveiro e vizinhos se queixam de agravos respectivos a imposto de sal. No foral que D. Manuel deu a Aveiro em 4 de Agosto de 1515, ordenava-se que o sal fosse medido e a primeira medida adoptada terá sido denominada *busio*. Na sua “Memória Sobre a História das Marinhas de Portugal”, Constantino de Lacerda Lobo escreve, em 1793: “As Marinhas d’Aveiro achão-se actualmente na maior decadencia, que he possivel; porque havendo antigamente mais de quinhentas, hoje apenas chegaõ a cento, e setenta, e oito, como me constou do Registro d’Alfandega da dita Cidade: e desde o tempo, que se entupio a Barra velha, tem crescido progressivamente a decadencia das ditas Marinhas, e muito mais com a abertura d’aquella, que inutilmente se fez. (...) O estado actual da Barra diffulta muito a entrada de vasos maiores no Rio d’Aveiro, e aquelles, que entrao, que apenas são alguns Hyates, precisaõ demorar-se muito tempo pela pouca estabilidade da Barra. Por esta causa o Sal não póde ter outro consumo se não o pouco, que lhe dão as Pescarias d’esta côsta, e parte d’elle he tambern exportado para alguns Lugares vizinhos; porém em pequena quantidade, e sómente aquelle, que podem acarretar os Almocreves. (...) Como a Barra d’Aveiro cada vez mais he reduzida a peor estado, diminue tanto a extracção do Sal, que vaõ ficando todos os annos muitas Marinhas por cultivar, e d’este modo cresce a sua decadencia, e com ella a miséria dos habitantes d’Aveiro, e não havendo alguma providencia publica acabaraõ de todo, como acontece ás que em outro tempo houveraõ nas margens dos Rios Douro, Leça, e Ave” (LOBO, Constantino B. de Lacerda,

Aveiro vendia sal para a Galiza, Astúrias e Biscaia, com quem mantinha estreito relacionamento. A classe profissional mais numerosa era a dos pescadores e mareantes, que já no século XIV tinham fundado uma confraria com sede na ermida de Santa Maria em Sá¹⁶. Com a descoberta da Terra Nova, começou no princípio do século XVI um ciclo de progresso económico para Aveiro, pois o seu porto tomou grande incremento comercial com a pesca do bacalhau, desenvolvimento do fabrico e exportação de sal, sedimentando um continuado aumento da população. Em 1515, a pesca do bacalhau na Terra Nova já era significativa na vida económica da vila, pois o foral ordenava o pagamento da respectiva dízima. O século XVI tende, por isso, a ser representado em

“Memoria Sobre a Historia das Marinhas de Portugal”, *Memorias de Literatura Portuguesa publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo V, Lisboa, na officina da mesma academia, 1793. Parte I, § VII, VIII e IX: “Marinhas da Provincia da Beira, Marinhas d’Aveiro”, p. 269).

Na “Memória sobre as Marinhas de Portugal” das *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*, Lacerda Lobo prossegue: “Do canal, que formam as águas do mar misturadas com as do Vouga, que tem sete léguas de comprimento de norte a sul, separado do oceano por umas dunas de areia, saem vários esteiros, que repartindo-se em muitas lezírias, e ilhotas ocupam mais de quinze léguas de circuito. Naquelas que pertencem aos termos de Aveiro, Ílhavo, e Esgueira observam-se muitas marinhas, e nas outras várias terras, que produzem pão, hortas, e muitas pastagens. Estas marinhas têm oito ordens de reservatórios chamados viveiros, algibebes, ante-caldeiros, sobre-cabeceiras, talhos, cabeceiras, meios de cima, e meios de baixo. O terreno onde são feitos é ordinariamente formado de uma terra solta, e vegetal. Por esta causa é necessário lançar barro nos reservatórios onde se cristaliza o sal, para que o fundo destes endureça, efeito, que influi muito na bondade das marinhas, e qualidade do sal. Além deste requisito indispensável, conservam-se muitas tapadas para nelas não entrarem as águas doces, que no tempo do Inverno correm dos montes” (LOBO, Constantino B. de Lacerda, “Memória sobre as Marinhas de Portugal”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*, Tomo IV, Lisboa, Banco de Portugal, 1991. Parte I, §. XII e XIII: “Marinhas de Aveiro”, pp. 130-1). A “Taboa sobre as Marinhas de Portugal observadas nos annos de 1790, e 1791” indica a existência de 500 marinhas em Aveiro, onde apenas 178 são cultivadas, produzindo regularmente cada ano 5:340 contos ou 4:450 moios de sal, com 178 obreiros que nelas se ocupam diariamente (*idem, fac-simile* anexo).

¹⁵ “Do Rio: Se he navegável e de que embarcações he capaz? Em todo o anno o frequentao a immensidade de barcos, de pescadores, de homens que tirao deste rio o provimento para as suas labours, de outros que negocea em sal, de outros que trazem passageiros de Ovar para Aveiro, e os levaro de cá para lá, de outros que se andao divertindo na caça que he muita principalmente de Inverno. Pelas suas calles como lhe chamao os naturaes podem navegar quaesquer embarcações que lhe entram pela Barra, porque tem sufeciente profundidade” (AMORIM, Inês, “Memória Paroquial de Aveiro de 1758: Um Inquérito Promovido pela Coroa”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano XII, nº 23/24, 1994, pp. 13-24).

¹⁶ Da leitura de excertos dos estatutos da Confraria, depreende-se a unidade, organização e poder da classe piscatória: “Estatutos e Compromisso da Confraria de Santa Maria de Sá, de 25 de Junho de 1441: (...) se porventura finar algum dos confrades, da vida deste mundo ora seja mulher ou filho ou filha ou servidor, que haja de ser enterrado à segunda feira, que nenhuma barca da dita vila se não parta dela até ser enterrado o dito finado ou finada, sob pena de cada um pagar um arratel de cera. Ordenaram mais que, se finassem pela semana, e alguma barca vier à vila, que a dita barca e companhia dela se não parta, nem vá ao Rio, nem a mar, até ser enterrado, sob a dita pena” (*Tombo da Confraria*, fl. 69); “Estatutos da Confraria Feitos no Ano de 1577, documento de 7 de Julho de 1577: (...) ordenada por homens leigos e mareantes e pescadores (...) que nehuma pessoa servisse de juiz, mordomo nem escrivão da Confraria, não sendo mareante ou pescador, ou que o houvesse sido (...) na Vila Nova que se estende da ponte até à igreja de São Paulo, por ser o limite onde vivem a maior parte dos mareantes e pescadores que instituíram a dita Confraria” (*Tombo da Confraria*, fl. 4 e segs., citado por NEVES, Francisco Ferreira, “A Confraria dos Pescadores e Mareantes de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIX, 1973, pp. 241-71).

muita literatura historiográfica como o século áureo de Aveiro¹⁷, assegurando essa quase normativa comunicação com a história de um Portugal de expansões ultramarinas e tratos longínquos. Em 1575, Aveiro contava catorze mil habitantes, sendo então o seu porto dominado por um intenso movimento comercial. Confirmam-no a média anual de sessenta navios entrados na barra de Aveiro entre 1619 e 1624, carregados de bacalhau, ferro, chumbo, breu, panos, papel e sal¹⁸. Quanto à actividade piscatória, já em 1571 a flotilha de Aveiro havia seguido, juntamente com a de Viana, para os bancos da Terra Nova, actividade que terá decaído com o agravamento do estado da barra. Mais tarde, A *Corografia Portuguesa* de António Carvalho da Costa oferece a seguinte descrição da vila de Aveiro, em 1708:

Na latitud de quarenta grãos, trinta minutos, & na longitud de doze grãos, trinta & dous minutos, onde o Vouga mistura suas aguas com as do Oceano, nove legoas do Mondego & dez do Douro, tem seu assento a muito nobre & notavel Villa de Aveyro; húa das melhores de todo Portugal & mayor povoação, excepto só Coimbra, que nenhua outra da Provincia da Beyra, nem da de Traz os montes. Dilata-se quasi toda de Norte a Sul, em fórma prolongada, sobre hua fertil & aprazivel campina, que não tem padrafto em muitas legoas a roda: & descobrindo vistosa face ao Poente, faz alegre, & magestosa perspectiva para o Norte.

As aguas deste aumentadas com as de algumas ribeyras que cercão a Villa de graciosa verdura, cavàraõ outro tempo na espaçosa planicie hum não profundo, mas ameno valle , que se alarga entre quintas contra o Oriente: ao qual (...) conduzio a industria húa ria ou esteyro, que sobe, & desce com o fluxo, & refluxo, cortado com duas pontes, (húa de boa fabrica) & guarnecido com dilatado caes de pedra, que em tres pontes menores se termina. Nas margens deste, de huma, & outra parte correm as casas de varios mercadores, (na da ribeyra os naturaes, na do Alboy os Inglezes) ás quaes fazendo costas muitas ruas por todo aquelle sitio, que abraçaõ as aguas, enchem dous bayrros bayxos bem povoados de mareantes, pescadores, & marnotos.

(...) Crião seus pastos ferteis grande multidão de cavallos, alguns delles ginetes generosos, exercitados pelos nobres da Villa em lustrosas festas, sem passar anno em que não haja algumas. A caça do monte, com ser sempre buscada, se acha inextinguivel: a do rio, como diremos he incomparavel. Os regalos do sertão lhe attrahe o provimento de pescado, que sustenca, & saborea a muita parte do Reyno. Além do que da o mar, como em toda a mais costa, & das lampreas, que a seu tempo sobem pelo rio, traz a mayor copia de tainhas, solhas & lingoados tão celebrados outro tempo, como agora o saõ os machos; & sempre a inexhausta inundaçaõ de mariscos, que conservados em varios escabeches passaõ às Conquistas, depois de

¹⁷ Os principais assuntos tratados nas sessões da Câmara de Aveiro durante o ano de 1580 e mencionados expressamente nas actas são as nomeações e juramento de juizes para os lugares do termo da vila de Aveiro; licenças e juramentos a padeiras, vendeiras e forneiras de pão; contadeiras de sardinha, medidores de sal, cortadores de carne nos açougues; nomeação de rendeiros, de guardas-mores da saúde, do alcaide substituto, de almotacés e quadrilheiros, e a eleição de procuradores da vila às cortes. Há breves referências à preparação das salinas para o fabrico do sal e à pesca do bacalhau nos mares da Terra Nova. No entanto, são escassas as notícias acerca do comércio terrestre e marítimo de Aveiro e da organização, composição e valor da sua marinha mercante (NEVES, Francisco Ferreira, *Livro dos Acordos da Câmara de Aveiro de 1580*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1971).

¹⁸ A. Jouvin, *El Viajero de Europa* (Paris, 1672), cujo segundo tomo descreve Espanha e Portugal, explica: “(...) en Aveiro, que es un buen pueblo en la desembocadura del río Vouga, que los ingleses, los suecos, dos daneses, los holandeses, los escoceses, los hamburgueses y otros extranjeros vienen a cargar todos los años como cambio de sus maderas para hacer barcos, o su pescado salado, su trigo, cobre, carbón mineral, hierro, plomo y otras mercancías que no hay en Portugal” (MERCADAL, J. García, *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*, volume III, p. 632).

encher a Corte. O sal he a principal, & mais abundante producção, em que unindo-se todos os quatro elementos, procurão fazer a Aveyro porto rico pelo comercio.(...) A mudança dos contratos & declinação dos tempos tem diminuido de sorte o numero do povo, que hoje excede pouco de dous mil & setecentos vizinhos, repartidos em quatro Paroquias.

(...) Passando às grandezas temporaes de Aveyro, occorre logo seu celebrado rio, o melhor pela largueza fértil de suas prayas, que quantos mostraõ os Mappas de Espanha & França. Entra nelle o mar tão liberal de suas aguas, q envolvendo os cabedaes, que traz o Vouga, se estende por sete legoas de distancia: fazendo na que ha da barra ate Ovar, hum canal profundo, ou mar interior, que correndo de Norte a Sul com a costa do Oceano, deyxa entre ambos hum estreito isthmo: vistosa demonstração da Providencia Divina, pois ata o mar com húa faxa de areia; a qual em partes se adelgaça tanto, que se elle se embravece, lança escumas no rio. (...) Todo este rio salgado he da juridição de Aveyro, supposto q banha muitas Villas, & Lugares, que são domínios de diversos senhores, & com sua fertilidade se enriquecem. Chamão-lhe vulgarmente o nosso rio da Prata, pelos grandes lucros, que de suas aguas se tirão, assim na continua pescaria, & provimento das lavouras, como no sal, que he muito branco, & o mais forte, que se da no Reyno; do qual se provêm as Provincias de Entre Douro, & Minho, Traz os Mõtes, & Beyra, & quasi sempre o Reyno de Galiza; donde, & do senhorio de Biscaya o vem buscar numerosas frotas de seus pequenos bayxeis; & os do Norte levaõ tambem algum. Para lá o conduziaõ antes as embarçaçoens desta Villa, que eraõ mais de cem no anno de 1550 como consta do livro do Registo da Camera. O ambito das quinze legoas, que as aguas cercão, & cortaõ se reparte alem das Marinhas, ou Salinas, em muitas Ilhas, & Peninsulas, abundantes de pão, legumes & hortaliças; & as mais dellas são hoje muy cultivadas co casas de abegoaria. & de recreação.¹⁹

Apesar desta generosa descrição encomiástica da região, Carvalho da Costa mostra-se ciente da “declinação dos tempos” que diminuiram “o numero do povo, que hoje excede pouco de dous mil & setecentos vizinhos”. Mas já em Janeiro de 1687, Cristovão de Pinho, governador de Aveiro, pedira a ajuda real para fazer face à desertificação humana e ao declínio económico que se desencadeara. Por essa data, decorria um processo entre oficiais da Câmara da vila de Aveiro e oficiais das câmaras das vilas de Estarreja, Ílhavo e Angeja, em que estes acusavam a primeira de evocar a pobreza para fugir aos tributos fiscais, apesar da sua alegada prosperidade, segundo documentos de 22 de Abril de 1684 a 8 de Fevereiro de 1686²⁰. Os oficiais de Aveiro

¹⁹ COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa, e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, T. II, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1708, Tratado III: Da Comarca de Esgueira; Capítulo I: Da descrição topográfica da villa de Aveyro e Capítulo III: Da Nobreza desta Villa, Privilegios & suas Grandezas.

²⁰ “(...) Quanto a falta que suppoem o Dezembargador Commissario por falta de pescado em Aueiro Prouariam que não ha diminuição alguma nas pezcarias do ditto Rio, e mar, antes he muito mais que antigamente, e na ditta Villa muitas maiz redes, e armadilhas para pezcicar do que numqua Prouariam que alguns dos moradores de Aueiro dam aos pezcadores tam mau trato assim nos direitoz de peixe, Como em os Alcaides, e meirinhos os prenderem tomando lhe o peixe por perdido, tanto aos moradores da Villa, Como de fora, e ainda na praça aonde suas mulheres estam uendendo, o mandam muitoz para Caza sem lho pagarem, e talues que por perderem alguns o dinheiro leuem muitas pançadas alem de muitas auexaçoens, que por isso lhe fazem, e assim oprimidoz destas insolencias que alguns dos moradores da Villa Com pouco temor de Deus lhe fazem dezistimando oz Prouariam que muitos dos dittoz pezcadores por euitarem estes damnoz deixão suas mulheres, e filhos, e se uam huns para o Porto, e outroz para lizboa digo para Viana, e Setubal, e para esta Corte, outros tratar de seu officio, e do que ganham uam leuar socorro a suas mulheres, e filhoz de seis em seiz mezes, ou de anno em anno, e não querem pezcicar

enumeraram queixas e apresentaram provas da miséria reinante, justificando assim a impossibilidade de corresponder a maiores tributações, tendo vencido o processo²¹.

Em 1757, o capitão-mor de Ílhavo e cavaleiro professo da Ordem de Cristo, João de Sousa Ribeiro da Silveira consegue autorização para, por sua conta e risco, abrir um canal na Vagueira, obra efectuada em 8 de Dezembro de 1757 e que se manteve apenas durante oito anos, até que a barra voltou a fechar em 1765. Tanto o ano de 1755 como o de 1756 haviam sido de cruciais sofrimentos para a população de Aveiro, pois durante a maioria dos seus meses, as águas da Ria, sem se escoarem, cobriam a região, impedindo qualquer amanho dos campos e a fabricação das salinas. As inundações atingiram alguns bairros da vila, ocasionando a ruína em muitas habitações. Por sua vez, a estagnação das águas paradas, provocando epidemias, dizimava os aveirenses. O engenheiro solicitado à corte para obrar a libertação das água não aparecia, uma vez que o processo que o reclamava decorria com lentidão. As respostas de alguns párocos ao inquérito ordenado por Pombal, logo a seguir ao terramoto de 1 de Novembro de 1755,

em Auejro pellos aCintez que lhe fazem seuz moradores, poiz sam tantos que antez querem uiuer desterradoz os pobrezinhos de sua terra molher e filhoz do que padeçer tantas afrontas, e por esta reção não ha tanto pezcado e por Culpa doz que a isto dam Cauza, e tambem porque Prouariam que os dittos moradores de Aueiro deram em priuar aos pescadores de esguejra não pezquem no Rio sendo Comun a todoz. que se não pode impedir o direjto de pezcar Conforme a direito, e prendem quantos pezcadores acham de esguejra pezcando no Rio publico (...) quanto a suppozição que faz o ditto Ministro para aleuiar A uilla de Aueiro suppondo a Barra emtupida, e não nauegarem por ella nauioz, nem irem a terra noua senão os jngelezes Prouariam que a Barra esta dezempedida e nauegauei tambem e miilhor que antiguamente, e entram por ella Carauellas e nauioz Como de antez, mas se não uem com tanto excesso as embarcaçoens a Comerciari Como uinham, he por Culpa dos mesmoz moradores pellas ueixaçoens que fazem aos nauegantes na Carregação e descarga das merCancias”, citado por MADAHIL, Rocha, *Milenário de Aveiro*, vol. 2, pp. 265-331.

²¹ “(...) pois he Certo que sendo os moradores da ditta Villa de Auejro no tempo do primejro Contracto de mais de dous mil e quinhentos fogoz se acha hoje em numero de mil e sete Centos e des, que Consta por Rol dos Parrochos, por cujas rezoens se proua a atenuação e pobreza com que a ditta Villa se acha sem nenhum nauio, nem parte delle proprio (...) e por na ditta Villa de Auejro auer falta em tudo e principalmente não auer há muitos annos Comercio (...) Certefico e faço fee que a major parte dos pezcadores que ha nesta ditta Villa pellos muitos tributos que nella se lhe lancauam, e experimentarem a falta do pezcado de que viuem pello seu trabalho por serem homens pobres se auzentaram desta ditta villa p^a as Cidades do Porto, e Lisboa e Villas de Buarcos e figuejra (...) Como muitas pessoas desta ditta Villa se auzentaram para fora della em rezam de não poderem pagar os tributos e fintas que lhe lancauam nas occasioens que se offereciam (...) Certefico que esta ditta freguezia [Espírito Santo] tem trezentos e setenta e sinco fogos pouco mais ou menos emtre grandes e piquenos Como Consta do Rol dos Confeçadoz deste anno, e a major parte deste numero he huma lastimoza, e mizerauei pobreza que Somente uiuem de esmolos e emdustrias de Suas mãoz e trabalhos tanto que adoeçendo padeçem extremas necessidades, de que mujtos morrem por falta do neçessario (...) a ditta freguezia [São Gonçalo] tem trezentoz e setenta fogos pouco mais ou menos Como Consta do Rol dos Confeçados della e emtre elles auera trinta fogos que uiuam de suas fazendas e tractos, e os demais não tem mais que o que ganham Com que Se Sustentam mizerauei de tal maneira que em adoeçendo lhe mando a muitoz tirar esmollas para se sustentarem (...) na forma do Rol dos Confeçados tem esta minha freguezia [Vera Cruz] quatro Centos e sincoenta e sinco fogos pouco mais ou menos, os quaiz a menor parte podera uiuer de sua fazenda e agencia porque todos os maiz sam pobrissimos emtanto que seus filhoz e filhas andam pedindo ezmollas e não tem Com que se possam Sustentar nem fazer Seos Suffragios quando morrem (...) na ditta Villa uam della nenhum nauio nem Carauella quando antiguamente auia tantos que hiam a Terra nova que faziam a ditta Villa muito opullenta” (*idem, ibidem*).

dão-nos o ambiente da Ria e da vila. O prior da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, uma das quatro da vila de Aveiro, respondendo a 9 de Maio de 1756, escrevia: “Nos princípios de Março deste presente ano, foi tão crescida a inchente das águas que inundou a maior parte da freguesia, e isto sem tempestade de chuvas nem afluência de Rios, recorrendo alguns que pelo empuje da Barra retrocedião as correntes do Vouga; porém o certo he que a maior elevação do mar não permitia as vazantes da maré, ficando esta detida com grave prejuízo dos edificios e dos habitantes”²². Por sua vez, o padre Paulo Pedro Ferreira Granado da freguesia de S. Miguel, a 12 do mesmo mês e ano, elucidava:

Habitam nesta freguesia como fregueses dela, homens 326, mulheres 426, homens de menor idade 46, mulheres de menor idade 52. A nenhum destes falta o alimento necessário por esterilidade das terras, sim a falta de comércio, pela dificultusíssima entrada da Barra deste Porto, tem posto em consternação lamentável este povo, de que nace o grande vexamen de fintas todos os anos, a que os habitantes desta vila não podem suprir, pois neste dispêndio consomem o que lhes era muito preciso para o seu alimento e isto faz experimentar a toda esta vila o maior Rigor de fome e miséria.²³

A João de Sousa Ribeiro foi cometida a incumbência de se deslocar a Lisboa em representação do Senado da Câmara de Aveiro. Após audiência com o Secretário do Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, a 27 de Janeiro de 1757, este expediu o seguinte aviso ao Juíz de Fora de Aveiro:

Autorização Régia Concedida a João de Sousa Ribeiro da Silveira, Para Que à Sua Própria Custa Possa Abrir a Barra:

Sua Magestade houve por bem conceder licença ao capitão-mor de Ílhavo João de Sousa Ribeiro da Silveira, para que à sua própria custa possa abrir huma vala, que dê corrente e expedição interina às ágoas que innundavão essa villa, sangrando-as pela dita abertura, thé se meterem no mar; E porque o louvável Zelo com que o sobredito voluntariamente se offerece a esta obra de Utilidade pública, he digno de favor, sendo o mesmo Capitão mor o director da referida obra, que há de fazer com sua própria despeza. He o dito Senhor servido, que vmce. lhe dê para ella todo o auxílio de valadores, jornaleiros, carros e tudo o mais que necessário for, sem dúvida ou mora, e no cazo que nos incidentes da referida obra se offereça a vmce. alguma razão de duvidar, o faça sempre presente a Sua Magestade, sem suspensão da obra, por esta Secretaria de Estado dos negócios do Reino. Deos guarde a vmce. Bellem a vinte sete de Janeiro de mil sete centos sincoenta e sete.²⁴

²² COSTA, Eduardo, “Os Inquéritos Paroquiais do Séc. XVIII e Algumas das Freguesias do Distrito de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXI, 1955, pp. 5-23.

²³ *Idem, ibidem*.

²⁴ Citado por MENDES, H. Gabriel, “Cartografia e Engenharia Pombalinas da Ria e Barra de Aveiro”, *Boletim do Arquivo de História Militar*, vol. 43, 1974, pp. 61-2.

Apesar de ser de curta duração e preceder novo período de estagnação e pobreza na região, o sucesso efêmero desta iniciativa fica comprovado no seguinte excerto da atestação do Juízo da Alfândega da Vila de Aveiro, de 27 de Março de 1759:

(...) pervendo os Livros as entradas dellas, e vizitas das embarcações que entrão neste Porto de Aveiro em o Livro das entradas a folhas vinte e oito consta entrar neste Porto numa embarcação em onze do mez de Agosto de mil setecentos, sincoenta e tres, que foi a ultima que neste mesmo Porto entrou pela Barra Velha, e não entrou outra embarcação mais alguma, por se arear a dita Barra; e por este motivo não entrarão mais algumas; e outro Sim Certifico que desde vinte e nove de Março do anno proximo passado de mil setecentos, sincoenta e oito the oito de Fevereiro do prezente anno mil setecentos sincoenta e nove, entrarão neste Porto trinta embarcações com carga de sardinha, duas com carga de Ferro, e duas em lastro de areia, e huma com carga de figo e passa do Algarve, que por todas fazem trinta e cinco, que todas entrarão pela Barra nova que o Suplicante abrio no dia declarado na petição que foi em dia oito de Dezembro do anno mil setecentos sincoenta e sete (...).²⁵

A Câmara da vila continuava, porém, com tão poucos rendimentos que não podia pagar a médicos e boticários nem proceder a obras de reparação em fontes, pontes e calçadas públicas²⁶. A representação da Câmara à rainha D. Maria I em 1788 também não teve resultado. Em 1797 recenseavam-se apenas três mil e quinhentos habitantes. Mas só em 1802 é que, diante da amplidão dos estragos, Rodrigo de Souza, ministro de D. João VI, encarrega o engenheiro Luís Gomes de Carvalho da abertura da barra. Conseguiu-o em 3 de Abril de 1808 e dirigiu as obras da sua melhoria e manutenção demoradamente até 1823.

²⁵ MENDES, Gabriel, “Cartografia e Engenharia Pombalinas”, p. 128. Ver também a resposta do pároco de Ílhavo aos interrogatórios para a organização do *Diccionario Geographico* do Padre Luiz Cardoso, enviado pelo Governo aos párocos depois do terramoto de 1755: “(...) Ao Cavalheyro Joam de Sousa [Ribeyro da Silveyra, Cavalleyro da ordem de Christo, Familiar do Santo officio e capitam Mór de Ilhavo] deve Aveyro sua Patria, e as mais villas e povoaçoens adjacentes o importante beneficio de abrir á sua custa a barra com que as livrou das innundaçoens em que estavam quazi submergidas, e esterilizadas as salinas do rio de Aveyro, e atenuada a mayor parte das rendas dos conventos, e dos Cavalheyros da mesma villa, e outros senhores dellas. Ameaçando ruyna huma boa parte da dita villa, que por conta das innumdaçoens estava inhabitada e inhabitavel como na gazeta de Lisboa de dose de Janeyro deste prezente anno de mil e sete centos e cincoenta e oito se refere” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Diccionario Geographico*, Tômoo 18, fls. 105 e seguintes, citado por MADAHIL, António Gomes da Rocha, *Ílhavo no Século XVIII: As Informações Paroquiais de 1721 e de 1758*, Figueira da Foz, Tipografia Popular, 1937).

²⁶ Situação comprovada desde 20 de Abril de 1751: “Dom Jozeph por graça de Deus Rey de Portugal (...) Fasso Saber a Vos Prouedor da Comarca de Esgueyra que hauendo respeyto a me representarem os officiaes da Camara nobreza, e Povo da villa de Aveyro que elles Se achauão reduzidos a mayor pobreza e mizeria sem terem Com que satisfazer as despezas preCizas do Concelho ordenados de Medicos, e outros nem poderem aCodir, a Fontes, Pontes, Calsadas, e mais obras publicas aroinadas, e o que mais Era sem poderem Satisfazer a emportancia do CaBeção das sizas vrginado tudo da Falta ou extinção do Comercio por areada a Barra da dita villa e fallirem os Rendimentos della q. derão oCazião a Ser tam excessiuo o Compito a q. Se obrigarão por Estar naquelle tempo florecente o Comercio (...)”. “Tresllado da Provizão que Sua Magestade concedeu a esta villa de dous Reis Em cada Coartilho de vinho e dous em Cada aRatel de Carne para abertura da Barra”, citado por MADAHIL, Rocha, *Milenário de Aveiro*, vol. 2, p. 569.

No entanto, coexistiam duas visões diferentes: a daqueles que consideravam ser a abertura da barra a única solução, o que exigia uma forte intervenção de engenharia e custos elevados; e a outra que respeitava a tendência natural da barra, a abertura a sul, intervindo apenas no desasoreamento dos canais, solução muito mais económica e rápida. A esta última opinião juntava-se a convicção de que a abertura de uma barra, em frente da cidade, por alturas de S. Jacinto, podia ser ideal para as marinhas, mas não o seria para as terras cultivadas²⁷. Daí a hostilidade generalizada contra o engenheiro hidráulico Luís Gomes de Carvalho, visto as obras em curso afectarem simultaneamente todos os recursos da Ria: comércio, agricultura, salinas e pesca, conflitualidade que se manifestava publicamente através de rumores, panfletos e ameaças declaradas. Os primeiros resultados medíocres suscitaram amotinações, com tentativas de abertura forçada da barra. Gomes de Carvalho “não consegue convencer os povos da Provedoria que, por um lado, têm na Ria um caminho livre e sempre disponível, por outro, se vêm esmagados por múltiplos impostos, esbanjados em obras, desde a Companhia de Vinhos do Alto Douro, até às obras do Mondego, sem que a Barra se tornasse operacional. Entretanto, as comunicações em Aveiro correm ao ritmo do moliceiro ou do mercantel, ou dos almocreves e das sardinheiras”²⁸.

Em 1807, era esta a situação: “as terras lavradas estão fora de estado de cultura; os prados submergidos; as salinas todas cobertas; morre o gado que vive das ervas, adoece muita gente em Aveiro-baixo, e na Marinha; e alguns médicos dizem que o peixe que vai pastando plantas que não são aquáticas e que apodrecem debaixo da água, vem a ser muito nocível (...) já ninguém em Aveiro quis comprar peixe da Ria”²⁹. Seguindo ainda a investigação histórica referencial de Inês Amorim, “em Aveiro e à volta da sua laguna, caminhos de terra e de água confundem-se, completam-se, ou dificultam-se. Na Provedoria de Aveiro, lado a lado, a tradição e a inovação, ou seja, as rotas antigas, englobando estradas mouriscas e barcas de passagem, e as novas vias, projectadas pelos engenheiros. Daí que o estudo dos percursos seja o estudo das contradições entre ambições do poder centralizador (e, por isso, as novas vias encerram um papel político, económico e social), e a tradição, ou seja, os projectos régios na hora da concretização, não passavam do papel, sendo os particulares a resolver casos

²⁷ MENDES, Gabriel, “Cartografia e Engenharia Pombalinas”, p. 116.

²⁸ AMORIM, Inês, *Aveiro e a sua Provedoria no Séc. XVIII*, p. 108.

²⁹ Arquivo Histórico Municipal do Porto, Ministério do Reino, n.º 32, “Memória sobre a Barra de Aveiro” de 23 de Abril de 1807, citado por AMORIM, Inês, *Aveiro e a sua Provedoria no Séc. XVIII*, p. 89.

pontuais”³⁰. Estruturava-se uma complexa domesticação social do espaço em que muitos terrenos emergiam e submergiam sucessivamente, sendo utilizados conforme os interesses vigentes como terrenos de cultivo, praias de junco e moliço, pasto para criação de gado ou marinhas de sal³¹, vazando-se em complicadas modalidades de distribuição e apropriação das propriedades. Estas geravam tensões sociais claramente inscritas numa longa duração, que as iluminadas intervenções tecnológicas oitocentistas não deixaram de potenciar.

A ordem estrutural e mesmo paisagística que actualmente parece quase evidente na morfologia imposta ao social e ao económico pela Ria nem sempre convoca especializações tão claras do passado: a Ria era mesmo navegável com grandes limitações e as embarcações que a sulcavam até finais do século XVIII eram barcos sem quilha: “(...) O porto geral da villa, vulgarmente chamado Malhada, he somente capaz dos barcos que no rio de Aveyro navegam sem quilha, mas chatos pello fundo, e a elle aportam em grande quantidade por esteyros derivados do Rio principal”³². A Aveiro chegavam apenas “pequenas embarcações porque em distância dela um quarto de légua, pouco mais ao menos, há um banco de areia que atravessa o canal de um ao outro lado, onde só se encontram dez palmos de água na praia-mar”³³. Neste contexto, a abertura à navegação da Barra de Aveiro em Abril de 1808, foi considerado “hum segundo dia de criação”³⁴, pois a causa maior do declínio de Aveiro havia sido desde sempre a sua imprevisibilidade³⁵:

(...) deste modo a Cidade ia ficando despovoada, porq sendo seu maior commercio as Marinhas de Sal, e a Agricultura dos Campos, que estão entre as duas rias, em em todas as circunferencias do Vouga, elles se achavão por espaço d’annos inundados, porq não tinham hua Barra que desse sahida as agôas, e deste modo todos os habitantes estavam privados dos meios

³⁰ AMORIM, Inês, *Aveiro e a sua Provedoria no Séc. XVIII*, p. 98.

³¹ Na região de Aveiro não se usa o termo “salina” senão como forma verbal. Por exemplo: “Aquele marinha *salina* muito”, ou seja, “produz muito sal” (VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização*, reedição em dez volumes, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980 a 1997, volume V, p. 190).

³² Luiz Cardoso, *Diccionario Geographico*, citado por MADAHIL, Rocha, *Ílhavo no Século XVIII*.

³³ PIMENTA, Belisário, “A Barra de Aveiro em 1809”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, 1942, p. 168, sobre documento encontrado pelo autor no Arquivo Histórico Militar (documento nº 30 da caixa nº 166, 14ª secção da 1ª divisão), *Memória sobre a nova Barra de Aveiro aberta em 3 de Abril de 1808* de Maio de 1809, por Isidoro Francisco Guimarães, oficial da Marinha de Guerra. Descreve o estado sanitário e a miséria das populações da Ria, por virtude da subida das águas enquanto a barra esteve fechada.

³⁴ CARVALHO, Luís Gomes de, “Memória Descritiva na Abertura da Barra de Aveiro segundo as Ordens de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, 1802”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, XIII, 1947, p. 30.

³⁵ Para uma perspectiva do determinismo da Barra na vida económica de Aveiro, ver CUNHA, Silvério Rocha e, *Notícia sobre as Indústrias Marítimas na Área da Jurisdição da Capitania do Porto de Aveiro*, Aveiro, Gráfica Aveirense, 1939.

de subsistencia, porque não tinham onde os procurar no Payz, e se vião por isso obrigados a abandoná-lo. (...) Mais de 7 legôas de hu fertil terreno estava inutilizado p^a a Agricultura pela inundaçoens, que ha 5 annos cobrião os campos: todos os annos os abitantes d'Aveiro soffrião violentas febres, e a povoação toda estava submergida na desgraça pela falta de cultura das terras, e de todo o commercio exterior. (...) A Ria tem hua prodigiosa quantidade de barcos de pescaria: o seu numero he certam.te de 3 mil, e cada barco tem pelo menos 6 homens: ha alguns, que fazem a pescaria em alto mar, porem estes não excedem certam.te a 25, porem cada barco tem perto de 80 homens”. Os pilotos da barra, segundo o autor, são meros pescadores com alguns conhecimentos do local, que exercem o seu trabalho irregularmente, sem supervisão, em total anarquia: “elle não conhecem superior legitimo que os dirija: os magistrados da terra ordenão lhe isto, ou aquillo, q.do igualm.te lhe agrada, ou q.do conhecem que daqui lhe resulta algum interesse particular, e pelo contrº. Todos se roubão ao trabalho de os dirigir. (...) Na repartição da marinha não ha naquella Cide. Policia algua. (...) mt^a abundancia de barcos, que ha naquella Ria, como athe por ser piquena a dist^a a Cide. e ser a Ria sempre mui tranquila.”³⁶

As boas condições de aceso à barra permitiram imediatamente em 1809 a entrada de uma frota de 48 navios ingleses, para reabastecer o exército anglo-luso que marchava sobre o Porto. Mas, e apesar da euforia inicial, em 1834, foram reduzidas a duas as quatro freguesias da cidade, sendo a causa desta medida a pequenez e pobreza de todas elas, não podendo sustentar os seus párocos, depois de abolidos os rendimentos da Comenda que lhes pagavam as cõngruas. Segundo o *Relatório* de Agosto de 1848, redigido por Joaquim Elias Rodrigues da Costa, governador civil de Aveiro, a riqueza da região assentava no milho, “que nunca chega para o consumo”, em algum vinho “muito ordinário”, lenhas, legumes e frutas “de toda a qualidade”, e “muito bom sal que é exportado para a cidade do Porto em navios costeiros”. A única fábrica existente na cidade, fundada em 1775, no Cojo, produzia “louça muito ordinária”³⁷. A falta de pedra para as obras da barra, dos cais da cidade, do liceu e do teatro levou à demolição da velha muralha, da igreja do Espírito Santo e da capela de S. Jorge da Esgueira. Porém, a questão mais preocupante e que continuava a afectar a economia da região era o estado da barra, que quase voltou a fechar em 1843, 1849 e 1857-58. Além dos géneros referidos no *Relatório* de 1848, pela barra saíam ainda outros produtos, como as louças da Vista Alegre, chumbo em barra, feijão para Lisboa e laranjas para Inglaterra. O sal constituía aproximadamente metade do total dos valores exportados pela barra. Um dos efeitos mais notórios do estado da barra em 1857-58, depois da paralisia da produção de sal, foi a liquidação dos arrozais. A cultura do arroz, que adquirira o máximo desenvolvimento no distrito entre 1851 e 1852, principiou a diminuir de 1857 para

³⁶ *Memória sobre a nova Barra de Aveiro aberta em 3 de Abril de 1808*, por Isidoro Francisco Guimarães, publicada por PIMENTA, Belisário, “A Barra de Aveiro em 1809”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, 1942, pp. 161-73.

³⁷ Publicado por BRAGA, Amílcar Oliveira, “Aveiro em 1847-1848, segundo um relatório do Governo Civil”, *Estudos Aveirenses*, nº 5, 1995, pp. 191-206.

1859, quando a área ocupada pelos arrozais era já muito inferior a quinhentos hectares. O estado da barra e os seus efeitos económicos e sanitários dominaram as páginas d’*O Campeão do Vouga* entre 1857 e 1859, enquanto a questão dos arrozais chegou a provocar motins violentos. Durante os cinquenta anos que se seguiram à intervenção de Luís Gomes de Carvalho, as obras da barra nunca tiveram uma direcção técnica estável nem os apoios políticos e financeiros imprescindíveis. Meio século de invasões, guerras civis, golpes, revoluções e levantamentos haviam de fazer-se sentir, de forma funesta, no estado da barra e consequentemente na economia da cidade e da região envolvente. Assim, por falta dos indispensáveis trabalhos de ampliação e conservação do molhe de Luís Gomes de Carvalho, as condições de navegabilidade degradaram-se, especialmente a partir de 1836. Em 1862, Rangel de Quadros Oudinot confirmaria a evolução do estado da barra: “o comércio do nosso distrito declinou bastante depois que a barra de Aveiro se começou a deteriorar. Agora porém que ela se vai tornando uma das primeiras de Portugal; agora que o distrito tem tido um sem número de estradas a cortá-lo em todas as direcções é de esperar que o comércio, que de novo torna a tomar incremento, prospere e se restabeleça. Onde há o principal comércio interno é nas feiras”³⁸. E refere dez mercados e feiras anuais e 24 mensais, enquanto o movimento do Porto de Aveiro contava 341 embarcações entradas e 357 saídas. Na década seguinte, porém, o autor do *Portugal Antigo e Moderno* dá a entender que o entusiasmo em torno da barra arrefecera por causa das vantagens do caminho de ferro. Em 1873, Pinho Leal afirma que era então pequeno o número de embarcações entradas na barra de Aveiro e que quase se limitavam à exportação de sal, “que regula anualmente por 20.000 a 24.000 moios, termo médio”³⁹.

A representação aprovada no comício que, a 3 de Abril de 1893, se realizou na cidade de Aveiro, com o fim de pedir o estabelecimento de um serviço de dragagens na Ria, refere o decréscimo das pescarias no estuário, a progressiva escassez de moliços, a dificuldade em obter águas com o grau de salinidade indispensável ao fabrico de sal e os inconvenientes de gravidade para a saúde pública pela falta de movimentação das águas, que eram as naturais consequências do progressivo assoreamento. As páginas da

³⁸ OUDINOT, Rangel de Quadros, *Almanak Aveirense Estatístico e Recreativo para o Anno de 1863*, Aveiro, 1862, p. 60.

³⁹ LEAL, Augusto Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno: Dicionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de grande número de Aldeias*, Lisboa, Livraria Editora de Tavares, Cardoso e Irmão, 1873, vol. I, p. 275.

representação apareceram em público sem nome expresso de autores e unicamente como produto do comício em que o problema publicamente se debateu:

(...) Com efeito, o represamento das águas já tornou endémicas em Vagos as febres intermitentes, e aí ocorreram em 1888 mais 16 óbitos do que em 1887 e em 1889 mais 5 do que em 1887 também. Nos campos de Estarreja e Veiros fazem aquelas febres muitas vítimas, sendo para lamentar que as estatísticas não designem especialmente aquela causa de mortalidade para se justificar que, sendo Estarreja um dos concelhos mais populosos deste distrito, possui contudo freguesias como Avanca que, pelo censo de 1864 contava 4:074 almas e em 1878 apenas possuía 3:921 e Veiros que em 1864 tinha 2:217 habitantes e em 1878 tão somente 2:290. Na primeira portanto, em 14 anos, a diferença para menos na população foi de 153 almas e na segunda, durante o mesmo lapso de tempo, o crescimento anual da população foi apenas, de 5 pessoas. Na Marinha de Ovar não raro prostam as intermitentes aqueles que ali vivem e os tifos ali vitimaram no ano passado muitas pessoas, cumprindo notar que nesse concelho é constante o aumento de mortalidade por isso que em 1889 morreram mais 141 pessoas que em 1888 e mais 71, do que em 1887. O mesmo sucede no concelho de Ílhavo, em que houve em 1889 mais 16 óbitos do que no ano anterior, mais 45 do que em 1887 e mais 19 do que em 1886.⁴⁰

Paralelamente às tentativas de fixação definitiva da barra, o movimento demográfico do interior para o litoral acentua-se e, em meados do século XIX, opera-se o povoamento definitivo do cordão arenoso. Procedendo a uma autêntica colonização, inicia-se a transformação da panorâmica do lido. No século XX, as gerações de 1900 e 1930, graças a um trabalho arrebatado, mudaram o extenso areal estéril. Confrontadas com o perigo constante do assoreamento, removeram as areias e criaram quase artificialmente um novo solo. Acompanhando esta apropriação e domesticação, empreenderam o revestimento florestal desde a costa de Ovar à de Aveiro. Com o fim de conter as dunas litorais, os Serviços Florestais e os particulares semearam pinhais que, com os anos e auxiliados por sementeiras de tojo, giesta e sargaço, se espalharam pela região. Já desde o século XIV que a degradação florestal motivada pelas necessidades de construção, abastecimento, aquecimento e transporte obrigara a uma política régia sistemática de florestação. Ao longo da época moderna, as medidas multiplicam-se para o plantio de árvores, punindo a utilização indevida de madeiras. Mas os problemas que a falta de madeiras colocava levou a um maior vigor nas iniciativas de reflorestação, quer por particulares quer por parte da Coroa⁴¹. A política

⁴⁰ Assinam o Presidente da Mesa, Casimiro Barreto Ferraz Sacchetti, e os dois Secretários, Edmundo de Magalhães Machado e José Maria de Melo de Matos. Citado por MADAHIL, António Gomes da Rocha, “A representação aprovada no comício que em 3 de Abril de 1893 se realizou na cidade de Aveiro com o fim de pedir o estabelecimento de um serviço de dragagens na Ria da mesma cidade”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV, 1948, pp. 119-35.

⁴¹ MATTOS, José Maria Melo de, “Memória sobre a arborização das dunas de Aveiro”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, 23, Lisboa, 1892.

de plantio de pinhais não teve efeito para sul de Ovar, de modo que o assunto volta a ser retomado em 1874, como medida urgente para travar o avanço das areias, responsável pelo assoreamento da barra, mote repetido em 1884 e posteriormente sem cessar.

A partir destas informações históricas que, apesar da sua dimensão parcelar, parece sublinharam uma economia de trocas orbitando exageradamente em torno da generosidade da “abertura” da barra, problema quase fatal das estratégias económicas e sociais regionais, deve também convocar-se a teorização proposta pela moderna geografia científica portuguesa. Assim, citando a classificação dos tipos de povoamento proposta pelo trabalho de Orlando Ribeiro, a “variedade da Ria de Aveiro” distingue-se pelas “povoações de um tipo especial, alongadas, em enormes ruas com casas de um e doutro lado, interminavelmente alongadas na planura arenosa”⁴², uma morfologia que sublinhava a dependência incontornável face a uma Ria impondo coextensivamente os seus povoamentos e *habitats* especializados. Apesar de não ser este o lugar adequado para discutir os determinismos que a muito “física” geografia humana de Orlando Ribeiro impuseram para ficar no entendimento regional da ecologia portuguesa, a sua tipologia do espaço que categorizava precisamente como “Ria de Aveiro” parece evidenciar-se na ordem do espaço de algumas das povoações que marcam este território. Visite-se esclarecedoramente essa Torreira⁴³ fundada no troço de costa mais estreito no

⁴² RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann & DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal*, vol. III, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1999 [1987], pp. 868-70.

⁴³ A Torreira é uma das freguesias que constituem o concelho da Murtosa, localizando-se no cordão litoral, a poente deste concelho. Liga-se às restantes freguesias, que se encontram a nascente, pela ponte da Varela. O cordão litoral onde se situa estende-se do Furadouro até S. Jacinto, numa longa faixa arenosa de cerca de vinte e cinco quilómetros. A freguesia é constituída pelos lugares do Muranzel, Quintas do Norte, Quintas do Sul, Torreira e Pedrinhas. Quer os lugares a norte (Quintas do Norte e Quintas do Sul), quer a sul (Pedrinhas e Muranzel), têm uma predominância agrícola, alternando-se casas de veraneio com campos cultivados. Quanto ao lugar da Torreira, apresenta as características de praia balnear comuns a outras povoações da mesma região. Edificada entre o mar e a laguna, beneficia da proximidade de uma área protegida, a Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto (Decreto-Lei nº 41/79), caracterizada por uma mata abundante, santuário de aves aquáticas, e do facto de se localizar no ponto onde a Ria atinge a sua largura máxima, a Lagoa.

Durante séculos, a grande extensão de dunas entre o mar e a Ria foi pertença do termo de Cabanões e, depois, de Ovar. Até 1855, toda a costa do mar desde Ovar até Mira pertenceu à primeira destas duas freguesias. Porém, o decreto de 24 de Outubro de 1855 e a portaria do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça de 10 de Setembro de 1856 vieram pôr termo a esta situação, passando a praia da Torreira a pertencer à freguesia da Murtosa e, na parte eclesiástica, sujeita à freguesia do Bunheiro, situação verificada até à década de trinta do nosso século. José Maria Barbosa referencia a existência da Torreira quer como local de banhos, quer como estação de pesca marítima já no último quartel do séc. XVIII (BARBOSA, José Maria, *A Murtoza (a proposito da sua autonomia)*, Aveiro, Tipografia do Campeão das Províncias, 1899). As habitações dos pescadores, os palheiros, estariam localizados junto à margem da Ria e era nelas que se albergavam as poucas pessoas que ali iam a banhos. A partir de 1820, a importância da povoação aumentou, quer como praia quer como local de pesca. A vinda de pescadores de Ovar, Murtosa e Furadouro levou à profissionalização da pesca e à permanência de uma população fixa na povoação. Em 1880 armam-se seis companhias de xávega, que subsistem ainda em 1912, empregando então oitenta homens cada uma, quarenta no mar e quarenta em terra, com doze

sentido oceano-laguna, já que era necessário transportar o peixe capturado no oceano para a margem da Ria, onde era salgado, negociado e levado pelos mercantéis para distribuição pelas terras do interior. Desde logo aí se ergueram as instalações necessárias à sua preparação e venda, entrepostos ou armazéns dos negociantes, e também palheiros de pescadores do mar e da Ria, em grande número. Os armazéns situavam-se geralmente rentes à água e tinham quase sempre um andar para habitação dos negociantes; da margem oposta da Ria vinham então os barcos que, para maior facilidade de carga, atracavam à porta desses armazéns, que não raro eram atingidos pelas marés. Havia assim, originalmente, dois aglomerados de palheiros, um à beira-mar e outro sobre a Ria, entre os quais ficava um areal deserto. Ainda hoje é possível ver na configuração da Torreira uma longa avenida ligando o mar à Ria, ao longo da qual se localizam os principais serviços e equipamentos, e uma frente de Ria mais estendida do que a frente de mar. Esta só era frequentada de Verão, durante a época da pesca da sardinha com arte de arrasto que, seguidamente, atraiu ao local, a que deu vida, gentes de outras partes, pescadores, negociantes e banhistas. A localidade progrediu como praia de banhos, afluindo os forasteiros veraneantes em número considerável, vindos muitas vezes do interior, de barco, pelos rios Vouga e Águeda e que se instalavam nos melhores palheiros⁴⁴. Na laguna, o Inverno proporciona um movimento intenso de bateiras nas diferentes fainas de pesca a que se dedica a sua numerosa comunidade de pescadores.

Somando-se às lições da moderna geografia, rapidamente a literatura etnográfica contemporânea consagrou igualmente esse espaço designado por Ria de Aveiro, apresentado com a sua “grande variedade de aspectos económicos, as fainas moliceiras, a pesca do rio, a agricultura especial assente em grande parte nos limos que aí se recolhem, os seus barcos, as suas casas”⁴⁵, construindo em seu redor, ao longo dos séculos, uma personalidade geográfica e cultural forte e original. Estas ideias de “personalizar” o espaço a partir de causações determinadas por uma geografia

juntas de bois para a alagem por cada companhia. O peixe era carregado da praia para a Ria à cabeça, empregando-se nesse serviço, às vezes, quatrocentas mulheres. Segundo o Censo de 1930, a Torreira tinha 235 fogos e 1054 habitantes; no Censo de 1940 conta já com 446 fogos para 1404 habitantes. Actualmente, a pesca da sardinha perdeu a importância de outras épocas, restringindo-se à actividade de duas xávegas pequenas que operam na praia. Contudo, do lado da Ria, há uma centena de bateiras que se dedicam à pesca na laguna. Foi elevada a vila em 12 de Junho de 1997.

⁴⁴ “Era também a Torreira a estância balnear mais considerada e apetecida entre a Figueira e o Porto, até há coisa de uma dúzia de anos” (AFFREIXO, Jayme, “Pescas Nacionais: A Região de Aveiro”, *A Tradição – Revista Mensal d’Ethnographia Portuguesa Illustrada*, Serpa, vol. IV, 1902, p. 103).

⁴⁵ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Palheiros do Litoral Central Português*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1964, p. 9.

inevitável, desaguando em culturas com poucas opções estratégicas, tendem frequentemente a esquecer que o actor social pode mesmo ignorar os detalhes da história do seu meio ambiente (o que acontece na maior parte das vezes) sem que isso diminua a “clarividência” da sua percepção ou a qualificação das suas práticas culturais quotidianas. O espaço social é constituído – recorde-se esta evidência axiológica – pela interacção dos agentes humanos com todo o meio circundante: “It is this milieu which is most essentially ‘theirs’, and that they are prepared to assert their ownership and membership, vocally and aggressively, in the face of opposing ideas and groups”⁴⁶. Viver em comunidade pressupõe a partilha de vários tipos de relações e de um mesmo sentimento de lugar e de grupo. Por isso, as comunidades caracterizam-se por um elevado grau de coerência, do qual a concentração física num determinado território geográfico organiza uma “chave” social e simbólica, estendendo-se da especificidade dos sistemas de parentesco às produções culturais e até à ritualização do espaço. Esta celebração do espaço, que não tem necessariamente de se vincular a determinismos geográficos, oferece uma das principais estruturas em que actua a comunicação entre o natural e o social, distribuindo estrategicamente culturas, símbolos e representações que permitem à comunidade exprimir problemas, elaborar perspectivas e organizar estratégias, especializando as linguagens que perseguem pertenças, distinções e coesões. Em grande medida, o nosso trabalho de investigação procura perseguir precisamente essas linguagens que, mais do que celebrar um espaço, inventam-no tão estrategicamente que acabam por transformar em evidente, em quase determinado, o que foi demoradamente produzido, tanto por opções culturais como por oportunidades sociais.

⁴⁶ ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities: Reflection on the Origin and Spread of Nationalism*, London, Verso, 1991, p. 56.

2.

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA LOCAL

PESCAS, AGRICULTURA E EXTRACÇÃO DE MOLIÇO

Exploram a ria os mercanteis, que fazem o tráfego da sardinha, os barqueiros, que fazem os fretes marítimos, rendeiros das praias que lhe aproveitam os juncais, os marnotos que se empregam no fabrico do sal, os moliceiros que apanham as algas e finalmente os pescadores da Murtosa.

Raul Brandão, *Os Pescadores*.

Não há destinos definitivos, mas é verdade
que os houve tão duradouros que só agora começa
a ver-se-lhes o fim: é o caso do moliceiro
e da apanha do moliço.

José Saramago, *Viagem a Portugal*.

Existe uma outra lição normativa da nossa ideia de espaço: à história, à geografia, ao “folclore” (como se dizia antigamente) dever-se-ia somar esse outro manual que, ensinando a “economia da região”, permitiria finalmente alcançar a constelação de saberes que fundaria os “fomentos” políticos do futuro. Comece, por isso, por se recordar brevemente que, durante muito tempo, a economia da região lagunar esteve exclusivamente baseada na exploração dos recursos locais. A Ria de Aveiro, com a sua personalidade geográfica e a sua vida marítima excepcional, constituía um vasto campo de acção para esse tipo entre o essencial, o folclórico e o inventado que era o *ribeirinho*:

As terras dos arredores de Aveiro pela banda do lugar de Alqueidão e Vila de Ílhavo, etc, são terras cultiváveis e de boa qualidade muito plantadas de árvores de diferentes espécies e em algumas partes de pinheiros dos quais há maior abundância nas maiores distâncias dos povoados. As que ficam da banda da vila do Vouga são também terras capazes de cultura ainda que tenham mistura de areia grossa, e muito plantadas de pinheiros. As terras baixas que estão da banda do Rio Vouga ladeando até Nossa Senhora do Bom Sucesso [das Areias] são arenosas e muito plantadas de pinheiros e os maiores baixos delas junto ao Rio se inundam nas grandes cheias. As que ficam entre os diferentes braços do Rio Vouga são mais ou menos pantanosas de pouca profundidade, mas a sua superfície é geralmente de areia, e pela maior parte cultivadas pela curiosidade dos proprietários, que lhes têm formado valados para embaraçar que se inundem excepto nas grandes cheias. As ilhas formadas pelo caos do Espinheiro, cal do Ouro,

cal de Aranhão, esteiro de Esgueira são lagoas misturadas de marinhas de sal, e do mesmo modo as há costeando pela banda de Vouga até Ílhavo. As terras que se acham entre a Cal de Ílhavo, e a Cal que conduz a barra, são de areia do mar em forma de lombas, excepto as bordas ou extremidades de perto de 300 braças de largura, que produzem algumas ervas pouco sucozas de pouco rendimento e utilidade e em algumas partes em terras cultivadas que produzem milho. O grande banco de areia que separa o mar e lhe impede o comunicar com o Canal que corre desde Nossa Senhora do Bom Sucesso até a barra e do mesmo modo duas léguas mais desde ela para a parte do Sudoeste até onde estava a antiga, é inteiramente de areia pura, no meio mais elevado em forma de lombas formadas pelos ventos.⁴⁷

Nos séculos XII e XIII, a pesca marítima e a pesca fluvial estavam claramente diferenciadas, como sugerem vários forais e inquirições, sendo a segunda a mais praticada, não só pela disponibilidade de recursos mas também pela segurança do trabalho. Ambas as actividades eram exercidas simultaneamente com o trabalho agrícola que continuava a garantir a base da economia doméstica epocal. Apesar de todas as freguesias vizinhas à Ria nela pescarem, nem todas o faziam de uma forma constante⁴⁸. Desde sempre, os pescadores encontraram na Ria de Aveiro vários tipos de peixe, capturados para consumo pessoal ou para vender. Na zona salgada, pesca-se o robalo, a dourada, a choupa, o congro; em menor escala, a faneca, o cação e as raias; mais raramente ainda a sardinha e o chicharro. Na zona salobra predominam a enguia, a solha, quatro espécies de muge (tainha, olhalvo, garranto e negrão), o robalo e o linguado. Nas águas doces, captura-se a enguia, as bogas, os pimpões. Os moluscos que têm interesse comercial são a ameijoia, o berbigão, o mexilhão e a ostra, e também um crustáceo, o caranguejo⁴⁹.

Murtosa, Ovar, Aveiro e Ílhavo alternavam a pesca na Ria com a pesca no mar e com o amanho das marinhas. A época de Inverno era mais activa, enquanto a safra do sal não se reiniciava. A crescente dispersão e sedentarização dos pescadores de Aveiro é

⁴⁷ Descrição inserida na “Carta particular dos contornos da Vila de Aveiro desde a boca do Rio Vouga até à nova Barra” dos Engenheiros François Hiacinte de Polchet e Louis D’Alicourt (1759). A região descrita é limitada, por um lado, pela costa do mar, desde a capela do Bom Sucesso (Torreira) até à barra nova, e por outro, por uma linha definida pelo Forte Velho, Vagos, Arada, Esgueira, Sarrazola, Rio Velho, foz do Vouga, Pardelhas e outra vez Nossa Senhora da Torreira. Citado por MENDES, H. Gabriel, “Cartografia e Engenharia Pombalinas da Ria e Barra de Aveiro”, pp. 23-4.

⁴⁸ AMORIM, Inês, *Aveiro e a sua Provedoria no Séc. XVIII*, pp. 489 e seguintes.

⁴⁹ “Tanto a bacia da Torreira como a da Costa Nova são abundantes em pescaria. As principais espécies são a tainha, o linguado, a solha, a enguia, a solha, o robalo, a choupa, o camarão, em cuja captura se emprega especialmente a gente da Murtosa. Ha ainda, de molluscos, a ameijoia e o berbigão, bem como o mexilhão que se encontra nas pedras do molhe da barra. A ostra pode dizer-se que desapareceu por completo. Uma ou outra, que aparece nas proximidades da barra, constitue uma verdadeira raridade” (MAGALHÃES, Luiz de, “Os Barcos da Ria de Aveiro”, *Portugália: Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez*, tomo II, fasc. 1, Porto, Imprensa Portugueza, 1905, p. 51).

explicada pela sua polivalência na pesca, trabalho nas salinas e recolha e transporte de moliço⁵⁰.

Na Idade Média, Ovar foi um dos principais centros de pesca do país, constituindo esta indústria o modo de vida de inúmeros habitantes das classes menos favorecidas que moravam na Arruela e trabalhavam na Ria, ainda em formação e povoada de espécies entretanto extintas. Os pescadores utilizavam a pinaça, embarcação segura e ligeira, de vela e remo, construída em pinho, de onde lhe provem o nome, e a barca, quando pescavam na laguna que, com a sua configuração, marés, clima e fauna abundante e variada, era propícia àquela indústria.

No século XIII a indústria da pesca começa a ser referida em documentos. Já nas Inquirições de 1251 se encontrava estabelecido que, quando o rei estivesse na Feira, os pescadores de Cabanões deviam dar-lhe todo o peixe que saísse nesse dia e, no dia seguinte, deviam reservar-lhe um quinhão da safra. Nas Inquirições de 1284, informa-se que “dão a el-rei de cada uma pinaça quando vier do mar um cambo de pescado”, a critério do juiz. Além disso, “el-rei deve haver todo o pescado real que sair no mar assim como baleia e yrez ou outro peixe real”⁵¹. Não tardaram a surgir divergências a respeito do quantitativo dos campos, pois os exactores fiscais reclamavam que eles fossem, pelo menos, de doze peixes cada um. O caso foi resolvido por sentença de D. Dinis em 1292: quando pescassem muitos peixes, dariam sete de cada barca; quando pescassem poucos, dariam em proporção.

Por carta de 30 de Abril de 1394, D. João I renova, a pedido dos vereadores e homens bons de Aveiro, a determinação dos reis seus antecessores no sentido de se não lançarem covos nem redes de pesca nas veias de Ovar, Aveiro e Vagos, pois dificultavam a navegação:

⁵⁰ Excerto da carta de 2 de Março de 1451 de D. Afonso V, determinando que os pescadores de Aveiro não deixem a sua profissão para serem mareantes e condenando os contraventores a servir o dobro do tempo nas obras da muralha: “Aa uilla daveiro mandado pera os que ja vsaram e viueram em a dicta Vila pelo mester da pescaria e o leixaram por serem mareantes que siruam nas obras do muro da dicta Villa o dobro do que a cada huum for ordenado. (...) quantos esta carta virem fazemos saber que Nos somos em çerto conhecimento que huum dos prinçipaaes proueitos que Reçebem alguuns vezinhos e moradores da villa daaueiro assy he per trabalho de pescaria em espeçiall os que De ssemelhante mester conthinuadamente husam Do quall ainda nom vem proueyto aos pescadores E aa terra mais nos Recebemos em ello seruço E ora nos diserom que alguuns pescadores e pessoas que ssenpre trautarom de pescar leixam o dicto mester E sse fazem mareantes Nom querendo mais hussar da dicta pescaria E Veendo nos como Isto nom he bem E querendo rremedear sobre ello como he conpridoiro hordenamos e manDamos que quall quer pessoa que husou e Viueo pello Dicto mester de pescaria que sse o leixar por sseer mareante que sirua nas obras do muro Da dicta villa o dobro do tonbo que a cada huum for hordenado De serujr no anno” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, chancelaria de D. Afonso V, liv. 37, fl. 60 v., citado por MADAHIL, Rocha, *Milenário de Aveiro*, vol. 1, pp. 212-13).

⁵¹ Citado por OLIVEIRA, Miguel de, *Ovar na Idade Média*, III.

(...) Sabede que os vereadores e procurador e homeens boons dessa villa Nos enuiárom dizer que per os Reys que ante nos foram foi mandado per suas cartas que nhumaa pessoa das comarcas da dita vília nom lamçassem couões pera sibas nem pera outras cousas nas ueas de vaagos e do dito lago daveyro e de ouar e das outras comarcas darredor per hu corriam nauyos de marear e deítuom Redes a pescar sob pena daquelles que o fizessem paguassem I livras da moeda antigua e serem presos e nom soltos ataa merçee del Rey (...) ora alguumas pessoas lamçam os ditos couões nas dítas veas o que he muy gram dapno aos dítos nauyos que per ellas correm e redes de pescar (...) Teemos por bem e mandamos que daquy em diante nhuuma pessoa da dita villa e comarcas darredor nom lamçem couões pera sybas nem pera outras cousas com pedras nas veas de vaagos e douar e daamor e das outras comarcas darredor per hu torrem nauios da marrear e deitam Redes a pescar (...).⁵²

Na resposta do pároco de Ílhavo ao interrogatório para o *Diccionario Geographico* do Padre Luíz Cardoso, são as seguintes as informações sobre a pesca na região:

(...) Os fructos do Mar e do rio não são de menos consideração porque delles se sustenta a mayor parte dos moradores da villa que vivem do exercício de pescadores. (...) Cria muytos e bons peyxes – os mais regalados, mimosos, e estimados são os seus linguados e azevias nada inferiores aos da Alhandra, bons machos, que são como humas grandes eirózes solhas, redovalhos, taynhas que em sabor, e grandeza nada cedem as do Tejo, e da sua famosa valla de Alpiça. Nam falando já nos famosos mexilhoens do Rio de Aveyro por se achar há annos estirilizado delles. Em todo o tempo do anno se pesca ainda nos mesmos meses defezos. As pescarias, isto he, o acto de pescar, he licito, e livre a qualquer; Mas paga-se dizimo ao Parrocho, redizima à Rainha Nossa Sr.^a e ao senhorio da terra hum peixe de cada barco que com elle aportar, chegando a trazer doze peyxes, e não trazendo tantos, nada, e passando de doze, nada mais que hum. Esta Renda se chama vulgarmente do Mordomo.⁵³

Porém, as modificações verificadas no litoral a partir do século XVI conduziram à decadência da pesca na Ria e, consequentemente, levaram muitos pescadores para as fainas do mar⁵⁴.

Actualmente, a pesca na Ria é feita em bateiras, com branqueiras (redes para a tainha e o robalo, funcionando em estacadas e empregadas por quatro ou cinco homens), solheiras (armadas de madrugada e visitadas próximo do anoitecer para recolha da

⁵² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Estremadura*, liv. II, fl. 191 v., citado por MADAHIL, Rocha, *Milenário de Aveiro*, vol. I, pp. 145-6.

⁵³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geográfico*, Tômoo 18, fls. 105 e seguintes, citado por MADAHIL, Rocha, *Ílhavo no Século XVIII: As Informações Paroquiais de 1721 e de 1758*.

⁵⁴ “Meia legoa distante da villa está a Costa do Mar, he brava e sem enseada, nem pedras; nesta lançaõ os moradores em alguns dias de verão quando estão succedadas as suas ondas, as redes de Arrasto, de que uzão; e com maior abundancia pescão sardinhas. No destrito desta freguezia, tres legoas abaixo da cappella da senhora das Areas se acha aberta a chamada nova Barra d’Aveiro, que he hum Rego Largo, de settenta palmos de largura na entrada do Mar, o qual se abriu por ordem de Sua Magestade fidelissima, para dar sahida as agoas do Rio, que sumergirão esta villa, a d’Aveiro, e freguezias vezinhas. Espera-se ver seguro e firme o dito Rego: para o que corre ja hum real no vinho neste termo, e em varias comarcas mais” (COSTA, Eduardo, “Memórias Paroquiais do Séc. XVIII (1758): Freguesia de S. Cristovão de Ovar”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIV, 1968, pp. 204-14).

pescaria), físgas de cravar (os físgadores empregam-nas frequentemente de dia e algumas vezes de noite com o auxílio do candeio) e sertelas (artes de pescar enguias), para além de redes de salto, murgeiras, manhosas e cercos⁵⁵. Segundo Sant'Anna Dionísio, em 1937, ocupavam-se na pesca da Ria 1255 pescadores, distinguindo-se pela perícia e pelo número os da Murtosa⁵⁶. Rocha e Cunha afirma que, em 1938, havia 163 embarcações para o labor costeiro e 585 para o lagunar⁵⁷. A classificação das embarcações não é relevante para os pescadores, quando inquiridos sobre tal. No Canal de Mira, as bateiras mais usuais são as designadas por marinhoas, variante da pesca fluvial. Na Ria da Murtosa, predominam as chinchorras e as caçadeiras, além das de ervagem ou erveiras, que na sua designação exprimem a utilidade no transporte de matos e juncos.

Na Ria de Aveiro não existe o hábito de delimitar a área de operacionalidade dos pescadores. Cada um é livre de pescar onde melhor o entender, uma vez que a laguna depende do mar e este meio é tradicionalmente considerado um bem comum. Ao caracterizar o meio ecológico onde se desenrola a sua pesquisa, o Algarve, Twig Johnson afirma: “The marine environment resists the forms of proprietary control available, and, in belonging to no one, belongs to all. They are, essentially, common property resources”⁵⁸. Segundo Annie-Hélène Dufour, na pesca, o acesso ao conhecimento sobrepõe-se ao acesso à propriedade. Dado que o espaço não é alienável nem transmissível, é sobretudo um património cognitivo que é transmitido, uma herança imaterial que só a prática constantemente recriada consolida. Daí o meio aquático ser concebido como um bem colectivo, obedecendo a sua gestão a regras locais rigorosamente codificadas, que eventualmente poderão acordar o privilégio de exploração privada de certos territórios⁵⁹. Em cada local da Ria existem pesqueiros que só os conhecedores identificam, pontos da cale ou dos esteiros denominados de poços, o que pressupõe longa observação e experimentação. A pesca artesanal exige uma grande diversidade de saberes, que só o contacto quotidiano e a observação seguida da experimentação permite adquirir. Não se trata de uma mera transferência de

⁵⁵ LAMY, Alberto de Sousa, *Monografia de Ovar*, 2 volumes, Ovar, edição do autor, 1977.

⁵⁶ DIONÍSIO, Sant'Anna, *Guia de Portugal III - Beira Litoral, Beira Baixa, Beira Alta*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1944, p. 503.

⁵⁷ CUNHA, Rocha e, *Notícia sobre as Indústrias Marítimas na Área da Jurisdição da Capitania do Porto de Aveiro*, Aveiro, 1939.

⁵⁸ JOHNSON, Twig, *Work Among Portuguese Fishermen: Towards a Model of Social Production*, New York, Columbia University, Press, 1977, p. 22.

⁵⁹ DUFOUR, Annie-Hélène, “Pêcheurs et prud'hommes: a propos des salins d'Hyères”, *Terrains – Mélanges*, Novembre 1988, pp. 66-84.

informações e técnicas, é sobretudo uma forma de identificação, sendo uma aprendizagem em tudo semelhante à do artesão. Os pescadores obtêm e guardam, através do seu trabalho e da transmissão dos conhecimentos adquiridos, um direito de utilização sobre o meio aquático que se concretiza na posse e transmissão dos meios técnicos de exploração, locais, utensílios, conhecimentos e equipagens⁶⁰. Esta estratégia permite manter e reproduzir um modelo organizacional pois, mesmo com equipamentos modernos, é sempre necessário pertencer a um colectivo para poder trabalhar.

As populações marítimas apresentam características distintivas: a natureza de propriedade comum dos recursos aquáticos, a vulnerabilidade das técnicas extractivas, as incertezas operacionais inerentes às instáveis condições climáticas, as variações individuais de capacidade de trabalho e a necessidade de cooperar face à tendência simultânea para competir. As embarcações e os apetrechos de pesca são bens de natureza móvel e perecível, o que retira segurança e estabilidade e conduz a uma organização social fluída. Ao contrário do que sucede em terra, onde é possível traçar limites e estabelecer direitos de posse socialmente reconhecidos e aceites, no meio aquático tal não acontece. Enquanto que os agricultores, por exemplo, têm uma base mais ou menos permanente e definida de subsistência, os pescadores, explorando recursos comuns móveis, nada encontram garantido. Neste caso, o que garante acesso aos recursos exploráveis não é um direito mas antes uma capacidade de os retirar, condicionalismo que cria um elevado grau de incerteza, característica estrutural do modo de vida dos pescadores⁶¹.

Com a abertura definitiva da barra, a pesca e a recolha do moliço teriam tido tal incremento que puseram em causa a fauna e a flora da Ria. Tal facto terá originado a partir de 1868 a instituição de um período de defeso, deteriorando-se as condições de vida das populações locais. No texto de 1889 de Francisco Regalla, *A Ria de Aveiro e as Suas Indústrias*, resultado de um exaustivo trabalho de investigação realizado em 1883, com minuciosas descrições da fauna, flora e aparelhos e processos de pesca nesta laguna, é notória a necessidade de fiscalização da actividade de pescadores e moliceiros. As características da apanha do moliço, por meio de ancinhos amarrados às bordas dos barcos e arrastados pelo fundo, eram de molde a destruir o *habitat* de muitas espécies.

⁶⁰ As “técnicas” podem designar simplesmente as “ferramentas” ou ter o sentido mais lato de conhecimento e organização produtiva, pois o grau de determinismo do meio ambiente deve ser limitado e atentar no papel dos outros membros da comunidade.

⁶¹ MOREIRA, Carlos Diogo, *Populações Marítimas em Portugal: Incerteza, Competição e Flexibilidade na Organização Social e nas Estratégias Adaptativas das Populações de Pescadores da Orla Marítima Continental Portuguesa*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1987.

Como refere Regalla: “(...) noutro tempo, por uma lei consuetudinária, a colheita começava só em meios de Agosto e durava até ao fim do ano. Este uso bem entendido e adoptado, provavelmente como medida de ordem, obliterou-se e foi substituído por uma exploração constante que, se não provoca conflitos, é contudo danosa para a reprodução e desenvolvimento das espécies”⁶². O mesmo sucede no relatório de 1912 de Nobre, Afreixo e Macedo⁶³, onde ressalta a preocupação do controlo da pesca que era, juntamente com a exploração do moliço e no entender dos eruditos da época, a actividade mais nociva na destruição dos recursos naturais. A obra *Inquérito sobre Pesca em Portugal Continental e Ilhas no Ano de 1890* oferece a seguinte informação:

O ramo da industria de pesca que se exerce na ria de Aveiro está indubitavelmente em decadência accentuada e rapida, cujas causas estão superiormente tratadas em um bem elaborado relatorio, apresentado por comissão nomeada em Portaria do Ministério da Marinha, de 16 de Abril de 1883, para a confecção de um projecto de regulamento para a polícia da pesca e da apanha do moliço.

É neste relatorio, de cuja redacção foi encarregado o distincto official da armada Francisco Augusto da Fonseca Regalla, attribuida a decadencia da pesca ao empobrecimento da fauna, affectada pelas condições da barra, pelas construções realizadas para melhoramento d'esta, pelas usurpações feitas ao leito da bacia e principalmente pelo exercicio immoderado da propria pesca e avidez com que se faz a apanha do moliço.⁶⁴

Documentada já desde 1855, a preocupação com a exploração imoderada dos recursos da Ria atesta igualmente o carácter arcaico de certas práticas agrícolas então vigentes, de tal modo dependentes da proximidade da laguna que preferiam recorrer, com manifesto prejuízo do agricultor, ao chamado “escasso” (composto por minúsculos peixes, moluscos e mariscos, resultante de uma autêntica depredação dos fundos da Ria) para adubo dos campos, preterindo o adubo animal e os juncos (que cobriam as margens e as ilhas da Ria e serviam primeiramente de cama para o gado) mas não dispensando, porém, o moliço, a julgar pelo citado *Inquérito* de 1890. No relatório apresentado à junta geral do distrito de Aveiro, na sua sessão ordinária de 20 de Julho de 1855, pelo governador civil Antero Albano da Silveira Pinto, lê-se:

⁶² REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca, *A Ria de Aveiro e as Suas Indústrias: Memória Justificativa e Projecto de Regulamento para o Exercício da Pesca e Colheita do Moliço*, Lisboa, Direcção Geral da Marinha e Imprensa Nacional, 1889, p. 30.

⁶³ NOBRE, Augusto; AFREIXO, Jaime; MACEDO, José de, *A Ria de Aveiro: Relatório Oficial do Regulamento da Ria de 28 de Dezembro de 1912*, Lisboa, Ministério da Marinha e das Colónias, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1915.

⁶⁴ AA.VV., *Inquérito sobre Pesca em Portugal Continental e Ilhas no Ano de 1890*, Lisboa, Ministério da Marinha, 1890, p. 222. O texto referente à Primeira Circunscrição, que incluía Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro e Coimbra, foi elaborado por João Miguel Rosa, capitão tenente da armada.

Ainda com relação á pesca me cumpre notar aqui um abuso, que ha annos a esta parte tem lugar na ria d' Aveiro, e que não é possível reprimir, attenta a extensão da mesma ria, pelos meios policiaes prescriptos nas respectivas leis e regulamentos: fallo da pesca com redes de malha extremamente miuda, de que se faz uso em todo o tempo do anno, a despeito das diligencias empregadas para as prohibir; em virtude de repetidas ordens por mim expedidas aos respectivos Administradores. D'este abuso resulta, que a maior parte do peixe não chega a desinvolver-se, e a outra parte, a que procura as aguas da ria em certas estações, não encontrando sustento no peixe miúdo, emigra, escasseando assim a pesca na ria. Mas não é só este o inconveniente, que d'aqui resulta. Esgotada a pesca do peixe miudo, tem sido excessiva a apanha do briguigão e ameijoas, já para sustento das classes pobres, já para estrume dos campos, e como tal pesca é feita com gadanhos de ferro, estes revolvem as arêas, que são depois levadas pelas correntes a obstruir a barra e os canaes necessarios para a navegação da ria. Além d'isso, por esta forma, tem já sido inteiramente esgotados muitos viveiros d'este marisco, que antigamente explorados com regularidade forneciam, na falta d'outra pesca, o sustento de muitas familias. Finalmente o uso, que d'estes mariscos e do peixe miúdo com a denominação de *escasso* se faz para estrume das terras, não é menos prejudicial, (...) já porque o emprego de semelhantes estrumes, além de ser igualmente nocivo á saúde pública nos campos, onde os lavradores os conservam por muito tempo expostos á acção da athmosphera, faz que desprezem a cultura dos mattos e juncos, ficando assim uma grande parte privada de pastos para os gados, e semeando pão em terras, que, improprias, o não produzem, deixam de as aproveitar para os mattos e estrumes, que só podiam e deviam crear, com reconhecida vantagem da cultura dos restantes, e da creação de gados. Não ha meio de convencer o comum dos agricultores d'estes e outros semelhantes erros: alguns ha tão pouco avisados, que vendem todo o estrume dos seus gados para comprarem *escassos*, porque assim, se não gastam menos, tem menor trabalho nas conducções, por isso que com um carro de *escasso* estrumam muito mais terra do que com dobrada quantidade d'aquelles estrumes.⁶⁵

A visão mais catastrófica, e talvez mais realista, do estado de esgotamento ecológico da Ria de Aveiro e da influência nociva da recolha de *escasso* é veiculada por Jaime Afreixo, numa série de artigos contundentes sob o título comum de “Pescas Nacionaes: A Região de Aveiro”, publicada entre 1902 e 1903 n’A *Tradição - Revista Mensal d’Ethnographia Portuguesa Illustrada* de Serpa⁶⁶. Para o autor, o eminente aniquilamento da Ria proviria da avidez agrícola. A numerosa população que, atraída pelas riquezas da grande bacia, veio estabelecer-se em torno do seu leito, procurou naturalmente viver da exploração de todos os produtos que ela lhes oferecia. Para tal efeito, conquistaram às marés as maiores áreas de terreno possíveis e, reconhecendo na alga marinha e nos juncos as suas propriedades fertilizantes, dedicaram-se desde logo à colheita desses adubos, tanto para uso próprio como para seu comércio. A pesca seria um recurso e constituía uma ocupação de que se lançava mão entre os trabalhos

⁶⁵ Documentação citada por NEVES, Francisco Ferreira, “O Distrito de Aveiro há Cem Anos: Três Relatórios”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, separata dos vols. XXI e XXII, 1956.

⁶⁶ “A ria, talvez mesmo por nos dever despertar os maiores cuidados e o maior interesse pelas suas bellas e riquissimas condições naturaes, tem sido sempre votada a um tal desprezo, que hoje está completamente haurida e esphacellada, não podendo offerecer recursos a nenhumas pescas regularmente organisadas” (AFREIXO, Jaime, “Pescas Nacionaes: A Região de Aveiro”, *A Tradição – Revista Mensal d’Ethnographia Portuguesa Illustrada*, Serpa, vol. IV, 1902, p. 119).

agrícolas, num processo que conduziu ainda a graves ilegalidades na demarcação e exploração das propriedades:

A certa altura, esses individuos agrupados por concelhos, intervieram como entidades collectivas no direito á conquista e uso da ria, estabelecendo-se então uma rudimentar separação entre aguas e praias municipaes, e aguas e praias particulares. Ficou assim a ria dividida em logradouros dos differentes municipios ribeirinhos, e em predios do dominio individual. N'estes, cada proprietario podia fazer o que muito bem lhe appetecesse, e n'aquelles outro tanto succedia com as vereações camararias. (...) Como as extremas da propriedade alagada não são susceptiyeis da demarcação rigorosa pelos processos vulgares, os que iam alastrando o seu dominio difficilmente podiam ser contestados.⁶⁷

Ao mesmo tempo, a agricultura, mais afastada do litoral ribeirinho, dando o devido apreço aos adubos de origem aquática, pela grande riqueza de iodo e azoto que apresentavam, de suma vantagem para os campos arenosos da planície do Vouga, aumentou-lhes desmedidamente a procura e o valor. Deste modo, e ainda segundo Jaime Afreixo, nessas propriedades não se introduziu a menor adaptação a qualquer outro fim que não fosse a produção de algas e juncos, para extracção ou venda. Como o junco alcançava um valor três a cinco vezes superior ao das algas e só se produzia nos terrenos mais altos, os donos dos terrenos alagados não tinham o menor interesse em conservar os fundos, antes pelo contrário, aumentavam as suas rendas com a alteação das praias através de represas, apressando desta forma a deposição dos sedimentos. Os prejuízos causados na bacia lagunar por este estratagemas eram consideráveis. A este propósito, Afreixo cita Fonseca Regalla, antes de advogar a implementação, se necessário pela força, de “leis modernas e de espirito incontestavelmente civilizador (...) para regular o exercicio da soberania, unica e acceitavel, em aguas que não podem ser nem devem ser municipaes ou particulares, mas sim do dominio publico”:

O estreitamento da bacia, proveniente das usurpações, é de todos conhecido. Canaes n'outro tempo largos são hoje estreitas vallas; caldeiras espaçosas transformam-se em esteiros; e alguns esteiros e canaes teem desaparecido. Entre outros podemos mencionar o que, ha poucos annos ainda, seguia da foz do Vouga, atravez da ilha Privada, até á marinha Capella, o qual desapareceu, ficando o seu alvéo incorporado na ilha. Percorrendo a ria, os praticos a cada passo apontam grandes espaços de terreno que elles conheceram do dominio publico mas que, pelo processo summario da usurpação, se tornaram propriedade particular: de momento a momento indicam vedações avançadas, sem permissão legal, sobre terrenos que a ria banhava, o que de resto, a simple inspecção das margens torna evidente.⁶⁸

⁶⁷ AFREIXO, Jaime, “Pescas Nacionaes: A Região de Aveiro”, vol. V, 1903, p. 18.

⁶⁸ REGALLA, Fonseca, *A Ria de Aveiro e as Suas Indústrias*, citado por AFREIXO, Jaime, “Pescas Nacionaes: A Região de Aveiro”, vol. V, 1903, p. 20.

Jaime Afreixo, cujo manifesto zelo na preservação dos recursos da Ria lhe valeu inúmeras inimizades enquanto Capitão do Porto de Aveiro⁶⁹, está também atento à questão do “escasso”, elemento fulcral no conjunto das influências nefastas da indústria agrícola sobre o equilíbrio biológico da Ria de Aveiro. A cobiça de adubos fortes e baratos afectou invariavelmente a indústria da pesca, levando-a a capturar, sem qualquer critério, todos os seres vivos que povoavam as águas, pois os produtos tinham sempre a mesma aceitação: alimentação das gentes ou dos campos. A propósito, Afreixo cita uma memória inédita de Edmundo Machado: “Faz dó em certas epochas em que a ria se enche de peixes pequenissimos de especies estimadas, de quatro a dez centímetros de comprimento, taes como linguados, roballos, tainhas, entrados pela barra, presenciar a chegada ao caes, pela manhã, de grande numero de bateiras cheias com esta massa organica ainda meio viva, que se fosse deixada crescer adquiriria dentro de um ou dois annos um enorme valor, e ve-la assim entregar a vil preço ao serviço d’uma industria que aliás não carece d’este recurso, de que só lança mão por espírito de rotina e por

⁶⁹ Em 16 de Dezembro de 1916, *O Povo da Murtosa*, em transcrições d’*O Distrito de Aveiro* e d’*O Liberal*, acusava: “Em fins de Setembro do corrente ano, o Capitão do Porto de Aveiro [Jaime Afreixo], que se julga senhor absoluto da Ria de Aveiro e dos infelizes que mourejam a vida nas suas águas, determinou-se a esbulhar os pacíficos proprietários dos extensos juncaes que demoram na margem esquerda dessa Ria numa extensão superior a vinte quilómetros, mandando o célebre cabo de mar da Torreira arrebanhar indivíduos para, munidos de gadanhos, destroçarem juncos existentes em diversas propriedades. Um desses proprietários a quem o célebre cabo de mar da Torreira, comandando cinco subordinados seus, assaltou a propriedade, sita na Bestida, tirando-lhe todo o junco, apresentou queixa em juizo do anormalíssimo facto e o Digno Agente do Ministério Público da comarca promoveu como era de justiça, sendo pronunciados pelo juiz os assaltantes da propriedade, a quem foi arbitrada a fiança de duzentos escudos para cada um. O Capitão do Porto teve que pedir a um seu amigo para que afiançasse os seus homens”. O julgamento, que acabou com absolvição de todos os acusados, foi assim noticiado pelo mesmo jornal, em 3 de Março de 1917: “Realizou-se ontem o julgamento, no tribunal da nossa comarca, do Sr. Carneiro, cabo de mar da Murtosa, e mais cinco indivíduos acusados do crime de furto de junco. Este processo, que tem interessado a opinião pública não só pela sua natureza como pela qualidade das pessoas que nele intervínham, chamou ao tribunal uma enorme affluência de pessoas, na sua grande maioria lavradores e proprietários de terrenos marginaes e nas condições daquelle que os réus haviam invadido. A sala de audiências estava repleta, desde o interrogatório dos réus até ser proferida a sentença. Os réus negaram ter cometido o crime de que eram acusados, alegando que cortaram o junco em terreno alagadiço e, por isso, público e às ordens do cabo de mar, Sr. Carneiro, que, por sua vez, declinou a sua responsabilidade, alegando ter cumprido ordens emanadas da Capitania do Porto de Aveiro”. Em Aveiro, a Capitania, que o jornal tratava despicilmente por “tribunal da Ponte da Dobadoura”, continuou a julgar as transgressões de pescas e alagados sem intervenção de advogados, quando muito, apenas autorizados a ouvir ler as sentenças. No início de 1918, foram substituídos nos seus cargos o Capitão do Porto de Aveiro, Jaime Afreixo, e o Cabo de Mar da Murtosa, Luis Carneiro da Silva Júnior. As despedidas que lhes dedicou *O Povo da Murtosa* não foram de agrado nem de saudade: “O abandono do cargo de Capitão do Porto de Aveiro pelo Sr. Jaime Afreixo era reclamado instantemente pelos pescadores da Murtosa, por todos os pescadores desta região... Por todos. Nós temos pelo Sr. Jaime Afreixo, como homem, toda a consideração que outro homem nos merece, como militar sabedor, todo o apreço a que tem direito. Como Capitão do Porto de Aveiro, porém, nunca o pudemos tragar. E S. Ex.^a sabe-o perfeitamente” (CUNHA, José Tavares Afonso e, *Notas Marinhoas: Notícias Históricas do Concelho da Murtosa e das Duas Freguesias Marinhoas do Concelho de Estarreja*, vol. V, Estarreja, edição do autor, 1995, pp. 145-71).

desmasello”⁷⁰. Na transição do século XIX para o século XX, Afreixo contabiliza trinta a quarenta companhas de chinchorro em toda a Ria, “formadas por desgraçados [que chega a classificar de “colónia de párias”] que não teem outro meio de ganharem o triste alimento, constituindo mesmo a bateira para muitos d’elles a unica habitação que possuem. Estes, além de alguma enguia para a caldeirada, pescam exclusivamente a criação para adubo das terras, e vão arruinando e devastando miseravelmente a unica fonte d’onde podem tirar a sua subsistencia”⁷¹.

Face a um imaginário popular incrédulo pela falta de peixe, apesar de crente na inesgotabilidade das riquezas aquáticas, a polémica que se elevou por toda a Ria (sobre carências sociais, conflitos de organização e disputas entre artes e companhas) encontrou quase sempre um elemento aglutinador nas insuficiências das capturas, nas contendias locais por um espaço de pesca e nas discussões sobre as condições de preservação dos recursos⁷².

No entanto, e apesar de perspectivas como as de Jaime Afreixo ou Edmundo Machado, que circulam já desde 1902, os recursos aquáticos da Ria de Aveiro permitem ainda actualmente a subsistência de numerosas embarcações de pesca fluvial, com respectivas tripulações, cujo número se multiplica em ocasiões de crise e desemprego generalizado. Na safra de 1992/93 da apanha da ameijoia e do berbigão, foi visível o aumento de embarcações na actividade, consequência do desemprego crescente na pesca longínqua e nos estaleiros navais, de que a pesca artesanal constitui uma estrutura complementar⁷³. A deterioração dos recursos é frequentemente medida apenas em termos dos interesses de um grupo específico. No caso da Ria, houve uma clara

⁷⁰ Edmundo Machado citado por AFREIXO, Jaime, “Pescas Nacionaes: A Região de Aveiro”, vol. V, 1903, pp. 22-3.

⁷¹ AFREIXO, Jaime, “Pescas Nacionaes: A Região de Aveiro”, vol. V, 1903, p. 53. Acrescenta ainda: “Todos elles, mais ou menos se dedicam à pesca, ou no mar ou na ria; mas fazer vida unica e exclusivamente d’esta industria nas aguas interiores, só succede com um limitado grupo, o qual é o dos desherdados da sorte. Afóra estes, a quem podemos chamar os indigentes da região – na sua totalidade, velhos, aleijados, morbidos, indolentes no ultimo gráu, etc. – na pesca da ria concorrem individuos de todas as classes, menos pescadores, quasi se pode dizer”.

⁷² A edição de 9 de Abril de 1916 d’*O Jornal d’Estarreja: Hebdomadário Democrático e Social* (fundado em 1887 e editado à data por António Baptista Pinheiro) inclui um longo artigo não assinado contra o regulamento da Ria, criticando os defensores do regulamento no campo da ciência, pois “há argumentos de sobra para que não se cumpra” e “o povo não o devia consentir”. Para fundamentar tão vaga tese, cita jornais alegadamente concordantes com esta oposição, como *O Progresso da Murtosa*.

⁷³ Em 1984, na área da Capitania de Aveiro, estavam matriculados 4237 marítimos (o número mais elevado do país), 1930 dos quais na pesca distante (também máximo nacional), 777 na pesca costeira e 1530 na pesca local (máximo nacional). Em 1992, foram registadas na Capitania 26 bateiras para pesca artesanal. Em 1994, foram já 40 bateiras. Dados compilados por MOREIRINHAS, M^a. Luísa F. N. Cerqueira, *Solidariedade e Sobrevivência na Ria de Aveiro: Os Pescadores do Chinchorro da Torreira*, Murtosa, edição da Câmara Municipal, 1998.

dicotomia entre os interesses dos pescadores e os dos agricultores e moliceiros. Apesar de geralmente marginais às instituições, os sistemas de relacionamento com o meio ambiente de certas comunidades revelam-se mais viáveis e equilibrados do que à primeira vista sugere a intervenção compulsiva de entidades externas, estatais ou privadas.

Outra actividade preponderante na região é o tráfego fluvial pois, numa época em que os grandes eixos rodoviários ainda não existiam, a circulação fazia-se pela Ria. Os únicos meios de comunicação e escoamento eram a Ria e a estrada real, que passava muito longe. Tudo o resto era litoral sem ancoradouros naturais. A estrada número 327, que liga Ovar a São Jacinto, foi construída apenas em 1952. Até então, e ainda hoje em muitos casos, cada casa possuía a sua bateira e as travessias faziam parte do dia a dia constante e rotineiro das populações ribeirinhas. A energia do vento e as vias de comunicação representadas pelos canais lagunares foram aproveitadas para o transporte e deslocação entre as aldeias das margens e deram lugar à criação de uma grande diversidade de embarcações adaptadas à exploração dos recursos marinhos:

(...) mais persistente é a utilização dos barcos na ria de Aveiro. O moliceiro, o ‘carro de bois’ aquático do lavrador da região, ao mesmo tempo que máquina de arranque de moliço e o próprio mercantel (também denominado saleiro, quando utilizado no transporte de sal), além das bateiras utilizadas pelos lavradores para o transporte e carga, dadas as condições específicas da zona lagunar têm maior defesa. Mas além da expansão da rede viária terrestre que trará consigo a inevitável retracção dos transportes fluviais, a própria burocracia se vem encarregando de os limitar, obrigando ao registo e licenciamento até de todas as pequenas bateiras. Por seu lado, as lanchas a motor garantem com maior comodidade e segurança o tráfego normal de pessoas nos percursos mais importantes entre Aveiro e povoados vizinhos.⁷⁴

A *Corografia Portuguesa* de António Carvalho da Costa comprova o volume do tráfego fluvial em 1708, ressaltando porém a decadência já notória da construção naval, da pesca na Terra Nova e do comércio do sal:

Do canal, ou mar interior, que fica dito, (o qual tem aonde menos quarenta palmos de fundo) correm para a terra muitas calles, ou rias também muito profundas, que divididas em braços, & retalhadas em esteyros (fazendo aqui a natureza o que Cyro ao rio Cydno) occupão mais de quinze legoas de circuito ficando (se tivera melhor barra) o mais capaz, & mais tranquillo porto, que tem Espanha, nem França; melhor sem comparação que as rias de Galiza, onde podião invernar innumeraveis armadas, & frotas, sem risco de tormentas, nem haver penedos, nem restingas: de sorte q hua amarra basta para segurança: pois em quasi infinita multidão de barcos, que continuamente navegaõ por este rio, nam lembra em muitos annos que succedesse naufragio, senaõ fosse por causa de culpavel descuido. Por esta comodidade se fabricavão outro tempo em Aveyro tantas embarçaõens que sahiaõ sessenta naos para a

⁷⁴ FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “No Crepúsculo das Embarcações Regionais”, *Actas do XXIX Congresso Luso-Espanhol*, tomo III, Lisboa, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1970, p. 24.

pescaria da Terra Nova; & mais de cem carregadas de sal para diversas partes. Depois ficando a barra com pouco fundo se foy diminuindo a navegação, & commercio: com que atégora se fabricavão aqui poucos navios; & entravão só alguns Portuguezes, Inglezes, & Galegos: mas como Aveyro esta ja porto seguro, se espera que brevemente torne a ser porto rico.⁷⁵

O mercantil (também chamado saleiro ou salineiro) desenvolveu-se extraordinariamente nos fins do século XVIII e princípios do século XIX, transportando avultadas quantidades de sal aveirense para o cais da Ribeira em Ovar, construído em 1754. Decorado com extrema simplicidade, sempre transportou passageiros e toda a espécie de mercadoria. As bateiras eram imprescindíveis na travessia do Vouga, no transporte de ervagens, lenhas, produtos do campo, pesca e caça e podiam ser construídas pelos próprios lavradores.

Já em 1762, o Padre João Baptista de Castro, no seu *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, incluía as passagens de barca como etapa obrigatória nos roteiros que atravessavam a região da Ria de Aveiro: “Mappa de Portugal, Roteiro Terrestre, capítulo II, § I: Roteiro traverso de Aveiro para o Porto, em que se contão dez leguas ao Norte: De Aveiro a Ovar por barco 5; De Ovar a Cortegaça 1 (...). Por outro caminho, para quem não quer ir embarcado: De Aveiro a Angeja 1; A Salreu 1; a Santiaes 1; a Vanca 1; a Ponte Nova 1; a Cortegaça 1 (...). Advirta-se, que ainda que não se vá ao Porto pelo rio, sempre em Angeja se passa a barca em tempo de inverno”⁷⁶.

Segundo o relatório do governador civil Antero da Silveira Pinto à junta geral de Aveiro, em 15 de Setembro de 1854, a abertura da ponte da Barrinha permitiu o livre trânsito pela estrada que ligava Ovar ao Porto, evitando aos viajantes e suas mercadorias o recurso à barca de passagem, sempre com o “perigo de serem ali roubados, e mal tratados, até pelos próprios barqueiros, como algumas vezes succedia, extinguindo uma causa permanente das molestias, de que frequentemente eram victimas os pobres habitantes daquelles sitios, que em razão de seu modo de vida, ali passavam quasi todos os dias, e eram obrigados a entrar na agoa, carregados, e cobertos de suor, o que a muitos dêu em resultado a morte immediata, ou a absoluta impossibilidade de continuarem a trabalhar em todo o resto de seus dias, e que fazendo em fim

⁷⁵ COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa, e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, tomo segundo, Tratado III: Da Comarca de Esgueira; Capítulo III: Da Nobreza desta Villa [Aveiro], Privilegios & suas Grandezas.

⁷⁶ CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, tomo terceiro, parte V, p. 57.

desaparecer o risco de vida, que corriam naquelle ponto os passageiros”⁷⁷. No entanto, a modernização e regulamentação do tráfego fluvial era ainda manifestamente insuficiente e, no ano seguinte, mais propriamente a 20 de Julho de 1855, a mesma entidade prossegue:

(...) Tendo notado os inconvenientes, que resultam da irregularidade com que é feito o serviço do transporte de viandantes e mercadorias pelos barcos da carreira da ria entre esta cidade [Aveiro] e Ovar, tanto pela exorbitancia dos preços e pelos embarços que os barqueiros oppõem sempre á prompta partida dos barcos, como pelos perigos, a que os passageiros se acham frequentes vezes expostos, em virtude da falta de sufficiente numero de barqueiros, da impericia destes, e de carecerem os barcos dos aprestes necessarios para segurança e prevenção contra os temporaes; e parecendo-me ser da maior importancia regular este serviço de um modo mais confôrme com a commodidade e segurança dos passageiros, e ainda com os interesses dos barqueiros, para assim se obviar aos indicados inconvenientes, em quanto se não realisa o pensamento de estabelecer navegação a vapôr entre os dois mencionados pontos, para o que se acha já auctorizado o Governo a contractar com qualquer companhia, que a isso se proponha, tendo em attenção, que este objecto não podia ser regulado por posturas municipaes, já porque as Camaras pouco ou nada, geralmente, curam de negocios policiaes, e já porque pertencendo a ria a diversas Camaras, difficil era haver unidade na acção administrativa, e sobretudo porque não é objecto da competencia das Camaras (...).⁷⁸

Segundo os testemunhos de Bartolomeu Conde⁷⁹, antes de ser construida a antiga Ponte de Pau (inaugurada em 1860), na área lagunar de Cacia havia cerca de quatro “barcas de passagem”, simples bateiras manobradas à vara. A passagem começava todos os anos em Maio e terminava com a primeira cheia que inundava campos e margens. Durante esse período, a actividade diária começava com o romper do dia e terminava de noite, com o regresso do último freguês, cuja memória era controlada pelo próprio barqueiro. A paga ao barqueiro era feita pelo S. Miguel, altura de colheitas e relativa fartura, geralmente através de milho, conforme o contrato, aqui chamado “avença”: um alqueire, meio ou um quarto (a “quarta”), consoante a casa da lavoura desse mais ou menos trabalho ao homem da barca. Os que por qualquer motivo não eram afreguesados por avença, pagavam o serviço com dinheiro. A bateira de passagem não só servia para o transporte de pessoas, como para o de alfaias e produtos agrícolas. Em certos locais, a travessia do Vouga, quando as águas eram baixas, podia ser feita a pé, em carro de bois ou a cavalo.

A existência de diversas actividades, como a extracção do sal, a apanha do moliço, o transporte fluvial do pescado e a pesca, foi determinante para o aparecimento

⁷⁷ Documentação citada por NEVES, Francisco Ferreira, “O Distrito de Aveiro há Cem Anos: Três Relatórios”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, separata dos vols. XXI e XXII, 1956.

⁷⁸ *Idem, ibidem*.

⁷⁹ CONDE, Bartolomeu, *Cacia e o Baixo Vouga: Apointamentos Históricos e Etnográficos*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1995, vol. 2, pp. 97-102.

de diversos tipos de embarcações características da região. Com efeito, “além da pescaria, o movimento de pastos e de junco da Ria para alimentação e camas do gado, a exportação permanente de estrumes dos estabulos, os grandes fornecimentos do sal, vinho, lenha e d’outros productos de primeira necessidade na pesca, dão a todas as praias do Sul, a começar no Furadouro, uma vida que à primeira vista não é facil attribuir-se-lhes”⁸⁰. A construção naval desenvolveu-se em conformidade:

Ora, a cada um d’estes generos de exploração corresponde um typo de barco proprio, Embora de um systema de construcção identico, determinado pela natureza da região fluvial em que são empregados, esses barcos differem entre si em certos detalhes de forma, que se teem conservado na sua maxima pureza tradicional. Assim, para o serviço das salinas temos a salineira; para a apanha dos moliços o moliceiro; para o transporte fluvial da pesca marítima a bateira mercantel; para a pesca fluvial os dois tipos de bateiras murtozeiras ou labregas e a bateira de Ílhavo. (...) Todos são de fundo chato – o que é imposto pela natureza do leito da ria, de grandes espriados e cheias de bancos de areia ou *corôas*. É preciso que os barcos sejam de pouco calado e que possam facilmente deslizar sobre esses fundos, o que seria impossível aos barcos de quilha. Todos teem as bicas de ré e de prôa levantadas, sendo a proa sempre coberta, para agasalho da tripulação nas navegações mais longas e nas demoradas estações fóra da habitação terrestre. Todos usam o mastro alto e a vela trapezoidal muito elevada, para apanar o vento de cima ao atravessar os canaes ou a via fluvial do Vouga, abrigada pela cortina dos salgueiros. Todos, finalmente, são construídos de pinho, madeira em que a região é abundante, e ordinariamente ombreados de negro ou de amarello, tendo a proa e a borda cobertas de serradura, fixada pelo alcatrão, para facilitar a marcha aos barqueiros.⁸¹

Os barcos da zona central do país, a partir do Douro a São Martinho do Porto, mantêm impressionante unidade caracterológica: canoas de tábuas de tipo mesopotâmico, apresentam afinidades com antigos modelos egeu-cretenses, ou com outros, ainda hoje vulgares na região lagunar do baixo-Eufrates. Embarcações de fundo chato, sem quilha, com sensível diferenciação da proa em relação à popa, ambas rematadas em bico. Todas dispõem normalmente de uma alta vela de pendão, de amurar ao mastro. Este arvora a meio e é de rebater, não ficando espiado com qualquer estai ou óvens. A verga é içada por meio da adriça prolongada pela ostaga, que trabalha no orifício próximo do capelo do mastro. Usam a troça para sujeitar a verga. A vela abre para a proa com a bolina e o bolinão, desdobrado pelas aranhas; tem uma fiada de rizes no terço superior; a esteira é horizontal. Nas romarias fluviais as velas eram decoradas com motivos religiosos e florais. Os barcos maiores (moliceiros, saleiros e mercantéis) singravam frequentemente com mais uma vela – o traquete – do mesmo tipo da vela principal, mas menor, em mastro mais pequeno – o mastareu – implantado à proa.⁸²

⁸⁰ AFREIXO, Jaime, “Pescas Nacionaes: A Região de Aveiro”, vol. V, 1903, pp. 7-8.

⁸¹ MAGALHÃES, Luiz de, “Os Barcos da Ria de Aveiro”, pp. 51 e 53-4.

⁸² FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “Navegação à Vela: Barcos à Vela dos Rios Portugueses”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXII, 1982, pp. 1017-66. Ver também do mesmo autor: “Na zona central é flagrante a unidade de estirpe dos seus barcos representativos, quer os de mar quer os de rio e lagunas: de fundo chato, sem quilha, designáveis por canoas de tábuas. O sistema de construção utilizado corresponde a uma adaptação da técnica mediterrânica tradicional: colocam primeiro a tábua central do fundo (a que se seguem, às vezes, as periféricas desses fundos); e depois, as rodas de proa e popa; o cavername; a primeira fiada – de baixo – do costado; as tábuas da boca; as restantes tábuas do costado; o fundo remata-se no fim da obra. O casco é de tabuado liso e, até à Nazaré, todos os modelos têm popa em bico” (FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “Barcos de Pesca de Portugal”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXVIII, 1981, p. 357).

O *Livro de Traças de Carpintaria com todos os Modelos e Medidas para se fazerem toda a navegação assy d'alto bordo como de remo traçado por Manoel Fernandes (1614-1693) official do mesmo officio*. Na era de 1616, códice representativo da arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII, não faz ainda qualquer referência às embarcações da região lagunar ou costeira de Aveiro⁸³. O mesmo sucederá cerca de dois séculos e meio mais tarde, nos três volumes de aguarelas produzidos pela Sociedade de Geografia de Lisboa, entre 1882 e 1883, sob o título de *Costumes das Nossas Embarcações*. Sendo a Sociedade de Geografia (fundada em 1875) uma referência da erudição nacional, o facto de ainda ignorar a Ria de Aveiro e as suas embarcações é significativo da especificidade do fenómeno naval nessa região⁸⁴.

Em 1626, o Conselho da Fazenda ordena a matrícula geral das gentes de navegação, bombardeiros, carpinteiros e calafates de Aveiro, sinal de uma actividade significativa⁸⁵. A taxa dos calafates de 1727 apenas refere o salário pago ao dia, com ou sem jantar. Nos notários de Aveiro, Inês Amorim encontra um contrato de feitura de embarcações no ano de 1766, acrescentando que era então habitual importar madeiras do Báltico e breu da Galiza, o que aponta para uma indústria continuada e concentrada nas ruas das Barcas e Alboi, onde se verificava acentuada presença de calafates⁸⁶.

A carpintaria naval, arte ou indústria dos calafates, foi uma das mais florescentes da região, empregando grande número de operários, comparativamente bem remunerados. De acordo com a *Monografia de Ovar* de Alberto Sousa Lamy, terminadas até meados da Primavera as construções navais nos estaleiros da freguesia de Ovar, dos quais o principal era o do cais da Ribeira, onde anualmente se construíam dez fragatas, os calafates iam para Lisboa, onde se empregavam no serviço do conserto

⁸³ FERNANDES, Manoel, *Livro de Traças de Carpintaria com todos os Modelos e Medidas para se fazerem toda a navegação assy d'alto bordo como de remo traçado por Manoel Fernandes (1614-1693) official do mesmo officio*. Na era de 1616, Lisboa, Academia de Marinha, 1995 [1616]. Fac-simile do manuscrito existente na biblioteca do Palácio da Ajuda, que descreve modelos de: “Nao de 4 cubertas, batel, galião, pataxo, carauella, navio de guerra, galizabras, nao da India, galê, esquife, galiota, bargantim real, falua e fragata”.

⁸⁴ *Costumes das Nossas Embarcações*, aguarelas, 3 volumes, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1882-1883. O volume I apresenta 24 desenhos, datados de 1882. Na página 19, ilustra-se um barco legendado simplesmente com “Ria de Aveiro”, sem outra designação. A embarcação, com três mastros e vela latina, não tem qualquer semelhança com o traço das suas congéneres da Ria. O volume II tem 30 desenhos de 1882. A página 23 ilustra um “Meia-lua da costa da arte de pesca”, estranha designação, muito desatenta aos verdadeiros nomes em uso. Por fim, o volume III apresenta 25 desenhos de 1883, entre os quais se encontram vários varinos do Tejo (varino de carga, varino do rio, varino de carga de Alhandra, varino de água e carga e varino do Tejo de carregamento), com a característica proa em bica revirada, mas sem referir a sua relação com a Ria de Aveiro.

⁸⁵ MADAHIL, António Rocha, *Milenário de Aveiro*, vol. 2, p. 72.

⁸⁶ AMORIM, Inês, *Aveiro e a sua Provedoria no Séc. XVIII*, pp. 447 e segs.

das embarcações antigas. Na sua *Monografia da Freguesia Rural de Ovar*, de 1912, João Vasco de Carvalho refere-se à indústria da construção de fragatas e de outros barcos de menor tonelagem, a qual atingiu tal escala que a companhia dos caminhos de ferro mandou construir vagões especiais para o seu transporte para Lisboa e Porto. Era também importante a indústria anexa, a dos fragateiros, empregando-se 2500 a 3000 ovarenses no serviço das fragatas em Lisboa. Rocha e Cunha escreveu a respeito desta indústria: “Os estaleiros de Ovar e Pardilhó, desde longa data e até há poucos anos, construíam fragatas e varinos para serviço de outros portos, principalmente Lisboa. Concluída a construção, estas embarcações, sumariamente aparelhadas e carregadas com madeira que servia de lastro e dava frete, tripuladas por três homens de boa têmpera, em geral ílhavos, aproveitavam a época dos ventos bonancosos do norte, e seguiam costa abaixo para o porto de destino. Estas expedições, que por vezes tinham desfecho trágico, eram denominadas *enviadas*”⁸⁷. A venda das madeiras, que os barcos levavam para Lisboa, movimentava grande capital na vila de Ovar.

Em 1890, todos os “barcos grandes” que se usavam na costa do Furadouro e nos restantes portos do concelho, bem como nas costas de Paramos, Espinho, Torreira e S. Jacinto, eram construídos em Ovar. O mesmo sucedia com os “barcos pequenos”, do tipo bateira, usados nos portos deste concelho e nas costas de Paramos, Espinho, Torreira, S. Jacinto e Costa Nova do Prado, bem como em alguns dos que serviam os pescadores de Ouro, S. João da Foz e Afurada. No entanto, a indústria dos calafates e fragateiros, nos seus moldes tradicionais, estava já agonizante, prejudicada com as obras do porto de Lisboa e a construção de paredões, onde os grandes navios que vinham ao Tejo passaram a acostar, tornando dispensável a maior parte do serviço das fragatas. Em 1895, a classe dos fragateiros, em crise, reduzida a um terço, sem trabalho, emigrava principalmente para o Brasil.

A diversidade de embarcações características da Ria de Aveiro levou à realização, por ocasião da Feira de Março, de uma feira paralela de barcos, da qual há testemunho desde o século XIX e onde acorriam moliceiros, saleiros e outros tipos de barcos construídos na região:

A feira dos barcos no grande canal da cidade de Aveiro, a 25 de Março de cada ano, é uma das mais típicas da região, e uma das mais interessantes de todo o país, pelo seu género, hoje valorizada com a distribuição de prémios às embarcações de melhor porte constructivo e de

⁸⁷ CUNHA, Rocha e, *Notícia sobre as Indústrias Marítimas*, p. 26.

mais caprichosa decoração. A ela concorrem os principais barqueiros dali, com as suas embarcações engalanadas e apetrechadas conforme as funções a que se destinam.⁸⁸

Os barcos e bateiras eram vendidos na parte da Ria situada entre as Pirâmides e a malhada dos Santos Mártires até à extremidade do Côjo e à malhada da Fonte Nova. Nos dois dias anteriores ao começo da venda, nenhuma embarcação era autorizada a encostar nos canais abrangidos pelas zonas citadas, sem pagamento de licença, havendo excepções para os saleiros que dos cais se servissem simplesmente como ancoradouro. Em 1878, surgiram novas posturas municipais em relação à Feira de Março: as licenças para venda de barcos e bateiras, que tinham começado por ser respectivamente de 480 e 240 réis, passaram para 200 e 100 réis, o que talvez seja devido ao facto de se tratar de uma actividade de todo o ano, com ou sem Feira, pela necessidade de resolver as carências ao longo das épocas de trabalho. Em 1920, a feira dos barcos continuava a fazer-se no canal central, onde se compravam e vendiam as embarcações novas e usadas que, para tal efeito, se apresentavam e encomendavam-se aos mestres construtores novas unidades, a entregar em período então estabelecido⁸⁹.

Nos portos de pesca marítima de Paramos, Esmoriz, Cortegaça, Furadouro, Torreira, Costa Nova, Vagueira, Palheiros de Mira, Tocha e Quiaios, Gala, Lavos e Leirosa, as actividades de pesca são de tipo local e frequentemente sazonais ou de complemento. É também a zona por excelência – e hoje praticamente o último bastião – dos grandes arrastos para terra, das grandes xávegas, que na região de Aveiro se desenvolveram desde a obstrução da barra no século XVII e que constituem uma adaptação ao trabalho no mar dos chinchorros da pesca lagunar. Tradicionalmente, o barco de mar (também chamado “saveiro” ou “meia-lua”) utilizava apenas os remos como meio de locomoção, não possuindo leme. Os remos, dois ou quatro por bordo, chegavam a ter mais de dez metros de comprimento e cada um exigia para seu manuseio entre cinco a sete homens. Estes barcos eram particularmente característicos da zona da costa portuguesa situada entre Espinho e a Nazaré.

⁸⁸ CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos - Aveiro*, Tomo V (2ª parte) - *Feiras e Mercados*, Porto, Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos de Arte e Museologia, 1945, p. 308. Ver também: LEITÃO, António Nascimento, *Aveiro e sua Laguna (Vistos Através do Mundo)*, Lisboa, Sá da Costa, 1944, p. 207: “Outra característica regional é a feira de barcos, feira aquática, à qual anualmente concorrem os moliceiros, saleiros e outros tipos de barcos construídos na região, onde acabam os seus dias sem nunca se terem desviado do seu destino na laguna”.

⁸⁹ MARTINS, Júlio de Sousa, *Feira de Março: Através dos Tempos*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1989.

Os barcos saíam directamente para o mar dos varadouros, a partir da costa arenosa, deixando em terra um cabo de alar, atravessavam a faixa de rebentação, lançavam a rede a distância conveniente e arribavam ao ponto de partida com outro cabo de alar, a *mão-da-barca*. A companha procedia depois à faina de alar a rede para terra. Este processo começou a ser utilizado no Furadouro, local onde se fixavam, na safra, os pescadores de Ovar, Ílhavo e Murtosa. Data de 1600 a notícia mais antiga sobre as companhas de pesca de arrasto no Furadouro. Segundo as *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, naquele ano existiam quatro companhas de chinchorro ou artes-pequenas⁹⁰. Os pescadores organizavam-se para a exploração do mar em companhas de tipo cooperativista rudimentar, sociedades onde cada um punha em comum com o seu capital, o esforço próprio e a ajuda da família que trabalhava em terra. Cada quota tinha o nome de quinhão e todos os lucros ou prejuízos eram suportados proporcionalmente pelos sócios, estando incluídos nos quinhões o socorro às viúvas, pais, inválidos, doentes, velhos e falecidos. As escrituras de sociedade e de arraisaria entre o arrais, o procurador, o escrivão – governança da companha – e os sócios eram muito frequentes entre 1840 e 1870. Baldaque da Silva transcreve um regulamento para as companhas da Torreira de 5 de Novembro de 1852, onde se determina: “Haverá uma comissão directora das companhas de pesca da costa da Torreira, composta por três vogaes, e presidida pelo administrador do concelho, nomeada pelo governador civil e com funções gratuitas. As companhas são sociedades

⁹⁰ PINHO, João Frederico Teixeira de, *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, Ovar, edição da Câmara Municipal, 1959 [1881], citado por LARANJEIRA, Eduardo Lamy, *O Furadouro – O Povoado, o Homem e o Mar*, Ovar, edição da Câmara Municipal, 1984, p. 430. Lamy Laranjeira descreve igualmente a questão delicada do direito de “primazia” na xávega: “As ‘primazias’ nasceram dum direito consuetudinário, que apareceu na praia no princípio dos tempos da pesca. Era um costume, que se perdia nos anos, e referia-se ao uso indiscriminado da prioridade usufruída pela companha de xávega que tinha conseguido ‘botar’ ao mar o respectivo barco, à frente de todos os rivais, ficando com a exclusividade de escolher o largadouro, consoante desse na tineta do arrais, sem ninguém lhe poder ir à mão. E enquanto decorriam os trabalhos com a movimentação do barco e o lançamento dos aparelhos de pesca na imensidão marítima, as restantes companhas não arredavam da praia, aguardando impacientes a conclusão destes preliminares para então, à uma, se lançarem em corrida, com frenética remada, de modo a perderem o mínimo tempo no lançamento da rede. Com o correr dos tempos, grandes conflitos nasceram deste direito. Em 13 de Agosto de 1824, a Câmara conseguiu reunir todos os arrais das companhas do mar, a fim de ser discutido o direito de primazia e cessarem as rivalidades que separavam as companhas. Mais tarde, em 1834, este direito passou a ser devidamente regulamentado em postura camarária, de modo a evitar a repetição dos frequentes abusos. Porém, em 1864, a Câmara deliberou proibir o direito de primazia, fazendo publicar uma postura com este propósito, estabelecendo a proibição ‘de pôr dentro do mar os barcos à farteixa dum dia para o outro, bem como a preferência de lanço e escolha de lugar’. Deste modo, cada companha passava a ter completa autonomia para ‘lançar a toda a hora a rede não estando o lugar ocupado por outra que tenha primeiramente lançado a sua’. No caso de impedimento ou de qualquer outro obstáculo, a companha prevaricadora seria punida com multa que podia ir até 20.000 réis” (LARANJEIRA, Eduardo Lamy, *O Furadouro- O Povoado, o Homem e o Mar*, pp. 487-90).

regidas e administradas por um arraes de terra e outro do mar, um procurador e um escrivão e compõem-se além d'estes de 170 a 200 sócios, tendo um inventario de todos os bens da sociedade”⁹¹.

Em 1776 veio para o Furadouro o francês João Pedro Mijoulle que, juntamente com alguns catalães, instalou na praia o primeiro processo de conservação de sardinha pela salga, método mantido em segredo durante algum tempo. Foi ainda nessa altura que surgiram as companhias de estrutura económica capitalista incipiente, sob a forma de empresas de “senhorio” ou de “terço”, pois o capitalista associado cobrava um terço da produção. Os financiadores das companhias eram catalães instalados em Ovar, oligarquia local que possuía também marinhas de sal. Muitas das velhas companhias, obrigadas a recorrer a usurários que lhes emprestavam o capital necessário para as despesas de exploração sempre crescentes, sucumbiram. Estas novas sociedades eram constituídas por pessoas estranhas à classe piscatória e o pescador passou a ser um simples assalariado, recebendo soldada ou vencimento diário, caldeirada e, desde data mais recente, uma percentagem sobre o apuro bruto do arrasto. Em meados do século XX, as matrículas dos pescadores, na sequência de contratos verbais, compreendiam a importância das soldadas ou o quantitativo das percentagens a atribuir ao pessoal, conforme registo feito na Capitania durante o primeiro trimestre de cada ano.

No século XIX, deu-se na técnica da xávega uma transformação significativa: a tracção a braços foi substituída pela tracção com juntas de bois, distribuídas pelas duas cordas das mangas da rede, pelo que ao pescador se aliou o boieiro. Segundo Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, em 1886, em S. Jacinto encontram-se apenas duas companhias com quatro barcos de xávega e cento e cinquenta homens. Mas em 1887 inicia-se a prática da alagem das redes com gado, que obriga à construção de abegoarias. Em 1890 já ali se contam seis companhias de xávega (além de 26 de mexoalho), que subsistem ainda em 1911, empregando um total de 570 homens e 70 rapazes, dos quais 216 trabalhavam no mar e os restantes em terra. As empresas possuíam 176 bois, que adquiriam no começo da safra e vendiam no final. Os pescadores habitavam durante esse período os palheiros que os donos das companhias possuíam em grande número na praia, com dimensões médias de oito metros de frente por quatro de fundo e dois e meio de altura, nos maiores dos quais se instalavam, em

⁹¹ SILVA, A. A. Baldaque da, *Estado Actual das Pescas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 451.

tarimbas, grupos de companheiros, enquanto os pescadores que tinham consigo as famílias ocupavam os mais pequenos⁹².

Pinho Leal, em 1875, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, referindo-se à Murtosa no volume V, diz que a maior parte do povo desta freguesia é composto por pescadores. Indica ainda a existência de nove companhas na costa da Torreira, referindo-se também à importância de Pardelhas como importante entreposto de pesca. No vol. IX, publicado em 1880, define a Torreira como uma povoação com mais de quinhentos fogos, todos construídos em madeira, dedicando-se a população exclusivamente à pesca e dando como existentes seis companhas.

Mas a expansão do processo de cerco americano, com traineiras (autorizado em 1913) determinou a decadência progressiva desta modalidade de pesca. Na área sob a jurisdição da Capitania do Porto de Aveiro, entre Espinho e Mira, a xávega distribui-se actualmente em oito praias de mar (Maceda, Furadouro, Torrão do Lameiro, Torreira, Vagueira, Areão, Poço da Cruz e Praia de Mira). Em Agosto de 1974, o *Notícias de Ovar* anunciava o nascimento de uma nova companha de pesca no Furadouro, constituída por quatro associados, entre os quais o construtor naval Henrique Lavoura, de Pardilhó, que dotou a empresa com um pequeno arrastão de dois remos. Em 1992, estavam matriculadas vinte e três embarcações na referida Capitania. É uma pesca sazonal, abrangendo um período que vai de Março a Outubro, sendo dirigida para a pesca da sardinha e do carapau. O barco usado actualmente é a bateira do mar, que ronda os nove metros e que, no tempo dos barcos de quatro remos, era utilizada como auxiliar. A força manual foi substituída pelo motor fora de borda, mas na saída para o mar ainda se mantém a técnica do uso dos toros de madeira por debaixo do barco, empurrado à ré à custa do esforço humano. Na recolha das redes são ainda utilizadas juntas de bois ou um tractor. No Furadouro, em 1997, apenas trabalharam duas companhas de xávega⁹³. Actualmente, esta praia tem, no conjunto das comunidades de xávega, uma importância menor, nada comparável à situação que já viveu no passado quando, em 1891, Baldaque da Silva se lhe referiu como tendo seis companhas com doze barcos e um total de seiscentos pescadores⁹⁴. A quase extinção da xávega levou a

⁹² OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Palheiros do Litoral Central Português*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1964.

⁹³ Dados coligidos por SOUTO, Henrique, *Comunidades de Pesca Artesanal na Costa Portuguesa: Estudo Geográfico*, dissertação de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

⁹⁴ SILVA, A. A. Baldaque da, *Estado Actual das Pescas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891. Capítulos relevantes nesta obra são aqueles que tratam da hidrografia das águas costeiras, lagunares e

que o número de mestres carpinteiros desta arte passasse de mais de uma dúzia a três, no princípio dos anos noventa. Hoje, o seu número está a aumentar devido à motorização do barco e às condições que isso oferece, mas o tempo viu afastar-se várias famílias que, por mais de oito gerações, produziram os xávegas da costa portuguesa⁹⁵.

Durante a era de prosperidade da xávega, desenvolveu-se o aglomerado da beira-Ria, onde vendedores e negociantes se estabeleceram e edificaram os seus armazéns e palheiros de habitação. De acordo com a descrição de Jaime Afreixo, publicada em 1902, o comércio da sardinha era absorvido logo na praia pelos negociantes estabelecidos na beira-Ria – os mercantéis – que em bateiras suas a exportavam para os mercados de Pardelhas e Aveiro⁹⁶. Em fins do século XIX, não estando ainda concluída a estrada sobre o areal que ligaria os palheiros da costa aos palheiros da Ria, montam-se várias linhas de carris através da duna – cada uma de sua companhia – entre a Ria e os varadouros da praia, para o transporte do peixe em vagonetas de tracção animal.

A Murtosa⁹⁷ teve grande prosperidade económica devido ao tráfico de pescado da Torreira na praça de Pardelhas, traduzindo-se em importantes fontes de rendimento

fluviais; da classificação das actividades e dos aparelhos utilizados; da descrição da pesca fluvial e dos instrumentos e métodos de captura nela utilizados; da pesca lacustre; da identificação das plantas marinhas a cuja recolha se procede nas costas e águas do reino e da identificação e descrição de embarcações de pesca. Inclui estampas de peixes e desenhos de instrumentos, barcos e situações de trabalho.

⁹⁵ FIDALGO, Manuel, *Barco da Xávega: Tecnologia da sua Construção*, Lisboa, Edições Colibri e Inatel, 2000. O autor informa igualmente que o pequeno número de mestres carpinteiros que ainda constrói xávegas, constrói igualmente todo o tipo de barcos de madeira para o mar e para a Ria de Aveiro: Mestre Cadelhas, de Cabeços Verdes (Mira) e Mestre Esteves, de Pardilhó (Estarreja). O primeiro pertence a uma família de carpinteiros navais há mais de oito gerações e o segundo não é estranho à arte de carpinteiro naval, mas só a abraçou a partir de 1993, ano do seu regresso de emigrante por vinte anos nos Estados Unidos. A construção de barcos de mar junto às praias ou a alguns quilómetros delas depende da existência de fáceis acessos, traduzidos na existência de estradas com condições mínimas, de esteiros ou canais. Para além das condicionantes geofísicas havia que vencer as mecânicas, até há pouco inexistentes, para a dimensão do transporte requerido. Quando as condicionantes puderam ser ultrapassadas, os estaleiros afastaram-se das praias marítimas onde operavam apenas as xávegas e foi possível construir estaleiros definitivos a mais de quinze quilómetros do mar. Se antes os estaleiros se localizavam nas praias a servir, hoje situam-se onde há madeira em abundância.

⁹⁶ AFREIXO, Jaime, “Pescas Nacionais: A Região de Aveiro”, vol. IV, 1902, p. 180.

⁹⁷ O concelho da Murtosa foi criado em 1926 por terras desanexadas do concelho de Estarreja, onde estava incorporado. A povoação primitiva nasceu muito próximo da Ria, formada por pescadores naturais de Aveiro, Esgueira e Ílhavo, povoações muito mais antigas, que ali se foram estabelecer, dada a abundância de peixe na laguna. De tal modo que, aquando do arrolamento de 1527, a aldeia da Murtosa e o lugar de Pardelhas representavam já uma das paróquias mais populosas desta região. “No Bispado de Coimbra e na Provedoria de Esgueyra, quatro [leguas] da [villa] de Aveyro para o Nascente, está situada a Villa de Estarreja (...) & seu termo, o qual tem as Freguesias seguintes: (...) Santa Maria da Murtoza, Curado anexo à mesma Igreja, tem 420 vizinhos & hua Ermida de S. Lourenço” (COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, 1708, capítulo XVI: Da Villa de Estarreja). “Murtoza, Fregezia no Bispado de Coimbra, tem por Orago N. Senhora da Natividade, o Paroco he Cura da apresentação do Reitor de Bedoido, rende cem mil reis: dista de Lisboa quarenta e cinco leguas, e do Porto sete, tem cento e cinquenta vizinhos” (NIZA, Paulo Dias de, *Portugal Sacro-Profano*, 1767-1768, Parte II, p. 58). Embora compreendendo lavradores e caseiros, terão sido, no entanto, a pesca e o comércio as principais

colectável, facto que terá justificado a petição apresentada em 1899 à Câmara de Deputados, para que se tornasse um concelho autónomo. Nas palavras de José Maria Barbosa, em 1899: “Como mercado de pescaria, a praça de Pardelhas é um dos mais importantes e abastecidos do paiz”, não se limitando os pescadores da Murtosa a pescar na laguna e sua costa como a demandar “Villa Franca ou a Afurada, sendo-lhe familiares tanto o Tejo como o Douro”⁹⁸. Toda esta indústria da pesca desenvolvia outras, ligadas aos aprestos necessários: redes (feitas em linho), barcos e utensílios variados⁹⁹.

Na praia, os mercantéis cercavam o peixe enlotado e aguardavam o início da venda. Os vários lanços de pescado eram leiloados até ao completo esgotamento da safra. Adquirida a quantidade de peixe desejada pelo mercantel, logo as suas pescadeiras iniciavam o trabalho. Depois de amanhado, o peixe era lavado na rebentação. Seguidamente, transportava-se em canastras, gigas e caixas para o armazém do mercantel. Aqui, ficava em grandes dornas com salmoura, a aguardar o envio para os mercados distantes, em pequenas barricas de madeira.

Vários trabalhos afectos às profissões da laguna eram desempenhados por mulheres dos bairros piscatórios, as pescadeiras, entendendo-se por esta designação as que se ocupavam do pescado, isto é, as que tinham por função apartar, escolher, contar e empilhar o peixe para a sequente lida mercantil. As mulheres empregues nestes

responsáveis pelo crescimento da Murtosa, sobretudo de Pardelhas que, a partir de 1785, se tornou num importante centro comercial, após a transferência do mercado de Veiros para o largo de S. Lourenço na Murtosa. As deficientes condições de acesso à barra e ao porto de Aveiro e o declínio gradual que atingiu esta cidade terão largamente contribuído para o desenvolvimento deste centro, conhecido em todo o país pela qualidade do peixe vendido no seu mercado. Aí acorriam diariamente os almocreves de afastadas regiões do Porto, Espinho, Viseu, Guarda, Lamego e outros pontos do país, para fazer as suas cargas. Relatos da época dão-nos conta da intensa actividade de tráfego de mercadorias na Ria e dos rendimentos colectáveis pagos nos dois postos fiscais da freguesia (Praça de Pardelhas e Torreira), que justificaram a petição apresentada em 1899 à Câmara dos Deputados pela Murtosa e pela freguesia vizinha do Bunheiro, solicitando a criação de um concelho autónomo do de Estarreja, ao qual pertenciam. Nesse documento, salienta-se sobretudo o valor do imposto do pescado, recebido entre 1893 e 1894, no valor de 5642\$743 réis, que terá sido o dobro do de Espinho, e superior ainda ao de Matosinhos, Póvoa de Varzim, Aveiro e Figueira. Este facto realça de modo significativo a importância da pesca, não só localmente, mas em relação com outros portos piscatórios vizinhos.

⁹⁸ BARBOSA, José Maria, *A Murtosa – A Propósito da sua Autonomia*, Aveiro, Tipografia do Campeão das Províncias, 1899, pp. 16-17.

⁹⁹ Outras indústrias e produções tradicionais da região lagunar eram: “Além do fabrico dos adobes, da manufactura das esteiras e de outros artefactos de bunho (na Murtosa), da construção dos barcos da laguna e outras indústrias, podem citar-se como características: a dos ovos moles e dos seus recipientes ou barricas, as conservas de mexilhão em molho de escabeche, a apanha do junco (que das camas do gado passa a adubo agrícola) e da bajunça, para a cobertura dos montes de sal durante o Inverno. Nalgumas casas do bairro piscatório e noutras da zona rural ribeirinha, é frequente o uso de esteiras de bunho ou tábua a cobrirem o pavimento. Nas mais modestas, o chão de terra batida é coberto, como o pátio das mais abastadas, com uma camada de junco verde, o mesmo junco que é usado para atapetar as ruas, para a passagem das procissões” (LEITÃO, António Nascimento, *Aveiro e sua Laguna (Vistos Através do Mundo)*, Lisboa, Sá da Costa, 1944, pp. 189-90).

trabalhos eram, consoante as funções, escorchadeiras, lavadeiras e acamadeiras. As primeiras recrutavam-se conforme a safra, ao passo que as acamadeiras constituíam mão-de-obra permanente dos mercantéis e faziam também o transporte do peixe para o armazém¹⁰⁰. Os ranchos da Torreira eram constituídos por grupos de mulheres, liderados pelas “manageiras”, que conduziam o pescado em canastras, da beira-mar para a beira-Ria, para ser arrematado nas lotas. Sobreviveu apenas a memória dos nomes de alguns destes ranchos: o rancho da Palage, da Tróia e da Regateira¹⁰¹. Jaime Afreixo elabora um retrato completo deste processo de transporte e transacção, com observações algo caricatas, por serem próximas da realidade, acerca dos códigos comportamentais femininos:

As mulheres, em grupos ou também em companhas, com as suas chefes dirigentes e ajustadoras – manageiras, como se dizia no baixo Alem-tejo – concorrem da Gafanha, da Murtosa, de Ílhavo e mesmo d’Aveiro, a exploração d’este facto. O ajuste entre o mercantel e a manageira faz-se usualmente em altos gritos e atravez de tantas imprecações, que mais parece um litigio prestes a cahir em luta de morte, do que um contracto quasi insignificante, pois geralmente o trafego feito pelas mulheres pode regular por 30 réis a canastra. (...) N’esta e naquella lota contracta-se o frete da conducção á cabeça; mercantel e manageira regateiam com alma e gritam ambos que se arruinam; mas estão tão praticos um e outro na medição cúbica das lotas que nenhum d’elles consegue enganar o adversario. Em poucos momentos – formigueiros de mulheres para cá e para lá nas linhas mais a geito (...) Logo que a bateira está carregada, larga para Aveiro só com um homem nas mais das vezes.¹⁰²

Entre as protagonistas do comércio de pescado na área da Ria de Aveiro, destacam-se também as mercantelas, que compravam e vendiam o peixe para consumo local. Por vezes, quando o salgavam, vendiam-no aos mercantéis: “naturais de Ovar e oriundas algumas da Murtosa, arrimaram-se desde os tempos da mocidade a esta actividade e sempre a desempenharam a contento, sem haver necessidade de pedir meças aos homens. Eram assim as mercantelas do Furadouro”¹⁰³. Na segunda metade do século XX, o transporte pela Ria de peixes e mariscos pescados no oceano favoreceu a criação de conserveiras na região de Aveiro, nas quais se empregam ainda hoje muitas mulheres.

A presença desta extensão de água favoreceu a identidade específica da zona envolvente. Sendo ela a base de uma economia local, a Ria de Aveiro estimulou um

¹⁰⁰ Para uma detalhada descrição do papel das mulheres no comércio do pescado, consultar LARANJEIRA, Eduardo Lamy, *O Furadouro - O Povoado, o Homem e o Mar*, pp. 412 e seguintes.

¹⁰¹ PEREIRA, Lopes, *Murtosa: Gente Nossa*, 2ª edição, Murtosa, edição da Câmara Municipal, 1995 [1952], p. 153.

¹⁰² AFREIXO, Jaime, “Pescas Nacionaes: A Região de Aveiro”, vol. IV, 1902, p. 183 e vol. V, 1903, pp. 7-8.

¹⁰³ LARANJEIRA, Eduardo Lamy, *O Furadouro - O Povoado, o Homem e o Mar*, p. 417.

modo de vida baseado num sistema agro-marítimo. Aqui, nesta terra confinada entre o céu e a água, a vocação de lavrador coexistiu desde sempre com a de marinheiro. A arte de moliceiro é a combinação destas duas vocações:

Na bacia do norte ou da Torreira é que se encontram as marinhas e as grandes ilhas onde, além da exploração da junça, que cresce espontanea, se iniciam já as culturas cerealíferas e a pastagem, com notavel proveito. Nas terras circumvisinhas, todas de origem arenosa, as culturas ordinarias são no inverno a cevada, em menor escala o trigo e o centeio, e no verão o milho o feijão, além da batata, cebola, tremoço, etc. Nas terras inundaveis do campo de Estarreja cultiva-se largamente o arroz. Qualquer d'estes generos produz com notavel exuberancia. O segredo, porém, d'esta fertilidade está nas adubações com os moliços, especie d'algas que no fundo da ria formam uma vegetação espessa e sempre renascente. A apanha do moliço é uma indústria subsidiaria da agricultura e, portanto, a que, n'essa região amphibia, como lhe chama Oliveira Martins, maior numero de braços emprega. O rendimento d'esta região aquatica sobe annualmente acima de trezentos contos na proporção seguinte: Pescado, 47 contos; Sal, 50 contos; Junça e caniço, 60 contos; Moliço, 158 contos.¹⁰⁴

A transformação física do cordão litoral de nada resultaria em termos de produção agrícola se não se fizesse o enriquecimento ecológico dos terrenos arenosos e como tal, pouco dados à cultura. Numa época de escassez de adubos, o lavrador procurou tirar proveito dos elementos que o rodeavam. Com a presença da Ria, além da caruma dos pinhais, outros recursos foram utilizados na estrumação das terras, para a produção de batata, milho e feijão. A fertilização das areias foi possível graças à incorporação de pequenos molúscos, desperdícios de peixe, junco dos currais e moliço. O uso do moliço como adubo é próprio da Beira Litoral ou, mais precisamente, da zona que envolve a Ria de Aveiro, sendo esta um meio propício à sua produção. A distribuição do moliço ocorre nas áreas com profundidade inferior a um metro em baixa-mar, sendo mais abundante em todo o extremo norte lagunar a partir da Bestida e, nos extremos sul, a partir da Vagueira, no Canal de Mira, Vista Alegre e Vagos. A palavra moliço é a designação vulgar de toda a vegetação submersa da Ria, à qual se juntam algas trazidas pela corrente na preia-mar¹⁰⁵. Verificada a riqueza do moliço e o seu valor como adubo, os ribeirinhos, diante das necessidades agrícolas da época, começaram a apanhá-lo e a misturá-lo às suas terras.

Não se encontra qualquer referência ao moliço na *Corografia Portuguesa* de António Carvalho da Costa (1708), no *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* do Padre João Baptista de Castro (1762-1763), nem no *Portugal Sacro-Profano ou Catalogo*

¹⁰⁴ MAGALHÃES, Luiz de, “Os Barcos da Ria de Aveiro”, p. 51.

¹⁰⁵ Existem outras designações populares curiosas para o moliço, como: sirgo, seba, rabos, fita, pojós, trapa, mormo, limo, corga e arganel (LEMOS, João, *A Ria de Aveiro: Um Olhar de Resvés*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1996, p. 97).

Alfabetico de todas as Freguezias dos Reinos de Portugal de Paulo Dias de Niza (1767-1768).

Conclui-se que, na primeira metade do século XVIII (e mesmo na primeira década da segunda metade), período de tempo durante o qual foram publicadas estas obras, a indústria da recolha e aproveitamento do moliço não teria importância económica suficiente para merecer a atenção dos seus autores, que abrangiam todo o território nas suas temáticas e estavam sediados na capital do reino. Apenas os párocos locais, e mesmo assim nem todos, acharam por bem referir os moliços nas suas respostas aos interrogatórios para a organização do *Diccionario Geographico* do Padre Luiz Cardoso, enviado pelo governo depois do terramoto de 1755, com níveis de precisão e conhecimento muito variáveis.

A resposta do pároco de Ílhavo inclui o seguinte excerto, correspondente à décima questão sobre “o rio d’essa terra”:

Se se cultivam as suas margens, e se tem muito arvoredor, de fructo ou silvestre?

10. Tem algumas fazendas muyto boas nas suas margens chamadas vulgarmente vessadas, que produzem muyto bom milho. Mas pella mayor parte são prayas de junco, moliço, e esturme que chamão bajunça que tudo conduz, e se aproveita para adubio das terras lavradas. Nam tem arvores, excepto aquy, ou aly em alguns muros das práyas huns arbustos que chamão tramagueyras, de que se costumão, fazer alguns copos para beber agua por se lhe attribuir a virtude de desobstruir. As mais arvores que tem em algumas ribanceiras, e lugares adjacentes, são pynheyros de que se servem para taboados, e para lenhas, e se conduzem para Aveyro, e, para outras terras, especialmente para a nossa villa de Ílhavo, que dellas carecem.¹⁰⁶

O pároco de Santa Marinha de Avanca acrescenta informações sobre as embarcações que sulcam a Ria e a fertilidade das terras circundantes, em termos algo imprecisos se bem que claramente hiperbólicos:

(...) a célebre Ria ou braço de mar, denominado Rio de Aveiro; as arenosas praias do Oceano e deste quanto pode alcançar a vista; a imensidade de Embarcações de todas as espécies e lotes, já de negócio, já de guerra, assim nacionais, como de todas as nações Estrangeiras, que o sulcam e transitam de Norte para o Sul ou e converso; e a cópia sem número de barcos que vadeiam a dita Ria, ou chamado Rio, das muitas freguesias que, pelos muitos canais, que aqui chamam Esteiros, que dela para as tais se encaminham, a procurar a extracção dos seus agraços ou musgos, que nomeiam moliços, e de juncos das marinhas das suas margens, que somente desta freguesia são mais de trezentos para a cultura das terras, que muitas desta freguesia, com eles produzem tanto que dão três novidades no ano; além de tanto outro número de barcos de

¹⁰⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geográfico*, Tômoo 18, fls. 105 e seguintes, citado por MADAHIL, Rocha, *Ílhavo no Século XVIII: as Informações Paroquiais de 1721 e de 1758*, Figueira da Foz, Tipografia Popular, 1937.

pescadores das mesmas que o navegam, e não ao Rio Vouga, porque a este somente os que vão a conduzir os vinhos chamados de Anadia.¹⁰⁷

As referências à dimensão do tráfego fluvial (“imensidade de embarcações”, “cópia sem número de barcos”) e à excelência da produção agrícola (“produzem tanto que dão três novidades no ano”), sem o apoio de dados estatísticos concretos, servem a retórica do autor, na sua intenção de elevar o poderio económico da região, face às informações de outros párocos menos eloquentes. Em resposta a questão idêntica, o citado pároco de Ílhavo é mais comedido nos quantificadores (“Tem algumas fazendas”, “muyto bom milho”) e utiliza a adversativa para introduzir a informação sobre as “prayas de junco, moliço, e esturme”, pois seriam meramente aproveitadas “para adubio das terras lavradas”. A factualidade das informações é igualmente visível na resposta do pároco de S. Cristovão de Ovar, João Bernardino Leite de Sousa, a 30 de Abril de 1758: “Cultiva-se a maior parte das suas margens de milho, o que da em abundancia; e outras partes são salinas de sal e juncais, em que se utilisão os moradores para cultivarem com elle as terras. Tem algumas arvores silvestres. (...) Livrementemente uzão os povos não so das agoas, moliços e hervas do Rio d’Aveiro, mas tambem das dos sobreditos regatos, se elles aturão no verão para regarem as suas terras”¹⁰⁸.

As *Memórias* das freguesias de Santa Maria da Murtosa e de S. Tiago de Beduído não fornecem nenhuma informação sobre moliços, sua recolha e utilização, apesar de responderem ao questionário sobre os rios locais¹⁰⁹. Contudo, as respostas do pároco da Murtosa, dadas as suas lacunas e imprecisões, evidenciam o grau de subjectividade e variabilidade subjacente a estas fontes:

1: (...) um rio largo e fundo, que vem de perto da Villa de Ovar deste bispado, a que se ajunta o Vouga confuso com o Antoaã. (...)

3. No mesmo Vouga, depois de junto com o Antoaã, se ajunta pela parte do Norte o rio Largo e fundo, que vem da Villa de Ovar, de que já acima se fez menção, com que esta freguezia confronta pelo Poente. E a este que vem da Villa de Ovar, se ajunta perto da freguezia do Bunheyro, que fica ao Norte desta da Murtoza, outro rio largo e fundo, que vem de junto à Freguezia de Pardilhó, que fica do Bunheyro para o Nascente. (...)

¹⁰⁷ Citado por COSTA, Eduardo, “Memórias Paroquiais do Séc. XVIII (1758): Freguesia de Santa Marinha de Avanca”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXV, 1969, p. 276.

¹⁰⁸ Citado por COSTA, Eduardo, “Memórias Paroquiais do Séc. XVIII (1758): Freguesia de S. Cristovão de Ovar”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIV, 1968, p. 212.

¹⁰⁹ “Se houvessem pescarias nesta freguezia seriam livres por não ser o rio de senhor algum particular e me parece que por todo elle. (...) 13: Mete se este rio no fim desta freguezia na ria da villa de Aveyro distante tres legoas da mesma villa; e na ria se incorpora com o rio Bouga que tãobem entra nella, e se metem no mar pella barra de Aveyro distante desta terra sinco legoas. (...) 18: Os povos destas terras uzão livrementemente das suas agoas sem pensão alguma pera a cultura de seos campos”. Citado por COSTA, Eduardo, “Memórias Paroquiais do Séc. XVIII (1758): Freguesia de S. Tiago de Beduído”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXV, 1969, p. 106.

4. O Vouga hé navegável desde sua foz até o lugar de Carvoeyro que fica acima da Villa de Vouga (...) são de barcos as navegaçoens que por elles se fazem, e podem fazer; porem agora depois que se abrio a barra nova da Villa de Aveyro, por onde se mette no mar o Vouga junto com os mais rios, de que tenho feyto menção, podem navegar navios carregados até pero da Villa de Aveyro, entrando pella ditta barra dentro, e desde ahi pelo ditto rio largo e fundo até esta freguezia e ainda perto da ditta Villa de Ovar, pois desde a ditta barra até perto da Villa de Ovar hé o rio largo e muyto fundo, e por isso capaz de embarcaçoens de navios.

9. As pescarias (...) são livres.

10. (...) O Rio que vem da Villa de Ovar, desde lá até a barra pela parte do Poente tem margens, que se não cultivão, nem tem arvores alguas, porque são hua península de area movediça, que fica entre o mar Oceano, e o Rio: e o rio, que vem da freguezia de Pardilhó, e se ajunta com o que vem de Ovar, tem, até se ajuntar com o Vouga, pela parte do Nascente margens que se cultivão e dão milho grosso e cevada e não tem arvoredos alguns. (...)

18. Os povos usão livremente das aguas destes rios para a cultura dos Campos (...).¹¹⁰

Note-se a falta de referências à Ria ou rio de Aveiro, geralmente tratada pelos párocos desse tempo pelo segundo termo, sendo raro o primeiro. Para o pároco da Murtosa, para quem o Vouga era o centro do sistema hidrográfico circundante, não existia propriamente uma *Ria de Aveiro*, mas sim vários “rios”, termo com que designava os canais principais da Ria: os “rios largos e fundos que vêm de perto da vila de Ovar e de junto à freguesia de Pardilhó”, o “outro rio que vem desde antes da vila de Vagos” e “as mais partes e rios, por entre marinhas”, em que o Vouga se dividia, a todos dando como confluentes e “confusos”.

O moliço crescia livremente e era colhido segundo as necessidades das populações, valorizando-se gradualmente com as exigências dos areais conquistados, o crescimento demográfico nos litorais arenosos e o surgimento de novas culturas. O moliço era recolhido no leito da Ria e nas suas margens, praias e ilhas, em terrenos pertença das Câmaras ou de privados, através de exploração directa ou de arrendamento. Em locais onde a propriedade privada não se encontrava limitada, surgiam as dúvidas. Assim aconteceu em 1797, quando o almoxarife da Casa de Bragança teve de presidir à demarcação “do Ribeiro e Paul entre o lugar de Fermentelos, termo de Ois da Ribeira e o de Requeixo e vizinhanças do termo de Eixo, para cessarem os conflitos dos povos e Câmaras de um e outro termo por causa do apanho do limo e estrumes que criam no tal Ribeiro para adubo de terras confinantes e pastagens onde as há”¹¹¹. Apesar de o termo

¹¹⁰ Citado por COSTA, Eduardo, “Memórias Paroquiais do Séc. XVIII (1758): Freguesia de Santa Maria da Murtosa”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIV, 1968, pp. 293-4.

¹¹¹ Tombo da Vila de Ois da Ribeira, 1797/1800, citado por AMORIM, Inês, *Aveiro e a sua Provedoria no Séc. XVIII*, p. 259. No desenvolvimento deste tema, Inês Amorim informa igualmente que: “A Câmara de Aveiro, em 1806, insurge-se, a pedido de alguns, contra os que de fora do termo do distrito vinham apanhar moliço, porque quem fosse achado a apanhar moliço, tanto no terreno concelhio, ou Rio, como em propriedades particulares que não trouxessem arrendadas, perderia o moliço, pagando de cadeia 10 tostões, da primeira vez, e 2000 réis da segunda. Em Mira, no ano de 1805, o Capitão-Mor apercebe-se do

não ser utilizado, o “limo e estrumes que criam no tal Ribeiro para adubo de terras” designam inequivocamente a vegetação subaquática que o povo conhece por “moliço”.

No século XIX, mais propriamente em 1802, a indústria de extracção e aproveitamento do moliço é já do conhecimento do poder central, que lhe reconhece rendimento suficiente para sobre ela lançar impostos. Nos princípios do aproveitamento do moliço, a apanha era feita por pequenos lavradores desejosos de estrumarem as suas próprias terras. Lavrador e moliceiro constituíam então uma só pessoa. Com a expansão agrícola, apareceram grandes exploradores e o pedido de moliço foi aumentando. Para atender ao número crescente das encomendas, criou-se a profissão autónoma de moliceiro, à qual se consagraram justamente muitos dos pequenos lavradores. Paralelamente a esta intensificação da colheita, as embarcações foram-se especializando. Neste sentido, João Vieira Resende informa-nos, na sua *Monografia da Gafanha*, que “um decreto de 2 de Julho de 1802 lançou um imposto de 10 réis aos barcos maiores carregados de moliço e de 20 réis aos menores”¹¹². Nesse mesmo ano, chegou a decretar-se o lançamento do “imposto de 40 réis, pelo tempo de dez anos, a todo o barco menor carregado de moliço, sendo essa importância destinada exclusivamente à arborização dos areais e sementeiras de penisco no litoral”, nada constando acerca dos resultados obtidos, nem mesmo se sabendo se o decreto chegou a ser posto em vigor¹¹³. Por força das crescentes necessidades fiscais, inicia-se a discussão sobre a propriedade alagada da Ria de Aveiro que, de certo modo, continua ainda na actualidade, mas é evidente na resposta das Cortes Constituintes de 1822: “O leito dos rios é domínio público e nenhuma administração local pode regulamentar o seu uso”¹¹⁴.

Nas *Informações para a Estatística Industrial* referentes ao ano de 1865, existem os seguintes dados sobre a colheita do moliço no concelho de Ovar: número de barcos, 10; meses que dura a colheita, 9; número de cargas de moliço apanhadas por cada barco num mês, 12; total das cargas de moliço, 1080; preço de cada carga, 950 réis; importância total do moliço, 1026\$000 réis. Em 1890, Ovar possuía já trinta barcos

seu valor e exige que lhe façam estrumeiras de moliço. Finalmente, desde 1815, que freguesias a Norte do Vouga protestam contra a Câmara de Vagos que fazia seu o braço meridional da ria, exigindo rendas sobre o moliço. Sem dúvida que a procura desenfreada, à medida que se conquistavam os areais, aguçou o apetite por parte da propriedade privada e senhorial da ria, transferindo a procura de tais estrumes para áreas até então consideradas de domínio comum” (*idem, ibidem*).

¹¹² RESENDE, João Vieira, *Monografia da Gafanha*, 2ª edição fac-similada, Aveiro, Gráfica do Vouga, 1989 [1944], p. 273.

¹¹³ Informação de LOUREIRO, Adolpho, *Porto de Aveiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.

¹¹⁴ SILBERT, Albert, *Le Problème Agricole Portugais, au Temps des Premières Cortes Liberales*, Paris, Gulbenkian, 1985, p. 181.

moliceiros. Exerciam o trabalho seis moliceiros de profissão, cinco lavradores da freguesia de Válega e dezanove lavradores do lugar da Marinha¹¹⁵.

O moliço da Ria de Aveiro merece referência minuciosa no primeiro volume do *Portugal Antigo e Moderno* de Augusto Barbosa de Pinho Leal, em 1873:

Muitas dezenas de barcos andam constantemente empregados na extracção do moliço, e o seu rendimento annual se calcula em muitos contos de réis. (...) O sr. A. Fillipe Simões visitou esta cidade [Aveiro] em Agosto de 1873. Por achar judiciosissimas as suas observações (publicadas em folhetins do *Jornal da Noite*, de Lisboa) aproveito a parte d'ellas que julgo de interesse publico. (...) Áquem dos areaes cortam as terras em varias direcções longos e estreitos canaes, alimentados pelas aguas do oceano e pelo Vouga, Agueda, Cértema e outros rios menores ou ribeiros. São esses canaes meios naturaes de comunicação entre os povos dos concelhos de Ovar, Estarreja, Albergaria, Aveiro, Ilhavo, Vagos e Mira. Contudo não lhes serve unicamente a ria para communicarem entre si. (...) É grande a extensão total das ilhotas ou tractos de terra cercados pelas aguas e que produzem com abundancia pastos para gado e estrumes. Estes ultimos, porém, pouco são, comparados com o moliço, estrume natural formado por varias especies de algas que nascem e vegetam espontaneamente no fundo da ria. Calcula-se que em cada anno se carregam 200:000 barcos d'estes despojos. Cada barco leva seis carradas, e o seu carregamento na malhada de qualquer esteiro importa em 1\$000 a 1\$500 réis. Computa-se, portanto, em 200:000\$000 réis o valor total do estrume tirado, em cada anno, do fundo da ria. (...) Taes são as principaes riquezas dos terrenos alagadiços ou cortados por longos canaes de agua salgada na faxa occidental do districto de Aveiro.¹¹⁶

Os dados transcritos por Pinho Leal coincidem com os das *Memórias de Aveiro* de Marques Gomes, de 1875, para quem a quantidade de moliço que se arrancava anualmente ao fundo da Ria andaria também pelas 200 mil barcadas, no valor de duzentos contos de réis¹¹⁷. A *Memória* de Francisco de Sousa Regalla, datada de 1888, fornece igualmente dados numéricos sobre a colheita de moliço na Ria de Aveiro, numa perspectiva global e já não meramente local. A produção de moliço, que Regalla classifica de “indústria”, seria de 505.000 toneladas, avaliadas em 175,9 contos de réis, com um capital de 78,4 contos de réis, e empregaria 2542 indivíduos, em 1342 embarcações registadas¹¹⁸.

Em 1890, à colheita do moliço na Ria concorriam tanto moliceiros de profissão como indivíduos que exploravam tal género de serviço nos meses em que não havia pesca de sardinha no Furadouro, lavradores e moços de lavoura. No concelho de Ovar, a

¹¹⁵ Dados compilados por LAMY, Alberto Sousa, *Monografia de Ovar*.

¹¹⁶ LEAL, Augusto Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno - Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de grande número de Aldeias*, Lisboa, Livraria Editora de Tavares, Cardoso e Irmão, 1873, Volume I, “Aveiro”, p. 261 e pp. 271-2.

¹¹⁷ GOMES, José Augusto Marques, *Memórias de Aveiro*, Aveiro, Typografia Commercial, 1875.

¹¹⁸ REGALLA, Francisco de Sousa, *A Ria de Aveiro e suas Indústrias. Memória Justificativa e Projecto de Regulamento para o Exercício da Pesca e Colheita do Moliço*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, p. 59.

apanha do moliço era feita usualmente de dia, mesmo durante o mês de Julho, quando, por postura da Câmara Municipal, ocorria o defeso¹¹⁹. No entanto, “alguns limitam o seu trabalho naquele mês às noites de luar, não se fiando talvez no valor de influências locais que, no maior número de casos, sabem sobrepor-se ao acatamento das leis”¹²⁰.

O texto redigido na sequência do comício de 3 de Abril de 1893, para aprovação do pedido de um serviço de dragagens na Ria, refere valores para a produção de moliço em Aveiro, por entre exemplos de outras riquezas locais e da alegada negligência do poder central:

O valor médio da produção das pescarias computa-se aqui em mais de cem contos de réis e o dos vegetais aquáticos, conhecidos pelo nome de moliços, que se empregam no adubo dos terrenos marginais, é bastante valioso nestes sítios para tentar capitais que construíram uma linha férrea numa extensão de cerca de 13 quilómetros, desde o Areão até Mira (...).

Não é contudo só em peixes e moliços que se resume o rendimento desta ria; pois que aos 107 contos, que em média rende o peixe, e aos 196 contos de reis de valor mínimo de moliços, há que juntar não menos de 97 contos de reis em média, produzidos pelo sal e ainda uma grande cifra, que é difícil calcular por falta de dados estatísticos, referentes aos juncos, bajunças e outras plantas que se dão nos terrenos alternadamente alagados e secos, e que constituem a matéria prima de fertilizantes e indispensáveis adubos agrícolas, não só para os concelhos ribeirinhos como para alguns do interior. Mas os 400 contos que somam as três verbas acabadas de apontar, não limitam o valor que está ubérrima região seria suscetível de produzir se por acaso não estivesse de há longos anos votada a um tal ostracismo, que o exemplo acima apontado, para caracterizar o assoreamento da ria na Vagueira, se topa em qualquer outro local que se examine.¹²¹

Em prol das pescas e da crescente colheita de moliço, muitas marinhas de sal foram abandonadas, como se pode concluir pela leitura da subscrição feita em 1897 por 462 proprietários ribeirinhos, para a legitimação da propriedade particular em terrenos alagados pela Ria de Aveiro: “(...) e porque ao mesmo tempo os moliços iam adquirindo valor crescente, um grande número dessas marinhas não se reconstruiu mais, e os terrenos em que existiam são explorados pelos respectivos proprietários como praias de produzir moliço”, ao que se acrescenta o exemplo da marinha da “Garra” da

¹¹⁹ O artigo 49º do código das posturas proibia a colheita do moliço no concelho de Ovar de 29 de Junho até 31 de Julho de cada ano. O que infringisse esta determinação teria a pena de 5\$000 réis e, se fosse de fora do concelho, mais três dias de prisão.

¹²⁰ AA.VV, *Inquérito Industrial de 1890*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Commercio e Indústrias, Direcção Geral do Commercio e Indústria e Imprensa Nacional, 1891, “Pesca”, 1ª parte, p. 201.

¹²¹ Citado por MADAHIL, António Gomes da Rocha, “A representação aprovada no comício que em 3 de Abril de 1893 se realizou na cidade de Aveiro com o fim de pedir o estabelecimento de um serviço de dragagens na Ria da mesma cidade”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV, 1948, pp. 119-35.

Misericórdia que, por duas vezes durante o século XIX, deixou de ser marinha para ser praia de moliço¹²².

No século XIX, a apanha feita desordenadamente abrangia todo o ano. Esta exploração imoderada devido à agricultura influiu directamente no condicionalismo físico-biológico da Ria, concorrendo para o desaparecimento da fauna e flora marítima. Tal prejuízo, apesar de reconhecido, cedeu lugar durante muito tempo aos interesses da política regional de fomento agrícola. Já em reunião de Vereação de 11 de Junho de 1806, a Câmara de Aveiro proibia a estranhos à cidade e ao seu termo a apanha de moliço, sob penas que iam da multa pecuniária à prisão, em caso de reincidência, com o intuito de moderar a actividade recolectora. Em meados do século XIX, a crescente colheita originou a decadência da produção de algas e o desaparecimento de numerosas espécies piscícolas. Neste sentido, na sua introdução ao Edital de 9 de Setembro de 1868, Augusto Correia Godinho Ferreira da Costa, fidalgo cavaleiro da casa real e secretário-geral, servindo de governador civil do distrito de Aveiro, revela-nos o estado da Ria:

Considerando que, entre as necessidades da sociedade, a de prover à sua alimentação é das primeiras e mais indispensáveis, e que a exploração da pesca marítima e fluvial é o recurso que, em maiores proporções pela própria barateza dos seus produtos, pode satisfazer esta necessidade principalmente às classes menos abastadas; Considerando que, assim como na cultura da terra a natureza retira a imensidade dos seus benefícios quando o homem por ignorância ou desleixo não procura auferir deles proveito, também, por igual desleixo ou ignorância, as nega na produção das águas, como desgraçadamente o está demonstrando a esterilidade quase completa da ria de Aveiro, outrora tão rica de peixe, e hoje destinada quase exclusivamente à navegação e à extracção do adubo da terra com privação do alimento do povo, e perda de uma indústria que, favorecida por boas e fáceis comunicações, poderia só por si tornar rica quem a ela se dedicasse convenientemente; Considerando que não é conveniente nem lícito que para cómodo dos agricultores se arruine a indústria da pesca, maiormente na Ria de Aveiro, onde pode ser tão lucrativa; Considerando quão lastimosa seria que este distrito, dotado de um manancial de riqueza oferecido por sua ampla bacia de águas, extensa costa marítima e pelo Rio Vouga, permanecesse por mais tempo no abandono da piscicultura, quando esta está hoje recebendo em países estrangeiros, com felizes e surpreendentes resultados, aperfeiçoamento que recebem outras muitas artes e indústrias humanas, estado este ainda mais digno de lástima quanto são geralmente conhecidas as causas do mal e fácil remédio; Considerando as evidentiíssimas vantagens que resultarão de se proteger a fecundação e criação dos peixes, já removendo os obstáculos que a ignorância, ou mal entendida ambição, opõe aos trabalhos da natureza, já promovendo o conhecimento da fecundação artificial; isto é, a prática da piscicultura entre a classe piscatória, para que melhor conheça o que convém a seus legítimos interesses, e de acordo com eles observe e cumpra as leis e regulamentos da pesca; (...) Considerando que a costa, o rio e os rios navegáveis são propriedade nacional, e que por isso

¹²² Documentação citada por MADAHIL, António Rocha, “Subsídios para o Estudo da Propriedade Alagada na Zona de Influência da Ria de Aveiro. A legitimação da propriedade particular em terrenos alagados pela Ria de Aveiro em 1897, subscrito por 462 proprietários”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XII, 1946, p. 184.

competete à administração pública regular o exercício da pesca e polícia respectiva; Considerando que a tolerar-se a continuação dos abusos existentes, todos os esforços seriam baldados para melhorar a indústria da pesca, e que a sucessiva diminuição das espécies seria a sua consequência inevitável.¹²³

Estas observações evidenciam a necessidade de proteger a vida aquática da Ria, restringindo a colheita desregrada do moliço, entre outras actividades, onde se incluía a recolha do “escasso”, exclusivamente destinado a adubo. No entanto, as necessidades da agricultura predominaram e estas providências em nada alteraram a situação, muito também por falta de uma autoridade que fiscalizasse e impusesse o cumprimento de tais disposições. A excepção foi a instauração de um breve defeso em Julho, nem sempre respeitado, e de alguns regulamentos avulsos, como o da Câmara de Ovar, mais para discriminar privilégios locais do que para proteger os recursos ainda existentes¹²⁴.

Foi preciso esperar pelo ano de 1912 para que fosse enfim promulgado, segundo o requerimento da classe piscatória, grande vítima destes excessos, o regulamento da pesca e da apanha de moliço na Ria de Aveiro, por Jaime Afreixo, Augusto Nobre e José de Macedo. As “causas da decadência da Ria” apontadas relacionam-se com a exploração imoderada dos recursos naturais e outros atentados ecológicos ainda tão actuais, já detectados neste documento do início do século:

¹²³ Citado por LOPES, Agostinho Simões, “O problema do moliço na Ria de Aveiro”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 5, 1968, pp. 24-5.

¹²⁴ “Só é permitido apanhar moliço no baldio da Samouqueira, em duas epochas de cada anno, sendo a primeira desde trinta de Março a trinta de Abril, e a segunda desde trinta e um de Agosto, a quinze de Outubro, mediante o pagamento à Junta de duzentos e cincoenta reis, por cada bateira tripulada por uma só pessoa e em cada epocha sob pena de dez mil reis de multa e por cada contravenção. (...) O moliço só poderá ser apanhado de dia, desde o nascer ao pôr do sol em bateira sem prôa, tripulada por uma só pessoa e só uma bateira ou canôa de cada casa. Egualmente é proibido o pescar neste baldio da Samouqueira, tanto na parte alta como na alagadiça a pessoas extranhas e de fóra dos dois lugares: Quintã e Cacia, sob pena de cinco mil reis por cada transgressão; bem como incorre na mesma pena conominada neste artigo, qualquer pessoa que for encontrada a vender peixe pescado no referido baldio ou que se prove te-lo vendido, pertencendo metade das multas ao denunciante dos transgressores. (...) incorre egualmente na mesma pena toda a pessoa que seja extranha e de fóra do lugar de Sarrazola, que fôr pescar dentro da Ribeira de Sarrazola desde o sitio do Bico do Areal da Torre para dentro, bem como qualquer pessoa que usar de redes de arrastar ou outra armadilha para pescar dentro do lemite do dito local” (22 de Outubro de 1910). A discriminação de privilégios na pesca e no moliço entre estes lugares da freguesia é significativa nas relações sociais entre parceiros da mesma comunidade. “Considerando esta Junta de Paróquia no grande prejuízo que tem cauzado no baldio Paroquial da Samouqueira a apanha de moliço feita com ancinhos com dentes de ferro, deliberou o seguinte: É proibido apanhar moliço no alagadiço do baldio da Samouqueira desta freguesia de ancinhos com dentes de ferro, sendo ali permitido apanhar moliço somente com ancinhos com dentes de pão nas respectivas epochas de cada anno, sob pena da multa de dois escudos por cada transgressão. Esta prohibição principia desde o primeiro dia da primeira epocha do corrente anno em diante” (29 de Março de 1914). Note-se que a multa é agora em *escudos* e já não em *mil réis*, como até à data era costume. Documentação paroquial citada por CONDE, Bartolomeu, *Cacia e o Baixo Vouga: Apontamentos Históricos e Etnográficos*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1995, volume 2, pp. 28-30.

As causas da decadência da ria filiam-se em diversas razões, que passamos a analisar sucintamente. A primeira é a pesca intensiva exercida tanto nos mares próximos da costa como no interior deste largo estuário. (...) A devastação intensiva feita constantemente nos fundos da ria é a principal causa da sua pobreza. (...) O assoreamento geral, que se opera gradualmente na ria, com os sedimentos fluviais e as areias das dunas, diminui o volume das águas e a capacidade portanto do estuário para conter as espécies, sendo por conseguinte causa de valor do depauperamento da fauna e da flora.

Os demais povos ribeirinhos (...) exploram a pesca da ria como um recurso do que lançam mão, quando lhes escasseia o trabalho das suas ocupações principais, o que para todos sucede no inverno. Há os mercantéis, os marnotos, os que se empregam no serviço de terra ou do mar das companhias da costa, os lavradores, etc.

De toda esta gente vem contingentes para a ria por Novembro e nela se conservam até Março, Abril e Maio, procurando apanhar a mais farta colheita possível, sem quererem saber dos estragos que causam; os aparelhos que põem em prática – o botirão, a chinchá, algum chinchorro e a fiska.

Tudo se vende. Se a ocasião é de mau tempo, o pescado falta na praça, e as criações maiores são aproveitadas para o consumo, pelo menos em parte, preparadas em bolos; mas se o tempo é bom e o mercado se acha concorrido, todos aqueles pequeninos peixes vão para o escasso, entregues por miserável preço à agricultura.

Esta desordem no aproveitamento da riqueza pública vem de tam longe que se acha já arreigada nos costumes que ninguém indigna; os robalos de 10 cm considera-os toda a gente uma boa iguaria, como considera os montes de criações “um rico estrume para as novidades”.

E não é a ignorância ou a miséria que levam a pesca a este extremo. Todos os que encontramos na ria nos dão informações precisas sobre a espécie a que pertencem os mais diminutos seres que se capturam, e cada pescador expõe, com minúcia e a mais lógica dedução, os prejuízos que causam na fauna os vários aparelhos ‘diferentes do seu’. E pelo que respeita a condições económicas, basta ver que a maior parte da população tem mesteres alheios à pesca, e que no norte, sobretudo no distrito de Aveiro, onde a propriedade está muito dividida, as riquezas e a miséria não são grandes.

Como não há fiscalização que os obrigue todos a entrar numa norma regular, reprimindo-lhes os excessos, ninguém se quer abster voluntariamente de tirar quanto pode em seu proveito. (...)

Na decadência da produção das algas, tem influído, com mais ou menos intensidade, todos os elementos que vem alterando as condições naturais da ria, avultando entre eles o do levantamento geral dos fundos e também a exploração imoderada. (...) Querendo-se conservar apenas a duração de quatro meses no defeso desta indústria das algas – defeso que se não tem cumprido – ele deve ser estabelecido de 1 de Março a 24 de Junho, que é o que está mais em harmonia com as necessidades da fauna. (...) A exploração excessivamente intensa que se tem exercido, já pela extracção continuada, sem dar tempo a que as algas cresçam e se reproduzam, já por apanharem, com as gadanhas, gadanhões e enxadas, a própria vasa levando com ela raízes e sementes, representa se não o aniquilamento da vegetação, que é muito potente, pelo menos o depauperamento da produção.¹²⁵

Aprovado o regulamento por decreto de 28 de Dezembro de 1912, foram em seguida introduzidas algumas disposições transitórias, que vigoraram até 4 de Janeiro de 1916. Tornou-se definitivo pelo decreto nº 3003, de 27 de Fevereiro de 1917. As limitações impostas, correspondentes à época da desova das espécies piscícolas e à reprodução das algas, referiam-se não só à apanha de moliço, mas também ao seu

¹²⁵ NOBRE, Augusto; AFREIXO, Jaime e MACEDO, José de, *A Ria de Aveiro: Relatório Oficial do Regulamento da Ria de 28 de Dezembro de 1912*, Lisboa, Ministério da Marinha e das Colónias, 1915, capítulo IV.

transporte e comércio. No entanto, o defeso diz apenas respeito a moliços verdes, arrancados do fundo pelo moliceiro com instrumentos que também estavam regulamentados. Já a limpeza das salinas, desde que estivessem em completa vedação com as águas públicas, podia ser feita na época estabelecida para o defeso, precedendo autorização do Capitão do Porto. A experiência veio a demonstrar que este período de defeso, com a rigidez estabelecida, não tinha já razão de existir, uma vez que a finalidade a atingir estava conseguida. Por este motivo foi o assunto revisto novamente e, em consequência, esse condicionamento foi alterado por diploma legal (Decreto nº 36822, de 7 de Abril de 1948). Deste modo, a apanha de moliço e o transporte e comércio de moliços verdes passaram a estar vedados durante um período de defeso não superior a três nem inferior a dois meses em cada ano, compreendido entre 24 de Março e 24 de Junho, período anualmente fixado por despacho do Ministro da Marinha.

Em 1912, para disciplinar esta indústria próspera, o exercício da apanha de moliço foi regulamentado também pela exigência de documentação, que se mantém nos seus traços gerais até à actualidade. Todas as embarcações utilizadas nesta tarefa devem estar matriculadas na Capitania do Porto de Aveiro e ter inscrito nos dois lados da proa, assim como no topo da vela, o número sob o qual o moliceiro está registado. As condições de segurança da embarcação são avaliadas antes do “bota-baixo” e sempre que a autoridade marítima o tenha por conveniente, além de ser feita normalmente uma vistoria anual. Os tripulantes devem estar munidos do título de registo de propriedade da embarcação emitido pela Capitania e sobre o qual figura o número de identificação do barco. Para que um barco moliceiro possa ser utilizado na apanha e transporte das plantas marinhas, o seu dono tem que pagar anualmente na Capitania uma licença, a requerer até 30 de Agosto. Esta licença de apanha de moliço não tem sido exigida a moliceiros exclusivos, mas apenas a bateiras moliceiras em duplicidade de funções (moliço e pesca). Existem também licenças periódicas de cinco meses (Maio/Outubro e Outubro/Março). No que diz respeito à própria tripulação moliceira, todos os membros são obrigados à inscrição marítima e devem trazer com eles a respectiva Cédula. Além disso, para cada barco, requiere-se a bordo a presença de um marinheiro com Carta de Arrais, conferida pelo Instituto Náutico de Portugal, para se responsabilizar pela embarcação e sua tripulação. Possuindo toda esta documentação a bordo, os ribeirinhos podiam (e podem) aproveitar a vegetação submersa da Ria, empregando para isso os utensílios declarados adequados.

Além de abranger todo o ano, a colheita foi nos princípios feita também com a gadanha e o gadanhão. Estes instrumentos próprios à lavoura estragavam o leito da Ria, arrancando-lhe não só o moliço, mas também lodo e areia e favorecendo, deste modo, a desertificação do solo submarino. Para evitar que tal acontecesse, definiu-se em 1912 os aparelhos legais de apanha e descarga do moliço. No acto da colheita, eram permitidas as seguintes alfaias: o ancinho de arrastar, utensílio totalmente adaptado para esta lida, composto de uma haste de pinho de quatro a seis metros de comprimento e de um pente extenso de carvalho, com um metro e meio, provido de 64 dentes de madeira de doze centímetros de altura cada um; o ancinho de apanhar, instrumento agrícola munido de um pente de 66 centímetros, com doze a catorze dentes de madeira de quinze centímetros de altura cada um e um cabo de pinho de dois metros; o rapão, alfaia concebida a partir do pente de um ancinho de arrastar partido em dois, sobre o qual se aplica um cabo de dois metros. Para descarregar a maré de moliço, era autorizado o uso do engajo, espécie de ancinho de ferro utilizado na lavoura, apresentando um cabo de pinho de um metro e vinte de comprimento, dotado de três dentes em ferro¹²⁶. O moliço era descarregado na “malhada”, designação do cais para descarga.

Com a evolução da actividade e as transformações que sofreu a Ria de Aveiro, os aparelhos de apanha foram-se adaptando. Enquanto o ancinho de apanhar regressou à lavoura, desapareceram os grandes ancinhos de arrastar e, com eles, o rapão. O ancinho utilizado hoje consta de um cabo de quatro metros e meio e de um pente de oitenta centímetros a um metro, com uma média de 26 dentes altos de doze centímetros. Em cada barco, contam-se oito destes ancinhos, quatro a servir e quatro parados, no caso de algum partir ou perder dentes. Para a substituição destes últimos, existem a bordo ferramentas adequadas. Para fazer dentes novos, o moliceiro racha com o podão lascas de madeira, que aguça com a podoa e coloca no sítio devido, depois de ter tirado com o rapucho as pontas quebradas. Para os trabalhos de baldeação, usa-se ainda a bordo o lambaz, o escoadoiro e o rapucho. O lambaz, para a lavagem do barco, compõe-se de um cabo de pinho com vários pedaços de trapo de formato circular sobrepostos e pregados numa das extremidades; o escoadoiro, destinado ao escoamento da água que se deposita nas cavernas, assemelha-se a uma pá. O rapucho consiste numa lâmina de

¹²⁶ A este propósito, consultar também OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim, *Alfaia Agrícola Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, 1983, p. 284.

ferro e com este utensílio se procede à limpeza das bueiras, orifícios que atravessam horizontalmente as cavernas do barco, com o fim de dar passagem à água.

Tradicionalmente, a colheita da vegetação marinha dividia-se em duas safras. A primeira safra correspondia ao fim da Primavera, ao Verão todo e ao início do Outono. Era a chamada “ceifa grande”, porque o moliço era nessa altura abundante e os dias grandes. Entrando para os barcos no Domingo à noite, os moliceiros só regressavam a casa ao Sábado à tarde, depois de terem lavado a embarcação. Trabalhavam constantemente, desde o nascer do dia até ao pôr-do-sol, pernoitando por vezes a bordo para aproveitar melhores condições. À noite, encostavam o barco e descansavam dentro da câmara da proa, o “coberto”. A cama era constituída por esteiras com palha por baixo e, à cabeceira, cordas. Traziam arrecadados nas prateleiras do coberto um fogareiro, colheres de folha e garfos de ferro, malgas e tachos que lhes permitiam cozinhar ou aquecer os alimentos apaiolados. Quando chegava o mês de Outubro, data em que o moliço se tornava escasso e os dias curtos, principiava então a segunda safra, a “meia-ceifa”. Alguns destes homens continuavam sempre com o mesmo ritmo, mas outros já só ficavam fora durante o dia. Saíam de madrugada e voltavam ao escurecer, porquanto já não rendia andar fora toda a semana. Durante a época toda da safra, os moliceiros apanhavam entre 150 e 180 barcadas ou marés. Os que não eram profissionais, mas apenas lavradores que colhiam o moliço para uso próprio, saíam para a Ria de madrugada e voltavam logo que o barco estivesse carregado, regressando depois à colheita ou transitando para o trabalho agrícola.

D. José de Castro, nos seus *Estudos Etnográficos*, descreve aquilo que designa por “vida e costumes dos moliceiros”:

A apanha do moliço foi primitivamente exercida pelos Agricultores. Manteve-se assim por largo tempo, até que a expansão agrícola, exigindo maior produção a tornou autónoma. Criou-se deste modo a profissão de moliceiro, fornecedor do Agricultor, em que se emprega grande parte das populações vizinhas da Ria, especialmente na Murtosa. A vida do moliceiro assemelha-se à do Pescador, da qual recebe imediata influência por afinidade de ocupação. A sua alimentação, que é variável em relação às circunstâncias e aos locais, trivialmente compõe-se de broa de milho, caldo de unto, algum peixe e vinho; têm 3 ou 4 refeições diárias sem horário determinado; num ou noutro ponto aparece alguma variante, como a batata e o café e criam geralmente um porco para seu consumo durante o ano. Os menos abastados limitam-se muitas vezes a broa, cebola crua e água. Apesar de subsistirem idênticas razões, de circunstância e de local, quanto ao sistema de aquisição dos géneros alimentícios e do vestuário, ordinariamente utilizam o crédito que liquidam em prestações à medida que recebem o rendimento da colheita; exceptua-se desta condição a aquisição do milho que geralmente é adquirido à parte, aos lavradores, umas vezes em troca do moliço colhido e outras por meio de empréstimos a que recorrem. Estes moliceiros são em grande parte proprietários da sua habitação que, em rigor, não obedece a um tipo único. Predomina contudo na sua construção o

adôbe e alvenaria, e geralmente são dum só pavimento; só a minoria habita casas de renda que paga ao mês ou, principalmente, ao ano, mediante aluguer que em média anda por 300\$00 anuais. Os tipos mais correntes destas habitações, são dois: o primeiro tipo tem 5 metros de frente por 3 metros de fundo e 2 metros e meio de altura; uma porta, duas ou três janelas e um certo número de compartimentos que, evidentemente, nunca pode ir além de dois ou três; e, adstrita à habitação, uma faixa de terreno para cultura. O segundo tipo, mais raro, caracteriza-se por uma frente de 8 a 10 metros por 3 a 4 metros de fundo e 2 metros e meio a 3 metros de altura, uma porta e várias janelas que geralmente abrem sobre quintais espaçosos. Estas habitações apresentam algumas vezes dois pavimentos. Os moliceiros têm, também, um traje próprio, se bem que algumas vezes prejudicado por motivos de economia ou exotismo indesculpável. Conquanto se aproxime ao do Pescador, manifesta alguma diferença em relação a este. Usam meia-camisa (camisa curta) branca, de estôpa, e uma cueca bastante larga a que chamam manaia, branca ou crua, de pano de algodão e, a completar, o tradicional barrete ou carapuça, de malha preta de lã com borla de côr igual na extremidade, e é tudo. Os preços actuais destas peças de vestuário são em média, respectivamente, de 15\$00, 25\$00 e 24\$00. No inverno o traje é sensivelmente o mesmo que usa o Pescador.¹²⁷

Em 1936, Tomaz Tavares de Sousa sugere que, à quantidade e valor da produção dos moliços, deveria ser acrescentada uma percentagem de 15%, correspondente à apanha do moliço feita a pé e com embarcações, às escondidas da polícia marítima¹²⁸. Este modo de proceder ocorria com maior frequência nas valas dos campos de Salreu e Canelas, e na extremidade sul dos canais de Mira e Vagos. O autor analisa igualmente o movimento de barcos moliceiros na safra de 1933-1934 (de 24 de Junho de 1933 a 23 de Março seguinte), em que o número de licenças outorgadas foi de 1033, das quais 505 meias-licenças para a apanha desde o princípio da safra até 23 de Outubro, 353 para a época entre 24 de Outubro e 23 de Março, e 175 licenças anuais, para a apanha de moliço até a um ano depois da data em que foram tiradas, salvo a época do defeso. É crível que todos os moliceiros que se serviam das licenças para apanha de moliço no segundo período também praticassem o ofício no primeiro período. A razão de tirar

¹²⁷ CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos - Aveiro*, Tomo I - *Moliceiros*, Porto, Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos de Arte e Museologia, 1943, pp. 23-4.

¹²⁸ SOUSA, Tomaz Tavares de, “Os Moliços: Quantidade de moliços; seu valor. Licenças de Apanha e Transporte”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, 1936, pp. 57-64 e 177-90. Organizando os dados recolhidos, o autor calcula a produção de moliços da colheita de 1933-1934: 505 barcos no primeiro período a 100 marés cada um: 50.500 barcadas; 353 barcos no segundo período a 50 marés cada um: 17.650 barcadas; 175 barcos durante todo o ano a 180 marés cada um: 31.500 barcadas; total: 99.650 barcadas. Se a este número juntarmos 15%, ou seja, 14.947,5 marés, temos um total de 114.597,5 barcadas de moliço na safra de 1933-34. Cada barco transporta cerca de 3,5 toneladas. Reduzindo aquele número a toneladas, teremos 347.775 toneladas, às quais juntando mais 15% obtemos 399.941 toneladas, ou seja, em números redondos, 400.000 toneladas. Tavares de Sousa calcula igualmente os impostos que saem para o Estado e para a Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro. O Estado cobrou das licenças de apanha do moliço: 505 licenças para apanha no primeiro período a 41\$00: 20.705\$00; imposto de selo a 2\$50: 1262\$50; total: 21.967\$00. 353 licenças para apanha no segundo período a 31\$00: 10.943\$00; imposto de selo a 2\$50: 882\$50; total: 11.825\$00. 175 licenças anuais a 71\$00: 12.425\$00; imposto de selo a 2\$50: 437\$50; total: 12.862\$50. Total global: 46.654\$50. Para a Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro foi o seguinte: 505 licenças no primeiro período a 21\$00: 10.605\$00; 353 licenças no segundo período a 21\$00: 7.413\$00; 175 licenças anuais a 41\$00: 7.175\$00; total: 25.193\$00. Total do custo das licenças: 71.848\$50.

duas licenças, na maioria dos casos, seria por não terem dinheiro para fazer uma despesa tão elevada de uma só vez. Tavares de Sousa acrescenta informações relevantes sobre a evolução dos preços do moliço:

No princípio da apanha [1933], cada maré de moliço vendia-se a 15\$00 e 20\$00, e para o fim, até chegaram a 35\$00, mas na maioria da safra foram vendidas a 25\$00; igualmente sucedeu nestes dois anos últimos. Desde 1920 a 1931 o preço por que se vendiam as barcadas ou marés oscilava ente 35\$00 e 50\$00. É interessante notar-se os preços destes adubos antes e durante a Grande Guerra [1914-1918]. Antes da Guerra cada maré vendia-se a 1\$20 a 1\$50; no primeiro ano da Guerra, 2\$50 a 3\$00; no segundo, 5\$00 a 10\$00; no terceiro, 15\$00 a 25\$00, e no quarto, quando o preço foi mais elevado, cada maré vendia-se a 40\$00, a 75\$00 e 80\$00! O preço do moliço que se extraiu êste último ano da Ria é computado em 2.864.937\$50, sendo o preço de cada maré a 25\$00, média geral.¹²⁹

A tripulação moliceira, normalmente constituída por dois homens adultos e um rapaz de onze ou doze anos, constava, por vezes, só de dois adultos mas nunca podia, como defendia a Capitania, ser reduzida a apenas um membro. A bordo, os dois homens tratavam-se entre si por “camaradas”, mas um deles possuía o posto de arrais, era patrão da embarcação e da respectiva tripulação, dirigindo as operações. Quanto ao rapaz, chamado “moço”, era geralmente um criado de servir, aprendendo a arte de moliceiro e a navegação. No trabalho da colheita, as funções da tripulação confundiam-se segundo o número de pessoas presentes, o tempo e o meio de propulsão empregue. Enquanto um puxava os ancinhos e dispunha o moliço nas cavernas, o outro governava o leme e manobrava a vela. Casos havia em que patrão e camaradas eram mesmo amigos e, apesar de o barco ser pertença de um só, trabalhavam a meios lucros e prejuízos¹³⁰.

Antes de o barco moliceiro ser dotado de motores, o tempo influía directamente na faina. Nos dias de calmaria, os tripulantes viam-se obrigados a deslocar o barco à vara. Enquanto um dos camaradas ajudava o moço a dar à vara, o outro apanhava moliço, mas só com dois ancinhos. Assim feita, a colheita além de ser penosa rendia pouco. Para ter uma boa barcada, era preciso meio dia, enquanto que, com um vento favorável, em três horas tinha-se uma maré completa. Nos dias de vendaval, devido aos bordos baixos da embarcação, a apanha tornava-se praticamente impossível e a maior

¹²⁹ SOUSA, Tomaz Tavares de, “Os Moliços: Quantidade de moliços”, p. 60. Para D. José de Castro, a produção do moliço, com base em estatísticas de 1940, podia calcular-se ao redor de 300.000 toneladas por ano, com o valor de 3.600 contos ou cerca de 40\$00 por maré (CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos – Aveiro*, Tomo I - *Moliceiros*, Porto, Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos de Arte e Museologia, 1943).

¹³⁰ A divisão dos lucros entre patrão e camarada na safra de 1985/1986 operou-se da seguinte forma: o preço da barcada era de 4000\$00. Daí retirava o barqueiro 20% para o barco, pagando ao empregado 80% da metade do frete, ou seja, 1600\$00 (LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, Lisboa, Quetzal, 1997, p. 168).

parte dos moliceiros renunciava a ir para o rio. Para trabalhar em boas condições, os moliceiros precisavam de uma pequena ondulação de sul. Com a vela recolhida quase na totalidade, costumavam apanhar a vazante, vogando a favor de barlavento, e regressar com a enchente, impelidos pela corrente. Para a colheita do moliço, distinguiam-se três maneiras de proceder. Nos sítios de maior profundidade, empregava-se a técnica de arrasto. Os tripulantes, um à proa e outro à popa, começavam por encaixar os ancinhos nos bordos da embarcação. Cada camarada trabalhava com dois ancinhos, um a estibordo e outro a bombordo que, consoante o terreno, iam subindo ou descendo para que o fundo da Ria fosse penteado de maneira regular. Durante o percurso, retiravam-nos alternadamente e despejavam nas cavernas o moliço agarrado. Nesta tarefa, os moliceiros mexiam constantemente os ancinhos para evitar que partissem, pois rapidamente se enchiam de dezenas de quilos de moliço encharcado. Estes ancinhos eram “chegados” e logo a seguir “levantados” um sem número de vezes, até terem a maré feita¹³¹.

O moliço arrolado é o moliço maduro que, tendo escapado aos ancinhos, se desprende do fundo e flutua à superfície da água quando não é apanhado, encostando nas margens e nas praias particulares durante a preia-mar. Sem se apeiar, os moliceiros, com os ancinhos de apanhar, juntavam este moliço em pequenos montes chamados “laboiros” e carregavam-nos para dentro do barco. O aproveitamento do arrolado ocorria no final da ceifa, quando o moliço começava a escassear e o leito da Ria estava já varrido. Este moliço, nadando sobre as águas, era um moliço lavado. Para o “engordar”, os moliceiros recobriam cada encinhada com uma camada de lodo, obtendo assim um moliço “empalhado”. Depois de dois dias de fermentação, este moliço recuperava as qualidades nutritivas do moliço verde (ou “gordo”), apanhado a arrastar. Esta modalidade foi também regulamentada, sendo a sua apanha permitida se feita a pé e da linha da preia-mar para fora do leito das águas. Este regulamento foi atenuado gradualmente, por a quantidade de moliço arrolado ser cada vez maior, à medida que a apanha de moliço verde ia sendo reduzida. Por este facto, passou a ser autorizada a apanha do moliço flutuante na própria corrente da Ria, desde que fosse na vazante e a uma distância superior a dez metros da linha da baixa-mar. Este condicionamento foi estabelecido em virtude de se pretender evitar quaisquer prejuízos para os proprietários

¹³¹ Os ancinhos dragavam “o leito da ria arrastados pelos barcos moliceiros, sendo a sua vara apoiada por avante nas forquetas estabelecidas na borda da embarcação, e na ré aguentada por encosto de madeira; a intervalos curtos são levantados e despojados das algas que hajam colhido no seu percurso” (AA.VV, *Inquérito Industrial de 1890*, “Pesca”, 1ª parte, p. 207).

de terrenos marginais, onde o moliço se depositaria se não fosse apanhado a flutuar. A quantidade de moliço flutuante tornou-se progressivamente tão grande, e sem haver quem o apanhasse, que esta restrição também foi abolida. Actualmente, o moliço que se deposita naturalmente nas margens, em lugar de domínio público e em qualquer época, pertence a quem primeiro o recolher, e o que se deposita naturalmente nas propriedades particulares pertence aos respectivos proprietários.

Com a embarcação parada, o moliceiro podia também “mariscar”. De pé sobre um dos bordos, atirava o ancinho ao largo e, apoiando o cabo no seu ombro, puxava-o até perto do barco, arrancando o moliço só com a força dos braços. Este procedimento de apanha foi pouco utilizado pelos moliceiros profissionais, sendo mais próprio aos donos das pequenas embarcações posteriormente utilizadas na actividade.

No decurso da colheita, acontecia que a embarcação, a partir de certo peso de carga, mergulhava o bordo, chegando a atingir quarenta centímetros de submersão ao completar o carregamento. Para prevenir esta circunstância, o calado podia ser aumentado com quatro falcas e dois falquins, espécie de pranchas que se ligam entre si por justaposição, desde a vertente do castelo da proa até ao ponto correspondente à antepenúltima caverna da ré, destinadas a evitar a inundação do barco. Os tripulantes podiam também amontoar moliço gordo cheio de lama sobre os bordos, de modo a obstruir a entrada da água. Esta “presa” ou “bordeira” atingia por vezes um metro e meio de altura e permitia fazer marés de três e quatro toneladas.

O moliço fertilizava uma zona que abrangia os areais desde Vagos até Ovar, os terrenos marginais ou próximos da Ria e as agras de Estarreja a Vagos. Segundo a zona a que se destinava, o moliço não era descarregado todo da mesma maneira. Para os campos arenosos do norte da Ria, os lavradores costumavam utilizar o moliço directamente recolhido, quase sem quebra de humidade. Este moliço verde era empilhado em filas sucessivas, onde esperava que viesse o dono da maré carregá-lo com um carro de bois. Os toques de búzio, cujos códigos os familiares conheciam, serviam de chamamento para que as juntas de bois se dirigissem ao local de descarga. Consoante a altura da maré, por vezes, puxavam o barco, que deslizava facilmente sobre o lodo. Uma barcada de moliço correspondia a quatro carros de bois carregados. Regurgitando de água, este moliço verde não convinha às terras já de si húmidas do sul. Por isso, o moliço destinado a esta região, lavado e escorrido antes de ser amontoado nas cavernas, era descarregado graças a uma espécie de escada, a “padiola”, para terrenos ligeiramente inclinados, permitindo o escoamento da água. Virado de vez em quando,

ficava aí vários dias até que se tornasse moliço seco. A cada maré ou barcada de moliço seco correspondem, de um modo corrente, cinco de verde. A espécie de plantas de que ele se compõe e a maior ou menor percentagem de lodos aderentes são os factores de que esta diferença depende. Exceptuando o caso do moliço seco, que depois de pronto partia direito ao sul para ser vendido em leilão, as marés de moliço, descarregadas nas margens ou em qualquer cais, eram encomendas contratadas nos mercados.

Na época em que ser moliceiro era uma profissão, cada um dos concelhos marginais possuía o seu mercado de moliceiros, como o mercado da Quintã, próximo de Boco, no canal de Vagos. Em Setembro registava-se a época de maior movimento nesses mercados, ocasião em que se contavam por centenas os montes de moliço em verde e em seco. Enquanto uns eram adquiridos e levados ao seu destino, outros barcos chegavam com novas colheitas, continuamente, a abastecer os compradores habituais. Realizados ao Domingo, depois da missa, reagrupavam moliceiros e lavradores. Estes vinham encomendar marés aos moliceiros, que lhes forneciam de ano para ano o moliço de que precisavam. Nestes convívios, ajustavam o preço e combinavam o dia e o sítio da descarga. Também na salicultura, os contratos para exploração ou arrendamento das salinas entre proprietários e marnotos eram apenas verbais. Durante a semana, os moliceiros iam e “butavam as marés”, marcando-as com um sinal que devia ser reconhecido pelo seu destinatário (uma pedra, duas pedras, uma cruz). No Domingo seguinte, os moliceiros iam ao mercado receber o dinheiro e tomar conta de outras encomendas para a semana.

O desenvolvimento da actividade moliceira esteve sempre ligado ao desenvolvimento da agricultura da região. Quando esta entrava em decadência, arrastava também a outra. O estado de decadência da agricultura reflectiu-se na actividade moliceira, não só por ser cada vez menor a necessidade de moliço, como também pelas limitadas possibilidades de pagamento, que não compensavam a exploração. O incremento da utilização dos adubos químicos nos terrenos de cultura, substituiu, na maioria dos casos, o adubo orgânico. Daí a menor procura de moliço, se bem que ainda existam agricultores que o não dispensam nas suas propriedades, sobretudo quando pretendem cultivar produtos de melhor qualidade. Quase todos os agricultores continuam a utilizar o adubo orgânico nas terras que cultivam para seu consumo particular, utilizando o adubo químico nos terrenos cuja produção se destina ao comércio. No artigo “O problema do moliço na Ria de Aveiro”, Agostinho Simões Lopes, Capitão do Porto de Aveiro entre 1966 e 1968, analisa e compara os preços da

barcada de moliço através dos tempos, concluindo que o seu preço não era já compensador em 1968¹³². Com efeito, se o preço médio da barcada em 1883 era de 4\$00, em 1955 era de 100\$00 e, em 1968, era de 400\$00:

Há quem atribua, como uma das razões do desaparecimento cada vez maior de moliceiros, as elevadas taxas que estes têm que pagar à Capitania. Nada mais falso e só por total ignorância do assunto ou má vontade, é que se poderão fazer estas afirmações. Com efeito, o exercício da apanha de moliço está sujeito ao pagamento de uma licença para cada barco, cuja importância é de 70\$00 por ano e foi estabelecida pelo Decreto nº 10.105, de 19 de Setembro de 1924. Há mais de 43 anos, e até hoje, não sofreu qualquer agravamento. Além disso, os barcos que não exercem a actividade durante toda a época de exploração, podem obter uma licença por período, pagando 40\$00 em relação ao primeiro período e 30\$00 em relação ao segundo. O preço actual do moliço não é compensador devido, principalmente, ao elevado custo de vida e ao preço da mão de obra, também cada vez mais elevado e mais difícil de conseguir. As reparações e a conservação dos barcos são extraordinariamente caras, tanto em consequência dos elevados preços do material, como dos salários para pagamento ao pessoal especializado.¹³³

A emigração foi outro problema à escala nacional, cujos reflexos não poderiam deixar de se sentir na arte moliceira. O trabalho do moliceiro foi sempre um trabalho pesado, com grande esforço físico, tanto na apanha do moliço verde arrastado como no próprio governo da embarcação, particularmente quando não havia vento e se tornava necessário o emprego da vara como meio de propulsão. Numa actividade de sobrevivência, de auto e entre-ajuda, sem qualquer organização profissional nem estatuto legal definido, o moliceiro não usufruía também de nenhuma modalidade de assistência social. O patrão não pertencia a nenhuma agremiação nem o trabalhador tinha sindicato ou qualquer outro organismo análogo e, tanto um como outro, não estavam abrangidos pelos organismos oficiais de assistência existentes. Compare-se, por exemplo, o que se passava com os pescadores, cujas Mútuas e Casas dos Pescadores facultavam assistência médica gratuita, extensível ao agregado familiar, ou auxílio em caso de acidente. Apesar de prevista no Regulamento da Inscrição Marítima, a categoria profissional de moliceiro só existia na Ria de Aveiro. O moliceiro poderia também, eventualmente, matricular-se em qualquer actividade de pesca costeira ou tráfego e pesca local. No entanto, à excepção da navegação fluvial do Tejo, eram raros os casos, visto que o moliceiro não poderia usufruir de qualquer uma das regalias assistenciais das Casas dos Pescadores, por nunca poder inscrever-se como sócio beneficiário. Se bem que a legislação não permitisse, em teoria, qualquer excepção em relação às

¹³² LOPES, Agostinho Simões, “O problema do moliço na Ria de Aveiro”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 5, 1968, pp. 23-33.

¹³³ *Idem*, p. 32.

habilitações literárias (para a inscrição marítima era necessário, pelo menos, o ensino primário elementar), para o moliceiro não havia qualquer outro condicionamento, quer em relação à idade, quer a outras habilitações¹³⁴.

Muitos moliceiros empregavam a bordo as suas mulheres, algumas com inscrição marítima, mas a maior parte com uma simples autorização da autoridade para exercer aquela actividade. Além disso, o número total de barcos contabilizados englobava as bateiras dos lavradores, que não tinham actividade permanente nem necessitavam de mais do que um homem. Na década de sessenta, o seu número pouco diminuiu, ao contrário do que acontecia com os autênticos barcos moliceiros, pois foi em relação a estes que se deu a grande maioria das baixas. Por último, muitos indivíduos com a categoria de moliceiro deixaram a vida marítima ou enveredaram por outras actividades marítimas de carácter local. Simões Lopes apresenta os números correspondentes às novas inscrições na categoria de moliceiro, entre os anos de 1950 e 1966, que ilustram o interesse decrescente (se bem que de forma irregular) pela actividade¹³⁵:

Ano	Inscrições marítimas para moliceiros
1950	50
1953	49
1956	71
1959	26
1962	37
1965	8
1966	6
1967	7

Em Janeiro de 1966, foi eliminado o defeso para apanha de moliços verdes nos seguintes locais públicos: Canal de Ovar, para norte da Torreira; Canal de Mira, para sul da ponte da Vagueira e Canal de Ílhavo, para sul da ponte de Vagos. Mas, dado o desinteresse geral pela apanha de moliço, nesse ano, apenas 61 barcos pretenderam continuar a trabalhar durante o defeso. Em 1967, diminuíram para 49.

Desde que os barcos moliceiros, na sua esmagadora maioria, passaram a possuir um e mesmo dois motores, a apanha de moliço tornou-se mais rápida e fácil.

¹³⁴ “A maioria dos candidatos possuía o exame do ensino primário elementar e, por conseguinte, ao inscrever-se como marítimo, iniciava já a sua vida profissional como pescador. Por esta razão, muitas das inscrições para moliceiros seriam de indivíduos que não satisfaziam as condições mínimas quanto às habilitações literárias, mas que eram autorizados em virtude da escassez de candidatos para o efeito” (*idem*, pp. 30-1).

¹³⁵ LOPES, Agostinho Simões, “O problema do moliço na Ria de Aveiro”, p. 31.

Antigamente, os dois grandes adversários do moliceiro eram as marés baixas e a calmaria pois, sem vento, a deslocação tinha de ser feita à vara. Em entrevista de 1988 ao *Expresso*, o antigo lavrador-moliceiro António Garete recordava: “Tínhamos viagens longas a fazer sem sabermos que vento apanharíamos. Geralmente íamos a bolear alí para sul, até ao sítio onde é hoje a Pousada da Ria. Chegávamos lá, dava aquelas garroas fortes. Sentíamos a garroa a vir, punhamos o ferro e esperávamos que ela passasse. Depois, o vento virava e tínhamos de voltar a romper para o norte sem moliço”¹³⁶. António Garete é o exemplo típico de lavrador-barqueiro que nunca se profissionalizou como moliceiro, acompanhando sempre o cultivo da terra com a apanha do moliço. “Mesmo antigamente”, explica na mesma entrevista, “quase todos os moliceiros tinham a sua lavoura; as mulheres tratavam das vacas e dos campos. Fazemos as duas coisas. Eu gosto muito do moliço porque tenho cerca de doze hectares de terreno. Ainda agora cheguei do pinhal, onde fui apanhar mato para misturar com o estrume do gado. Tanto o moliço como o estrume das vacas evita pôr adubo, fica mais barato”.

Entretanto, e a partir da década de oitenta, algumas das Câmaras Municipais ribeirinhas, perante a situação de abandono a que se encontrava votada a actividade de recolha de moliço, e perante as consequências nefastas que a sua não-extracção provocava, decidiram encorajar aquele tipo de actividade, contribuindo com 50% dos cerca de cinco mil escudos que o moliceiro auferia por cada barcada, pagando o comprador a outra metade¹³⁷. Havia em 1988 dezena a dezena e meia de barcos moliceiros em função, mas foi exactamente nesse ano que as Câmaras de Ovar e de Estarreja decidiram cancelar a sua participação no subsídio. A faina do moliço limitava-se então à zona norte da Ria, especialmente em redor da ponte da Varela. Na zona sul da Ria, cujos moliceiros chegavam a navegar até ao norte, em jornadas de trabalho que duravam cerca de um mês, sem vir a casa, a faina há muito terminara. Resume-se apenas à recolha directa, com ancinho ou gadanha, em dois cabeços a descoberto na

¹³⁶ FERREIRA, Nuno, “O regresso dos moliceiros”, *Jornal Expresso – Magazine*, 6 de Fevereiro de 1988, pp. 60-3.

¹³⁷ Como exemplo, o edital 8/85 da Câmara Municipal de Ovar fixou o preço de venda em 2.000\$00 por barcada de moliço e mais uma retribuição de 2.000\$00 por barco, de modo a que a importância global compreendesse todas as despesas além do lucro do moliceiro. Estes 2.000\$00 eram repartidos entre a extinta Junta Autónoma do Porto de Aveiro, 1.500\$00, e o município, 500\$00 (LARANJEIRA, Eduardo Lamy, *A Ria de Aveiro: Barcos e Artes de Pesca*, Aveiro, Portucel, 1984, p. 29). “O agricultor dirigia-se a uma das Câmaras e requisitava um barco de moliço por 2000\$00. Avisado o moliceiro, este descarregava a maré de moliço na ribeira indicada, pelo que recebia 4000\$00. Destes, 2000\$00 eram pagos pelo lavrador, 500\$00 pela Câmara e 1500\$00 pela Junta Autónoma do Porto de Aveiro. Actualmente [1997], só a Câmara da Murtosa pratica o subsídio do moliço, com o valor de 6000\$00 por maré, pagando 2750\$00 o lavrador, 500\$00 a Câmara e 2750\$00 a JAPA” (LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, p. 20).

baixa-mar, entre a Gafanha da Encarnação e a Gafanha do Carmo. O arrasto já não é feito, porque quase não existe moliço e a Ria assoreou-se após a construção da ponte nova da Barra, em 1976. Como actividade alternativa, os moliceiros carregam junco das ilhas e praias da Ria, funcionando como barcos de transporte, tal como as bateiras grandes e os barcos mercantéis. Destina-se ao gado e é apanhado com gadanha ou ceifeira mecânica para uso particular ou por encomenda de lavradores de uma área circundante que abrange Salreu, Mira, Areão, Tocha e Cantanhede. Mas, na realidade, o ofício de moliceiro, entendido nos moldes tradicionais, desapareceu.

No início do século XXI, os moliceiros existentes rondam as três dezenas. O município de Aveiro encomendou a construção de vinte novos moliceiros, enquanto Ovar dá apoio financeiro aos proprietários para a sua conservação. A actividade turística, no entanto, afigura-se como o factor de salvação possível desta embarcação, pelo que as encomendas com esse fim animam os últimos estaleiros artesanais sobreviventes.

Concluindo a análise diacrónica da indústria de extracção e aproveitamento do moliço, vislumbra-se um futuro economicamente rentável para a vegetação subaquática da Ria de Aveiro, praticamente inútil enquanto fertilizante agrícola no actual contexto de produção massiva e necessariamente competitiva. De acordo com investigações recentes em curso na Universidade de Aveiro, o moliço contém um tipo de alga (*gracilaria verrucosa*) que pode representar uma fonte preciosa de agar, substância gelificante utilizada nas indústrias alimentar, farmacêutica e cosmética, com reconhecido valor comercial¹³⁸. Já em 2000-2001, a imprensa local e nacional dá conta regular dos progressos da investigação (morosa e manifestamente dependente da aprovação de subsídios vários) e das potencialidades económicas do redescoberto moliço:

(...) de 80 toneladas de moliço é possível extrair quatro toneladas de agar. (...) Durante o ano de 1998, foram recolhidas 217 ‘marés’ que transportavam um total de cerca de 80 toneladas de moliço e que rendiam apenas seis contos por barco, ou seja, por aproximadamente quatro toneladas de moliço. Desta forma, mesmo num cenário pessimista, as perspectivas são animadoras quando se prevê que as 80 toneladas de moliço poderiam resultar em quatro toneladas de agar, comercializado, no mínimo, a 30 contos o quilo. Em vez de um saldo final de 1300 contos seria possível obter 120 mil contos com a exploração deste recurso natural. No

¹³⁸ A exploração do agar progride nas costas da Bretanha, apesar de o seu local de predilecção ser mais meridional. É nas costas ibero-marroquinas que a sua exploração é mais activa. Em França, só o País-Basco se dedica a esta actividade (ARZEL, Pierre, “L’exploitation des algues en Bretagne”, *Études Rurales*, nº 133-134, Janvier-Juin 1994, pp. 113-26).

entanto, apesar das vantagens económicas que o projecto parece oferecer, a extracção de ágar da ria de Aveiro para fins comerciais ainda está longe de ser uma realidade.¹³⁹

¹³⁹ “Projecto de valorização das algas da Ria de Aveiro: O futuro debaixo de água”, Jornal *Público*, 5 de Abril de 2000, p. 26.

SUBSISTÊNCIA E PROLETARIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO

O modo de subsistência de uma grande parte da população da Ria de Aveiro apresenta um verdadeiro carácter anfíbio, com maior ou menor estabilidade numa só profissão: “Marnotos e seus moços, fora da safra, ocupam-se nos estaleiros, na lavoura ou em trabalhos domésticos; bateleiros há que também são mercantéis; pescadores da laguna e do rio também vão à pesca na costa e no alto; há moliceiros que são lavradores ou trabalham nas marinhas; barqueiros que transportam o sal, no Verão, e se ocupam na recovagem, são calafates ou fazem velas; ilheiros e marinhões que não só pescam, como também se ocupam na colheita e venda de junco e fazem redes; e há gafanhões que tanto são moliceiros como se empregam na seca do bacalhau ou nos trabalhos hortícolas”¹.

Na Ria de Aveiro, zona de minifúndio em que a propriedade está extremamente retalhada, o rendimento da quase totalidade das terras só em fraca parte contribui para a satisfação das necessidades do quotidiano². A propriedade média, que assegura uma subsistência desafogada, é rara e a grande propriedade, que oferece os meios necessários para que *patrão* e família ocupem uma posição superior na sociedade, é praticamente inexistente. Já em 1912, João Vasco de Carvalho se referia ao fraccionamento da propriedade rústica:

Com efeito às propriedades de um e dois hectares já ali chamam *grandes*; às leiras de alguns ares apenas dão o nome de *lavouras* e até os exíguos pátios tomam o nome de *quintais*. É, pois, a pequena propriedade que existe em toda a freguesia. Esta excessiva pequenez, incompatível com o bem estar do lavrador, que só da terra vive, embora a terra pela sua natural fertilidade produza em abundância, tem como consequência fatal proporcionar-lhe uma existência cheia de dificuldades, de privações e de miséria, à qual muitos põem termo emigrando, desorientados e pressurosos, para o Brasil e América do Norte, onde supõem ir encontrar a abundância e a felicidade, abandonando, enquanto estas não aparecem, a família à mercê das contingências da vida. Este prejudicialíssimo fraccionamento, ao qual se devia opor um potente dique, tende ainda a agravar-se pelas partilhas.³

¹ LEITÃO, António Nascimento, *Aveiro e sua Laguna (Vistos Através do Mundo)*, Lisboa, Sá da Costa, 1944, pp. 181-2.

² Exemplo frizante de minifúndio é o lugar do Torrão de Lameiro onde, em consequência da pulverização da exploração, a quase totalidade das propriedades já não pode sustentar as famílias que nelas vivem, de que resulta acentuado mal-estar agrário, nesta região sobrepovoada da freguesia de Ovar. Os pequenos agricultores têm, por isso, de trabalhar também para outrem, como semi-proletários.

³ CARVALHO, João Vasco de, *Monografia da Freguesia Rural de Ovar*, Ovar, edição da Câmara Municipal, 1912, p. 30.

A estrutura agrária de Portugal continua a ser dominada ainda hoje, como na segunda metade do século XIX, pelas pequenas explorações. Há pouco mais de cem anos, quando o país era profundamente agrícola, a propriedade rústica estava já bastante dividida, sobretudo nos distritos de Aveiro, Viana do Castelo, Coimbra, Braga, Viseu, Porto, Vila Real e Leiria, para seguirmos uma ordem decrescente do número de prédios rústicos por hectare. A superfície média dos prédios descia a menos de 0,6 hectares em Aveiro e Viana. Em Aveiro, na década de cinquenta do século passado, existiriam 329,2 prédios rústicos por quilómetro quadrado⁴.

Em 1912, das duas formas de exploração agrícola em prática – a exploração familiar directa ou por conta própria e a exploração indirecta ou por terceiros (arrendamento) – a primeira, “a exploração familiar, directa, com criados assoldados por um ano e às vezes com jornaleiros pagos em dinheiro e géneros, é a regra geral. Também existe a exploração por arrendamento, mas em pequena escala. Quando por arrendamento, é quase sempre preferida a forma a longo prazo com pagamento de renda geralmente em géneros”⁵. Na região lagunar, os contratos eram anuais, com princípio e fim no S. Miguel (29 de Setembro), dado que nessa ocasião estava praticamente terminado o ciclo das culturas⁶. Quase todos os contratos eram verbais e renovados frequentemente, sendo vulgar a mesma propriedade ser explorada pelo mesmo caseiro durante décadas⁷. A renda era paga geralmente em géneros, milho e feijão, computando-

⁴ Dados obtidos por BRITO, Raquel Soeiro de, *Palheiros de Mira: Formação e Declínio de um Aglomerado de Pescadores*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1960, p. 77.

⁵ CARVALHO, João Vasco de, *Monografia da Freguesia Rural de Ovar*, p. 54. O autor acrescenta que, no concelho de Ovar, onde predomina a exploração por conta própria, é reduzido o número de camponeses totalmente desprovidos de terra. Na prática, quase todo o rural possui um quintal ou horta, pelo menos, o que o obriga, porém, a tornar-se também rendeiro ou assalariado. De acordo com elementos estatísticos da então secção de finanças de Ovar, em 1952, era a seguinte a distribuição da propriedade no concelho: grandes proprietários – insignificante; médios proprietários – 0,9 %; pequenos proprietários – 99,1 %. Dados compilados por LAMY, Alberto Sousa, *Monografia de Ovar*.

⁶ Ver *Correio do Vouga*, nº 835, de 17 de Maio de 1947: “Utilitário: Ilha da Testada – Extensos terrenos de cultura, com habitações para caseiros, e anexos. Praias de molição. Para arrendamento a partir do S. Miguel”.

⁷ Sistema semelhante opera na exploração tradicional das marinhas ou salinas. Há várias formas de exploração das salinas, dependentes dos contratos celebrados para a exploração directa, exploração indirecta, parceria de metade ou arrendamento. O número de moços também depende da área da marinha, pois os 2.000 hectares da área total dão cerca de 64 metros quadrados por marinha, em média, entrando também em linha de conta a sua experiência, contando o número de safras que realizou, considerando-se um moço experiente se tiver mais de cinco safras. Na exploração directa, o dono explora directamente a marinha e paga todas as despesas, tendo o encarregado um ordenado fixo e podendo ter ou não percentagem no sal. Há casos em que o próprio dono é o marnoto. Na exploração indirecta, o dono entrega a marinha ao marnoto, pagando este todas as despesas, mesmo os arranjos nos muros, tendo o dono percentagem a combinar nos lucros, quase sempre 10%. No regime de parceria de metade, a produção é metade para o dono e metade para o marnoto, competindo a este as despesas com os moços, alfaias, seguros, transportes e metade das despesas com a areia, bajunça e taxas a pagar por tonelada de sal. Neste caso, os proprietários pagam as contribuições e tiragem das lamas, e a outra metade da despesa

se o seu valor em cerca de 50 a 75% da produção dessas espécies. O jornaleiro agrícola nos fins do século XIX e na primeira metade do século XX constituía a massa mais importante do proletariado local, enquanto o pequeno camponês era a sua principal classe social.

O arcaísmo dos métodos de cultivo, combinado com a diminuta propriedade e consequentes possibilidades de rendimento, determinaram o modo de vida desse tipo de camponês, descrito por D. José de Castro no terceiro tomo dos seus *Estudos Etnográficos*, em 1943, sob o título de “vida e costumes dos lavradores”:

O Lavrador, no tipo generalizado das suas condições de vida, é um pequeno proprietário cujos haveres poucas vezes excedem a própria habitação e o espaço de terreno para cultura. Evidentemente, que esta posição lhes não permite uma vida desafogada. A lavoura, regulada mais pelas condições do tempo do que pela administração individual, presta-se a alternativas que decisivamente influem no seu modo de vida. Se o ano agrícola se apresenta favorável e conseguem assim amealhar alguma compensação, aplicam-na quase sempre em alargar a propriedade rústica, acrescentar ou melhorar a urbana, adquirir ou reparar as alfaías agrícolas, os objectos de uso doméstico ou pessoal e presentear a mulher com um cordão de ouro ou umas arrecadas, que se, guardam para os dias de festa. A sua tendência, porém, inclina-se para a ampliação de valores, com manifesta indiferença pela comodidade individual. Se o ano lhe foi adverso, socorre-se então do que amealhou, reduzindo ao mínimo as suas necessidades e resignando-se a esperar compensação no ano imediato. A alimentação do lavrador tem por base, evidentemente, os produtos do campo: a batata, as hortaliças, os legumes, o tradicional caldo de unto, a broa de milho e o vinho. Com pequena percentagem de excepções, promovem a criação de um ou dois suínos e mantêm com facilidade capoeiras e coelheiras que tanto lhes fornecem alimentação como lhes proporcionam rendimento. Os trabalhos no campo, determinando-lhes a sua presença ali de sol a sol, condicionam em duas refeições principais a sua alimentação: o jantar, ao meio-dia, e a ceia ao sol-pôsto.⁸

Com uma propriedade exígua e prole numerosa para as suas posses, as famílias eram (e são-no ainda muitas vezes) obrigadas a arrendar pedaços de terra a quem pudesse dispor dela, apesar de o sistema de ajuda recíproca continuar a funcionar entre parentes e vizinhos, baseado na certeza da retribuição em momentos de necessidade. Assim, das 287 famílias estudadas por Raquel Soeiro de Brito em 1959 em Palheiros de Mira, apenas 56 cultivavam exclusivamente terra própria e cinco só semeavam em

com a areia, a bajunça e as taxas. No arrendamento, sistema mais comum, devido ao desinteresse dos donos pelas marinhas, estes alugam-nas por safra a um marnoto. O pagamento do aluguer faz-se no fim da safra, dependendo o preço do tamanho da marinha e da sua capacidade de produção. Normalmente, a exploração por parceria é a mais desfavorável ao marnoto, devido à dependência entre a receita deste e os encargos da mão-de-obra. Na exploração por arrendamento, muitas vezes há a cessação do contrato, ao adivinhar-se que a produção não chega para as despesas. Na parceria, que é a forma mais tradicional e mais arreigada na mentalidade das pessoas, chegando os contratos a ser apenas verbais, o sistema de exploração é pelo sistema de meação. Basta a palavra dada, sabendo cada uma das partes as responsabilidades que lhe cabem.

⁸ CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos – Aveiro*, Tomo III – *Lavradores*, Porto, Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos de Arte e Museologia, 1943, p. 145.

terras arrendadas. Todas as outras tinham de juntar às suas pequenas propriedades o amanho de terras de renda para poder subsistir, graças ao cultivo de couves, cebola, batata (que, juntamente com o pão, constituía a base alimentar), feijão, milho, hortaliças e pasto para o gado, culturas que no chão arenoso vingavam à custa de moliço, caranguejo e peixe podre, estrume dos currais e um pouco de adubo químico, em produção quase contínua. Muitas vezes, os arrendamentos eram feitos aos pais, já muito idosos para trabalhar a terra, ou a irmãos emigrados. Para aqueles que tivessem de recorrer ao trabalho à “jorna”, uma mulher ganhava 10\$00 sem refeições, salvo a merenda, e os homens o dobro. Para aumentar ainda o rendimento das terras e para não dispendir dinheiro nos adubos químicos, mais de metade das famílias criava também algumas cabeças de gado. Quando não havia dinheiro para o comprar, a dificuldade resolvia-se com a associação entre um agricultor mais pobre e outro mais favorecido: este comprava o gado, que entregava ao sócio para criar, em troca de um terço do leite obtido. Quando, por qualquer razão, ambos acordavam em vender o animal, o dinheiro era dividido igualmente entre criador e comprador. Esta modalidade era tão importante que, segundo a autora, em 1957, nas 163 famílias que possuíam gado, 87 tinham-no “a meias”, pertencente a sete donos⁹.

Na segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 1960, a agricultura arcaica e ultrapassada, com consumo excessivo de trabalho e igual encargo da terra, parcelas dispersas, falta de modernização dos processos agrícolas e escasso investimentos em maquinaria, conjugada com a industrialização e a emigração, conduz ao êxodo rural e à consequente escassez de mão de obra. A avultada taxa de fragmentação da propriedade indicia não só o retardamento das formas produtivas e o incipiente equipamento técnico mas também uma tendencial inviabilidade económica das empresas assim compostas. No plano continental, é ainda elevada a taxa de explorações cuja produção se destina predominantemente ao autoconsumo. Deste modo, em quase três quartas partes das explorações existentes, a maior parte da produção realizada não visa fundamentalmente a troca no mercado, mas apenas assegura, ou contribui para assegurar, a reprodução da força de trabalho do agregado familiar. O autoconsumo pode, porém, corresponder ao suplemento de um salário e ser realizado no quadro das explorações familiares imperfeitas, ou pode garantir basicamente a reprodução da força de trabalho familiar e ser realizado no quadro das explorações

⁹ BRITO, Raquel Soeiro de, *Palheiros de Mira*, pp. 80-1 e 83.

familiares perfeitas. De um modo geral, quando a célula familiar se confunde com a célula de produção, todas as decisões sobre a exploração agrícola têm uma repercussão interna na vida doméstica.

A exploração familiar perfeita é o domínio por excelência da pequena produção, realizada predominantemente a expensas da força de trabalho dos elementos válidos da família, característica estrutural que colide com a necessidade de realizar crescentes volumes de capital monetário, não só para fazer face às despesas de manutenção da família enquanto mão de obra, como sobretudo para sustentar um reequipamento técnico mínimo, condição necessária para um significativo aumento de produtividade. O primeiro passo para a desagregação deste tipo de exploração é dado pelo produtor, quando este recorre, mesmo que ocasionalmente, à situação de assalariado noutra actividade, para tentar reabilitar a sua unidade de produção familiar, através do salário auferido. Esta passa a ser, então, uma exploração familiar imperfeita.

No bloco de distritos Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Porto, Viseu, Vila Real, Coimbra, Guarda e Leiria, as taxas de assalariados são inferiores à média continental, (...). O grupo apresenta sempre volumes relativos de isolados superiores à média continental e, na maior parte dos distritos englobados, volumes relativos de trabalhadores familiares igualmente superiores à média continental.¹⁰

Ainda hoje, o rendimento da actividade agrícola na região lagunar é fortemente condicionado pela profunda fragmentação das parcelas, como se depreende já dos valores constantes do Inquérito às Explorações Agrícolas de 1968 que, relativamente ao concelho da Murtosa, por exemplo, apontava a existência de 1110 explorações, num total de 1693,7 hectares, dos quais 93,3% eram destinados à produção para autoconsumo¹¹. O peso excessivo dos activos agrícolas e a natureza artesanal do sector secundário são facilmente interpretáveis como devidos ao maior interesse da população local pela emigração, dada a ausência de novos postos de trabalho na indústria e serviços, e a impossibilidade de tornar rentável uma agricultura de subsistência ou um sector de pesca artesanal. As saídas para os Estados Unidos da América, Brasil, Venezuela e Canadá são colectivamente encaradas como a grande solução das lacunas deixadas pela involução demográfica e pela decadência dos sectores produtivos.

¹⁰ FREITAS, Eduardo de; ALMEIDA, J. Ferreira de; CABRAL, M. Villaverde, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura: Estruturas Agrárias em Portugal Continental 1950-1970*, Lisboa, Presença, 1976, p. 166.

¹¹ ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Os Ílhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa*, Aveiro, Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ADERAV), 1984.

O concelho da Murtosa constitui, na área da Ria de Aveiro, um bom exemplo do dualismo que subsiste na sociedade portuguesa, conforme definido em 1964 por Sedas Nunes: “Como todos os países em vias de desenvolvimento, Portugal é uma sociedade dualista, onde ao redor de restritas áreas de economia e sociedade moderna se mantém toda uma vasta zona de economia e sociedade tradicional”¹². Num distrito como o de Aveiro, caracterizado genericamente como um dos mais industrializados do país, com grande oferta de emprego e elevado poder de compra, coexistem todavia concelhos dos quais a Murtosa é um exemplo, onde a ausência de indústria é praticamente total. Os núcleos populacionais de Monte, Pardelhas e Murtosa encontram-se envolvidos por uma vasta área de terrenos agrícolas, complementados com a criação de gado bovino leiteiro.

Esta resistência da pequena exploração pode atribuir-se a duas ordens de razões: ou à existência de rendimentos acessórios para a família camponesa (trabalho adicional assalariado, emigração, recolha e venda de moliço, etc.) ou ao sobretrabalho e subconsumo. A primeira hipótese caracteriza as empresas familiares imperfeitas e a semi-proletarização. A segunda, caracteriza a exploração familiar de reprodução simples, sempre ameaçada de proletarização. A situação dos camponeses parciais é por definição precária e provisória, pois tendem constantemente para a proletarização integral¹³.

Os semiproletários agrícolas são a fracção da população activa na agricultura que, trabalhando numa pequena exploração (quer a título de proprietário quer de rendeiro), se vê obrigada a vender também a sua força de trabalho em outras actividades, agrícolas ou não, para prover à respectiva reprodução. Podem ser múltiplas as formas de articulação destes dois tipos de trabalho: repartição mais ou menos diária dos respectivos tempos, emprego sazonal envolvendo ou não migrações, trabalho assalariado relativamente accidental, etc.

A semiproletarização é um prolongamento da combinação camponesa entre economia agrícola e economia familiar. O Recenseamento Agrícola do Continente de 1979 e o XII Recenseamento Geral da População em 1981 permitem avaliar, para os

¹² NUNES, A. Sedas, “Portugal, sociedade dualista em evolução”, *Análise Social* (7/8), 1964, p. 407.

¹³ Entre 1952-1954 e 1968, assistiu-se ao colapso da ínfima exploração, com o desaparecimento de mais de 20% das explorações com menos de 1 hectare e de quase 30% da respectiva área. Estas explorações caracterizariam em parte, pela sua inviabilidade, situações de semi-proletarização. Parte desse semiproletariado foi portanto expropriado, pois ter-se-á proletarizado no país ou emigrado, após a venda da terra (FREITAS, Eduardo de; ALMEIDA, J. Ferreira de; CABRAL, M. Villaverde, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura*, p. 168).

finais dos anos setenta do século XX, e a nível regional, a natureza e o alcance do papel da agricultura a tempo parcial como moderador de tensões e conflitos sociais¹⁴.

O emprego externo das famílias agrícolas noutros sectores de actividade garante a disponibilidade de força de trabalho, sob a forma de mão-de-obra não especializada, pouco móvel, sem grandes exigências quanto a condições de trabalho e salários e com alguma capacidade de aceitação de despedimentos, nomeadamente quando as explorações agrícolas mantidas em simultâneo permitem o autoconsumo, complemento assegurado das suas modestas receitas: “Os patrões agrícolas e industriais fomentavam, em terra sua, o desenvolvimento de pequenas explorações familiares de autoconsumo, absorvendo o desemprego em épocas mortas e contrariando a mobilidade espacial da mão-de-obra: cultivos suplementando, em trabalho e produto, o emprego por conta doutrem e os modestos níveis das jornas do campo e dos salários não agrícolas”¹⁵.

Mas a multiplicação dos rendimentos pode também advir de pensões de velhice e invalidez, reformas antecipadas, subsídios de desemprego (que alertam para a importância da pequena agricultura no colmatar das insuficiências da previdência social e da protecção laboral), subsídios diversos, pequenos ganhos em actividades de conta própria e serviços domésticos, e juros de depósitos a prazo, correspondentes à poupança camponesa, à venda especulativa de algumas parcelas ou às remessas dos emigrantes. As remessas do produtor emigrado contribuem para a reprodução da força de trabalho dos familiares presentes na exploração, e até para possíveis investimentos na empresa. Com efeito, algumas empresas familiares só subsistem em função de um processo exterior de alimentação resultante de remessas de membros da família emigrados.

O grande predomínio das micro-explorações que, mesmo cultivadas intensivamente e prolongadas por pequena pecuária, apenas proporcionam receitas modestas, abaixo do nível de subsistência normal de uma família proletária, sugere que, ao nível do produtor, não constituem no geral uma base aceitável para os períodos de crise nos outros sectores. Este tipo de exploração agrícola sobrevive graças à sua função complementar e subsidiária, aos contributos da migração e da emigração e ao valor do património fundiário, em meios com um mínimo de dinamismo económico.

Dado que “na Europa do Mercado Comum há tendência para considerar como economicamente inviáveis as unidades com menos de vinte hectares, exceptos casos

¹⁴ CAVACO, Carminda, “A agricultura a tempo parcial como 'factor de estabilidade e de paz social' em Portugal”, *Finisterra*, XX, 39, 1985, p. 48.

¹⁵ CAVACO, Carminda, “A agricultura a tempo parcial”, p. 60.

particulares de agricultura especializada”¹⁶, e sabendo-se que “uma família camponesa de quatro pessoas, no Minho, Douro Litoral e Beira Litoral, dificilmente poderá viver em termos de decência social ao mínimo de dez hectares”¹⁷, verifica-se que pouquíssimas explorações da região lagunar teriam possibilidades de viabilidade, pois o microfúndio converte os proprietários em simples jornaleiros da propriedade, sem dimensões que permitam a modernização tecnológica e assegurem a racionalização económica.

As unidades de produção familiares que conseguem a reprodução da respectiva força de trabalho e dos meios de produção, fazem-no à custa do prolongamento e intensificação do trabalho familiar e do recurso ao autoconsumo. Têm, no entanto, de fazer face à pressão que sobre elas exerce o mercado, quer a montante quer a jusante da produção, a aquisição a pronto ou a crédito de adubos, fertilizantes e sementes (a necessidade de um adubo barato ditou o nascimento da indústria moliceira), a amortização dos meios de produção, incluindo a própria terra, os impostos e, no caso dos camponeses rendeiros, o pagamento da renda. A tudo isto, bem como à reprodução da força de trabalho familiar não coberta pelo autoconsumo, tem de fazer face o campesinato através da venda no mercado dos seus próprios produtos. Nestas unidades artesanais, é fraca a disponibilidade de capital técnico, pequena a dimensão (condicionada também pelo volume de trabalho familiar disponível) e baixa a produtividade e a produção, de que só uma parte se realiza como mercadoria. Conversamente, esta conjuntura ditou a extinção da actividade moliceira, nos seus moldes tradicionais, suplantada por outros adubos de mais fácil aquisição. Além disso, com a comercialização do leite, que fomentou na região a abertura de numerosas ordenhas, o uso do estrume, até aí feito em pequena escala, foi-se desenvolvendo cada vez mais. Paralelamente, outros factores como a mudança dos métodos de trabalho e a mecanização dos instrumentos de produção concorreram para a evolução de uma agricultura em que o uso do moliço não teve o seu lugar. Diante das transformações que vivia o meio agrícola, muitos lavradores preferiram deixar o sector primário, reconvertendo-se ou emigrando, favorecendo ainda mais o decréscimo do pedido de moliço. Esta situação acarretou o desemprego involuntário do moliceiro, tanto do homem como do barco, e incentivou o abandono da exploração das plantas marinhas.

¹⁶ VIANA, Alfredo Louza; BARROCAS, José Manuel, *Estudo Económico da Exploração Agrícola numa Região da Beira Litoral*, Lisboa, Gulbenkian, 1970, p. 25.

¹⁷ MARTINS, Flávio, “Agricultura, Desenvolvimento Económico, Economia”, *Teses e Documentos do II Congresso Republicano de Aveiro*, vol. I, Lisboa, Seara Nova, 1969, p. 373.

Por conseguinte, imitando aqueles que os faziam viver, os moliceiros partiram também para outras terras ou empregaram-se em outras profissões com mais regalias e perspectivas de futuro.

As pequenas pescas a tempo parcial pertencem igualmente a um sistema de produção familiar assente na pluri-actividade. Não são autónomas mas antes estreitamente associadas a outras actividades, como a agricultura, expressão mais comum da pluri-actividade no litoral, situação minoritária nas economias modernas, que se baseiam na especialização das funções e na divisão do trabalho. A complementaridade implica duas actividades alternativas e de fraca envergadura, sempre ameaçadas por formas de exploração mais eficazes, mas a sua extinção implicaria a desertificação do meio litoral, onde essa complementaridade é, muitas vezes, a única forma possível de subsistência.

Num contexto adaptável aos padrões de subsistência e proletarização da Ria de Aveiro, Eric Wolf caracteriza diversos tipos de complementaridade entre agricultura, pescas e outras actividades económicas, que designa por “ecotipos”¹⁸. É o caso das comunidades de camponeses-pescadores, populações que, embora assentando a sua economia doméstica na agricultura e criação de gado, procuram, numa base ocasional, um complemento de subsistência na exploração do mar. Os pescadores-camponeses, como o grupo precedente, são também pescadores temporários. Nesta adaptação, variante da primeira, a pesca é a actividade dominante e principal base de subsistência, encontrando-se noutras actividades, como a agricultura, uma adicional permanente ou sazonal. Os pescadores-mercadores constituem um padrão actualmente em extinção, em que a actividade piscatória está estreitamente associada ao comércio de pescado, como no caso dos mercantéis, mercantelas, manageiras, pescadeiras, etc. Já os pescadores especializados ou marítimos profissionais dedicam-se em exclusivo à actividade da pesca, quer a título individual quer ao serviço de outrem, em companhias ou empresas. A característica dominante e comum em todos estes padrões de adaptação é, sem dúvida, a natureza composta, plural, da actividade pesqueira. Ao longo de todo o processo de evolução das populações marítimas, e mesmo na actualidade, só uma pequena percentagem pode ser com efeito designada como exclusivamente piscatória. As adaptações agro-marítimas ofereceram sempre, e simultaneamente, segurança e flexibilidade. A par de períodos intensivos de pesca abundante, a actividade agrícola

¹⁸ WOLF, Eric, *Peasants*, New Jersey, Prentice Hall, 1966.

garantia, nas épocas de escassez de pescado, uma base cujos resultados proporcionavam uma considerável estabilidade¹⁹.

A rede de povoações de pescadores no litoral português consolidou-se durante o século XV, com muitos pontos de pesca mas poucos efectivos que se dedicassem exclusivamente à exploração do mar. Se havia pescadores especializados, o seu número era reduzido e, na verdade, a actividade da pesca era primordialmente assegurada por pescadores plurais: lavradores-pescadores ou pescadores-camponeses, adaptações marítimas que alternavam consoante a abundância dos recursos e os interesses comerciais. Carlos Diogo Moreira considera incontroverso que “algumas povoações marítimas tiveram incremento notável, nomeadamente se se tiver presente a situação ao tempo de despovoamento geral do país. É o caso de, entre outros aglomerados, Caminha, Viana, Póvoa de Varzim, Porto, Aveiro, Lisboa, Setúbal, Lagos e Tavira. A explicação não deverá buscar-se porém no desenvolvimento das pescarias mas antes no facto dessas povoações serem centros de comunicação e comércio, interno e externo. A actividade marítima mantinha-se em pequena escala porque as pescas em rios e lagunas detinham uma posição de destaque, se não mesmo cimeira em alguns casos”²⁰.

Na primeira metade do século XX, existiam na Ria três grupos claramente diferenciados quanto à função que desempenhavam, apesar de todos eles exercerem actividades complementares de subsistência, dentro do espaço de trabalho do grupo rival. Os pescadores eram designados por “homens do mar”, uma vez que a sua actividade predominante era a pesca nas grandes xávegas, pescando simultaneamente na laguna. Em 1891, Baldaque da Silva informava já que mais de metade do pessoal que pescava na Ria pertencia às companhias da sardinha da Torreira. Os “homens do rio” tinham como função predominante a apanha do moliço, possuindo também redes com que pescavam, pelo menos para autoconsumo. Os lavradores, designados por “homens das quintas” ou “quintaneiros”, também possuíam redes para a pesca. Existia uma clara separação entre os diferentes grupos, organizados por ofício, sendo muito difícil a realização de casamentos mistos, pois cada associação profissional zelaria pela reprodução social da sua arte.

A partir da segunda metade da década de 1960, os recursos e as capturas diminuíram drasticamente, por flutuação natural e sobre-esforços de pesca e, assim

¹⁹ MOREIRA, Carlos Diogo, *Populações Marítimas em Portugal: Incerteza, Competição e Flexibilidade na Organização Social e nas Estratégias Adaptativas das Populações de Pescadores da Orla Marítima Continental Portuguesa*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1987.

²⁰ MOREIRA, Carlos Diogo, *Populações Marítimas em Portugal*, pp. 170-1.

também, as populações marítimas na sua generalidade. Sucederam-se as desactivações de traineiras e outras embarcações e, desde então, nunca mais se deixou de registar uma acentuada diferença entre o número de barcos matriculados e o número de barcos efectivamente activos²¹. Actualmente, a complementaridade das actividades não é tão visível na pesca marítima longínqua, pano de fundo de todas as actividades, por vezes com carácter de emigração, porquanto muitos homens foram trabalhar para o Mar do Norte, na frota pesqueira da Alemanha e da Holanda. No entanto, quando os pescadores da Torreira entram no circuito da pesca longínqua, alguns mantêm ainda a tradição de pescarem na laguna quando desembarcados. Porém, é muito mais comum a associação entre agricultura e pesca lagunar, categoria onde se incluem ainda os poucos moliceiros sobreviventes. Por outro lado, o padrão de complementaridade dos pescadores com actividade plural passou a envolver também o trabalho assalariado ou tarefas sazonais no comércio, na pequena indústria ou no turismo, aumentando os lucros de quem explora restaurantes, cafés e supermercados, outrora tabernas e mercearias, e conferindo a estes proprietários um poder económico maior e consequente prestígio social.

À notável expansão do último sector de actividade deve-se uma progressiva alteração dos aglomerados piscatórios. Já desde o século XIX que comunidades marítimas e estâncias balneares se confundiam por todo o litoral. Mas foi a partir dos anos 60 do século XX que a estrutura urbana dos núcleos piscatórios mais se modificou, conduzindo, muitas vezes, à sua extinção ou transformação em núcleos de indigência endémica. As comunidades transformaram-se em bairros, com frequência afastados das praias (cada vez mais zonas de banhos e de implantação comercial e turística) e marginalizados em relação às localidades em que originalmente se inseriam:

A persistência na utilização generalizada, até ao pós-guerra, de processos e utensilagem tradicional de pesca justifica-se na manifesta repugnância das classes pescadoras, representadas por grupos sociais homogéneos, em desistir de velhos hábitos, usos e costumes. O fenómeno contrário verifica-se quando, por via da proletarianização, se perdem os vínculos culturais definidores de tais grupos; a menos que estes optem por desistir da luta e se transformem num trágico problema para a comunidade, como acontece, por exemplo, com o quase extinto núcleo de pesca do Furadouro.²²

²¹ Nos anos que sucederam a 1974, época em que desapareceu a grande xávega, o salário passou a constituir uma parte sobre o produto do pescado e já não um vencimento fixo. Segundo os pescadores, a exploração tornou-se maior porque, embora no passado o salário fosse baixo, era fixo. Depois de 1974, passou a ser aquilo que os donos das xávegas sobreviventes decidiam.

²² FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “No Crepúsculo das Embarcações Regionais”, *Actas do XXIX Congresso Luso-Espanhol*, tomo III, Lisboa, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1970, p. 4.

As pescas locais utilizam especialmente artes de arrastar pelo fundo (galrichos, solheiras, berbigoeiras, redes de emalhar), lançadas de bordo de bateiras, cujo uso exige apenas o trabalho do pescador e de um ou dois assalariados, associados ou membros da família mais próxima (mulher, filhos, irmãos, cunhados), sendo os lucros distribuídos por partes ou quinhões²³. São artes pobres que persistem a título de complemento de exíguas reformas de velhice e subsídios de doença ou, por outro lado, dos ganhos permitidos pelas principais pescarias nos seus tempos mortos. A relativa expansão destas artes nos dias de hoje deve-se fundamentalmente aos lucros que as mesmas proporcionam, por grande valorização das espécies capturadas. Na Ria de Aveiro, o uso destas artes é permanente por parte de alguns pescadores, aumentando ainda na época estival em virtude dos veraneantes.

A pesca lagunar constitui uma forma de equilíbrio económico, impedindo a pauperização da família nuclear, através de uma organização semelhante à da família extensa, característica do proletariado primário²⁴. Os tripulantes assalariados das bateiras, genericamente designados por camaradas, desenvolvem a sua actividade de uma forma semelhante à do trabalho pago à jorna, sendo muito ténue o vínculo que une o camarada ao patrão e vice-versa. Daí a existência de uma grande mobilidade nos camaradas que constituem as companhias, em todo o tipo de pesca artesanal. O aumento do número de bateiras alarga a precaridade do trabalho, uma vez que nem todas têm licença para trabalhar com esta arte, nem todos os homens têm cédula marítima e nem todas as redes usam a malha legalmente exigida. A estrutura, porém, funciona e garante a sobrevivência da comunidade, correndo, todavia, o risco de fazer diminuir o volume da massa piscícola através da pesca excessiva.

²³ “As bateiras de pesca usam habitualmente os remos, sobretudo durante as diversas operações de pescaria. Em viagem, porém, servem-se da vela trapezoidal, que é típica na região. Além das redes de diversas espécies – chinchas, saltadoiros solheiras ou branqueiras e botirões, das estacas, varas, físgas, dos cestos e cabazes para o peixe, e outros apetrechos da arte, estas bateiras, que são a habitação do pescador durante toda a semana de trabalho, têm uns toldos oleados que prolongam o abrigo da prôa e sob os quaes a tripulação dorme, embrulhada em mantas e nos seus gabões de grosseiro briche. A bateira de Aveiro e Ílhavo mede entre 9 e 10 metros de comprimento. A chinchorra regula pelo mesmo, mas a labrega é um pouco mais pequena: 7 metros pouco mais ou menos. São diversos os processos de pesca e os sistemas de redes. Entretanto convém notar que as bateiras de Ílhavo e Aveiro empregam os botirões (rede de espera para todo o peixe), a chinchorra, a chinha (rede de arrastar pequena) e as labregas, a solheira ou branqueira para linguados e solhas e o saltadoiro para as tainhas. Estes barcos exploram toda a ria, desde o Carregal até Vagos e o Areão. Fora da sua região própria, encontram-se em todos os rios onde há colónias piscatorias de Aveiro: o Douro, o Mondego, o Tejo, o Sado, a ria de Lagos e Portimão e o Guadiana. Algumas destas colónias fixam-se até em portos hespanhoes, como em Cadiz e Sevilha, mantendo sempre inconfundíveis a sua nacionalidade, os seus hábitos, costumes e typo” (MAGALHÃES, Luiz de, “Os Barcos da Ria de Aveiro”, p. 60).

²⁴ “São muitos os pescadores que ainda recorrem à Ria para colocar alimento à mesa”, legenda de fotografia inserida no *Notícias de Aveiro*, edição de 10 de Fevereiro de 2000.

Todos estes pescadores que, em maior ou menor grau, desenvolvem modos de vida mistos, têm formas de actuação próximas dos comportamentos camponeses: “São efectivamente os chefes de família que se preocupam com as suas necessidades diárias e a sua segurança económica. Nesse sentido procuram aumentar o seu património, não através de compra de casa de habitação, por ser frequente gozarem de direito à herança de uma, mas pela de courelas. Estas são cultivadas minuciosamente por eles, quando não vão ao mar, e pelas mulheres e crianças na sua ausência; aquelas são domésticas ou jornaleiras agrícolas, mas poucas vezes operárias; os filhos frequentam a escola e depois aprendem ofícios ou seguem estudos médios”²⁵.

As mulheres nunca trabalharam na faina piscatória longínqua, embora sempre se tenham ocupado, em maior ou menor grau, em actividades próximas, a montante ou a jusante da pesca. Nos trabalhos de lavagem, salga, carregamento e venda por conta própria ou ao serviço dos negociantes de peixe, perderam progressivamente importância, em virtude das transformações modernamente operadas nos sistemas de descarga, conservação, transporte e comércio de pescado. Sucedeu-se, porém, o trabalho nas lotas ou nas indústrias de transformação de pescado, especialmente como operárias na indústria de conservas. Sobre a actividade económica feminina no contexto lagunar de subsistência e, concomitantemente, sobre as condições de vida doméstica entre 1950 e 1960, Raquel Soeiro de Brito confirma que, na ausência dos homens, são as mulheres que se ocupam da agricultura: “O comércio é pequeno, em muitas das casas só se compra o mínimo de géneros para a frugal refeição e, de longe em longe, alguma roupa de vestir em substituição da que já estava no fio. A partir de 1930 e durante a meia dúzia de anos que demoraram os trabalhos da cava e estrumação dos areais para a sementeira da floresta de pinheiros e mimosas que aí se encontram hoje, dezenas de mulheres tiveram a sua jorna garantida. Mas logo que esta acabou, apenas alguns guardas ficaram com serviço permanente. É pois uma população de baixo nível de vida, avaliado tanto pelo vestuário como pelo desconforto e pela má e insuficiente alimentação. Só as famílias dos melhores comerciantes e as dos pescadores que há anos andam nas traineiras ou fizeram algumas campanhas na Terra Nova fogem a ele”²⁶.

Existem, contudo, características que diferenciam agricultores e pescadores, apesar da sua proximidade e complementaridade na região da Ria de Aveiro. Raymond

²⁵ CAVACO, Carminda, *O Algarve Oriental*, Faro, Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, 1976, p. 274.

²⁶ BRITO, Raquel Soeiro de, *Palheiros de Mira*, pp. 53-4.

Firth distingue os pescadores dos outros produtores primários pela especificidade dos seus processos de trabalho, de que se salienta, contrariamente aos agricultores, a produção quotidiana. Com os seus rendimentos, os pescadores têm também de fazer face a maiores incertezas, sempre a curto prazo. Por tradição mas também por necessidade física, as actividades da pesca são geralmente reservadas aos homens. A divisão das tarefas na pesca dá lugar a formas de cooperação flexíveis e gera um sistema de distribuição relativamente complexo, pois o peixe é um produto que deve ser transformado rapidamente e a sua preservação requer mais trabalho e equipamento do que os produtos agrícolas. Sendo o mar (e a Ria) um recurso comum, ao contrário do que prevalece na agricultura, não é objecto de apropriação directa e contínua pelo conjunto dos produtores. Deste modo, é rara a construção de relações sociais ligadas ao objecto de trabalho. Estas constroem-se antes ao nível dos meios de trabalho, facilitando a inserção do capitalismo, pois a dissociação entre os produtores e os meios de produção realiza-se mais rapidamente. Nas sociedades de pescadores, o capital é mais móvel do que fixo, não se acumula nem concentra, como nas sociedades agrícolas. Os utensílios de pesca exigem reparações constantes e são objecto de renovação periódica, desempenhando um papel mínimo a nível de herança. Desta forma, cada nova geração de produtores deve investir muito e durante muito tempo para amortizar os seus investimentos e obter lucros razoáveis²⁷.

A ausência de propriedade individual perdurável e passível de vir a constituir herança é fundamental na organização de uma estrutura capaz de garantir o trabalho quotidiano ao maior número de pessoas da comunidade. Poucos pescadores possuem casa própria, os únicos bens a que alguns têm acesso são a embarcação, o motor e as redes, cujo prazo de durabilidade é relativamente curto. Havendo mais do que um filho, a partilha desses bens também é difícil, porque só o todo pode produzir. Na realidade, a única propriedade é o meio aquático, razão pela qual a comunidade tem de tomar diversas medidas por forma a garantir a todos um acesso igualitário aos seus recursos. Na pesca na Ria, por exemplo, o trabalho é iniciado e terminado por todas as embarcações à mesma hora, excepto nos períodos em que tentam iludir a vigilância oficial por força de defesos e interdições. Depois de iniciado o trabalho, cada bateira procura fazer o melhor possível e mais do que as restantes.

²⁷ FIRTH, Raymond William, *Malay Fishermen: Their Peasant Economy*, Boston, Archon Books, 1968 [1946], p. 3.

Baldaque da Silva, em 1891, tece as seguintes considerações sobre os rendimentos dos pescadores:

É o pescador o operario que, quasi sem capital, póde conseguir mais resultado do seu trabalho, mas em troca é tambem aquelle que maior risco de vida encontra no exercicio do seu mister... quando porém a sorte lhe é adversa, cáe de privação em privação até ao ultimo grau da indigencia, restando-lhe como ultimo recurso o implorar a caridade publica, esmolando pelos caminhos e povoados; dando-se o meio termo, o que é mais vulgar, ganha hoje tudo quanto ha de despende amanhã. Não acontece o mesmo ao industrial de pesca... O pescador representa na industria da pesca o papel que o operario desempenha nas outras industrias: serve de instrumento de riqueza para o argentario e passa a vida sempre pobre sem ter participação alguma nos lucros, e ficando desempregado havendo crise.²⁸

Ao historiar a pesca na laguna, Rocha e Cunha escreve: “A experiência tem demonstrado que a laguna não pode sustentar a actividade permanente de uma numerosa população de pescadores; é necessário restabelecer o equilíbrio entre os recursos naturais e a exploração. Dentro deste princípio, a laguna terá de regressar à função de campo de pesca suplementar, em relação à pesca marítima e à pesca longínqua. Este movimento de regresso acentua-se já com o desenvolvimento da pesca longínqua”²⁹. O testemunho de Rocha e Cunha é relevante, considerando que foi Capitão do Porto de Aveiro entre 1917 e 1918, 1923 e 1925, 1926 e 1929 e 1930 e 1931. Rocha e Cunha, ao entender a pesca lagunar como suplementar da marítima e longínqua, reconhece implicitamente que os assalariados nas pescas de tipo empresarial seriam mal remunerados. A partir de 1830, com o liberalismo, e até à regulamentação das primeiras décadas do século XX, houve uma coincidência entre o controlo da laguna, o incremento da pesca longínqua e costeira como actividade capitalista e a necessidade de mão de obra barata, medidas que empurraram os pescadores para uma condição de assalariados, que mantiveram até ao presente. Sendo a complementaridade um traço fundamental da pesca na laguna, que chegou aos nossos dias, a sua instauração terá sido uma consequência das medidas restritivas aplicadas a esse tipo de pesca, que aumentaram o potencial de mão de obra disponível para a pesca empresarial. Tal como no caso da agricultura, aliada a uma política de baixos salários, transige-se na complementaridade por ser uma forma de conter acções reivindicativas mais fortes, característica que remetia (e remete) Portugal para uma situação semiperiférica no

²⁸ SILVA, Baldaque da, *Estado Actual das Pescas em Portugal*, pp. 19-20.

²⁹ CUNHA, Silvério Rocha e, *Notícia sobre as Indústrias na Área da Jurisdição da Capitania do Porto de Aveiro*, Aveiro, Gráfica Aveirense, 1939, p. 13.

sistema mundial pois, nas sociedades capitalistas, a reprodução social deve ser assegurada pelos rendimentos provenientes dos salários.

Como exemplo concreto da situação descrita, aplicado à realidade sócio-económica da Ria de Aveiro, utilizemos os 1121 registos de matrícula e transacção de barcos moliceiros, efectuados entre Outubro de 1914 e Abril de 1998 e constantes dos respectivos livros de registo de embarcações disponíveis na Capitania do Porto de Aveiro³⁰. Destes, 946 não continham menção à profissão do comprador, no entanto, os restantes 175 apresentavam a seguinte distribuição:

Agricultor: 7
Comerciante: 1
Construtor naval: 1
Doméstica: 3
Jornaleiro: 2
Lavrador: 5
Marítimo: 150
Marítimo e agricultor: 1
Marítimo e lavrador: 1
Marítimo e motorista: 1
Negociante: 1
Pedreiro: 1
Pescador: 1

A considerável maioria de proprietários com a profissão de marítimo justifica-se pela já referida necessidade legal de possuir inscrição marítima para tripular e rentabilizar o moliceiro adquirido (e para usufruir das regalias das Mútuas e Casas dos Pescadores, durante a sua época de vigência), não significando porém que seja essa a ocupação exclusiva do proprietário. A designação de marítimo englobará, entre outros, os moliceiros de profissão, fornecedores dos agricultores locais, pois não existe nenhum registo com “moliceiro” como profissão do proprietário. Nos diversos casos em que o proprietário é o próprio construtor do moliceiro, apenas um optou pelo registo como “construtor naval” (Luciano Garrido, de Salreu, em 1955), enquanto todos os outros preferiram registar-se também como “marítimos”.

Estes “marítimos” incluirão também diversos agricultores que recolhem o seu moliço em embarcação própria. Mas quando o registo designa claramente “agricultor” ou “lavrador” (em catorze casos) são duas as situações possíveis: ou o agricultor possui também cédula de marítimo, sem que seja essa a sua profissão, e trabalha a bordo do

³⁰ De acordo com investigação realizada entre 2000 e 2001 no Arquivo da Capitania do Porto de Aveiro, cujos livros de registo de embarcações actualmente existentes e disponíveis se distribuem, de forma irregular, entre 1914 e 1998.

moliceiro; ou emprega alguém para proceder à recolha do moliço, na embarcação por ele adquirida. Neste caso, tratar-se-à já de uma proletarização parcial ou mesmo total do moliceiro, de carácter quotidiano ou sazonal, à excepção da época de defeso.

A propriedade de um moliceiro pode ser partilhada por dois ou mesmo três sócios com diferentes ocupações profissionais, ligados entre si por laços de parentesco ou simples associação na exploração da embarcação. Pela análise dos respectivos registos, verifica-se que “marítimo e agricultor” refere-se a uma sociedade de três indivíduos de Sol Posto, Aveiro, em 1971, sendo que uma das ocupações registadas terá obrigatoriamente de abranger dois dos proprietários. O mesmo se passa com “marítimo e motorista”, referente a três sócios de Aveiro, em 1974. A associação entre “marítimo e lavrador”, sinónimo de “marítimo e agricultor”, pertence a dois sócios do Bunheiro, em 1978. Esta ligação entre marítimo e agricultor, omnipresente mas raramente declarada, ilustra a estrutura sócio-económica subjacente à própria existência do barco moliceiro.

Comerciantes, negociantes e construtores navais (com um registo cada) exploram a embarcação por si adquirida ou construída por intermédio de outrem ou como actividade complementar às suas ocupações. A designação de “doméstica” é enganadora pois aplica-se por tradição a mulheres cuja ocupação principal é, na realidade, o cultivo dos campos, a apanha de moliço (com os respectivos companheiros), a pesca na Ria ou o comércio de pescado, e cuja independência, senão económica pelo menos de gestão da economia doméstica, é já suficiente para figurarem como proprietárias de moliceiros. Neste caso específico, os três registos de proprietárias “domésticas” ocorreram nas décadas de sessenta e setenta, durante os grandes ciclos da emigração, que transferiu (ainda mais) para as mulheres toda a responsabilidade pela economia de subsistência da região.

Proletários a tempo integral serão os jornaleiros, pedreiro, motorista e pescador registados, prova de uma actividade complementar de subsistência, onde investiram eventuais capitais gerados por heranças, poupanças ou pela ocupação assalariada principal.

Após a abertura definitiva da barra de Aveiro, não só os pescadores mas igualmente os moliceiros viram aumentar as suas actividades, já que se assistiu a um novo florescimento da agricultura, que havia atravessado um período de decadência durante os séculos XVII e XVIII, acompanhando a crise generalizada que afectou a economia da região. Deste modo, a apanha das algas tornou-se tão intensa que, praticada em qualquer altura do ano, mesmo durante a desova, a Ria de Aveiro se viu

praticamente desprovida da sua fauna. A instituição do defeso agravou ainda mais as condições de vida da população local, acentuando-se, a partir de então, as saídas para outros pontos do país e estrangeiro. No meio século que decorre de 1890 a 1940, saíram de Portugal cerca de 1.200.000 emigrantes, a maior parte dos quais dos distritos litorais de Braga, Porto, Aveiro e Coimbra e ainda dos do interior, Vila Real e Viseu. Desde 1890, a diminuição constante dos habitantes da região da Ria de Aveiro é interpretável em função de um movimento intenso de saídas da população local para outros pontos do país e especialmente para o Brasil, Canadá, Estados Unidos e Venezuela³¹.

O percurso migratório dos pescadores de Ovar, traçado por Alberto Sousa Lamy ao longo da sua *Monografia de Ovar*, exemplifica esta conjuntura. Quando os pescadores de Ovar abandonaram, no século XVI, a pesca na Ria e se dedicaram aos trabalhos do mar, fixaram-se primitivamente no lugar onde hoje se ergue a praia do Furadouro, que foi a sua primeira colónia. Depois, nas estações próprias, partiram para o norte e para o sul, procurando locais para exercer a pesca e estabelecendo outras colónias entre o Douro e o Vouga e, finalmente, atingiram locais do litoral português cada vez mais afastados da terra natal. Nos séculos XVI e XVII, estavam na Torreira e nas Areias mas, durante estes dois séculos, não se fixam nos lugares mencionados, regressando à vila após as fainas marítimas. Na primeira metade do século XVIII, trabalham como marmoteiros na Afurada, numa colónia onde estão já presentes também 92 mulheres. Na segunda metade do século XVIII, chegam à Caparica, Santo André e Olhão, para onde eram transportados nos caíques algarvios que se dirigiam a Aveiro para vender os carregamentos de peixe salgado e, de regresso, levavam para o Algarve as bateiras dos pescadores vareiros e murtoseiros, com as suas redes e aprestos³². Ílhavo,

³¹ Pardilhó, em cuja praça central se situam o café e o edifício Venezuela, foi repetidamente filmada e referida nos meios de comunicação social como “comunidade enlutada”, aquando dos desastres naturais na Venezuela, no Natal de 1999, pela sua estreita ligação a esse país da América Latina.

³² RIBEIRO, Orlando e LAUTENSACH, Hermann, *Geografia de Portugal*, comentários e actualização de Suzanne Daveau, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1999 [1987], volume III, pp. 754-6: “Nos trabalhos das valas e arrozais são exímios os *caramelos* que preparam para a cultura os terrenos alagadiços do baixo Mondego e da Ria de Aveiro. (...) Também as populações do litoral se deslocam: pescadores de Ílhavo e Ovar fundaram colónias, como a Costa da Caparica, onde se encontraram com algarvios, vindo depois engrossar a mesma aglomeração gente de Sesimbra e das margens dos esteiros do sul do Tejo. Em Lisboa, chamam-se *varinas* (de Ovar, embora muitas não tenham essa origem) às mulheres de andar flexuoso e língua pronta, que em canastras graciosamente equilibradas à cabeça vendem peixe nos bairros populares. (...) Os saveiros da Costa da Caparica, em forma de crescente, reproduzem um dos tipos de embarcação da Ria de Aveiro. As peixeiras de Lisboa põem, por baixo do lenço de cores vivas, um chapelinho muito em voga entre as mulheres do Centro Litoral. (...) Do Minho ao Mondego, os portos abrigados nos estuários ou nos recessos da Ria de Aveiro, receberam e encaminharam habitantes das terras densamente povoadas que, ao longo dos vales, por onde correm as águas e os caminhos, afluíram à orla marítima”. Esta secção da *Geografia de Portugal* termina com um excerto traduzido de LINK, Heinrich Friedrich, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, Paris, Levraut, Schoell, 1803, p. 253: “O aumento deste

Ovar, Torreira e Furadouro forneceram também pescadores contratados sazonalmente para Vila Real de Santo António, com a respectiva divulgação de técnicas. Durante o século XIX, encontramos colónias de vareiros a norte e a sul, no Tejo, em Paramos, no Douro e nas povoações do Ribatejo. No século XX, diversos testemunhos dão-nos conta da fixação de pescadores locais ao longo da costa portuguesa em Cascais, Sesimbra, Setúbal, Alcácer do Sal e Olhão, ou mesmo na costa espanhola. Também conhecidas desta população, e frequentadas periodicamente nas suas típicas bateiras, eram as praias do Tejo: Muge, Salvaterra, Benavente, Vila Franca e Azambuja, onde se ocupavam na campanha do sável. Estes pescadores, a partir dos anos trinta, passaram a emigrar em épocas especiais para a pesca do atum e do bacalhau.

A organização da pequena exploração agrícola tradicional da região lagunar contribuiu sobretudo para a conservação da estrutura económica e para o afastamento dos herdeiros, durante as grandes vagas emigratórias do século XX. De um modo geral, quando o proprietário morre, o herdeiro está já demasiadamente velho para trazer um espírito inovador à exploração e os seus próprios herdeiros, em plena idade activa, estarão mais inclinados a partir do que a submeter-se ao sistema: dependente do pai até à sua morte, sem outra remuneração para além do alojamento e da alimentação, o jovem camponês não tem muitas possibilidades de melhorar as suas condições de vida, mesmo quando existe algum progresso no rendimento da exploração. Parte assim para trabalhar na cidade ou no estrangeiro, preparando o regresso à terra sobre a qual terá, um dia, direitos, pois são as suas economias que fornecem ao chefe da exploração o numerário destinado a compensar o *déficit* de produção e a comprar os bens de primeira necessidade. Em termos de herança, estas economias colocam o seu remetente em pé de igualdade com aqueles que continuam a trabalhar com o pai ou servirão, no momento do regresso, para comprar a sua própria exploração. No entanto, esta organização só é possível graças ao esforço conjunto de todos os membros da família que permanecem no local de origem: pais, irmãos (maiores e menores) e mulheres, cuja presença não é só fulcral pelas suas actividades agrícolas e domésticas. Uma vez que a família é penalizada pela partida dos seus jovens trabalhadores, as mulheres asseguram uma mão de obra renovada. Uma vez regressado, o camponês que emigrou e enviou as suas

povo industrioso e alegre é forte demais para os recursos da terra estéril. Muitos se expatriam cada ano com o fim de se estabelecerem noutros lugares. Para ganhar qualquer coisa durante a viagem, ajudam outros camponeses na ceifa e, dum modo geral, em todos os trabalhos da cultura. Deslocam-se em grandes grupos, têm chefes (capatazes) e habitam em barracas (ranchos). Os habitantes da província da Beira, dos arredores de Aveiro, etc., emigram da mesma maneira”.

remessas usufrui dos resultados do trabalho passado, conjugado com os esforços do colectivo familiar. Este rendimento corresponde aos valores que teve de pagar com o fim de garantir uma terra para trabalhar aquando do seu regresso, quer para permitir a reprodução da exploração familiar, quer para comprar a sua própria parte. Contudo, uma vez que a maior parte das remessas é acumulada fora da esfera agrícola, a propriedade familiar não passa, na realidade, de um pretexto para o regresso, sem garantir a submissão incondicional ao modo de produção dominante, construído sobre a estagnação e a emigração, fruto de um ciclo que se reinicia em cada geração. Na realidade, o número de (e)migrantes regressados não tem cessado de diminuir. O mito do regresso trouxe vantagens sobretudo aos grupos dominantes: quando o governo instituiu entraves à emigração legal, encorajou um êxodo exclusivamente masculino (aumentando os riscos e os custos da partida) que não só estimulava o envio das remessas para a esposa e família deixadas para trás como também garantia a reprodução de uma forma de produção vantajosa. No período anterior à década de sessenta, a reprodução do pequeno campesinato assegurou paradoxalmente o desenvolvimento de uma política nacionalista e de um modo de produção dominante que restringiu e diminuiu mesmo os investimentos produtivos em Portugal. O atraso do capitalismo nesta esfera agrícola, através da manutenção de formas de produção obsoletas e respectivas contradições, condicionou, em todas as gerações, a necessidade de exportar a mão de obra de um ou vários elementos de cada família camponesa. O pequeno campesinato desempenhou, assim, um papel particular na política de não-investimento produtivo no país, como elemento de reajuste constante de uma estrutura económica sempre prestes a entrar em ruptura, mantendo no poder classes dominantes que não transformaram os lucros acumulados em factores de expansão real para a vida económica nem tentaram diminuir o elevado grau de dependência face ao estrangeiro. Nos anos sessenta, começou a assistir-se ao confronto de novos interesses e ao questionar das velhas alianças. Independentemente das suas condições de vida no estrangeiro, o emigrante dos anos sessenta regressa cada vez menos para voltar a trabalhar a terra. Salvo da miséria graças à emigração, é agora um pequeno burguês que regressa, em férias ou definitivamente, pronto a confirmar a sua nova posição social através de investimentos em terras, habitação e bens de consumo não essenciais. Substitui-se, deste modo, o antigo mito do regresso à terra por uma nova modalidade, que ultrapassa as formas de produção instituídas. Mas a reconversão para o mercado

permanece difícil na agricultura tradicional, pela necessidade incontornável de capital, infra-estruturas e mão-de-obra.

O jogo simbólico que se estabelece entre os ex-agricultores regressados (temporária ou permanentemente) e os agricultores em exercício repousa sobre articulações que merecem ser exploradas. Não há necessariamente uma convergência simbólica entre as duas partes: os agricultores são susceptíveis de conferir uma simbologia urbana a elementos que os indivíduos que abandonaram a agricultura consideram como símbolos rurais-agrícolas. Este equívoco tem origem no apego persistente dos ex-agricultores à sociedade e actividade agrícolas e ao modo de vida rural, e na adesão dos agricultores activos aos valores da sociedade urbana. Os antigos exploradores mantêm como referência a sua comunidade rural de origem; esforçam-se por reencontrar e conservar todas as formas possíveis da sua existência passada; a apresentação efectiva ou simbólica da sua personagem social dirige-se preferencialmente àqueles que foram os seus pares na comunidade agrícola e apela a elementos tidos e vividos como sendo “rurais”. Os agricultores efectivos, destinatários deste jogo silencioso de identidade, lêem nesses mesmos elementos marcas da vida urbana e industrial, cujos valores já interiorizaram. Para os ex-agricultores, antigos proprietários ou assalariados, a comunidade rural de origem permanece uma sociedade de referência, um pólo de atracção centrípeta. Pólo dominante no caso dos movimentos migratórios, com os seus retornos rituais em fins-de-semana, férias, ocasiões festivas e efemérides familiares. Pólo preponderante no caso da emigração, com as respectivas remessas de dinheiro, comunicações frequentes, notícias na imprensa local, férias, quadras festivas e ocasiões marcantes (casamentos, baptizados, comunhões e funerais). Os bens materiais, a independência, o consumo e o conhecimento técnico são factores onde se manifesta claramente o equívoco simbólico. No quotidiano urbano, os antigos agricultores têm geralmente profissões que combinam mobilidade e domínio de determinadas técnicas, como no caso dos trabalhadores fabris, com a possibilidade de deslocação frequente ao meio de origem, deslocação mais ou menos rodeada de ostentação material. Mas os agricultores activos, apesar de reconhecerem valor à técnica, aos bens e à capacidade de movimentação, não encaram essa realização como sendo algo inerente ao estatuto agrícola, tão desejado pelos agricultores (e)migrantes, mas sim como traços do seu sucesso urbano. Uma vez que se dirigem à colectividade agrícola utilizando termos e atitudes que se pretendem rurais, os antigos agricultores não podem recorrer à ostentação de certos cidadãos sem quaisquer ligações ao campo,

genuinamente convencidos da sua superioridade. Não exploram assim o pleno potencial da experiência urbana e das tecnologias alheias ao meio agrícola que, para os agricultores mais informados, são traços muito valorizados. Estes, por exemplo, consideram a casa de campo como um símbolo do sucesso urbano do ex-agricultor, ao passo que, para este, tal casa não será mais do que um meio de manter o contacto com a terra de origem. No entanto, e principalmente entre as gerações mais jovens, nota-se a excepção daqueles que, nascidos em meio agrícola e deslocados para adquirir formação, utilizam naturalmente um modo de vida urbano, com as respectivas simbologias, introduzindo um novo estilo de vida na sua comunidade de origem. De igual modo, a simbologia urbana encontra os seus mais fiéis adeptos entre a secção feminina dos dois grupos em presença, agricultores activos e ex-agricultores. Aliás, é notória a influência feminina na opção entre estado agrícola-rural e estado não-agrícola-urbano. A classe feminina local, agrícola activa, acalenta valores urbanos de consumo e bem-estar doméstico, conseguindo descodificar os seus indícios nos ex-agricultores, mesmo que estes não utilizem conscientemente como símbolos essas formas valorizadas do estatuto não-agrícola. Por seu lado, as mulheres dos antigos agricultores são agentes activos e plenos de iniciativa na manipulação e manifestação dos símbolos de sucesso urbano, principalmente naqueles que indiciam riqueza doméstica (número de divisões da casa, electrodomésticos, mobiliário, jardim, decoração)³³. Já a conservação ou construção de uma casa para aí desfrutar a reforma, desejo maioritariamente manifestado pela classe masculina, está impregnada de uma intenção simbólica de demarcação da presença na localidade de origem, de manutenção de uma relação directa com a realidade agrícola que, apesar dos seus limites, reveste-se ainda da consistência de uma totalidade concreta.

Como consequência, na região lagunar há ainda uma notável profusão de casas de burguesia rural, em pedra, de grandes dimensões, com varandas, painéis de azulejo, capela, pátios interiores, arcadas, pórticos, vitrais e ferros forjados, por vezes de sóbrio bom gosto e nada identificáveis com a típica casa de emigrante. São construídas em ruelas minúsculas, numa absoluta desproporção com o espaço envolvente, ou em

³³ Esta constatação evoca as palavras de Jean Baudrillard, acerca daquilo que designa por “consommation ostentatoire”: “Les femmes, les ‘gens’, la domesticité sont ainsi des exposants de statut. Ces catégories consomment elles aussi, mais au nom du Maître, témoignant dans leur oisiveté, leur superfluité, de sa grandeur et de sa richesse. Leur fonction n’est donc, pas plus que celle des objets dans le *kula* ou le *potlatch*, économique, mais celle d’institution ou de préservation d’un ordre hiérarchique des valeurs. (...) on n’habille pas somptueusement une femme pour qu’elle soit belle, mais pour qu’elle témoigne par son luxe de la légitimité ou du privilège social de son maître” (BAUDRILLARD, Jean, “La Morale des Objects. Fonction-Signe et Logique de Classe”, *Communications* n° 13, 1969, p. 24).

campos isolados, rodeadas de pastos e terrenos de cultivo. A quase totalidade está abandonada e em estado de degradação. Constituem um dos primeiros tipos de habitação mandada construir pelos emigrantes mais antigos, sucedendo à casa tradicional de alpendre, caiada, com a sua pequena horta, jardim, poço, alpendre murado com duas colunas e telha mourisca³⁴.

No retorno da primeira vaga emigratória, surgiu a moradia dos “brasileiros”, pequeno palacete com cave, primeiro andar e, por vezes, águas furtadas, com uma porta principal de grandes dimensões e um corredor a partir do qual se dispunham os restantes compartimentos. Assim, se a casa primitiva de planta geralmente quadrada, com dois quartos de dormir, um de cada lado do alpendre e, atrás, a ampla cozinha e sala de uso ocasional (Páscoa e funerais), era toda construída em adobe, a casa do emigrante passou a utilizar tijolo, betão e ferros forjados, muitas vezes com motivos decorativos. Em 1856, o palacete do brasileiro Sebastião de Carvalho e Lima foi o primeiro edifício de Aveiro a ter a fachada revestida pelos agora característicos azulejos. Nos anos seguintes, assiste-se a uma profunda alteração da paisagem urbana: os azulejos protegem e valorizam as fachadas das casas, até então feitas geralmente de materiais pobres, como o adobe caiado ou pintado³⁵. Com o aumento da emigração para outros países, especialmente para a Venezuela, Estados Unidos e Canadá, surgem novos tipos de moradias desenhadas segundo as exigências do proprietário: grandes varandas cobertas de azulejos, com alumínios anodizados de diversas cores; desenhos ou figuras geométricas nos seus contornos; nome da vivenda em ferro forjado; painéis de azulejos na frontaria, com a bandeira do país de acolhimento. Dotadas interiormente de maior conforto e comodidade, apresentam, em comum, o quintal e os anexos, formados por uma cozinha suplementar e outras divisões para fins diversos. Estas construções já nada têm a ver com os traços arquitectónicos dominantes na região.

Contrariamente ao que sucede noutras áreas do país, poucos investimentos são feitos na aquisição de bens fundiários que não sejam os necessários para a habitação e o logradouro individual. Esta situação deve-se não tanto à exiguidade dos solos disponíveis, mas a um processo de aculturação, já que o emigrante local, tendo vivido numa civilização urbana, não tenciona, após o seu regresso, voltar a dedicar-se à sua antiga ocupação. Até porque, quando o faz, em virtude da idade e dos rendimentos

³⁴ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, “Casas da Murtosa”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (nova série), vol. XV, fasc. 3-4, 1955-57, pp. 265-85.

³⁵ RODRIGUES, Manuel Ferreira, “A pintura de azulejos em Aveiro (1882-1942): uma abordagem global”, *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 17, 1991, p. 31.

locais de que dispõe, provenientes da acumulação de capitais e da aposentação que recebe, não sente necessidade de voltar a trabalhar. Ao proceder à sua construção, a moradia não é geralmente utilizada para outro fim que não seja em exclusivo a habitação. Assim, grande parte das residências locais permanecem temporariamente encerradas, sendo abertas apenas durante um curto período de férias, anualmente ou com intervalos mais longos, de dois, três ou quatro anos, entre os quais as casas e os quintais são confiados aos cuidados de familiares ou amigos.

Jorge Carvalho Arroteia, analisando o fenómeno da emigração murtoseira, define as condições de vida na região: “o concelho da Murtosa é o que apresenta um menor grau de industrialização e que, em virtude do seu ‘isolamento’, agravado até pelo desenrolar do processo emigratório, apresenta um maior marasmo económico”³⁶. Com efeito, o concelho da Murtosa encontra-se isolado em relação aos outros centros da região, em especial a Aveiro, de onde dista pouco mais de uma dezena de quilómetros em linha recta, apesar de, por via terrestre, essa distância ultrapassar as três dezenas de quilómetros. Assim se compreende o relativo desinteresse dos murtoseiros pelas actividades do porto e mesmo pelas indústrias da periferia daquele centro urbano, procurando na emigração compensar a fragilidade dos meios de subsistência de que dispõem na sua terra. As manifestações de sucesso dos emigrantes, reforçadas ao longo de gerações sucessivas, não só no envio das remessas mas nas próprias edificações que, aos olhos dos conterrâneos, funcionam como símbolos de riqueza e de maior segurança social, criam uma consciência colectiva de desejo e necessidade de emigração. A sociedade local, fechando-se cada vez mais sobre si própria, aceita o fatalismo da emigração, que se converteu na única alternativa para a concretização do projecto de melhoria das condições de vida. A emigração selecciona fundamentalmente os elementos da população que são jovens, activos e dinâmicos, precisamente aqueles que serviriam de esteio a um desenvolvimento futuro. Nas áreas de mais forte emigração resulta uma sociedade apoiada em elementos muito jovens, nos velhos e nos deficientes, com os recursos locais ligados, em grande parte e mais uma vez, ao trabalho das mulheres. Ainda de acordo com informações de Jorge Arroteia, a estimativa dos depósitos existentes nas agências bancárias da Murtosa em Dezembro de 1974 ascendia a mais de oitocentos mil contos, valor bastante significativo se atendermos à fraqueza das actividades económicas locais e que só se compreende pelo peso das remessas da

³⁶ ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Os Ílhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa*, Aveiro, Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ADERAV), 1984, p. 87.

emigração. Só que o desafogo económico em que grande parte da população vive ainda hoje em dia, devido a essas remessas, esconde a realidade da saída contínua da população, desde finais do século XVIII, devido sobretudo à impossibilidade de um desenvolvimento demográfico sustentável, numa área limitada de culturas agrícolas hiper-divididas e entrecortadas de juncaais, pântanos e areias estéreis.

A corrente emigratória murtoseira já desde o século XVIII acoirria ao Brasil em grande número, facto que se terá acentuado no decurso do século seguinte, processando-se em navios de velas que tornavam a viagem arriscada e demorada. Os principais núcleos de imigração murtoseira seriam, além de Pará, as cidades portuárias de Santos, Manaus e do Rio de Janeiro, preferidas em virtude das possibilidades oferecidas na pesca e nas actividades portuárias ligadas à carga e descarga de navios. Estas cidades constituíram, naquela data, os principais pólos de atracção da população local que, longe de se distribuir ao acaso, procurava concentrar-se onde já dispunha de apoio de familiares ou amigos. Este processo, recorrente noutros países da Europa, permitiu a constituição de importantes colónias de murtoseiros nos Estados Unidos, especialmente em Newark, demandado pelos emigrantes da Ria desde o início do século XX. A maior segurança oferecida pelos Estados Unidos e, sobretudo, a melhor cotação do dólar americano, terão contribuído decisivamente para o aumento das partidas, quando as primeiras dificuldades à imigração estrangeira surgiram no Brasil, ainda no decurso dos anos trinta. Após 1960, acelerou-se o processo de reagrupamento familiar e, em vez de indivíduos isolados, passaram a emigrar famílias inteiras, sempre numerosas. É relativamente reduzida a parcela de emigrantes que da Murtosa se dirige para a França, Alemanha e Luxemburgo.

O mesmo não sucede, no entanto, com a freguesia da Torreira que, embora referindo uma percentagem elevada de emigrantes para os Estados Unidos, registou ainda um número considerável de saídas para França, sobretudo nos anos de 1960-1970. Esta ocorrência dever-se-à à ausência de laços familiares com os emigrantes mais antigos, levando os novos elementos a procurar outros destinos. Os que se dirigiam para a França e mesmo para a Alemanha apresentavam um contrato obtido pelas vias legais ou através de uma anterior saída clandestina. A Torreira é também, de todas as freguesias que constituem o concelho da Murtosa, a única que tem vindo a registar nas duas últimas décadas um aumento da população residente, facto a que não é alheio constituir o lugar preferencial para residência de quantos se reformam no estrangeiro ou

em centros urbanos portugueses. Enquanto (e)migrantes, mantêm na Torreira uma casa de férias que, depois de reformados, se torna residência permanente.

A ligação à sociedade de origem, que devido à política de imigração dos Estados Unidos se tem acentuado em virtude do maior reagrupamento familiar, mantém-se constante através das deslocações de novos emigrantes e seus familiares, e também dos emigrantes defuntos, que continuam a ser trasladados com bastante frequência para junto das suas famílias, no solo pátrio da Ria. As relações de dependência estreitam-se com o envio da carta de chamada e “das dólares”, com o reiterado discurso apelativo sobre as potencialidades da emigração e com a protecção (alojamento e primeiro emprego) dispensada aos novos emigrantes recém-chegados, ligando-os cada vez mais aos familiares e amigos já aí radicados. Estes laços são ainda reforçados pelas visitas periódicas, pela informação escrita, pela participação colectiva num projecto comum e pelo sentimento de retorno, muito acalentado mas nem sempre concretizado, numa pseudo-ilusão consciente do seu carácter utópico mas que faz parte do ser emigrante.

Nos Estados Unidos, continua a falar-se a língua materna e persistem tradições e hábitos alimentares, pelo menos em datas festivas. Daí que o forte intercâmbio entre as comunidades emigradas e a sociedade de origem, favorecido pelas viagens regulares e pelos laços culturais e familiares, permita compreender o respeito e a admiração com que é tido o emigrante. Embora ausente, o emigrante continua a manter o maior interesse pela sociedade de origem, não apenas porque aí deixou familiares e haveres, mas porque a própria vivência social, junto de outros membros da mesma comunidade, a isso o impele. É o contributo que regularmente envia para as iniciativas de interesse público, é ainda o sentimento de bairrismo que, alicerçado na sua disponibilidade económica e no desejo de um regresso definitivo, contribuem ainda mais para o respeito colectivo e fácil integração social de que o emigrante desfruta. No caso da Murtosa, muitas das iniciativas locais estão ligadas à emigração, contando-se, neste caso, não só o restauro da igreja matriz, como as dádivas para a aquisição do equipamento do asilo-hospital e a oferta de donativos para a construção do quartel dos bombeiros municipais. Em sua honra foi construído um arruamento que, ligando o centro da Murtosa a Pardelhas, se designa por “Avenida do Emigrante”.

Será pertinente transcrever neste contexto um artigo publicado *on line* no *site Noticias de Aveiro*, secção de Noticiário Regional, em 27 de Janeiro de 2001:

Murtosa: Emigrantes 'mãos largas': Milhares de contos chegam anualmente a Portugal de 'gente da terra' que um dia partiu à procura de um futuro mais promissor.

A comunidade emigrante da Murtosa é uma das maiores nos Estados Unidos da América (EUA) e também das mais activas na angariação de fundos com destino à terra natal. Para este fim-de-semana está marcado em Newark mais um dos habituais jantares convívios que volta a juntar luso-americanos com raízes na Murtosa. Desta vez, a receita do encontro no Mediterranean Manor reverte a favor do centro comunitário da Associação Filantrópica da Murtosa. José Marques Neno, presidente da associação, que também é o presidente da Junta de Freguesia da Torreira, deslocou-se aos EUA para tomar parte do jantar. Foi também agendado um encontro em New Bedford. A primeira fase da obra, que custou cerca de 30 mil contos, está concluída. A direcção espera dar mais um 'empurrão' com a ajuda dos emigrantes. Na segunda fase, serão precisos 60 mil contos e a associação não tem participação em 2001. “Vai ser necessário fazer alguma ginástica para não parar os trabalhos”, disse a O AVEIRO Marques Neno. Só em 2002 é que haverá, novamente, subsídios estatais. O centro comunitário destina-se a idosos e crianças, tendo já beneficiado de ajudas de emigrantes murtoseiros residentes no Canadá, que enviaram cerca de 3 mil contos. O último jantar convívio em Newark juntou em Novembro passado 700 pessoas, tendo sido apurada uma quantia de 35 mil dolares para as obras do centro paroquial do Monte, também na Murtosa.

Lar em Pardilhó:

A Associação Quinta do Rezende, na vizinha freguesia de Pardilhó (Estarreja) deve muito aos emigrantes. Foram as remessas vindas de pardilhoenses espalhados pelo estrangeiro que permitiram adquirir por 20 mil contos o terreno onde está a ser construído um lar de terceira idade. O edifício, em fase de conclusão, já recebeu outro tanto também de emigrantes.³⁷

Esta atitude colectiva de residentes e emigrantes fundamenta-se na existência de mecanismos auto-correctores que protegem o equilíbrio comunitário. A nível individual-familiar, os comportamentos preferenciais determinam que não se deve dar provas de uma melhoria material, sob pena de sanções. Sendo estritamente necessário manifestar bem-estar material, essa manifestação deverá ser neutralizada de algum modo, para não se sofrer as consequências. Isto explica o forte desejo de agir e parecer igual a toda a comunidade, tão visível nas sociedades rurais, bem como a aversão dos camponeses em aceitar papéis de liderança. A presunção declarada deve ser evitada pois pode ser interpretada como tentativa de tomar para si algo que pertence a outrem. A nível de comportamentos institucionais, as sanções positivas são as principais expressões comunitárias de modelos culturais que neutralizam os desequilíbrios criados. Um indivíduo ou uma família que melhorou a sua posição sócio-económica é encorajado a restaurar o equilíbrio através de despesas visíveis sob a forma de prodigalidades ritualizadas. A recompensa é um prestígio considerado inofensivo. Estas práticas constituem um mecanismo de redistribuição que permite ao indivíduo ou à família que ameaça virtualmente a estabilidade da comunidade restabelecer o estatuto e, por conseguinte, encontrar uma posição onde seja aceite. Neste caso, incluem-se os donativos generosos, muito publicitados nos órgãos de comunicação, de beneméritos

³⁷ www.noticiasdeaveiro.pt, Noticiário Regional, 27 de Janeiro de 2001.

locais (sobretudo emigrantes) para associações de beneficência, paróquias, lares, asilos, infantários, procissões e festas. Os emigrantes como que tentam colmatar a escassez de braços válidos que criaram na já de si pobre terra-mãe, para ajudarem a enriquecer ainda mais o já de si rico país de acolhimento, a terra-“madrasta”. No entanto, foi esta que lhes permitiu escapar ao ciclo infundável de pobreza e mera subsistência que teria sido a sua vida, caso tivessem permanecido literalmente fiéis à terra-mãe. O dilema edipiano, que o evidente bem-estar material adquirido só vem reforçar, conduz aos rituais de dádiva, para apaziguar a comunidade de origem e a própria consciência. No entanto, esses rituais também se produzem nos países de acolhimento, onde as instituições (religiosas, sociais, recreativas ou de beneficência) do país de origem são cuidadosamente recriadas, colectivamente acarinhadas e materialmente apoiadas, com igual generosidade e publicidade.

Como se pode concluir, os emigrantes enviam dinheiro para actividades canónicas, ligadas à igreja ou à caridade pública, em acções visíveis para os seus pares e ratificadas pelo poder eclesiástico, obtendo assim uma absolvição social e espiritual³⁸. Uma localidade camponesa está em contacto com outros sistemas e o indivíduo pode alcançar o sucesso económico desde que se trate de recursos reconhecidos como provenientes do exterior. Esse sucesso, mesmo que importado para o interior da comunidade, não é encarado como uma ameaça directa contra a sua estabilidade, pois nenhum dos seus membros foi prejudicado para que o sucesso fosse alcançado. A explicação mais aceitável para a conquista de bem-estar material é a emigração. Este exemplo, porém, é apenas uma variante moderna de um modelo arcaico, onde a “fortuna” e o “destino” eram considerados como os únicos meios socialmente aceitáveis para a aquisição de bens que se não possuíam anteriormente. De outro modo, um súbito acréscimo de riqueza seria muito difícil de explicar, sem recurso a razões sobrenaturais do ideário popular.

No entanto, o comportamento da segunda, terceira e quarta gerações de emigrantes tende a esbater todas estas características, pois ou já partiram há demasiado

³⁸ Contudo, os emigrantes nunca colaboram em actividades ligadas à cultura local como, por exemplo, o restauro ou aquisição de barcos moliceiros, pois são questões não directamente quantificáveis em termos económicos e, por isso, sem prestígio nem mérito na comunidade de cujos valores estão imbuídos. Mesmo para os residentes na Ria, que ficaram para trás na corrida ao enriquecimento pela emigração, as embarcações tradicionais não passam de uma inesperada fonte de lucro a explorar durante a época turística, permanecendo embora perplexos com o interesse por elas despertado, excepção feita, naturalmente, para os contrutores, pintores e proprietários. Na imprensa local mais ligada à emigração, o moliceiro nunca é tema de notícia e surge apenas referido no contexto de eventuais regatas integradas em festividades locais.

tempo ou a sua integração na sociedade de acolhimento, por via da frequência do sistema de ensino, se processou com grande intensidade. Nos Estados Unidos, o número de naturalizações multiplica-se, os nomes, há muito adaptados, passam a ser anglo-saxónicos desde o baptismo e hasteia-se a bandeira americana aos Domingos, na residência da família. Daí que o retorno ambicionado pelo emigrante mais velho ceda lugar à radicação definitiva no estrangeiro. Entre os que regressam, raros são os que se fixam noutros locais ou em centros urbanos, porque a melhoria das condições de vida familiar e do próprio alojamento foram algumas das razões apontadas pelo emigrante como factor determinante da sua partida. Presume-se que os descendentes destas gerações bem sucedidas não pretendam manter os laços com a terra de origem nem conservem os símbolos de sucesso dos pais. Durante o mês de Agosto, os filhos dos emigrantes em férias não falam português e parecem totalmente alheados do meio circundante, trajando roupas americanas da moda, bonés de basebol e *piercings* e comentando *video-clips* na televisão-satélite.

O jornal *O Concelho da Murtosa*, publicação mensal que se auto-intitula “jornal bairrista independente”, comemorou em 2004 setenta e oito anos de existência e dedica grande parte da atenção das suas páginas à comunidade emigrante proveniente da Murtosa, como é evidente na seguinte listagem e comentário dos títulos relacionados com a emigração e seus agentes, patentes em duas edições recentes:

O Concelho da Murtosa, número 2057, de 30 de Novembro de 2001:

Página 1 (manchete): “Eleições nos Estados Unidos: Alberto Santos reeleito *mayor* de Kearny (Newark, New Jersey)”.

Página 2: “Profundo amor à Murtosa e ao Clube em dia de Bodas de Diamante: Sport Marítimo murtosense de Newark comemorou os 75 anos da sua fundação”.

Páginas 3 e 4: Rubrica mensal “Pelas Nossas Comunidades”, com fotografia e texto. Nos Estados Unidos: os nossos estudantes (é cada vez maior o número de jovens luso-americanos licenciados e mestres por universidades norte-americanas); bodas de prata matrimoniais; casamentos (quase exclusivamente dentro da comunidade portuguesa, agrupam três e quatro gerações de emigrantes ou implicam a deslocação – noticiada – de avós e pais residentes ou regressados em Portugal); festas de aniversário; amigos do jornal (donativos para o jornal, com nome do doador e quantia ofertada). Estas alíneas repetem-se, apesar de menos numerosas, para a comunidade no Canadá e Alemanha. Publicidade: a firma anunciante deseja boas-festas aos clientes “tanto residentes como emigrantes”.

Página 5: “Bodas de prata matrimoniais comemoradas no Canadá”.

Página 6: Publicidade a uma agência funerária, sublinhando que trabalha no país e estrangeiro, com serviço de trasladações e “levantamento nos aeroportos”; publicidade auto-intitulada *commercial* ao mediador imobiliário “Al Silva”, em Newark.

Página 7: A rubrica mensal “Coluna de Veiros” informa sobre uma “nova licenciada” na Venezuela.

Página 8: Rubrica mensal “Por terras de Uncle Sam – Notícias de Newark” com as alíneas “Procissão em honra de Nossa Senhora”, “Social Security” (sobre o aumento das reformas nos

Estados Unidos), “Entrada do Outono”, “Honra aos veteranos” (das guerras), “Dia de Acção de Graças”.

Publicidade a um restaurante típico português, com fados e guitarradas, em Newark.

Página 10: “Uma família em festa”, sobre bodas de prata matrimoniais entre murtoseiros radicados em Newark mas celebradas intencionalmente na Murtosa, com os familiares a deslocarem-se dos Estados Unidos e da Alemanha.

“Na nossa comunidade de Newark: um mar de gente e cerca de 60 mil dólares para os cofres da campanha de Augusto Amador” (vereador do bairro leste da Câmara de Newark, cujo *sheriff* é também português).

Publicidade a um “popular fish market” e a um “travel center” em Newark, propriedade de portugueses.

Página 12: “A favor do futuro centro social e paroquial de Pardelhas: em organização uma festa em New Bedford”.

Página 13: Rubrica mensal “Escritos emigrados” com o poema “As flores que deixei no caminho” por Augusto Amador.

“Uma notável figura de murtoseiro no norte do Brasil: centenário de António Maria da Silva Fidalgo”.

Página 14: “Falecimento nos Estados Unidos”.

Página 16: Publicidade a “Carlos auto-electric” (Newark), “Vouga agency” (viagens, vistos e imigração, em Newark), “photograph” e “McKay furniture” (New Jersey).

Página 19: Publicidade a “local 472 heavy and general construction laborers’ union”, em Newark, com dois portugueses na direcção.

O Concelho da Murtosa, número 2058, de 30 de Dezembro de 2001:

Página 2: “Falecimento nos Estados Unidos”.

Páginas 3 e 4: Rubrica mensal “Pelos Nossas Comunidades”. Nos Estados Unidos: bodas de prata matrimoniais; aniversário de casamento; nascimento; festa de aniversário (numa família há três gerações em Newark); amigos do jornal. No Canadá: nascimento e amigos do jornal. Em França: aniversário lutuoso e amigos do jornal. Na Venezuela: nova licenciada e amigos do jornal.

Página 7: A rubrica mensal “Coluna de Veiros” informa sobre dois falecimentos nos Estados Unidos, acrescentando que ambos os corpos foram trasladados para Portugal.

Página 10: Rubrica mensal “Por terras de Uncle Sam – Notícias de Newark” com as alíneas “Natal com neve”, “Os preços dos bens de consumo”, “Medicamentos e assistência”.

Na publicidade, em todas as páginas, repetem-se os habituais anúncios a estabelecimentos portugueses (ou úteis à comunidade portuguesa) em Newark e Estado de New Jersey em geral.

Através da leitura d’*O Concelho da Murtosa*, acede-se aos referidos mecanismos colectivos de glorificação e integração do emigrante, assentes na divulgação da sua generosidade, do seu sucesso e honorabilidade (institucionalmente reconhecidos pelos países de acolhimento, através da obtenção de cargos públicos e graus académicos) e do seu apego afectivo à comunidade de origem, numa retórica emotiva e hiperbólica. Os elementos estranhos à comunidade nunca merecem notícia e são raramente nomeados, pois não se trata de murtoseiros de sangue, embora estes, na realidade, há muito sejam autênticos americanos (ou venezuelanos ou canadianos) por aculturação e, mesmo, por naturalização. A referência a casais mistos, apesar de estes existirem, é evitada, como se de um desvio se tratasse. As fotografias publicadas procuram transmitir a estabilidade material e familiar dos retratados, enquanto os textos denotam uma constante atenção ao

“negócio”, ao “dinheiro”, que se quer próspero e abundante, pois é esse o agente motriz da emigração que, renovando-se em cada geração, se quer depois vazar generosamente no desenvolvimento da “terra”.

PATRIMÓNIO E TURISMO

Como se verificou, a função do barco moliceiro tem-se alterado profundamente nas últimas décadas. De instrumento indispensável para a economia de toda uma região, enquanto carro fluvial dos lavradores-barqueiros, passou a simples atracção turística, um símbolo a preservar consoante a atenção e disponibilidade dos proprietários. Das centenas de moliceiros registados na Capitania de Aveiro no início do século XX, sobrevivem hoje algumas dezenas. A construção praticamente cessou durante as décadas de crise e emigração dos anos setenta e meados de oitenta. Os moliceiros reviveram no final da década de oitenta e mantêm-se até ao presente, agora para fins quase exclusivamente turísticos. Subsistem hoje alguns artesãos e oficinas na região lagunar, representantes de uma arte puramente local e tradicional, a quem as câmaras municipais encomendam regularmente um moliceiro novo, para transportar turistas através da Região de Turismo da “Rota da Luz”¹. Um desses construtores, Mestre Felisberto Amador, de Pardilhó, tantas vezes retratado nos painéis dos próprios moliceiros, responde a um número cada vez maior de encomendas, tanto nacionais como estrangeiras, não só para exploração turística mas também para colecções de privados e museus, contrariando a generalizada perspectiva fatalista que, até há bem pouco tempo, augurava para breve a total extinção do barco moliceiro. Mas a tradição do moliceiro não desapareceu nem desaparecerá: ela apenas se adaptou a uma nova realidade sócio-económica que irá assegurar a sua conservação e até eventual multiplicação. Pelo contrário, se o moliceiro persistisse unicamente na função de obsoleto instrumento de uma estrutura rural já inexistente, ele estaria condenado a uma perda irremediável.

Nos anos setenta e oitenta, verificada a extraordinária invasão do moliço (fenómeno que propicia o assoreamento da laguna e dificulta a navegação), devido ao desaparecimento da arte e da indústria moliceira, as Câmaras Municipais ribeirinhas, depois de terem instaurado uma legislação restrictiva, tiveram que adoptar, desta vez, uma política de incentivo. Promoveram então uma campanha de limpeza do leito da

¹ Criada em Julho de 1985, a Região de Turismo da Rota da Luz é formada pelos seguintes municípios e abrange a totalidade das suas áreas territoriais: Águeda, Albergaria-a-Velha, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos e Vale de Cambra.

Ria, fomentando e estimulando a apanha do moliço. Em 1985, por cada maré de moliço vendida ao agricultor a 5000\$00, 1500\$00 eram pagos pela extinta Junta Autónoma do Porto de Aveiro e 500\$00 pelas Câmaras. O subsídio actuou como um estímulo capaz de enviar de novo dez a quinze barcos moliceiros para a sua faina tradicional, aumentando também o número de cédulas de moliceiros na Capitania. No entanto, esta medida em nada alterou a situação geral do barco, visto que também foram utilizadas no trabalho muitas outras embarcações mais pequenas, como as bateiras. Para enfrentar o problema, foi necessário transformar a embarcação em símbolo da cultura local, aproveitando o interesse turístico que começava a despertar.

António Garete, lavrador-moliceiro de Quintas do Norte, recorda-se de só no Cais do Bico, na Murtosa, existirem mais de cem moliceiros e de, no mercado de moliço da Quintã, haver uns seis lavradores a comprar moliço. Assistiu ao êxodo da maioria dos barqueiros, lembra-se dos anos em que praticamente não havia moliceiros em actividade e, hoje, é com orgulho que vê o regresso de muitos dos seus conterrâneos: “A ria de Aveiro”, conta António Garete, “já estive aqui há oito ou nove anos só com quatro moliceiros. Era um na Torreira, dois no Cais do Bico da Murtosa e o meu todo podre aqui nas Quintas de Norte. Como os barcos eram poucos, o moliço apodrecia e encostava às bordas da ria, ao junco, e aí nós apanhávamo-lo. Nessas alturas, as terras ficavam quase todas a monte, emigrou tudo. Eu próprio desisti porque não compensava. Não havia encomendas”. Com o subsídio camarário, apareceram novamente barqueiros a interessar-se pela actividade, embora mantendo simultaneamente o cultivo das suas terras. “Começou a aparecer mais gente”, continua. “Fizeram novas bateiritas pequenas, mandaram fazer barcos novos, repararam os velhos. Agora deve haver aí uma trintada, quase todos comprados velhos e consertados”. António Garete, tal como outros lavradores-moliceiros, queixa-se de que as embarcações novas são caras e apodrecem depressa: “São pinheiros novos todos sangrados. Eles aproveitam as madeiras fracas. Nós preferimos consertá-los porque há sempre um homem ou outro que faz essa mão de obra. O meu barco, por exemplo, está todo novo, consertado aqui na borda de água”².

Em meados da década de oitenta, a imprensa publica os primeiros artigos sobre a necessidade de recuperar o barco moliceiro, caracterizado ainda como instrumento eventualmente rentável de uma indústria na verdade extinta, mas também já referido enquanto valor cultural ameaçado: “Todos estes barcos estão, infelizmente, a

² Notas de entrevista em 1990. Consultar também os depoimento recolhido em FERREIRA, Nuno, “O regresso dos moliceiros”, *Jornal Expresso – Magazine*, 6 de Fevereiro de 1988, pp. 60-3.

desaparecer, e já só há, na Murtosa, dois pequenos estaleiros em funcionamento. O desaparecimento progressivo dos barcos moliceiros é particularmente grave, não só porque se perde uma das mais bonitas embarcações portuguesas, como termina a faina do moliço, fundamental para desassorear a Ria e adubar os campos. Por isso, já algumas Câmaras Municipais, nomeadamente a da Murtosa, se têm preocupado em reactivar a actividade moliceira, concedendo estímulos a quem fala navegar de novo estes ex-libris da ria”³.

A construção de novas embarcações tornou-se gradualmente numa realidade e, em doze de Julho de 1997, ocorreu o “bota-abaixo” do moliceiro *O Lameirense*, no cais das Bulhas em Pardilhó, numa cerimónia quase perdida nas zonas ribeirinhas. O seu construtor, António Esteves, no ofício desde os nove anos, afirmava que, nos últimos quatro anos, havia construído idêntico número de barcos moliceiros. Em Agosto de 1998, foram lançados à água o *Tonecas* e o *Continuo a Ser o Rei*. Neste ano de 1998, o executivo municipal de Aveiro propôs-se construir 25 barcos moliceiros ao longo do seu mandato, ao ritmo de três por ano, num programa de revitalização das embarcações tradicionais da Ria⁴. No entanto, em 2003, a autarquia não efectuou qualquer encomenda, devido à conjuntura de crise económica vivida por todo o país. O autarca Alberto Souto negou ter desistido do projecto mas afirmou haver sido obrigado a abrandar o ritmo das encomendas, até ocorrer uma eventual retoma económica⁵.

A Câmara Municipal de Aveiro encomenda os moliceiros e cede-os através de contrato a colectividades, escolas e associações que ensinam a arte de navegar e estão

³ FERNANDES, José Manuel, “A alegre decoração dos moliceiros”, Suplemento “ExpressoRegiões: Aveiro – A Indústria e a Ria”, Jornal *Expresso*, 20 de Julho de 1985, p. IV.

⁴ A recuperação das embarcações características da Ria de Aveiro não se limita somente ao barco moliceiro: “A Cooperativa de Sal de Aveiro vai recuperar um barco saleiro (...). A notícia aparece na última edição do semanário *O Litoral*, publicado em Aveiro, contrariando o fim anunciado da salicultura. A Cooperativa de Produtores e Transformadores de Sais Marinhos de Aveiro adquiriu há cerca de um ano um antigo barco saleiro, que se encontra actualmente em reparação no estaleiro artesanal da Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro (Murtosa). A Câmara de Aveiro suporta uma parte dos custos dos trabalhos que rondam 3500 contos, já que a Cooperativa foi obrigada a despende já cerca de 500 contos na compra do saleiro (...). Pode levar cargas até 12 toneladas. Não se pense que este saleiro é para fins museológicos. Vai ser usado para transportar o sal das marinhas ainda a produzir no salgado aveirense. O declínio da actividade reduziu a frota de saleiros, existindo hoje apenas quatro aptos a navegar” (www.correiodovouga.pt, Semanário da Diocese de Aveiro, 18 de Março de 2000). Por seu turno, e à sua escala, a Associação Desportiva e Recreativa de Quintas do Norte construiu e pintou integralmente nas suas instalações um pequeno moliceiro com cerca de dez metros, baptizado naturalmente A.D.R. *Quintas*.

⁵ “Aveiro: Crise afecta construção de moliceiros”, *Jornal da Bairrada*, 14 de Março de 2003. A edição electrónica do *Jornal da Bairrada* de 2 de Agosto de 2003 acrescenta à crise económica a dificuldade no licenciamento das novas embarcações. Informa também que a empresa de inserção dedicada à construção de embarcações tradicionais “Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro” (AMIRIA) foi obrigada a dispensar seis trabalhadores em final de contrato, devido à falta de encomendas.

incumbidas de utilizar e manter a embarcação (como o Sport Club Beira Mar, a Associação Académica da Universidade de Aveiro ou a Confraria Gastronómica de S. Gonçalo). A autarquia tem como objectivo não só preservar o moliceiro, mas também reanimar a construção naval artesanal, valorizar a decoração e a pintura de painéis e devolver à embarcação a sua matriz original. Segundo os termos dos protocolos, as entidades ficam obrigadas a participar com as embarcações nas regatas e nos concursos de painéis que decorrem durante as diversas festas da Ria, a atracar de modo permanente a embarcação no canal central, a formar uma tripulação devidamente habilitada para manobrar o barco e a preservá-lo em boas condições de funcionalidade, bem como a proceder à pintura da embarcação e seus painéis. Os três barcos adquiridos pela Câmara de Aveiro em 2000 estavam orçados em 5.550.000\$00 e foram construídos nos estaleiros da “Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro” e dos Mestres Manuel Felisberto Amador e António Esteves, em Pardilhó.

Os estaleiros da “Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro” (AMIRIA), fundada em Março de 1990 e sediada na Ribeira de Pardelhas, acabaram de construir, em Dezembro de 1999, um moliceiro encomendado pela Câmara Municipal de Aveiro, iniciando de imediato a construção de um outro exemplar, para a Associação dos Municípios da Ria. Na oficina da AMIRIA foram pintados *O Tonecas*, *O Vareiro*, *o Amigos da Ria* e *o António Garete*, e aqui se restauram igualmente muitos moliceiros danificados. Nestes casos, algo do primitivo barco terá de ser aproveitado (madeiras, cavername, proa), por muito pouco que seja, para que a acção seja considerada efectivamente como um restauro e a matrícula conservada pois, caso contrário, tratar-se-ia de um novo moliceiro, com respectiva matrícula e registo. Neste estaleiro-escola também se ensina a manutenção e a tripulação dos barcos moliceiros, nomeadamente a arte da vela, da sirga e da vara, essenciais para a sua manobra⁶.

⁶ “O Clube de Vela da Costa Nova (CVCN) vai começar a leccionar, a partir de Março, cursos de navegação em barcos moliceiros. Durante os meses da Primavera e do Verão, centenas de alunos das escolas de Aveiro e Ílhavo vão poder ter o primeiro contacto com uma embarcação que já dominou as águas da ria de Aveiro e que agora navega velozmente para uma reforma sem brilho. Entre outras coisas, os jovens vão aprender a distinguir um cagarete de um lambaz ou um xarolo de um engajo. E vão ter uma oportunidade, praticamente única, de andar à sirga ou à bolina a bordo de um barco que, em tempos que não voltam mais, esteve no centro da economia de toda uma região banhada pela ria de Aveiro. ‘Temos intenção de ministrar aulas histórico-culturais sobre a navegação dos moliceiros, para que não se perca a tradição da laguna’, resume Senos da Fonseca, presidente do clube de Vela. A iniciativa do CVNC (que garante também um treino básico de navegação para adultos) insere-se num conjunto mais vasto de medidas destinadas a evitar o desaparecimento dos moliceiros” (“Novo impulso na construção de barcos moliceiros na ria de Aveiro: De proa virada ao fundo”, *Jornal Público*, 16 de Janeiro de 2000, p. 42).

Desde a legislação de 1995 sobre actividades marítimo-turísticas, com grandes preocupações sobre segurança, é difícil legalizar um moliceiro para outra actividade que não seja a da apanha do moliço. Esta legislação gerou situações paradoxais, tendo em conta a necessidade de explorar com a maior brevidade possível o potencial económico da Ria, enquanto património natural e cultural com procura turística:

Na Murtosa, foi lançado à água um moliceiro destinado a passear turistas, mas que para já não vai fazê-lo, porque a construção naval tradicional não se coaduna com as medidas de estabilidade impostas na lei. O barco foi encomendado pela Associação de Municípios da Ria, com o objectivo de passear pelos 11 concelhos que a integram, tendo sido construído na oficina-escola da Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro. O lançamento à água ocorreu no cais da Ribeira da Murtosa, em ambiente de festa, animado por lampreia, caldeirada e outras iguarias com que se estreou a confraria gastronómica ‘O Moliceiro’, ali sediada. O único senão na estreia foi não se poder passear pela Ria, porque o barco só pode andar ao moliço. Manuel Augusto Oliveira, presidente da Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro, que tem feito ressuscitar a construção tradicional e está a criar uma empresa de inserção, explicou à Lusa os pormenores da insólita dificuldade. Desde há séculos que os moliceiros têm cerca de 86 centímetros de pontal, desde o bordo ao chão, e nunca houve problemas enquanto foi a capitania a licenciá-los para a apanha do moliço. (...) O turismo, mais precisamente o transporte de pessoas em passeios pela Ria, foi a vocação descoberta para atalhar a agonia dos moliceiros, que agora enfrentam novas dificuldades. O Instituto Marítimo-Portuário, a quem cabe o licenciamento, equipara o moliceiro, que tem, de comprimento 15 metros, aos iates transatlânticos e por isso exige outras medidas de pontal, que a serem observadas, descaracterizam o barco. Segundo Manuel Oliveira não há razões para dificultar o licenciamento, até porque o genuíno moliceiro está dotado de duas peças desmontáveis, as falcas, que aumentam em termos reais o pontal, dispensando por isso os cálculos de estabilidade exigidos pela legislação mais recente.⁷

São três dezenas e meia de barcos moliceiros que no próximo sábado participam na regata entre a Murtosa e Aveiro. Menos que no ano passado, porque sete das embarcações existentes na ria encontram-se à espera de licenciamento. (...) De 20 embarcações existentes há seis anos, navegam agora na ria 40, embora sete estejam ainda por legalizar. Um processo complicado que tem de ser feito através do Instituto Marítimo Portuário e os sete moliceiros não podem participar este ano na regata. “Estão a seco à espera que o Instituto Marítimo Portuário venha proceder à sua análise para dar andamento ao processo de licenciamento” [segundo um responsável da AMIRIA]. Processo que passa pela análise dos planos de construção do barco tendo em conta a sua estabilidade, primeiro a seco e depois através de várias provas já com o barco a navegar.⁸

Até ao momento, existem tão só registos de moliceiros como auxiliares locais de apanha do moliço ou, provisoriamente, como auxiliares locais de actividade marítimo-turística, já que necessitam de adaptação para obedecer às normas de segurança⁹. O

⁷ www.noticiasdeaveiro.pt, Noticiário Regional, 15 de Fevereiro de 2000.

⁸ “Regata de moliceiros anima ria. Algumas embarcações esperam por licenciamento”, *O Primeiro de Janeiro*, 31 de Julho de 2002, p. 10.

⁹ “Todas as embarcações registadas para a Apanha de Moliço (M) e Serviços Agrícolas (H) deverão, até 31 de Março de 1998, dirigir-se à Capitania para efectuar a mudança de classificação para embarcações Auxiliares Locais (AL), de acordo com o disposto no artigo 24º do Decreto-Lei nº 265/72 de 31 de Julho.

regime de excepção é atribuído mediante o respeito de várias condições, entre as quais a fixação das “falças”, tradicionalmente pranchas soltas que tinham como finalidade aumentar o pontal do barco.

Em 2000, quando já não era raro encontrar artigos, reportagens e documentários sobre os barcos moliceiros e a Ria de Aveiro na comunicação social, um texto no *Jornal de Notícias* sintetiza exemplarmente nas suas primeiras linhas as razões deste processo de recuperação: “Moliceiros voltam a estar na moda: depois de quase terem desaparecido da ria, acompanhando, no declínio, a faina do moliço, ressuscitam agora para o turismo (...) Uma atenção cada vez maior, relativamente às coisas do património construído, e o interesse crescente da embarcação para fins turísticos, justificam o aumento das encomendas”¹⁰. Não se tratará de uma “ressurreição” mas antes de uma “metamorfose”, pois as condições de vida anterior não foram recuperadas nem o moliço, que deu nome à embarcação, tem qualquer papel nesta nova conjuntura. O moliceiro ressurge como objecto cultural disfrutável pelos turistas, independentemente da sua função original, que poderia ter sido outra qualquer. Recupera-se preferencialmente o moliceiro pelas suas linhas elegantes e pinturas singulares, como se poderia ter recuperado o mercantel ou a bateira, se o seu valor estético o justificasse. A metamorfose do moliceiro dá-se a nível funcional, de significado, enquanto elemento de toda uma estrutura sócio-económica, mantendo-se a sua forma, o significante, o objecto em si. Os termos “moda” ou “atenção às coisas do património” (como se se tratasse de uma força exterior imposta a contragosto) advirão de uma leitura mais ou menos crítica das iniciativas locais que têm conduzido à multiplicação das embarcações tradicionais da Ria de Aveiro. Independentemente das causas e das razões, os resultados não poderão ser contestados se se traduzirem na recuperação condigna, esteticamente conseguida e acrescida de uma funcionalidade rentável, de um património único em Portugal, até há pouco quase extinto¹¹.

Deste modo, verifica-se que não basta recuperar as embarcações tradicionais, é necessário conferir-lhes novos usos que compensem os investimentos efectuados nessa

As infracções a este Edital serão punidas nos termos do Decreto-Lei 19/84 de 14 de Janeiro” (Edital nº 16/97, Capitania do Porto de Aveiro, 10 de Dezembro de 1997).

¹⁰ “Moliceiros voltam a estar na moda”, *Jornal de Notícias*, 29 de Fevereiro de 2000, p. 27. Ver também: “Moliceiros vão Ressuscitar: Associação dos Amigos da Ria cria escola de carpintaria artesanal”, *Público*, 25 de Julho de 1999, p. 60.

¹¹ Cf.: “O fenómeno de patrimonialização associado ao turismo global veio permitir a recuperação de uma diversidade produtiva que engloba artesanato, gastronomia e práticas culturais, que estavam em vias de desaparecer” (SILVANO, Filomena, “Denúncias que obrigam a pensar em mudar o mundo”, *Público*, suplemento “Mil Folhas”, 5 de Outubro de 2002, p. 6).

mesma recuperação. Ao criarem-se novas finalidades, preserva-se um património cultural e simultaneamente rentabiliza-se um saber fazer (na construção naval e na arte de navegar), criam-se empregos e atraem-se jovens para novas ocupações. Dado que o futuro das embarcações tradicionais dificilmente estará ligado às funções passadas, a sua preservação tem de gerar oportunidades económicas. Simultaneamente, é necessário criar outras oportunidades para os indivíduos afectados porque, ligada à extinção de um produto ou serviço tradicional, há sempre uma comunidade social fragilizada, que dificilmente enfrentará a reconversão ditada pela nova economia¹².

Existe uma estreita ligação do artista, como personagem central, à construção histórica das terras e das gentes onde e com quem vive, notando-se um respeito, com algo de reverência, pela mistura de técnica e sabedoria que aureola os velhos artesãos. Estes estabelecem uma relação intensa com os objectos que produzem, resultante, por um lado, de características de um trabalho extremamente manualizado, em pequenas unidades de produção e, por outro lado, de características menos objectiváveis, como os esforços de adequação dos produtos finais aos propósitos idealizados. A ausência de um lugar social que confira às novas formas de produção em moldes artesanais âmbitos definidos de acção económica e cultural isola os agentes no espaço social, facto que, no limite, faz recair sobre si próprios a incapacidade de se afirmarem, protegerem e reproduzirem enquanto grupo. Até há poucas décadas, o processo de recrutamento e aprendizagem destas artes estava intrinsecamente ligado ao sistema comunitário, no qual a família era a unidade básica. As transformações na região por múltiplos factores endógenos e exógenos (a emigração, o retorno, a crise económica, as alterações político-sociais) afectaram todo o sistema e, com ele, a família, que perdeu muitas das suas funções, nomeadamente a da predestinação e formação profissional. Por isso, o seu influxo vocacional directo é hoje limitado. O futuro do recrutamento não residirá nos

¹² A crise do bacalhau, da pesca longínqua e da pesca costeira e o declínio de muitas actividades tradicionais da Ria tiveram sérios efeitos sobre as populações ribeirinhas. A diversificação de uma estrutura económica assente nas pequenas e médias empresas, associada a uma agricultura de subsistência e às remessas da emigração, minoraram os efeitos negativos que o declínio das actividades lagunares e marítimas tiveram na região. A Murtosa, em especial, é uma das zonas em que a crise sócio-profissional mais se fez sentir. Por um lado, é possuidora de um tecido empresarial fraco, por outro, uma forte emigração da mão de obra mais qualificada fizeram com que esta região conhecesse os mais baixos índices de desenvolvimento concelhios, de um dos distritos mais desenvolvidos do país. As soluções vão sendo criadas pela própria população e pelas autoridades locais, através do estímulo ao desenvolvimento de actividades económicas diversificadas, com a consequente criação de emprego e riqueza. A AMIRIA utiliza os costumes antigos, o saber popular e os utensílios e embarcações tradicionais, direccionados para novas funções, como o turismo e as indústrias da cultura e do lazer. A região da Murtosa, cuja população está fortemente relacionada com as actividades da Ria, revela índices de empregabilidade preocupantes, pelo que o ressurgimento de “antigas profissões” poderá conduzir a “novas profissões”, pela valorização das tradições a que assistimos actualmente.

filhos dos artistas em actividade, só pelo facto de terem tais ascendentes. A aprendizagem será um processo a realizar num âmbito diverso e mais vasto do que o restrito círculo familiar, com as devidas condições pedagógicas e vocacionais.

A tradição apresenta uma utilidade social, através das novas perspectivas oferecidas a indivíduos e comunidades com carências diversas. Uma técnica que se recupera ou perde pode fazer nascer ou morrer um bairro ou uma comunidade. No caso do moliceiro e da Ria de Aveiro, existe um protocolo de cooperação entre a AMIRIA e o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, no âmbito do mercado social de emprego, com reintegração sócio-profissional de desempregados e actividades não incluídas no actual panorama social e político, para além do apoio à contratação, ao auto-emprego e à criação de micro-empresas, escolas-oficina e empresas de inserção, que formam carpinteiros navais, mestres, ferreiros e calafates, para as artes tradicionais da pesca. Estas desenvolvem projectos anuais de animação sócio-cultural, dinamização local e combate ao desemprego, em que o Instituto do Emprego e da Formação Profissional cobre as despesas de formação, comparticipa na amortização dos equipamentos, co-financia as matérias primas e atribui uma bolsa mensal aos formandos para alimentação e transportes. Ao fim desses doze meses, os formandos recebem um certificado de habilitações. A AMIRIA desenvolve projectos de dois anos, não tanto formativos mas já de consolidação e especialização, para reforço e desenvolvimento de competências. Em 2001, tinha seis formandos, para além de trabalhadores permanentes, contando com apoios técnicos à gestão do projecto, ao investimento em máquinas, ao funcionamento (comparticipação de 80% nos salários dos trabalhadores e segurança social) e prémios de integração (colocação de trabalhadores permanentes na instituição). Tudo isto implica a existência de um mercado, de viabilidade económico-social, empregabilidade e sustentabilidade da empresa e de medidas transversais de apoio à consolidação da actividade. Pretendem também obter a certificação das técnicas, profissões e estaleiros sobreviventes (na Ria, na arte de xávega e na pesca da ameijoia), o licenciamento e regulamentação das embarcações tradicionais e o apoio à criação de outros centros de construção e restauro dessas embarcações¹³.

¹³ A AMIRIA organizou igualmente, em colaboração com a Câmara Municipal de Aveiro, o primeiro congresso nacional de embarcações tradicionais, realizado nos dias 31 de Maio e 1 de Junho de 2001, na cidade de Aveiro. São estes alguns pontos do plano de actividades da AMIRIA para 2001: implementar o estaleiro tradicional da Ria – empresa de inserção; intervir ambientalmente em toda a área lagunar; construir o eco-moliceiro, para fins de informação e propaganda ambiental; continuar a apoiar a confraria gastronómica *O Moliceiro*; dinamizar a escola de desportistas náuticos; fabricar aparelhos em madeira e metal utilizados nos jogos tradicionais portugueses; organizar passeios culturais pela Ria de Aveiro;

À arte popular é cada vez mais exigida uma atenção constante ao mercado e sua procura, aos produtos concorrenciais e suas características, situação válida tanto para a produção utilitária como para a produção não-utilitária. José Maria Cabral Ferreira comenta a chamada necessidade de *refuncionalização* do produto artesanal: “A nós parece-nos que é decisiva, neste processo, a forma como forem orientadas as alterações das funções do produto, sobretudo quando se trata da passagem de uma produção utilitária para uma produção decorativa. Aqui o perigo é grande de que a actividade artesanal perca o seu carácter próprio, tão ligado à personalidade do artista, a qual está, por sua vez integrada e ligada a um espaço, uma forma de vida, uma interpretação das coisas, uma visão do mundo, tudo isso consubstanciado em gestos, ritos e instrumentos de uma comunidade”¹⁴.

Estes objectos e instrumentos eram fruto da produção artesanal solicitada pelas necessidades. O perigo que ocorre no seu processo de refuncionalização reside no facto de que muitas vezes já não é a necessidade natural, conjugada com a personalidade do artista, quem dirige o trabalho. Este é comandado à distância pela procura de uma massa heterogénea que, em termos gerais, busca produtos com uma nota vagamente simbólica do Portugal tradicional. Sem advogar a demanda dos “elementos fundamentais da cultura portuguesa”¹⁵ na “alma” dos objectos concebidos pelo povo, o produto artesanal é passível de se converter, contudo, numa mercadoria que, em muitos casos, deixa de ser a expressão de uma personalidade, de uma gente e de uma terra. O mercado anónimo e a necessidade de ganhar a vida podem moldar e transformar os artesãos, enquanto estes moldam e transformam as suas próprias peças. Nos barcos moliceiros, por exemplo, nas duas últimas décadas, houve uma clara inflação no número de painéis jocosos de cariz erótico, apelativos pela sua singularidade e graça fácil mas, até então, tradicionalmente minoritários, e que muito agradam ao turista. Cada vez mais explícitos

estreitar as relações com as escolas da Murtosa e da Ria; arrancar com a empresa marítimo-turística; continuar a investigação do moliço em parceria com a Universidade de Aveiro; manter os esforços em relação ao observatório da natureza; realizar cursos para desportistas náuticos. A Escola-Oficina tenta igualmente reunir o acervo documental (planos, desenhos, esquemas, receitas) existente sobre a construção de embarcações tradicionais, que até hoje permanece um saber oral disperso (<http://www.net-moliceiro.inovanet.pt>, homepage da AMIRIA).

¹⁴ FERREIRA, José Maria Cabral, *Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983, p. 113.

¹⁵ Ver DIAS, Jorge, *Ensaio Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1961, pp. 97-119.

e elaborados, atraem fotógrafos profissionais e amadores que, por sua vez, os divulgam junto de outros potenciais visitantes, todos eles fontes de lucro para a região¹⁶.

A procura de autenticidade pode gerar uma “autenticidade encenada”¹⁷, em que os artefactos culturais, comportamentos e actuações tentam ser produzidos e aceites como autênticos ou, pelo menos, como razoavelmente semelhantes à situação pré-turística. De acordo com Eric Hobsbawm, as sociedades ocidentais, após a revolução industrial, tenderam a inventar tradições, a fim de criar uma continuidade com o passado e com a identidade da comunidade¹⁸. A noção de “tradicional” encontra-se frequentemente associada à de “autenticidade”, o que nem sempre está correcto, pois a manutenção da autenticidade é um fenómeno directamente ligado ao processo de continuidade e alteração. Mas, por vezes, essa autenticidade encenada (em representações de teatro popular, música, dança, tecelagem, olaria, cestaria ou pintura de objectos do quotidiano, como os barcos moliceiros) pode levar ao renascimento cultural das tradições, à renovação da identidade local e mesmo à invenção de novas tradições e identidades. Juntamente com a emigração, o turismo é a actividade mais passível de produzir situações de mudança cultural, afectando esferas tão diversas como os gostos, os estilos, a economia, a política, os rituais festivos ou os papéis instituídos dos actores sociais.

Diversos operadores turísticos apareceram nos últimos anos a organizar passeios na Ria de Aveiro, encontrando na embarcação um meio de atrair clientela. As viagens em moliceiro despertaram o interesse dos investidores e, em 1999, destacavam-se já três operadoras na actividade marítimo-turística: a Turaveiro, a Ecoria (ambas de Aveiro) e a Bestida Tour (da Murtosa). A Bestida Tour encomendou mesmo a construção integral de um novo moliceiro, o *Boas Ondas*, cujo “bota-abaixo” se realizou em Maio de 1999 no cais da Bestida, restaurado após décadas ao abandono. Era ali que se fazia a travessia

¹⁶ “Cerca de meia hora antes de soar o sinal de partida, era grande a azáfama no cais da Torreira. Enquanto os tripulantes ansiosos se ocupavam com últimos preparativos para a viagem, os turistas, de máquina fotográfica ao pescoço, distraíam-se com os painéis das proas. Entre as conversas dos que recordavam ou explicavam aos mais pequenos para que servia o moliceiro, conseguiam ouvir-se os risos dos que liam pela primeira vez algumas das frases mais atrevidas inscritas na proa arredondada e ilustradas com raparigas de trajes reduzidos e proporções exageradas. ‘Não me fassas mal á bixana’ (sic), ‘A menina quer esprementar?’, ‘Deixa-me montar’, ‘Ai que rica solha p’ra minha cana’, eram apenas alguns dos exemplos que pareciam atrair mais atenções do que outras mensagens mais ‘sérias’ como: ‘Arriscamos a vida’ ou ‘Transmitimos ao mundo queremos paz e não guerra’” (“Regata na ria de Aveiro: Moliceiros evocam outros tempos”, *Público*, 17 de Agosto de 1998, p. 43). Ver também o título: “Brejeirices mantêm vivo humor na Ria de Aveiro”, *Correio da Manhã*, 6 de Maio de 2001, p. 14.

¹⁷ MACCANNELL, Dean, *The Tourist*, New York, Schocken Books, 1989.

¹⁸ ERIC, Hobsbawm; TERENCE, Ranger, eds., *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988, p. 9.

para a Torreira, do outro lado da Ria, até à inauguração da ponte da Varela, em 1964. A Turaveiro informou posteriormente que, entre Maio e Agosto de 2000, onze mil turistas passearam na Ria de Aveiro, acrescentando que, até ao final do Verão, seriam atingidos os doze mil visitantes registados em 1999¹⁹.

A tradição das Festas da Ria, realizadas anualmente entre Julho e Agosto, época alta de turismo e de visita dos emigrantes, foi igualmente retomada em 1988²⁰. Um dos grandes incentivos à manutenção dos moliceiros é a realização da regata entre a Torreira e Aveiro, durante as Festas da Ria, e da regata do São Paio da Torreira, durante a romaria de Setembro, ocasiões que desde sempre constituíram pretexto para as embarcações se engalanarem. Em 1998, a regata foi transmitida em directo para o recinto da Expo, aquando das comemorações do “Dia da Ria”, ocasião escolhida também para o anúncio da aquisição de duas dezenas de moliceiros, por parte da Câmara Municipal de Aveiro. Actualmente, a autarquia aveirense atribui um subsídio de cerca de setenta mil escudos para a renovação da pintura dos moliceiros, particularmente na zona dos painéis. A atenção prestada pela imprensa local a estas iniciativas permite avaliar a evolução do número de participantes nas regatas, assim como o cuidado crescente (e cada vez mais bem recompensado) com o restauro e decoração das embarcações:

Tradição: Regata de Moliceiros entre a Torreira e Aveiro.

No âmbito do Programa da Festa da Ria/99 vai-se realizar no próximo Sábado, dia 7, pelas 13.45 horas, a tradicional Regata de Moliceiros. Organizada pela Câmara Municipal de Aveiro, Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro e Região de Turismo da Rota da Luz, trata-se de uma iniciativa de rara beleza que irá proporcionar um espectáculo único com os barcos moliceiros a percorrer os canais da ria da Torreira até Aveiro. Este ano, a organização da Regata dos Moliceiros conta com a participação de 23 barcos vindos de Ovar, Murtosa e Estarreja. A concentração das embarcações está marcada para as 13.45, na Torreira, junto ao cais novo, de onde será dada a partida. Recordando os tempos de outrora, o primeiro arranque dos moliceiros será feito à vara e só então cruzarão a Ria de velas desfraldadas. O destino das

¹⁹ “Onze mil passearam na ria nos últimos quatro meses”, *Jornal de Notícias*, 29 de Agosto de 2000, p. 28. Acrescente-se porém que, visto o epíteto de “Veneza portuguesa” não passar de uma hipérbole bem intencionada, as viagens nocturnas pelos canais de Aveiro, uma hora de passeio por mil escudos, não obtiveram qualquer sucesso. Por seu turno, a Confraria Gastronómica “O Moliceiro” inaugurou, no Verão de 2003, os “passeios gastronómicos na Ria”, a bordo de um moliceiro, com almoços típicos de enguia e lampreia e animação cultural.

²⁰ Nesse ano, apresentaram-se à regata e ao concurso de painéis 17 barcos moliceiros e os prémios foram: alinhamento, 17.500\$00; pintura nova, 12.500\$00; regata, do 1º ao 3º, entre 7.500\$00 e 2.500\$00; painéis, do 1º ao 5º, entre 17.500\$00 e 7.500\$00, podendo os prémios ser acumulados. Também foram distribuídos troféus e medalhas. Os factores a ter em conta na selecção dos painéis são a sua beleza, originalidade, humor das legendas, adequação e estado de conservação (LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, pp. 190-2). Também as Festas da Nossa Senhora da Paz, em Quintas do Norte, no penúltimo Domingo de Agosto, que começaram em 1975, adquiriram novo interesse desde 1993, devido à corrida de moliceiros.

embarcações será o Rossio, em Aveiro, onde a chegada está prevista para as 16 horas. Entretanto, no Rossio estará patente uma exposição de painéis de barcos moliceiros organizada pela Escola Oficina da Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro, e onde estarão alunos a pintar ao vivo. De referir que a Regata dos Moliceiros integra também um concurso de painéis, destinado a premiar as melhores pinturas nos barcos que participam na tradicional corrida.²¹

S. Paio da Torreira: Moliceiros na Ria.

Hoje, o número de romeiros que se deslocam de barco é muito reduzido e as deslocações fazem-se sobretudo de carro, roubando um certo tipicismo à nossa Ria de Aveiro. Nesta regata participaram 28 embarcações, tendo saído vencedor o moliceiro *António Garete* que recebeu os 30 mil escudos atribuídos ao primeiro lugar. Em segundo classificou-se o *Tavares de Oliveira*, premiado com 25 mil escudos, e em terceiro ficou *José Rito* que recebeu 20 mil. A todos os 28 participantes foi atribuída a verba de 20 mil escudos de participação nesta regata.²²

44 barcos moliceiros participaram na regata.

Mais de quatro dezenas de barcos moliceiros participaram, no passado sábado, na tradicional regata entre a Torreira e Aveiro, numa iniciativa da Câmara Municipal de Aveiro integrada no programa das Festas da Ria. Este ano, a regata contou com um número recorde de participantes, com barcos moliceiros oriundos dos mais variados pontos da ria, designadamente de terras dos concelhos de Ovar, Murtosa, Estarreja, Aveiro e Ílhavo, fazendo desta prova uma verdadeira festa do barco moliceiro e da ria. (...) Em simultâneo com a regata, decorreu mais um concurso de painéis de barcos moliceiros, concurso que visa, no dizer de Jaime Borges, vereador da cultura da Câmara Municipal de Aveiro, ‘incentivar os construtores e os proprietários dos barcos a pintarem os barcos, se possível todos os anos, e a criarem uma nova imagem dos chamados ‘quadros flutuantes’. Este concurso é também um apoio à cultura popular, porque estas tradições não podem morrer’.²³

Actualmente, a verdadeira importância destes eventos reside não tanto na estratégia de conservação das marcas do passado, mas sobretudo no estímulo dado, por seu intermédio, à criação cultural autónoma e à recuperação da dimensão mais genuína do festival, o da celebração colectiva, em que todos são tendencialmente protagonistas. Durante as festas, regatas e romarias, os papéis confundem-se e é cada vez mais difícil distinguir os turistas dos locais, pois estes podem comportar-se como turistas no seu próprio espaço. Muitas das pessoas que deambulam pelas margens tomaram directa ou indirectamente parte na construção e/ou restauro dos barcos que participam nas festas. Não há apenas espectadores estrangeiros ou moliceiros que se oferecem como espectáculo, a multidão reparte-se igualmente pelos cais e pelos barcos, fotografando indistintamente a partir da Ria e a partir de terra, num duplo processo de exploração turística do espaço. O cruzamento de códigos e práticas culturais com exigências estéticas e meios de expressão diferenciados, ainda que realizado no âmbito de

²¹ www.noticiasdeaveiro.pt, Noticiário Regional, 13 de Agosto de 1999.

²² www.correiodovouga.pt, Semanário da Diocese de Aveiro, 14 de Setembro de 2000.

²³ www.correiodovouga.pt, Semanário da Diocese de Aveiro, 26 de Julho de 2001.

manifestações essencialmente efémeras, dilui as fronteiras que separam artes “maiores” e artes “menores”, numa dessacralização dos critérios convencionais da legitimação estética.

Uma política de cultura regional deve pois orientar-se segundo três linhas de acção: conhecer, conservar e preservar o património cultural da região, divulgar o conhecimento e uso desse património e promover possibilidades de nova criação. Mas não é apenas em redor do barco moliceiro e de outras embarcações tradicionais que se organiza o turismo da zona lagunar. A Ria de Aveiro e a costa adjacente têm também uma longa tradição balnear remetendo para essa verdadeira descoberta romântica e elitária do lazer e da cultura dos “banhos de mar”.

Ramalho Ortigão, em *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, de 1876, na secção “As praias obscuras” inclui “o Furadouro e a Costa Nova, frequentadas por algumas famílias de Aveiro e seus subúrbios”²⁴. Em 1902, Jaime Afreixo escreve sobre a feição balnear da Torreira, já decadente devido à concorrência de Espinho:

Era também a Torreira a estância balnear mais considerada e apetecida entre a Figueira e o Porto, até há coisa de uma duzia de annos. Por este motivo erigiram-se ali grandes edificações – palacetes para habitação particular e hoteis, com quanto o local se achasse isolado na duna da costa pela ria d’Aveiro e do ponto marginal da ria que lhe fica fronteira – a Béstida – ainda haja 7 kilometros de estrada a percorrer até à estação ferro-viária mais próxima, que é a de Estarreja. Espinho tirou-lhe, porém, esta primasia e cada vez accentúa mais a sua depressão sobre ella, de fórma que a Torreira permanece e permanecerá como praia de pescadores, unicamente, em quanto existir.²⁵

A 18 de Setembro de 1932, *O Jornal d’Estarreja: Semanário Independente* publica o artigo de F. Marques Rodrigues “Torreira e Furadouro – Aspectos e Impressões”, integrado numa série de textos de inflamada retórica sobre as mais-valias do novo concelho da Murtosa: “A Torreira, a praia ideal, onde a magestosa Ria de Aveiro tem a sua passagem mais encantadora, que já foi a maior e é a mais frequentada da Região, e que se deixou ficar na rectaguarda de todas, pelo abandono a que foi lançada pelos homens da administração pública do Concelho de Estarreja, emquanto

²⁴ ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Frenesi, 2001 [1876], p. 150. Em 1895, a praia do Furadouro, segundo a imprensa vareira, dispunha de um largo e extenso areal, além de um óptimo local para os banhos diários e duas estradas macadamizadas. Possuía também uma boa hospedaria, “com quartos higiénicos e comida abundante e bem confeccionada”. À noite, os veraneantes podiam jogar ou dançar na Assembleia. Informação recolhida por LARANJEIRA, Eduardo Lamy, *O Furadouro – O Povoado, o Homem e o Mar*, Ovar, Câmara Municipal, 1984, p. 59.

²⁵ AFFREIXO, Jayme, “Pescas Nacionaes: A Região de Aveiro”, *A Tradição – Revista Mensal d’Ethnographia Portuguesa Illustrada*, Serpa, vol. IV, 1902, p. 178.

que outras praias mais modernas foram avançando, mercê de melhores administrações, tem de tomar o lugar que lhe pertence”. A secção sobre a praia do Furadouro, cognominada “estancia de delicias”, é ilustrada com as gravuras “Furadouro – Um trecho da rua central”, “Furadouro – Outro aspecto da rua central” e “Tunel da Villa de Ovar ao Furadouro”²⁶.

Em 1935, *O Jornal d’Estarreja* prossegue com “Impressões da Torreira” (25 de Setembro de 1935) os seus artigos de tom poético, encomiástico e saudosista sobre as belezas da terra, instando à sua recuperação e desenvolvimento. Os títulos dos diversos parágrafos e as legendas das ilustrações são expressivos: “A Torreira, estância de repouso e de prazer – A nova praia de banhos da ‘elite’ – A Maravilha da Ria – A Romaria do S. Paio – Passeios fluviaes a Pardilhó e ao Furadouro – Pesca e caldeirada”. “Pelas grandes causas da região: A Torreira em foco”, de António Augusto, de 15 de Outubro de 1935, louva as belezas naturais da localidade e reitera a necessidade de renovação e progresso sistemático e não apenas durante o entusiasmo passageiro da época balnear.

A Zona de Turismo de Aveiro foi criada pelo Decreto-Lei nº 17.479 de 19 de Outubro de 1929. Quando o turismo se tornou uma actividade com peso económico e político, o Estado Novo português esforçou-se por promover a imagem de um país pacífico, tradicional e hospitaleiro, principalmente a partir dos anos quarenta, estratégia facilitada pelo facto de Portugal ser um país fortemente rural, que não conheceu a industrialização. Assim, por razões estruturais, a ruralidade portuguesa tornou-se um bem precioso a valorizar e preservar, consoante objectivos diversos. As manifestações culturais “genuínas” dessa ruralidade foram muitas vezes guiadas pela necessidade de reinventar as tradições, resultando de interesses externos regidos por modelos económicos e políticos discutíveis.

Mas só na década de setenta é que a actividade turística se tornou numa verdadeira indústria²⁷. As preocupações paisagistas e ambientais começaram a ser

²⁶ Imagem reproduzida no CD anexo (CD III, Imagens de Fontes Impressas, Ria de Aveiro, 14 a 16). O número da imagem e o respectivo CD passarão a ser indicados no corpo do texto. Na mesma edição, ocorre uma outra série de artigos de F. Marques Rodrigues, com sugestões de melhoramentos na frente marítima e ribeirinha que façam justiça às belezas da Torreira, tal como foram descritas por Raúl Brandão em *Os Pescadores*. Afirma que “A Ria é desconhecida ainda dos amantes de belezas naturais” e advoga a “libertação” (pressupõe-se que do concelho de Estarreja) como etapa primeira do seu desenvolvimento, comparando tal processo à libertação da América em relação à Inglaterra e com a Índia “sob as garras do mesmo abutre”. Aconselha a venda de terrenos camarários para agricultura e a correcta urbanização, com concentração das zonas de lazer no centro da vila.

²⁷ Um primeiro ensaio de exploração turística “a título experimental” da Ria de Aveiro data de 1963: “Circuito da Ria – O Senhor Presidente propoz à Comissão o estabelecimento, a partir da próxima

valorizadas somente a partir dos anos oitenta, quando as paisagens humanizadas passaram a ser consideradas como ecossistemas produtivos ao serviço das comunidades. Ecossistemas como o da Ria de Aveiro são formados por conjuntos de subsistemas e aparelhos produtivos especializados que, entre si, devem manter uma relação de equilíbrio morfológico e funcional²⁸.

Na zona lagunar, porém, acompanhando o desenvolvimento dos povoados como praias de banhos, a construção de madeira foi posta de parte. Rocha Peixoto, em 1898, apontava como lugares de predominância de casas de madeira Cortegaça, Furadouro, Torreira, São Jacinto e Tocha²⁹. Mas a casa do banhista forasteiro passou a ser edificada em alvenaria, pedra ou adobe, acarretando a decadência acelerada da técnica dos palheiros: “A feição balnear acabou por suplantar as actividades piscatórias, muito afectadas pela decadência da xávega, transformando esses pequenos aglomerados, tão fortemente caracterizados, em banais praias de banhos que aspiram apenas a assemelharem-se a quaisquer outros centros urbanos, também a pedra e os outros materiais duros acabam por destronar a madeira que dantes dominara a construção regional”³⁰. A pressão urbana e turística no litoral continua a exercer profundas

Primavera e a título experimental, de um circuito turístico na Ria, mediante a utilização das lanchas da Comissão, incluindo almoço na Pousada da Ria. (...) Em princípio, iniciar-se-á este circuito a partir de Maio do corrente ano, uma vez por semana, e nos meses de verão duas ou três vezes” (acta da reunião ordinária de 9/1/1963, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo*, 1961 a 1974, CT – 1926, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, p. 9 V).

²⁸ Para tal foi criada a Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, pelo Decreto-Lei nº 41/79 de 6 de Março. Tem cerca de 66 hectares de área e caracteriza-se pelo cordão dunar extremamente dinâmico, num estado de conservação praticamente único, e por uma fixação de areias que lhe confere particular valor no que respeita à conservação da natureza. Há ainda a salientar a zona da mata, plantada entre 1908 e 1929, para proteger o interior do avanço das areias sob a acção do vento, onde se podem encontrar numerosos exemplares de várias espécies de avifauna. Actualmente, os objectivos específicos da Reserva são a protecção do sistema dunar; protecção da fauna em geral, com particular incidência na avifauna aquática que se refugia e nidifica na pateira e outros lagos de menores dimensões; protecção da flora do ecossistema dunar e da flora autóctone e revitalização e renaturalização da área da mata; educação ambiental mediante acções de formação e visitas guiadas à reserva; trabalhos de investigação científica sobre fauna, flora, meio físico e biofísico.

²⁹ PEIXOTO, Rocha, “Ethnographia Portuguesa – Habitação: os Palheiros do Littoral”, *Portugália: Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez*, tomo I, fasc. 1, Porto, Imprensa Portuguesa, 1905, pp. 79-96.

³⁰ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Palheiros do Litoral Central Português*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1964, p. 15. Actualmente, as iniciativas de recuperação do património da região estendem-se também aos típicos palheiros: “Na marinha da Troncalhada, hoje património municipal, vai ser construída uma réplica de um antigo palheiro, onde se prevê localizar o Centro Interpretativo do Sal, um projecto lançado pela Câmara de Aveiro. Uma parte do futuro ‘Museu Vivo’ do salgado aveirense. O palheiro, que respeitará o modelo original, foi adjudicado recentemente, envolvendo encargos na ordem dos 17 mil contos. No interior, albergará um auditório para a exibição de filmes alusivos ao salgado e uma exposição permanente de utensílios usados na actividade, bem como de miniaturas ou mesmo sal para venda. O piso superior do palheiro terá uma vista panorâmica sobre as marinhas” (www.correiodovouga.pt, Semanário da Diocese de Aveiro, 18 de Março de 2000).

transformações nas comunidades agrícolas e piscatórias. As exigências turísticas trazem novos equipamentos e serviços mas também reduzem, directa ou indirectamente, as superfícies disponíveis para cultivo, devido à especulação e à exploração imobiliária. O trabalho na terra, na Ria e no mar é abandonado em benefício de actividades terciárias mais lucrativas. Existem igualmente situações de conflito entre os pescadores de lazer e os pescadores de profissão. Ao mesmo tempo, a erosão e a degradação das dunas é acelerada por uma urbanização anárquica ou clandestina e, actualmente, ainda mais pelos complexos turísticos, condomínios, aldeamentos e marinas. Mas a comunidade ocupacional, no seu conjunto, tem mantido, num espaço conflitual e heterogéneo, uma coesão cultural e um estilo de vida próprio, resistindo, ainda que precária e contraditoriamente, à acção da sociedade englobante.

Na Ria, e ao contrário do habitual, os habitantes locais ocupam os postos mais conceituados no turismo ligado a valores culturais como o barco moliceiro (pintores, construtores, moliceiros, arrais). Do turismo sazonal, que apenas oferece algum emprego temporário, resulta para a população permanente um ritmo de vida contrastante entre a animação do Verão e a desertificação do Inverno. Mas os turistas deixam as suas marcas, com a sua imagem e as suas aquisições, elevando as aspirações e melhorando o nível de vida geral. O turismo implica uma intersecção entre dois momentos: a pausa, a excepção no quotidiano dos visitantes e a continuidade, a normalidade no quotidiano dos locais. Do mesmo modo, nas relações turísticas, as transacções tendem a ser limitadas nos seus objectivos, instrumentais, não repetidas e, por isso, susceptíveis de tentativas mútuas de manipulação, com vista à obtenção de lucros imediatos. Há várias formas de incompreensão e falhas nas leis normais de interacção, devido a estereótipos mútuos e a expectativas mais ou menos defraudadas. Visitantes e naturais fazem um espectáculo de si próprios, por vezes mais autoconsciente do que na interacção quotidiana. Os turistas geralmente têm mais tempo livre e dinheiro do que os locais e exibem essa posição vantajosa, de que estes se ressentem. Mas estes podem sempre tirar vantagens do seu conhecimento das condições locais, dos preços e dos serviços: “À l’instar de toutes les activités sociales, le tourisme provoque des effets positifs et négatifs mais leur importance respective dépend du nombre et du type de touristes, du niveau d’institutionnalisation du tourisme et des conditions socio-économiques et culturelles de la société d’accueil”³¹.

³¹ PRZECLAWSKI, K., “The Role of Tourism in Contemporary Culture”, *The Tourist Review*, 40, 1985, pp. 2-6.

O estudo antropológico do turismo pode interessar-se por questões económicas e abordar os temas da alteração, do desenvolvimento e da modernização. Ou então, debruçar-se sobre a dimensão cultural do turismo, que não será já encarado como um veículo de destruição, mas como um factor de potencial criação e renovação da cultura local. Prevaecem, contudo, as questões da autenticidade cultural, da homogeneização cultural do turista de classe média, da relação entre enriquecimento económico e empobrecimento cultural: “Le tourisme apporte parfois des réponses créatives aux cultures locales et influence positivement la trajectoire du développement culturel. L’intérêt que les touristes portent à la culture locale, à l’histoire et aux artefacts peut – sous certaines conditions (voilà la clé) – engendrer une réponse locale positive”³². A simples oposição a qualquer modificação cultural faz tão pouco sentido como a aceitação resignada de todas as alterações. Deve prevalecer uma solução intermédia nas estratégias culturais que os indivíduos e as comunidades desenvolvem para fazer face aos efeitos do turismo. Greenwood questiona-se sobre se a cultura pode ser considerada um produto turisticamente explorável: “Logiquement, tout ce qui est destiné à la vente est produit par la combinaison des facteurs de production (terre, travail ou capital). Cela ne cause aucun problème lorsqu’il s’agit de lames de rasoirs, de postes de radio ou d’une chambre d’hôtel. Ce n’est pas aussi simple lorsque des acheteurs sont attirés par un endroit à cause d’une caractéristique de la culture locale telle que la course des taureaux à Pamplona, une apparition de la Vierge Marie ou un festival exotique”. Com efeito, a cultura é um produto muito especial: “Nous savons déjà, d’après une expérience mondiale, que la culture locale (...) est altérée et souvent détruite parce qu’on la traite comme une attraction touristique”³³.

As alterações na percepção do papel da cultura na economia local levaram a novas aproximações ao planeamento cultural, nomeadamente no que diz respeito à actividade artística. David Pratley exemplifica com o caso britânico onde, desde os anos setenta, as entidades públicas têm vindo a patrocinar actividades artísticas, enquanto projectos de dinamização económica, especialmente na sua inter-relação com o

³² GREENWOOD, David, “Culture by the Pound: An Anthropological Perspective on Tourism as Cultural Commoditization” in SMITH, Valene, ed., *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1989, p. 185. Tradução francesa de RAMOS, Francisco Martins, in “Du Tourisme Culturel au Portugal”, *Ethnologie Française*, Tome 29, 2, Abril-Junho 1999, pp. 285-93.

³³ GREENWOOD, David, “Culture by the Pound”, pp. 172-3.

turismo³⁴. Este instrumento é cada vez mais utilizado pelas autoridades locais para avaliar o impacto das actividades culturais em relação a outras formas de regeneração sócio-económica. Na Grã-Bretanha, muito do valor acrescido à economia local provém do turismo cultural, cujos gastos incluem hotéis, restaurantes e transportes, tal como começa já a suceder na Ria de Aveiro. Estudos efectuados ao longo da década de oitenta mostram que a criação de empregos nas indústrias culturais tem efeitos positivos também no mercado laboral local, que começa a suplantar os ganhos proporcionados pela migração e emigração. A criação deste tipo de postos de trabalho é também menos onerosa para o erário público do que outras formas de criação de emprego, noutros sectores.

O valor do património cultural da Ria de Aveiro despertou finalmente o interesse da população e das entidades públicas e privadas, marcando o início da sua recuperação e também da sua reconversão, enquanto objecto de procura turística. No caso do barco moliceiro, eleito como símbolo da região lagunar, tal dever-se-á, em muito, ao seu valor estético, alicerçado numa silhueta peculiar e na característica única que é o conjunto de quatro diferentes painéis que o adornam à proa e à ré. Estas são revestidas de ornamentações pictoriais com motivos diversos em policromias berrantes e com notas e dizeres expressivos, testemunhos de autêntica arte popular. Com efeito, a originalidade destas pinturas reside não na reprodução cuidada do mundo, mas numa forma pessoal, inventiva e por vezes insólita de o visualizar, numa imagem outra, equivalente e paralela à realidade, sem grandes complicações intelectuais. É uma forma diferente, mas tão fértil, poética e surpreendente como outra qualquer, de descrever um universo sócio-cultural específico. Nos painéis dos moliceiros ocorre a recriação de uma realidade original, reforçada pela rudeza do traço e pelo inesperado visual e cromático, tantas vezes com um piscar de olho cúmplice ao espectador. A frescura de expressão destes quadros flutuantes, ilustrações comentadas em permanente viagem e renovação, vive de uma certa infantilidade subversiva e de uma bem-aventurada ignorância técnica, sobretudo nas perspectivas e proporções, o que não dispensa a existência de convenções figurativas, expressivas, alegóricas e simbólicas, mas nunca obscuras, que possibilitam o seu estudo e categorização. Aliás, se a esquematização de algumas imagens tem como finalidade contornar as dificuldades técnicas, ela serve também para as carregar de um

³⁴ PRATLEY, David, "The role of culture in local economic development" in SANTOS, M. Lourdes Lima dos, coord., *Cultura & Economia: Actas do Colóquio (Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994)*, Lisboa, edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 248-9.

poder significativo mais directo e imediatamente decorativo. Os artistas dos moliceiros adquirem uma escrita pessoal, um pensamento plástico, uma forma particular e subjectiva, mesmo quando tenta ser mimética, de ilustrar histórias alusivas aos trabalhos campestres, aos prazeres populares e aos grandes momentos da vida, que constituem o filme mudo, mas tão eloquente, do quotidiano da Ria.

O processo através do qual os objectos e práticas adquirem capacidade de significação está também relacionado com valores e condicionantes sócio-culturais. Tal como no exemplo do moliceiro, certos objectos de cultura material encarnam e transmitem valores e identidades nacionais ou regionais, pois são ou resultam de práticas socialmente significativas. Existem objectos de arte que são utensílios úteis no quotidiano, contendo toda uma memória e ilustrando diferentes dimensões das realidades onde circulam. Certas práticas convencionalmente dissociadas das chamadas “belas-artes” possuem uma estética própria, numa perspectiva herdeira do reconhecimento que, como Franz Boas sublinhava, é possível descobrir a existência de padrões estéticos na produção de cultura material local em variadas e longínquas áreas do globo³⁵. Para Boas, existem duas maneiras de representar o espaço: uma refere-se directamente à visão e representa o objecto imitando-o, numa perspectiva unifocal. A outra representa os objectos, não como eles se apresentam na visão, mas antes tal como eles são representados pelo espírito. A chamada arte popular ou artesanal ligada a estes processos de representação e domesticação simbólica do espaço não é assim nem *naïf* nem rudimentar. Ao escolher uma variante específica da organização do espaço, constrói a complexidade onde o nosso olhar está habituado a simplificar. A função representativa que um objecto pode assumir nos contextos que lhe são próprios torna esse objecto, útil ou não, interpretável como arte, pois esta não reflecte somente a satisfação de um ideal ou de uma necessidade estética, mas revela também aspectos da organização do espaço, modalidades de transmissão do saber ou registos de significação do simbolismo cultural.

³⁵ BOAS, Franz, *Primitive Art*, New York, Dover, 1927.

CAPÍTULO II

A “CULTURA POPULAR” E O *SEU* BARCO: O MOLICEIRO

1.

O BARCO MOLICEIRO

Este barco é uma alfaia agrícola, é o carro fluvial desses lavradores-barqueiros, que cultivam as dunas marginaes da ria ou as alluviões do Vouga. Empregam-se na apanha das algas (moliço) que cobrem todo o fundo da ria, e no seu transporte para as terras que com ellas se adubam.

Luiz de Magalhães, *Os Barcos da Ria de Aveiro*.

Todas as características da concepção do barco moliceiro são respostas tão funcionais quanto simbólicas às particularidades do universo complexo que constitui a Ria de Aveiro. Uma descrição da embarcação evidencia o facto de que o moliceiro é, antes de mais nada, um barco funcional que definiu a sua forma e a sua actividade pelas coacções ditadas pela geografia, mas que foi conseguindo – depois – especializar novas modalidades de narrar, intervir e simbolizar o seu próprio espaço. Recorde-se em favor da coacção do meio que a profundidade da Ria, à excepção das cales centrais, ultrapassa muito raramente os três metros. Para responder funcionalmente a este problema, o barco moliceiro possui fundo plano, com um pontal que atinge apenas um metro de altura e um calado de quarenta centímetros depois de carregado. Estas propriedades físicas são indispensáveis para a deslocação na laguna e seus canais, sem risco de encalhar em algum baixio.

Para compensar esta falta de altura e indubitavelmente de espaço, atribuiu-se à embarcação um comprimento importante, variável conforme a zona de navegação a que se destina. Em toda a Ria de Aveiro distinguem-se três comprimentos, correspondendo a três tipos de barcos moliceiros. O mais pequeno é o de Salreu, vila a leste da Murtosa, terra em que a água se insinua por ribeiras estreitas. Aqui, o moliceiro mede apenas nove metros ou nove metros e meio. Em seguida, com os seus treze metros e meio, está o miranço ou barco de Mira, evoluindo numa área onde a Ria chega à meta do sul, tendo perdido um pouco da sua amplidão e largura. Por fim, o último e maior barco moliceiro é o murtoseiro. Atingindo os quinze metros e até mesmo quinze metros e meio, é conhecido como “o barco da medida grande”, actuando na Ria de Ovar e na da

Murtosa¹. A esta explicação de diferenças de medidas pela geografia acrescentam-se outros factores que vieram alterar a fisionomia do moliceiro. O abandono da profissão, a rarefacção do moliço e a baixa da sua procura fizeram com que os mestres construtores diminuíssem o tamanho dos barcos. Hoje em dia, recuperado para o turismo, o comprimento médio de um grande moliceiro situa-se entre os catorze e os quinze metros.

Sensivelmente aberto, com uma boca entre dois metros e dois metros e meio, o barco moliceiro assenta numa ossatura de vinte e uma cavernas, para um barco da medida grande, repartidas em todo o comprimento da embarcação, o que oferece um interior espaçoso. Excepto no castelo da proa, no castelo da ré e suas respectivas painas e no traste, o casco do moliceiro está totalmente desprovido de arranjo, o que aumenta a sua capacidade. De um modo geral, um moliceiro pode carrear entre três e cinco toneladas. No caso de uma carga mais importante, para evitar a inundação amplia-se a altura do calado. A tripulação aumenta a altura dos bordos da embarcação por meio das falcas, pranchas de madeira dispostas nos dois bordos e presas desde a proa até à ré do barco, ou então aproveitam o próprio moliço amontoado para obstruir a entrada de água na embarcação.

Os livros de registos informam sobre a tonelagem da embarcação, permitindo concluir que a tonelagem bruta (barco e carga) se aproxima bastante da tonelagem líquida (carga), de cuja diferença se infere o peso médio de um moliceiro: cerca de duzentos quilos. Desde 1984 que os livros registam apenas a tonelagem bruta. Actualmente esta situa-se entre as quatro e as cinco toneladas, devido não tanto ao aumento da capacidade de carga, mas antes a um maior rigor na pesagem, tendo em conta a possibilidade de o moliceiro vir a transportar passageiros, função para a qual deverá estar devidamente preparado, nomeadamente a nível de materiais e equipamento. Alguns exemplos de tonelagem seleccionados ao longo do eixo temporal desta pesquisa²:

¹ “Por último há que mencionar o barco moliceiro, que não só transporta, mas também rocega as plantas aquáticas (moliço) da Ria de Aveiro. De bordas muito baixas, ostenta a característica proa bem elevada, espatulada e muito revirada. Os maiores e mais bem decorados são os da Murtosa, contrastando com os de Salreu-Canelas, menos elegantes e só pintados de preto. Os de Mira apresentam singelas figurações nos painéis, em cascos todos brancos” (FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “Barcos de Pesca de Portugal”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXVIII, 1981, p. 360). Lixa Filgueiras informa ainda que há quem classifique o moliceiro de Salreu na categoria genérica das bateiras erveiras.

² De acordo com investigação realizada nos livros de registo de embarcações (1914-1998) do Arquivo da Capitania do Porto de Aveiro.

Tonelagem bruta	Tonelagem líquida
2,65	2,52
3,88	3,70
2,80	2,60
3,00	2,86
3,28	3,12
2,99	2,74
4,08	4,06
3,96	3,70
4,88	4,63
3,5	3,3
4,11	3,91
4,30	
4,52	
5,09	
4,29	

Estudados para facilitar a recolha e o carregamento do moliço, assim como a movimentação dos tripulantes, os bordos do barco são baixos, quase à flor da água, e apresentam na parte superior um reforço de vinte centímetros de altura e quarenta centímetros de largura. Este reforço ou braço é composto do lado interior pela draga e, do lado exterior, pela cinta. Entre a cinta e a draga aparecem os bueiros, vãos de caverna a caverna destinados ao escoamento da água. Perto da popa e à frente do traste, assim como perto da ré, estes rasgos foram reduzidos de maneira a obter as encalas. Apetrechada do seu leme, a ré mede desde a ponta extrema deste último até ao forçado cerca de dois metros de comprimento. A sua altura é de um metro e setenta, desde a cabeça do leme até ao fundo.

O leme é a extremidade da embarcação. Largo na base, acompanha a forma curvada da roda da ré, estreitando-se ao aproximar da bica, esta menos elevada e arqueada que a da proa. A espessura do leme foi aumentada de modo a suportar o xarolo que o atravessa. No lado externo, e mais ou menos ao meio, ostenta um recorte decorativo, a chança. Um pouco acima deste local, costuma o construtor desenhar por ambos os lados a sua divisa colorida. Fixado ao barco por meio de machos que encaixam em fêmeas na parte superior e inferior da ré, o leme fica móvel e pode ocupar duas posições. Quando não se servem dele, os tripulantes levantam-no, apoiando o macho superior num pequeno orifício da fêmea, mantendo-o assim suspenso do seu papel, dizendo-se que o “leme está em cima”. Quando, pelo contrário, querem governar o barco com ele, colocam-no “em baixo”, introduzindo o macho superior na fêmea.

Conforme o tamanho do barco, a proa pode medir de quatro a cinco metros de comprimento por dois a três de altura. Da mesma maneira que na ré, a proa é tapada para construir um castelo, que serve de ponte para o tripulante quando propulsa o barco à vara. Sobre esta cobertura, logo abaixo da bica, perto da base, encontram-se os golfiões, duas peças de madeira diametralmente opostas, com as dimensões de vinte e dois centímetros de altura por seis de largura e oito de espessura, simultaneamente utilizados para a amarração da sirga, o descanso dos ancinhos e das varas no ancoradouro, e da fateixa ou do respectivo cabo quando fundeado o barco. O ponto mais elevado da proa e da ré do moliceiro termina por uma peça recurvada que se designa pelo nome de bica, termo generalizado em toda a Ria. É articulada por meio de uma dobradiça que lhe permite reduzir a altura toda a vez que o barco, conduzido à vara, tenha de passar sob qualquer ponte baixa.

A cor do costado é inicialmente amarelada, por efeito do embreamento a pez louro, donde sobressai a cinta embreada a pez negro. Mas logo que sofre a primeira amanhação, para o que geralmente se aproveita a época do defeso, o costado é totalmente embreado a pez negro, menos oneroso e mais eficiente na sua vedação e protecção. Nas extremidades do costado, à proa e à ré por ambos os bordos, situam-se os painéis decorativos e respectivas legendas. Do lado da proa, encontra-se a inscrição do número de matrícula, pintado a branco sobre um rectângulo preto, inscrição que também é de uso legal trazer na parte superior da vela. Tradicionalmente, e ao contrário das bateiras e mesmo dos barcos de mar, que além da matrícula foram dotados de um nome de baptismo, o barco moliceiro só constava de uma matrícula composta por um A. (Aveiro), seguido de um número e de um M. (Moliço). Entre 1927 e 1959, o número de matrícula evoluiu do 4096-M até ao 10.000-M. Durante o ano de 1959, regressa ao 11-M e vai até ao 174-M. O A. inicial é introduzido em 1960 e permanece até ao presente. Actualmente, também os moliceiros exibem um “nome” pintado junto à matrícula, como *Tonecas*, *Boas Ondas* ou *António Garete*³. A denominação mais antiga localizável nos registos disponíveis diz respeito ao A2040-M, *João Manuel*, em 5 de Fevereiro de 1985. Desde 1997, e de acordo com o nº 5 do Edital 16/97 de 10 de Dezembro, os moliceiros substituem o M. de moliço pela sigla A.L. de Auxiliar Local, devido às restrições já referidas, que só permitem o registo de novas embarcações como auxiliares locais de apanha do moliço ou como auxiliares locais de actividade marítimo-turística.

³ E também: *Proa III*, *Agar*, *Xarolo*, *Ouro Vermelho*, *Chança*, *Cagaréu*, *S. Jacinto*, *Renascer*, *Os Torreirinhas*, *Doroteia Verónica*, *Fúria de Vencer*, *Tiaguinho*, *João Manuel*, entre tantos outros.

Por estibordo, junto à cinta da embarcação e anteriormente ao painel da proa, vê-se uma peça de madeira, de configuração uniforme em todos os barcos, conhecida pelo nome de orelha. Acima desta e fixada na própria cinta, há uma pequena corrente de trinta centímetros que termina por um gancho adaptável a uma argola igualmente fixada na mesma. Esta peça, no seu conjunto, tem a dupla serventia de prender o barco ao moirão e evitar que este danifique o costado pelo atrito resultante da agitação das águas. Este moirão não é mais do que uma simples vara ou estaca de pinho com quatro a seis metros de comprimento por oito centímetros de diâmetro, que se fixa ao fundo em qualquer local onde pretenda deter-se a embarcação.

No interior do barco, o castelo da proa tem significação e utilidade: inteiramente coberto e fechado com porta e chave, serve de câmara de tripulantes e de paiol de mantimentos. Abrem-lhe a porta e ali se deitam sobre esteiras nas horas de folga ou nas noites de estágio na Ria⁴. A cada um dos lados, a meia altura, dispõem-se duas prateleiras, a que dão o nome de cheleiras, pelas quais distribuem os mantimentos, os utensílios domésticos e a roupa da proa. Na cheleira de estibordo, logo à entrada, há uma pequena gaveta a que chamam portinhola, fechada com chave, para arrecadação dos documentos de bordo e algum outro objecto de maior valor. Nas extremidades desta câmara, o pique, que é o seu ponto mais estreito, tem tradicionalmente a serventia singular de arrecadar o pão e a vela do barco. A cobrir as duas primeiras cavernas há um estrado dividido em duas partes iguais a que chamam painas, ajustadas no sentido do comprimento e ao mesmo nível do piso da câmara, como se fosse sua continuação. Este estrado tem a função de lareira, onde os tripulantes preparam e servem a sua alimentação quotidiana.

O castelo da ré é preenchido por um espaço coberto com tampa móvel e fechado à chave, espécie de degrau alteado que serve de assento ao arrais, designa-se pelo nome de entremesa e serve ao acondicionamento do barril da água e arrecadação das forcadas e tamancas. Por detrás deste assento, na parte mais estreita e elevada da ré, há um outro compartimento, também de cobertura móvel, sem chave, onde se depositava o sal para consumo de bordo. Num espaço semelhante ao ocupado na proa pelas painas há, na ré,

⁴ “A prôa é também o camarote ou beliche dos tripulantes. N’ella dormem nas suas longas estações sobre a água. Junto d’ella, da parte de fóra, ha uma pequena lareira de pedra, onde se faz a cosinha” (MAGALHÃES, Luiz de, “Os Barcos da Ria de Aveiro”, *Portugália: Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez*, tomo II, fasc. 1, Porto, Imprensa Portuguesa, 1905, p. 57). Também a bateira chinchorra e a bateira labrega, sendo ambas embarcações de tripulação estagiária, servem simultaneamente de oficina e de habitação. Quando fundeadas, costumam atravessar-lhes na proa, sobre a borda, um toldo encerado para proteger do vento e da chuva. Sob esse abrigo os homens preparam as refeições, consertam as redes e descansam nas horas de folga.

sob o lugar do arrais, um estrado a que chamam paneiro, peça inteiriça, excepto a última tábuia, a que dão o nome de costaneira volante, desligada com o propósito de facilitar o seu levantamento. No primeiro tomo dos *Estudos Etnográficos*, D. José de Castro conclui a sua minuciosa descrição de um tradicional moliceiro da medida grande com o comentário: “É bem singular toda a distribuição interior deste barco onde nada esquece, nem mesmo a apropriada lanterna em folha com vela de estearina, única iluminação de bordo em qualquer ocupação nocturna”⁵.

A deslocação do barco moliceiro fazia-se à vela, à vara e também à sirga. Com o advento do progresso técnico, muitos barcos foram dotados de motores e, entre eles, o moliceiro. Cada maneira de propulsão, antiga ou recente, é um processo de navegação e exige os seus próprios instrumentos. O barco moliceiro está aparelhado com um mastro central desmontável, com a altura de oito a nove metros, encaixando primeiramente no traste e depois na côcia. Para velejar, os tripulantes hasteiam uma vela de lona de forma trapezoidal cuja superfície é de vinte e quatro metros quadrados. No manejar da vela, estes marinheiros usam um cordame bastante completo, como no caso da verga, vara de pinho com o comprimento de quatro metros onde, por meio de cordéis que se chamam envergues, se prende a vela, içando-a em seguida com o cabo ostaga até à extremidade do mastro, que é desmontável e da mesma qualidade. Outros dois cabos, troça e amura, prendem-na respectivamente na parte superior e inferior do mastro. Para dirigir o barco, os moliceiros utilizam o bolinão, cabo ligado à vela e cuja extremidade fica presa no moitão da bica da proa. Com este bolinão controlam o esticamento da vela para que, quando bolinam, a embarcação ganhe barlavento. Em complemento deste cabo, costumam empregar uma das três tostes, a toste de bolear, que disposta lateralmente serve de quilha. É colocada no bordo do barco por sotavento, meio mergulhada e segura por cordas que, a partir de ambos os orifícios abertos na sua extremidade superior, vão enlaçar-se na parte inferior do mastro. Ficando deste modo meia mergulhada, exerce força e evita o descaimento da embarcação. Cada embarcação possui três tostes, qualquer delas de pinho e encabeçadas, com o comprimento de dois metros e trinta e largura de setenta e oitenta centímetros e um metro. Estas tostes dão também serventia de prancha: os tripulantes atravessam-nas no barco, de bordo a bordo, e andam sobre elas durante a apanha do moliço, o que lhes facilita a manobra com os ancinhos. Com este fim, um dos lados da toste é aparelhado com breu pulverizado de serradura para

⁵ CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos – Aveiro*, Tomo I – *Moliceiros*, Porto, Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos de Arte e Museologia, 1943, p. 14.

lhes evitar o escorregamento. Para regularizar o andamento, os tripulantes dispõem da escota. Largando ou retesando este cabo, que passa pelo moitão da ponta inferior e traseira da vela e fica preso a estibordo e bombordo no varão da ré, os marinheiros dão mais ou menos pano, regulando assim a velocidade. Além da escota, e no caso de uma ventania, também podem reduzir a superfície da vela graças às rizes. Pequenas cordas cosidas nas costuras das tiras de pano, as rizes destinam-se a segurar a vela depois de enrolada. “Rizando a vela”, os tripulantes diminuem a força de propulsão.

A altura do mastro e a elevação da vela permitem ao barco moliceiro alcançar o vento facilmente, sobretudo quando atravessam os canais da Ria ou a parte navegável dos rios Vouga e Águeda. Porém, em certos dias pouco ventosos, a vela torna-se insuficiente, obrigando os tripulantes a armar o traquete. Segundo elemento do velame do moliceiro, o traquete é aparelhado mediante uma verga, no mastaréu, pequeno mastro que para a circunstância é encaixado na reentrância da vertente do castelo da proa. Posto aí verticalmente, o mastaréu fica seguro por uma corda atada no argolão da cobertura que calca o traquete. Numa tradição já perdida, nas romarias fluviais as velas apareciam com um aspecto festivo de gracioso efeito e originalidade, realizado por meio de aplicações multicores e desenhos recortados, onde predominavam cruzeiros e vasos floridos, entre outros de curiosa inspiração:

As velas dos moliceiros são, como a das saleiras, trapezoidaes. As velas ricas, que só se arvoram em dias de festa, nas romarias fluviaes ao S. Paio da Torreira, à Senhora das Areias de S. Jacintho, à Senhora da Saude da Costa Nova, à Senhora de Nazareth da Gafanha, etc., teem bordados interessantes, quasi todos multicôres, e feitos por meio da aplicação de estofos diversos ao panno da vela: umas armas reaes, uma cruz, um vaso com flôres, etc.⁶

Nos dias de calmaria, os tripulantes, renunciam a velejar, preferindo andar à vara. Este meio de propulsão, muito cansativo mas no entanto mais utilizado, só necessita da presença a bordo de duas varas de pinho de quatro a seis metros. Alguns moliceiros mais acautelados trazem três e quatro, de reserva. Logo que o vento se ausenta da Ria, o barco moliceiro é impelido à vara. De pé na proa, o tripulante mergulha a vara, fincando-a no fundo da laguna e, encostando a outra extremidade ao seu peito, empurra. O barco desliza então sobre a água, enquanto o homem acompanha a vara, caminhando descalço sobre o bordo, até perto da ré. Aí, levanta a vara e regressa à proa onde repete os mesmos gestos. Quando não trabalham, ambos os tripulantes “dão à vara”, efectuando cada um do seu lado este perpétuo andar. É para facilitar este

⁶ MAGALHÃES, Luiz de, “Os Barcos da Ria de Aveiro”, p. 57.

vaivém que a cobertura da proa e os bordos, assim como as próprias varas, levam uma mão de breu e serradura, oferecendo assim mais aderência e evitando o escorregamento. É de notar que a vara também pode ser usada em complemento da vela, para guiar o barco no abicar ou na saída da margem. Neste caso, estando o barco falqueado, os tripulantes só podem dar à vara desde a proa. Na Ria de Aveiro, a propulsão à vara é a mais espalhada por entre todas as pequenas embarcações como, por exemplo, a bateira marinhoa, a bateira erveira, a bateira patacha ou a bateira caçadeira. Portanto, a utilização da vara não é própria ao barco moliceiro. O que lhe é próprio é a maneira de o fazer. Efectivamente, é só no moliceiro que, com os seus catorze metros de comprimento e os seus bordos largos de quarenta centímetros, o tripulante se movimenta para dar à vara. Nas bateiras, maneja-se a vara desde a proa ou desde a ré.

Em certas localidades, o moliceiro leva a reboque um pequeno barco de três metros de comprimento, a que chamam matola ou ladra, manejado à vara e utilizado para deslocações pontuais a locais onde não pode chegar a embarcação principal, como em algumas praias ou canais de pouca profundidade.

O uso da sirga (cabo de sisal ou esparto de dois centímetros e meio de espessura) como meio de propulsão é ocasional, verificando-se especialmente na passagem dos canais mais estreitos ou junto das margens da Ria, sempre que o moliceiro navega contra a maré ou contra o vento, e tem por fim apressar a sua condução em tais circunstâncias. Uma das extremidades da sirga é amarrada aos golfiões e a outra leva-a o respectivo tripulante, que segue a pé pela margem. Além desta função, a sirga também é hoje empregada na orientação da embarcação motorizada. Atada numa ponta do xarolo, passa pelo moitão da bica da proa e vem ter à outra ponta do xarolo, de modo a accionar o leme. Este procedimento permite aos homens andar só a apanhar moliço, governando a embarcação de qualquer sítio onde se encontrem⁷. Aos três meios de propulsão tradicionais que são a vela, a vara e a sirga, devemos acrescentar o motor, que revolucionou a actividade moliceira. Contributo do progresso técnico, modificou a vida destes marinheiros, cujos dois grandes adversários eram a maré baixa e a calmaria. Com

⁷ Em 1936, Tomaz Tavares de Sousa elabora uma estimativa do valor dos diversos aprestos que equipam normalmente um barco moliceiro: uma vela grande, 600\$00; uma vela pequena (traquete), 175\$00; duas ostagas a 40\$00, 80\$00; um mastro, 30\$00; um mastaréu, 18\$00; duas escotas, 12\$00; moutões, corda e ganchos (para calcar a vela), 11\$00; duas vergas, 10\$00; uma corda (troça), 9\$00; uma alça (de ferro), 8\$00; cinco ancinhos a 12\$50, 62\$50; quatro varas a 3\$00, 12\$00; uma âncora, 30\$00; um cabo para a âncora, 25\$00; quatro forcadas a \$30, 1\$20; quatro tamancas a \$80, 3\$20; um pau do leme e cordas (gualdropes), 2\$30; um manejo (ancinho), 1\$40. Dados compilados em: SOUSA, Tomaz Tavares de, “Os Moliços: Quantidade de moliços; seu valor. Licenças de Apanha e Transporte”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, 1936, pp. 189-90.

o motor, a vela já só é armada nos dias de espectáculo ou então nos dias ventosos, de maneira a poupar gasolina. A vara e a sirga como meios de deslocação deixaram de ser empregadas. Cada embarcação possui, pelo menos, dois motores e alguns, três, cuja capacidade varia entre três cavalos e meio e quatro cavalos. Os motores são fixados no bordo do barco, bloqueados nos bueiros. A presença do motor dá ao barco um andamento regular e independente das condições climáticas.

A evolução da actividade exploradora do moliço da Ria de Aveiro foi já traçada no anterior capítulo “Pescas, Agricultura e Extracção de Moliço”. Aí se conclui que, numa época de grande desenvolvimento agrícola como o século XIX, o moliço, ao princípio simplesmente aproveitado, passa a ser procurado de forma sistemática. Paralelamente às fontes bibliográficas citadas que dão conta dessa evolução, os registos fotográficos da actividade moliceira e suas embarcações são testemunhos essenciais que começam a estar disponíveis a partir de inícios do século XX.

Até ao momento, a mais antiga imagem de barcos moliceiros localizada em fontes impressas remonta a 19 de Março de 1900, numa fotografia do canal no Largo do Rossio, com bateiras, mercantéis e diversos moliceiros com seus painéis. Foi obtida durante a feira da madeira, vulgarmente chamada Feira de S. José, pois realizava-se todos os anos a 19 de Março, dia dedicado a este Santo. A venda de madeira era feita na Rua da Alfândega, que se vê à esquerda, e na Rua do Cais, à direita, onde também se vêem as antigas barracas da Feira de Março⁸. Jaime Afreixo, na série de artigos que rubricou entre 1902 e 1903 n’*A Tradição – Revista Mensal d’Ethnographia Portuguesa Illustrada*, inclui uma gravura de “Aveiro: a parte central da cidade. Canal com moliceiros decorados” (CD III, Imagens de Fontes Impressas, Ria de Aveiro, 6)⁹. Ainda na primeira década do século XX encontra-se o artigo pioneiro de Luiz de Magalhães, “Os Barcos da Ria de Aveiro”, de 1905, com os seus pormenorizados desenhos de moliceiros e outras embarcações da Ria, legendados com as nomenclaturas populares, a que acrescenta ainda a fotografia de um barco moliceiro, sempre com os painéis

⁸ Fotografia publicada em: NEVES, Amaro, “Figuras da região em defesa do património: António Graça”, *Boletim da ADERAV*, nº 3, Outubro-Novembro 1980, p. 3 (CD III, Imagens de Fontes Impressas, Ria de Aveiro, 1).

⁹ AFREIXO, Jaime, “Pescas Nacionais: A Região de Aveiro”, *A Tradição – Revista Mensal d’Ethnographia Portuguesa Illustrada*, vol. V, Serpa, 1903, p. 3. Outras imagens relevantes são as gravuras de “Uma linha de botirões (redes fixas de pesca) na Ria d’Aveiro” (vol. IV, 1902, p. 147), “Apanha do birbigão em barco, com as dragas, na Ria de Aveiro” (vol. IV, 1902, p. 163) e “Aveiro: o cais da praça de peixe, bateira e mercantéis com suas decorações mais singelas” (vol. V, 1903, p. 19).

decorados (CD III, Imagens de Fontes Impressas, Moliceiros e Painéis, 1 e 2)¹⁰. Em 1923, Raúl Brandão produz o retrato poético-etnográfico da Ria de Aveiro e das suas embarcações, patente nas páginas de *Os Pescadores*¹¹.

O valor patrimonial e cultural do moliceiro foi merecendo lentamente a atenção de fotógrafos e estudiosos. O Estado Novo, ao tentar encontrar as raízes etnográficas distintivas da nação e da raça, concedeu uma inesperada atenção a fenómenos locais como este, num evidente contexto de utilização política, historicamente enquadrado. Num possível acaso, a imagem mais remota localizada no Fundo Documental do Jornal *O Século* data precisamente de 1933¹². Posteriormente, encontram-se fotografias de moliceiros das décadas de 50 e 60 no Fundo Documental Santos de Almeida, Fundo Documental do Secretariado de Propaganda Nacional e Fundo Documental do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo¹³. Na década de quarenta (1943-1945) foi elaborada a principal obra de referência sobre a etnografia aveirense, que dedica todo um tomo à actividade dos moliceiros, homens e embarcações: os *Estudos Etnográficos – Aveiro* de Domingos José de Castro (Tomo I – *Moliceiros*, Tomo II – *Pescadores*, Tomo III – *Lavradores*, Tomo IV – *Marnotos e Embarcações Fluviais*, Tomo V (1ª parte) – *Indústrias Populares, Feiras e Mercados*, Tomo V (2ª parte) – *Feiras e Mercados*), com diversas fotografias e gravuras coloridas que, para além do já habitual interesse pelo barco em si, destacam e reproduzem com rigor os painéis e suas legendas (CD III, Imagens de Fontes Impressas, Moliceiros e Painéis, 9 a 35). Por seu lado, a *Monografia da Gafanha*, de João Vieira Resende, de

¹⁰ MAGALHÃES, Luiz de, “Os Barcos da Ria de Aveiro”, pp. 53-4. Sem moliceiros mas com bateiras e mercantéis, válida pelo seu testemunho de um tempo e de um lugar, existe a imagem do canal no Largo do Rossio, captada a 20 de Janeiro de 1907, aquando da missa campal e rectificação do juramento de bandeira, pelos recrutas do regimento de infantaria nº 24. Fotografia publicada em: NEVES, Amaro, “Antologia Aveirense – Marques Gomes”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 36, 1986, p. 44 (CD III, Imagens de Fontes Impressas, Ria de Aveiro, 10). Igualmente sem referir os moliceiros, em 1920, José Leite de Vasconcelos publica uma sequência de quatro imagens da região lagunar, no primeiro número do seu *Boletim de Etnografia*: barco ao entrar no mar; barcos na Costa Nova (mercantéis); barco saleiro; bateira para pesca de sardinha e outro peixe. “Todas as figuras assentam em fotografias que um amigo me ofereceu” (VASCONCELOS, José Leite de, *Boletim de Etnografia*, nº 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920, pp. 29-30). As imagens serão repetidas na reedição da *Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização*, vol. III, livro I, *A Terra de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980, pp. 320-1 (CD III, Imagens de Fontes Impressas, Ria de Aveiro, 17 a 20).

¹¹ BRANDÃO, Raul, *Os Pescadores*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s/d [1923], pp. 53-64.

¹² Também de 1932 são as fotografias da praia da Torreira com barcos moliceiros publicadas no *Jornal de Estarreja* de 8 de Setembro de 1932 (CD III, Imagens de Fontes Impressas, Ria de Aveiro, 11 e 12). De 1936 são as fotografias “Ria de Aveiro – Barco Moliceiro (Cliché do Sr. E. Portugal)” e “Ria de Aveiro – Torreira: Barcos moliceiros descarregando molicho (cliché do Sr. Simplicio Teixeira)”, publicadas na secção “As Duas Beiras” do *Mapa Falado de Portugal* (COSTA, Sousa, *Mapa Falado de Portugal*, Lisboa, Conselho Nacional de Turismo, 1936, pp. 40-1).

¹³ Segundo pesquisa realizada no Centro Português de Fotografia, Arquivo de Fotografia de Lisboa, sediado na Torre do Tombo, em Maio de 2001.

1944, especifica também que a fotografia que publica se refere a um “barco moliceiro com pintura e pôpa” (CD III, Imagens de Fontes Impressas, Moliceiros e Painéis, 36)¹⁴.

Da análise destas imagens depreende-se que a tradicional morfologia dos moliceiros, com a sua componente pictórica, em pouco ou nada se alterou durante o século passado, apesar da evolução de certos materiais e utensílios empregues na construção e propulsão.

Vários autores têm procurado igualmente contabilizar o número de barcos moliceiros existentes num ou em vários momentos, ao longo de períodos de tempo mais ou menos longos, conforme se baseiem em leituras, em testemunhos orais ou na experiência pessoal. Segundo dados da *Memória Justificativa* de Fonseca Regalla, em 1889, 2542 homens dedicavam-se à faina moliceira, enquanto que a Ria contava com 1342 barcos moliceiros. Em *A Murtosa – A Propósito da sua Autonomia*, José Maria Barbosa computa duzentos barcos construídos em 1899, só na freguesia da Murtosa, cem dos quais destinados à recolha do moliço. Regista ainda cerca de cem moliceiros de profissão, mais 170 lavradores que vão ao moliço em Agosto, Setembro e Outubro. Os números de Fonseca Regalla, de veracidade actualmente impossível de constatar, uma vez que os livros de registo de embarcações da Capitania do Porto de Aveiro referentes ao século XIX estão desaparecidos, serão glosados durante quase cem anos. Em 1968, Agostinho Simões Lopes possui o mérito de se libertar da contínua paráfrase dos distantes números apontados por Fonseca Regalla e da repetida alusão impressionista e saudosista aos “milhares” de moliceiros “em tempos” existentes na Ria, recorrente, por exemplo, em Luís de Magalhães e Domingos José de Castro, e ensaiar uma abordagem quantitativa e ordenada da questão, até ao momento da elaboração do seu texto¹⁵:

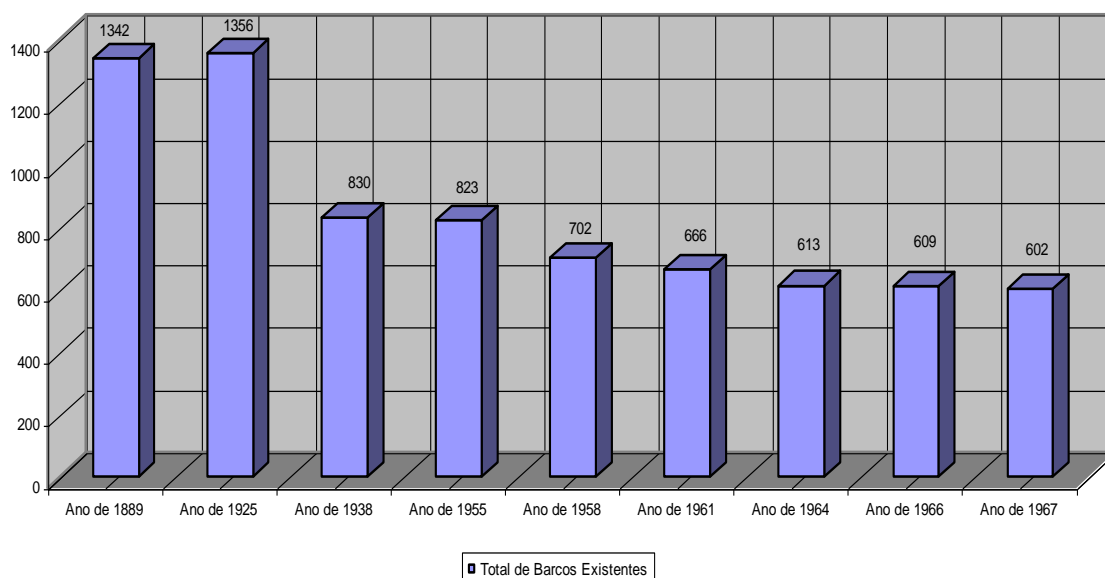
Ano	Barcos existentes
1889	1342
1925	1356
1938	830
1955	827
1958	702
1961	666
1964	613
1966	609
1967	602

¹⁴ REZENDE, João Vieira, *Monografia da Gafanha*, 2ª edição fac-similada, Aveiro, Gráfica do Vouga, 1989 [1944], p. 120.

¹⁵ LOPES, Agostinho Simões, “O problema do moliço na Ria de Aveiro”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 5, 1968, p. 29. Ver também gráfico anexo.

DADOS DE SIMÕES LOPES

LOPES, Agostinho Simões, "O Problema do Moliço na Ria de Aveiro",
Aveiro e o seu Distrito, nº5, 1968, p. 29.



Ana Maria Simões Lopes reproduz fielmente o quadro elaborado por seu pai, acrescentando-lhe os dados posteriores a 1967¹⁶:

1969	164
1974	78
1975	56

Agostinho Simões Lopes acrescenta porém uma observação fulcral para a interpretação crítica destes valores: “Neste número estão incluídas todas as embarcações registadas na Capitania para apanha de moliço. Por conseguinte, incluem os barcos moliceiros propriamente ditos e ainda todas as embarcações mais pequenas, tipo bateira, que são utilizadas directamente pelos lavradores para seu serviço pessoal”¹⁷. A designação “barcos existentes” é assim bastante imprecisa, pois o próprio autor acaba por reconhecer que não se trata de um sinónimo inequívoco de “barcos moliceiros”, após o ter utilizado como tal ao longo de quase todo o seu estudo.

É também o próprio Simões Lopes quem chama a atenção para o facto de os 702 moliceiros matriculados em 1958 corresponderem efectivamente tanto àqueles que se encontravam ao serviço como aos muitos que estavam parados ou mesmo abandonados.

¹⁶ LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, Lisboa, Quetzal, 1997, p. 18.

¹⁷ LOPES, Agostinho Simões, “O problema do moliço na Ria de Aveiro”, p. 30.

Repete que existiam muitas dezenas de barcos moliceiros parados, porque os seus proprietários haviam emigrado e não tinham cancelado os seus registos, chegando até a abandoná-los nas margens. Nos Arquivos da Capitania do Porto de Aveiro foram, com efeito, localizadas duas cartas datadas de 1968, ano da publicação do estudo de Simões Lopes, ilustrativas da situação de vazio legal e abandono comum a numerosas embarcações, a que o fenómeno de emigração massiva não era estranho. As informações subsequentes baseiam-se na análise dos livros de registo de embarcações disponíveis na Capitania do Porto de Aveiro¹⁸. A transcrição das cartas é fiel à ortografia do original:

Paris, 8-3-968 [deu entrada na Capitania a 12 de Março]

Exmo. Senhor Comandante da Capitania de Aveiro

Eu, Manuel Augusto dos Santos Cartaxo, portador da cédula nº 24.575 desta Capitania e tempo atrás dono e arrais do barco nº A-9479-M, venho muito respeitosamente sulicitar a Vossa Excia. que me encontro em França à já dois anos, para a qual vim devidamente legal com passaporte de imigrante passado pela junta de Imigração do Porto. Mais enformo a Vossa Excia. que não sei qual a data que voltarei a Portugal, mas como minha esposa na carta ultimamente recebida me diz que tive uma convocação para comparecer na capitania, julgo tudo isso se referir ao barco atrás mencionado. Pois barco esse que eu vendi ao Exmo. Senhor Aleixo Marques Alberto, residente em Parada de Cima, à quase três anos na qual eu queria fazer a passagem na altura propria em que o vendi mas ele por favor pediu passando-me uma declaração ser responçavel do barco até final e de tudo que com ele acontecesse. Por isso pesso a vossa atenção e desculpando-me a massada me despeço de Vossa Excia.

A bem da Nação eu,

Manuel Augusto dos Santos Cartaxo

P.S. Mesmo não sei o que se passa a respeito do referido barco, será ou não grave.

O 9479-M foi, de facto, adquirido em 10 de Janeiro de 1956, por Manuel Augusto dos Santos Cartaxo, ao construtor Manuel Francisco Judelho, de Seixo de Mira, pela quantia de 5.000\$00. Em 8 de Março de 1965, foi vendido a Aleixo Marques Alberto, por 2.500\$00. Foi cancelado apenas em 11 de Julho de 1985, aquando da acção ordenadora dos registos decretada pelo edital nº5/85, pressupondo-se que já estaria de facto desactivado. Não se encontram registos de mais transacções ou aquisições efectuadas nem por Manuel Augusto dos Santos Cartaxo nem por Aleixo Marques Alberto.

Porto Marítimo da Torreira

À Capitania do Porto de Aveiro

Exmo. Sr. Comandante

¹⁸ De acordo com investigação realizada entre 2000 e 2001 no Arquivo da Capitania do Porto de Aveiro, cujos livros de registo de embarcações actualmente existentes e disponíveis se distribuem, de forma irregular, entre 1914 e 1998.

Comunico a V^a Ex^a que se encontra no Muranzel um barco moliceiro em muito mau estado, isto é, inutilizado para o trabalho, estando em parte alagado de areia o que dá um aspecto de desleixo à praia.

Mais informo V^a Ex^a que o número do barco é o seguinte: A-8235-M.

Porto Marítimo da Torreira, 23 de Abril de 1968.

[Anotação a lápis]

Averiguar quem é o dono para ser cancelado o registo e desmantelado.

Manuel da Rocha Manha, residente na Gafanha da Boa Hora [pressupõe-se que seja o proprietário entretanto localizado].

Avisado em 24-4-968.

Nos livros de registo existentes, não foi possível localizar esta embarcação. Apenas ocorre por duas vezes o nome de Manuel da Rocha Manha, residente na Gafanha da Vagueira, como comprador de revenda de um moliceiro em 1937 e de outro em 1950.

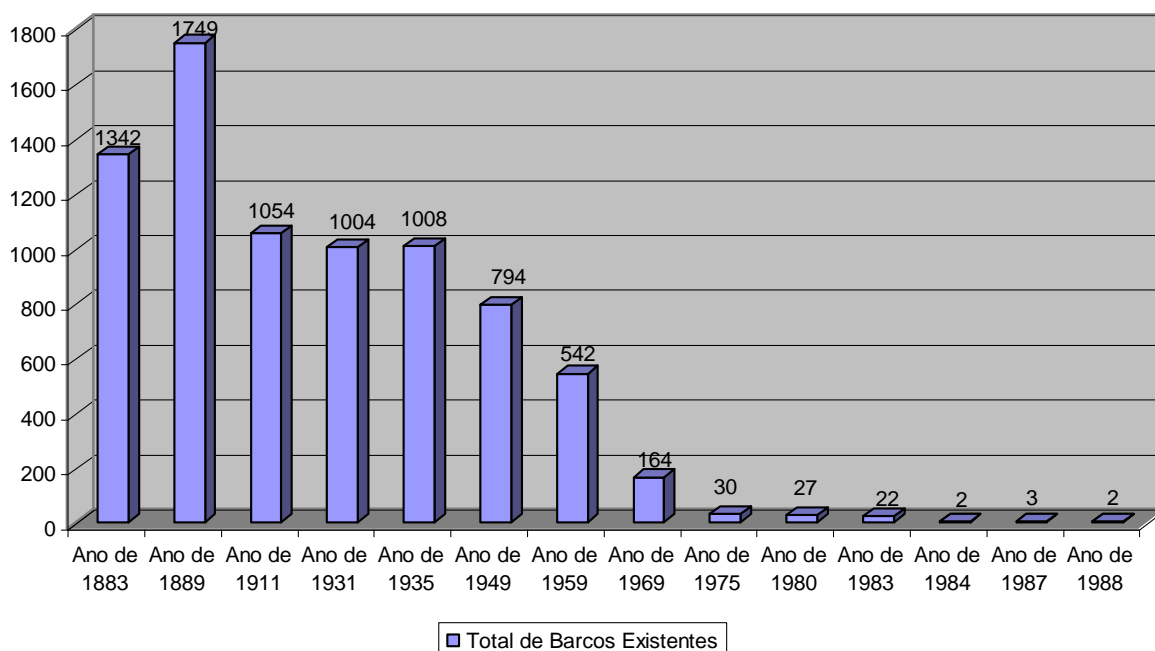
Outro ensaio de quantificação pertence a Lamy Laranjeira e surgiu já na década de oitenta, abrangendo uma faixa cronológica mais extensa do que a do seu antecessor, se bem que igualmente irregular e questionável¹⁹:

Ano	Barcos existentes
1883	1342
1889	1749
1911	1054
1931	1004
1935	1008
1949	794
1959	542
1969	164
1975	30
1980	27
1983	22
1984	2
1987	3
1988	2

¹⁹ LARANJEIRA, Eduardo Lamy, *A Ria de Aveiro: Barcos e Artes de Pesca*, Aveiro, Portucel, s/d, p. 21. Ver gráfico anexo.

DADOS DE LAMY LARANJEIRA

LARANJEIRA, Eduardo Lamy, *A Ria de Aveiro: Barcos e Artes de Pesca*, Aveiro, Portucel, s/d, p. 21.



Ao contrário de Simões Lopes, Lamy Laranjeira não segue os dados de Fonseca Regalla para 1889 ou interpreta a fonte de modo diverso. No entanto, ambos os autores omitem as fontes utilizadas, limitando-se a oferecer datas e números sem base em registos, estatísticas ou bibliografia credível. A informação do autor parece ser soberana, incontestável e válida por si mesma. Se o número de barcos existentes para os anos de prosperidade da indústria moliceira parece mais uma vez claramente inflacionado, pelas razões já apontadas por Simões Lopes, e de que Lamy Laranjeira comunga, os números deste último para a “crise” da década de oitenta são, pelo contrário, excessivamente reduzidos, estabelecendo um notório contraste com a tendência patente para décadas anteriores. Tendo em conta testemunhos de habitantes e moliceiros locais e também o trabalho de campo efectuado, que decorria já em 1984, 1987 e 1988, as embarcações então existentes não se reduziram nunca a duas ou três unidades. Ocorrerá aqui uma eventual confusão com o número de novos registos, accidental ou propositada, com o intuito de sublinhar a iminência da extinção do barco moliceiro, receio generalizado em meados da década de oitenta.

A contabilização dos verdadeiros moliceiros existentes terá de ter em conta não só a função declarada (“apanha de moliço” ou “transporte de moliço”) mas também as

dimensões da embarcação, patentes no respectivo registo, tarefa morosa e dificultada pela variedade de dimensões que um moliceiro pode tradicionalmente apresentar, desde os nove metros de Salreu até aos quinze da Murtosa. Para evitar a inclusão enganosa de um elevado número de bateiras, terão de ser eliminadas todas as embarcações com menos de nove metros cuja função seja também a recolha e transporte de moliço, opção reforçada pelo facto de este trabalho se debruçar preferencialmente sobre os “barcos da medida grande”, os únicos com os tradicionais painéis pintados.

Como exemplo comprovativo desta opção metodológica, refira-se que, entre 1927 e 1959, o número de matrícula evoluiu do 4096-M até ao 10.000-M. Contudo, este número inclui não apenas os barcos moliceiros mas também as pequenas bateiras de apanha e transporte de moliço, pelo que, aparentemente, existiam então “milhares” de moliceiros, mesmo excluindo as embarcações matriculadas sob a sigla H. (apanha de ervagens) e C. (transporte de carga), numa proporção aproximada de 50% (uma matrícula H. ou C. para uma matrícula M.)²⁰. Somente uma pesquisa documental, como a que foi desenvolvida neste trabalho, permite inferir distribuições quantitativas, ciente da impossibilidade de, perante as fontes disponíveis, avaliar o número exacto de existências num determinado momento. É apenas viável e fiável a quantificação dos novos moliceiros registados durante os períodos de tempo de que ainda subsistem registos, o que permite uma aproximação ao número de barcos em utilização. Os autores citados trabalharam com qualidades muitas vezes subjectivas ou até politicamente orientadas.

De acordo com a investigação realizada entre 2000 e 2001 no Arquivo da Capitania do Porto de Aveiro, cujos livros de registo de embarcações actualmente existentes se distribuem, de forma irregular, entre 1914 e 1998, foi possível ordenar as seguintes informações, de onde, para não incorrer mais uma vez na inclusão enganosa de bateiras, foram eliminadas todas as embarcações com menos de nove metros, com a função de recolha e transporte de moliço:

Livro nº 18: 19 de Outubro de 1914 a 20 de Junho de 1915. 38 novos registos.

Livro nº 26: 17 de Junho de 1922 a 11 de Maio de 1923. 82 novos registos.

Livro nº 30: 19 de Janeiro de 1927 a 4 de Setembro de 1929. 54 novos registos.

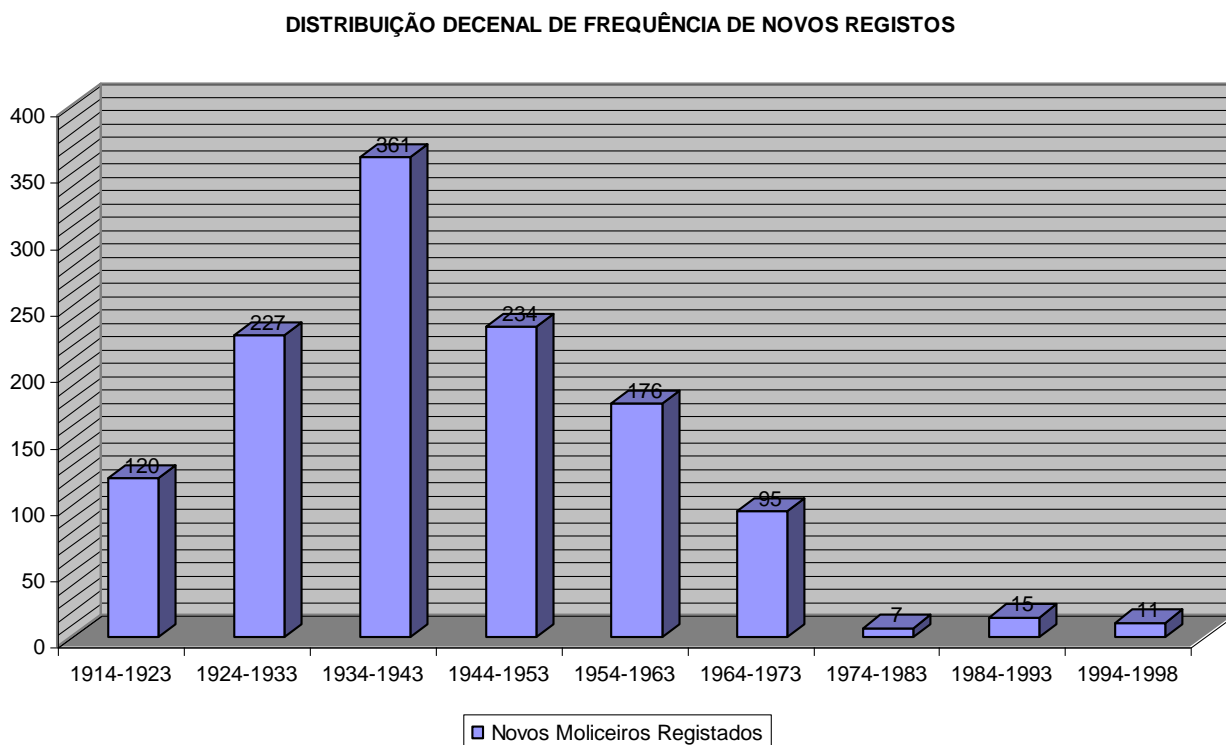
Livro nº 32: 29 de Agosto de 1931 a 3 de Fevereiro de 1933. 114 novos registos.

Livro nº 33: 7 de Fevereiro de 1933 a 2 de Junho de 1936. 147 novos registos.

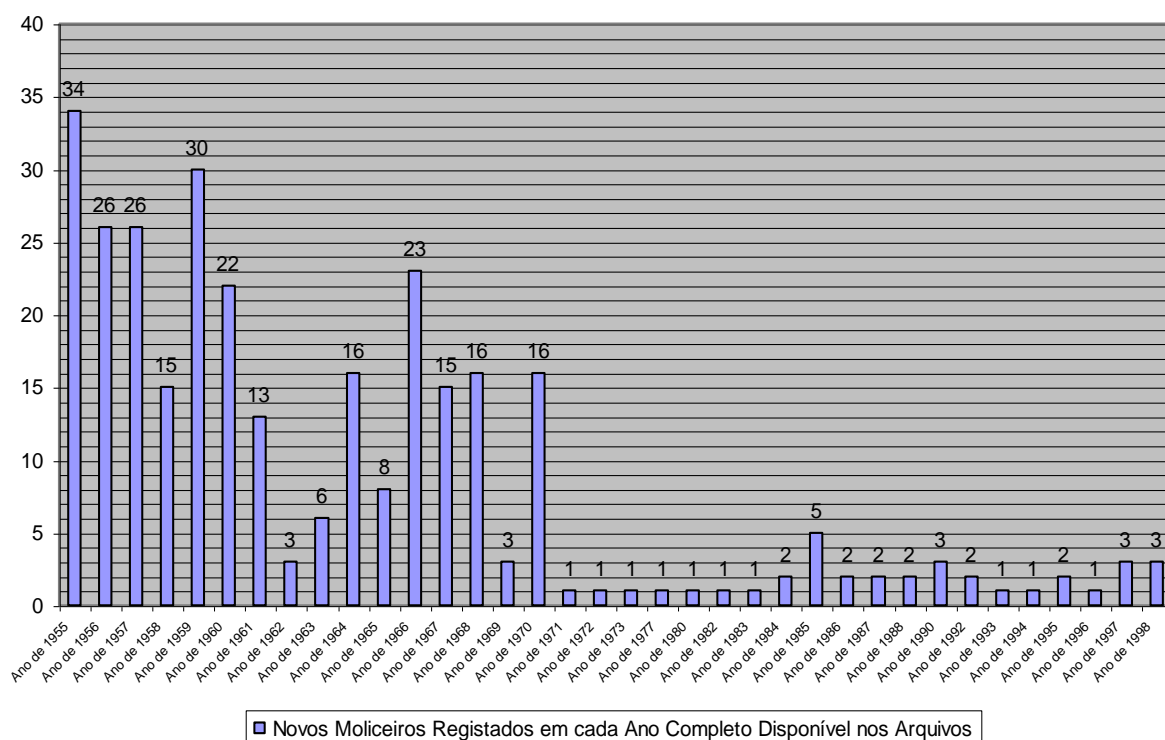
²⁰ As funções das embarcações registadas na Capitania do Porto de Aveiro incluem, para além da recolha e transporte de moliço: apanha de ervagens, transporte de carga, serviço de portos e rios, serviço da junta, apanha costeira do mexilhão, pesca fluvial (chinchorro), pesca costeira (xávega), recreio, transporte de passageiros e fiscalização.

Livro nº 35: 24 de Março de 1939 a 17 de Junho de 1942. 173 novos registros.
 Livro nº 36: 27 de Junho de 1942 a 30 de Setembro de 1944. 134 novos registros.
 Livro nº 37: 3 de Outubro de 1944 a 15 de Abril de 1947. 200 novos registros.
 Livro nº 40: 25 de Abril de 1955 a 14 de Abril de 1956. 37 novos registros.
 Livro nº 41: 27 de Abril de 1956 a 16 de Agosto de 1958. 57 novos registros.
 Livro nº 42: 5 de Setembro de 1958 a 6 de Outubro de 1960. 58 novos registros.
 Livro nº 43: 14 de Novembro de 1960 a 1 de Abril de 1963. 20 novos registros.
 Livro nº 44: 7 de Setembro de 1963 a 8 de Dezembro de 1965. 27 novos registros.
 Livro nº 45: 31 de Dezembro de 1966 a 9 de Abril de 1968. 42 novos registros.
 Livro nº 46: 9 de Abril de 1968 a 10 de Novembro de 1970. 29 novos registros.
 Livro nº 47: 29 de Maio de 1971 a 20 de Março de 1978. 5 novos registros.
 Livro nº 48: 14 de Janeiro de 1980 a 14 de Janeiro de 1982. 2 novos registros.
 Livro nº 49: 15 de Abril de 1983 a 24 de Agosto de 1984. 2 novos registros.
 Livro nº 50: 24 de Setembro de 1984 a 3 de Setembro de 1985. 6 novos registros.
 Livro nº 51: 18 de Julho de 1986 a 6 de Novembro de 1990. 9 novos registros.
 Livro nº 52: 2 de Setembro de 1992 a 21 de Julho de 1998. 13 novos registros.

Estas listagens permitiram, por sua vez, realizar os presentes gráficos de distribuição decenal de frequência de novos registros e de novos moliceiros registrados em cada ano completo disponível nos arquivos:



NOVOS REGISTOS



O gráfico de distribuição decenal de frequência de novos registos está organizado por decénios a partir de 1914, à excepção do último período, entre 1994 e 1998, o último ano com registos organizados na Capitania.

O gráfico de novos moliceiros registados baseia-se apenas nas informações relativas a cada ano completo disponível nos arquivos, para não incorrer em números deficientes, falseados pelo desaparecimento dos registos. Até 1955, o único ano completo sobrevivente é o de 1915. No entanto, no gráfico, esse ano de 1915 foi eliminado por criar um hiato demasiado grande até 1955, que oferecia uma aparente proporção não ilustrativa.

Os dados constantes destes gráficos serão analisados em sintonia com dois vectores essenciais no contexto sócio-económico da indústria do moliço: a agricultura e a emigração.

O decénio 1914-1923 não aponta para uma quantidade significativa de novos registos. A participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial e a devastação criada pela pneumónica justificam o panorama de escassez de braços e crise interna, anunciado há já algum tempo:

Na década que antecedeu a primeira guerra mundial registou-se um período de recessão, característico de uma agricultura ainda com problemas estruturais. Apesar de, neste caso, estarmos perante uma redução da produção agrícola significativamente menor do que a ocorrida entre 1852 e 1856 (...), a sua explicação é mais complexa, uma vez que não se associa a factores adversos de ordem patológica, ou a sensíveis contracções dos mercados. Com efeito, no início daquele período de recessão, já passara mais de uma década desde que os mercados externos se tinham fechado para a nossa principal exportação, em consequência da recuperação da viticultura francesa. Por outro lado, nada indica terem-se verificado dificuldades anormais no mercado interno o qual, quando muito, estaria a recuperar do abalo que presumivelmente se fez sentir com a crise financeira de 1891. Assim, parece legítimo concluir da origem endógena da estagnação da agricultura nacional na transição do século.²¹

A década seguinte antecipa o acréscimo visível nos 361 novos registos atingidos no decénio 1934-1943. Numa leitura de conjunto, o livro nº 35 (de 24 de Março de 1939 a 17 de Junho de 1942), para além dos 173 registos de barcos moliceiros (segundo os critérios de inclusão/exclusão adoptados), conta também com inúmeros registos de apanha de ervagens, serviço de portos e rios, transporte de carga, apanha costeira do mexilhão e pesca fluvial (chinchorro), num exemplo da crescente complementaridade das actividades económicas motivada pela crise e pelo desemprego que antecederam e acompanharam a Segunda Guerra Mundial. A conjuntura prolonga-se pelo livro nº 36 (de 27 de Junho de 1942 a 30 de Setembro de 1944), com os seus numerosos registos de pesca costeira (xávega), pesca fluvial, ervagens, transporte de carga e transporte de passageiros, para além dos 134 registos de grandes embarcações relacionadas com o moliço. Fechado sobre si mesmo, em virtude do regime vigente e da neutralidade adoptada durante o conflito mundial, e suspenso temporariamente o fluxo da emigração, Portugal tem de encontrar meios suficientes de subsistência dentro do seu próprio território. Ao longo de toda esta fase, a emigração nacional caracteriza-se da seguinte forma:

Durante o primeiro conflito mundial, a emigração portuguesa decresce consideravelmente, tendo-se registado, em 1918, cerca de 12.000 partidas, valor que quintuplica dois anos depois, em 1920. Durante os anos vinte, a emigração portuguesa, embora registando valores elevados – média anual de 36.645 emigrantes – acusa já um certo retraimento, que será sobretudo visível após 1930, quando de cerca de 23.000 saídas legais registadas nesse ano, se passou para apenas 6.000 no ano seguinte. Este decréscimo, embora registando valores sucessivamente mais elevados até 1939 – média de 9600 emigrantes anuais – sofre nova quebra durante o segundo conflito mundial, e só mais tarde, já no início da década de cinquenta, se voltam a registar valores significativos superiores às 20.000 partidas anuais.²²

²¹ LAINS, Pedro, *História Económica I. A Evolução da Agricultura e da Indústria em Portugal (1850-1930): Uma Interpretação Quantitativa*, Lisboa, Banco de Portugal, 1990, p. 24.

²² ARROTEIA, Jorge, “Sobre a Evolução e Destinos da Emigração Portuguesa”, *Boletim da ADERAV*, nº 3, Outubro/Novembro 1980, pp. 26-30.

Finda a Segunda Guerra Mundial, o aumento galopante da emigração e a crise irreversível de uma agricultura obsoleta vão ditar a diminuição gradual da frequência de novos registos de moliceiros, até à sua quase extinção no decénio 1974-1983. Na década de setenta, principalmente, coincidem dois factores letais para a indústria tradicional do moliço: a desagregação do Portugal arcaico de Salazar e o caos pós-revolucionário. Só a lenta recuperação do património cultural iniciada durante o decénio 1984-1993 permite a inversão de tendências patente nos gráficos. Note-se a tendência ascendente na transição para o século XXI, visível no número de novas embarcações – onze – registadas em apenas quatro anos (1994-1998), face às quinze registadas nos dez anos precedentes.

Jorge Arroteia analisa a emigração portuguesa na segunda metade do século XX: “Orçando as 36.500 saídas anuais entre 1953 e 1963, no ano seguinte, a emigração portuguesa dá o seu salto qualitativamente mais significativo, ditado pela crise social, económica e política: cerca de 56.000 saídas, atingindo, em 1965, as quase 90.000 e, um ano depois, as 120.000”²³. É notável a coincidência entre o aumento da emigração e a diminuição na frequência de novos registos, e vice-versa, ao comparar os gráficos de Jorge Arroteia com os gráficos de registos de moliceiros. A coincidência ocorre não só no gráfico nacional, mas também, e principalmente, no gráfico referente à emigração oficial no distrito de Aveiro entre 1955 e 1975:

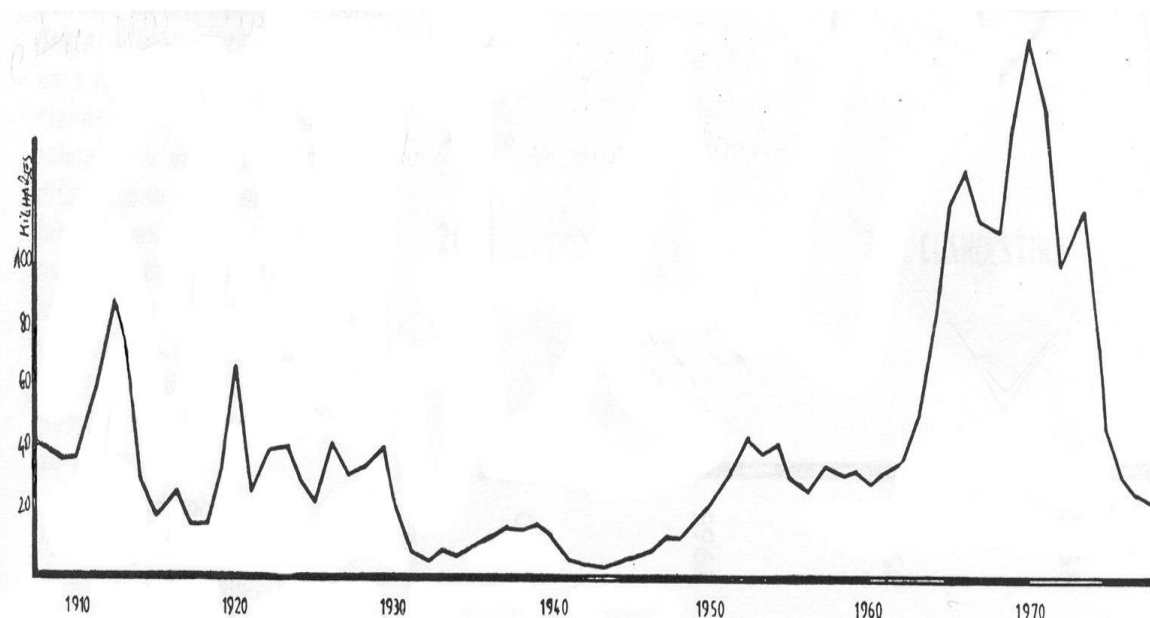


Gráfico referente à emigração oficial portuguesa entre 1908 e 1980²⁴.

²³ ARROTEIA, Jorge, “Sobre a Evolução e Destinos da Emigração Portuguesa”, p. 28.

²⁴ *Idem, ibidem.*

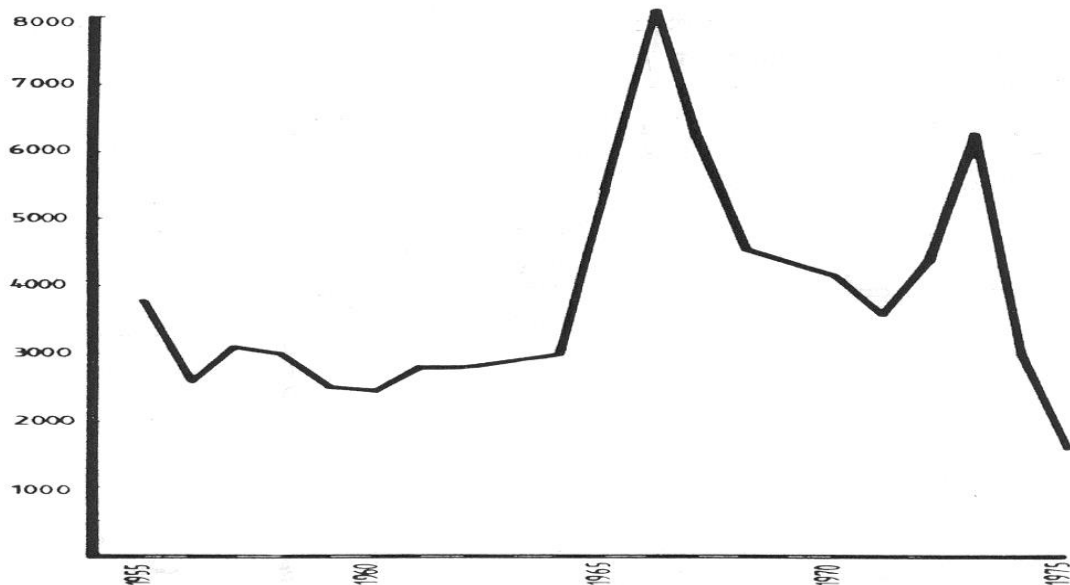


Gráfico referente à emigração oficial no distrito de Aveiro entre 1955 e 1975²⁵.

Mas a queda verificada na emigração em meados da década de setenta não implica a recuperação dos moliceiros, pois a crise agrícola encarrega-se de perpetuar o movimento descendente no número de registos. Desde a década de cinquenta que se verificam alterações qualitativas e quantitativas na população activa agrícola:

Anos	Patrões	Isolados	Assalariados	Trabalhadores familiares não remunerados
1950	136	269	844	158
1960	76	275	770	175
1970	17	329	445	100
1981	8	330	249	77
1987	10	366	197	480
1991	12	573	114	121

População activa agrícola no continente (em milhares)²⁶.

²⁵ ARROTEIA, Jorge, “Sobre a Evolução e Destinos da Emigração Portuguesa”, *Boletim da ADERAV*, nº 4, Janeiro/Abril 1981, p. 20.

²⁶ REIS, Sérgio da Silva (coord.), *Enciclopédia Temática Portugal Moderno – Agricultura e Pescas*, Lisboa, Pomo, 1991, p. 28. 1950-1981: dados baseados no Recenseamento Geral da População. 1987 e 1991: dados baseados no Inquérito ao Emprego.

Anos	Patrões	Isolados	Assalariados	Trabalhadores familiares não remunerados
1950	11643	21257	29356	14116
1960	7087	20786	24291	12792
1970	1090	26950	13105	6735

Anos	Total
1950	76372
1960	64985
1970	47785

População activa agrícola, segundo a situação na profissão, no distrito de Aveiro, nos anos de 1950, 1960 e 1970²⁷.

Segundo Eduardo de Freitas, Ferreira de Almeida e Villaverde Cabral, a diminuição no número de patrões está relacionada com a diminuição da produtividade e do proletariado agrícola, o baixo nível de investimento no sector e o aumento significativo dos isolados. Os agentes classificados como patrões que foram desaparecendo entre 1950 e 1970 teriam passado a isolados (por perda de capacidade de pagamento aos seus assalariados rurais), ou teriam pura e simplesmente abandonado a agricultura pela emigração ou pela passagem a outras profissões. Este desaparecimento do pequeno patronato não corresponde a um aumento de peso do sector capitalista na agricultura portuguesa, pois liga-se antes à diminuição do número de trabalhadores por conta de outrem e ao aumento relativo dos isolados. As regiões com maior percentagem de isolados e não remunerados, como é o caso do distrito de Aveiro, são em geral mais atrasadas, com maior incidência de formas não capitalistas de produção e com grande pulverização da propriedade e da exploração, com os previsíveis resultados nocivos sobre a produtividade e o rendimento:

Explorações patronais 1952-1954	Explorações patronais 1968	Explorações familiares 1952-1954	Explorações familiares 1968
12006	7479	50129	61540

Explorações agrícolas patronais e familiares e suas percentagens no distrito de Aveiro, em 1952-1954 e 1968²⁸.

²⁷ Dados retirados de: FREITAS, Eduardo de; ALMEIDA, J. Ferreira de; CABRAL, M. Villaverde, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura: Estruturas Agrárias em Portugal Continental 1950-1970*, Lisboa, Presença, 1976, p. 46.

²⁸ Dados retirados de: FREITAS, Eduardo de; ALMEIDA, J. Ferreira de; CABRAL, M. Villaverde, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura*, p. 103.

Em 1952-1954, Aveiro era um dos distritos a nível nacional com maior percentagem de explorações por conta-própria, destacadamente ligadas à empresa patronal. Em 1968, este valor diminui ligeiramente, ao contrário de outros distritos. Pelo contrário, aumenta significativamente o número de arrendamentos, também ao contrário de outros distritos. Ao emigrar, o agricultor arrenda as suas terras aos que ficam ou, em situações de maior carência económica, vende-as para conseguir dinheiro para a passagem, passando a família a cultivar o sustento em terrenos arrendados.

A última e maciça vaga emigratória, que começa nos anos sessenta e contribui para fazer cair em um terço a população activa na agricultura, contribui igualmente para a escassez de força de trabalho disponível e para o respectivo encarecimento real. O excedente de proletários e semiproletários encontrara na emigração um mecanismo de revalorização social. No bloco de distritos composto por Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Porto, Viseu, Vila Real, Coimbra, Guarda e Leiria, entre 1950 e 1960, de um modo geral, as taxas de assalariados decrescem (mais do que para o Continente), acentuando-se esse decréscimo na década seguinte, também em ritmo mais acelerado do que a nível do Continente. Por outro lado, aumentam as taxas de isolados, mais vincadamente na segunda década. Por último, e na primeira década, aumentam de um modo geral as taxas de trabalhadores familiares, para virem a diminuir sensivelmente nos anos sessenta e na maioria destes distritos mais aceleradamente do que no Continente²⁹.

Estes isolados ultrapassados pela emigração representam uma agricultura de auto-subsistência, envelhecida e em muito assente na mão de obra feminina. Neste panorama não existe já lugar para o investimento nos moliceiros, embarcações dispendiosas e que exigem uma tripulação especializada, algo que se torna difícil de encontrar e especialmente de pagar.

Assim contextualizados, os gráficos de novos registos de barcos moliceiros reflectem a conjuntura sócio-económica da região da Ria de Aveiro, ao longo do século XX. Mas os dados contidos no próprio texto do registo possuem também um relevante conteúdo informativo.

As informações patentes em cada registo organizam-se de acordo com o texto do mesmo, seguindo o “Modelo nº 11 – Regulamento de 1 de Dezembro de 1892”,

²⁹ FREITAS, Eduardo de; ALMEIDA, J. Ferreira de; CABRAL, M. Villaverde, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura*, pp. 164-6.

conforme mencionado em todas as páginas, até ao fim do livro nº 37. O texto, porém, mantém-se inalterável nas suas linhas gerais até aos nossos dias:

Aos [dia] do mês de de mil estando presente nesta [Capitania do Porto de Aveiro e nome do Capitão] e o escrivão da mesma [Capitania e nome do escrivão] justificou [nome do comprador] por documento que fica arquivado nesta repartição, haver comprado a [nome, estado civil, profissão e localidade do construtor] no dia de o barco número [matrícula] denominado [sem nome] motor [vara e vela] pela quantia de que o vendedor recebeu e de que deu quitação: destina-se a [apanha do moliço] tendo de comprimento boca pontal tonelagem bruta líquida pelo que fica [o mesmo barco] na conformidade do artigo 132º [78º, a partir de 1984] do Regulamento Geral das Capitánias em vigor, e do despacho exarado no requerimento do proprietário, registado nesta [Capitania] , pertencendo única e exclusivamente ao mencionado [nome do comprador] cidadão português residente em

Do que, para constar, se lavrou o presente termo, que é assinado pelo mesmo e por mim escrivão da citada [Capitania].

O Capitão

....

O Escrivão

....

Os averbamentos posteriores surgem manuscritos por todos os espaços livres e margens da página e/ou numa página anexa denominada “Anotações”. Todas as transacções do todo ou de parte da embarcação (no caso de uma sociedade), a alteração de funções e mesmo a inclusão de um motor têm de ser averbadas. A norma de um averbamento é:

Averbamento: Em de de , foi vendido a [nome e estado civil do comprador] , marítimo [ou] I.M. nº [número da inscrição como marítimo] , residente em , pela quantia de [em algarismos e por extenso]. – Verba nº

O cancelamento da embarcação é assinalado com um carimbo (“Cancelado em de de”) em que, por vezes, se acrescenta o motivo do cancelamento: “Por ter sido desmantelado” ou “Por ter sido destruído”, entre outros motivos pontuais.

Os Capitães do Porto cujas assinaturas validaram os registos estudados foram, por ordem cronológica:

Jayme Affreixo de 1914 a 1915.

Silverio Ribeiro da Rocha e Cunha de 1922 a 1932.

José Vicente Caldeira do Casal Ribeiro em 1933.

Silverio Ribeiro da Rocha e Cunha em 1933.

José Vicente Caldeira do Casal Ribeiro de 1934 a 1936.

Mário Ferreira da Costa de 1939 a 1943.

Duarte de Almeida Carvalho em 1944.

Mário Ferreira da Costa em 1944.

Duarte de Almeida Carvalho de 1945 a 1946.

José da Fonseca Martins em 1947.

Amândio Pires Cabral em 1953.
António Caires da Silva Braga de 1955 a 1958.
José da Fonseca Martins de 1958 a 1959.
Amândio Pires Cabral em 1960.
José da Fonseca Martins em 1960.
Amândio Pires Cabral de 1961 a 1965.
Agostinho Simões Lopes de 1966 a 1967.
Afonso Júlio Garrido Borges em 1968.
Agostinho Simões Lopes em 1968.
Afonso Júlio Garrido Borges de 1969 a 1978.
Carlos José Saldanha Mota dos Santos de 1980 a 1984.
Luís António Pessoa Brandão de 1984 a 1990.
José Manuel Ferreira de Gouveia de 1992 a 1998.³⁰

O registo de um moliceiro tem também os seus emolumentos e custos burocráticos que, apesar de estáveis durante muitos anos, acabaram por acompanhar a inflação das últimas décadas. O livro número 18 (1914-1915) exhibe estampilhas fiscais de 12 cêntimos no acto do registo e com outros valores em posteriores averbamentos. No livro nº 26 (1922-1923), o valor das estampilhas sobe para 24 cêntimos e, no livro nº 30 (1927-1929), para 80 cêntimos. Os livros 32 a 37 não têm qualquer referência a emolumentos nem selos fiscais. A partir do livro nº 40, em 1955, e até à actualidade, passa a figurar no canto da folha a seguinte inscrição normalizada, com valores obviamente flutuantes:

Pagou:
Pelo registo – 8\$00
Pelo título – 3\$00
Pela folha – \$50
Pelo impresso – \$40
Selo – 5\$00
Soma total – 16\$90
Verba nº [em carimbo]

Estes valores não se alteram até ao livro nº 46, em 1968, quando o selo passa a 16\$00, num total de 27\$90. Entre 1971 e 1980, a referência aos emolumentos desaparece. Em 1980, os valores são: Pelo registo – 40\$00; Pelo título – 15\$00; Pela folha – 2\$00; Pelo impresso – 2\$00; Selo – 15\$00; Soma total – 74\$00. Em 1983-1985, os valores passam a: Pelo registo – 120\$00; Pelo título – 45\$00; Pela folha – 15\$00;

³⁰ Branco Toscano, de 1998 a 2002, e João Pedro Felícia Moreira, de 2002 até ao presente, já fora do âmbito cronológico da pesquisa. Na função de escrivão, estes nomes foram acompanhados por: Júlio Maria dos Santos Freire, de 1914 a 1915; Luís da Naia e Silva Júnior, de 1922 a 1923; António Nunes Paulo, de 1927 a 1936; Luís da Naia e Silva Júnior, de 1939 a 1946; Henrique da Conceição Pedrosa, de 1947 a 1953; António Nunes Paulo, de 1955 a 1958; Henrique da Conceição Pedrosa, de 1958 a 1963; Ulisses Naia e Silva, de 1963 a 1985; Luís Elísio Salgueiro, de 1986 a 1998.

Pelo impresso – 6\$00; Selo – 15\$00; Soma total – 201\$00. Em 1986, o selo passa a 110\$00, num total de 296\$00. Mas, logo em 1987, o selo desaparece e o preço total de registo cai para 186\$00. O valor dos emolumentos deixa de ser registado em 1994³¹.

A característica mais interessante destes registos é a de permitir traçar a “biografia” das embarcações, desde a sua construção até ao cancelamento, passando por todas as transacções e alterações ocorridas. Em média, um moliceiro pode trabalhar entre dez e vinte anos. Se parar de trabalhar, porém, apodrece rapidamente. Um barco ancorado na sua fossa e deixado ao abandono degrada-se rapidamente, tanto nas obras vivas por acção da água, como nas obras mortas por acção da chuva, sol e marés. Um ano sem conservação é fatal para estas embarcações em madeira de pinho e os painéis são os primeiros a desaparecer, quer por deterioração quer por serem efectivamente arrancados, com serra ou machado. Uma vez que o moliceiro trabalha também no transporte das vegetações e juncos que cobrem as margens, o barco corre o risco de apanhar o bicho do junco ou pulga da praia que, se não for queimado com petróleo, vai roendo progressivamente a madeira, obrigando o proprietário a “mudar o fundo”. A conservação deste instrumento de trabalho requer amanhações anuais, para as quais se aproveitam os meses de Julho e Agosto. Cerca de dez homens vêm ajudar o dono a “puxar o barco para terra”. O barco fica virado, em seco, durante oito dias e, depois, é restaurado e inteiramente calafetado com estopa e breu. O fundo é ombreado com piche. Quando se trata de pequenos consertos, estes são feitos pelos próprios proprietários e,

³¹ A distribuição dos registos ao longo de cada ano civil nem sempre é regular, por uma simples questão de organização burocrática: 1914: Outubro; 1915: Março, Abril, Maio, Junho (19 registos neste mês); 1922: Junho, Agosto, Setembro, Novembro, Dezembro; 1923: Janeiro, Fevereiro, Maio, etc. Distribuição regular; 1933 a 1936: distribuição regular; 1955: Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Dezembro; 1956: Janeiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro. Os registos encontram-se frequentemente agrupados por funções (moliço, ervagens, etc); 1957: Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro; 1958: Fevereiro, Maio, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro; 1959: todos os meses, de Janeiro a Novembro; 1960: Janeiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Novembro; 1961: Janeiro, Abril, Junho, Julho, Setembro, Dezembro; 1962: Outubro; 1963: Fevereiro, Abril, Setembro, Outubro, Dezembro; 1964: Março, Junho, Dezembro, com oito registos no dia 31, de moliceiros construídos por Manuel Silva Tavares, Agostinho Tavares Silva (5 registos) e Henrique Ferreira da Costa, todos de Pardilhó, mas com diferentes compradores; 1965: Dezembro. Todos os registos deste ano (oito) são feitos no dia 2. O escrivão e o capitão do porto mantêm-se durante esta lacuna de um ano mas, entretanto, a designação deste último passa de “capitão tenente” para “capitão de fragata” Agostinho Simões Lopes; 1966: Todos os registos deste ano (23) são feitos no dia 31 de Dezembro; 1967: Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Setembro, Outubro; 1968: Abril (dez registos no dia 9), Junho, Julho, Setembro; 1969: Agosto, Setembro; 1970: Agosto (oito registos entre 18 e 19 de Agosto), Setembro, Outubro, Novembro; 1971: Maio; 1972: Maio; 1973: Abril; 1977: Junho; 1978: Março; 1980: Janeiro; 1982: Janeiro; 1983: Abril; 1984: Agosto e Setembro; 1985: Janeiro, Fevereiro, Junho, Julho, Setembro; 1986: Julho; 1987: Abril; 1988: Fevereiro, Outubro; 1990: Março, Setembro, Novembro; 1992: Setembro, Dezembro; 1993: Abril; 1994: Setembro; 1995: Junho; 1996: Junho; 1997: Maio, Junho, Agosto; 1998: Abril, Julho.

quando são mais importantes (como, por exemplo, mudar o fundo), chama-se o barqueiro ou leva-se o barco para o estaleiro. A reparação e conservação deste barco são extremamente caras, tanto em consequência dos elevados custos do material, como do preço que leva o barqueiro. Para refazer o tabuado de um barco seria preciso contar com cerca de 500.000\$00 em meados da década de noventa. Quando o moliceiro morre como barco e não é recuperado, transformam-no em lenha, apodrece na margem da Ria ou no campo ou é queimado. Por vezes, salva-se o mastro e o leme. Mas os painéis são quase sempre total ou parcialmente retirados e preservados, principalmente os da proa: “E, mais tarde, quando inutilizado para as funções que exerce, ainda lhe aproveitam o madeiramento para o fogo das lareiras; só lhe poupam apenas, algumas vezes, para a excêntrica serventia de galinheiro, cortelho ou canil, a parte monumental: o seu castelo da proa”³². Na sua oficina de Pardilhó, o construtor “Mestre” Felisberto Amador guarda a proa do último moliceiro pintado por seu tio, pintor e construtor, objecto que “não venderá nunca”³³. Outras proas e painéis vende ou oferece, pois não compreende o valor que lhes é atribuído.

A existência dos moliceiros registados no livro nº 35 (de 24 de Março de 1939 a 17 de Junho de 1942) situa-se entre 1940 e 1956, ou seja, a média de vida é de dezasseis anos. No livro nº 36 (de 27 de Junho de 1942 a 30 de Setembro de 1944), a média é de dez anos, entre 1943/4 e 1953/5. No livro nº 37 (3 de Outubro de 1944 a 15 de Abril de 1947), a média é de quinze anos, entre 1946 e 1961. O livro nº 41 (27 de Abril de 1956 a 16 de Agosto de 1958) pode ser utilizado como exemplo para a avaliação, caso a caso, do tempo que medeia entre a construção e o cancelamento de um moliceiro:

Construção – Cancelamento (anos):	Construção – Cancelamento (anos):
12	11
14	28 (edital 5/85)
29 (edital 5/85)	12
12	16
13	10
29 (edital 5/85)	12
29 (edital 5/85)	15
10	12
12 (desmantelado)	28 (edital 5/85)
7	28 (edital 5/85)
14 (desmantelado)	12
16	15

³² CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos - Aveiro*, Tomo I - *Moliceiros*, p. 14.

³³ Segundo entrevista de 19 de Fevereiro de 2000.

16 (desmantelado)	16
16 (desmantelado)	14
17	13
13	15
5	11
11	28 (edital 5/85)
11 (desmantelado)	15
29 (edital 5/85)	15
16 (desmantelado)	14
12	6 (destruído)
13	11
9	14
13	11
9	10
	17 (desmantelado)

A mediana de vida é, assim, de treze anos, entre um mínimo de sete e um máximo de dezassete anos, até à referência ao cancelamento por desmantelamento ou destruição. Excluem-se desta média os moliceiros que aparentemente duraram 28 ou 29 anos e cujo cancelamento foi determinado pela acção ordenadora dos registos decretada pelo edital nº 5 de 1985, que buscou caso a caso os barcos na realidade já inexistentes ou abandonados e dos quais não houvesse informação há mais de dois anos, conforme previsto no Art.º 100º do Regulamento Geral das Capitánias (abate de registo por falta de notícias)³⁴.

A média de vida de dez a quinze anos é característica preferencial dos barcos “de trabalho”, ou seja, daqueles que se dedicam efectivamente à recolha e transporte de moliço, com todo o seu desgaste e sucessivas reparações, conforme fora já anotado por Luiz de Magalhães, em 1905: “O que não admira, pois que o numero de barcos [em geral] matriculados na capitania do porto de Aveiro ascende a mais de 4:200, o barco moliceiro, typo mais numeroso pela natureza do serviço em que é usado, deteriora-se rapidamente e tem uma curta duração”³⁵. Esta situação não se aplica às embarcações preservadas para fins turísticos e culturais. A longevidade média dos moliceiros actualmente existentes será obviamente maior e marcada por uma maior estabilidade, ou seja, por um menor número de vendas e revendas, pois trata-se, na sua maior parte, de

³⁴ Já anteriormente houvera uma tentativa de organização dos registos, como se pode comprovar pelas anotações manuscritas na folha do 4227-M, registado em 27 de Junho de 1927 e cancelado em 11 de Abril de 1952, “por falta de notícias há mais de três anos”. Também o 4293-M, registado em 10 de Outubro de 1927, foi cancelado em 26 de Novembro de 1953, “por falta de notícias há mais de dois anos”.

³⁵ MAGALHÃES, Luiz de, “Os Barcos da Ria de Aveiro”, p. 55.

embarcações encomendadas e mantidas pela sua função estética, para exposição nos canais da Ria e eventuais passeios turísticos.

O reconhecimento do valor cultural do moliceiro marca a biografia do A776-M, adquirido a 9 de Abril de 1968 por Manuel José Barbosa, da Murtosa, a Agostinho Tavares da Silva, construtor de Pardilhó, por 6.000\$00, e que foi cancelado em 7 de Julho de 1986, “por ter sido vendido para um Museu Francês”. A nível local, individual, mas igualmente assinalável, o A712-M, construído em 1967 (valor original 8.000\$00) e transaccionado em 1972 e 1977, foi finalmente adquirido por Filipe Lopes Garcia, da Esgueira, por 30.000\$00, em 23 de Janeiro de 1984 e “segundo declaração feita no requerimento, em que o interessado requeria averbamento a seu nome do registo de propriedade do barco acima, esta embarcação destina-se a ser colocada no jardim da sua residência e jamais voltar a navegar”.

O 9919-M foi registado por Agostinho José Fernandes Rendeiro, marítimo e proprietário da Murtosa, em 3 de Fevereiro de 1958 e cancelado a 7 de Agosto de 1973, com uma revenda de permeio. Neste caso específico, interessa ressaltar a informação contida num dos painéis de proa da embarcação: sob uma imagem humana, a legenda acrescenta “Construtor Joaquim Maria da Silva 25-1-58”. A partir da leitura deste painel fica-se a saber que o moliceiro, obra de um “mestre” da Bestida, foi registado uma semana após ter sido concluída a sua construção, de que a pintura dos painéis é a etapa final.

O 4458-M, registado em 19 de Julho de 1928, foi cancelado em 7 de Janeiro de 1937, “por ter sido destruído pelo temporal no cais de Ovar”. Mas o percurso atribulado desta embarcação não se limita a este fim inglório. O seu primeiro comprador foi João Maria Rebelo dos Santos, da Murtosa, que o adquiriu por 1000\$00 ao construtor Américo António Henriques, também da Murtosa. Foi revendido em 1929, por metade do preço original, a António Valente da Fonseca, lavrador de Veiros. Em 21 de Agosto de 1934 foi vendido em hasta pública a Evangelista Rebelo, da Murtosa, “para liquidação dos custos da queixa apresentada pelo comprador” (supõe-se que contra o anterior proprietário). Não há menção concreta à “queixa”, apenas a anotação: “Não pode fazer passagem nem liquidar a queixa apresentada por João Evangelista Rebelo em 19-3-934”.

O A864-M, construído em 1970 e revendido em 1977, 1983 e 1995, tem uma biografia significativa. Adquirido originalmente por 6.000\$00, desvalorizou para metade na revenda de 1977. Porém, quando foi novamente transaccionado em 1983,

valia já 10.000\$00 e, em 1995, aquando da última revenda, multiplicou este valor por dez, para cem mil escudos. Não há registo do seu cancelamento, mas a embarcação sofreu algumas alterações. Tal como sucedeu com os congéneres existentes à data, as suas medidas foram rectificadas em 1984 e 1985, como se pode verificar pelos averbamentos nas anotações da respectiva folha e pela rasura das medidas registadas em 1970. Trata-se, porém, de alterações mínimas, na ordem dos escassos centímetros, e que correspondem a trabalhos de restauro e recuperação, essenciais para a notável valorização da embarcação e sua longevidade. Em 1985 foi-lhe também acrescentado um motor Yamaha (nº BO3967-8HP), conforme averbamento comum a tantos outros moliceiros originalmente propulsionados a “vara e vela”. O último proprietário, Ernesto Manuel Oliveira Santos, de Ovar, optou por “um motor fora de borda marca Suzuki, nº 464493 de 15 HP”. Por fim, e de acordo com a derradeira anotação na respectiva folha, “Em 15 de Junho de 1999, esta embarcação passou a actividade auxiliar local – apanha de moliço, de acordo com o nº 5 do Edital 16/97 de 10 de Dezembro”, pelo que a sua matrícula passou a ser A864-AL. Este edital foi aplicado a todas as embarcações sobreviventes, a partir dessa data.

Como exemplo ainda testemunhável dos diversos percursos de vida de um moliceiro, listam-se de seguida as “biografias” de algumas das embarcações existentes em 1997, segundo o “Registo de Moliceiros Típicos” elaborado pelos serviços da Capitania do Porto de Aveiro em 13 de Março de 1997:

A2497-M, propriedade de Carlos Augusto Silva, de Pardilhó, registado em 21 de Junho de 1996.

A2482-M, propriedade de António Joaquim Pereira dos Santos, Quintas do Norte, registado em 9 de Junho de 1995, adquirido por 250.000\$00.

A2478-M, propriedade de Manuel da Silva Vieira, Torreira, registado em 27 de Setembro de 1994, adquirido por 200.000\$00.

A2307-M, propriedade da Câmara Municipal de Aveiro, registado em 6 de Novembro de 1990, adquirido por 50.000\$00.

A2154-M, propriedade de Arlindo da Silva Lamego e Armindo Gonçalves Lamego, Torrão do Lameiro, registado em 18 de Julho de 1986, adquirido por 49.000\$00.

A1961-M, propriedade da Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro, Pardelhas, comprado em 4 de Setembro de 1999, por 300.000\$00, a Domingos Rodrigues Tavares, Bunheiro, que o registou em 24 de Setembro de 1984.

A1833-M, propriedade de João Eusébio de Oliveira Barbosa, Murtosa, comprado em 25 de Fevereiro de 1993, por 100.000\$00, a José Maria de Oliveira Rendeiro, que o registou em 15 de Abril de 1983, tendo-o adquirido por 45.000\$00.

A821-M, propriedade de Alfredo da Silva Soares, Murtosa, comprado em 7 de Dezembro de 1984, por 20.000\$00, a Augusto Maria da Silva, que o registou em 13 de Julho de 1968, tendo-o adquirido por 6.000\$00.

A785-M, propriedade de Manuel Maria da Silva Cachaço, Quintas do Norte, comprado em 13 de Março de 1997 a António Tavares Arrojado, Béstida. Este comprou a sua parte da

embarcação por 1000\$00 a Manuel Maria Tavares Arrojado, em 19 de Janeiro de 1972. António e Manuel Maria Tavares Arrojado tinham registado o A785-M em 9 de Abril de 1968, adquirido em sociedade por 9.000\$00.

A760-M, propriedade de Carlos Jesús Silva e Felicidade Silva, Torreira, registado em 1 de Outubro de 1967, adquirido por 9.000\$00. Apesar de estes surgirem ainda como proprietários da embarcação no registo da Capitania de 13 de Março de 1997, está averbada uma transacção posterior, em 12 de Fevereiro de 1973, a Gonçalo António Caravela Vieira, por 7.000\$00.

A492-M, propriedade de Joaquim Tavares dos Santos, Bunheiro, comprado em 3 de Dezembro de 1984 a José António Soares, por 20.000\$00. Este comprara a embarcação por 5.000\$00 a Pedro da Silva Capadeiro, em 9 de Abril de 1968. Pedro da Silva Capadeiro tinha registado o A492-M em 31 de Dezembro de 1964, adquirido por 9.000\$00.

Este é o único documento oficial localizável que contém o número total (24) de moliceiros existentes num determinado momento e não apenas o número de novos moliceiros matriculados. Inclui embarcações novas, antigas, reconstruídas, recuperadas e até registadas novamente por meras questões burocráticas. A vida destes moliceiros varia entre o recém-construído e os modelos já transaccionados e decerto muito restaurados com 30 e 33 anos. A mediana de idades dos barcos existentes em 1997 é de sete anos.

Actualmente, a informatização dos registos e a sua concentração no Instituto Marítimo-Portuário, em Lisboa, dificulta a livre consulta. O Instituto Marítimo-Portuário foi criado pelo decreto-lei nº 331/98 de 3 de Novembro. O licenciamento das embarcações continua a ser efectuado nos órgãos locais da Direcção-Geral da Autoridade Marítima, embora com a intervenção do Instituto na aprovação dos projectos de construção e na certificação das normas técnicas de segurança, como pode verificar-se pela consulta do *Regulamento da Náutica de Recreio* e do *Regulamento das Actividades Marítimo-Turísticas*, respectivamente decreto-lei 567/99 de 23 de Dezembro e decreto-lei 21/2002 de 31 de Janeiro, que por sua vez revogam anteriores diplomas sobre essas actividades. As embarcações só podem ser utilizadas na actividade depois de vistoriadas, sendo a validade da vistoria limitada a um ano e a inspecção ao casco em seco repetida de dois em dois anos. A tripulação continua a ser constituída apenas por inscritos marítimos e comandada por um detentor de carta nunca inferior a “patrão de costa”. Este regulamento é muito contestado pelos construtores navais e proprietários da região que, mais ou menos fundamentadamente, acusam a burocracia central de dificultar o registo de novas embarcações e de pretender descaracterizá-las com a implementação de excessivas medidas de segurança. Qualquer proprietário (particular ou empresário) que seja considerado “lisboeta” é imediatamente acusado de

manobrar influências na capital para conseguir um rápido licenciamento e atrasar a concorrência. Esta afirmação, repetida em cafés e estaleiros da margem nascente da Ria, visa quase sempre o proprietário da empresa *Bestida Tour*, dono do café-bar homónimo e do moliceiro *Boas Ondas*, construído de raiz para a actividade turística, e que é efectivamente um médico-empresário de origem lisboeta.

Após Março de 1997, o derradeiro livro existente nos arquivos da Capitania contém apenas os seguintes registos, apesar de continuarem a surgir novos moliceiros com notável regularidade e sem evidentes inovações descaracterizantes, constatação que se comprova numa simples deslocação à Ria de Aveiro e aos estaleiros navais circundantes:

A2505-M, comprado por José Maria Valente Gonçalves e Domingos de Pinho Valente, do Torrão do Lameiro, a António da Silva Esteves, construtor naval de Pardilhó, por 400.000\$00, em 19 de Junho de 1997.

A2513-M, comprado por António Rodrigues Pereira, de Estarreja, a António da Silva Esteves, construtor naval de Pardilhó, por 360.000\$00, em Maio de 1997.

A2514-M, comprado pela Câmara Municipal de Ílhavo a Manuel Felisberto Amador, construtor naval de Pardilhó, por [...], em 14 de Agosto de 1997.

A2537-AL, comprado por Manuel Silva Vieira, da Torreira, a António da Silva Esteves, construtor naval de Pardilhó, por 400.000\$00, em 24 de Abril de 1998.

A2535-AL, construído por José Maria da Silva Caravela Vieira, da Torreira, para si próprio [registado como “autoconstrução”], por [...], em 8 de Julho de 1998. Contra a tradição, recebeu a denominação de *José António*.

A2533-AL, comprado pela AMIRIA, da Ribeira de Pardelhas, a Manuel Joaquim Henriques, por [...], em 21 de Julho de 1998. Recebeu a denominação de *Tonecas*.

Contudo, algo vai mal no processo de licenciamento dos novos moliceiros, fruto da descoordenação entre as diferentes (e demasiadas) entidades intervenientes, que parecem desconhecer a exacta extensão das respectivas competências, para além de ignorarem as características peculiares das embarcações tradicionais da Ria, que dificilmente se adaptam a categorias importadas de outros contextos³⁶. Esta conjuntura ainda por resolver gerou factos como os que são narrados na seguinte notícia do *Público*, em Junho de 2002:

Este ano, não há passeio de moliceiro até S. Jacinto em Aveiro por não haver embarcações disponíveis. É a primeira vez que tal acontece nos últimos 12 anos. A iniciativa estava agendada para o próximo domingo e a Junta de Freguesia de Santa Joana, um dos organizadores deste evento, imputa as responsabilidades do caso ao moroso processo de licenciamento daquele tipo de embarcações que a Câmara de Aveiro doou a seis entidades do concelho. As mais de 700 pessoas que já se tinham inscrito no tradicional passeio da junta,

³⁶ Como ficou patente nas pesquisas e contactos efectuados junto do Arquivo Geral de Marinha e do Instituto Marítimo-Portuário, em Abril de 2001 e Junho de 2002, respectivamente.

paróquia e associações da freguesia de Santa Joana vão mesmo ficar em terra no próximo domingo. “Em Janeiro pedimos à câmara municipal os moliceiro e a lancha que iríamos precisar, contando com a cedência dos seis barcos doados, e de outros quatro, anteriores”, conta o presidente da junta de freguesia, Vítor Martins. No entanto, parte das embarcações em causa não está licenciada pelo Instituto Marítimo-Portuário e as restantes não estão vistoriadas.³⁷

³⁷ “Passeio cancelado por falta de moliceiros”, *Público*, 28 de Junho de 2002, caderno *Local*.

CONSTRUTORES E PINTORES

A construção dos barcos é uma indústria puramente local e tradicional. Ha talvez mais de cincoenta estaleiros espalhados pelas regiões que cikumdam a ria. (...) Um pormenor interessante é que a maior parte d'esses estaleiros está situada no interior das terras, e não na proximidade, da ria. De forma que é vulgar encontrar-se pelas estradas um grande barco novo, conduzido sobre carros tirados a duas juntas de bois, a caminho da ria, onde vae ser lançado. O mister de construtor é hereditario e quasi immemorial em algumas familias. (...) Os processos de construção são os mais simples. Com um cordel para o alinhamento e um pequeno sarrafo onde estão todas as medidas e proporções a attender, o mestre risca, sobre o próprio solo, o fundo do barco e os vãos das cavernas. Lançado aquelle, entram estas a arquear-se, depois revestem-se de taboado as amuradas, elevam-se a prôa e a pôpa, alteiam-se as bicas, calafeta-se, embreia-se, pinta-se – e o está o barco prompto a ir sulcar as aguas do rio, d'onde um dia o retirarão, a fim de queimar na lareira a sua carcassa pôdre, ou de lhe aproveitar a prôa para um galinheiro ou um cortelho de porcos.

Luiz de Magalhães, *Os Barcos da Ria de Aveiro*.

OS CONSTRUTORES

Os estaleiros de barcos moliceiros situam-se, de um modo geral, em pontos afastados dos braços principais da Ria de Aveiro, perto de qualquer ribeira ou no interior das povoações que circundam a laguna pelo lado este, estando principalmente concentrados no norte, no Bunheiro, na Murtosa e em Pardilhó¹. Deste facto resulta a condução festiva do barco recém-construído para a margem, ornamentado com galhardetes ou bandeirinhas de cores variadas, que o barqueiro arvora nas duas bicas em pequenas hastes provisórias, rematadas com ramos de flores silvestres. Além de barcos moliceiros, estes estaleiros produzem bateiras, mercanteis e barcos do mar. O estilo próprio de cada tipo de embarcação foi sendo desenhado ao longo dos tempos, pouco evoluindo e mantendo a sua traça por muitas gerações. Nos últimos anos têm ocorrido aperfeiçoamentos e mesmo pequenas inovações nos métodos empregues, tais como o

¹ “Pardilhó (...) tem a maior parte das suas habitações juntas e arruadas, com um aspecto citadino. Encontra-se aí a sede do Sindicato Nacional dos Carpinteiros Navais do Distrito de Aveiro, que fica em frente à igreja e que mostra a importância e o predomínio dos artífices das construções navais que dali, como de escola especializada, saem não só para o distrito mas para todo o país. A Ribeira da Aldeia tem um desembarque superior a 12.000 toneladas anuais. A principal indústria da terra é a da construção naval. Há ainda alguns estaleiros mas a sua actividade está em decadência, tendo os mestres e operários emigrado para a Gafanha, Lisboa, Figueira da Foz, Setúbal, etc., onde são preferidos por serem sabedores e honestos no seu trabalho. A pesca na ria é outra indústria importante na aldeia” (DIONÍSIO, Sant’Anna, *Guia de Portugal III – Beira Litoral, Beira Baixa, Beira Alta*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1944, p. 552).

tratamento das madeiras, que lhes confere maior durabilidade, ou a adaptação de motores, sem que tal despreze a construção tradicional.

Na realização de uma embarcação, o barqueiro utiliza vários tipos de instrumentos peculiares mas, sendo ele um carpinteiro especializado no fabrico de barcos, usa também a serra, o machado, o serrote, a plaina e a enxó, ferramentas comuns a outras profissões, hoje substituídas ou complementadas por máquinas. No estaleiro de um mestre carpinteiro naval encontram-se as ferramentas da arte necessárias à tarefa em todos os domínios: motosserras, plaina mecânica, serrote eléctrico, serra de fita, berbequim, serra de mão, serrote, machado, enxó de carpinteiro naval, formão, goiva, ponteiro, verruma, nível, martelo, marreta, maço rodeiro, macaco, grampo, gata, calambra, trado de navalhas. Com estes artefactos o carpinteiro naval faz desde a peça maior à peça mais pequena para qualquer barco. Contudo, aquilo que caracteriza verdadeiramente este género de construção são os utensílios só para ela empregues e que o tempo ainda não alterou como, por exemplo, o pau-de-pontos.

O pau-de-pontos é uma régua de pinho quadrangular de aproximadamente um metro e meio de comprimento. Sobre os seus quatro lados estão marcadas com incisões ou traços as diversas dimensões de uma embarcação: largura do fundo, altura do costado, largura da proa e da ré, cavernas, rodas da proa ou da popa, tábuas da quilha, forcados, bancos, tábuas dos bordos, falcas, entre outras peças mais. É um sistema de reconversão de medidas, uma rudimentar régua de cálculo que desempenha as funções de planta, alçado, risco e projecção, e tem por imediato auxiliar um simples cordel. Cada pau-de-pontos corresponde a um modelo e a um tamanho e destina-se a orientar futuros trabalhos, numa leitura só acessível aos carpinteiros navais da mesma arte. Associados às ranhuras, há traços a lápis, com ou sem números, que também entram na medição das peças a construir. O pau-de-pontos, em combinação com o nível, serve para a construção dos moliceiros mas também para os mercanteis, as bateiras e os barcos do mar.

As formas, da mesma maneira que o pau-de-pontos, são feitas pelo construtor que, julgando bem talhado um barco que acaba de construir, as guarda para futuro. São peças de madeira de pinho que servem de molde para o corte de certas partes delicadas dos moliceiros e de outras embarcações. No caso dos moliceiros distinguem-se as formas da proa (forcado, ponta, roda, papo), as formas da ré (roda, forçado, ponta), do interior (vertente, cavernas, braço das cavernas) e a forma do leme. Estas formas ou moldes, feitas pelos construtores e apropriadas a cada tipo de embarcação, têm

atravessado gerações de barqueiros sem que estes lhes alterem a tradição. Nenhum destes artífices conserva qualquer papel em que se achem registados tais pormenores.

Na construção naval, a matéria-prima mais procurada é a madeira de pinho, espécie endógena abundante e cujas propriedades, nomeadamente o seu comportamento em ambiente húmido, são mais adequadas ao fabrico destes barcos. O fabrico do moliceiro exige dois tipos de pinheiro: manso para as cavernas e bravo para o resto da embarcação. A sua vida começa nas florestas de São Martinho da Gândara, São João da Madeira, Válega, Sever do Vouga e Albergaria-a-Velha, onde os lenhadores deitam abaixo os dois pinheiros nos quais será talhado. Antigamente, em Sever do Vouga, os troncos cortados eram precipitados por uma caleira de madeira para o rio Vouga, de onde partiam para os estaleiros, carregados sobre barcos. Nos outros locais, o transporte era feito mediante zorras. Antes das serrarias se desenvolverem, vinham serradores para preparar a madeira nos estaleiros. Descascavam os troncos e marcavam-nos com longas linhas paralelas, da espessura desejada pelo barqueiro. Levantavam-nos sobre pontais e, um em cima e outro em baixo, em ritmo concertado, abriam os troncos. Depois, desbastavam e alisavam a madeira, adiantando o trabalho ao barqueiro. Agora, a madeira é directamente entregue já pronta pelas serrações, mas a escolha dos pinheiros, a marcação, os cortes e as dimensões são sempre da responsabilidade do barqueiro. O restante depende das cláusulas do acordo verbal celebrado. Em 2000, cada pinheiro bravo ou manso custava entre 150 e 200 mil escudos. A madeira utilizada nos estaleiros da AMIRIA vem de Sever do Vouga, Fátima e Leiria. Quanto mais xisto e pedra tiver a terra (o pinho de terra arenosa apodrece rapidamente), melhor será a madeira, que deve ser cortada em determinada época do ano e até em determinada hora do dia, para não apodrecer. Certos cortadores de madeira dizem calcular a altura do pinheiro para o mastro pela sombra. O tronco destinado ao mastro tem que ter o “lombo” para bombordo. Mestre Felisberto Amador, de Pardilhó, encomendou quarenta toneladas de pinho (três camiões) por dois mil contos e gastou quase tudo num ano. A melhor madeira, vinda de Montargil, é destinada às empenas. Vem em bruto e o construtor tem que “descascar” o pinheiro e fazer as tábuas. O pinho para os bordos pode vir de Albergaria e arredores.

Para a construção, o mestre espeta no chão nove estacas divididas no comprimento total do barco. Começa então por colocar a primeira tábua, a do meio do fundo, e em volta dispõe toda a tabuaria do fundo. Em seguida, com o pau-de-pontos “mede o barco”, isto é, procede à repartição de pontos de referência. Depois, prega com

cavilhas as cavernas cortadas segundo a forma e instala todas as outras partes, as rodas, os forcados, as pontas e a vertente da proa. Por fim, ergue o costado e faz os bordos ao barco, fixando uma prancha pelo lado exterior e outra pelo lado interior do dito costado. Continua assentando a côcia sobre as duas cavernas do meio e o traste nos bordos. Logo a seguir, vira a embarcação para afeiçoar o papo da proa e fechar o barco. Finalmente, aplica-se nos acabamentos da proa e da ré e fabrica alguns apetrechos da embarcação: painas, tostes, falcas, arrastos, escoadores. Uma vez o moliceiro construído e aplainado, é inteiramente vedado. Para impermeabilizá-lo, o mestre usa a estopa, parte mais sedosa que sai do linho quando é espadelado. Com os dedos, o barqueiro vai torcendo a estopa e fazendo pequenos fios que insere nas juntas do tabuado. Depois de todas as costuras estarem tapadas, e com o fim de concluir esta operação de calafetação, o barco é untado com breu fino. O barqueiro derrete adobes de breu numa panela e passa o produto na madeira seca. O casco fica então todo amarelo, salvo a cinta que é alcatroada com pez preto e os painéis da proa e da ré que serão ulteriormente decorados. Acontece por vezes que alguns barcos levam por cima do breu amarelo uma derradeira mão de pez negro, mas é muito raro. Este trabalho costuma ser feito na primeira restauração que sofre a embarcação. O breu preto, muito menos oneroso, não é mais eficiente mas dura mais tempo e não fica tão inestético como o amarelo ao contacto da água. Estes dois protectores são misturas de pez, sebo, resina e outros ingredientes. Depois do calafeto, o mestre dá uma demão de serradura aos bordos, à parte superior da proa e a um dos lados das tostes, a fim de proporcionar uma maior aderência aos tripulantes quando aí caminham.

Depois do barco pintado, uma delegação da Capitania do Porto de Aveiro vem proceder à vistoria. Não existe uma legislação quanto às medidas, mas quando um particular encomenda um barco tem que ir previamente à Capitania tirar uma licença para a construção. Nessa altura, dá as medidas do barco que deseja e esta vistoria consiste, de facto, em verificar se estas últimas foram respeitadas. Passado o exame, o barco é carregado até à ribeira mais próxima. No tempo em que ainda não havia tractores, os barqueiros pediam a ajuda dos lavradores para transportarem o barco. Este era carregado sobre duas zorras, uma à proa e outra à ré, ligadas entre elas por cordas e tiradas por três juntas de bois. Uma vez na borda, o comboio entrava na água. Desatavam-se então as cordas e retirava-se o carro de vante puxado pelos bois. Em seguida, a pulso, os homens levantavam a ré e faziam-na deslizar sobre a água, ficando o barco a flutuar. Este procedimento, chamado “bota-abaixo”, necessitava de muitos

braços fortes, por isso realizava-se ao fim de semana e acabava sempre com uma grande caldeirada. Com a mecanização, os bois e os homens foram substituídos pelos tractores e o bota-abaixo, agora solitário e feito em qualquer dia, perdeu em muito o seu aspecto de festa. Do estaleiro de Felisberto Amador até ao Cais das Bulhas, ninguém sai para ver o novo moliceiro passar. O barco, fixado em cima de travessas enquadadas por varas de eucalipto, é rebocado até à Ria. Lançado à água, é ornamentado com qualquer ramo silvestre ou bandeira e conduzido à vara para junto do cais, onde recebe a aparelhagem náutica e o equipamento para a apanha do moliço. O mastro é então trazido e erguido à força de braços e cordas, com grande esforço de cinco ou seis homens, e rigorosamente centrado no encaixe cavado a meio do barco. Só depois vem a vela. Na Ribeira de Pardelhas, o moliceiro vai da oficina da AMIRIA à margem de tractor e, depois, desce por uma rampa artificial em cimento, até ao canal. Em Pardilhó, usam dois toros, sobre os quais rola o barco.

A construção dos barcos moliceiros é uma indústria tradicional, em que se verifica a hereditariedade profissional, encontrando-se famílias de construtores que se sucedem há gerações. Os estaleiros foram por isso desenvolvendo o seu trabalho com base em unidades familiares de construção que, muitas vezes, eram um complemento de actividades como a agricultura, o moliço ou a pesca. São construídos por razões de comodidade junto às casas de habitação, alpendres espaçosos com o chão em terra batida e um grande portão principal que permite a saída dos barcos. À excepção de um ou dois bancos de carpintaria, estão totalmente desprovidos de arranjo. Nestes estaleiros familiares, onde chegaram a estar empregados entre dez e dezassete homens, os barqueiros trabalham hoje sós.

Várias gerações provenientes das mesmas famílias dedicaram-se a este fabrico artesanal, criando verdadeiras dinastias de Mestres, título honorífico reconhecido e respeitado por toda a comunidade ribeirinha. Entre elas, as mais conhecidas são a dinastia dos Henriques (Raimundos), dos Ferreiras da Costa (Lavouras) e dos Tavares. Com oito anos, os filhos já ajudavam os pais nos estaleiros, aprendendo toda a técnica de construção que lhes permitiria mais tarde continuar a fazer barcos, adaptando-os continuamente às necessidades da época. Raimundo, Lavoura, Tavares são apelidos ligados à história do barco e da Ria. No entanto, podemos afirmar que hoje a hereditariedade da arte cessou. Mestre Henrique Lavoura, de seu nome Henrique Ferreira da Costa, depois de um acidente, foi obrigado a fechar o seu estaleiro por falta

de quem tomasse conta dele. Mestre Agostinho Tavares, faleceu em 1996, sem continuadores.

Agostinho Tavares da Silva (1922-1996), da estrada da Ribeira da Aldeia, Pardilhó, construía em Setembro de 1987 aquele que dizia ser o seu último moliceiro, antes de se dedicar exclusivamente às bateiras². Na verdade, tal só aconteceu em 1994, quando se registou a sua última obra de arte moliceira, dois anos antes de o Mestre falecer. Ajudou o pai desde os onze anos, fazendo cavilhas, grandes pregos de madeira que seguram as tábuas às cavernas. Dos seus cinco filhos, dois emigraram para o Luxemburgo. Nas últimas décadas de actividade não tinha aprendizes mas, em novo, eram mais de doze. Alguns partiram para os estaleiros de S. Jacinto, outros para a Gafanha e Lisboa ou emigraram, pois o trabalho rareou entre 1966 e 1967. Agostinho Tavares emigrou para o Luxemburgo entre 1971 e 1976. De regresso, continuou a construir e também a pintar os seus moliceiros.

Localizaram-se 57 registos de moliceiros construídos por Mestre Agostinho Tavares da Silva, entre 1960 e 1994, período cronológico em que todos os anos se encontram completos nos livros disponíveis na Capitania, circunstância que confere fiabilidade aos valores apresentados.

A produção anual de moliceiros deste Mestre construtor varia entre uma unidade (1962, 1969, 1971, 1983, 1984, 1988 e 1994) e oito unidades (em 1964, 1966 e 1968), passando pelas cinco de 1965 e 1970, as seis de 1967, as três de 1960 e 1963 e as duas de 1961 e 1985. Nas entrevistas concedidas por este e outros mestres, e subsequente transcrição em artigos de imprensa e monografias, os valores indicados para a produção anual de barcos moliceiros são geralmente mais elevados, mas não se baseiam em registos objectivos, apenas em impressões qualitativas, com grande dose de exagero e vaidade.

De seu pai, Mestre Firmino Tavares, de Pardilhó, encontram-se apenas 20 registos, não por ter realizado menos obra do que o filho, mas porque muitos dos livros referentes ao seu tempo de actividade se perderam. Os moliceiros construídos por Firmino Tavares foram matriculados entre 1915 e 1959. Existe, assim, uma evidente continuidade entre a obra de pai e filho, uma verdadeira sucessão nas gerações, pois ao último registo de Firmino sucede, logo no ano seguinte, o primeiro registo de Agostinho, o que não exclui a existência prévia de um longo período de formação do

² FERREIRA, Nuno, “O regresso dos moliceiros”, *Jornal Expresso – Magazine*, 6 de Fevereiro de 1988, pp. 60-3.

filho-aprendiz junto do pai-mestre. Aliás, Agostinho Tavares apenas se emancipa como construtor independente, com nome próprio nos registos, muito perto dos quarenta anos. O filho só emerge muito próximo ou após a reforma do pai, partilhando a lógica rural da sucessão familiar na posse da terra. Tal como foi referido na secção “Subsistência e Proletarização, Migração e Emigração”, o filho do agricultor só toma posse da terra após a morte do pai, apesar de ter já trabalhado longos anos no seu cultivo, em troca de uma remuneração simbólica, pois todo o lucro deve reverter em favor do colectivo, da unidade de produção familiar. Embora a questão presente se prenda com a construção naval, a exploração do moliço (bem como a construção do barco moliceiro) está ao serviço da agricultura, actividade com que frequentemente se complementa, e rege-se por leis semelhantes.

Já o irmão mais velho de Agostinho, Manuel da Silva Tavares, de Pardilhó, possui registos de obra feita entre 1943 e 1966, provável data de emigração ou de abandono definitivo da construção naval. Da sua autoria foram localizados 40 registos, muitos dos quais ainda durante o período de actividade do progenitor. Em 1959 e 1960 construiu seis moliceiros, frente aos quatro de 1955 e 1957, três de 1961 e 1964 e apenas um em 1965, vésperas da emigração/abandono, dados referentes apenas aos anos completos nos arquivos.

Manuel Tavares comprova igualmente o carácter complementar subjacente aos diversos sectores económicos da Ria, pois também surge como proprietário de três barcos moliceiros, por si mesmo construídos, naturalmente para exploração e comercialização de moliço, em 1956, 1960 e 1961. É o único construtor-proprietário da família Tavares, característica que reforça o seu estatuto dentro do grupo. A proximidade das datas de construção/registo, com as três embarcações a operarem simultaneamente, comprova que Manuel Tavares teria moliceiros profissionais ao seu serviço. Apesar de se tratar de vendas fictícias, em que o valor registado da embarcação não representa uma transacção monetária efectiva, Manuel Tavares indicou nas três ocorrências valores consideravelmente abaixo das médias praticadas³.

Um tio de Manuel e Agostinho, Francisco Tavares da Silva, irmão de Firmino Tavares, surge como construtor de três moliceiros entre 1915 e 1923. O reduzido

³ Manuel da Silva Tavares, a 9 de Julho de 1956, regista o 9771-M, por 4000\$00, um pouco abaixo da média praticada (5000\$00). No registo lê-se: “construído para seu uso”. A 6 de Junho de 1960 regista o 132-M, por 2000\$00, muito abaixo da média praticada (6000\$00). No registo consta: “...por haver comprado a ou mandado construir a: construtor Manuel da Silva Tavares”. Do mesmo modo, a 28 de Abril de 1961, regista o A219-M, por 2000\$00, também abaixo da média praticada (5000\$00).

número de embarcações registadas não é significativo pois baseia-se em dados truncados pelo desaparecimento dos livros. No entanto, a coincidência na data de início de actividade dos irmãos Francisco e Firmino indicia o estabelecimento da sociedade familiar e/ou a emancipação conjunta dos irmãos em relação ao mestre anterior. A brevidade da carreira de Francisco, terminada 36 anos antes da do irmão, dever-se-á a causas naturais (morte, doença) ou à emigração, outra causa quase natural, tal como era determinado pela sociedade de então.

Joaquim Maria Henriques Júnior foi, na Murtosa, o último de uma geração de artistas, cognominados de Raimundos, que do bisavô até ele construíram centenas de barcos. Com 18 anos, em 1933, fez sozinho o primeiro barco, por 1.350\$00. Hoje apenas subsiste um primeiro registo de 1943. Em média produzia por ano 13 moliceiros, 3 mercantéis e cinco bateiras⁴. Emigrou para a América em 1960 e, depois de regressar, não mais construiu. Foi premiado no primeiro concurso de painéis realizado em Aveiro em Março de 1954 e noutros eventos subsequentes. Segundo o seu testemunho, era uma azáfama nos estaleiros dos Raimundos: o pai tinha dois a três ajudantes e cinco filhos. Chegaram a começar um moliceiro numa segunda-feira para estar a navegar no sábado seguinte. E no Verão até faziam dois barcos ao mesmo tempo, um dentro e outro fora do estaleiro.

Localizaram-se 22 registos de moliceiros construídos por Mestre Joaquim Maria Henriques Júnior, entre 1943 e 1960, número aquém da realidade, devido às lacunas existentes nos arquivos referentes a esse período cronológico. O irmão, Israel Henriques, é já designado oficialmente com a alcunha Raimundo nos registos dos seis moliceiros por si construídos entre 1955 e 1960. Cessa a actividade ao mesmo tempo que o irmão, por terem emigrado juntos.

Seu pai, Mestre Joaquim Maria Henriques, apresenta 21 registos regulares entre 1915 e 1945, pelo que o período 1943-1945 é de trabalho simultâneo das duas gerações. Irmão deste, José Maria Henriques tem somente dois registos disponíveis, em 1929 e 1932. Estes e outros construtores deslocavam-se, por vezes, a outras localidades da Ria de Aveiro ou bastante mais longínquas (no Ribatejo e Estremadura, por exemplo), para aí trabalharem para os moliceiros ou pescadores locais. Por essa razão, existe um moliceiro construído em 1932 por Joaquim Maria Henriques que regista o construtor como sendo de Portomar e não da Murtosa, localidade de todos os outros registos.

⁴ Segundo entrevista publicada em: VILAR, Jaime, *Barco Moliceiro: Que Futuro?*, Murtosa, edição da Câmara Municipal, 1995, p. 24.

De Mestre José Luís Henriques (avô de Joaquim Maria Henriques Júnior), sempre da Murtosa, localizaram-se apenas dois registos tardios, de 1922 e 1923, ocasião em que o filho Joaquim já laborava plenamente.

Mas, na realidade, a transmissão geracional de práticas e saberes entre os Raimundos não terminou definitivamente em 1960. Após um hiato de quase três décadas, Manuel Joaquim Henriques, do Bunheiro, Murtosa, recupera a tradição familiar, construindo três moliceiros, em 1988, 1990 e 1998, este último o A2533-AL, adquirido pela AMIRIA. Nesta Associação, Manuel “Raimundo” colabora também na formação profissional dos futuros carpinteiros navais⁵.

Um outro ramo da família Henriques, residente no Munte, Murtosa, não partilha da alcunha Raimundo mas representa outra afamada dinastia de construtores. São os Henriques de Miranda. O seu último representante foi José Agostinho Henriques de Miranda (1910-1996), o “Ti Preguiça”, primo de Joaquim Maria Henriques Júnior “Raimundo”, cujos descendentes abandonaram totalmente a arte. Registou 30 moliceiros entre 1941 e 1962, sendo que, só em 1955, 1956 e 1957, registou seis, cinco e novamente seis moliceiros, respectivamente.

O seu pai foi Mestre Manuel José Henriques de Miranda, que registou quatro moliceiros entre 1922 e 1935, de acordo com as escassas informações disponíveis. Também em 1922 se estreou o seu primo Manuel Luís Henriques de Miranda, de quem só se localizou esse primeiro registo. Um outro primo, João Pedro Henriques de Miranda, exerceu entre 1931 e 1940, com três registos. José Agostinho Henriques de Miranda parece ter sido o sucessor directo deste primo em segundo grau, pois inicia a sua actividade em nome próprio no ano seguinte. No entanto, as lacunas dos arquivos referentes à década de quarenta impedem qualquer conclusão definitiva.

Nenhum dos Raimundos e nenhum dos Henriques mencionados foram proprietários de moliceiros. A existir complementaridade de actividades, esta associará a construção naval à agricultura ou à pesca, nunca à recolha e comércio de moliço. Também nunca se dedicaram à construção de barcos de mar, apenas a moliceiros, mercantéis e bateiras. Joaquim Maria Henriques Júnior “Raimundo” deslocou-se algumas vezes com o pai a Peniche, Setúbal, Alcácer do Sal, Vila Franca de Xira,

⁵ “Manuel Raimundo, mestre carpinteiro, 76 anos. Mestre Raimundo começou aos 13 anos. Aprendeu com o pai e nunca fez outra coisa por muito tempo. Não sabe ao certo, mas admite já ter construído ‘p’ra aí uns 200 moliceiros, e, com isso, alguma técnica, saber de experiência feito e muita prática’. É esse o segredo que, de há um ano a esta parte, tem vindo a transmitir aos alunos do estaleiro-escola. ‘P’ra ver se os moliceiros não acabam, porque a ria sem moliceiros não vale nada!’ (“Moliceiros voltam a estar na moda”, *Jornal de Notícias*, 29 de Fevereiro de 2000, p. 27).

Carregado, Azambuja e Salvaterra de Magos, para a construção de bateiras que os murtoseiros utilizavam quando para esses locais iam fazer a safra do sável⁶. No conjunto da actividade da família Henriques (Raimundos e Henriques de Miranda), os anos de maior produtividade foram, com base em registos completos: 1955 (14 moliceiros), 1956 (10 moliceiros) e 1957 (11 moliceiros). Há, de seguida, um período de transição com 5 moliceiros em 1958, 8 em 1959 e 5 em 1960, para logo a produção decair para uma só unidade em 1961 e 1962, momento de abandono e emigração.

Os “Lavouras” ou “Labouras” são, na realidade, Henrique Ferreira da Costa e seu pai, José Ferreira da Costa. Mestre Henrique Ferreira da Costa (nascido em 1930) constrói também xávegas no seu estaleiro, um modesto alpendre em Pardilhó. À medida que o barco começa a ganhar forma, tem de ser transportado para um terreno contíguo. As ferramentas utilizadas são sempre muito primitivas e recorre ainda à enxó e ao machado. Nestes casos, a pintura é realizada no próprio estaleiro, com excepção da imagem religiosa da proa do barco, que é feita por um artista popular das redondezas. Entre 1955 e 1985, foram registados 52 moliceiros construídos por Henrique “Lavoura”, sempre em anos integralmente documentados nos arquivos. É assim fiável o facto de Henrique Lavoura ter tido uma primeira fase de implementação no mercado, entre 1955 e 1965, com uma média de um a três moliceiros construídos por ano. Nessa época, os seus grandes concorrentes seriam, sem dúvida, os Henriques de Miranda e os Raimundos, então no máximo da sua produção. A partir de 1966, o número de moliceiros construídos passa de quatro nesse ano para nove em 1967 e dez em 1970, apesar de se tratar já do período de decadência da exploração do moliço. Mestre Henrique Ferreira da Costa não apresenta nenhuma lacuna na sua produção pois nunca se deixou tentar pela emigração. Registos de um moliceiro sucedem-se regularmente ao longo da década de setenta e oitenta, até 1985, quando são matriculados os seus dois últimos moliceiros.

De seu pai, Mestre José Ferreira da Costa ou José “Laboura”, sempre de Pardilhó, conhecem-se oito registos, entre 1936 e 1959. Como já é hábito, apenas quatro anos medeiam entre o primeiro registo do filho e o último registo do pai. Nenhum dos Lavouras é proprietário de moliceiros.

Os Garridos eram naturais de Salreu. Ambos os irmãos já faleceram e nada resta do seu estaleiro. Mestre Luciano Rodrigues Garrido trabalhou entre 1927 e 1961, tendo

⁶ LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, pp. 38-9.

sobrevivido 20 registos de moliceiros da sua autoria. Mestre Manuel Maria Rodrigues Garrido trabalhou entre 1955 e 1968 e deixou registo de 15 moliceiros. Apesar de serem construtores de Salreu, os moliceiros que saíam do seu estaleiro não eram apenas os pequenos e negros “moliceiros de Salreu”. Uma vez que para este estudo foi dada prioridade aos barcos de letra M. da medida grande, os únicos com os tradicionais painéis pintados, os referidos 35 moliceiros construídos pelos Garridos medem todos entre 13 e 14 metros e meio de comprimento.

Mas os Garridos, ao contrário da maioria dos seus congéneres da Murtosa e Pardilhó, eram também proprietários de barcos moliceiros. Luciano Garrido surge como proprietário de cinco embarcações, adquiridas em 1939, 1945, 1955, 1958 e 1961, ou seja, simultaneamente com a sua actividade de construtor naval, pressupondo-se que empregaria moliceiros profissionais ao seu serviço. Tão grande e reiterado investimento não parece coadunar-se com uma simples actividade complementar, ilação reforçada pelo facto de todos estes moliceiros terem sido construídos pelo próprio Mestre Luciano Garrido. Existe aqui um investimento não só de dinheiro mas também de tempo e trabalho, que urge rentabilizar. De modo semelhante, seu irmão Manuel Maria Garrido constrói e regista para si mesmo dois moliceiros, em 1957 e 1960. Ambos têm o cuidado de registar o preço virtual que terão praticado na “transacção”, preço esse que, inversamente ao praticado por Manuel da Silva Tavares, nunca se afasta da média corrente na época. No único registo em que se encontra preenchido o campo relativo à profissão do proprietário, em 1955, Luciano Garrido afirma-se “construtor naval”⁷.

Outro construtor-proprietário foi Mestre Joaquim Maria da Silva, da Béstida. Entre 1927 e 1963 construiu 21 moliceiros. Os dois primeiros desses registos, em 1927 e 1934, dão o Bunheiro como lugar de origem do construtor, provavelmente por este não se encontrar, então, ainda fixado definitivamente. Outro registo, em 1955, indica a Torreira, mais distante, na outra margem da Ria, local onde o Mestre se terá deslocado para aí trabalhar. Contudo, este moliceiro construído na Torreira foi registado como propriedade do mesmo Joaquim Maria da Silva, em 4 de Maio de 1955. Depois deste, adquire mais três moliceiros: a 25 de Abril de 1957, compra a Joaquim Maria Henriques

⁷ Moliceiros propriedade de Luciano Rodrigues Garrido, por si construídos: 6810-M (24 de Outubro de 1939); 8246-M (26 de Novembro de 1945); 9431-M (27 de Julho de 1955); 9973-M (9 de Setembro de 1958); A257-M (11 de Setembro de 1961). Moliceiros propriedade de Manuel Maria Rodrigues Garrido, por si construídos: 9865-M (4 de Junho de 1957. No registo consta claramente: “construído para si próprio”); 161-M (8 de Agosto de 1960). Segundo depoimento recolhido por Ana Maria Simões Lopes junto de Arnaldo Domingues Rodrigues Pires, construtor de bateiras e patachas que trabalhou durante 31 anos com os Garridos, estes não seriam dos mais hábeis na construção de moliceiros (LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, p. 40).

Júnior, construtor da Murtosa, o 9840-M; a 26 de Novembro de 1963, compra o 76-M, em revenda, quatro anos após o primeiro registo; a 22 de Abril de 1967, compra a Henrique Ferreira da Costa, de Pardilhó, o A722-M. Enquanto comprador de revenda, Joaquim Maria da Silva dá como profissão “marítimo” e compra pelo preço médio praticado pelo construtor, seja este o próprio ou um companheiro de ofício.

Os “Galvões” (Amadeu da Silva Galvão e Manuel da Silva Galvão) da Murtosa apenas construíram, cada um, um moliceiro, sempre para uso próprio, na década de cinquenta. Manuel Galvão adquiriu ainda mais um moliceiro, em 11 de Junho de 1968, o 9801-M, em revenda, doze anos após o primeiro registo, a Manuel José Barbosa, proprietário não-construtor. Enquanto comprador de revenda, inscreve como profissão “marítimo”, ocupação que lhe permite tripular o próprio barco e nele trabalhar na apanha de moliço. Nestes casos, e inversamente aos outros exemplos apontados, a construção naval será uma actividade ocasional e claramente complementar do trabalho como agricultor e/ou moliceiro.

Em 1959 e 1960, quatro embarcações destinadas à apanha do moliço, com cerca de 13,5 metros de comprimento (“miranços” ou barcos de Mira), registadas na Capitania do Porto de Aveiro, foram obra do falecido António Pimentel Loureiro, o “Mestre Gadelha”, e seu irmão João Pimentel Loureiro, de Seixo de Mira. O filho, Evangelista dos Santos Loureiro, estabeleceu-se como construtor naval em Cabeços Verdes, Mira, dedicando-se sobretudo a bateiras, chatas e botes para a pesca.

António da Silva Esteves, mestre carpinteiro naval, tem o seu estaleiro nas matas de Saltadouro, Pardilhó, constituído por um armazém de construção definitiva que pode comportar dois barcos. Dispõe de espaço à frente para parque de madeiras, pequenas embarcações e máquinas ou alfaías. Mestre Esteves só tem um ajudante, um carpinteiro naval com mais de dez anos na arte, demorando cerca de um mês a construir um barco, sem pintura. É também muito procurado para a construção de bateiras e barcos de arte xávega. Não provém de família de barqueiros mas registou já seis moliceiros da sua autoria entre 1993 e 1998, sempre vendidos a particulares, chegando a construir dois num ano, em 1995 e 1997. O bota-abixo de um destes moliceiros, *O Lameirense*, foi noticiado na imprensa: “Bota-abixo de barco moliceiro em Pardilhó: *O Lameirense* já flutua na Ria (...) ‘Esta é uma profissão que tem que se aprender de pequenino’, diz António Esteves, o construtor do novo barco, *O Lameirense*, que desde os nove anos se dedica a este ofício. Uma profissão interrompida durante o período em que esteve emigrado e logo retomada quando regressou. ‘Quando vim, era para já não fazer mais

nada. Mas parece que tenho um bichinho... Não consigo estar quieto’, diz António Esteves, que, nos últimos quatro anos, construiu idêntico número de barcos moliceiros”⁸. Posteriormente, já fora do âmbito temporal coberto pelos registos consultados na Capitania, António Esteves construiu o A2575-AL, baptizado de *José Miguel*. Neste caso, à inovação que constitui o facto de o moliceiro receber um nome, acrescentou-se a insólita assinatura do Mestre, à proa, junto da matrícula.

O representante mais activo desta tradição ancestral é Mestre Felisberto Amador, ex-empregado de Henrique Lavoura, com obra registada desde 1986 (oito moliceiros entre 1986 e 1997) mas sem tradição familiar na construção naval. Vários membros da família Amador, da Murtosa e Pardilhó, surgem porém nos registos como proprietários de moliceiros, entre 1915 e 1975. A posse de um ou vários barcos moliceiros não significa que os proprietários exerçam efectivamente a recolha de moço. Para tal podem empregar os serviços de moliceiros “sem barco”, proletarizados, enquanto os empregadores se dedicam a outras actividades, como a agricultura e a construção naval.

A transição de moliceiros para construtores de moliceiros na sequência geracional de uma família não é exclusiva dos Amadores. O Mestre Manuel Lopes Conde (1919-1991), da Gafanha do Carmo, Ílhavo, começou a construir embarcações artesanais aos 26 anos com o seu irmão António, já que ambos revelavam grande habilidade para trabalhos em madeira. O mester não vinha de família, pois tanto eles como o pai eram moliceiros profissionais. Na totalidade, construíram poucos moliceiros, pois a maioria das embarcações do género existentes nas Gafanhas eram feitas na Murtosa e em Pardilhó, na chamada zona nobre dos moliceiros, ou adquiridas em segunda mão aos murtoseiros.

Felisberto Amador, o “Felisberto dos Barcos”, também cognominado de “Mestre” nas pinturas dos barcos que construiu e que o celebram na tradicional imagem de cavaleiro, trabalha no seu estaleiro da Rua da Tabuada, em Pardilhó, um simples barracão de madeira, cimento e chapa, junto à estrada e sempre aberto ao público. No terreno anexo, situa-se a abastada casa de família. O seu único ajudante (muito contrariado) é o filho de dezoito anos, que tem o 12º ano feito mas só a contragosto continuará os estudos, para grande tristeza do pai. Mas no estaleiro “tem sempre

⁸ “Bota-abaixo de barco moliceiro em Pardilhó: *O Lameirense* já flutua na Ria”, *Jornal Público*, 13 de Julho de 1997, p. 55.

trabalho se for preciso”, afirma Felisberto Amador, que trabalha desde os 14 anos⁹. Durante anos, esteve emigrado em França, “a trabalhar”, após ter aprendido o ofício durante doze anos com Mestre Henrique Lavoura.

O Mestre tem uma clara atitude saudosista, cheia de rivalidade em relação aos outros construtores e estaleiros e principalmente ao da AMIRIA, alegadamente falho de qualidade, beneficiado com subsídios cuja origem questiona mas que o tornam num concorrente desleal e cujos moliceiros “não duram um ano”. Os formadores “não sabem nada”, o que ensinam é inútil e aquilo “é só para fazer dinheiro” (“Só sabem andar a lixar a madeira muito devagarinho”). Troça do mercantel aí construído em 1999/2000, que “ainda não parou de meter água e não pode navegar”. Segundo ele, cada caverna tem de levar, pelo menos, duas cavilhas para a madeira não deixar passar água ao inchar. Pensa que o mercantel da AMIRIA não levou nenhuma, pelo que afunda. Os exemplos de incompetência da concorrência prosseguem: apesar de serem necessários setenta metros de tela para fazer uma vela, a AMIRIA terá fabricado uma com 120 e, por isso, o moliceiro virou numa regata, o que é pouco habitual. O moliceiro nunca vira totalmente porque o mastro bate no fundo mas, quando a água começa a passar sobre os bordos, é já impossível evitar o desastre. De forma algo irónica, um experiente formador da AMIRIA confirmou confidencialmente que os moliceiros desta Associação estão mal construídos, “apertam” demasiado na proa e têm “emenda”. Pelo tamanho da vela, previu que o *Agar*, cujo bota-abaixo ocorreu a 7 de Setembro de 2000, irá virar. Para Felisberto Amador, os moliceiros adaptados à actividade turística também “não são moliceiros”, por causa das falcas fixas, dos assentos estofados, do motor e “por tudo”. Quanto a si próprio, afirma que só deixa o seu nome figurar nos painéis dos moliceiros que constrói pela muita insistência dos proprietários, mas o orgulho com que o diz é bem visível. Possui naturalmente carta de marítimo mas só tem licença para navegar embarcações até dez metros, por isso quer construir um pequeno moliceiro para andar na Ria e participar nas regatas. No entanto, e algo contraditoriamente, crê que os moliceiros devem ter obrigatoriamente quinze metros.

O cais mais próximo do estaleiro de Felisberto Amador é o Cais das Bulhas, em Pardilhó, onde abica os moliceiros construídos, à espera do proprietário. Mas também na berma da estrada, à porta do estaleiro, aguardou durante um ano um moliceiro da medida grande, concluído e pintado, “à espera que a Câmara o viesse buscar”. A

⁹ Entrevistas de 19 de Fevereiro e 7 de Setembro de 2000.

Câmara de Aveiro paga com atraso mas nunca falha, apesar de procurar sempre o melhor orçamento, pois não quer preços que subam juntamente com a inflação. Como a AMIRIA (de novo) tem muitos subsídios, ultrapassa a concorrência, que se recusa a fazer oscilar os preços “para baixo”. Felisberto Amador praticou sempre preços iguais, para evitar disputas entre os clientes. Agora só constrói moliceiros para fins turísticos. Recentemente construiu um moliceiro para um alemão, que se deslocou com intérprete à oficina, para exploração turística. Pintou-o à pressa, com os mesmo painéis de um outro moliceiro que já navegava na Ria, porque o pintor falhou o compromisso verbal acordado e só apareceu para sombrear as figuras. As encomendas com prazos apertados levam-no a trabalhar pela madrugada fora. Construiu também um moliceiro para expor em Macau.

No terreno junto à oficina e no próprio telheiro, duas bateiras aguardam conserto. Constrói muitas bateiras, a sua principal fonte de rendimento, a 450 contos cada, para os pescadores da região, principalmente da Torreira, destinadas à apanha do berbigão. São o orgulho de quem tem nelas o seu ganha pão, por isso as inscrições no seu interior, com nomes, declarações, ditados e máximas do agrado do proprietário. Muitos pescadores possuem várias bateiras. Estas têm normalmente seis metros, mas pensa que a Capitania vai obrigar a construí-las com apenas cinco, “que não servem para nada”, o que irá prejudicar o negócio. Quando as embarcações estão prontas, têm de aguardar a fiscalização para poderem ser pintadas. Felisberto Amador já não constrói mercanteis. Em Fevereiro de 2000, estava a trabalhar numa encomenda de dois barcos de mar para a Torreira, sempre em madeira de pinheiro manso. O barco estava deitado sobre calços, enquanto o Mestre e o seu filho pregavam com maços de madeira cravos grossos, também de madeira de pinho, nas tábuas espessas que cobriam o cavername, já fixadas por pregos. Cortam o excedente do cravo e afagam com lixa, numa técnica que o Mestre considera “a verdadeira”. O primeiro barco, o *S. Paio*, já concluído e entregue, levou a imagem do santo à proa, mas considera isso uma “modernice” encomendada pelo patrão da companhia. No segundo, o *Sr^a da Encarnação*, pintará uma santa da devoção da companhia, uma virgem negra.

Fatalista e lamentando-se constantemente, o Mestre diz ter já pensado várias vezes em fechar o negócio, demolir a oficina e tomar outro ofício (camionista), por causa dos impostos e encargos, apesar de, em 1999, ter feito cerca de quarenta orçamentos para diversos barcos. Os pescadores têm 60% de subsídio para a construção ou compra de embarcação, por isso exigem sempre recibo e o construtor paga grandes

impostos. Pagou trezentos contos de IRS em 2000. Cobrou 1750 contos por um moliceiro à Câmara de Aveiro, entregou-o e, posteriormente, pediram-lhe para acrescentar bancos para fins turísticos. Com o IVA, a obra ficou, na realidade, por cerca de 1800 contos. Comprova-se, assim, que a construção de uma embarcação pode obedecer às mais diversas regras contratuais, fixadas verbalmente ou por escrito, quando o cliente é uma câmara municipal ou uma empresa turística.

Fontes orais diversas, recolhidas entre construtores e proprietários ao longo da década de oitenta, apontam como preço médio de um barco moliceiro cerca de 500.000\$00 em 1984, 600.000\$00 em 1986 e 800.000\$00 em 1989. As entrevistas falam de preços na ordem dos mil, dois mil contos, para a década de noventa. Em 2000 (referindo-se a 1999), Mestre Felisberto Amador afirma ter cobrado 1750 contos por um moliceiro à Câmara de Aveiro. Sobre 1.000.000\$00, diz ter um rendimento de 100.000\$00, mas é provável que este seja mais elevado¹⁰.

Contudo, em igual período, os registos mostram preços de escassas dezenas e centenas de contos, muito abaixo do que se diz praticar. O valor registado mais alto de sempre é de 400 contos, em 1998, por Mestre António da Silva Esteves. Os moliceiros construídos entre 1987 e 1990 por Felisberto Amador foram adquiridos por valores entre os cinquenta e os cem mil escudos, de acordo com os respectivos registos.

Em entrevista à imprensa datada de 1997, António Esteves declara que cerca de 1500 contos é o custo de uma embarcação deste género (moliceiro da medida grande). Mas os dois moliceiros que construiu nesse ano foram registados por 400 e 360 contos. Em 1995, foram-no por 250 e 150 contos, tanto quanto os valores de 1993.

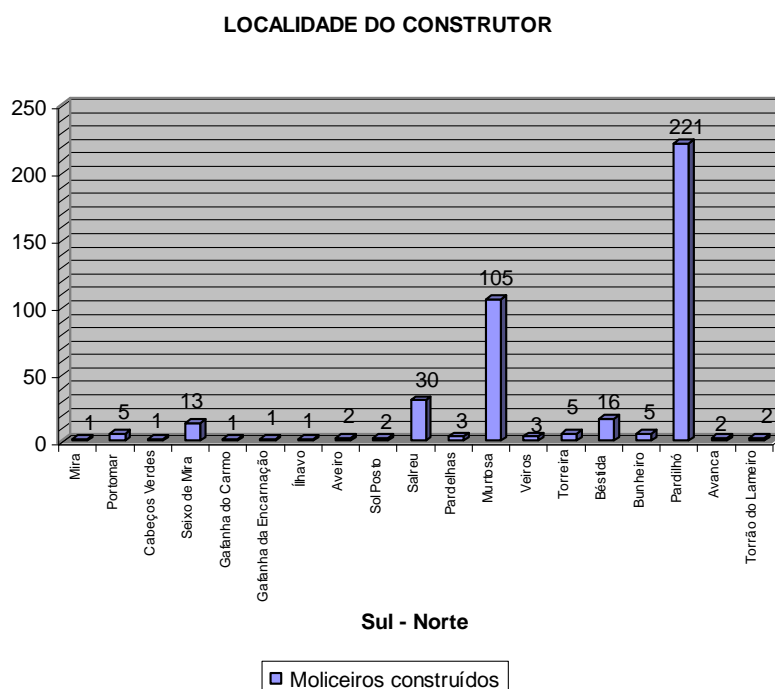
Esta diferença óbvia entre a realidade e a documentação oficial espelha uma situação de fuga aos impostos em geral e ao IVA em particular, por parte de construtores e compradores, declarando valores muito mais baixos do que os praticados. Desde 1996 que começam a surgir lacunas nos registos, no que diz respeito ao preço da embarcação, omissões praticadas quer por compradores particulares quer por instituições. Em 1996, há um registo sem preço de aquisição (A2497-M, comprado por

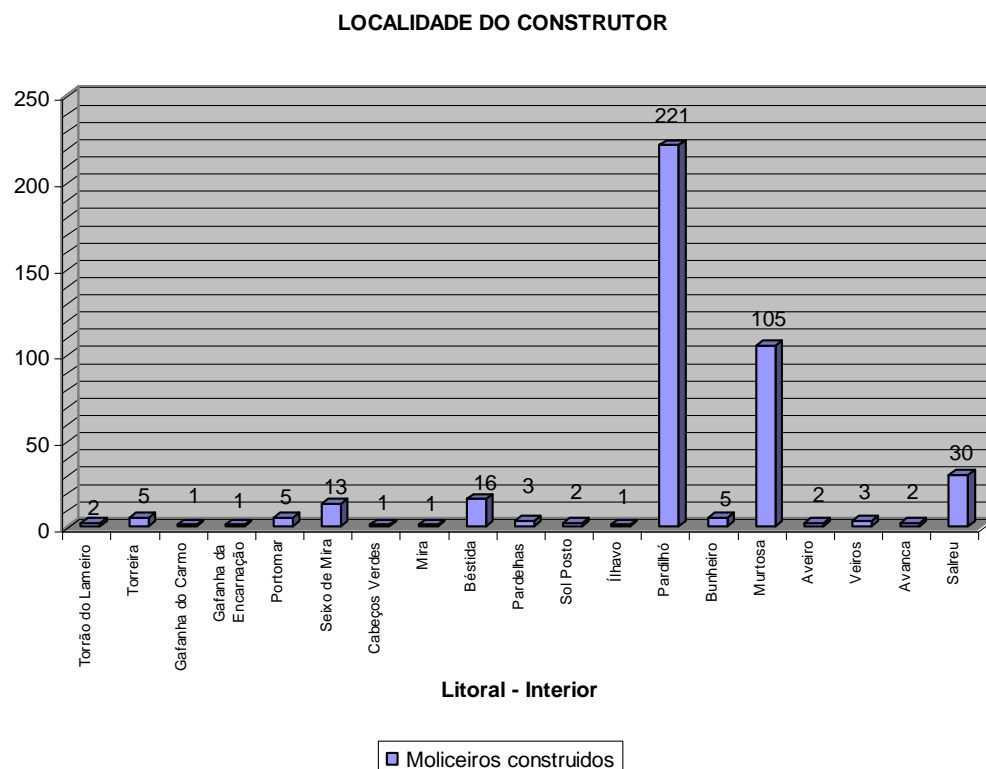
¹⁰ “O Ti Arrojado chegou a fazer velas a 100, 200 e 400\$00 e, em 1986, levava de feitio 12.000\$00 por uma vela grande de moliceiro. Demora cerca de três semanas de trabalho intenso. Actualmente, João do André cobra 65.000\$00” (LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, p. 54). “João André, mestre de velas, 70 anos. ‘João do André’ não é o seu nome verdadeiro. Herdou-o do avô (André) que, tal como o pai, também já se dedicava a fazer velas de moliceiros. Aos sete anos, já cosia panos de vela à mão, mas foi na agricultura que sempre ganhou o pão de cada dia, acrescentando que se dedicou a este ofício ‘por gosto e porque nunca soube fazer cera’. A arte, diz o mestre, está no ponto. Ponto certinho e feito à mão. ‘Porque é como ficam boas e assim manda a tradição’. (‘Moliceiros voltam a estar na moda’, p. 27).

um particular). Em 1997, outro (A2514-AL, comprado pela Câmara Municipal de Ílhavo). Em 1998, são dois os registos sem preço de aquisição (A2435-AL, comprado por um particular, e A2533-AL, adquirido pela AMIRIA). Já a Câmara Municipal de Aveiro regista os preços dos dois moliceiros adquiridos em 1986 e 1990, respectivamente por noventa mil e cinquenta mil escudos. Este último, o A2307-M, um moliceiro da medida grande, novo, construído por Mestre Felisberto Amador, exibe um preço manifestamente reduzido.

No entanto, quando Joaquim Maria Henriques Júnior “Raimundo” afirma ter construído o seu primeiro barco em 1933 por 1350\$00, não está longe dos valores então constantes dos registos e da mediana de preços do ano. A quantia que afirma ter ganho é a que efectivamente foi registada. E não esqueçamos que desde sempre os preços tenderam a uma certa uniformidade entre os diferentes construtores, pelo que o mesmo se passaria com os valores cobrados/registados pelos demais barqueiros. Do que se conclui que a verdade apenas se tornou incompatível com o sistema fiscal em tempos mais recentes, de grande inflação nos encargos tributários.

Entre 1914 e 1998, período documentado pelos registos de embarcações do Arquivo da Capitania do Porto de Aveiro, as localidades onde foram construídos barcos moliceiros distribuem-se da seguinte forma, de sul para norte e do litoral para o interior, com o número de embarcações daí provenientes:





Destaca-se a evidência de os principais núcleos de construção se situarem no interior norte da Ria de Aveiro, ou seja, nas imediações da margem nascente da laguna, especialmente na área em redor da Murtosa. O moliceiro trabalha para a agricultura, logo a sua construção situa-se preferencialmente em zonas rurais do interior lagunar, distanciadas dos aglomerados piscatórios, cuja estruturação sócio-económica é determinada pela actividade marítima. É também a chamada Ria da Murtosa a zona de maior abundância de moliço verde.

De sul para norte, é o seguinte o enquadramento espaço-temporal dos construtores. Para cada localidade, refere-se o número de moliceiros aí construído (item “naturalidade do construtor” na folha de registo) seguido do período cronológico coberto pelos respectivos registos:

Mira	1	1970
Portomar	5	1915, 1932 e 1956
Cabeços Verdes	1	1915
Seixo de Mira	13	1915 a 1960
Gafanha do Carmo	1	1941
Gafanha da Encarnação	1	1933
Ílhavo	1	1915
Aveiro	2	1997
Sol Posto	2	1947 a 1956

Salreu	30	1934 a 1968
Pardelhas	3	1966 a 1985
Murtosa	105	1922 a 1998
Veiros	3	1922 a 1955
Torreira	5	1955 a 1961 e 1998
Béstida	16	1946 a 1963
Bunheiro	5	1927 a 1997
Pardilhó	221	1915 a 1998
Avanca	2	1915 a 1964
Torrão do Lameiro	2	1997

Ao longo dos tempos, certas localidades mantiveram-se inalteráveis como centros de construção artesanal de barcos moliceiros, tal é o caso de Pardilhó, Murtosa e Bunheiro, presentes em toda a sequência cronológica estudada. Outras, como Portomar, Seixo de Mira ou Salreu, tiveram o seu período de actividade no passado e extinguiram-se muito antes da recente recuperação turística do barco moliceiro¹¹. Mas os moliceiros de Mira e Salreu dificilmente poderiam adaptar-se à terciarização da embarcação, pois as suas dimensões reduzidas e ausência de decoração apelativa são incapazes de competir com o potencial turístico de um barco da medida grande. Na Torreira, onde o último moliceiro fora construído em 1961, o renovado interesse pelo património fez reviver essa prática em 1998. A maioria das extinções ocorreu nos finais da década de cinquenta e durante a década de sessenta, numa conjuntura de novo relacionada com a emigração e a decadência da indústria do moliço. Determinadas localidades figuram como centros de construção, com produção significativa, graças à existência de um estaleiro associado a uma única família de construtores, como no caso dos Garridos de Salreu. Finda a sucessão familiar no ofício, a localidade desaparece dos registos.

O fatalismo, o saudosismo e o orgulho disfarçado de amargura pela dureza da vida passada estão patentes em todos os testemunhos de mestres construtores, não só no diálogo directo mas também nas entrevistas das décadas de oitenta e noventa recolhidas na imprensa periódica. É sempre o último moliceiro, a profissão está sempre em crise, vão fechar o estaleiro, não têm lucro, estão submersos pelos impostos, mas depois admitem que as encomendas se sucedem (se não de moliceiros, pelo menos de bateiras e barcos de mar) e que a situação já foi muito pior. Os apoios financeiros da AMIRIA e as encomendas das câmaras municipais são questionados, comentados, analisados e alvos de suspeita, mas também de cobiça.

¹¹ Em Portomar (1915, 1932 e 1950) e Seixo de Mira (1915 a 1960) construíram-se moliceiros apenas para venda no exterior da localidade, pois não há aí qualquer registo de propriedade.

Apesar da evidente rivalidade, reiterada até numa certa hostilidade verbal, Felisberto Amador convive quotidianamente com elementos dos estaleiros da AMIRIA, formadores e formandos, com quem partilha, se bem que esporádica e irregularmente, os serviços de mestres pintores como José Manuel Oliveira. Mas mais do que um terreno próximo e até comum, une-os a realidade incontornável de serem os raros continuadores de uma tradição num passado próximo quase extinta, apesar das diferentes circunstâncias em que praticam a arte tradicional da construção naval.

Para assinarem de modo inequívoco as suas obras, todos os mestres construtores merecedores desse título possuem uma insígnia colorida que os identifica, pintada de ambos os lados do leme do moliceiro, sobre a chança¹². O mais completo inventário de insígnias de construtores navais existente encontra-se na Ribeira de Pardelhas, cuidadosamente pintado no interior da porta do Café Farol, frequentado pelos construtores das redondezas e pelos elementos da vizinha AMIRIA. Sobre este inventário de insígnias legendadas com o nome do respectivo Mestre, lê-se em título “Homenagem aos Mestres Barqueiros”, rodeado de alguns coloridos exemplos de cercaduras geométricas (CD I, Estaleiros e Pintores, 86)¹³:

Mestre Joaquim Raimundo e Pai – triângulo verde.

Mestre Henrique Lavoura – estrela de cinco pontas verde e vermelha, em campo circular branco contornado a amarelo.

Mestre António Esteves (Pardilhó) – estrela de cinco pontas verde e vermelha, em campo circular branco e azul claro, contornado a amarelo.

Mestre Manuel Conde – triângulo vermelho invertido.

Mestre Agostinho Tavares e Pai – campo circular dividido em quatro (dois quartos verdes e dois quartos brancos alternados) e contornado a vermelho.

Mestre Felisberto Amador – campo circular com dois semicírculos vermelhos na vertical, espaço entre ambos a preto e contornado a amarelo.

Mestre Júlio Raimundo – três barras paralelas na horizontal, em vermelho, amarelo e verde.

Mestre José Preguiça (José Agostinho Henriques de Miranda) e Pai – barra horizontal com sucessão de triângulos verdes e vermelhos.

Mestre Manuel Tavares – três círculos concêntricos, por ordem crescente: verde, branco e vermelho.

Mestre Manuel Raimundo – roseta sexfoliada vermelha em campo circular verde, contornado a friso rosa e branco.

¹² Para uma comparação intercultural, consultar GEISTDOERFER, Aliette, “Connaissances techniques et patrimoine maritime”, *Études Rurales*, nº 65, Janvier-Mars 1977, pp. 49-58, sobre a pesca tradicional nas Ilhas da Madeleine, próximas de Cap-Breton, no golfo de Saint-Laurent, Quebec. Nesta região, quando um pescador descobre uma zona de pesca da qual pretende guardar o usufruto, marca-a com uma das suas bóias de madeira pintadas com as suas cores, reconhecidas e respeitadas pelos outros pescadores, que conhecem os proprietários de todas as cores e respectivas associações. Os pescadores distribuem entre si um determinado número de cores e de combinações de cores a fim de demarcar as respectivas bóias, as únicas marcas de propriedade utilizáveis no mar.

¹³ Imagens recolhidas em 6 de Abril de 2002.

Mestre Joaquim Raimundo – losângulo verde com flor branca de centro vermelho.
Mestre José Ferreira da Costa – dois círculos concêntricos, o interno amarelo, o externo azul.

As cores descritas correspondem à reprodução existente no Café Farol mas, na realidade, por vezes variam. No caso de Mestre Felisberto Amador, por exemplo, o centro da insígnia tanto pode ser preto como azul escuro, azul celeste ou roxo. Muitas destas insígnias há muito que desapareceram da Ria. Por uma questão de fidelidade à tradição, e para exibir uma decoração genuína completa, alguns moliceiros ostentam insígnias fictícias, que não representam nenhum dos estaleiros existentes. São simples círculos multicoloridos, com combinações geométricas atraentes, no local habitual sobre a chança, que não transmitem nenhuma informação sobre a origem do barco. A insígnia circular também pode ser substituída pelo escudo da bandeira portuguesa sobre a esfera armilar.

OS PINTORES

Os barcos moliceiros saem prontos dos estaleiros. Duas situações se verificam então: ou são pintados pelos próprios mestres construtores ou por um pintor habilidoso, exterior ao funcionamento do estaleiro, que vem executar esse serviço. Em ambas as situações, trata-se de autodidactas que, por tradição familiar ou através do contacto com a cultura popular nas suas diversas formas, herdaram todo um conjunto de modelos e técnicas de imagem ancestrais, num processo comum a outras formas de arte congéneres:

Où ont-ils acquis une pareille maîtrise dans le travail de la craie de couleur? Ils ne répondent pas et rient. “On fait ça depuis toujours mais ça ne vient pas tout de suite. Il faut d’abord commencer avec le blanc et le bleu, puis apprendre à utiliser les autres couleurs une à une”. Et l’autre que mes questions semblent excéder: “Tout ce qu’on a envie de dire, c’est dans le tableau”.¹⁴

Tous les gardiens de troupeaux n’ont pas la même habilité, et ne confectionnent pas tous les mêmes choses ; le choix du matériau, le type d’object et la technique utilisée varient de l’un à l’autre. Certains acquièrent ces connaissances en observateur silencieux faisant plusieurs tentatives avant d’arriver à exécuter tel ou tel object.¹⁵

¹⁴ SORIANO, Marc, “Les Crayeurs”, *Ethnologie Française*, nouvelle série, tome 13, n° 3, 1983, p. 207.

¹⁵ BARBOFF, Mouette, “*Matar o tempo* ou le rôle social, médiatique ou métaphorique de l’object”, *Ethnologie du Portugal: Unité et Diversité*, Actes du Colloque (Paris, 12/13 mars 1992), Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1994, p. 88.

O artista trabalha com as capacidades cognitivas e sensoriais do público, aliadas ao seu próprio sentido estético. Apesar de algumas destas capacidades serem inegavelmente inatas, elas são postas em prática através da experiência de uma vivência rodeada de objectos, conceitos e realidades que provocam reflexão, tolerância ou reacção. A arte e as ferramentas da sua descodificação são produtos da mesma cultura. O criador, que partilha das crenças e saberes de uma comunidade, elabora a sua mensagem a partir deste fundo comum, para a traduzir de seguida numa linguagem plástica. A sua tarefa consiste em fixar a identidade da comunidade em termos sensíveis, afirmar simbolicamente a sua coesão e assegurar a sua perenidade.

O papel do artista consiste igualmente em guardar e transmitir os ensinamentos da tradição e em fazer aceitar a sua evolução, através de criações originais que os autenticam. A especificidade da arte popular fundamenta-se nas modalidades deste processo de criação, suscitado e regido pelos destinatários, “[la question des destinataires] un des aspects les plus importants, avec les thèmes, du rôle social de l’imagerie”¹⁶. A arte popular manifesta o património comum de ideias e imagens numa iconografia geral que lhe confere a sua energia espiritual e da qual obtém todo o seu significado. O popular integra a ideologia do grupo ao qual pertence o criador e a sua linguagem exprime a sensibilidade comum. Mas, se a arte popular deve respeitar estas condições de elaboração, sob pena de comprometer a sua identidade, as características do indivíduo destinador e do grupo destinatário também variam de acordo com as épocas e as alterações sociais.

Para além da decoração primeira aquando do bota-abixo do barco recém-construído, ocasião pontual no calendário de trabalho da Ria, a repintura e embelezamento do barco moliceiro é um trabalho próprio da época estival, antes e durante os concursos e regatas de Junho a Setembro. Por conseguinte, ser pintor de moliceiros não constitui uma profissão à qual alguém se possa dedicar exclusivamente. Os pintores são, antes de mais, trabalhadores de outros sectores, lavradores, pescadores e, na ocasião, pintores. Ao contrário do barqueiro, o pintor não possui oficina. Quando se trata de um barco novo, desloca-se ao estaleiro, enquanto que, para as renovações, anda pela Ria. Aproveitando a altura da amanhação em que o barco é puxado para fora da água, contrata-se o pintor.

¹⁶ RIVIÈRE, Georges-Henri, “Quelques réflexions sur l’imagerie populaire”, catálogo da exposição *Cinq Siècles d’Imagerie Française*, Paris, Musée National des Arts et Traditions Populaires, 1972, p. XIV.

A arte de pintor de moliceiros proporciona aos que a ela se consagram um certo prestígio entre a comunidade e isto apesar de não reivindicarem com qualquer assinatura as suas obras. Durante muito tempo, o anonimato foi considerado um dos traços específicos da arte popular. Esta seria uma arte do espontâneo, produzida somente para responder a uma necessidade: decorada em função da forma, cada peça seria, assim, o fruto de uma inspiração imediata. Na realidade, paralelamente aos poucos que trabalham livremente, numerosos são os pintores que executam encomendas cujos temas foram impostos e os motivos indicados. Mas não basta opor a contingência da encomenda a essa dita espontaneidade, muitas vezes descrita também em termos de ingenuidade, noção de discutível ambiguidade. A arte popular reflecte simplesmente uma prática que deve menos aos ensinamentos académicos do que à acumulação de conhecimentos, muitas vezes fragmentários e ocasionais. O artista não procura produzir uma prova do seu saber mas sim colocar a sua competência ao serviço da comunidade à qual são destinados os objectos que cria. Quando adopta modelos eruditos, selecciona os elementos que serão eventualmente modificados e justapostos numa ordem original, interpretados em conformidade com as necessidades e valores da comunidade. Em virtude deste processo de apropriação, uma obra, mesmo que envolva elementos fixados pela tradição, é sempre uma recriação, nunca uma imitação.

Neste caso, inclui-se a recorrência nos painéis de numerosos moliceiros da imagem da Princesa Santa Joana de Aveiro, reproduzindo, com fidelidade variável, o retrato da Princesa em trajes de corte, obra patente no Museu de Aveiro e cuja autoria foi atribuída a Nuno Gonçalves¹⁷. Se bem que se desconheça a fonte de inspiração do decorador pioneiro, existe aqui uma clara relação entre o referente externo erudito e a reprodução popular do retrato, como se houvesse uma preocupação de rigor histórico que não surge noutras representações mais subjectivas e imaginosas da personagem. Diversamente reproduzida, a imagem é também adaptada à estrutura morfológica do moliceiro e às preocupações e carências da população: a protecção de Santa Joana é evocada não só para pescadores e moliceiros, mas também para a própria Ria, cuja

¹⁷ Santa Joana Princesa, filha de D. Afonso V e da rainha D. Isabel, nasceu em Lisboa a 6 de Fevereiro de 1452 e morreu em Aveiro a 12 de Maio de 1490. Confirmou-lhe o culto o Papa Inocêncio XII, em 1693. Vivendo embora na corte, D. Joana entregava-se principalmente a orações, penitências e obras de caridade. Entrou no convento de Jesus em Aveiro a 5 de Agosto de 1472 e recebeu o hábito de noviça a 25 de Janeiro de 1475. Falecido D. Afonso V, D. João II encarregou a irmã da educação de D. Jorge de Lencastre, que veio a ser o fundador da casa de Aveiro. Os restos mortais de D. Joana repousam no coro baixo da igreja do depois conhecido Convento de Santa Joana-Princesa, extinto convento de Jesus (hoje Museu de Aveiro). Uma das preciosidades do museu é o retrato de D. Joana, em trajes de corte, que foi atribuído a Nuno Gonçalves.

decadência por todos é lamentada. Os painéis “Minha Santa protege a Ria”, “Se não fosse eu o moliceiro já tinha morrido” e “St^a Joana protectora da Ria de Aveiro” podem ser considerados de cariz simultaneamente devoto e ecológico (CD II, Religiosos, Hagiográficos e Votivos, 11, 15 e 13).

A actividade de pintor de moliceiros, mesmo limitada a alguns meses por ano, é comparativamente lucrativa. Com um ritmo seguido e boas condições climáticas, a decoração de um barco demora quatro ou cinco dias. Comparando este tempo de trabalho com os preços por decoração mencionados por testemunhos orais, é óbvio que esta ocupação é, financeiramente falando, interessante para o pintor: entre 5.000\$00 e 20.000\$00 na década de oitenta; entre 20.000\$00 e 45.000\$00 na década de noventa. Para o proprietário, o embelezamento do seu moliceiro é origem de despesas. Além da soma ajustada com o artista, tem que comprar os materiais, pelo que muitos moliceiros propriedade de particulares exibem as mesmas pinturas durante dois ou três anos. Antes dos incentivos pecuniários actualmente praticados pelas autarquias e do renovado interesse pelos concursos de painéis, foram numerosos os testemunhos de moliceiros a navegar com decorações praticamente destruídas pelo tempo¹⁸.

O pintor começa por desenhar e só depois faz a aplicação das tintas. Desenho e pintura estão tão aliados para o artista popular, que quase não existem fronteiras entre um e outro. O papel do desenho preparatório é tanto mais importante quanto o povo gosta dos contornos bem marcados, das formas bem definidas, chegando o artista a destacar as figuras e outros elementos da composição, sublinhando-lhes todos ou apenas alguns dos contornos. A camada cromática é, em geral, plasmada, homogénea, só se notando uma ou outra pincelada intencional para dar maior relevo ao elemento tratado:

Traço aqui ou ali, mais flor menos flor, sem rigor na distribuição do colorido mas apenas com inteira obediência aos contrastes, que não se dispensam, por que constituem uma exigência da sensibilidade visual do artífice, pode dizer-se que não há desenhos iguais em pormenor, mas semelhantes no seu conjunto, facto este que individualiza o efeito decorativo de cada peça realizada.¹⁹

¹⁸ Em Agosto de 2003, José Manuel Oliveira cobrava setenta contos por pintar os quatro painéis de um moliceiro, sendo o proprietário a fornecer as tintas. O Inverno de 2002/2003 foi particularmente rigoroso e houve muitos moliceiros danificados no cais da Bestida. O *Tavares Belo*, por exemplo, ficou sem as bicas e as falcas. Foram precisos mais de duzentos contos para a sua reparação, sem contar com a pintura.

¹⁹ CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos - Aveiro*, Tomo I - *Moliceiros*, Porto, Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos de Arte e Museologia, 1943, p. 244. No terceiro volume do seu *Guia de Portugal*, Sant’Anna Dionísio refere a existência de uma oficina de pintura de proas de moliceiros em Veiros, integrada na rubrica “excursões de Estarreja à Bestida (Torreira)”. Ver DIONÍSIO, Sant’Anna, *Guia de Portugal III – Beira Litoral, Beira Baixa, Beira Alta*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1944, p. 546.

Mestre Joaquim Maria Henriques Júnior “Raimundo”, da Murtosa, é um dos nomes que aliou a arte da construção naval à da pintura de moliceiros, tal como o pai, Joaquim Maria Henriques. Começava por lixar as zonas pictóricas dos painéis, emassá-las e pintá-las com alvaiade. Depois de este estar seco, riscava directamente os desenhos a lápis com o auxílio de uma régua, de um compasso e de um pauzinho. Começava pelos frisos, dando o nome de “mochos” aos que fazia desde os golfiões até à bica. À proa, usava quase sempre dois desenhos, tendo um dos painéis o nome do construtor e o outro o local e a data da construção. À ré, só colocava um motivo envolvido por um enquadramento. Normalmente, os proprietários não davam sugestões e o Mestre pintava directamente no barco os temas da sua imaginação, gostando de variar os desenhos, principalmente os da ré. Utilizava bastante os motivos religiosos (Imaculada Conceição, S. João Baptista, Santos Populares) e os motivos regionais campestres. Para as legendas, aceitava sugestões de familiares e amigos, sendo da sua autoria legendas ainda hoje recorrentes sob diversas variantes, numa forma de homenagem das gerações de pintores posteriores (“Esta vai segada”, “Não me toques que me desafinas”, “Não me fujas amor”, entre outras).

As tintas eram todas em pó, sendo necessário misturar-lhes óleo, secante líquido e aguarrás. Nunca usou tintas produzidas a partir de substâncias naturais nem tintas de esmalte. Servia-se das cores vivas e, para obter alguns tons, fazia misturas, que tentava reduzir ao mínimo indispensável. Para as legendas, usava letras maiúsculas, separando as palavras com intervalos de disposição calculada por aproximação. Apesar de não ter instrução, preocupava-se com a acentuação e buscava auxílio para evitar os erros de ortografia.

Também o Mestre José Agostinho Henriques de Miranda decorava os seus próprios moliceiros, com algum auxílio dos demais trabalhadores do estaleiro. Primeiro fazia esboços em papel, que colocava em cima da zona a decorar e copiava. Tradicionalmente, colocava à proa uma coroa de realeza e uma figura humana e, no painel contrário, um cavalo e outra figura humana. À ré, escolhia motivos variados. No entanto, e de acordo com a ética local, um verdadeiro artista do moliceiro, ao contrário de José Agostinho Henriques de Miranda, traça directamente as suas figuras a lápis, contornando-as com tinta preta, e despreza o decalque de imagens, salvo em casos de extraordinária e reconhecida perfeição no resultado obtido.

Agostinho Tavares da Silva, construtor de Pardilhó, pintou barcos moliceiros desde muito jovem, tendo começado por ajudar o pai, Mestre Firmino Tavares.

Começava também por afagar, emassar e aplicar o aparelho de alvaiade, hoje substituído pela subcapa. Reconhecidamente superior a Henriques de Miranda, riscava directamente o que lhe ditava a criatividade, utilizando com frequência figuras emolduradas em círculos. Acontecimentos políticos não o influenciavam, preferindo retratar cenas simples do quotidiano local. Dada a sua falta de instrução, não tinha um conhecimento perfeito da ortografia nem do uso de acentos, mas considerava que os erros conferiam humor e autenticidade às legendas.

Já Mestre Henrique Ferreira da Costa “Lavoura” viu-se sempre obrigado a recorrer a pintores estranhos ao serviço do seu estaleiro, como o Zé da Lota, de Sarilhos Pequenos, contratado por intermédio de um seu irmão, construtor naval no Seixal²⁰. Este homem, antigo pintor de varinos do Tejo, ficou conhecido em Pardilhó e deixou marcas do seu traço em alguns barcos da região, que ainda hoje ostentam cenas de campinos, touradas e forcados, provenientes de um contexto distante da Ria de Aveiro.

Mestre Felisberto Amador, de Pardilhó, pinta igualmente os painéis dos moliceiros saídos do seu estaleiro, mas tem pouco tempo e paciência²¹. Em caso de necessidade, contrata os serviços de pintores como José Manuel Oliveira e Domingos Valente, mas nem sempre o acordo verbal é cumprido e há falhas de assiduidade que atrasam a obra durante dias. Felisberto Amador pinta motivos à sua escolha, com tinta de esmalte e pincel, e renega o uso de marcadores, mesmo para o contorno a preto. Para ele, as cercaduras não têm significado obrigatório. Afirma que a introdução dos motivos florais nas cercaduras, em complemento das tradicionais cercaduras geométricas, é da sua autoria, sendo muito requisitados pelos proprietários e já imitados por outros pintores. Em Fevereiro de 2000, concluía há pouco a pintura de um novo moliceiro. Para um dos painéis da ré, escolheu deliberadamente um tema jocoso que representa uma rapariga em roupas ligeiras e um padre no confessionário, com a legenda “Qual de nós pecou mais?”. Num dos painéis da proa, alude às vitórias futebolísticas do Beira-Mar, fazendo questão de assumir tais opções frente aos pintores “tradicionalistas”, atitude de contestação sublinhada ainda pela ausência de qualquer motivo religioso neste moliceiro. No entanto, foi já fiel à tradição ao pintar um auto-retrato equestre, com o seu próprio nome (como “Mestre”) em legenda, no outro painel de proa. Afirma porém tê-lo feito a contragosto e muito instado pelo proprietário.

²⁰ Testemunho recolhido por LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, p. 112.

²¹ Entrevista de 19 de Fevereiro de 2000.

No caso da decoração com recurso a pintores exteriores ao trabalho do estaleiro, contratados pelos mestres barqueiros ou pelos proprietários das embarcações, Ana Maria Simões Lopes compila os nomes de António Tavares de Almeida (“Soeco Velho”), o filho, José Soeco, de Avanca, e Avelino Lopes de Matos, de Pardilhó, todos já falecidos e situados numa linha muito tradicional. No painel de proa exposto no Museu Municipal de Ílhavo, cuja legenda é “Bao Indo Que Eu Ca Bou”, lê-se entre as duas secções: “P. Soeco”. Ambos os Soecos eram famosos construtores (e pintores) de jugos e cangas. José Soeco deslocava-se frequentemente a Pardilhó, Bunheiro, Murtosa e Salreu, para aí pintar barcos moliceiros. Entre 1932 e 1942 esteve emigrado no Brasil, após o que se dedicou exclusivamente à arte das cangas²². Sem fornecer mais dados, D. José de Castro refere um pintor de barcos, José Majina, natural de Ovar²³. Sendo a ausência de assinatura uma das características dos painéis dos moliceiros, a obtenção de nomes, com respectivas biografias, historiais de produção e técnicas empregues, torna-se extremamente difícil, principalmente quando o pintor não se identifica com o construtor e o seu nome se perde nas evocações pessoais sobre actividades marcadamente complementares e sempre efémeras. Nestes casos, as únicas fontes existentes limitam-se aos testemunhos orais e às entrevistas no terreno, pois o nome do decorador apenas subsiste registado na memória da comunidade, mas ausente dos arquivos e registos das autoridades.

A comprová-lo, evoca-se o testemunho de Avelino Marcela, recolhido em Setembro de 1987, marceneiro reformado, ex-emigrante e pintor ocasional de moliceiros, sem ligação profissional ou familiar à construção naval nem à exploração do moliço. Prestava os seus serviços no estaleiro ou nos embarcadouros da Ria, conforme o contrato tivesse sido celebrado com o construtor ou com o proprietário. Já septuagenário, trabalhou desde criança e nunca aprendeu a pintar. O seu talento é inato e desenvolveu-se através da prática e da observação. Conta que chegou a decorar cerca de duas dezenas de barcos por ano. Aquando da entrevista, em meados da década de oitenta, cobrava cerca de 1500\$00 por jornada de trabalho, com o construtor ou proprietário a fornecer as tintas e utilizando os seus próprios utensílios de pintura (várias brochas, pincéis finos para o contorno a negro, régua, compasso). Para além dos

²² LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, p. 113. Para a década de oitenta, mais recentemente, a autora aponta o nome de Salvador Belo, da Torreira, como sendo um pintor que não deu continuidade ao seu talento criativo. Joaquim Esteves Godinho, de Pardilhó, é outro pintor cujos painéis demonstram um sabor muito característico, pela sua graça maliciosa e quase analfabetismo. No feminino, surgem os nomes de Susana Lopes e Florinda Lamego, sem contudo referir obras da sua autoria.

²³ CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos – Aveiro*, Tomo II – *Pescadores*, p. 76.

painéis, o contrato incluía igualmente a decoração da porta do coberto, dos golfiões e da bica da proa, entre outros detalhes. Nos painéis, os temas desenvolvidos provinham, como é habitual, de sugestões do proprietário ou, na ausência destas, da imaginação do artista, onde predomina ainda o estilo tradicional de inspiração rural. Avelino Marcela rejeitou o moderno e o político no seu trabalho, bem como a influência dos livros e da televisão. Aceita apenas sugestões devotas inspiradas em imagens religiosas, que tentou sempre reproduzir à vista. As legendas, em maiúsculas, com as palavras delimitadas entre si por pontos, surgiam na sequência do desenho, naturalmente ou por opinião externa. Na sua obra, uma das legendas da proa deve exibir o nome do construtor e, algures nas demais, não dispensa o apontamento de humor picante. A correcção ortográfica é secundária. À proa prefere figuras de cavaleiros, reis e campinos, enquadrados num círculo ou num cortinado. À ré, imperam as personagens do povo, emolduradas em forma de buraco de fechadura. Sem esboços, riscava directamente a lápis e depois completava o painel com as tintas de esmalte, sucedâneas das tintas em pó, misturadas com óleo, secante e aguarrás. Como bom artista popular, evitava ao máximo as “meias-tintas”, preferindo os tons puros. Para a execução dos frisos, dividia geometricamente o espaço com régua ou com o auxílio do compasso. Procedia de igual modo para todos os painéis da embarcação. Começava por dar a cor de carne (que compunha excepcionalmente com branco, vermelho e amarelo), nos locais adequados e na base das legendas. Seguidamente aplicava o amarelo e prosseguia com cores progressivamente mais escuras, para ocultar qualquer imperfeição nos tons mais claros. Por fim, para concluir e realçar a imagem, procedia ao contorno dos desenhos a preto, o “sombreado”.

Em 1987 faleceu Jacinto Vieira da Silva, da Torreira, artista que recusou a mera cópia da tradição ancestral. Idêntico aos demais na utilização das cores principais, na preparação das zonas do barco a pintar e na utensilagem, inovou em aspectos fulcrais a arte do moliceiro: o desenho baseado em rigorosos esboços de papel vegetal, ampliados através de quadrículas; a opção por tonalidades compostas; a temática diversificada, tanto local como global, inspirada em livros, na imprensa e na publicidade, e livremente distribuída pelos quatro painéis disponíveis. Nas legendas, evitava sempre o erro ortográfico e preocupava-se com o aspecto gráfico, manifestando um gosto especial por frases mais longas do que as habituais. Utilizava muito pouco os tradicionais enquadramentos em círculo ou buraco de fechadura, porque preferia aproveitar ao máximo todo o espaço que o painel lhe proporcionava, chegando mesmo a aumentar a

superfície pictórica do painel da ré. Normalmente era contactado pelos proprietários dos moliceiros, desagradados com a decoração original do estaleiro. No entanto, esta opção pela valorização estética do barco é onerosa, uma vez que as pinturas do estaleiro fazem parte do contrato de construção.

Quando o proprietário não pode comportar os gastos de uma nova decoração, o pintor limita-se a avivar e retocar o painel, alterando-lhe apenas a legenda. Esta imagem-legenda a restaurar nem sempre é da autoria do pintor chamado para a tarefa, pelo que certas figuras e respectivos comentários circulam entre diversos pintores, adaptados de modo diferente ao talento e imaginação de cada um. Está neste caso o painel que Jacinto Vieira da Silva pintou com as frases “Só trago o pacote da criada” e “O correio dos segredos” e que Joaquim Raimundo pintara já com as legendas “O correio das alcoviteiras” e “O correio das más línguas”.

Na sua prática, Jacinto Vieira da Silva contestou a obrigação de figurar o construtor num dos painéis da proa, alegando que a insígnia já era testemunho suficiente da sua autoria. Esta opção inovadora, que libertou mais um painel para a criatividade do artista, foi amplamente seguida durante a década de noventa, apesar de o retrato, preferencialmente equestre, do construtor não se ter extinguido. Curiosamente, é já no século XXI, com a recuperação acelerada e ostensiva de todos os elementos ligados à tradição do barco moliceiro, que se retoma a antiga disposição dos painéis, com o retrato equestre à vante, legendado com o nome e naturalidade do Mestre, mesmo que este seja o colectivo da AMIRIA. A recuperação do moliceiro num contexto diferente daquele para o qual foi originalmente criado, objecto de observação e já não de utilização, leva a fenómenos de hiper-correcção, de hiper-tradicionalismo, patrocinados pelas entidades oficiais, instruídas e modernas, mas avessas a ensaios de inovação, como aqueles levados a cabo por artistas populares, apesar de isolados, incultos e mergulhados nos costumes da comunidade.

O jovem Domingos Fernando Rodrigues Valente, de Quintas do Norte, é actualmente um pintor amador com actividade muito irregular. Alcoólico e quase indigente, não é fiável em termos de prazos e assiduidade, levando duas semanas para pintar um moliceiro. É contudo um extraordinário artista, quando sóbrio, traçando o desenho directamente a lápis sobre a madeira do barco. Por vezes, alterna o desenho livre com a cópia em papel vegetal, inspirando-se em livros do ensino básico e em catecismos. Afirmar-se adepto da tradição e figura preferencialmente uma imagem equestre, um tema religioso, um tema local e um tema jocoso. Aproveita integralmente

o espaço do painel, com grande pormenor gráfico, e tende a inovar no traçado das cercaduras. É o autor da magnífica imagem da Rainha Santa Isabel com a legenda “Fazer bem; não olhar a quem”, pintada em Agosto de 1999 na proa do moliceiro A2269-M, na margem da Ria em Quintas do Norte, com as latas de tinta espalhadas pelo chão e a gravura onde se inspirou pendurada numa cadeira, sobre o coberto do barco. Pintura, gravura e material ficavam abandonados, ao ar livre, entre duas sessões de pintura. Tratava-se, neste caso, da redecoreação de um moliceiro construído em 1988 por Mestre Manuel Joaquim Henriques e revendido em 1997 a Fernando Dias Silva Tavares, de Quintas do Norte (CD I, Estaleiros e Pintores, 60 a 64).

Na década de noventa, impôs-se José Manuel Marques Oliveira (nascido em 1969), natural do Monte, Murtosa, como o mais famoso, prolífero e inovador pintor de moliceiros da actualidade. O pai e o avô exerceram a profissão de moliceiros durante toda a vida. Cita mestres como Agostinho Tavares, Henrique Lavoura, José Preguiça e os Raimundos, pai e filho.

Com alguma formação artística, desenha com grande facilidade, traça directamente no painel, aproveita-o integralmente e preocupa-se em reproduzir as cercaduras tradicionais e as insígnias do construtor. Usa tinta de esmalte e só considera as cores primárias, contornadas a negro, como sendo genuínas. Os próprios frisos que enquadram o painel obedecem a regras, pois devem representar simbolicamente o mar, a Ria e a terra, os três elementos fundamentais para a vida das gentes da região. As ondas do mar e o moliço surgem de forma estilizada, e a moldura de flores, que agora é muito mais elaborada, simboliza a terra. Previsivelmente, ignora a pretensa autoria de Felisberto Amador na criação dos frisos florais. Para José Manuel, a decoração de um moliceiro (excluindo a pintura do costado, de que se encarrega normalmente o construtor) exige cerca de cinco dias, embora, caso o trabalho se realize na água, com a variação das marés e o vento, possa ser necessário um pouco mais de tempo. A maioria das vezes, o barco é pintado no próprio estaleiro onde foi construído. Actualmente, acrescenta alguns procedimentos técnicos, como a aplicação de uma subcapa e o envernizamento final. Raramente os desenhos dos painéis são definidos pelo proprietário do barco, deixando-se ao pintor a liberdade de inventar situações e motivos. Há, todavia, uma constante nas temáticas glosadas: um painel pode conter temas de carácter religioso, patriótico, satírico, histórico, humorístico, político, sem esquecer o retrato equestre do construtor, na proa. Os painéis associam-se muitas vezes ao humor picante, que a legenda complementa, de modo muito menos velado do que antigamente.

E, como lembra o pintor, o observador é co-responsável na leitura maliciosa, uma vez que o desenho defende o painel e a ambiguidade é também um elemento de humor.

Actualmente formador na AMIRIA e pintor por conta-própria, após doze anos de trabalho nos estaleiros de S. Jacinto, José Manuel Oliveira apenas permite aos seus auxiliares pintar detalhes de menor importância. Em 6 de Setembro de 2000, nas instalações da AMIRIA na Ribeira de Pardelhas, durante os retoques finais e pintura de um moliceiro a lançar à água no dia seguinte, José Manuel decorava um painel da ré com alusões satíricas à questão das touradas de morte em Barrancos, apoiado no jogo de palavras da legenda “Mas que grande barrancada”, com o “n” reduzido ao mínimo para criar o efeito cómico. No painel, o povo de Barrancos surge com orelhas de burro, tal como a polícia e o ministro que lança papéis com a palavra “leis” para o ar (CD I, Estaleiros e Pintores, 1 a 4 e CD II, Jocosos, Instituições, 23). Orgulhoso do resultado, o pintor chama a atenção para estes detalhes e para o efeito cómico da linguagem. Para desenhar o escudo nacional no painel do cavaleiro à proa, utilizava uma moeda de 100\$00. O moliceiro fora encomendado por um vereador da Câmara de Aveiro, ao preço de dois mil contos, quantia decerto omitida no respectivo registo ou substituída por um valor muito menor²⁴. Na véspera do bota-abixo, a pintura estava a ser ultimada, com os painéis ainda em esboço, enquanto um oficial da marinha verificava as medições e alguns formandos instalavam o leme, por pintar. O moliceiro ainda não tinha matrícula. O entusiasmo colectivo de formadores e formandos concluiu a pintura numa única noite.

José Manuel vangloria-se de vencer todos os concursos de painéis em que participa, mas prefere declinar o convite para integrar o júri de outros concursos, principalmente por ocasião das festas do S. Paio, devido às rivalidades e pressões com que é confrontado. É tão crítico, orgulhoso e susceptível como os seus congéneres construtores e afirma que muitos dos concursos de painéis existentes, nomeadamente o que decorre anualmente em Quintas do Norte, foram feitos para os próprios organizadores ganharem. Dois meses antes das regatas que têm lugar no Verão, começa a azáfama da pintura dos painéis. Nessa altura, José Manuel Oliveira não tem mãos a medir para responder às solicitações, chegando a ter que recorrer à colaboração de alguns dos formandos dos cursos da AMIRIA, que até aí treinaram as pinturas em

²⁴ Os registos de matrícula posteriores a 1998 não estavam disponíveis nos arquivos da Capitania do Porto de Aveiro aquando da realização desta pesquisa (2000-2001). Os livros de registo mencionam somente os averbamentos (transacções, correcção de medidas, alteração de funções, inclusão de motor) realizados após 1998.

painéis de contraplacado. Uma única preocupação ocupa os proprietários dos moliceiros: a preparação dos barcos para a regata. Tal implica cuidados com a rapidez da navegação (que passa não só pelo velame como também por estratégias como a aplicação de sebo no casco) e com o embelezamento do barco, que se quer alvo da admiração geral.

Em Abril de 2002, um moliceiro recém-construído aguardava a conclusão dos seus painéis no estaleiro da AMIRIA. Uma particularidade distinguia o seu decorador: tratava-se de uma professora de Educação Visual do ensino básico, de Oliveira de Azeméis, que frequentara o estaleiro no Verão anterior e tentou reproduzir o traço característico de um pintor genuinamente popular (CD II, Jocosos, Eróticos, 134). O atraente resultado obtido evidencia a preparação técnica da autora na perfeição e proporção do desenho, algo já visível, se bem que de forma ainda incipiente, nas pinturas de José Manuel. Relança-se aqui a questão da autenticidade da arte popular e dos seus agentes, do popular e do popularizante. Aparentemente, a formação superior desta pintora justifica a perfeição técnica do painel mas afasta-a automaticamente da categoria dos artistas populares. A formação técnica, de nível médio, de José Manuel, também o poderá colocar nas margens desse conceito. Mas, e o que dizer de Domingos Fernando Rodrigues Valente, inculto, alcoólico e indigente, sem qualquer tipo de formação artística, e cujos painéis alcançam ainda maior perfeição e complexidade (no traço, na cor e na composição) do que os dos seus congéneres da AMIRIA? A realidade parece contradizer os conceitos teóricos. No entanto, há que ter presente que os pintores “cultos” da AMIRIA têm obrigatoriamente de forçar um traço popularizante e já não popular, esquecendo deliberadamente muitas das técnicas que dominam, para poderem ser autorizados a decorar um moliceiro, para poderem usufruir do estatuto prestigiante de artista popular. José Manuel Oliveira e seus pares têm de agir como autênticos pintores populares, controlando neste contexto as capacidades artísticas que exercem livremente noutros locais (José Manuel referiu vagamente que também dá aulas de pintura, “de outro género”, numa escola de Oliveira de Azeméis). Domingos Valente, Felisberto Amador e os pintores e/ou construtores do passado, pelo contrário, não têm de representar o papel de artistas populares para o serem. Eles são artistas populares desde sempre, praticando um talento inato que nenhuma escola aprimorou. Eles não têm outro contexto onde exercer esse talento, por isso, aplicam todo o seu potencial artístico, exercitam toda a complexidade pictórica de que são capazes na única tela de que dispõem: o barco moliceiro.

Mas alguns novos pintores nem sempre valorizam a simplicidade característica do traço e insistem em demonstrar os seus dotes pictóricos e técnicos, sem medir as consequências. Com efeito, a partir de 2001/2002, tornou-se demasiadamente visível o aperfeiçoamento do traço e da pintura, em certos painéis. A escalada na construção de novos moliceiros, com prazos apertados, a pressão para a constante renovação dos painéis e o interesse económico na captação de turistas, desconhecedores da tradição mas facilmente atraídos pelo desenho “perfeito”, levou a que a procura ultrapassasse a oferta existente de pintores. Foi necessário recorrer aos serviços de artistas cada vez menos populares e cada vez mais qualificados (mesmo academicamente) e provenientes de locais distantes e alheios ao universo lagunar do moliço.

Estes pintores respeitam os temas ancestrais, glosam lendas antigas e cenas há muito reproduzidas (como “Era assim antigamente”, “Aqui não há balão” ou “Assim ganhamos o pão”), mas isso não basta para poderem afirmar a sua fidelidade à tradição. Porque fazem-no com traços e imagens tão sofisticados que já nada têm em comum com os verdadeiros painéis e pintores de moliceiros. Os seus painéis parecem cartazes publicitários das festas e belezas da Ria ou da faina perdida do moliço, ou então, assemelham-se a *cartoons* mordazes ou maliciosos. São autênticas figuras de documentário etnográfico ou caricaturas cuidadosas, em que os traços grotescos são obra intencional de muita técnica e não consequência espontânea da ignorância. No seu cerne, já não são imediatamente reconhecíveis como “pinturas de moliceiros” (à excepção do formato e das cercaduras, obviamente). Poderiam figurar aqui ou em qualquer outro suporte, pois estão descontextualizadas.

Nunca aqui se defendeu a tradição a todo o custo, sempre colocada par-a-par com a inovação, enquanto elementos igualmente fundamentais para a sobrevivência cultural da Ria. Muitas vezes, discutiu-se acaloradamente com alguns proprietários e “entendidos” locais, defendendo a inovação nos temas, frente aos tradicionalistas mais intransigentes. Aponte-se o exemplo do painel com a imagem de uma locomotiva a vapor, citado por Rocha Madahil e Alberto Souto²⁵, uma provocação dos tempos modernos na ocasião e agora olhada com saudade, como relíquia do passado. Ou, mais

²⁵ MADAHIL, Rocha, “Barcos de Portugal”, *Vida e Arte do Povo Português*, LAGE, Francisco (ed.), Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1940, pp. 55-62. Ana Maria Simões Lopes refere Alberto Souto que, num texto que não localiza mas que data de 1921, terá citado o dístico “Ora biba a rapaziada do moliço!”, ilustrado com uma locomotiva que marcha sobre uma cercadura de flores (LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, p. 75). A presença da locomotiva em tais painéis deve-se ao facto de os seus autores, os “Soecos” de Avanca, viverem junto à estação de caminho-de-ferro e terem transformado esse motivo numa espécie de assinatura pessoal da sua obra (informação do pintor José Manuel Oliveira, em entrevista de Agosto de 2003, nas oficinas da AMIRIA).

tarde, a televisão, utilizada em muitas cenas cómicas. O que então foi modernidade, hoje é tradição, porque em nenhum caso houve uma total descaracterização do painel. Sucedeu apenas que um novo tema surgiu, mas sempre em traços depurados, que transmitiram uma mensagem iconográfica de forma clara e eficaz. Porém, em 2002, houve que reconsiderar a primeira opinião. Frente a um tigre desgarrado nos bordos de um moliceiro²⁶, frente ao perfeito retrato de políticos e personalidades do momento, frente a caricaturas traçadas por profissionais vindos de longe, sem a menor fidelidade aos exemplos que todos conhecem (mas que pretendem ignorar para melhor exibirem o seu talento e técnica), como sustentar as informações patentes nesta secção? A solução é crer que se trata de exemplos pontuais de virtuosismo despropositado, brevemente ultrapassado (ou obrigado a orientar-se) pela qualidade genuína dos pintores de moliceiros que ainda existem, e existirão, na Ria de Aveiro²⁷.

Segundo Leroy-Gourhan, decorar é a arte de preencher os vazios²⁸: “(...) il [o artista popular] parvient à créer une infinité de motifs géométriques ou figuratifs. Leur emplacement, leur dimension contribuent à faciliter la lecture de l'ensemble, car le décor n'a pas seulement pour but d'embellir l'object, il traduit un langage composé d'éléments principaux, réhaussés, mis en valeur par d'autres”²⁹. Utilizando os traços, as cores, o material trabalhado, o artista recria por si e para si um espaço humanizado que

²⁶ Em Junho de 2002, na Torreira, no cais junto à praia do Monte Branco, exibia-se um moliceiro, o *João Manuel*, com um tigre de grandes dimensões pintado em ambos os costados, junto à matrícula, antes do painel da proa.

²⁷ Algumas atitudes prejudicam e impedem a defesa do património. A primeira é a apreciação incondicional dos modelos e formas do passado, a valorização sistemática do antigo. Nesta eventualidade, o que se faz é sobretudo conservar estaticamente o espólio artístico ou etnográfico, esquecendo a subsistência económica e humana das artes e dos indivíduos. A uma afirmação sistemática do passado opõe-se a reacção sistemática a esse mesmo passado e a tudo aquilo que o simboliza, principalmente por parte daqueles que com ele sofreram. É o caso dos emigrantes das zonas mais desfavorecidas, aos quais não se pode exigir uma apreciação puramente estética dos objectos e costumes do passado, por muito significativos que sejam, pois estes evocam dificuldades e privações ainda bem vivas na memória. Tais grupos pretendem antes reconstruir o passado, apagando os seus sinais negativos. A construção da habitação de férias ou para o regresso definitivo é um exemplo, demonstrando, entre outras funções, que se rompeu com a secular pobreza. Obviamente, tal habitação não copia a arquitectura tradicional da região mas sim as casas do país que propiciou a riqueza e a progressão social. Outra atitude, talvez a mais adequada à questão do barco moliceiro, é a que defende, em teoria, os valores patrimoniais, mas colabora, na prática, para a sua extinção, devido à falta de compreensão adequada e profunda desses valores. É o que sucede quando as entidades culturais, económicas e administrativas não compreendem verdadeiramente a própria cultura e o património que a exprime e simboliza. O património cultural é antes observado do exterior, na dependência das imagens que outros formulam e divulgam. Obtêm-se assim objectos de consumo, decerto prestigiados mas inseridos num contexto comercial e abstraídos da realidade que os originou. É o caso concreto do barco moliceiro, cujo enquadramento é, por vezes, de tal modo alterado, desfigurado ou destruído, que se perde completamente a possibilidade de compreensão do seu papel e significado.

²⁸ LEROY-GOURHAN, André, *Le Geste et la Parole*, Paris, A. Michel, 1964, p. 222.

²⁹ BARBOFF, Mouette, “*Matar o tempo* ou le rôle social, mediatique ou metaphorique de l'object”, p. 94.

o aproxima dos demais, num contexto habitado pelos seus pares, com os quais comunica. Através destas formas de representação, da complexidade e da diversidade dos objectos obtidos, ele exprime os seus sentimentos, afirma a sua identidade, demarca o seu saber-fazer e o seu papel social e impõe um lugar na comunidade:

(...) [a cultura] abrange não só os sistemas normativos como sistemas de relações sociais, mas também os sistemas de representações, de expressão e de acção, através dos quais a totalidade social é apreendida nas características distintivas dos comportamentos individuais e das produções artesanais, artísticas, económicas, políticas e religiosas dum grupo ou duma sociedade. Neste sentido, a cultura compreende o conjunto, socialmente significativo, dos comportamentos, dos saberes, do saber-fazer e do poder-fazer específicos dum grupo ou duma sociedade, adquiridos por um processo contínuo de assimilação e de inculturação e transmitidos à comunidade.³⁰

Nos painéis dos moliceiros, o artista popular estabelece uma transposição simbólica e não um simples decalque da realidade. O diálogo entre o artista e a matéria é uma forma de elevação face àqueles que o ignoram, mas também uma revolta da pobreza de meios, transformando um material aparentemente sem valor (um barco de madeira para recolher moliço), num objecto delicado e elegante. Cada painel é um objecto único para o seu autor, “por isso a arte do povo rústico alentejano não entrava no comércio. Era, sim, moeda de afectos”³¹. Tal não é o caso dos moliceiros, apesar de todo o valor afectivo que une pintores e proprietários ao trabalho na Ria em geral e ao barco em particular. O trabalho do pintor paga-se, se bem que, tradicionalmente, ele não se possa considerar como estando inserido num “comércio”, nem existam pintores profissionais. Será antes um talento reconhecido e recompensado através da soma acordada, pois trata-se sempre de uma actividade complementar (da construção naval ou de outros sectores). Actualmente, a pintura do moliceiro faz já parte de toda uma lucrativa estrutura económica e turística a preservar, montada em redor do objecto-barco.

O moliceiro estabelece em si uma interessante oposição entre a base material, biológica, da vida social (barco de trabalho, fonte de subsistência para o moliceiro e de fertilidade para a agricultura, base da alimentação) e as variações executadas pela cultura (barco artisticamente decorado, ao mais ínfimo pormenor) ou entre o necessário e o gratuito ou desinteressado. O moliceiro ilustrará, assim, a oposição entre os aspectos práticos e os aspectos estéticos da cultura popular. Nem só as classes dominantes

³⁰ GONÇALVES, António Custódio, *Questões de Antropologia Social e Cultural*, 2ª edição, Porto, Edições Afrontamento, 1997 [1992], pp. 117-18.

³¹ SILVA, Capela e, “Ganadeiros alentejanos”, *Arquivo Transtagano*, Elvas, 1951, p. 9.

estilizam a vida, pois a cultura popular pode também ter por objectivo explícito a produção de formas e de signos artísticos.

Ao estudar as determinantes sociais do sentido estético, perseguindo as normatividades da determinação do estatuto de “arte”, Pierre Bourdieu afirmava que as práticas e o consumo cultural estão estreitamente ligados ao nível de instrução e também à origem social³². Quanto mais livre for o domínio artístico em causa, menor será o nível de instrução dos praticantes e maior o peso da origem social sobre as suas opções individuais, relação que se verificaria igualmente no caso dos painéis dos moliceiros, espécie de manifestação “livre” de arte popular, sem escola nem regras sistematizadas. Os pintores, tradicionalmente pouco ou nada escolarizados, apesar de distanciados de teorias e escolas artísticas, estão profundamente sujeitos às práticas e temáticas reconhecidas pela comunidade e pela tradição, que influenciam as opções do indivíduo no momento da criação artística³³.

Ainda de acordo com o pensamento de Pierre Bourdieu, os campos de produção cultural propõem aos que neles se encontram envolvidos um “espaço dos possíveis” que tende a orientar a sua produção, definindo o universo dos problemas, das referências e dos marcos intelectuais, através de conceitos que constroem um sistema completo de coordenadas e que estabelecem a diferença, por exemplo, entre profissionais e amadores. Este espaço dos possíveis faz com que os produtores de uma época sejam ao mesmo tempo situados e datados e relativamente autónomos por referência às determinações directas do meio ambiente, económico e social. Transcendendo os agentes singulares, o espaço dos possíveis funciona como uma espécie de sistema de coordenadas comum que faz com que, mesmo inconscientemente, os criadores contemporâneos se situem objectivamente por referência uns aos outros³⁴. No nosso caso de estudo, o pintor de moliceiros consegue observar criticamente tudo aquilo que o rodeia e subverter até os ensinamentos ministrados pela escola e demais instituições oficiais. Associa a pintura a uma alfaia agrícola de subsistência mas nela reproduz e comenta personagens da política, da música, do cinema e da televisão. Daqui se

³² BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique de, “Titres et quartiers de noblesse culturelle: éléments d’une critique sociale du jugement esthétique”, *Ethnologie Française*, nouvelle série, tome 8, numéro 2/3, mars-septembre 1978, pp. 107-44.

³³ Jan Mukarovsky defende que nada pode possuir uma função estética independentemente do lugar, do tempo ou da pessoa que o avalia e que tudo pode possuir tal função, dadas as condições adequadas (MUKAROVSKY, Jan, *Escritos sobre Estética e Semiótica da Arte*, trad. Manuel Ruas, Lisboa, Editorial Estampa, 1993 [1975]).

³⁴ BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas sobre a Teoria da Acção*, trad. Miguel Serras Pereira, Oeiras, Celta Editora, 1997 [1994], Capítulo 3 – “Por uma Ciência das Obras”.

comprova que a diminuta preparação escolar em nada obsta à atenção a temas de cultura geral, externos à comunidade local e, principalmente, à capacidade crítica de criação e inovação artística.

A disposição estética define-se também, objectiva e subjectivamente, em relação a outras disposições, como a necessidade e a liberdade (pessoal, material e criativa) que esta permite ou não. Idealmente, exhibe-se a liberdade por oposição à necessidade (a liberdade de gozar férias, de usufruir de momentos de ócio ou de ter passatempos). Afirma-se, muitas vezes com ostentação – recorde-se as casas e os veículos dos emigrantes –, o poder sobre a necessidade dominada, reivindicando-se a superioridade sobre aqueles que permanecem dominados pelos interesses e necessidades do quotidiano. O sentido estético será, assim, uma forma de distinção, como afirma Pierre Bourdieu. No exemplo dos moliceiros, esse conceito de distinção pode originar duas atitudes, igualmente interessantes: a rejeição pura e simples de tudo o que é “popular” (para afirmar a distinção social em relação ao “povo” e suas manifestações) ou a distinção do próprio povo da Ria que, apesar das condicionantes ditadas pelas necessidades materiais do dia-a-dia, consegue, mesmo assim, gerar um tipo de manifestação artística única no país. Em ambos os casos, o sentido estético distingue e caracteriza os actores sociais, pela negativa e pela positiva. Daqui se conclui que: “Os objectos não são apenas entidades materiais isoladas e inertes que se esgotam em si mesmas, mas sim testemunhos da vida e da cultura em que estão inseridos, que lhe conferem a sua dimensão antropológica e o seu verdadeiro sentido”³⁵.

³⁵ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, “O Museu de Etnologia”, *Actas dos Encontros de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, Palácio Nacional de Mafra, 1989, p. 64.

PROPRIEDADE E TRANSACÇÕES

Adquirir um barco moliceiro sempre foi um investimento oneroso. A aquisição tanto ocorria a título individual como em sociedade, reunindo dois ou três proprietários (sócios, cunhados, irmãos, pais e filhos, etc.). Os moliceiros eram geralmente pertença dos lavradores-barqueiros, que os encomendavam, compravam e transaccionavam entre si. A sua posse transitava através da venda e revenda da totalidade ou de uma percentagem da embarcação ou, mais raramente, era legada em herança. Em termos fiscais, os moliceiros não estavam colectados, tal como muitos lavradores, mesmo abastados. Hoje em dia, trata-se ainda de um investimento que, além de dispendioso, rende pouco se realizado a título individual e orientado unicamente para a extracção de moliço. Por conseguinte, os proprietários continuam a associar-se para a compra ou fazem-no preferencialmente quando se trata de empresas e entidades oficiais.

Na exploração do moliço, a co-propriedade de base familiar é recorrente, como vestígio do tipo de organização rural tradicional a que a actividade está intimamente associada, ao contrário, por exemplo, da actividade piscatória. O recrutamento familiar é uma vertente da rede de obrigações e de partilha de tarefas presente no agregado tradicional: é o produto de um conjunto de valores segundo os quais o grupo doméstico é mais importante do que cada membro, o que permite uma abordagem plural e flexível na obtenção de rendimentos. Muitos moliceiros estão cientes de que o seu sucesso pode estar dependente da vontade de um parente associado em cooperar. Desta forma, um arrais-proprietário tentará cultivar a sua ligação com o indivíduo mais do que com o familiar, pois este não é obrigado a envolver-se profundamente numa empresa para a qual foi recrutado familiarmente. Por isso, a co-propriedade entre irmãos, cunhados, pais e filhos alia-se também, e muito frequentemente, à co-propriedade entre não parentes. A esta necessidade de dividir encargos e despesas, acresce-se o facto de o moliceiro não poder nunca trabalhar sozinho, uma vez que a legislação obriga à presença de um mínimo de dois camaradas a bordo, tendo um deles que ser o arrais, ou seja, possuir carta de marítimo. Trata-se, por isso, de um fenómeno que rejeita de raíz o

individualismo, quer no trabalho (obrigatoriamente), quer na propriedade dos meios de produção (preferencialmente)¹.

A exploração do moliço da Ria de Aveiro revela-se uma actividade baseada na transmissão intergeracional não corporativa de instrumentos e saberes, apenas interrompida pela emigração. Deste modo, é possível traçar o perfil de algumas famílias de moliceiros, proprietárias ou não das embarcações que lhes garantiam a subsistência. Em todos os casos haverá, em maior ou menor grau, complementaridade com a actividade agrícola, senão do próprio moliceiro, pelo menos do seu agregado familiar (mulher e filhos). O moliceiro proprietário ou co-proprietário não se confundirá, contudo, com o moliceiro proletário, trabalhador por conta de outrem em embarcação alheia.

António Joaquim Pereira Valente, nascido nas Quintas do Norte em 1907, começou no moliço aos dez anos. Chegou a ser proprietário de quatro barcos. Hoje tem só um que lhe custou cinco contos em 1989, em segunda mão. O seu primeiro moliceiro custou “500 mil réis”².

Analisando os arquivos da Capitania, localizaram-se 55 ocorrências em que o comprador tem o apelido de Valente, desde 1915 até 1997. O termo “ocorrência” designará tanto a primeira compra da embarcação, do proprietário ao construtor, como as posteriores transacções, da totalidade ou da parte de um dos sócios. Os Valentos são todos originários da zona norte da Ria, Murtosa, Pardilhó, Ovar, Torreira e Torrão do Lameiro, e quando instados a registar a profissão dividem-se entre o agricultor e o marítimo (isto é, moliceiro com cédula de marítimo), na realidade actividades complementares. 40% das aquisições foram feitas em sociedade, preferencialmente com outro membro da família Valente. Trinta e duas das aquisições foram directamente feitas ao construtor e 23 foram segundas, terceiras e até quartas revendas. Josefina Valente Escudeiro é a única mulher proprietária da família, numa revenda em 1956,

¹ Já nas bateiras moliceiras, com dez a doze metros de comprimento, o camarada, com duas ou três barcadas, consegue a mesma quantidade de moliço que comportaria um moliceiro, com a facilidade de poder trabalhar legalmente sozinho na embarcação. A bateira erveira de Canelas, com o registo de ervagens, é assim conhecida por D. José de Castro, por bateira moliceira por Lamy Laranjeira, e por moliceiro de Salreu por Octávio Lixa Filgueiras. Outras embarcações similares aos moliceiros, conhecidas por matolas, miranços ou mirantes, praticavam a mesma faina. Eram barcos com cerca de treze metros, de proa mais baixa e arredondada do que os moliceiros, completamente embreados a negro. Normalmente, os seus proprietários eram originários do Areão e de Mira (nomeadamente de Carapelhos, Gândara, Corticeiro, Ramalheiro, Parada e Fonte de Angeão) e utilizavam como cais de carga e descarga o Poço da Cruz, o Areão e a Quintã.

² Segundo entrevista publicada em: VILAR, Jaime, *Barco Moliceiro: Que Futuro?*, Murtosa, edição da Câmara Municipal, 1995, p. 21.

juntamente com seu marido, Armando da Silva Escudeiro. Joaquim Valente Estrela, de Pardilhó, destaca-se com quatro aquisições, duas individuais (1973 e 1988) e duas em sociedade com seu irmão, António Valente Estrela (1956 e 1963).

Apesar do testemunho oral citado, não se localizou nenhum registo nos livros sobreviventes com António Joaquim Pereira Valente como proprietário. Os Pereiras Valentes, contudo, totalizam entre si onze registos de propriedade ao longo das gerações, entre 1915 e 1984, quase todos nas Quintas do Norte. Adão de Sousa Pereira Valente foi proprietário de três embarcações, em 1944, 1955 e 1965 (aproximadamente uma aquisição por década), sendo uma a título individual e duas em sociedade com não familiares. Igual número possuiu Manuel de Almeida Pereira Valente, em 1967, 1968 e 1984, mas apenas o primeiro foi adquirido em conjunto, também com um sócio não familiar.

José Maria de Oliveira Rendeiro é bisneto de moliceiros, de uma família conhecida por os “Reversos”, da Murtosa. É filho de Francisco António Rendeiro, que trabalhou até aos setenta anos no moliço e de quem sobrevivem dois registos de propriedade, ambos de 1959. Dentro da família, encontram-se também três registos em nome de Agostinho José Fernandes Rendeiro, entre 1958 e 1968, sempre de aquisições em primeira mão; e de António Maria Soares Rendeiro, marítimo, em 1967 e 1978.

José Maria começou no moliço também aos dez anos, após concluir a quarta classe. Obteve a cédula de marítimo com catorze anos. Para tal, necessitou de um atestado médico e de um certificado do cabo-do-mar em como sabia nadar e “andar ao rio”. Aos dezanove anos, antes de ir para a tropa, tirou a carta de arrais na Capitania. O exame consistia em algumas perguntas sobre os ventos e a embarcação e nuns minutos de prova prática.

Emigrou a contragosto para o Canadá depois do 25 de Abril, por (ironicamente) não conseguir “camaradas” para a faina. Em cada regresso anual, tinha por hábito estrumar as terras com o moliço que apanhava e ainda vender algum. Com efeito, os arquivos da Capitania referem dois registos em nome de José Maria Rendeiro, de moliceiros comprados ao construtor em 1983 e 1992, ou seja, ainda durante o seu período de permanência no Canadá, como emigrante. Em Julho de 1994 regressou de vez, aquando do falecimento do pai³. Herdou então o barco de Francisco Rendeiro, embarcação antiga que conhecera já cinco donos. Custou originalmente dezoito contos e

³ Notas de entrevista em 1996.

foi construída por Mestre Agostinho Tavares, de Pardilhó. O primeiro proprietário, que encomendou o moliceiro ao construtor, foi José Luciano Pita, da Murtosa, hoje comerciante e proprietário de um café. Foi vendido sucessivamente a Salvador Arrojado, a Maria Pastora, a Avelino Fresco e, por último, a Francisco Rendeiro, antes de chegar às mãos de José Maria Rendeiro.

Os arquivos confirmam a biografia desta embarcação, o A874-M, exibindo contudo interessantes divergências entre a história narrada e a história oficialmente registada. Logo no preço de construção, pago por José Luciano Pita a Mestre Agostinho Tavares, em 19 de Agosto de 1970, a informação oral aponta o valor de 18.000\$00, enquanto que no registo este não passa de 6.000\$00. Nas sucessivas transacções, ainda antes de Salvador Arrojado, surge o nome de Maria Bernardina da Silva, a “Maria Pastora”. Com efeito, menos de um mês depois da compra ao construtor, a 10 de Setembro de 1970, Luciano Pita revende a embarcação a Maria Bernardina da Silva, doméstica, da Murtosa, sem especificar a quantia. Por este motivo e pela celeridade da transacção, tratar-se-á possivelmente de uma venda fictícia, a fim de acautelar bens existentes, sob alguma circunstância inesperada ou em vésperas de emigração. Sucede na propriedade, a 17 de Outubro de 1972, Salvador Tavares da Silva Arrojado, da Murtosa, por 3.000\$00. A 15 de Outubro de 1975, o moliceiro é revendido a Avelino Maria da Cunha, o “Avelino Fresco”, marítimo, da Murtosa, por 1.000\$00. No registo sucede-se, então, o cancelamento da embarcação, em 15 de Julho de 1985, sem nenhuma referência aos Rendeiros. No entanto, a realidade difere das informações burocráticas, tal como se testemunhou em 1996. Francisco António Rendeiro e José Maria de Oliveira Rendeiro sucederam-se na propriedade do moliceiro, com a transição entre gerações a ocorrer em 1994, por morte do primeiro. O A874-M não consta do “registo de moliceiros típicos” arrolado pela Capitania em 13 de Março de 1997.

Os dois registos localizados em nome de Francisco Rendeiro traçam um percurso igualmente questionável. Tanto o 18-M como o 69-M foram adquiridos em 1959 e cancelados apenas em 1985, sem qualquer registo de revenda pelo meio. Como já foi referido, em 1985 os arquivos sofreram uma reordenação geral, com especial incidência no cancelamento das matrículas abandonadas há mais de dois anos. De qualquer modo, em quase três décadas de existência será pouco provável tão longa estabilidade na propriedade de uma embarcação, especialmente se associada a alguém como Francisco Rendeiro, um moliceiro que trabalhou até aos setenta anos e que nunca emigrou.

Com efeito, muitas transacções terão ocorrido à margem das autoridades, tendência sublinhada por uma atitude colectiva de desconfiança e de repulsa pelos processos burocráticos, notória não só nos testemunhos orais mas também em muitos painéis satíricos, alusivos à questão das licenças e do policiamento por parte da Capitania e seus agentes. Por uma evidente questão de fuga aos tributos sucessórios, a transição intergeracional da propriedade por herança terá sido das mais ocultadas. A tal se acrescem as dificuldades com a burocracia por parte de gentes maioritariamente analfabetas e os custos de deslocação e emolumentos inerentes a qualquer averbamento, realizado obrigatoriamente na Capitania de Aveiro. Como testemunho das revendas praticadas à revelia das autoridades, recorde-se apenas um excerto da carta atrás reproduzida, onde um ex-proprietário, intimado pela Capitania, revela ter ocultado a transacção a pedido do comprador: “Pois barco esse que eu vendi ao Exmo. Senhor Aleixo Marques Alberto, residente em Parada de Cima, à quase três anos na qual eu queria fazer a passagem na altura propria em que o vendi mas ele por favor pediu passando-me uma declaração ser responçavel do barco até final e de tudo que com ele acontecesse”.

Estas constatações colocam em dúvida os dados obtidos e estudados sobre o número de transacções efectuadas num dado período cronológico, sobre as biografias das embarcações e sobre os preços realmente praticados. No entanto, um estudo científico terá obrigatoriamente de basear-se em informações quantitativas, suportadas por documentos, e não em simples testemunhos qualitativos, muito variáveis na sua precisão e que diferem consoante os interlocutores e seus interesses.

Prosseguindo a análise da propriedade na família dos “Reversos” da Murtosa, saliente-se que José Maria Rendeiro, ciente da degradação da embarcação herdada, encomendou também um novo moliceiro a Mestre Felisberto Amador, por duzentos contos. Consultou previamente outro construtor, que não nomeia e cujo orçamento recusou, pois cobraria 220.000\$00 pelo barco, tostes, escoadouro, falcas e mastro, valor que, acrescido da vela, ancinhos e cordas, ascenderia a um total inoportável de 250 contos. Queixa-se de que é preciso actualizar os documentos da embarcação todos os anos, um encargo dispendioso (655\$00 em 1995), agravado pelas deslocações à Capitania e pelo tempo perdido. Nesse ano, houve também uma vistoria às medidas da embarcação, por causa das falsificações, pois existem barcos e bateiras velhos, ajustados como novos. Quanto ao moliceiro herdado do pai, previa vendê-lo por cerca de 25.000\$00, apesar de ser necessário escoar-lhe constantemente a água. Fundamentou o

valor pedido na alegada transacção recente de um outro moliceiro “andado” por 45 contos.

Se se dedicasse exclusivamente à recolha de moliço, José Maria Rendeiro reembolsaria o valor dispendido na aquisição da embarcação em cerca de dois anos. No entanto, e como é hábito, a recolha e venda de moliço é para ele uma actividade complementar da agricultura. Em 1996, afirmava vender ainda muito moliço, a cerca de quatro mil escudos a maré, após utilizar todo o necessário para o adubo das suas próprias terras. Trabalha sozinho a bordo, à revelia das leis. Segundo ele, a melhor área para a colheita situa-se entre a Torreira e Pardilhó. Mais para sul, o assoreamento e a poluição destruíram a flora da Ria.

José Luciano Pita, o primeiro proprietário do A874-M, pertence a uma família murtoseira que, no seu conjunto, conta com cinco registos. Mas ambos os registos localizados em nome de Luciano Pita contêm características peculiares: para além da já referida transacção inusitadamente rápida do A874-M, na véspera da sua aquisição, ou seja, em 18 de Agosto de 1970, o proprietário comprou outro moliceiro por igual quantia (6.000\$00) ao mesmo construtor. Ao contrário da sua congénere, esta embarcação só voltará a ser vendida em 1977, por metade do preço original. Desta família murtoseira constam mais três registos, em nome de Alberto Maria da Silva Pita (1959), Gonçalo Maria da Silva Pita (1964) e Manuel António Pita (1972), todos de compra ao construtor, sendo notória a sucessão das gerações entre dois irmãos e seus filhos.

Outro dos compradores foi Salvador Tavares da Silva Arrojado, destacado proprietário de nove moliceiros. Ao todo, localizaram-se 17 registos de propriedade com o nome da família Arrojado, da Murtosa. Apenas um é pertença de uma sociedade e mesma esta é constituída por dois irmãos. A partilha de um apelido pouco vulgar e a localização geográfica restringida à Murtosa fazem com que não persista qualquer dúvida sobre a pertinência de considerar os Arrojados como a maior família de proprietários, de acordo com os arquivos consultados. Apesar de existirem outros apelidos recorrentes, como os Pinhos, não se trata de uma coincidência onomástica tão indubitavelmente indiciadora da pertença a uma mesma família nem se restringem a uma área geográfica tão estreita. Os Arrojados registam-se, sempre que instados, como marítimos e a sua propriedade encontra-se documentada desde 1956 até 1986. Neste ano, Salvador Tavares da Silva Arrojado, Manuel Maria Tavares da Silva Arrojado e Lázaro José da Silva Arrojado compraram, cada um, o seu moliceiro, directamente ao

construtor. Dois anos depois, Lázaro comprava nova embarcação. Manuel Maria imita-o em 1968, mas em sociedade. Salvador, por seu turno, adquiriu mais oito, entre 1962 e 1985, sempre a título individual. No total, quatro das suas embarcações foram compradas novas, ao construtor, e cinco em primeira e segunda revenda, contra a tendência geral da família, que preferiu sempre os moliceiros em primeira mão. As aquisições de Salvador ocorreram a intervalos irregulares, mediando entre os seis anos e os nove meses. Curiosamente, o maior intervalo ocorre entre a primeira e a segunda aquisição (1956 e 1962). Nestes seis anos, e com apenas um moliceiro, Salvador poderia dedicar-se em exclusivo à apanha do moliço, pelas suas próprias mãos, ou complementar a actividade com a agricultura, como era habitual. Posteriormente, os intervalos entre as aquisições reduzem-se cada vez mais (depois de 1962, volta a comprar um moliceiro em 1965) e torna-se evidente que passou a possuir várias embarcações ao mesmo tempo. Sendo impossível trabalhar em todos ao mesmo tempo, conclui-se que Salvador passara a empregar moliceiros (trabalhadores) proletarizados ou semi-proletarizados ao seu serviço. Entre Julho de 1971 e Outubro de 1972, por exemplo, comprou três moliceiros, sempre em revenda. Neste caso, aproveitou o desinteresse pelo moliço causado pela última grande vaga emigratória na região. Antigos proprietários em vésperas de partida procuravam realizar capital através da venda das suas embarcações e, assim, numa época de decadência, Salvador Arrojado acumula um notável património, posteriormente transaccionável. Numa aparente contradição, grandes proprietários como Salvador Arrojado apenas emergem na fase de decadência acelerada no número de novas embarcações. Ou seja, grandes proprietários como Salvador Arrojado apenas emergem quando a verdadeira indústria do moliço já desapareceu.

De 1967 para 1968, o número de cancelamentos ultrapassa pela primeira vez o número de registos de novas embarcações. A partir de 1970, poucos moliceiros se constroem, muitos são transaccionados e ainda mais são cancelados. Surge alguém que se dispõe a adquirir estes bens cada vez mais obsoletos e assim nasce um grande proprietário. Mas este tipo de personagem não se coaduna com a estrutura tradicional subjacente à exploração do moliço. Na Ria de Aveiro não existem latifúndios nem latifundiários, patronato e proletariado em larga escala. O que desde sempre existe é o mini ou microfúndio, a cultura de subsistência, a complementaridade, a exploração familiar. O agricultor possui o seu moliceiro tal como possui o carro de bois ou o arado. Com ele obtém um fertilizante barato para os seus campos e algum dinheiro, base ou

complemento da sua subsistência, através da venda do moliço. Mesmo o moliceiro profissional é também um pequeno agricultor. E mesmo os grandes proprietários, à escala reduzida da região, nunca empregam mais de dois ou três moliceiros ao mesmo tempo. O moliceiro associa-se estruturalmente ao trabalho de subsistência de proprietários e camaradas, nunca à coexistência distante de um patronato abastado que vive dos rendimentos, como no Minho ou no Alentejo rurais. Salvador Arrojado não compra nunca uma “frota” de moliceiros novos para explorar através de outrém. Pelo contrário, ele vai ficando, pouco a pouco, com moliceiros abandonados pela emigração, como no caso já estudado do A874-M. Atento à recuperação turística e cultural do património, prossegue as suas aquisições já na década de oitenta. Mas em Setembro de 1986, é Albino da Silva Arrojado quem adquire, pela primeira vez, mais um moliceiro recém-saído do estaleiro.

Esta tendência é unicamente contrariada pelo caso de João Maria da Silva Fragoso, de Pardilhó, que a 20 de Abril de 1915 compra dois moliceiros novos ao Mestre Firmino Tavares da Silva, repetindo a iniciativa a 31 de Maio de 1915, num total de quatro aquisições quase simultâneas. Nem ele nem nenhum outro Fragoso figurara ou voltará a figurar nos registos de propriedade. Tratar-se-á de um caso isolado de tentativa de penetração capitalista na indústria do moliço, sem continuidade nem tradição. Em menor escala, Raúl Patusco, marítimo do Muranzel (Torreira), surge nos arquivos isolado de qualquer tradição ou continuidade familiar, com três aquisições entre 1947 e 1958, duas em revenda e uma ao construtor.

De todos estes exemplos se conclui que o barco moliceiro é um instrumento de trabalho agrícola, que se pretende duradouro, a utilizar e a rentabilizar enquanto possível. Quanto mais bem construído e mantido um moliceiro, maior a longevidade e o número de transacções que alcançará. Não é, por isso, um património a preservar intocado e a legar obrigatoriamente em herança, salvo excepções circunstanciais, geralmente ditadas por um falecimento inesperado. O moliceiro segue a tendência já expressa na secção “Subsistência e Proletarização, Migração e Emigração”, sobre a exígua propriedade individual perdurável e passível de vir a constituir herança, pois o moliceiro participa também da estrutura que norteia o modo de vida dos pescadores, cujos únicos bens são a embarcação, o motor e seus aprestos, com um prazo de durabilidade relativamente curto e difícil partilha. Na realidade, mais uma vez, a verdadeira propriedade é o meio aquático e o único património a transmitir é o seu conhecimento.

O carácter anfíbio do moliceiro é igualmente visível na sua propriedade, na qual existe uma esmagadora maioria de marítimos, sempre ao lado de muitos agricultores. A profissão de agricultor ou lavrador, quando registada, associa-se geralmente a proprietários do interior, provenientes de Ovar e também de Esgueira, Monte da Murtosa, Verdemilho e Gafanha da Boa Hora. Os marítimos, designação associada à posse da cédula de marítimo, condição essencial para tripular o moliceiro, surgem naturalmente em qualquer uma das localidades onde existe um moliceiro. Curiosamente, não existe um único registo de propriedade com a profissão “moliceiro”. Uma actividade tão local não é reconhecida pelas instituições burocráticas e permanece abrangida pela designação genérica de marítimo, para além da certeza de que muitos moliceiros de profissão nunca tiveram meios de adquirir a sua própria embarcação.

No entanto, e de acordo com o texto normalizado dos registos de averbamento⁴, todos os proprietários têm o nome, estado civil e local de residência seguido/antecedido do número de I.M., ou seja, da inscrição de marítimo, quando não designam inequivocamente como profissão “marítimo”. Ou seja, todos eles são, na verdade, marítimos e a anotação no registo acaba por revelar-se redundante. Por isso, serão significativas as anotações que apontam para outras ocupações, como jornaleiro, agricultor, pescador ou doméstica.

Nesta sequência, uma outra constatação igualmente digna de relevo é o facto de Maria “Pastora” (ou Maria Bernardina da Silva) não ter sido, de modo algum, a única proprietária constante dos registos. No feminino, encontramos ainda:

- 1930, Maria de Campos Ferreira, da Murtosa, compra em revenda.
- 1955, Maria Generosa de Oliveira, da Murtosa, compra ao construtor.
- 1956, Josefina Valente Escudeiro, de Pardilhó, compra em revenda, em sociedade com Armando da Silva Escudeiro.
- 1956, Ana Antónia da Silva, da Murtosa, compra ao construtor.
- 1958, Maria da Encarnação de Oliveira, da Murtosa, compra ao construtor.
- 1962, Maria Natividade da Silva, da Murtosa, compra ao construtor.
- 1963, Maria Simões Pereira Felício, doméstica, da Gafanha da Nazaré, compra em revenda.
- 1963, Zulmira de Jesus de Matos, da Murtosa, compra em revenda.
- 1964, Alzira Pereira da Silva, do Bunheiro, compra ao construtor.
- 1966, Celestina da Silva Santos, doméstica, da Murtosa, compra em revenda.
- 1967, Felicidade Joaquina da Silva, da Torreira, compra ao construtor, em sociedade com Carlos de Jesus da Silva.
- 1968, Maria da Conceição Oliveira, da Murtosa, compra ao construtor.
- 1969, Maria de Jesus Tavares, da Murtosa, compra ao construtor.

⁴ Ver texto reproduzido na secção “O Barco Moliceiro”: “Averbamento: Em de de , foi vendido a [nome e estado civil do comprador] , marítimo [ou] I.M. nº [número da inscrição como marítimo] , residente em , pela quantia de [em algarismos e por extenso]. – Verba nº”.

1970, Maria Bernardina da Silva, doméstica, da Murtosa, compra em revenda.
1970, Laurinda das Flores da Silva, da Torreira, compra ao construtor.

Como se pode concluir, as mulheres tanto compram em revenda como negociam a aquisição directamente com os construtores. As poucas sociedades mistas registadas ocorrem apenas com o cônjuge e nenhuma mulher possui mais do que um moliceiro. Analisando o historial das embarcações, verifica-se que todas as transacções a montante e a jusante (compra ao anterior proprietário e venda) são efectuadas com não familiares. Ou seja, as mulheres negociam com outros proprietários e moliceiros sem se limitarem jamais ao círculo familiar. E também não se trata de soluções momentâneas de recurso pois, em vários casos, decorrem muitos anos até à revenda seguinte ou ao cancelamento da matrícula. No exemplo do casal proprietário Felicidade Joaquina e Carlos de Jesus da Silva, da Torreira, a revenda da embarcação ocorre apenas seis anos mais tarde⁵. A grande maioria das proprietárias é oriunda da Murtosa, terra com tradição de trabalho feminino, celebrado no próprio moliceiro, nos múltiplos painéis sobre a varina da Murtosa e suas réplicas cortantes.

Há testemunhos orais de mulheres com cédula de marítimo que trabalhavam legalmente nos moliceiros, para além das muitas que o faziam sem a necessária documentação, como no caso da mulher de Gonçalo António Caravela Vieira “Rito”. Assim, as proprietárias acima citadas podem ter sido também, efectivamente, moliceiras de profissão. Contudo, em nenhum destes registos, quer de venda quer de revenda, se encontrou a indicação de I.M. (inscrição de marítimo) para uma mulher. Por elas não possuírem na realidade tal documento ou por não serem instadas a declará-lo, uma vez que toda a mulher era logo classificada como “doméstica”, mesmo que tal entrasse em clara contradição com o facto de ter adquirido um moliceiro? Qual a posição de um marítimo perante os seus pares se a sua companheira o igualasse legalmente na profissão? Nestes casos, os testemunhos são apenas unânimes ao informar que a equipagem mista se realizava exclusivamente entre familiares e, preferencialmente,

⁵ Já o caso de Josefina e Armando Escudeiro é mais complexo, pois o casal assume a propriedade da embarcação durante escassos meses, antes de a vender de novo ao anterior proprietário, pelo mesmo preço da compra. O casal terá desistido das suas intenções ou assumido a propriedade por tempo limitado por algum impedimento do proprietário de facto. Com efeito, este (Manuel Rodrigues Formigal) recupera a embarcação em Dezembro de 1956 e só cancelará a matrícula dez anos mais tarde. Noutro contexto, um outro exemplo de transacção curiosa é o A716-M, construído em 1967 e vendido a Manuel de Oliveira, da Murtosa, pelo valor original de 6.000\$00. Foi adquirido em 15 de Janeiro de 1985 por Manuel Agostinho Tavares Lamego, do Bunheiro, Murtosa, pela quantia de 30 dólares “(contrato feito nos E. Unidos)”, segundo reza o averbamento no registo.

entre marido e mulher, eventualmente com algum filho ou parente mais jovem como “moço”.

É nas décadas de emigração de cinquenta e, principalmente, de sessenta, que ocorre o maior número oficial de mulheres proprietárias. Com a partida dos homens, compete-lhes a elas assegurar a posse dos bens de trabalho e, se possível, exercer efectivamente a actividade económica de subsistência. No entanto, a propriedade feminina, sempre em escala reduzida, não se deverá limitar às décadas referidas, tal como o indicia já a ocorrência de 1930: não esqueçamos que muitos dos registos dos anos trinta, quarenta e primeira metade de cinquenta estão desaparecidos. Mas com o final da emigração em larga escala, a partir de 1970, deixa de haver mulheres proprietárias. Quando o moliceiro “renasce” em meados de oitenta, e apesar de todas as alterações sócio-culturais entretanto ocorridas, não torna, até ao presente, a haver proprietárias.

Actualmente, António Garete, que deu o nome ao moliceiro *António Garete*, cujo painel exibe a legenda “O moliceiro mais velhinho da Torreira” – alusivo à pessoa e não à embarcação (CD II, Sociais, Mestres Moliceiros, Barqueiros e Pintores, 38) –, dedica-se ainda à apanha esporádica de moliço. Contudo, não existe qualquer registo de propriedade em seu nome, pelo que se tratará de um reputado trabalhador não proprietário, indivíduos muito mais difíceis de localizar do que os proprietários, cujos registos os identificam inequivocamente. António Garete trabalha hoje com as embarcações da AMIRIA. Em 1930, existe apenas um único registo de propriedade em nome de um José Maria Rodrigues Garêta, também da Torreira, eventual variante de um apelido peculiar. Trata-se, sem dúvida, de uma família de moliceiros pobres, que combinam o trabalho proletário com a agricultura de subsistência, sem possibilidades de adquirirem a sua própria embarcação.

João Guilherme, proprietário da empresa *Bestida Tour* e do moliceiro *Boas Ondas*, é um caso atípico. Médico local de origem lisboeta, explora turisticamente um moliceiro por si encomendado ao construtor, com algumas adaptações à actividade turística, como são as falcas fixas e o banco central estofado para quinze passageiros. No entanto, supervisionou a pintura da embarcação, exigindo que os temas dos painéis fossem exclusivamente alusivos a actividades tradicionais (tanoeiro, costureira, lavrador), sob uma perspectiva séria ou jocosa, mas opondo-se terminantemente a quaisquer inovações na temática. Algo contraditório no proprietário de um moliceiro

que, pelas suas características morfológicas, está impedido de participar com os demais nas regatas.

No que respeita à propriedade em nome de entidades colectivas (públicas e privadas), é possível sistematizar alguns dados já apontados. Inicialmente, a AMIRIA adquiriu dois moliceiros, para além de todos aqueles que constrói na actualidade. O A1961-M foi construído em 1984 e a AMIRIA adquiriu-o em 1999 pelo preço que o seu proprietário pagara ao construtor, ou seja, 300.000\$00. Já o A2533-AL foi construído em 1998 e vendido directamente à AMIRIA. A *Turaveiro Promoção Turística Lda*, de Aveiro, adquiriu um moliceiro novo em 1997. As câmaras municipais também são instituições proprietárias. A Câmara Municipal de Ílhavo tem um registo de propriedade em 1997. A Câmara Municipal de Aveiro compra em revenda em 1986 e ao construtor em 1990, antes de iniciar o actual programa de fomento à construção e aquisição de novas embarcações, cujos registos não figuram já nos arquivos consultados na Capitania.

Manuel Maria Gonçalves Lamego, célebre moliceiro do Torrão do Lameiro, também tem a honra de figurar num painel de proa legendado com “Respeitar a tradição”, onde uma segunda legenda no interior declara em cuidadosa caligrafia “Em Homenagem a M. Lamego”, sob retrato perfeito do personagem, entre coroa de louros e sobreposto a paisagem da Ria com moliceiro (CD II, Sociais, Mestres Moliceiros, Barqueiros e Pintores, 11). Ao contrário de António Garete, Manuel Lamego, desde 1955, adquiriu cinco moliceiros, dando sempre como profissão “marítimo”. Mas, em 13 de Março de 1997, o moliceiro que regista foi construído por si próprio, pelo que também figura no rol dos construtores. Só uma vez adquiriu a embarcação em revenda e fê-lo sempre com intervalos regulares de aproximadamente dez anos, pelo que se conclui que utilizou os moliceiros como instrumentos de trabalho para o seu próprio ofício, como celebra o painel. Na década de sessenta, actuou em simultâneo com o irmão, José Maria Gonçalves Lamego, também do Torrão do Lameiro e proprietário de duas embarcações. Outro Gonçalves Lamego foi Armindo Gonçalves Lamego, sempre do Torrão do Lameiro, com compras em 1957, 1967 e 1986, esta última em sociedade com Arlindo da Silva Lamego. Num total de quinze registos de propriedade, entre 1957 e 1997, estes e outros Lamegos (divididos entre o Torrão do Lameiro e o Bunheiro) associaram-se cinco vezes, quer entre si quer com outras famílias, e praticaram preferencialmente a compra directa ao construtor.

Segundo os registos existentes, Manuel Maria da Silva Vigário, do Torrão do Lameiro, foi o primeiro dos Vigário a adquirir um moliceiro, em 1957, seguindo-se mais três compras na década de sessenta, por parte de familiares agora residentes na Murtosa. Ao contrário dos outros, que compram ao construtor, Inácio de Jesus Vigário da Silva compra um moliceiro em segunda revenda em 1966. No entanto, é o único que ressurge após o interregno de setenta, com uma aquisição em novo, já em 1992.

O mestre construtor Amadeu da Silva Galvão, da Murtosa, construiu em 1953 um moliceiro de que ficou proprietário. Foi o único moliceiro que construiu e possuiu. Já o seu irmão, Manuel da Silva Galvão, também da Murtosa, construiu igualmente para si próprio um moliceiro em 1958, mas adquiriu outros dois, construídos por outrém, em 1953 e 1968. Estes números não se comparam, porém, com os cinco moliceiros registados em nome de Mestre Luciano Rodrigues Garrido, construtor naval de Salreu, entre 1939 e 1961, conforme descrito na secção sobre “Construtores e Pintores”. Mas como já se concluiu, as grandes famílias de construtores, sediadas na Murtosa e arredores, como os Tavares, os Raimundos, os Henriques e os Lavouras, não são habitualmente famílias de grandes proprietários.

Para além dos construtores e pintores mais prestigiados, outros moliceiros (e proprietários) foram já alvo de menção na cada vez mais atenta comunicação social. O artigo “O moliceiro: uma vida dedicada à apanha do moliço”, de 2001, centra-se na história de Gonçalo António Caravela Vieira, o “Gonçalo Rito”, então com 76 anos de idade e analfabeto:

Até aos quinze anos, diz que não fez nada. Foi então que o seu irmão mais velho, já com mais de vinte anos, depois de o pai ter pago para o livrar da tropa e de lhe ter oferecido um barco, começou a apanhar moliço. O barco custou, em 1940, 120 escudos. E Gonçalo acompanhou o irmão na apanha do moliço. Na época, apanhavam uma barcada por dia, o equivalente a quatro carros de bois carregados. Iam vendê-lo a Avanca, onde era utilizado como adubo para a agricultura. Cada barcada era vendida por 35 escudos. Quando se casou, aos 23 anos, com uma jovem de 18, Gonçalo decidiu comprar o seu próprio barco, por 8500 escudos. A mulher acompanhou-o sempre na apanha do moliço. Nessa altura, a barcada já se vendia a 100 escudos. Em Agosto, para ganhar mais um dinheiro, trabalhava como nadador-salvador nas praias da Torreira. Continua ainda a participar na regata dos moliceiros entre a Torreira e Aveiro, que venceu várias vezes ao longo dos anos.⁶

De Gonçalo António Caravela Vieira, da Torreira, os arquivos guardam apenas dois registos, um de 1973 e outro já de 1990. Do irmão, José Maria Caravela Vieira “Rito”, subsistem os registos de 1956 e 1998. Mas é o A2333-M, de Setembro de 1990,

⁶ “O moliceiro: uma vida dedicada à apanha do moliço”, *Jornal de Notícias*, 29 de Abril de 2001, p. 34.

que constitui a melhor das homenagens ao velho moliceiro, que o encomendou a Manuel Felisberto Amador: o painel de proa da embarcação, baptizada de *Gonçalo Rito*, exhibe a imagem de um moliceiro de camisa e calções brancos, manobrando o seu barco à vara, no meio da Ria e de outros barcos congéneres, com a legenda “Ti Gonçalo Rito moliceiro até ó fim” (CD II, Sociais, Mestres Moliceiros, Barqueiros e Pintores, 40).

O mesmo sucede com o A2422-AL, o *Reinaldo Belo*, propriedade do homónimo Reinaldo Tavares Belo, marítimo, do Bunheiro, e conhecido moliceiro. No painel de proa, um moliceiro recolhe a maré com o ancinho, sobre uma embarcação primorosamente desenhada, com todos os detalhes do castelo da ré e seus painéis, rematado pela legenda “Assim se ganhava a vida” (CD II, Sociais, Trabalho, 33). Para além desta embarcação de construção recente (1993), Reinaldo Belo adquirira outra em 1985. Subsiste um único registo de um “Belo”, referente a uma revenda em 1920 a Alfredo Maria Soares Belo, da Murtosa.

Já em 1997, fora noticiado o bota-abixo d’*O Lameirense*, encomendado por José Maria Gonçalves e Domingos de Pinho: “a construção deste barco moliceiro representa a concretização do sonho do pai dos seus proprietários, que se dedicava à apanha do moliço e que ambicionava construir um moliceiro que substituísse o que possuía. Um sonho agora concretizado pelos seus filhos”⁷. Esta afirmação permite determinar a identidade dos irmãos José Maria Valente Gonçalves e Domingos de Pinho Valente Gonçalves, do Torrão do Lameiro, proprietários deste A2505-M, apesar da diferença nos apelidos. Pertencem aos Valentines, família de moliceiros e proprietários já referida, apesar de o apelido materno “de Pinho” surgir também em cerca de vinte registos de propriedade, espalhados espacialmente entre Ovar e a Murtosa e temporalmente entre 1920 e 1997.

Um destes pertence a António Ruela Pinho, marítimo, da Béstida, quase com setenta anos e que durante toda a vida “andou ao moliço”. Agora que se ocupa com a agricultura, António Pinho navega num moliceiro que não é seu. “Já tive muitos, mas agora já não posso”, referiu, para logo a seguir explicar que “hoje em dia um barco destes custa mil e tal contos, mais o que custa mantê-lo”⁸. Segundo os arquivos, o último moliceiro que adquiriu foi em 1985, em sociedade com António Manuel Cirne

⁷ “Bota-abaixo de barco moliceiro em Pardilhó: *O Lameirense* já flutua na Ria”, *Público*, 13 de Julho de 1997, p. 55.

⁸ “Regata na ria de Aveiro: Moliceiros evocam outros tempos”, *Público*, 17 de Agosto de 1998, p. 43.

de Almeida⁹. Em 1967 adquirira outro, sempre ao construtor e também em sociedade, desta feita com um parente, Joaquim de Pinho. Em 1970, existe outro registo, de um Agostinho Ruela de Pinho. A família Ruela, da Murtosa, tem três registos, entre 1927 e 1968.

O apelido Oliveira é demasiado disperso e comum na região para que a sua recorrência denote inequivocamente uma família de proprietários. Refira-se somente o caso de Manuel Oliveira que, em 1999, participou pela oitava vez na regata das Festas da Ria, que já vencera por três vezes. Oriundo de uma família em que o pai e o avô viviam do moliço, agora só para a regata serve o barco que partilha com o cunhado: “É esta regata que nos faz ter isto em cima da água”, desabafa Oliveira, acrescentando que, durante o ano, este moliceiro serve ainda para apanhar moliço, mas “só para consumo próprio, ou seja, para usar nas nossas terras”¹⁰. Os irmãos Francisco Marques de Oliveira e Arlindo Marques de Oliveira, de Quintas do Norte, por seu turno, associaram-se em 1960 e, de novo, em 1977, para comprar ao construtor os dois únicos moliceiros que possuíam, num exemplo de associação exclusivamente familiar na propriedade e, deduz-se, no trabalho. Mas ainda mais claro é o exemplo de Artur Augusto Marques Felício e Henrique Marques Felício, da Murtosa, associados em 1966, 1968 e 1977, para duas compras em revenda e uma ao construtor. Esta sociedade de irmãos funciona isolada em termos de tradição familiar, pois apenas ocorre um outro “Felício” nos arquivos: Maria Simões Pereira Felício, da Gafanha da Nazaré, compradora de revenda em 1963.

De igual modo, torna-se difícil delimitar o apelido Soares, apesar de, neste contexto, ocorrer maioritariamente na zona da Murtosa, com algumas ramificações na Torreira, Veiros e Aveiro, num total de 22 registos, entre 1920 e 1984. Destaca-se o nome de António Joaquim Soares, da Murtosa, com quatro aquisições individuais no breve período que medeia entre 1956 e 1967, três das quais ao construtor.

Os Rebelo, da Murtosa, totalizam treze registos de propriedade, distribuídos por vários nomes em intervalos regulares de aproximadamente dez anos, entre 1928 e 1974, sem evidentes acumulações de propriedade. Praticam mais a compra ao construtor do

⁹ Trata-se do A2094-M, que custou noventa mil escudos e está também associado a uma recente transacção de parte de um moliceiro. Na respectiva página de anotações, lê-se: “Averbamento – Segundo documento que se anexa em 14 de Abril de 2000, esta embarcação passou a pertencer em 50% a António Joaquim Rodrigues, I.M. 24681, morador na rua Dr. Manuel Arala, 40, Ovar (parte de António Ruela de Pinho) pela quantia de 100.000”.

¹⁰ “A saude das velas brancas: Regata de moliceiros na Ria de Aveiro”, *Público*, 15 de Agosto de 1999, p. 46.

que a um anterior proprietário e associam-se apenas por três vezes, sempre fora da família (se bem que a associação a um cunhado – um membro da família por afinidade – não possa ser detectada através da análise dos apelidos constantes dos registos). O último proprietário deste ciclo, António Maria da Silva Rebelo, regressa em 1997, comprando um novo moliceiro, após um interregno de 23 anos.

Entre o Bunheiro e o Torrão do Lameiro, encontra-se a maior incidência do apelido “de Matos”, em 27 registos de 1915 a 1984, com uma única sociedade e oito de compra em revenda. Para lá dos vários proprietários com apenas uma embarcação, destacam-se os nomes de Artur Tavares de Matos e Manuel Maria de Matos, ambos com seis moliceiros. O primeiro, do Bunheiro, realizou as suas aquisições entre 1955 e 1966, sempre ao construtor. No entanto, só em 1966, registou no mesmo dia três desses novos moliceiros. As respectivas folhas indicam todas a mesma data: 31 de Dezembro de 1966, pelo que se infere que tal coincidência estará relacionada com questões burocráticas, com a necessidade de registar a propriedade adquirida ao longo do ano (ou mesmo anteriormente) antes de algum prazo findar. Com efeito, em certas ocasiões, os arquivos mostram uma extraordinária coincidência nas datas dos registos, especialmente no final do ano civil, numa clara necessidade de organização burocrática, por imposição da Capitania ou iniciativa dos proprietários.

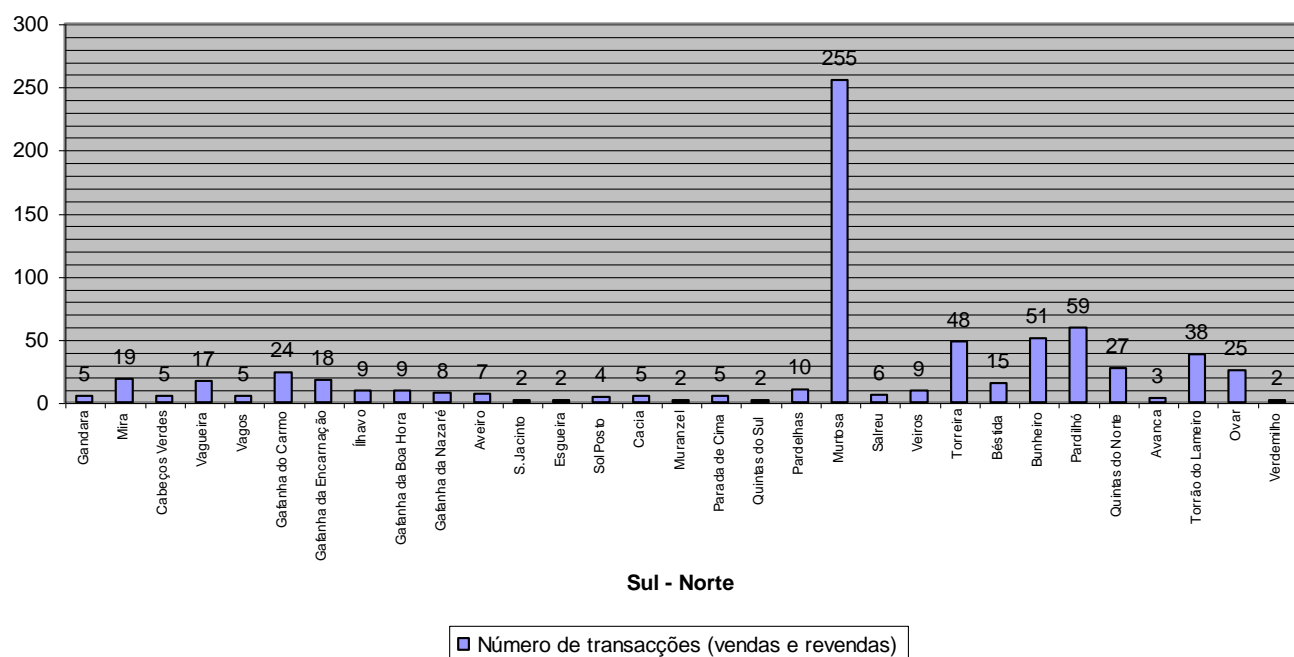
Já Manuel Maria de Matos apresenta um percurso mais irregular e disperso no tempo. Os dois registos em seu nome, de 1935 e 1943 (um de compra ao construtor, outro de revenda), dão-no como natural da Murtosa. Os de 1965, 1967 e 1970, todos de embarcações novas, referem já o Torrão do Lameiro. Não existe aqui a possibilidade de haver qualquer confusão entre a Murtosa e alguma das suas freguesias, pois o Torrão do Lameiro pertence a Ovar. Manuel Maria de Matos ressurge em 1984, para mais uma aquisição. Pela distância cronológica e geográfica patente entre os registos da década de trinta/quarenta e os de sessenta, setenta e oitenta, poder-se-á concluir que se trata, na realidade, de dois indivíduos distintos, possivelmente pertencente à mesma família e que partilham, para além do apelido, um dos nomes próprios mais comuns nos arquivos: Manuel Maria. Em qualquer um dos casos destacados, a proximidade temporal dos registos permite inferir que os “de Matos” empregavam moliceiros profissionais proletarizados ou semi-proletarizados nos vários barcos de sua propriedade que trabalhavam simultaneamente na Ria de Aveiro.

Por contraste, os “Novo” são uma das poucas famílias de moliceiros proprietários da zona sul da Ria de Aveiro, distribuídos pelas Gafanhas e por Mira. Os

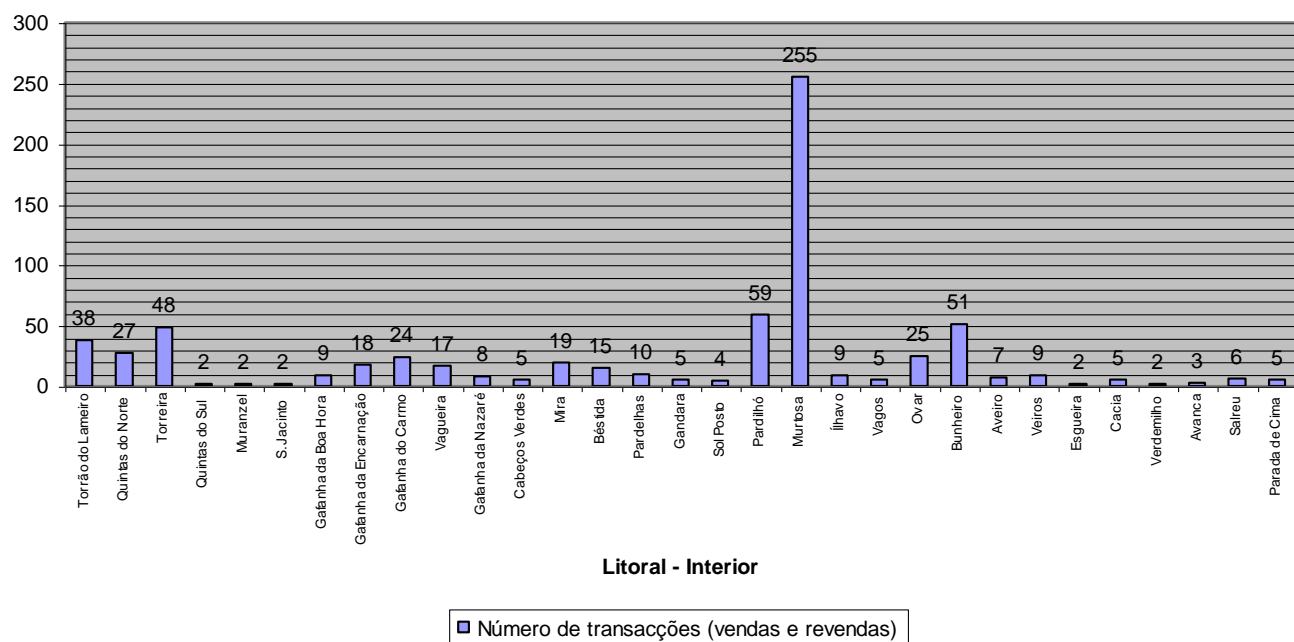
seus doze registos de propriedade situam-se exclusivamente entre 1915 e 1967, com maior incidência nas décadas de vinte e trinta e um máximo de duas aquisições por nome, sempre com alguns anos de intervalo. 75% das aquisições são feitas a anteriores proprietários, tratando-se por isso de embarcações já usadas e consequentemente desvalorizadas. Este facto, associado à dispersão da propriedade, indicia uma família de parques recursos, impedida de adquirir moliceiros novos directamente ao construtor. Praticam apenas três associações, intra e extra familiares, e desaparecem definitivamente dos arquivos em 1967, época de crise e emigração, ainda antes das alterações sócio-económicas de setenta que paralizaram, se bem que provisoriamente, muitas das famílias de moliceiros proprietários da zona norte da Ria (Murtosa, Torreira e arredores). Também os “Lorangeiro”, de Mira, compram três moliceiros, entre 1971 e 1972, mas em quinta, sexta e sétima revenda, facto que não deixa dúvidas sobre o preço e o estado de conservação das embarcações.

Estas informações relacionam-se estreitamente com os presentes dados sobre a localidade de proveniência dos compradores (de venda e revenda) de barcos moliceiros, entre 1914 e 1998, período documentado pelos registos do Arquivo da Capitania do Porto de Aveiro, organizados de sul para norte e do litoral para o interior, com o número de transacções realizadas em cada localidade. Comprovam, também, o enquadramento espaço-temporal das transacções (vendas e revendas) registadas nos arquivos da Capitania, destacando-se o domínio quantitativo e qualitativo dos proprietários da margem nascente norte da Ria de Aveiro:

LOCALIDADE DO COMPRADOR (VENDAS E REVENDAS)



LOCALIDADE DO COMPRADOR (VENDAS E REVENDAS)



ENQUADRAMENTO ESPÁCIO-TEMPORAL DAS TRANSACÇÕES

(VENDAS E REVENDAS) REGISTRADAS

SUL → NORTE

Primeira coluna: Proveniência do comprador.

Segunda coluna: Número de transacções.

Terceira coluna: Período em que ocorreram transacções.

Gandara	5	1955-1960
Mira	19	1915-1972
Cabeços Verdes	5	1915-1967
Vagueira	17	1935-1982
Vagos	5	1915-1960
Gafanha do Carmo	24	1938-1966
Gafanha da Encarnação	18	1922-1972
Ílhavo	9	1915-1942 (mais uma em 1980)
Gafanha da Boa Hora	9	1916-1970
Gafanha da Nazaré	8	1929-1967
Aveiro	7	1973-1997
S. Jacinto	2	1921-1930
Esgueira	2	1961-1984
Sol Posto	4	1947-1956 (mais uma em 1971)
Cacia	5	1968-1977
Muranzel	2	1957-1958
Parada de Cima	5	1956-1965
Quintas do Sul	2	1972-1987
Pardelhas	10	1940-1967
Murtosa	255	1922-1998
Salreu	6	1945-1961
Veiros	9	1939-1970
Torreira	48	1934-1998
Béstida	15	1955-1989
Bunheiro	51	1918-1997
Pardilhó	59	1915-1996
Quintas do Norte	27	1955-1998
Avanca	3	1955-1964
Torrão do Lameiro	38	1915-1997
Ovar	25	1915-2000
Verdemilho	2	1922-1971

Tal como sucede com os estaleiros e construtores, os principais núcleos de proprietários situam-se no interior norte da Ria de Aveiro, ou seja, nas imediações da margem nascente da laguna, especialmente na área em redor da Murtosa, zona rural dependente do moliço para o cultivo dos campos, favorecida pela proximidade do braço da Ria mais abundante em moliço verde.

A sul, entre a Gandara e o Muranzel (porque Quintas do Sul e Pardelhas são frequentemente confundidas com Torreira e Pardilhó, respectivamente), as transacções são mais escassas e dispersas e tendem a extinguir-se definitivamente com o colapso da indústria tradicional do moliço na década de sessenta, inícios de setenta, não participando já da posterior conjuntura de recuperação dos anos oitenta e seguintes. O sul da Ria é zona de menos moliço do que o norte, o que obrigava os moliceiros daí a longas deslocações até à Ria da Murtosa, onde permaneciam por várias semanas, pernoitando nos barcos. A comercialização era preferencialmente feita em “terra alheia” (no norte), sempre em competição com os inúmeros moliceiros da Murtosa e arredores. Esta situação acrescia as dificuldades da faina, que obrigava a verdadeiras migrações dos moliceiros do sul, obstando também a grandes acumulações de propriedade, pela dificuldade em supervisionar um trabalho que decorria tão longe. Os menores lucros oferecidos pelo moliço às gentes do sul reflectiram-se na preferência pela aquisição de barcos desvalorizados, em revenda. Aqui, o moliceiro é, mais do que nunca, um instrumento de trabalho muito dispendioso. O sul da Ria e as Gafanhas são também zonas de grande actividade piscatória, marítima e portuária, oferecendo outras possibilidades de trabalho e emigração, que em muito contribuíram para o rápido abandono do moliço, quando a crise começou a instalar-se.

A distribuição litoral – interior dos proprietários não é tão linear como no caso dos construtores e merece, por isso, uma menção específica. Localidades com grande número de proprietários como o Torrão do Lameiro, Quintas do Norte e Torreira estão situadas na faixa arenosa que separa a Ria do mar, a poente. Destas, só a Torreira vive em duas frentes, uma lagunar e outra marítima. As duas outras localidades, apesar da sua situação, vivem apenas na frente lagunar e, principalmente, no estreito interior agrícola da duna, necessitando assim do moliço para subsistir. Mas é na Torreira que se faz a passagem de barco para a Murtosa, é aí que a Ria atinge a sua maior largura (com

maior área para a recolha do moliço), pelo que o número considerável de proprietários naturais da Torreira não será de estranhar¹¹.

É por vezes difícil estabelecer uma distinção clara entre Aveiro, Esgueira e Verdemilho, entre Quintas do Norte e Quintas do Sul (designadas frequentemente por “Quintas”, sem mais explicações), entre estas e a Torreira ou entre as diversas Gafanhas. Muitos proprietários dizem ser da “Torreira, Murtosa”, apesar de estas duas localidades estarem irremediavelmente separadas entre si pelo braço mais largo da Ria. É também difícil obter uma distinção precisa entre o Torrão do Lameiro e Ovar e, principalmente, entre as pequenas localidades que circundam a Murtosa, polo aglutinador da região, como Pardelhas, Pardilhó ou Bestida. Encontram-se inúmeros registos de proprietários do “Monte”, simplesmente, sabendo-se ser esta uma freguesia da Murtosa. A distribuição geográfica dos proprietários não pode ser, assim, tão precisa como a dos construtores, sedentários e facilmente localizáveis nos seus estaleiros.

A circulação da propriedade estende-se por toda a região lagunar, sem círculos locais restritos de construção-transacção. Nas segundas transacções, porém, os proprietários tendem a aproximar-se geograficamente entre si. Na compra primeira ao construtor, deslocam-se obrigatoriamente ao estaleiro, mesmo que este seja distante. Depois, tendem a revender a conhecidos e a parentes das redondezas, com quem contactam e negociam directa e particularmente, pois os meios de comunicação eram, até há bem pouco tempo, inexistentes.

As biografias das embarcações, elaboradas a partir da ordenação dos respectivos registos e averbamentos, permitem retirar algumas conclusões. Nos quadros seguintes, encontram-se exemplos ilustrativos de cada agrupamento cronológico por decénios, seleccionados com base na data do primeiro registo (construção), de um universo total de 429 registos de novas embarcações e 1121 ocorrências (vendas e revendas). Quando existentes e pertinentes, incluem-se informações sobre a profissão dos proprietários e outros registos de propriedade em seu nome.

¹¹ Localizou-se um proprietário oriundo do Porto, um comerciante residente na Rua D. João IV, comprador em revenda do A621-M (construído em 1966) em 1974, mas com a indicação de ancoradouro na Murtosa. Este caso atípico não foi considerado nos respectivos gráficos e mapa.

1914-1923
9294-M:
Construído por Joaquim Marques da Fonseca, de Pardilhó.
23 de Outubro de 1914: vendido a Manoel Luís Pereira, da Gafanha, por 43\$00.
8 de Julho de 1916: revendido a Augusto dos Santos Costa e António da Rocha, da Gafanha da Boa Hora, por 51\$60.
21 de Junho de 1918: revendido a Manuel Vicente Ribeiro, de Vagos, por 80\$00.
19 de Julho de 1922: revendido a Manuel Simões, de Calvão, por 50\$00.
27 de Setembro de 1924: cancelado.
9668-M:
Construído por Joaquim Marques da Fonseca, de Pardilhó.
19 de Junho de 1915: vendido a Albino d'Oliveira Pinto, de Ílhavo, por 60\$00.
4 de Abril de 1919: revendido a Manuel dos Santos Frade, da Gafanha d'Aquem, por 40\$00. Este comprara já um outro moliceiro, em 1915, directamente ao construtor, dando como naturalidade Cabeços Verdes, Mira.
5 de Junho de 1920: revendido a José Ribeiro Cardadeiro, da Gafanha de Ílhavo, por 95\$00.
2 de Abril de 1926: cancelado.
2492-M:
Construído por Manuel Francisco Loureiro, de Seixo de Mira.
12 de Junho de 1922: vendido a Belmiro Curado por 250\$00.
21 de Agosto de 1922: revendido a João Domingues Malta, por 80\$00.
28 de Dezembro de 1933: cancelado.

1924-1933
4096-M:
Construído por Joaquim Maria Henriques, da Murtosa.
15 de Janeiro de 1927: vendido a Alberto António de Oliveira, da Murtosa, por 950\$00.
4 de Dezembro de 1930: revendido a José Maria Rodrigues Garêta, da Torreira, por 90\$00.
20 de Agosto de 1938: cancelado.
5446-M:
Construído por António Júlio Henriques, da Murtosa.
28 de Novembro de 1932: vendido a José Augusto, da Murtosa, por 1000\$00.
2 de Novembro de 1935: revendido a João Simões Bazílio, da Gafanha da Encarnação, por 100\$00.
10 de Maio de 1937: revendido a Manuel da Rocha, da Gafanha da Vagueira, por 100\$00.
12 de Janeiro de 1943: cancelado.
5500-M:
Construído por Joaquim Maria Henriques, da Murtosa.
11 de Fevereiro de 1933: vendido a Manuel Amador e Joaquim Amador, do Bunheiro, por 950\$00.
7 de Outubro de 1940: revendido a Manuel Carvalho, João das Neves e Victorino Bastos Basqueiro, da Gafanha da Nazaré, por 100\$00.
25 de Fevereiro de 1943: João das Neves, agricultor, torna-se no único proprietário da embarcação, sem registo do pagamento. Adquire também, sempre em revenda, outros dois moliceiros, em 1940 e 1957.
4 de Outubro de 1945: cancelado.

1934-1943
7000-M:
Construído por José Agostinho Henriques de Miranda, da Murtosa.
8 de Fevereiro de 1941: vendido a Mário Tomé Rebelo dos Santos, de Pardelhas, por 1000\$00. Em 1956, compra outro moliceiro ao construtor.
1 de Janeiro de 1942: revendido a João da Cruz, de Ílhavo, por 1000\$00.
3 de Setembro de 1943: revendido a António Nunes e Levi Nunes, marítimos, da Gafanha da Boa Hora, por 900\$00.
4 de Junho de 1945: revendido a Francisco Terrível, de Mira, por 1000\$00.
2 de Outubro de 1947: revendido a Leonel da Maia, marítimo, da Gafanha da Boa Hora, por 1000\$00. Em 1960, adquire outro moliceiro em revenda, dando como naturalidade Areão de Vagos.
21 de Novembro de 1948: cancelado.
7518-M:
Construído por Joaquim Maria Henriques Júnior, da Murtosa.
9 de Setembro de 1943: vendido a José Maria Fernandes Rendeiro, de Pardelhas, por 3000\$00.
12 de Outubro de 1946: revendido a João Domingues Labrador e José Augusto Domingues Labrador, da Gafanha do Carmo, por 1000\$00.
28 de Dezembro de 1946: revendido a José Agostinho Padrinha, da Murtosa, por 1500\$00.
15 de Fevereiro de 1948: revendido a António Tavares dos Santos, por 1000\$00.
12 de Abril de 1948: revendido a João Marques da Silva, da Murtosa, por 2000\$00.
18 de Novembro de 1960: cancelado.
7512-M:
Construído por Manuel da Silva Tavares, de Pardilhó.
30 de Agosto de 1943: vendido a Manuel Luís Ferreira, da Gafanha do Carmo, por 3000\$00. Adquirirá outro moliceiro ao construtor no ano seguinte.
7 de Novembro de 1944: revendido a Albano José da Cunha, da Gafanha do Carmo, por 1000\$00.
29 de Novembro de 1945: revendido a Manuel Valério, da Gafanha da Vagueira, por 1000\$00.
21 de Agosto de 1948: revendido a Manuel Simeão, da Gafanha da Vagueira, por 1500\$00.
25 de Maio de 1951: revendido a João de Oliveira Ventura de Pinho, do Seixo de Mira, por 1000\$00.
30 de Outubro de 1957: cancelado.

1944-1953
7717-M:
Construído por Joaquim Maria Henriques, da Murtosa.
17 de Julho de 1944: vendido a Manuel Nunes Geraldo (Ribau), da Gafanha da Encarnação, por 2500\$00. Em 1915, havia dois Ribaus proprietários de moliceiros na Gafanha da Encarnação.
28 de Março de 1947: revendido a Mário de Jesus da Cunha Fontes, de Pardelhas, por 1000\$00.
23 de Março de 1953: revendido a José Maria Lavado, marítimo, da Murtosa, por 1000\$00.
4 de Abril de 1955: revendido a João Maria de Matos Miranda, marítimo, de Pardelhas, por 1800\$00.
23 de Janeiro de 1959: revendido a António Joaquim, por 1000\$00.
18 de Novembro de 1960: cancelado.
8046-M:
Construído por Joaquim Maria Henriques, da Murtosa.
24 de Fevereiro de 1945: vendido a Manuel Rebelo dos Santos, da Murtosa, por 3000\$00.
25 de Janeiro de 1947: revendido a Joaquim Manuel da Silva, da Murtosa, por 4000\$00.

30 de Maio de 1950: revendido a Gregório da Silva, da Murtosa, por 1000\$00.
2 de Dezembro de 1950: revendido a Manuel da Rocha Manha, da Vagueira, por 1000\$00.
15 de Novembro de 1951: revendido a Aníbal Amaral e Manuel Oliveira, da Vagueira, por 1000\$00.
22 de Agosto de 1953: revendido a António Horácio Santos, da Gafanha, por 1000\$00.
12 de Novembro de 1955: revendido a José Maria de Almeida, de Seixo de Mira, por 500\$00.
15 de Novembro de 1960: cancelado.

1954-1963
9873-M:
Construído por Luciano Rodrigues Garrido, de Salreu.
25 de Junho de 1957: vendido a José Maria Marques de Miranda, da Murtosa, por 5000\$00.
25 de Setembro de 1962: revendido a Salvador Tavares da Silva Arrojado, marítimo, da Murtosa, por 5000\$00. Segundo os registos, Salvador Arrojado é o proprietário com maior número de aquisições: um total de nove (quatro ao construtor e cinco em revenda), entre 1956 e 1985.
31 de Dezembro de 1966: revendido a Inácio de Jesus Vigário da Silva, marítimo, da Murtosa, por 1800\$00. Em 1992, comprará outro moliceiro, desta vez directamente ao construtor.
19 de Dezembro de 1967: revendido a Alfredo Valente Tavares, marítimo, de Pardilhó, por 3000\$00. Em 1956, comprara um moliceiro novo, em sociedade com dois familiares.
22 de Agosto de 1969: cancelado.
9995-M:
Construído por Manuel da Silva Tavares, de Pardilhó.
3 de Fevereiro de 1959: vendido a Carlos Padinha, da Gafanha do Carmo, por 1500\$00.
7 de Abril de 1961: revendido a José Domingues Salvador, marítimo, da Gafanha do Carmo, por 3000\$00.
19 de Setembro de 1966: revendido a João de Pinho Mirassol Júnior, marítimo, da Gafanha da Vagueira, por 2000\$00.
30 de Dezembro de 1967: revendido a António do Nascimento Oliveira, marítimo, da Gafanha da Vagueira, por 1000\$00.
19 de Janeiro de 1972: revendido a Paulo da Costa Larangeiro, marítimo, da Barra de Mira, por 1000\$00.
30 de Outubro de 1972: revendido a Manuel Augusto da Costa Larangeiro, marítimo, da Gafanha da Boa Hora, por 1000\$00.
2 de Julho de 1974: cancelado.
79-M:
Construído por Manuel da Silva Tavares, de Pardilhó.
5 de Novembro de 1959: vendido a Manuel da Conceição Mõço e João da Costa Caçador, da Gafanha do Carmo, por 2000\$00.
13 de Fevereiro de 1960: Manuel da Conceição Mõço vende a sua parte a João Gandarinho Novo, marítimo, da Gafanha do Carmo, por 1000\$00.
18 de Agosto de 1960: João da Costa Caçador vende a sua parte a Albino Domingues Gafanha, marítimo, da Gafanha do Carmo, por 750\$00.
14 de Março de 1963: Albino Domingues Gafanha vende a sua parte a João Gandarinho Novo, por 200\$00, ficando este como único proprietário da embarcação.
31 de Dezembro de 1964: revendido a Manuel dos Santos, da Barra de Mira, por 200\$00.
17 de Abril de 1968: revendido a Arménio de Jesus, da Gafanha da Vagueira, por 2000\$00.
28 de Julho de 1970: cancelado com anotação de “desmantelado”. Nova anotação de “cancelamento sem efeito”, seguida de correcção das medidas. O moliceiro terá sofrido uma profunda remodelação, antes de regressar ao activo.
21 de Julho de 1971: revendido a João Augusto Joaquim Larangeiro, da Barra do Areão, por

1850\$00.
9 de Setembro de 1985: “Segundo documento que se arquivou, esta embarcação passou a ser propriedade de Sérgio da Silva Amador”, de Pardilhó, sem indicação de preço.
11 de Fevereiro de 1998: “Passou a actividade auxiliar local, de acordo com o nº 5 do Edital 16/97 de 10/12”.

1964-1973
A443-M:
Construído por Agostinho Tavares da Silva, de Pardilhó.
4 de Junho de 1964: vendido a Frutuoso da Silva, da Torreira, por 5000\$00. Compra ao construtor também em 1955 e 1966.
26 de Dezembro de 1967: revendido a Joaquim da Silva, da Torreira, por 4000\$00. Comprara outro moliceiro, ao construtor, em 1960.
29 de Novembro de 1972: revendido a Manuel Rodrigues da Silva, marítimo, de Quintas do Sul, por 3000\$00.
6 de Abril de 1977: revendido a António José Costeira Oliveira e Silva, pescador, da Torreira, por 2000\$00. Dada a coincidência dos sobrenomes e a proximidade geográfica, pressupõe-se que a propriedade desta embarcação terá circulado entre os membros de uma mesma família.
12 de Julho de 1985: cancelado.
A712-M:
Construído por Henrique Ferreira da Costa, de Pardilhó.
21 de Fevereiro de 1967: vendido a Joaquim de Pinho e António Ruela de Pinho, do Bunheiro, por 8000\$00. Joaquim de Pinho comprara já dois moliceiros ao construtor, em 1958 e 1959.
10 de Novembro de 1972: revendido (parte) a Manuel Valente da Silva, marítimo, da Marinha de Ovar, por 4000\$00. Em 1971, este adquirira outra embarcação, também em revenda.
6 de Abril de 1977: revendido a Aparício Valente Couto, José Maria Rodrigues e Afonso Rodrigues Aleixo, marítimos, de Ovar, por 12.000\$00. Aparício Valente Couto “e Outros” comprarão um moliceiro novo em 1997.
23 de Janeiro de 1984: revendido a Filipe Lopes Garcia, da Esgueira, por 30.000\$00.
12 de Julho de 1985: cancelado.
A877-M:
Construído por Agostinho Tavares da Silva, de Pardilhó.
19 de Agosto de 1970: vendido a Pedro Fernandes Chipelo, da Murtosa, por 6000\$00.
16 de Novembro de 1983: revendido a Salvador Tavares da Silva Arrojado, da Murtosa, por 10.000\$00.
15 de Julho de 1985: cancelado.

1974-1983
A1424-M:
Construído por Henrique Ferreira da Costa, de Pardilhó.
27 de Junho de 1977: vendido a Arlindo Marques de Oliveira e Francisco Marques de Oliveira, de Quintas do Norte, por 20.000\$00. Esta sociedade de irmãos era já proprietária de outro moliceiro, comprado ao construtor em 1960.
A1709-M:
Construído por Henrique Ferreira da Costa, de Pardilhó.
14 de Janeiro de 1980: vendido a Miguel Emílio de Abreu Freire, do Bunheiro, por 100.000\$00.
A1833-M:
Construído por Agostinho Tavares da Silva, de Pardilhó.

15 de Abril de 1983: vendido a José Maria de Oliveira Rendeiro, do Bunheiro, por 45.000\$00. Comprará outro moliceiro, também ao construtor, em 1992.
25 de Fevereiro de 1993: revendido a João Eusébio de Oliveira Barbosa, marítimo, da Murtosa, por 100.000\$00.

1984-1993
A2094-M:
Construído por Henrique Ferreira da Costa, de Pardilhó.
3 de Setembro de 1985: vendido a António Manuel Cirne de Almeida e António Ruela de Pinho, da Bestida, por 90.000\$00. Este último comprara já um moliceiro ao construtor, em 1967, em sociedade com Joaquim de Pinho.
14 de Abril de 2000: revendido a António Joaquim Rodrigues, marítimo, de Ovar, por 100.000\$00.
A2307-M:
Construído por Manuel Felisberto Oliveira Amador, de Pardilhó.
6 de Novembro de 1990: vendido à Câmara Municipal de Aveiro, por 50.000\$00. Esta instituição comprara outro moliceiro, em segunda revenda, em 1986.
A2422-M:
Construído por António da Silva Esteves, de Pardilhó.
2 de Abril de 1993: vendido a Reinaldo Tavares Belo, do Bunheiro, por 250.000\$00. A sua primeira aquisição, também ao construtor, data de 1985.

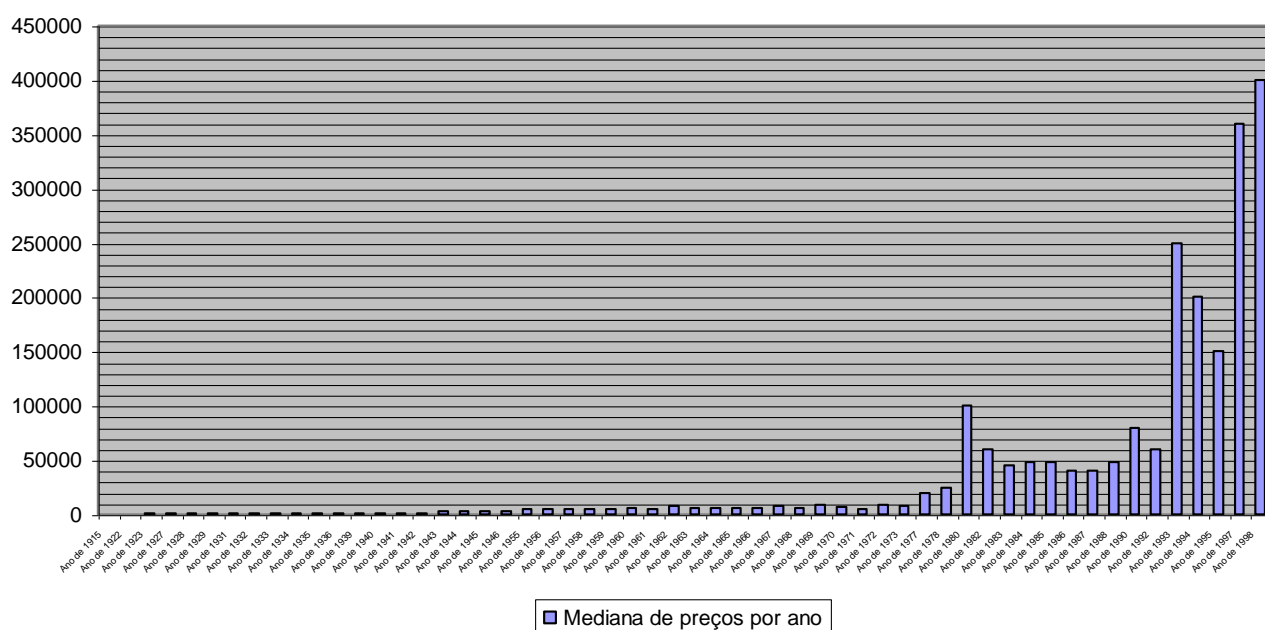
1994-1998
A2478-M:
Construído por Agostinho Tavares da Silva, de Pardilhó.
27 de Setembro de 1994: vendido a Manuel da Silva Vieira, da Torreira, por 200.000\$00. Comprara já um moliceiro em 1985 e comprará outro em 1998, ambos ao construtor.
A2514-AL:
Construído por Manuel Felisberto Oliveira Amador, de Pardilhó.
14 de Agosto de 1997: vendido à Câmara Municipal de Ílhavo, por quantia não registada.
A2537-AL:
Construído por António da Silva Esteves, de Pardilhó.
24 de Abril de 1998: vendido a Manuel da Silva Vieira, da Torreira, por 400.000\$00.

Como já foi sublinhado, nem todas as transacções são registadas, pelo que os arquivos e livros oficiais perservam *biografias* muitas vezes incompletas. Os moliceiros são, de facto, muito mais transaccionados do que aqui fica patente, sublinhando a extraordinária mobilidade destes instrumentos de trabalho. A média de tempo entre a construção, a primeira revenda e as revendas seguintes não é significativa, uma vez que não permite elaborar conclusões ou médias pela sua irregularidade e ausência de um padrão interpretável. Também não existe uma época ou estação com maior incidência de transacções.

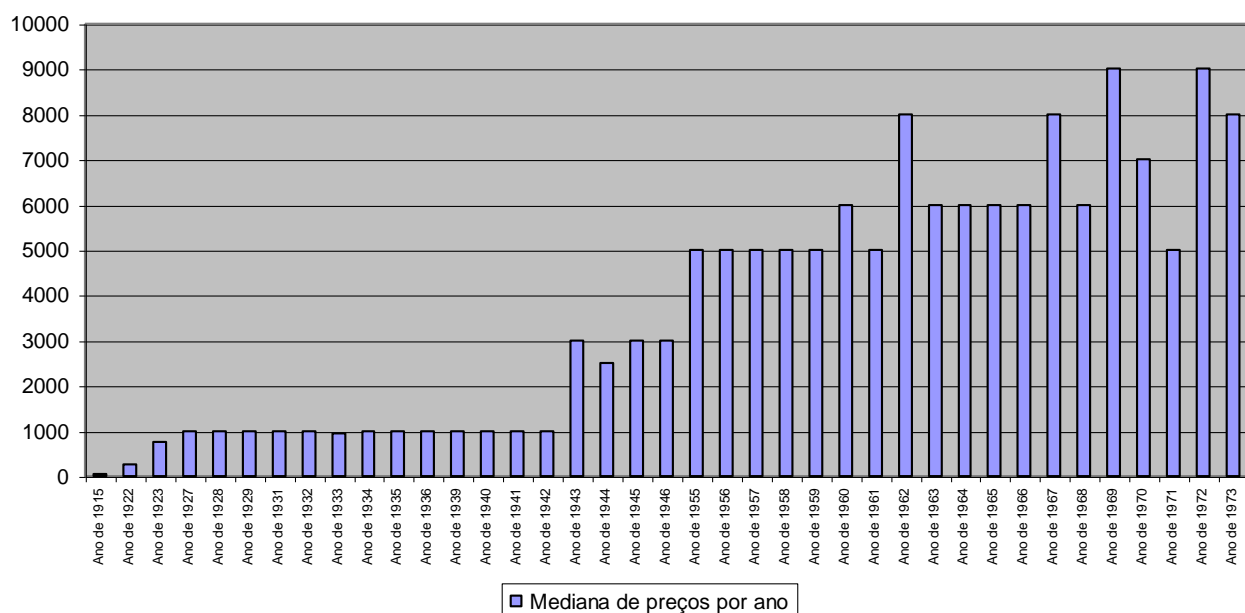
De igual modo, e como referido a propósito de construtores e proprietários, existe uma considerável diferença entre os preços de venda e revenda praticados na realidade e aqueles que os arquivos registam. Os preços efectivamente praticados pelos construtores são relativamente fáceis de apurar, através de entrevistas pessoais ou publicadas na imprensa, pois aqueles acabam sempre por revelar com orgulho o valor monetário atribuído às suas obras, revelação alicerçada numa ingénua imprudência mas também no prestígio protector de alguns dos seus clientes, como as câmaras municipais, que tão pouco registam o valor realmente gasto na aquisição do novo moliceiro. Já os agentes de posteriores transacções de revenda são muito mais cautelosos e difíceis de localizar. Na compra ao construtor, comparando os valores alegados em entrevista e os valores registados nos arquivos, pode-se concluir que estes representarão em média 25% do preço realmente praticado. No que concerne às transacções seguintes, os dados existentes cingem-se aos valores declarados oficialmente.

Apesar destas conclusões parciais, a base documental essencial a qualquer estudo obriga a que os gráficos de preços de construção (mediana de preços por ano), distribuição decenal de frequência de preços de construção e respectiva comparação com a distribuição decenal de frequência de novos registos estejam unicamente apoiados nos dados quantitativos oficiais, obtidos nos livros de registo de embarcações da Capitania.

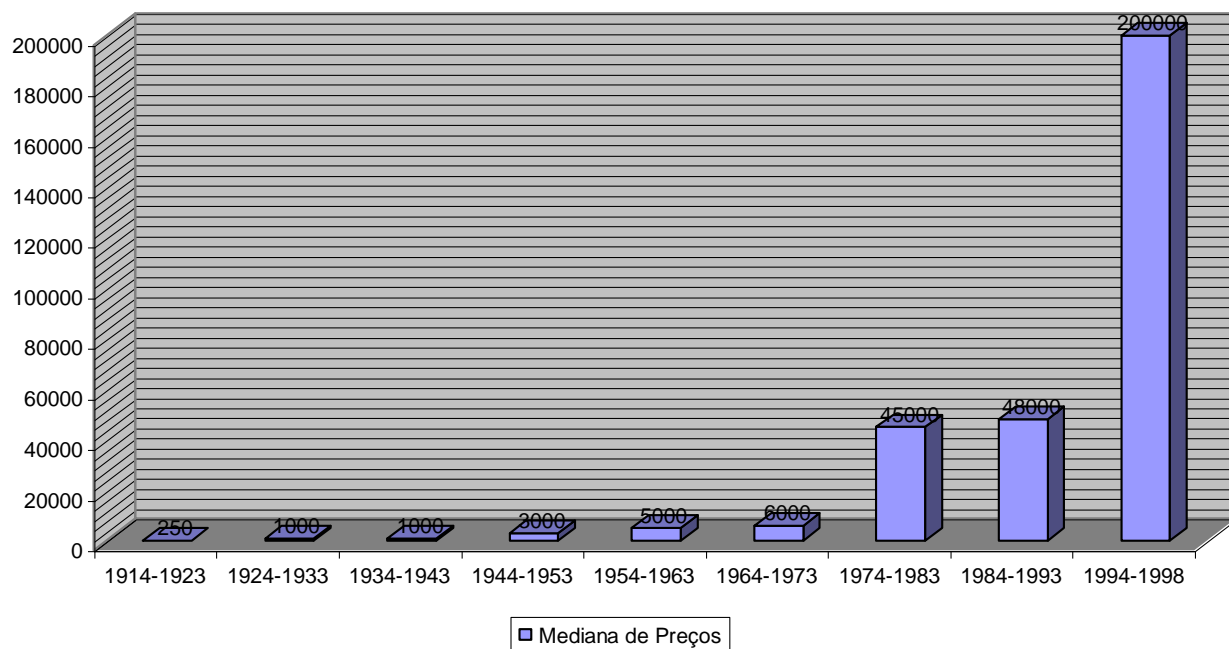
PREÇOS DE CONSTRUÇÃO



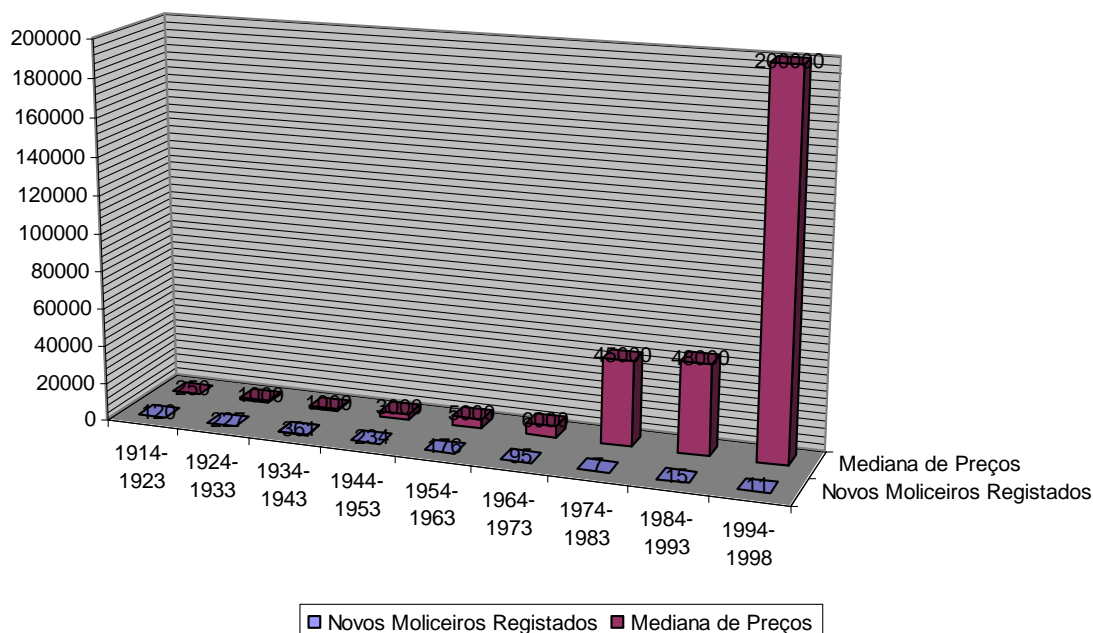
PREÇOS DE CONSTRUÇÃO (1915-1973)



DISTRIBUIÇÃO DECENAL DE FREQUÊNCIA DE PREÇOS DE CONSTRUÇÃO



Distribuição decenal de frequência de novos registos comparada com a distribuição decenal de frequência de preços de construção



As oscilações de preços sucedem de forma regular e uniforme em todo o universo estudado, como se houvesse um acordo tácito de não concorrência por todos os estaleiros da Ria. A partir da década de setenta, os preços de construção aumentam em proporção inversa ao número de registos.

Existe uma relativa estabilidade de preços entre 1915 e 1942. A partir de 1943, o crescimento no número de novos moliceiros registados relaciona-se com uma ligeira e gradual inflação dos preços. A crise internacional, a guerra e o isolamento de Portugal determinam a viragem para os recursos internos, principalmente os de mais fácil obtenção, ainda ligados a uma agricultura tradicional, sem recursos mecânicos nem químicos nem necessidade de qualquer relação com o exterior. O moliço faz parte desta estrutura arcaica e puramente local, como exposto na secção “O barco moliceiro”. O valor de tão procurado barco é, por isso, inflacionado, sem nunca atingir porém valores inoportáveis para as gentes da região, potenciadores de qualquer desequilíbrio económico ou contestação social que fizesse perigar a estrutura de subsistência há muito instaurada.

Até 1973, os moliceiros passam a ser vendidos por um valor que oscila entre os três mil e os nove mil escudos, num aumento de 200% ao longo de trinta anos, ou seja, de 66,6% por decénio.

As flutuações constatadas em 1944, 1960-1963 ou 1969-1971, por exemplo, não são significativas. Não se trata aqui de concorrência de preços entre estaleiros, pois um mesmo mestre pode cobrar quantias diferentes pela mesma obra, dependendo do cliente (uma prática comum, comentada criticamente por mestre Felisberto Amador). Basta repetir-se um preço ligeiramente mais alto ou mais baixo para que a mediana faça reflectir essa variação no respectivo gráfico, sem que tal represente uma inesperada inflação ou deflacção no preço médio de construção. As medianas de 1962 e de 1969, por exemplo, parecem muito elevadas, enquanto que a de 1971 indicia uma quebra repentina nos preços. Contudo, nesses anos houve apenas três, três e um registos, respectivamente, pelo que a mediana representa casos isolados ou quase isolados e não uma tendência geral ilustrativa de qualquer conjuntura.

Numa perspectiva geral, a evolução dos preços entre 1914 e 1973 é tão gradual, em comparação com o que sucede após 1974, que foi necessário elaborar dois gráficos distintos, para que as variações anteriores à década de setenta fossem visíveis.

Mas apesar de um aumento tão gradual, se compararmos o preço de uma nova embarcação com os ordenados médios praticados no país nas décadas de cinquenta, sessenta e inícios de setenta, conclui-se facilmente que, tanto no passado como no presente, tal aquisição representa sempre um investimento considerável num objecto de grande valor.

A comparação com o preço da barcaça de moliço (100\$00 em 1955 e 400\$00 em 1968), pelo contrário, permite outras leituras, principalmente se se evocar também a frequência de novos registos. No decénio 1964-1973, esta frequência desce para 95 (por comparação aos 176 do decénio imediatamente anterior), enquanto que a mediana de preços aumenta em 1.000\$00, para 6.000\$00. Compram-se menos moliceiros ao construtor, pois procura-se antes transaccioná-los ou mesmo cancelá-los. O preço da barcaça de moliço atinge, em 1968, valores já nada compensadores. Os agricultores, já de si em número cada vez menor devido à emigração, não podem também fazer face aos preços do moliço. A procura de moliço e de moliceiros diminui, mas os preços dos barcos mantêm-se ou aumentam, o que dificulta novas aquisições. A emigração atinge todos os actores intervenientes: construtores, moliceiros e agricultores. Neste decénio ocorre o colapso da indústria tradicional do moliço. Em 1974-1983, os sete novos registos referem-se já a verdadeiras raridades, testemunhos pitorescos de um passado tão recente e simultaneamente tão distante. A procura de moliço praticamente cessara mas a valorização turística e patrimonial do moliceiro dava apenas os seus primeiros

passos. Por isso a mediana de preços aumenta mais de sete vezes, de 6.000\$00 para 45.000\$00. A partir da década de noventa, o moliceiro atinge valores reais na casa das centenas e milhares de contos, agora como objecto raro, de valor estético e patrimonial e potencialmente lucrativo.

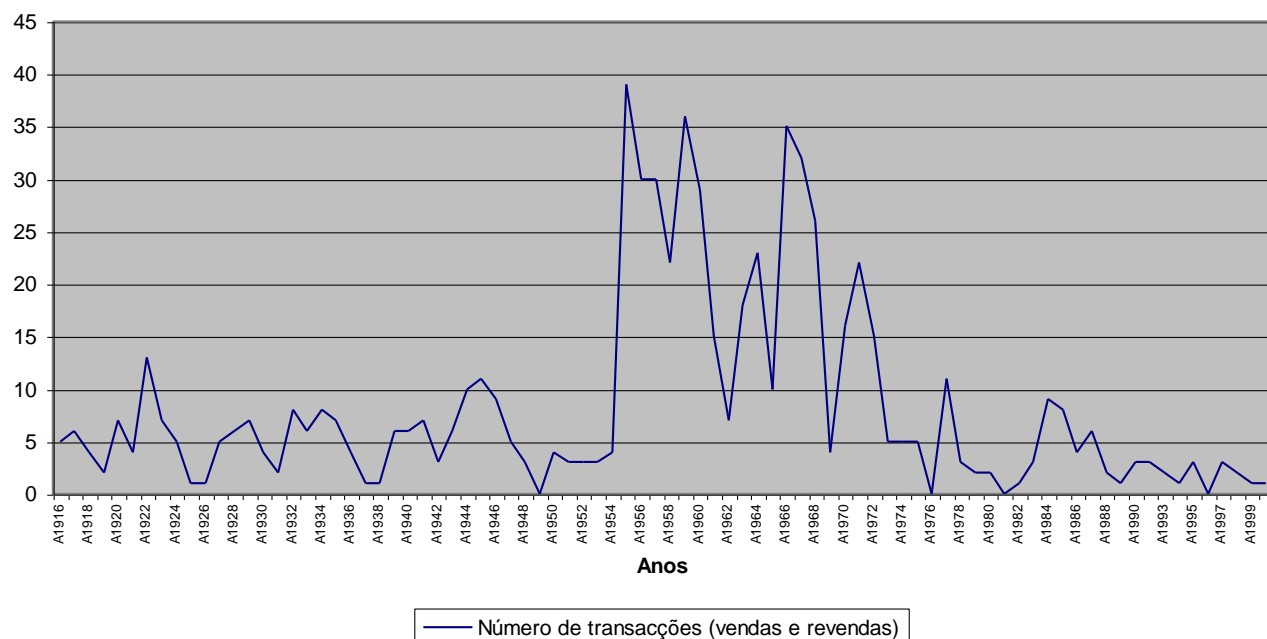
As transacções posteriores incluem a venda da embarcação na sua totalidade e a venda de partes ou quotas, pelo que os valores são muito flutuantes. A embarcação tanto pode valorizar como desvalorizar com os anos, dependendo da qualidade da construção e da manutenção. Quando a primeira transacção ocorre dentro do primeiro ano de vida do moliceiro, a tendência é para repetir o preço pago ao construtor, sempre com muitas excepções. Mas se este prazo for de vários anos, é na primeira transacção que ocorre geralmente a maior desvalorização. Em três ou quatro anos, por exemplo, desvaloriza entre 10% a 66% do preço original. Em revendas posteriores, tanto pode desvalorizar 33% em três anos como num só ano, mas há já uma maior estabilidade dos preços, que podem até repetir-se ao longo de quatro ou cinco ocorrências. Todas estas observações têm por base os valores declarados nos averbamentos dos livros de registo, dependendo da veracidade das informações dos proprietários e ressaltando a comprovada omissão de certas transacções.

É de novo a partir da década de setenta que os valores se alteram substancialmente, tendência que marca o percurso de embarcações como, por exemplo, o A712-M e o A877-M. O A712-M, construído em 1967 por 8.000\$00, custa 12.000\$00 na segunda revenda, pois esta ocorre já em 1977, antes de atingir os 30.000\$00 na sua derradeira transacção, em 1984. O A877-M, construído em 1970 por 6.000\$00, é revendido em 1983 por 10.000\$00. Dos anos oitenta em diante, as poucas transacções efectuadas implicam sempre uma considerável valorização do moliceiro.

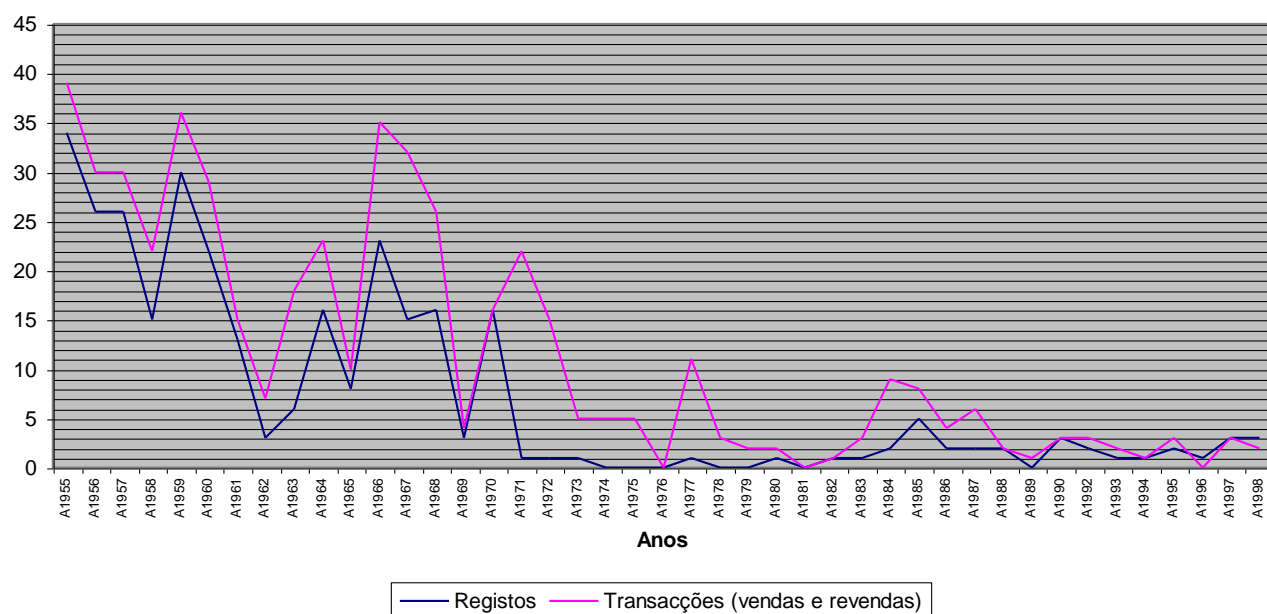
Tal como nos preços de compra ao construtor, a instabilidade de preços de transacção no período pós-revolucionário liga-se à inflação sentida em todo o país e, especificamente na região lagunar, ao desaparecimento dos construtores e à dificuldade em obter embarcações novas. Contrasta também com o marasmo nos preços anteriormente praticados, reflexo do conservadorismo estrutural que presidia tradicionalmente à actividade moliceira.

Para além dos preços praticados, também o número de transacções pode ser interpretado numa perspectiva globalizante, em sintonia com os registos (já abordados na secção “O barco moliceiro”) e cancelamentos das embarcações.

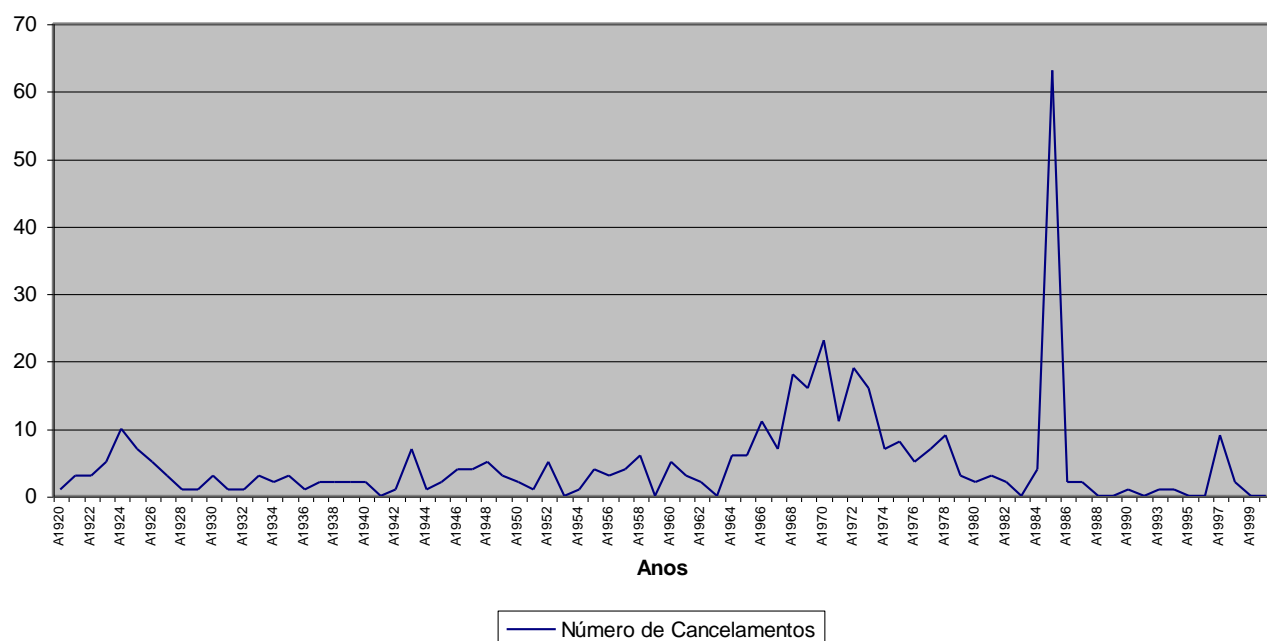
TRANSACÇÕES (vendas e revendas)



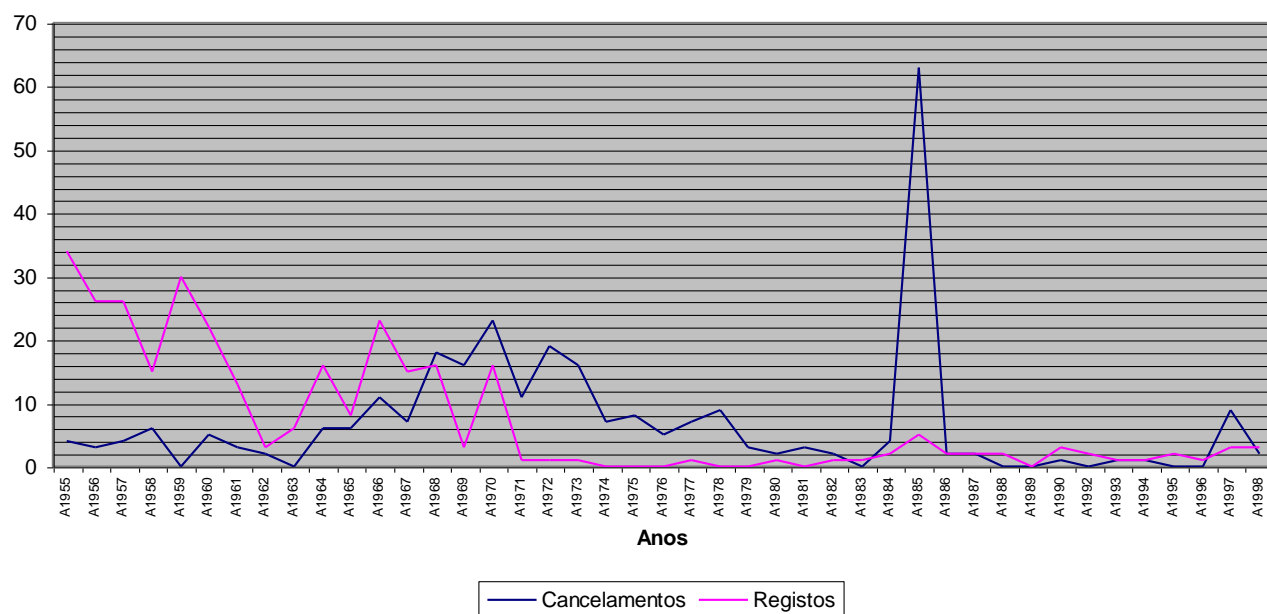
Comparação do número de registos com o número de transacções, em cada ano completo disponível nos arquivos



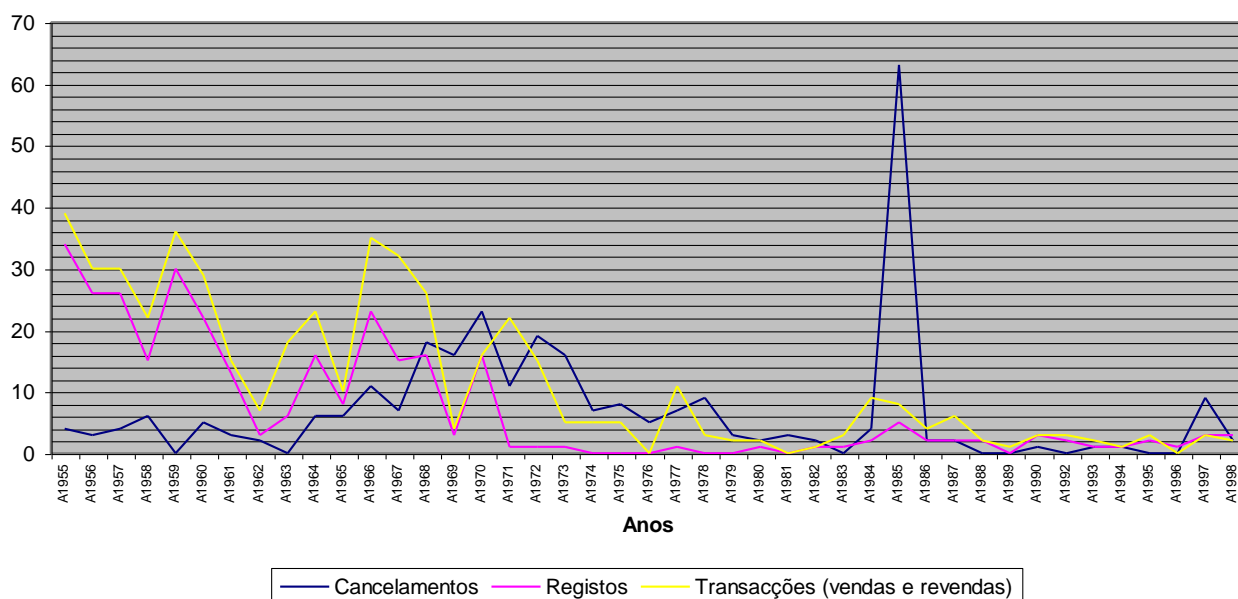
CANCELAMENTOS



Comparação do número de registos com o número de cancelamentos, em cada ano completo disponível nos arquivos



Comparação do número de registos, transacções e cancelamentos, em cada ano completo disponível nos arquivos



A variação nas transacções segue de perto a variação nos registos, sendo-lhe quase sempre superior. Decalca os seus movimentos em perfeita simultaneidade, como é visível nas flutuações ocorridas entre 1955 e 1965. Até 1955, a fiabilidade dos valores retirados dos arquivos é questionável, pois muitos são os anos incompletos nos livros de registo. No entanto, numa visão geral, não ocorrem variações nas transacções e cancelamentos que mereçam destaque. Após o pico de vendas e revendas de 1966, inicia-se uma acentuada fase descendente em que o movimento das duas curvas manifesta ligeiras diferenças. Mas é também nesse pico de 1966 que os dois valores aparecem mais distanciados entre si. O número de transacções é consideravelmente superior ao de novos registos, numa súbita agitação do mercado, antes de este iniciar a sua queda definitiva. Até ao mínimo de 1969, o número de registos ainda esboça uma ligeira inflecção em 1967. Pelo contrário, as transacções caem sempre, em curva descendente até 1968 e a pique no ano seguinte. Em 1969, ambos os valores se igualam no seu mínimo, antes de recuperarem simultaneamente no ano seguinte. Se os registos voltam a decair em 1971, as transacções só os seguem entre 1972 e 1973. É mais acentuada a crise na construção do que na revenda. Os novos registos quase desaparecem ao longo da década de setenta, enquanto que as transacções sobrevivem com valores sempre baixos e irregulares. Em 1977, as transacções chegam a atingir

valores que evocam a década anterior: a economia local parece tentar renascer na nova sociedade em formação, a emigração diminui, alguns regressam. Mas a realidade é já outra e registos e transacções praticamente extinguem-se em conjunto em 1981. Começa então um novo ciclo, até ao presente, em que se recupera a flutuação conjunta dos valores, com o número de novos registos a aumentar gradualmente, salvo ligeiros percalços, chegando mesmo a ultrapassar o de transacções em 1995, pela primeira vez desde que existem dados documentados.

O número de cancelamentos de matrículas mantém-se discreto até 1963. Inicia então uma ascensão firme até ultrapassar o número de novos registos em 1967 e o de transacções no ano seguinte. Em 1969, verifica-se a maior diferença entre o número de cancelamentos e o de registos/transacções, com destacada vantagem para o primeiro. Passa então a ser o valor dominante, numa conjuntura de crescimento negativo, de quase extinção, somente ultrapassado pelas transacções em 1971 e 1977, por breves períodos de um ano. Entre 1972 e 1982, a curva das transacções acompanha genericamente a dos cancelamentos, com estes sempre em vantagem, salvo nas excepções apontadas. Dá-se depois o “fenómeno” de 1985, em que a reorganização dos registos obriga ao cancelamento de todas as embarcações efectivamente paradas e em situação ilegal ou de abandono, segundo o edital nº5/85. Este pico extraordinário no número de cancelamentos deve-se a factos meramente burocráticos mas assegura a credibilidade dos números posteriores. Já em plena época de recuperação do moliceiro, em 1987, os cancelamentos regressam à sua tradicional posição de inferioridade numérica face aos novos registos e transacções, como sucedia nos anos cinquenta e sessenta, se bem que dentro de valores agora totalmente distintos. A inesperada vaga de cancelamentos em 1997-1998 deve-se a mais uma reordenação nos arquivos, com tentativa de listagem das embarcações ao serviço, antes de se proceder à informatização definitiva dos registos.

Ao longo desta linha cronológica, destaca-se a acentuada movimentação do mercado de transacções durante os anos sessenta, anunciada já no final da década anterior e com alguma influência ainda nos primeiros anos de setenta:

1960: 5 cancelamentos, 29 transacções e 18 aquisições em novo.
1961: 3 cancelamentos, 15 transacções e 9 aquisições em novo.
1962: 2 cancelamentos, 7 transacções e 3 aquisições em novo.
1963: 0 cancelamentos, 18 transacções e 6 aquisições em novo.
1964: 6 cancelamentos, 23 transacções e 13 aquisições em novo.
1965: 6 cancelamentos, 10 transacções e 7 aquisições em novo.

1966: 11 cancelamentos, 35 transacções e 9 aquisições em novo.
1967: 7 cancelamentos, 32 transacções e 15 aquisições em novo.
1968: 18 cancelamentos, 26 transacções e 8 aquisições em novo.
1969: 16 cancelamentos, 4 transacções e 3 aquisições em novo.
1970: 23 cancelamentos, 16 transacções e 12 aquisições em novo.
1971: 11 cancelamentos, 22 transacções e 1 aquisição em novo.

Esta é também a década de mais intensa emigração, realidade a propósito da qual será pertinente citar de novo Jorge Arroteia: “Orçando as 36.500 saídas anuais entre 1953 e 1963, no ano seguinte, a emigração portuguesa dá o seu salto qualitativamente mais significativo, ditado pela crise social, económica e política: cerca de 56.000 saídas, atingindo, em 1965, as quase 90.000 e, um ano depois, as 120.000”¹². A relação entre a inusitada movimentação do mercado e a elevada taxa de emigração prende-se com o facto de agricultores e moliceiros abandonarem o ofício e venderem os seus instrumentos de trabalho, onde se inclui naturalmente a embarcação, pois necessitam de dinheiro para a partida e para acautelar a subsistência da família. Vendem àqueles que permanecem na região, aos que partirão mais tarde ou às mulheres, que neste período assumem um maior protagonismo. Mas cada vez menos investem na aquisição de uma nova embarcação, porque o mercado do moliço já não é seguro, escasseiam braços nos campos e na Ria e tal investimento torna-se arriscado. Entretanto, os cancelamentos também aumentam, não só por causa dos que partem e não venderam a embarcação mas também devido aos que ficaram, compraram ou mantiveram a sua embarcação e não podem já dar-lhe serventia ou dela retirar lucro. Logo são as próprias transacções que começam a escassear, pois já nem mesmo as embarcações usadas e desvalorizadas têm procura. Entrada a década de setenta, os campos e a Ria desertificam-se. O moliço não é mais procurado em larga escala, mas também quase não há moliceiros que o recolham ou barqueiros que pratiquem o seu ofício. A estrutura económica que rodeia o barco moliceiro só vai ser reactivada cerca de vinte anos mais tarde, quando a embarcação for recuperada não tanto pela sua função agrícola mas antes pela sua função estética e cultural.

¹² ARROTEIA, Jorge, “Sobre a Evolução e Destinos da Emigração Portuguesa”, p. 28.

2.

ICONOGRAFIA E MENSAGEM ESCRITA

O moliceiro é o barco mais ricamente decorado e mais decorativo. Na arte popular, a decoração dos moliceiros tem lugar especial: arte de imaginar, pintar e colorir, que dá aos moliceiros aspectos de iluminura na proa, principalmente, e na ré por complemento de efeito.

Luís Chaves, *A Decoração dos Nossos Barcos*.

Ils la décorent des symboles de la terre et de l'eau,
puis y ajoutent leur propre histoire.

Henry Kerisit, “Peintres de Moliceiros – Un Art Vivant dans la Lagune d’Aveiro”.

De acordo com Umberto Eco, os processos culturais são processos de comunicação, atravessados por uma multiplicidade de subcódigos, descodificáveis através de condições e ocasiões extra-semióticas¹. Por detrás de factos explicitamente não intencionais, que o senso comum tende a considerar acidentais ou não significativos, revela-se uma produção socialmente determinada, embora quase sempre sem autor identificável (pelo menos para o exterior), de efeitos de sentido. Há nos pequenos rituais e juízos do quotidiano muitos sintomas da pluralidade contraditória das ideologias sociais, os “arbitrários culturais” de Pierre Bourdieu², que comandam a produção-recepção de efeitos de sentido e que contribuem para a imagem que os participantes no diálogo social constroem uns dos outros. “Sempre que se trata de imagens”, diz Eco, “ficamos em presença de blocos macroscópicos, de textos analisáveis através de um conjunto de relações convencionais entre unidades pertinentes de um sistema gráfico. Aquilo a que se chama signo icónico é um texto, sendo prova disso o facto de o seu equivalente verbal não ser uma simples palavra mas, no mínimo,

¹ ECO, Umberto, *A Estrutura Ausente: Introdução à Pesquisa Semiológica*, trad. Pérola de Carvalho, São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.

² BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas sobre a Teoria da Acção*, trad. Miguel Serras Pereira, Oeiras, Celta Editora, 1997.

uma descrição ou um enunciado e, por vezes mesmo, todo um discurso, um acto referencial ou um acto locutivo”³.

O processo através do qual os objectos adquirem capacidade de significação está relacionado com valores e condicionantes sócio-culturais que os transformam em veículos de afirmação de uma entidade regional. No caso dos painéis do moliceiro, “uma população que pinta os seus barcos e os lança às águas de uma laguna elabora um álbum de imagens através do qual exprime a sua visão do mundo”⁴. Ainda nas palavras de Claude Rivals, “l’art populaire parvient à se perpetuer alors qu’ont changé les pouvoirs, la langue et la plupart des institutions”⁵.

Conforme descrito na respectiva secção, o barco moliceiro está dotado de quatro desenhos centrais totalmente independentes entre si. Os painéis dos moliceiros são quadros legendados, breves e concisos, em rectângulo ou “bico”, onde a sequência narrativa e o seu universo simbólico/semiótico estão concentrados ao máximo numa só imagem-legenda. Cada painel é único, visto que nasce do olhar de um homem sobre a sociedade, por isso, uma pintura nunca é reproduzida. A pedido do proprietário, as ideias podem ser novamente exploradas, mas o desenho é sempre outro.

As cores habituais na composição destes painéis são as que mais impressionam pela sua garridice: azul, amarelo, verde, vermelho, preto e branco, além de outras colorações intermédias. No segundo volume de *A Arte Popular em Portugal*, no capítulo dedicado à pintura, Fernando de Castro Pires de Lima afirma ser esta um dos grandes meios de ornamentação da arte popular, utilizada na decoração dos objectos ligados à vida quotidiana, em toda a qualidade de suporte, onde em geral é aplicada directamente. Os pigmentos de cor amarela, verde, azul forte e vermelha são da preferência do pintor popular, que se serve também do branco, preto, púrpura, dos tons rosa, fogo, doirados, prateados, tijolo, castanho, cinzento, além dos tons matizados, claros e intermédios. Mas, como indica Pires de Lima, a preferência do povo vai para as cores fortes e berrantes, tirando partido do contraste marcado por certas cores de fundo

³ ECO, Umberto, “Pour une reformulation du concept de signe iconique – le mode de production sémiotique”, *Communications* n° 29, Paris, Seuil, 1978, p. 164. E também: “O signo icónico nem sempre é tão claramente representativo quanto se crê, o que se confirma pelo facto de que, o mais das vezes, é acompanhado de inscrições verbais; mesmo porque, embora reconhecível, sempre aparece, todavia, carregado de certa ambiguidade, denotando mais facilmente o universal do que o particular (...) e por isso exige nas comunicações que visem à precisão referencial, o estar ancorado num texto verbal” (ECO, Umberto, *A Estrutura Ausente*, p. 111).

⁴ RIVALS, Claude, “Peintures des Moliceiros d’Aveiro (Portugal): Culture et Arts Populaires”, *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, tome 5, fasc. 2-3, 1988, p. 254.

⁵ RIVALS, Claude, *L’Art et l’Abeille: Ruches Décorées en Slovénie, Essai d’Iconologie Populaire*, Toulouse, Les Provinciades, 1980, p. 31.

para determinados ornamentos ou pela alternância de faixas multicores. O pintor popular prefere repetir as mesmas cores e servir-se relativamente pouco dos tons medianos. Para lá do gosto do artista, a escolha das cores está, de um modo geral, relacionada com a qualidade dos pigmentos utilizados e com a época e assunto da pintura:

Sabemos existir na pintura popular uma relação entre a cor e as espécies dos objectos, por muito raramente nos ter sido dado ver tons suaves e gradação de cores nos seus objectos utilitários, ou seja, em carros, barcos, móveis, cerâmica, em “lonas” (oleados) das peixeiras, etc. (...) Mas, entre todos os objectos utilitários, destaca-se pela sua beleza e tons garridos a decoração em barcos, principalmente a classe nobre dos barcos decorados portugueses, os moliceiros da Ria de Aveiro. Aqui, o jogo das cores vivas acentua-se em verdadeiros painéis picturais, encontrando-se todas as cores fortes já acima mencionadas e usando-se o branco, muitas vezes para estabelecer o contraste da ornamentação.⁶

A escolha das cores está igualmente relacionada com a época da pintura, porque, à medida que novos pigmentos se vão descobrindo, a despeito da relativa estabilidade de todas as manifestações populares, novas matérias se vão introduzindo na pintura e, com elas, uma certa modificação das cores. O tempo traz também inovações no gosto da pintura erudita que, por vezes, se vão reflectir na pintura popular e no gosto do próprio povo. Relativamente ao assunto, nos barcos moliceiros há uma certa tendência para a utilização de cores mais garridas nos painéis profanos (com especial incidência no vermelho) e de tonalidades suaves e intermédias nos painéis religiosos (com especial incidência no branco e azul claro).

Os painéis de proa acompanham a curvatura da bica, enquanto que os da popa apresentam-se sob uma forma mais ou menos rectangular. Ambos possuem uma cercadura com várias faixas coloridas, constituídas por flores estilizadas ou realistas, figuras geométricas, linhas sinuosas evocativas do ondular das águas e “conchas”, filas paralelas de semicírculos, alternados na sua disposição. Estes frisos rodeiam os desenhos centrais dos quatro painéis, servindo de moldura, delimitam o espaço a preencher e realçam a cena representada. Os frisos podem transitar da proa para a ré ou vice-versa mas, por via de regra, os geométricos rematam o painel pelo lado superior e os demais pelo lado inferior. O verde, o vermelho, o azul e o amarelo, em sequência, são as cores dos frisos geométricos, elementos de decoração fixos onde o pintor não se desvia da gama de cores primárias. A ornamentação geométrica é conservadora e tem

⁶ LIMA, Fernando de Castro Pires de (dir.), *A Arte Popular em Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1968-1975, volume 2, “Pintura”, pp. 88-90.

uma considerável continuidade. Pelo contrário, a ornamentação livre tem provado ser mais receptiva à mudança⁷.

Os painéis da ré não estão inteiramente rodeados pelas cercaduras, já que a cinta de cor preta contorna o seu lado superior. D. José de Castro afirma que “a diferença de construção em relação à proa limita na ré o espaço para as decorações que, por esse motivo, não se prolongam da mesma maneira, apesar de tratadas com igual cuidado”⁸. Na verdade, e ao contrário do habitual neste autor, a observação não está correcta, mesmo para a realidade da década de quarenta, pois os painéis da ré possuem uma área ainda maior do que a dos painéis de proa. É precisamente nestes painéis da ré que se revelam os mais sugestivos desenhos e as legendas mais espirituosas. No entanto, a constatação de que “têm aqui larga representação as imagens da devoção popular, militares, raparigas e galãs, as profissões regionais, etc”⁹ é já plenamente acertada.

As tradicionais molduras internas eram utilizadas para compartimentar o espaço cénico da representação. De um modo geral, as composições eram encerradas dentro de enquadramentos picturais, simples ou compostos, em três combinatórias possíveis. A primeira apresentava todos os motivos principais encerrados em secções divisórias. Na segunda, apenas uma parte dos motivos principais era separada em secções. Na última, que subsiste nos actuais moliceiros, apenas se guarda o limite exterior, não havendo secções internas. As molduras internas podiam ser em forma de cortinados, sempre vermelhos e encimados muitas vezes por uma coroa de realeza, em buraco de fechadura, campânula ou formando um simples óculo. Algumas personagens surgiam ladeadas por colunas. Em muitas cenas de namorados, o arco de casamento ou arco dos noivos transmitia o seu reconhecido simbolismo amoroso, símbolo da porta por onde os noivos, ao regressarem da igreja, já casados, entram na nova vida. A propósito da indústria popular dos barqueiros, José de Castro reproduz e comenta diversos modelos de frisos e molduras de moliceiros, no quinto tomo dos seus *Estudos Etnográficos*, dedicado às

⁷ “No que se refere à pintura (a escultura é muito mais pobre e menos cultivada), há motivos que se repetem com amor, com carinhosa intenção: assim o coração, a cruz, o sino-saimão e a âncora. Isto para não falar do culto dado à flora e à fauna, isto é, à natureza: flores e fôlhas, animais de toda a sorte aparecem nas obras populares de arte, às vezes profusamente. De resto, é a geometria que cede ao artista popular muitos dos seus recursos. Daí, o aparecimento repetido de motivos de variadíssima espécie: o círculo, a espiral, o losango, o quadrado, o arco, o triângulo, etc., e sobretudo admiráveis combinações destes, como o encanastrado, a espinha, os dentes de serra, a linha ondulosa, o ziguezague, e tantos mais” (PINA, Luís de, “Arte Popular”, in LAGE, Francisco, *Vida e Arte do Povo Português*, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1940, p. 71).

⁸ CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos – Aveiro*, Tomo I – *Moliceiros*, Porto, Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos de Arte e Museologia, 1943, p. 15.

⁹ *Idem, ibidem*.

Indústrias Populares, Feiras e Mercados (CD III, Fontes Impressas, Moliceiros e Painéis, 33 a 35)¹⁰.

A comparação entre molduras de imagens de arquivos, museus e monografias e as que arvoram os actuais moliceiros da Ria, revela-nos uma evolução. Outrora elaboradas e minuciosas, as molduras passaram a ser apenas geométricas. O cortinado desapareceu diante do buraco de fechadura e as colunas deixaram o seu lugar ao óculo. Posteriormente, em meados da década de oitenta, mesmo estas molduras acabaram por ser abandonadas. Empregadas para enquadrar as personagens da tradição pictórica moliceira como actores numa cena, a actual tendência para não limitar o espaço indicia uma vontade de criar cenas cada vez mais extensas e animadas.

Preenchendo o espaço do painel deixado livre pelo desenho ou decorando a base da proa, as composições ornamentais avulsas são motivos essencialmente vegetais. Sobre a cobertura do castelo, na base da bica pintada sempre em vermelho, está desenhado um motivo floral e mais raramente uma figura geométrica. Logo abaixo, os golfiões ostentam dois retratos, a corpo inteiro ou meio-corpo, de uma mulher à direita e um homem à esquerda, de costas ou de frente um para o outro. Por vezes, o homem enverga uma camisola de futebolista, com o número dez nas costas. As cores são, naturalmente, o amarelo e o negro do Beira-Mar.

A porta do coberto também pode ser decorada com motivos florais, signos-saimão, insígnias locais, bandeira nacional ou cenas da Ria. Acima do batente, na vertente, observa-se desde estibordo até bombordo um friso floral ou geométrico. Rematando a ré, o leme preto ostenta na parte de cima o signo identificativo do construtor. São por vezes pintados de vermelho o lado esquerdo do xarolo, do paneiro da ré, das painas da proa e os limites do trasto e, de verde, o lado direito destes elementos. Os pintores explicam esta preferência como símbolo de patriotismo, aliando simultaneamente o vermelho a bombordo e o verde a estibordo, segundo o código marítimo da navegação.

Alguns moliceiros têm as falcas e os falquitos adornados com uma decoração que se destaca por completo do conjunto e constitui sempre um exemplo singular. A pintura evoca a bandeira nacional, um clube desportivo, exhibe quadras ilustradas ou representa elementos estranhos ao quotidiano da Ria. O falqueado ornado a verde e vermelho, com o escudo nacional ao centro, é símbolo de patriotismo. O emblema e as

¹⁰ CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos – Aveiro*, Tomo V (1ª parte) – *Indústrias Populares, Feiras e Mercados*, 1945, pp. 243-5.

cores do Beira-Mar prevalecem, mas registou-se também a inscrição “A mania de ser campeão”, em maiúsculas, junto ao emblema do Benfica, cuja bandeira flutuava à popa, sobre o leme grande. As quadras ilustradas, muito raras a partir dos anos noventa, enaltecem a região ou desafiam o leitor em tom mordaz¹¹. Mais invulgar é o caso da mensagem publicitária “Deltamente moliceiro”, registada em Abril de 2002, fruto dos patrocínios essenciais à sobrevivência da embarcação. A ausência de similitudes no processo de embelezamento de várias falcas permite dizer que, ao contrário do resto da decoração, não há princípios vindos de uma tradição anterior.

Regra geral, cada painel apresenta uma organização centrípeta, isto é, conduz o olhar do espectador para o centro, onde se desenrola a cena com a respectiva legenda. Primeiro, temos as faixas coloridas que cercam os frisos, depois os frisos, novamente bandas de cor e, enfim, o desenho que, por vezes, se encontra emoldurado. Há aqui como que a representação de um espaço cénico, onde as figuras centrais assumem o lugar de actores, cujas deixas aparecem escritas em baixo, esclarecendo o público. Do traço mais tosco e grosseiro até imagens de cuidada elaboração, de tudo nos oferece o moliceiro, mas nenhum desenho se repete quer por bombordo quer por estibordo. São sempre quatro iluminuras diferentes entre si no desenho, no colorido e na legenda que as sublinha e só a entidade una imagem-legenda adquire a essencial loquacidade meditativa, social, devota, hedonista ou mordaz.

As formas muito particulares de produção macro e micro-económica da região da Ria de Aveiro conduzem a fenómenos estéticos e morfológicos peculiares, como o destes painéis. Na sua introdução ao *Essai sur le Don*, Lévi-Strauss afirma que qualquer cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos, na primeira fila dos quais se colocam a linguagem, as regras matrimoniais, as relações económicas, a arte, a ciência e a religião. Todos estes sistemas pretendem expressar determinados aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade mantêm entre si e que os próprios sistemas simbólicos mantêm uns com os outros. O objecto-barco está impregnado de individualidade, seguindo a teoria da dádiva de Marcel Mauss. Cada objecto tem o seu prestígio, o seu nome, a sua

¹¹ Alguns exemplos dessas quadras:

Faz a barba
Corta o cabelo
Se não a nicutina
Dá-te cabo do pelo.

A Rita
Que era fina
Tocava *vem*
Concertina.

Vim até Aveiro
Com muita alegria
No meu moliceiro
Às festas da ria.

personalidade, a sua história: “Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas”¹².

A originalidade morfológica do moliceiro tem uma base pragmática, onde o barco é utilizado como instrumento agrícola, dada a estreita relação não só ecológica mas também económica entre a terra e a água. Mas, contrariamente à concepção, a decoração do barco já não se explica pelo meio natural mas sim pela vontade de animar esteticamente este utensílio de trabalho, da mesma maneira que sucede com os barcos de mar e as cangas¹³.

Os barcos de mar da costa adjacente exibem uma decoração pictórica que, embora sem a extensão, pormenor e acabamento do moliceiro, transmite grande emotividade: faixas largas e lisas a todo o comprimento do costado e alternadas no colorido, segundo o padrão que também serve para identificação da companhia; na faixa central, o nome da invocação padroeira ou de baptismo e o número de matrícula no respectivo rectângulo; na coberta do castelo da proa, a data da construção e o nome do construtor; nos painéis da proa, um círculo com a imagem de Cristo crucificado, da Virgem ou de S. Pedro, patrono dos pescadores, ladeado por albarradas mais ou menos floridas; das bicas até ao limite dos dois castelos, uma faixa de cores alternadas, predominando as cores vivas; nos painéis da ré, uma ou outra figura emblemática, cruces, flores, a estrela de seis pontas ou a tiara e as chaves de S. Pedro. No remate da bica da proa, usa-se a cruz latina com um ramo de flores no pedestal, por vezes ladeada por duas estrelas de seis pontas, formadas pela combinação de dois triângulos ou, ainda, esta última isoladamente. Interiormente nenhuma decoração o reveste. Na época áurea da arte de xávega, a pintura era quase sempre renovada anualmente, nas reparações durante o defeso, época em que os barcos eram trazidos para a duna, onde ficavam até ao reinício da safra:

¹² MAUSS, Marcel, *Ensaio sobre a Dádiva*, trad. António Filipe Marques, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 86.

¹³ Ou, numa comparação intercultural, com os frontões decorados das colmeias da Eslovénia alpina, fenómeno de arte popular estudado por Claude Rivals em *L'Art et l'Abeille: Ruches Décorées en Slovénie*. Estas peculiares estruturas em madeira pintada (mas não legendada) ilustram com cores garridas temas sagrados e profanos muito semelhantes aos dos moliceiros: animais domésticos, homens e mulheres em contextos maliciosos, profissões locais, flores, oficiais e cavaleiros, santos e figuras religiosas. A maior diferença ocorre no campo religioso, pois as colmeias eslovenas ilustram também cenas do Antigo e do Novo Testamento, prestando tanta atenção à religiosidade erudita como à popular. O exemplar mais antigo que se conhece data de 1758 e o último de 1939, num total de 2000 ocorrências registadas, das quais Claude Rivals estuda cerca de 400. Tal como os moliceiros, os painéis das colmeias servem-se de enquadramentos florais, com dois ramos simétricos, reposteiros vermelhos ou grinaldas. Os fundos brancos são igualmente raros, preferindo as paisagens campestres, marítimas e fluviais ou as cenas de interior doméstico.

As invocações que lhes servem de baptismo são, na generalidade, de carácter religioso e indicadas pelos arrais ou proprietários, assim como as imagens para os painéis, que nem sempre se relacionam com o nome do baptismo. Sucedem-se, multiplicam-se, eternizam-se, as invocações de: Senhor dos Navegantes, Senhora da Boa Viagem, Senhora da Conceição, Senhora da Fátima, Senhora da Saúde, Sam Pedro, e outras de devoção local. Decididamente, ao pescador não é familiar a sátira nem o devaneio. Apóstolo do Mar, paira mais distante o seu espírito!¹⁴

Thomas Gillmer complementa as observações de D. José de Castro, nas quais se baseou, tal como outros autores posteriores, como Octávio Lixa Filgueiras, Lamy Laranjeira e Ana Maria Simões Lopes:

The decorations of the surf-pirogue seem less lavish and a bit cruder than those of the lagoon boats; the old Maltese and medieval cross forms with six-pointed and five-pointed stars are used. There is nothing lost in colorful, compassionate, and reassuring names used for these boats. Generally throughout all fishing communities, the boats' names are quite naturally genuine statements of some affection either to person or diety. The Portuguese sailors are often more involved than most in such traditions – perhaps rightly so because of their complete and constant devotion to church and the elemental sea.¹⁵

¹⁴ CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos - Aveiro*, Tomo II - *Pescadores*, 1943, pp. 61-2. Em 1923, Carlos de Passos inventariou os nomes e invocações mais significativos dos barcos de mar da Figueira da Foz, Espinho e Póvoa de Varzim: “Títulos de barcos da praia da Figueira: Feiticeira, Trabalho e Honra, Roza, Viva Jesus, S^a do Carmo, C.ção Maria, Não te afliges, Oliveira & C^a, Clara, Vamos com Deus, S^a da Guia, Amoravel, Flor de S. João, Flor de S. Antonio, Deus te defenda, Sultão, A ver o mar, Joana Mano 1^a, N. S^a do Allivio, Filha da patria, Patria livre, Primavera, S^a da Encarnação, Viva a patria, S^a da Conceição, Fé em Deus, Brilhante estrella, S^a das Dores, S. José, Filha das ondas, S. José esposo de N^a Senhora, Deus vos salve luz do dia, Maria, Luiza, Natercia, Bom dia rapaziada, 3^a Dor de N. S^a das Dores. Dos de Mattosinhos vá tambem outro punhado: A Patria, S. João, Biatríz, D.ção. das Almas, Padroeira do Reino, Andorinha, Pae dos pobres, Novo vencedor, Temo a noite, S. José, Adelaide, Lutador da vida, Misericordia, Bom feturo dum anjo, Cerco snr. do padrão, Pensae em Deus, Maria, S. Anna, Innocencio, S^a de Loudres, Fé em Deus, Emilia, Esperança, Sempre se fez, Feliz aurora. Um só título não contentava um pescador e, então, para suprir essa pobreza baptizou o seu barco com dois nomes. Ficou pois Novo vencedor dum lado e Deus te guarde, do outro. (...) Dado o abandono dos barcos de Espinho poucos títulos pude registar. E esses foram: N. S^a da Ajuda, Bunita Olinda, S^a da juda, Flor de espinho, Flor do mar, Deus nos ajude. (...) E agora venha os da Povia, mui louções nos barcos pomposos de cor: Novo tres irmãos, Com Deus sempre se fez, S. José, S^a do Carmo, S^a d’Ajuda, Esperança, Jesus Maria José, Rainha dos Anjos, S^a da Guia, Boa Ventura, S^a da Assumpção, Cidade de Braga, S. António, Estrela do Norte, 3^a dor, Deus nos acompanhe, S. Torcato, S^a do Desterro, Lindo Voador, S^a da Boa Viagem, Viva Jesus, Liberdade, S^a das Dores, Portugal, S. Pedro, Logo ao romper do dia, Fé em Deus, Bernardete, Vamos com Deus, Coração de Maria, Sr. dos Aflitos, Nova Aleluia, Sr. Dos Milagres, Deus te guarde. E como o de Mattosinhos um outro poveiro baptizou o barco dum lado S. José, do outro, 3^a dor de Nossa S^a das Dores. Toda a pintura dos barcos e o desenho de títulos e emblemas é feita, em regra, por artistas da terra. Às vezes, porém, lá aparece um pescador mais curioso e economico e, então, substitue o artista na obra pictural. (...) pelo dito sobre Espinho não são muitos os emblemas dos barcos. Os que vi – Senhora d’Ajuda, o escudo republicano com bandeiras e sem bandeiras, um coração, um Cristo crucificado, S. Pedro papa, o signo saimão e alguns santos encaixados em círculos – tinham um desenho muito tosco, bem como tosca era a pintura. Frizo, porém, a nota de serem embelezados com ornatos vegetais, à laia de paquifes nos brazões” (PASSOS, Carlos de, “Barcos de Pesca”, Separata de *Terra Portuguesa*, nº 35, Lisboa, Typographia do Anuario Commercial, 1923, pp. 9-12).

¹⁵ GILLMER, Thomas C., *Working Watercraft: A Survey of the Surviving Local Boats of America and Europe*, Camden, Maine, International Marine Publishing Company, 1972, “6. Iberian Working Craft”, p. 162.

Como que imitando à sua escala os grandes moliceiros, também as bateiras murtoseiras exibem por vezes sobre o coberto (que pode ser decorado com motivos singelos como flores ou cruzeiros) uma legenda simples, em letras negras ou coloridas. Sendo menos exposta, a frase lembra aos tripulantes máximas da sua preferência individual, afectuosas declarações ou enigmáticas proposições cujo significado só o autor conhece. Os ditos sentenciosos são de teor religioso (“Todos por um e Deus por todos”; “Com Deus tudo se *fas*”) ou asseguram a honradez moral (“Pobre mas *serio*”; “Espero que me estime”). Nomes próprios de filhos, esposas e noivas ou inscrições como “Isto é dos filhos”, “Não te *despresei*”, “Sempre gostei de ti sapinha”, “Olá amor” e “Saudades de alguém” são já demasiadamente pessoais para que um leitor estranho apreenda todo o seu significado e referências.

Lamy Laranjeira, referindo-se às bateiras da Ria, afirma: “Apresentam-se despidas de qualquer ornamento ou desenho, a não ser um pequeno losango branco na proa da embarcação, com o número de matrícula passado pela Capitania de Aveiro. Normalmente, quando novas, as bateiras têm uma coloração dourada, dada pelo pez louro, porém, mais tarde, aparecem vestidas de preto, devido ao abundante pez negro empregado na conservação do casco”¹⁶. A preparação actual é diferente: até à linha de água, pintam-se com tinta antivegetativa verde ou vermelha. Para além da linha de água e também por dentro, usam-se tintas de esmalte coloridas (verde, vermelho e branco; vermelho, amarelo e preto; azuis diversos). Além do número de registo, hoje as embarcações têm também um nome, excepto as de ervagem que só têm número¹⁷.

As fragatas e os varinos do Tejo que ainda conservam a decoração tradicional, poderiam igualmente adaptar-se à descrição do moliceiro. À frente, abrem dois painéis divididos ao meio pela aresta da proa. A moldura, feita de flores, folhagem e rosáceas, vai de bombordo a estibordo, para abranger todo o painel. Este é pintado de cores vivas, amarelo, azul, verde, ou de branco. Ao centro, de cada face boleada e lisa do diedro da proa, tem uma grande flor, um ramo de flores ou uma figura antropomórfica, como a sereia. O nome repete-se de ambos os lados. Um friso de ornatos semelhantes, floridos e geometrizados em losangos e dentes triangulares, estende-se a toda a borda anterior da amura da embarcação. No seu interior, a decoração estende-se à volta da amurada, ao

¹⁶ LARANJEIRA, Eduardo Lamy, *A Ria de Aveiro: Barcos e Artes de Pesca*, Aveiro, Portucel, s/d, p. 45.

¹⁷ Sem grandes preocupações metodológicas, as “memórias etnográficas” de João de Lemos citam nomes de bateiras como *Ministro Caranguejo* e *Vital Moreira*. Sem especificar, classifica os nomes dos barcos em geral como sendo “carinhosos e familiares, invocativos, de inspiração vária e políticos” (LE MOS, João de, *A Ria de Aveiro: Um Olhar de Resvês*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1996, p. 61).

poço ou escotilha do porão, às molduras e às bandeiras das portas. Mas são já poucas as fragatas e varinos que mantêm este tipo de decoração¹⁸.

Fora destes dois grupos decorativos (Vouga e Tejo), a ornamentação dos barcos tradicionais portugueses compõe-se geralmente de faixas mais ou menos largas, de duas ou três cores. Nas bordas, apresentam decorações geométricas, de losangos e círculos em grupos conjugados, coloridos a uma só cor ou de cores simétricas e alternadas (amarelo, vermelho, azul). Por figurações têm: olhos à proa, cruzeiros, estrelas ou rosetas inscritas em circunferências, em discos de colorido forte ou isoladas, vasos com flores e signos-saimões. Em todos os barcos é digna de nota a frequência de legendas humorísticas, religiosas, profissionais ou amorosas. As lanchas poveiras, por exemplo, apresentam legendas e divisas inscritas no costado, testemunhos da forte religiosidade do pescador, onde predominam nomes de imagens do culto local:

S. Pedro, Cão Torcato, S. João, Santo António, Bá em Graça Ds, Bamos cum Deos, Valha-nos Deus, Fé em Deus, Senhor dos Aflitos, etc. À mistura, não raro, com nomes de fantasia ou legenda facêta – Flor d’Assunção, Ao gosto dos filhos, Agora vai, Luzitana, Sape-Gato, Lindo Voador, Cidade de Braga logo ao romper do dia, tudo acompanhado sempre de cruzeiros variadíssimos, corações, estrelas, o sino saimão, a roseta sexfoliada, peixes, gaivotas de sardinha no bico, âncoras e até cornetas e coroas funerárias.¹⁹

A proximidade entre o moliceiro da medida grande e a canga decorada, ou “canga vareira”, verifica-se a diversos títulos. Geograficamente, ocupam regiões comuns ou muito próximas. Alguns dos construtores – mestres barqueiros e jogueiros, respectivamente – têm as suas oficinas nas mesmas localidades. Tematicamente, cangas e painéis apresentam motivos semelhantes, onde se destaca o vaso florido, a custódia e o “signo saimão”, entre outros elementos geométricos e florais. Da lista de motivos que se recolhem nos jugos e cangas elaborada por Armando de Matos em 1940, transcrevem-se aqueles que surgem também no moliceiro: armas nacionais realistas, armas nacionais republicanas, arcaria, albarrada florida, cruz de Cristo, figuras antropomórficas, figuras zoomórficas, ondulado simples, ondulado florido e sereia²⁰. Morfológicamente, a decoração da canga organiza-se de modo semelhante à dos moliceiros, com um tema central emoldurado por diversos desenhos que se repetem em frisos. Quanto ao cromatismo, ambos utilizam gamas próximas das cores primárias.

¹⁸ CHAVES, Luís, “Os Barcos do Tejo: Fragatas e Varinos”, Separata do nº 10 da *Revista Municipal* da Câmara Municipal de Lisboa, s/d.

¹⁹ MADAHIL, Rocha, “Barcos de Portugal”, in LAGE, Francisco, *Vida e Arte do Povo Português*, pp. 58-9.

²⁰ MATTOS, Armando de, “A Arte Popular Portuguesa”, *Congresso do Mundo Português – III Secção: Etnografia*, XVIII volume, Porto, Imprensa Portuguesa, 1940, pp. 48-53.

Para a decoração, o mestre jogueiro começa por utilizar moldes de cartão ou de papel, que lhe permitem passar o desenho para a madeira. Depois segue-se o trabalho de goiva e, finalmente, a pintura tradicional, destacando-se os fundos em amarelo e, sobre eles, o desenho revestido de verde, vermelho, azul, laranja, roxo e branco.

Na obra *Sistemas de Atrrelagem dos Bois em Portugal*, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira localizam o exemplar mais antigo de canga decorada na segunda metade do século XIX²¹. Antes desta data, não se encontra decoração na variante vareira dos jugos de tábuas. Este facto inclui-se, segundo os autores, num conjunto de modificações verificadas ao nível do quotidiano dos lavradores a norte da Ria em meados do século XIX: enriquecimento das construções e dos traçados das casas de lavoura, ostentação e enriquecimento de objectos de uso comum e melhoria geral das condições de vida. Uma série de razões justificam esta prosperidade: as reformas agrárias de Mouzinho da Silveira de 1832 e 1834, a legislação complementar de 1846 e 1860, a política de construção de estradas do fontismo e o dinheiro dos emigrantes do Brasil:

Os grandes jugos lavrados – e as demais alfaias e objectos que mencionamos – terão portanto surgido apenas por volta dos meados do século XIX, como mais um aspecto e manifestação desse renovo, prosperidade e euforia decorrentes das reformas liberais no plano da vida rural, naquela época e naquelas regiões. Eles representarão seja uma criação original, seja, mais provavelmente, o enriquecimento e desenvolvimento de uma dessas anteriores cangas de tábua, modestas e sem qualquer valor.²²

O período cronológico apontado coincide, como veremos, com a data das primeiras referências à decoração pictórica dos barcos moliceiros. Em ambos os casos, não se encontram referências literárias, documentais ou iconográficas anteriores à primeira metade do século XIX. A evolução que se verifica na decoração da canga

²¹ “O exemplar datado mais antigo que até agora encontramos é de 1868” (OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Sistemas de Atrrelagem dos Bois em Portugal*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, 1973, p. 82).

²² *Idem*, p. 87. “Entre 1870 e 1900, a agricultura portuguesa regista uma fase de crescimento que pode ser considerada notável, inclusivamente a nível internacional, crescendo à taxa de 1,7% ao ano. (...) O tipo de crescimento agrícola em Portugal vai ao encontro da ideia de que o mais importante no crescimento económico oitocentista não é necessariamente o aumento da quantidade dos factores de produção empregues, mas sim a melhoria na forma como eles são utilizados. As sucessivas transformações ocorridas em domínios ligados à agricultura portuguesa poderão explicar satisfatoriamente a melhoria verificada na utilização dos recursos a ela adstritos. As referências óbvias neste capítulo incluem os efeitos decorrentes do desenvolvimento do mercado fundiário através das reformas legislativas iniciadas por Mouzinho da Silveira; do alargamento do mercado nacional proporcionado pela extensão da rede viária e pela construção da rede de caminhos de ferro; do aproveitamento de economias de escala proporcionadas pelo aumento da produção; ou ainda os benefícios tirados da reconversão de algumas áreas em culturas mais produtivas” (LAINS, Pedro, *História Económica 1. A Evolução da Agricultura e da Indústria em Portugal (1850-1930): Uma Interpretação Quantitativa*, Lisboa, Banco de Portugal, 1990, pp. 28-9).

vareira, descendente da simples canga de tábuas, ocorre também no barco moliceiro, embarcação local que passa a distinguir-se pelo seu valor estético, indício da prosperidade do seu proprietário. A sobrevivência e a renovação de um tal processo demonstra a importância que lhe concedem as gentes da beira-Ria. Sendo ambos originariamente alfaia dos lavradores locais, a imagística inscreve-se na ordem social e não na ordem natural. Deste modo, e do ponto de vista da funcionalidade imediata, a riqueza icónica que um e outro ostentam é nula, isto é, as pinturas em nada favorecem a apanha do moliço ou o trabalho dos carros de bois.

A primeira referência escrita aos painéis dos barcos moliceiros, ainda sem qualquer ilustração, data da década de oitenta do século XIX, ou seja, pouco mais de dez anos após o exemplar mais antigo de canga decorada localizado por Oliveira, Galhano e Pereira. A referência bibliográfica implica a existência prévia de um fenómeno que mereceu a atenção do autor, pelo que daí se infere a simultaneidade da emergência das duas formas de manifestação artística. Em *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, de 1885, Teófilo Braga reproduz a seguinte passagem de Carlos Faria, escrita originalmente entre 1882 e 1884:

Na ria de Aveiro, usam-se os barcos moliceiros, construções obesas, de proa e ré contraídas e que servem para o transporte das algas impropriamente chamadas moliço, pois que elas não podem servir para as palhoças e constituem apenas um riquíssimo adubo para a agricultura, etc. Estes barcos aparecem por centenas na sua feira (25 de Março) sarapintados na popa e proa com pessoas reais e animais disformes.

Citado de Carlos Faria, “Folhetim”, in *Povo Português: Folha Republicana da Beira Baixa*, dir. José de Castro, Guarda, Typographia do Districto da Guarda, 1882-1884.²³

Em 1896, o Barão de Cadore e o engenheiro Melo de Matos projectam uma nunca concretizada “Exposição Alusiva à Ria de Aveiro”, onde advogam a presença de “exemplares das pinturas ornamentais dos barcos moliceiros (...) documentos iconográficos estampados nas proas dos barcos moliceiros, que sulcam estas extensas águas, fixando as formas, talvez em breve perdidas, das embarcações”, já então reconhecidas como elementos identificativos da cultura da região²⁴.

Tal como sucede com o barco moliceiro em geral, a particularidade dos seus painéis começa a ser registada em fotografia a partir de inícios do século XX. De novo

²³ BRAGA, Teófilo, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, volume I, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985 [1885], p. 135.

²⁴ MADAHIL, António Gomes da Rocha, “A Exposição Alusiva à Ria de Aveiro projectada em 1896 pelo Barão de Cadore e pelo Engenheiro Melo de Matos”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIII, 1947, p. 19.

se remete para a imagem do canal no Largo do Rossio, com bateiras, mercantéis e moliceiros com painéis, de 19 de Março de 1900. De acordo com a ordenação cronológica seguida na secção “O Barco Moliceiro”, encontra-se a gravura “Aveiro – A parte central da cidade. Canal com moliceiros decorados”, de Jaime Afreixo, datada de 1903, logo seguida dos desenhos e fotografias de Luiz de Magalhães em “Os Barcos da Ria de Aveiro”, em *Portugália: Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez*, de 1905, onde se lê também:

As prôas e rés dos moliceiros são também revestidas de curiosissimas ornamentações pictoriaes, cheias da mais característica ingenuidade popular: animaes, figuras humanas deliciosamente grotescas, flôres, arabescos, o sol, a lua, tudo em polichromias berrantes (...) O cavallo, o cão, o boi são os animaes mais usualmente reproduzidos. Também apparece o leão, como no nosso chromo, e algumas aves. Das figuras humanas a série é muito vasta: abundam generaes, a cavallo, de calças brancas, farda azul, chapéu armado, dragonas de cachos; filas de soldados d’arma ao hombro; namorados; damas e janotas; lavradores e lavradeiras; imagens de santos, etc.²⁵

É de 1933 a mais antiga imagem de painéis do Fundo Documental do Jornal *O Século*, que guarda também fotografias de proas decoradas de Novembro de 1935 (apesar de outra imagem absolutamente idêntica estar registada neste mesmo fundo documental com a data de 21 de Abril de 1939) e de Junho de 1936. Das décadas de 50 e 60 são os painéis registados no Fundo Documental Santos de Almeida, Fundo Documental do Secretariado de Propaganda Nacional e Fundo Documental do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. A Imagoteca da Câmara Municipal de Aveiro privilegia as imagens de painéis dos anos cinquenta e sessenta, com a legenda demasiado geral e manifestamente insuficiente de “Concurso de painéis de barcos moliceiros”. Guarda contudo uma imagem de 1955 da “distribuição de um prémio no II concurso dos painéis dos barcos moliceiros” (CD III, Imagens de Arquivos, Moliceiros e Painéis, 72)²⁶.

Menções descritivas aos painéis, ainda que sem o apoio de imagens, são as da *Revista Municipal de Esposende*, no artigo “S. Paio da Torreira” (1912); de Alberto Souto em “A Estética dos Nossos Barcos” (1921), *Etnografia da Região do Vouga* (1929) e “Ria de Aveiro: A estética dos seus Barcos” (1931); Celestino Gomes, em *Os Motivos de Decoração Ilhavense* (1932) e António Gomes da Rocha Madahil, em

²⁵ MAGALHÃES, Luiz de, “Os Barcos da Ria de Aveiro”, *Portugália: Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez*, tomo II, fasc. 1, Porto, Imprensa Portuguesa, 1905, p. 58. O autor refere especificamente um painel de proa com a legenda “Bamos lá com Deus” e um painel de popa com a legenda “O lião belho”.

²⁶ De acordo com investigação realizada em Maio de 2001.

Etnografia e História: Bases para a Organização do Museu Municipal de Ílhavo (1934). Este mesmo autor, no artigo “Barcos de Portugal”, incluído em *Vida e Arte do Povo Português* (1940), descreve painéis e transcreve diversas legendas, que comenta e analisa, enquanto elementos já plenamente representativos da arte do povo português²⁷. Estabelece a aproximação já analisada às cangas decoradas e inclui a gravura colorida de um painel (CD III, Fontes Impressas, Moliceiros e Painéis, 7):

É neste tipo de barco • no MOLICEIRO • que se fixou uma decoração originalíssima, estilização popular de motivos geométricos, envolvendo figuras ingenuamente traçadas, tudo vivamente colorido nos tons cromáticos fundamentais; é uma Arte a aproximar da das cangas lavradas e pintadas, que no norte do País desce até o Vouga. De cada lado do MOLICEIRO, o artista isola um painel à proa e outro à ré, os dois pontos onde o barco oferece maior superfície de OBRA MORTA; emoldura invariavelmente o painel com cercaduras de semicírculos encadeados, de rosetas sexfoliadas, de florões que fazem lembrar os nossos azulejos de figura avulsa; na parte central do painel dá então largas à sua fantasia criadora; levanta imagens religiosas, albarradas, cavaleiros, casais de namorados, vultos políticos em evidência, monarcas coroados, janotas, mocetonas de sombrinha na mão e aventalinho, animais, até locomotivas de caminho de ferro!²⁸

O tema é retomado poucas páginas depois por Luís de Pina, no artigo “Arte Popular”²⁹, e é também referido, ainda que muito brevemente, por Guilherme Felgueiras, em “A Faina do Campo”³⁰. Os *Estudos Etnográficos – Aveiro* de Domingos José de Castro (1943-1945) incluem diversas fotografias, gravuras coloridas, descrições e inventários de painéis e suas legendas³¹. *Aveiro e sua Laguna (Vistos Através do Mundo)*, de António Nascimento Leitão (1944), faz breve referência aos “ingênuos painéis pintados nas duas faces da proa e nas da pôpa”, no capítulo dedicado aos “Barcos e Velas regionais. – O barco moliceiro. – Feira de barcos”³². Após uma primeira abordagem em *A Arte Popular: Aspectos do Problema* (1943) e “A Decoração dos Nossos Barcos” (1945), Luís Chaves dedica duas páginas de *Os Transportes*

²⁷ Legendas transcritas: “Esta vida são dois dias, A andar çe passa a vida, O lião belho, A felor da ria, Os papos secos, Maria das Flores papo cheio, As mulheres querce gordas, Eu Sou quem sou sê Êu mais ninguém, Viva a rapaziada toda, Força Chico!”.

²⁸ LAGE, Francisco, *Vida e Arte do Povo Português*, p. 61.

²⁹ *Idem*, pp. 69-87.

³⁰ *Idem*, pp. 121-32.

³¹ Legendas transcritas: “Satíricas: As mulheres querce gordas, E um pexão, Este vai todo teso, Est’aqui mais num e prati, Num me toques que me dez afinas. Românticas: Os dois namurados, Eu querote amar, Dame um beijo amor, Nao negues o que te pesso amor. Profissionais: Bamus la para o rio, Corre que leva lerpas, O galo da Ria de Aveiro. Religiosas: Ora bamos la cum Deos, Sinhora da saudi” (CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos – Aveiro*, Tomo I – *Moliceiros*, p. 16).

³² LEITÃO, António Nascimento, *Aveiro e sua Laguna (Vistos Através do Mundo)*, Lisboa, Sá da Costa, 1944, p. 202. Também de 1944 é a seguinte transcrição de legendas, da autoria de João Vieira Rezende: “Bamos lá com Deus; N. Sa. Daguia; Os dous namurados; O cruzador Basco da Gama; Felôr da Ria; Conquistador; Papa tudo; Andar se pássa vida; Comigo ninguem se meta” (REZENDE, João Vieira, *Monografia da Gafanha*, Aveiro, Gráfica do Vouga, 1989 [1944], p. 120).

Populares em Portugal: Carros e Barcos (Tipos e Decorações), de 1958, aos painéis de proa e ré dos moliceiros, com fotografias captadas por D. José de Castro (CD III, Fontes Impressas, Moliceiros e Painéis, 41 a 43)³³. Posteriormente, Fernando de Castro Pires de Lima reproduz painéis de barcos moliceiros em *A Arte Popular em Portugal*, reconhecendo-se nessas páginas alguns dos modelos expostos no Museu de Ílhavo (CD III, Fontes Impressas, Moliceiros e Painéis, 48 a 50)³⁴.

O Museu Marítimo e Regional de Ílhavo possui no seu espólio alguns exemplares de painéis da década de trinta-quarenta, expostos porém em tábuas rectangulares que não se ajustam à morfologia dos seus homólogos na realidade. Trata-se de reproduções para exposição de painéis à data existentes, adaptados àquela que se pretendia ser a forma mais correcta de os exhibir (CD III, Imagens de Museus, Moliceiros e Painéis, 1 a 7 e 23). O Museu de Marinha de Lisboa expõe o moliceiro construído em 1964 por Henrique Ferreira da Costa, de Pardilhó, com os seus painéis de traço singelo (CD III, Imagens de Museus, Moliceiros e Painéis, 8 a 16).

Vários têm sido os autores a sugerir uma classificação temática destes painéis e respectivas legendas. José de Castro dividiu-os em satíricos, românticos, profissionais e religiosos. Em *Os Transportes Populares em Portugal*, Luís Chaves distingue as figuras de evocação amorosa, religiosa, familiar e profissional. Com ligeiras variantes, esta classificação temática surgira já delineada no artigo “A Decoração dos Nossos Barcos (Notas de Etnografia)”: evocação amorosa, evocação religiosa, evocação familiar e profissional, evocação episódica (“tourada, o cavaleiro, que nos moliceiros aparece sempre, os soldados, o sol”), evocação graciosa (“figuras a que as legendas respectivas dão palavras, coroas e ramos de flores”) e evocação política³⁵.

Lamy Laranjeira, em *A Ria de Aveiro: Barcos e Artes de Pesca* (inícios da década de oitenta), destaca as inscrições satíricas, profissionais (sobre o barqueiro, o

³³ CHAVES, Luís, *Os Transportes Populares em Portugal: Carros e Barcos (Tipos e Decorações)*, Lisboa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Gabinete de Etnografia, 1958. Em 1955, Laudelino de Miranda Melo transcrevera – sem imagens nem descrição dos painéis – as seguintes legendas: “Chega-te pra mim, Não me fujas amor, Bamos com Sto António, Eu no ando voo, A fadista da Gafanha de Baixo, Viva Cristo Rei, Já vendeste meu bem, O vai o raxa, Isto é bô mas no é pra ti, Cantigas lebás o vento, A vaidosa, Vamo lá com Deus, A varina da Murtosa, O Leao da Moda, Vai a caminho do calvario, A flor dos amores, Ai que arrelia, Bamos pró campo cachopa, A fermosa da Ria, Se queres vamos aí, O gajo adbinha o Maio” (MELO, Laudelino de Miranda, “Barcos de Aveiro: os Moliceiros”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXI, nº 82, 1955, pp. 158-9).

³⁴ E transcreve as legendas: “Cheira meu bem, Como Estás Laura, As Leiteiras, Me. Joaquim Raimundo, Os dois namurados da moda, Mestre Luciano Garrido me fes, Cá Bai o Portugal Belho, Biba o Sor Afonso Costa” (LIMA, Fernando de Castro Pires de (dir.), *A Arte Popular em Portugal*, vol. 2, “Pintura”, pp. 142-5).

³⁵ CHAVES, Luís, “A Decoração dos Nossos Barcos (Notas de Etnografia)”, *Brotéria*, vol. XLI, 1945, p. 51.

moliceiro, o pescador e o lavrador), religiosas, históricas (presente e passado), românticas, identificativas da localidade do moliceiro e inscrições que evocam ócios. Jaime Vilar classifica as legendas (e seus painéis) em satíricas, humorísticas e eróticas; religiosas; românticas brejeiras e típicas; profissionais, morais e históricas³⁶. Helder Pacheco opta pelos temas religiosos, históricos, de trabalho e do quotidiano (com subcategorias, como as pinturas de significado patriótico, dentro dos temas históricos), temas eróticos e elementos pictorais que não são dependentes de um tema³⁷. Daniel Tércio Ramos Guimarães refere os painéis religiosos, profissionais, satíricos, históricos e alusivos ao desporto e a fenómenos sociais³⁸. Claude Rivals propõe uma classificação mais integrada no meio sócio-cultural envolvente: “Sociedade de um espaço-tempo: pertença a um espaço e inscrições temporais; Referências ideológicas intemporais: religião e ditos e conceitos; Os notáveis de uma sociedade; Os trabalhadores; O casal; A imagem da mulher; Humor popular; Moliceiro ao espelho”³⁹.

Ana Maria Simões Lopes propõe uma classificação temática alargada mas de incipiente sistematização: temas religiosos, amorosos, eróticos ou “maliciosos”, patrióticos, históricos, profissionais, folclóricos, desportivos, sobre o “respeito”, temas do quotidiano referentes à localidade do moliceiro e à identificação do mestre construtor, a festividades cíclicas, à guerra colonial, à Mocidade Portuguesa, à emigração, aos meios de transporte, a discos populares e a doenças. E conclui: “Enfim, restam ainda aquelas legendas que não têm cabimento em qualquer destes acontecimentos, porque a imaginação popular não tem limites”⁴⁰.

Nos mais de setecentos painéis registados entre 1980 e 2003, compilados no disco anexo e que servem de base ao presente trabalho, pudemos constatar a existência de cinco agrupamentos principais de painéis-legendas: jocosos, religiosos, sociais, históricos e lúdicos, com diversas subcategorias e miscigenações. É a seguinte a nossa proposta:

³⁶ VILAR, Jaime, *Barco Moliceiro: Que Futuro?*, Murtosa, edição da Câmara Municipal, 1995.

³⁷ PACHECO, Helder, “Pinturas dos Barcos da Ria: Um Elemento Importante da Personalidade Cultural da Região de Aveiro”, *Boletim da ADERAV*, nº 2, Maio/Junho de 1980, pp. 11-17.

³⁸ GUIMARÃES, Daniel Tércio Ramos, “Sinais Flutuantes: Um Estudo de Etnologia Naval na Ria de Aveiro”, *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 8, ano IV, 1986.

³⁹ RIVALS, Claude, “Peintures des Moliceiros d’Aveiro”, pp. 247-72.

⁴⁰ LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, Lisboa, Quetzal, 1997, pp. 146-8. As legendas que apresenta situam-se cronologicamente entre 1900 e 1996, organizadas alfabeticamente por decénios: “Ao organizá-las, vi-me perante dificuldades de vária ordem e optei pela ordenação no tempo, de década em década, desde o início do século, alfabetizando-as para maior facilidade de consulta” (p. 146).

Jocosos:

Eróticos (Homens e Mulheres)

Instituições

Figuras típicas

Trabalho

Religiosos:

Cristológicos

Marianos

Hagiográficos e Votivos

Sociais:

Trabalho

Varinas e varinos

Mestres moliceiros, barqueiros e pintores

Apelos ecológicos e celebração do património

Festas e Cerimónias

Declarações e Sentenças

Históricos:

Monarcas e Personagens da História

Descobrimientos

Escritores

Soldados e Cavaleiros

Lúdicos:

Personagens do imaginário e lazer.

A descrição das características comuns à maioria dos painéis de moliceiros, tanto no texto icónico como na inscrição, possibilita a sua interpretação iconográfica-iconológica, tendo sempre presente que:

The person who draws, paints, photographs or whatever uses the schematic resources of the visual grammar. It does not matter whether the drawer or painter actually experienced the scene or simply imagined it. As with the linguistic semiotic, the visual schemata we are considering here are conventional units in a grammar of visual forms. They are higher-order visual categories in the sense that they are both more general and more abstract than their specific instantiations in actual drawings, paintings and so on. Visual schema, no less than their linguistic counterparts, specify the criterial, rather than the specific, features of the visual categories in question.⁴¹

Torna-se difícil comprovar inequivocamente se pinturas e legendas coexistiram desde sempre ou se o aparecimento da escrita foi ulterior. No entanto, os testemunhos iconográficos recolhidos exibem legendas sob as imagens desde o início do século XX. No que concerne às fontes bibliográficas, em 1905, Luiz de Magalhães transcreve algumas legendas existentes à data (num barco moliceiro reproduzido pelo autor, está

⁴¹ THIBAUT, Paul J., *Re-reading Saussure: The Dynamics of Signs in Social Life*, London and New York, Routledge, 1997, p. 316.

pintado um quadrúpede com a cabeça voltada para trás, lendo-se na legenda “O Lião Belho”⁴²). Não há qualquer menção à vertente escrita dos painéis na escassa bibliografia do século XIX.

A legenda, sempre em maiúsculas, pode terminar num, dois ou três pontos de exclamação ou em reticências, à excepção das interrogativas. O ponto final é pouco conhecido mas é muito comum delimitar a frase através de aspas que, por vezes, são abertas e não fechadas ou vice-versa. Asteriscos e dois traços paralelos (=) cercam algumas legendas. Principalmente nos painéis mais rústicos e de ortografia mais duvidosa, as palavras surgem separadas entre si na frase por traços ou por um, dois ou três pontos. Podem abreviar-se palavras como São (S.) ou Santa (Sta.), Mestre (Mtre.), Manuel (Ml.) e reformado (R.).

Os erros ortográficos advêm maioritariamente de dificuldades na conjugação verbal (*estemos, perdoame, darte, deicha-me, lebo, ajudanos, amostra-me*, etc), na formação de plurais irregulares (*sacristoes*), na acentuação quase inexistente ou incorrecta, na grafia dos segmentos nasais (*sofrão, poite*), de certas sílabas átonas (*mereçes, aver, voluntário, abituado*), de algumas maiúsculas (Z e N invertidos) e até da própria palavra *moliceiro*. No presente, a quantidade e gravidade dos erros ortográficos tem vindo a diminuir claramente, reflectindo a evolução da alfabetização⁴³. Estes erros são hoje por vezes deliberados, para manter o carácter pitoresco dos painéis⁴⁴. Pinturas realizadas por pessoas instruídas ou por estas supervisionadas exibem legendas com falhas demasiado evidentes para serem genuínas. Como que a comprová-lo, nos painéis religiosos os erros de ortografia ocorrem com menor frequência, acentuando a seriedade da mensagem e o cuidadoso respeito do seu autor. O erro gritante (excluindo detalhes de acentuação e pontuação ou inversão de letras) é um suporte da comicidade de certas legendas, inadmissível na temática religiosa.

⁴² Uma reprodução deste painel, num modelo de moliceiro à escala, sem indicação de origem, encontrava-se exposta no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, em Maio e Junho de 2001, por ocasião do I Congresso Bombordo das Embarcações Tradicionais (CD I, Ilustrações Complementares, 15).

⁴³ Na Torreira, por exemplo, em 1981, existiam 5641 pessoas sem instrução primária. Dez anos depois o número diminuiu para 1050. Com o ensino básico (ensino primário e ciclo preparatório) as 3748 pessoas de 1981 passaram a 7693, em 1991. No mesmo período, as pessoas com o ensino secundário passam de 262 a 1006. Informação da Junta de Freguesia.

⁴⁴ Carácter pitoresco verificável também nas formas de expressão oral do quotidiano. Já em apontamentos de 1895, José Leite de Vasconcelos anotara as variações dialectais da região da Ria de Aveiro. Segundo o autor, na vertente fonética, existia uma forma peculiar de pronunciar as vogais orais e nasais, os ditongos e as consoantes. Nos verbos, empregavam-se as seguintes formas: *trazo* (= trago) e *dezir* (=disser). Por exemplo: “o que ela me *dezir*”. Nas aldeias perto de Aveiro, ouvia-se ainda a africada palatal surda *ch* (*chama*). Nas vogais nasais, ao *õ* átono da pronúncia padrão correspondia o *u* (*cumpânha*). VASCONCELOS, José Leite de, *Opúsculos*, vol. VI, *Dialectologia* (parte II), organizado por Maria Adelaide Valle Cintra, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.

Atribui-se implicitamente a mensagem verbal à personagem desenhada ou a um comentador externo, invisível mas bem audível. Aliás, é este narrador externo (o autor do painel?) quem faz ouvir a sua voz com maior frequência. Em seguida, registamos um número quase equivalente de personagens masculinas e femininas falantes, com ligeira vantagem para os homens, principalmente nos painéis maliciosos. Os animais ganham voz em alguns dos painéis jocosos que visam estes companheiros de trabalho ou que animalizam personagens e instituições (“Sou *veluntário*” – um burro, ou “Sai daqui! Não sou louca” – uma vaca). A ausência de indicadores faz com que só a compreensão global do todo imagem-legenda permita aclarar a identidade do emissor. Destinatários podem ser as outras personagens (em especial para os casais em despique verbal), o público em geral, a própria personagem-emissor (tratando-se de um autocomentário) ou essa mesma personagem, muda mas alvo do comentador externo (“Guia-me no bom caminho” e “Minha santa protege a Ria”, por exemplo). O autocomentário é muito comum no caso das personalidades históricas (“Vos indico o bom caminho” – Vasco da Gama, ou “Sou o mensageiro da paz” – o Papa).

Como se verifica, há vários actos discursivos adaptados às circunstâncias. Todo o acto elocutório é moldado culturalmente e só o conhecimento cultural permite a sua perfeita descodificação. A linguagem não só reflecte mas também dá corpo a práticas de subordinação ou emancipação, como no caso da inclusão/exclusão das mulheres em determinados tipos de discurso e contextos. Nos painéis dos moliceiros, e muito significativamente, a voz das mulheres exprime-se quase tão activamente como a dos homens nos quadros eróticos e em plena igualdade nos restantes temas. A prática linguística é também um local de contestação e criatividade, onde uma multiplicidade de vozes luta pela atenção. O significado social de uma palavra ou frase encontra-se menos no seu conteúdo proposicional (o que diz) do que no seu efeito (o que faz).

A literacia está interligada com o contexto cultural e relaciona-se intimamente com a constituição da sociedade. Há traços culturais, económicos, políticos, religiosos e simbólicos que influenciam e são influenciados pelas práticas comuns de leitura e escrita e outras formas de comunicação. O que é “saber ler e escrever” depende das práticas locais: como se distribui; para que serve; quais as ideias sobre o indivíduo; as condições económicas e educativas; a forma de divisão do trabalho por sexo ou grupo social; as relações de poder, etc. As diferentes formas de comunicação (escrever, ler, falar e meios não-verbais) interagem com as situações reais. No caso dos barcos

moliceiros, a literacia foi colocada ao serviço de uma forma culturalmente marcada de expressão artística e também de intervenção social.

Nas imagens, para além dos traços próprios a cada grupo temático, existem alguns denominadores comuns. A análise das relações de co-presença numa imagem das diversas unidades de cor, forma e composição permite reconhecer a relação significante-significado aí patente.

A figura feminina anónima, não identificável como histórica nem mítica, surge ou em trajes regionais de trabalho (lenço na cabeça, blusa, saia rodada, avental, pés descalços) ou em reduzidíssimas indumentárias que podem chegar à seminudez ou nudez total. O traje domingueiro usa-se nas imagens de contexto mais alargado, como nas “Declarações e Sentenças”, e na caracterização necessariamente ousada de algumas protagonistas de quadros maliciosos. A figura masculina do trabalhador ou pescador é identificável pelas roupas de trabalho, boné, calças arregaçadas, pés descalços ou com botas de pesca. Quando o homem é um marnoto, veste todo de branco, desde o boné aos calções, indumentária que se confunde com a do moliceiro. A distinção assenta no instrumento de trabalho que sempre acompanha o personagem: o rodo de retirar o sal ou o ancinho de retirar o moliço.

A figura em meio corpo ou em grande plano é escolhida de preferência para o personagem de carácter histórico ou patriótico, ladeado de símbolos heráldicos e de significado político. Como foi já referido por Fernando Pires de Lima, abundam nos barcos moliceiros as figuras de reis (D. Manuel II, D. Dinis ou imagens paradigmáticas) e de outros personagens políticos, além de escudos, dentro de dosseis com coroas, sendo de destacar a pintura “Cá Bai o Portugal Belho” e um outro painel, onde se vê dentro do dossel encimado pela coroa a figura de Afonso Costa, representado a meio corpo, a quem um homem de fraque, com um charuto e chapéu de coco nas mãos, presta homenagem, traduzida na legenda “Biba o Sor Afonso Costa”⁴⁵.

As figuras humanas são geralmente bastante estáticas e pouco expressivas, vestindo de acordo com o sexo, a condição e a cena representada. Parece dar categoria ao indivíduo o facto de envergar uma farda, o que não invalida a profusão de trajes populares. A não ser como elemento paisagístico, a imagem humana tem normalmente papel principal e a figuração de animais também aparece pouco em papel secundário. Na década de quarenta, Luís de Pina sistematizou de forma muito resumida algumas das

⁴⁵ LIMA, Fernando de Castro Pires de (dir.), *A Arte Popular em Portugal*, vol. 2, “Pintura”, p. 137.

características figurativas do moliceiro: “As cores são puras, naturais. Não há transições de tonalidade. A anatomia é imperfeita e as proporções erradas. Aparte figuras humanas, aparecem as de animais: boi, cão, porco, cordeiro, galinha, pomba, cavalo, galo, burro, etc. Nossa senhora de Fátima é a imagem predilecta”⁴⁶. Em motivos complementares, encontram-se ornatos arquitectónicos e esculturais (casas, fontes, monumentos, muros, cancelas), motivos marítimos e fluviais (barcos e, principalmente, barcos moliceiros), heráldicos, fitomórficos, geométricos, enrolamentos, semicírculos e motivos mistos, como flores saindo de vasos.

O cenário, cada vez mais detalhado, dá naturalmente preferência ao elemento aquático (Ria ou mar) com praias, embarcadouros ou margens verdejantes, encimado por um límpido céu azul com aves e secundado pelo cenário rural (campos lavrados, pomares, pastagens). Como pormenor da paisagem encontra-se por vezes um castelo com a bandeira portuguesa hasteada. As salinas também não são esquecidas. Em fundo, nunca falta um moliceiro navegando ou abicado e, na impossibilidade de se representar o barco na sua totalidade, a escolha recai invariavelmente sobre a proa decorada. As flores preenchem todos os espaços vazios do desenho.

Na longa lista de painéis registados, houve vários exemplos de desenhos recorrentes e de legendas sobreviventes às repinturas cíclicas. É o caso das figuras apostas a “Numa mão a pena, noutra a espada” (para Camões), “Vira Manel” (e respectiva imagem das “Festas da Ria”, outro motivo comum), “Não me fujas em maré de festa” (o galo que foge à matança) e dos habituais Mestres. “Ainda ganho assim o pão” (sobre a recolha artesanal do moliço) e o jocoso-erótico “Deixa-me *darte* uma dentadinha” (mulher, homem e cão) constituem exemplos flagrantes da tentativa de reproduzir com perícia variável o mesmo desenho, sobre uma legenda já várias vezes glosada. “Eu sou o mensageiro da paz” serviu para legendar tanto um painel devoto com a imagem do Papa como um painel patriótico com soldado e bandeira. De modo idêntico, a mesma imagem de rapariga ilustrou a sentença “Pensar era antes” e o título de “A rainha da ribeira da aldeia”. “Já fechei um olho para não ver o estado da Ria” (CD II, Históricos, Escritores, 7) suscita interrogações sobre a possível inclusão do painel em nada menos do que três categorias: estaremos perante um painel sobre Luis de Camões, de apelo à preservação da Ria ou ecológico, mas com uma atitude jocoso-irónica? Como em casos anteriores, na impossibilidade de uma resposta unívoca,

⁴⁶ PINA, Luís de, “Arte Popular”, in LAGE, Francisco, *Vida e Arte do Povo Português*, p. 72.

prevalece arbitrariamente a imagem. A representação pictórica abre a narrativa a várias possibilidades figurativas, convocando, reconfigurando ou (des)construindo as formas estabelecidas da nossa sensibilidade. A alteração dos referentes canónicos activa a disponibilidade semiótica para produzir efeitos de real inesperados.

O quadro de um casal em que ele parece oferecer um rudimentar saxofone à rapariga teve inicialmente a legenda “A menina *agárre-me* na gaita” e, mais tarde, já com a pintura visivelmente degradada, aquela mudou para “A gaita *e tod* tua”. Constatou-se igualmente a repetição das legendas “Carinho de mãe” e respectiva imagem da Virgem e o Menino, de “Morra o homem deixe fama” (com soldados, cavaleiros e bandeira nacional), do “Ladrão das proas” e seu homem do saco barbudo, da jocosa erótica “Hoje não que levo-a inchada”, da figura de Santa Joana Princesa, assim como de imperativos de respeitabilidade diversamente ilustrados e formulados (“Quero respeito na proa”, “Comigo o respeito”, “O respeito na *rè*”, “Sou mulher de respeito”). Os painéis jocosos são aqueles que mais parecem variar e renovar-se, pois o espírito popular sabe sempre procurar a faceta burlesca de uma realidade poucas vezes favorável.

A complexidade da cena recriada, a perfeição do desenho e a correcção da escrita variam naturalmente em cada nova ocorrência. Ao observador atento acaba por ser possível reconhecer o traço característico de alguns ilustradores, que se destacam quer pela sua extraordinária habilidade e riqueza na cor e pormenor, quer pela ingenuidade daquilo que não passa de uma tentativa, cheia de boa vontade, de transmitir uma mensagem pictural. O estilo de um ilustrador manifesta-se na posse de um conjunto de processos técnicos (tipos de tintas e gama de cores, instrumentos utilizados e existência ou inexistência de moldes para soluções geométricas), no modo de gerar as pinturas (através do recurso ou não a esboços ou da reprodução de imagens de proveniência diversa) e na existência de um vocabulário plástico pessoal, socialmente integrado.

Os painéis são uma exibição de cor e formas para o exterior. No interior, pelo contrário, ficam os sinais decorativos a ser contemplados pela tripulação. Estas marcas de cor, estes sinais abstractos ou figurativos organizam e protegem o espaço interno da embarcação. A imagística existente nestes dois espaços patenteia lógicas diferentes, embora tradicionalmente irmanadas em intenções propiciatórias e estéticas: no espaço externo, há que ostentar e diversificar para reter o olhar do espectador, há como que uma organização cénica dos sinais, uma lógica de espectáculo. No espaço interno, pelo

contrário, a intenção já não é a de reter o olhar do espectador, mas sim a de organizar e de marcar o próprio espaço. Assim, à imagística interna corresponde uma dinâmica centrípeta, de contenção, e à imagística externa corresponde uma dinâmica centrífuga, de dispersão⁴⁷.

A variedade e a profusão de elementos decorativos é, assim, passível de ser esclarecida e decifrada em sistemas. Estes painéis constituem modos de perceber o real (venha ele da natureza ou da sociedade), onde estão presentes os sistemas simbólicos dos seus decoradores, notando-se o dinamismo de alguns elementos e a introdução de outros, geneticamente estranhos: “People create a symbolic world which is a kind of fantastic reconstruction of empirical society: the dialectical contrast between the two is resolved by a reassertion of the inevitability and desirability of the first through recognition of the fantasy and impossibility of the second”⁴⁸.

As imagens são signos com leis de organização e processos de significação particulares, que requerem também uma interpretação particular, quer sejam ícones figurativos, ou símbolos baseados em relações convencionais (como a bandeira, a pomba ou a Cruz). Os símbolos evocam, ao invés de transportar um significado unívoco e imediato, por isso ouve-se tantas vezes a explicação “fazemos (ou dizemos, pintamos, cantamos) assim porque sempre foi assim” ou “porque os antigos também o faziam”. Também no moliceiro, o leitor modelo de Umberto Eco coopera com o autor, preenchendo os espaços em branco, aceitando as suas normas e mundos ficcionais, com as suas falhas, lacunas, erros e subentendidos. A interpretação implica sempre um grau substancial de subjectividade, mas enquadra-se dentro dos termos característicos de uma determinada sociedade, influenciada pela sua linguagem, ecologia, tradições, crenças, ideologia, etc. Mas estas não são imutáveis, correspondem antes às circunstâncias da interacção entre os indivíduos e entre as sociedades.

A imagem do moliceiro é heterogénea, coordena dentro dos limites do seu enquadramento diferentes categorias: “imagens” no sentido teórico do termo (signos icónicos, analógicos), signos plásticos (cores, formas, composição, textura) e signos linguísticos. A sua inter-relação produz o sentido que aprendemos a decifrar, mas o jogo com o contexto pode ser uma forma de gorar o horizonte expectacional do “leitor”, surpreendendo-o, chocando-o ou divertindo-o. A composição ou geografia interna da

⁴⁷ Consultar: GUIMARÃES, Daniel Tércio Ramos, “Sinais Flutuantes: Um Estudo de Etnologia Naval na Ria de Aveiro”, *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 8, ano IV, 1986, p. 20.

⁴⁸ COHEN, Anthony P., *The Symbolic Construction of Community*, London and New York, Routledge, 1998 [1985], p. 63.

mensagem visual é um instrumento plástico fundamental, pela hierarquização da visão e orientação da leitura da imagem. As representações figurativas colocam em cena personagens, objectos, lugares e atitudes e uma parte da interpretação da mensagem é então determinada pela cenografia que reproduz as posturas culturalmente codificadas. Mesmo a interpretação das formas, cores e luz é antropológica e cultural, apesar de nos parecer natural. A disposição das personagens umas em relação às outras pode ser interpretada em relação aos costumes sociais (que regulam as relações íntimas, sociais e públicas) ou em relação ao próprio espectador. Esta interpretação depende do saber do espectador e pode assim variar, distinguindo-se do reconhecimento puro e simples dos temas e motivos e alcançando a compreensão da mensagem que se constrói para lá da imagem (e não somente com a imagem). Existe uma clara função de complementaridade, a função de *relais* de Roland Barthes, e de interpretação entre a imagem e a legenda, que possui a capacidade de exprimir, por exemplo, nexos temporais e causais que a imagem dificilmente mostraria.

Com efeito, reconhece-se geralmente à linguagem uma linearidade que a imagem desconhece. Dizer algo é alinhar sons que se sucedem no tempo, escrever é alinhar palavras num espaço ordenado. Pelo contrário, a imagem é um espaço apreendido globalmente, de modo sintético, o que dificulta a extracção de unidades constituintes. Na sua análise das relações texto-imagem, Roland Barthes⁴⁹ atribui ao primeiro uma dupla função de ancoragem (*ancrage*) e complementaridade (tradução livre de *relais*). A “ancoragem” permite ao criador de imagens orientar, fixar o seu leitor em certos significados, entre uma multiplicidade de significados possíveis, e mesmo desviá-lo de interpretações indesejáveis. Na realidade, existe uma interdependência entre texto e imagem, variável de acordo com os tipos de imagem e com os hábitos dos leitores. Ambos possuem funções conotativas e denotativas e é da articulação entre essas funções que depende a transmissão da mensagem icónico-verbal. Barthes chama a atenção para a relação entre o nível de conhecimento cultural e a capacidade de multiplicar significados a partir de imagens ambíguas. Esta teoria é perfeitamente aplicável no contexto em estudo, se entendermos o conhecimento cultural como integração plenamente consciente nos sistemas de significação simbólica da comunidade.

⁴⁹ BARTHES, Roland, “Rhétorique de l’Image”, *Communications* n° 4, 1964, pp. 40-51.

O sistema linguístico atravessa todos os demais sistemas dentro de uma cultura. Ligando os indivíduos ao seu passado, presente e futuro, a linguagem torna-se, ela própria, no seu passado, presente e futuro. Não é somente a representação de um mundo autonomamente estabelecido, é também esse mesmo mundo. As memórias estão inscritas em narrativas linguísticas, em histórias, estórias e nomes, do mesmo modo que estão inscritas em sensações olfactivas, auditivas e tácteis. A comunicação linguística é parte da realidade que ela representa, interpreta e evoca. Sendo a linguagem, nas palavras de Wittgenstein, “uma forma de vida”, a sua utilização implica o domínio da capacidade de interagir com os acontecimentos. O estudo da linguagem não pode ser dissociado da sua utilização por um determinado locutor num determinado momento. É inerentemente histórico, isto é, localizado no tempo, tempo que é também uma das suas dimensões fundamentais. “Dizer linguagem é dizer sociedade”, escreveu Lévi-Strauss. Isto é, a sociedade reconstitui-se através de actos comunicativos repetidos e habitualmente interligados mas não necessariamente idênticos. O governo, o trabalho, a família e outras instituições que constituem a sociedade dependem da linguagem para se reproduzirem ao longo do tempo e em diferentes espaços, apesar das diferenças entre os indivíduos que as constituem. A hierarquia social é representada e actualizada através do discurso, pelo que o estudo de qualquer sistema social só será possível se conjugado com o estudo da linguagem que o suporta e representa.

É necessário elaborar uma metalinguagem descritiva que compreenda a totalidade das noções utilizadas e das regras de tradução de uma determinada imagem em linguagem simbólica. Mas é também necessário determinar se um certo elemento figurativo é suficientemente rico de conteúdo para figurar nessa descrição. Dizer que uma imagem é a ilustração de determinado tema ou conceito é reconhecer a existência de um denominador comum entre todas as ilustrações possíveis, mais do que um inventário de todas as ilustrações existentes. Por vezes, é difícil determinar quais os elementos essenciais a uma imagem para que esta seja declaradamente reconhecida como ilustração de um certo tema (como, por exemplo, o tema burlesco do “ladão das proas” ou a venerada Santa Joana Princesa de Aveiro), principalmente nos mais estereotipados, provenientes de contextos homogêneos. Muitas vezes, a legenda é a chave da interpretação. Mas quando há uma deslocação no eixo temporal ou no contexto cultural, as dificuldades aumentam, ao manifestar-se a evolução no tratamento do tema ou conceito, da qual destinadores e destinatários devem estar cientes.

Encontram-se motivos claramente estereotipados nos temas religiosos e grande diversidade nos temas profanos. A religião é a popular e filtra os ensinamentos transmitidos pelas instituições. Na vida quotidiana, o actor social é captado no seu diálogo com a natureza, os animais domésticos, o sexo oposto e as diferentes realidades sociais. Porque a comunidade se insere criticamente num espaço e num tempo, o moliceiro pode olhar-se ao espelho, enquanto barco ou barqueiro, focar a própria faina ou referir as condições ecológicas do seu campo de acção. O humor popular gera a maior diversidade de painéis e narrativas, as predilectas do espectador.

A iconografia religiosa é plena de imagens paradigmáticas da fiel devoção popular (Virgem Maria – a Mãe; Cristo – o Salvador; a Cruz – o sofrimento). A crença advém dos ensinamentos oralmente transmitidos pela família, comunidade, tradição e igreja. Preferem-se os santos locais, mais próximos, humanos e muito práticos nas aflições do quotidiano. Os moliceiros têm uma função catequisadora, através da imagem apreendida e transmitida, comunicando valores de fé, caridade e piedade e perpetuando uma cultura espiritual. O imaginário católico popular procede a simplificações, adaptações e desvios na transcrição da iconografia de origem clerical. A Virgem Maria, por exemplo, é simplesmente a imagem da mãe carinhosa e protectora e não um mistério divino. O artista popular descodifica para o povo os enunciados da igreja, escolhe-os, reinterpreta-os, apropria-se deles para a sua arte, onde impera uma organização do espaço pictórico, um jogo de formas, cores e referências diferente dos da arte erudita.

A personalidade do autor (um carácter instituído/determinado ou instituinte/ inovador) ensaia a continuidade ou a reversibilidade do sistema, através da celebração ou da sátira às condições e modalidades das estruturas sociais, com notável eficácia na apreensão, contestação, conflito e/ou reprodução das relações globais, num fenómeno metacultural. Os sistemas de representação são os símbolos pelos quais os indivíduos e os grupos se interpretam a si próprios e ao meio envolvente e através dos quais transmitem o seu saber e o seu saber-fazer. Os elementos fundamentais desta área cultural, constituída pelo homem na sua individualidade, a comunidade, o meio ambiente, a técnica, a visão cosmológica e temporal, interagem numa dinâmica constante e universal, para dar vida e continuidade à cultura, nos seus sistemas formais e nas suas práticas simbólicas.

Os painéis dos moliceiros nascem da cultura ligada a um ecossistema autónomo, que filtra e adapta as diversas influências recebidas ao longo dos tempos. Ao abrigo do

fatalismo das vizinhas comunidades piscatórias, o meio rural lacustre da Ria de Aveiro propiciou o desenvolvimento de uma visão crítica, esclarecida e humorística, sob a forma de arte, numa permanente união da tradição com a modernidade, que se adivinha duradoura. Nos moliceiros, os temas dominantes são desenvolvidos através de imagens familiares desde a infância, em toda a comunidade, ao longo das gerações, exprimindo as preferências e as mensagens ideológicas de uma sociedade que se dedica a um tipo de actividade bem diferenciada:

Cada forma particular de uma alfaia, construída como é em relação ao assunto que tem de resolver, diz em si mesma a fórmula da sua reprodução; cada desenho inscrito em cada alfaia indica não só uma invocação endereçada ao trabalho de que deve dar conta, como identifica pertenças e qualidades de quem a usou, classifica aos olhos de quem vê o lugar ocupado por quem utiliza a alfaia na hierarquia social onde vive.⁵⁰

⁵⁰ ITURRA, Raul, “A religião como teoria da reprodução social”, *Ler História* 15, Lisboa, Teorema, 1989.

CAPÍTULO III

A REPRESENTAÇÃO

ETNOGRÁFICA

1.

TEXTO E CONTEXTO

CONFLUÊNCIAS IDEOLÓGICAS NA REALIDADE SÓCIO-CULTURAL

De sorte que eu não busco enunciar aqui uma verdade histórica válida para todos e que seria tão absurda quanto imaginária; gostaria de restituir as diversas imagens desse passado tal como ele é vivido pelas múltiplas sociedades do nosso mundo. (...) Estes dois focos dominam a história, misturando certezas e ilusões; mas não instituindo uma única vez uma única verdade científica, na qual todos se possam ficar, de tal modo são diferentes e contraditórias as versões do passado que eles propõem, impõem, reproduzem. Em tais condições, elaborar uma “história universal” a partir de um único foco, quando não de uma única instituição, é algo que procede da impostura ou da tirania. O próprio da Liberdade é deixar coabitar, ou mesmo combater entre si, várias tradições históricas.

Marc Ferro, *Falsificações da História*.

Como se tem procurado explicar ao longo deste estudo, o barco moliceiro integra-se num espaço e numa sociedade com traços culturais distintivos, que sofreram influências diversas ao longo dos tempos, na sequência mais ou menos directa das transformações experimentadas pela região e pelo país. O barco moliceiro é um emblema fundamental de uma determinada ideia construtiva de “cultura popular”, gerando um objecto que circula pela paisagem de um território social e cultural que procura simbolizar. Relembre-se que os relatos históricos sobre a Ria de Aveiro remontam aos primórdios da nacionalidade e foram sumariamente visitados na primeira secção deste trabalho. Já o barco moliceiro e seus painéis são objectos necessariamente mais recentes, pois os trabalhos de fundo sobre esta embarcação e os registos iconográficos disponíveis começam a surgir apenas em finais do século XIX, inícios do século XX. Permitem, contudo, que se efectue o seu estudo diacrónico, com especial incidência sobre as diversas influências ideológicas que confluem no espaço de acção dos moliceiros e que se reflectem nas pinturas e legendas elaboradas pelos seus artistas populares. Naturalmente, o moliceiro e a Ria de Aveiro, apesar do isolamento da região lagunar, não ficaram imunes a factores tão influentes como a implantação da República

ou a instauração do Estado Novo e respectiva reestruturação institucional, social e ideológica da nação, cuja influência perdurou muito para além de 1974.

A realidade política circundante reflecte-se nos comportamentos das gentes da Ria. Assim, constata-se a obediência e a apatia política de moliceiros e pequenos agricultores, esmagados pela necessidade de sobrevivência e divididos entre a pobreza e a emigração, que o Estado tenta enquadrar no colectivo dócil e amorfo do “bom povo português”. De acordo com a *História de Portugal* coordenada por José Mattoso, o Estado Novo é um regime consensual para os diversos sectores conservadores e antidemocráticos e para o conjunto das classes possidentes, através de uma hábil gestão equilibrante e reequilibrante dos interesses que congrega face às diferentes conjunturas. É a “ordem nas ruas e nos espíritos”, o lucro fácil, sem concorrência nem agitação social, o “viver habitualmente” segundo a ordem natural das coisas: “manda quem pode, obedece quem deve”. É este simplismo redutor que o discurso ideológico exprime, por sobre uma realidade política, económica e social bem mais complexa e contraditória. O objectivo da simplificação ideológica autoritária é precisamente esse: fornecer “certezas” claras e incontrovertidas que legitimem e facilitem o direito de mandar e anulem e ilegitimem a veleidade de resistir, justificando e tornando aceitável, como as coisas da natureza, o dever de obedecer. Por isso mesmo, e em certo sentido, os discursos ideológicos valem não tanto pelo conteúdo concreto das ideias que avançam mas, sobretudo, pela função disciplinadora que veiculam. É o que se passa com a paradigmática alocução de Oliveira Salazar nas comemorações do “Ano X da Revolução Nacional”, em 26 de Maio de 1936, quando define as “verdades indiscutíveis” estabelecidas pela nova ordem: “Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua história; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever”¹.

Numa tal conjuntura, os já de si inconsequentes surtos de contestação local, os chamados “levantes” e “barulhos” de pescadores dos séculos e décadas anteriores, desaparecem ou são silenciados durante o Estado Novo, que reprime estes e outros aparentes actos de subversão, ditados mais pela fome do que por qualquer tipo de consciência política. Já os congressos republicanos e da oposição democrática,

¹ MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, VII volume, “O Estado Novo (1926-1974)”, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 291-4.

realizados em Aveiro em 1957, 1969 e 1973, representaram uma ameaça séria e organizada à ordem estabelecida, tendo redundado em acções massivas de repressão. Mas estes congressos estavam muito distantes do quotidiano de miséria e subsistência de moliceiros, pescadores e agricultores.

Nas práticas simbólicas da arte popular cruzam-se estas realidades, gerando uma quantidade de produções que, consciente ou inconscientemente, fazem eco da ideologia do regime, omnipresente nos seus múltiplos veículos de propaganda. Por convicção ou por coacção, os símbolos do regime encontram lugar ocasional nos painéis dos barcos moliceiros, cujo humor mais ou menos malicioso ou sátira meramente local não chegam para os transformar em efectivos meios de subversão. No entanto, o potencial comunicativo do moliceiro não deixa de ser avaliado e, por isso, controlado pelos órgãos do regime. Na ausência de críticas declaradas ou de mensagens subversivas, a indiferença pelo novo estado do país deve ser também cerceada, antes que outras forças a utilizem em proveito próprio. Torna-se necessário não só controlar eventuais desvios mas também fazer divulgar entre as camadas populares a adesão que se pretende entusiástica à ideologia do regime.

CASAS DO POVO E CASAS DOS PESCADORES.

As Casas do Povo e dos Pescadores cumprem essa função doutrinária, dentro de uma estratégia nacional complementada pela Igreja e pela Escola. Durante a primeira República, a Igreja Católica sofrera uma acção persecutória que colocou em causa uma mundividência e uma cultura, no entendimento do regime de Salazar. A educação ideologicamente orientada seria a fórmula política utilizada para resgatar o povo português, através do renascimento das virtudes ligadas à religiosidade popular.

As Casas do Povo foram criadas e reguladas pelo decreto-lei nº 23.051, de 23-9-1933, enquanto “marca física e institucional do Estado Novo (...) [que] servirá, recorrentemente, como o espaço próprio para extensões locais de actividades de propaganda e socialização, conduzidas por estruturas corporativas supra-locais. Combina com o enquadramento religioso, numa complementaridade natural entre as missões educativas do padre e do professor”². Nelas se realizava a anulação corporativa

² SILVA, Augusto Santos, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 179. A Junta Central das Casas do Povo foi criada em 1945, como

da conflitualidade social, agrupando num organismo único tanto os assalariados como os patrões rurais. De acordo com Augusto Santos Silva, as Casas do Povo visavam a criação de espaços de divertimento “honesto” onde, através do desporto, das excursões, do cinema seleccionado e dos cursos de formação feminina, seria operado o “saneamento moral do meio”. Todas as actividades eram propostas e avaliadas em função de um padrão que opunha ao “vício” (exemplificado sempre pela taberna e pelo jogo) a “saúde moral” e a “formação cristã”, e ao desregramento e à revolta, a humilde sabedoria feminina da economia familiar. Paróquia, santuário, escola e casa do povo pertencem à mesma rede, beneficiam dos mesmos patronos, conhecem o mesmo grupo dirigente, dirigem-se ao mesmo país fechado, idílico, de virtuosa pobreza rural³:

Qualquer aldeia se divide em dois grupos: os que “não se interessam de divertimentos e consagram-se à vida recolhida do lar”; e “aqueles que gostam mais de passar o tempo na taberna”. Os primeiros são sempre representados como os lavradores, agarrados às suas terras, casas e trabalhos, sob a protecção do santo e direcção do clero; os segundos são sempre suspeitos de influências urbanas e modernas, levados pelo jogo, a luxúria e o dinheiro, e a “taberna” é o local que condensa todo o seu desvio.⁴

Em 1945, no distrito de Aveiro, havia apenas onze Casas do Povo. Na Guarda e no Porto não passavam de doze e quinze, respectivamente. Os três distritos juntos não tinham mais de quinze mil associados. As Casas do Povo eram muito numerosas nos distritos do Sul e raras nos do Norte, excepto em Braga, onde eram já quase cem em 1945. Em 1969, a nível nacional, só 20% dos rurais e 17% dos seus familiares se encontravam inscritos nas Casas do Povo e podiam usufruir dos seus escassos benefícios. No quadro sobre a “Actividade cultural das casas do povo eleitas pela Junta Central das Casas do Povo (1948-1954)”, elaborado por Daniel Melo, no distrito de Aveiro apenas encontramos actividades culturais na Casa do Povo de Valongo do

organismo de coordenação das Casas do Povo. A etnografia e o folclore foram aspectos fundamentais da actividade de enquadramento político-ideológico das populações rurais cometidas a este organismo. No *Mensário das Casas do Povo*, a doutrinação folclórica e ruralista e os apontamentos regulares sobre matéria etnográfica ocupam um lugar de relevo.

³ *Idem*, pp. 179-80. A visão idílica do mundo rural atravessa todo o discurso oficial. Para Marcelo Caetano, “num país agrícola não industrializado, em que predomina a pequena propriedade que vai de par com a pequena oficina e o labor caseiro, o campo não forma uma profissão nem uma classe; é (...) uma comunidade de homens de diferentes classes e profissões que, pelas circunstâncias da sua vida colectiva, toda ao redor da terra, são chamados à cooperação”. Comunidade em que “não existe, muitas vezes, diferença de mentalidade e hábitos entre proprietário da terra e o arrendatário, parceiro, caseiro ou seareiro” e na qual “muitos pequenos proprietários amanham parte do ano as suas leiras e, no resto do tempo, dão dias de trabalho assalariado a outros proprietários maiores”. Pequenos artesãos e proprietários “são simultaneamente agricultores, sendo toda a vida rural solidária na dependência da terra e dos seus caprichos – o tempo, as maleitas e a sorte” (CAETANO, Marcelo, *O Sistema Corporativo*, Lisboa, s/n, 1938, pp. 77-8).

⁴ SILVA, Augusto Santos, *Tempos Cruzados*, p. 181.

Vouga, com biblioteca e sessões de cinema em funcionamento e grupo filarmónico já desactivado. Este périplo corporativo visava premiar mensalmente uma casa do povo por distrito. Contudo, nem a sucessão foi sempre mensal, nem a regra distrital foi totalmente respeitada, uma vez que os Açores não foram contemplados, e os distritos de Aveiro, Leiria e Lisboa surgem assinalados uma só vez, segundo observa o autor⁵.

Dentro do distrito de Aveiro, as localidades directamente ligadas à faina do moliço revelam-se particularmente alheias ao fenómeno das Casas do Povo, que só tardiamente aí encontra expressão. Solicitou-se às câmaras municipais e juntas de freguesia da região, ao Inatel e à Confederação das Casas do Povo um esclarecimento à questão: no município da Murtosa e freguesias da região lagunar da Ria de Aveiro existe ou existiu em tempos uma Casa do Povo, quando foi fundada e que tipo de actividades desenvolve e/ou desenvolveu?

José Maria de Almeida, Presidente da Confederação das Casas do Povo, informou que, na referida região, existiu apenas a Casa do Povo do Bunheiro, Murtosa, fundada em 27 de Setembro de 1973, só com acção social, que cobria as freguesias de Bunheiro, Monte, Murtosa e Torreira⁶. O Centro Regional de Segurança Social da Murtosa e a Câmara Municipal da Murtosa acrescentaram que essa Casa do Povo foi extinta em Abril de 1985, por não desenvolver actividades recreativas. As Casas do Povo com actividades recreativas subsistiram, todas as outras foram reconvertidas em Centros Regionais de Segurança Social. Na Casa do Povo da Murtosa, como era regra, as contribuições dos trabalhadores eram distribuídas na seguinte proporção: 80% para a previdência social e 20% para a Casa do Povo⁷. Actualmente, no distrito de Aveiro, apenas há registo telefónico de três casas do povo: Oliveirinha, Esgueira e Ovar.

Por seu turno, as Casas dos Pescadores representaram uma forma de intervenção do Estado Novo para regulamentar o modo de vida da população marítima, enquanto órgão doutrinário, não sindical. Visaram, sem sucesso, a uniformização dos comportamentos, que se pretendiam submissos e com os desvios puníveis através da marginalização no seio da comunidade. As Casas dos Pescadores só abrangiam gente do mar, ao passo que as Casas do Povo estavam abertas a todos quantos na sua área vivessem e trabalhassem, independentemente da actividade exercida.

⁵ MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001, p. 125.

⁶ Segundo entrevista de 22 de Outubro de 2002.

⁷ Entrevista de 18 de Outubro de 2002 e correspondência de 26 de Setembro de 2002.

As Casas dos Pescadores foram criadas pela lei nº 1953, de 11-2-1937. Em 1939, existiam catorze Casas dos Pescadores. Em 1961, funcionavam em Portugal continental e arquipélagos da Madeira e Açores 28 Casas dos Pescadores e respectivas delegações. A elas pertenciam os inscritos marítimos matriculados em barcos ou companhias de pesca como pescadores; os inscritos marítimos que trabalhavam nas praias e tinham cédula como pescadores ou como auxiliares de pesca; e outros inscritos marítimos que exercessem na respectiva área de jurisdição marítima ou fora dela mesteres que lhes conferissem a característica de gente do mar⁸.

Seguindo à risca esta fórmula, os moliceiros não poderiam descontar para a Casa dos Pescadores. Apenas o podiam fazer aqueles que estivessem inscritos como marítimos, pelo que é esta a profissão que consta da maioria dos registos estudados na secção sobre a propriedade e transacção dos barcos moliceiros.

São estes, permita-se a expressão, os elementos históricos das Casas dos Pescadores; porém, as suas raízes mergulham fundo e o espírito religioso e corporativo das antigas “Confrarias de Mareantes” foi mantido e até elas trazido através dos “Compromissos Marítimos”, “Associações de Socorros Mútuos de Pescadores” – (vulgarmente conhecidas por “Marítimas” que aliavam ao carácter de socorro mútuo o de representação de classe) – “Associações de Classe” – (algumas de carácter revolucionário filho da época perturbada que precedeu o movimento de 28 de Maio) e, finalmente, dos Sindicatos Nacionais de Pescadores, embora grande número destas instituições, salvo os Sindicatos Nacionais, estivessem quasi absorvidas pelos chamados “sócios terrestres” e de um modo geral fôssem dirigidas e administradas por politiqueiros, “livres pensadores” que não possuíam qualquer das virtudes que são apanágio da gente do mar: fé em Deus, lealdade e nobreza de carácter.⁹

Com esta tese apresentada ao II Congresso da União Nacional, o comandante Henrique Tenreiro explicitava a posição do Estado Novo sobre a classe piscatória. Para além das “confrarias” e “compromissos”, que ajudaram a reforçar a identidade deste e de outros grupos profissionais, as associações de classe são já fruto de uma outra conjuntura histórica, em que a unidade se forjou na luta e na reivindicação. Desde o final do século XIX, os pescadores vinham sendo despojados do controlo das artes e barcos mais rentáveis. As novas técnicas exigiam o investimento de um capital que eles não tinham, o montante das capturas necessitava de um mercado que em muito ultrapassava o campo de acção de varinas e pescadeiras. Viam-se assim cada vez mais na contingência de se proletarizarem ao serviço dos armadores. Em 1903-4 os pescadores de Matosinhos amotinaram-se contra os cercos americanos da “Empresa de

⁸ “Casas dos Pescadores”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VI, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s/d, p. 107.

⁹ TENREIRO, Henrique dos Santos, “Casas dos Pescadores”, *Boletim da Pesca*, Lisboa, 1944, p. 13.

Pescarias do Norte” e de outros armadores, e a sua Associação de Classe apela ao rei contra esta arte. São apoiados na sua luta quer pela anarquista União Geral dos Trabalhadores, quer pela socialista Federação das Associações Operárias. Em 1908, as associações queixam-se junto do poder central por causa dos prejuízos causados à pesca pelos vapores estrangeiros e também contra a pesca do arrasto. Mas estas movimentações, muitas vezes violentas, pouco podiam contra o avanço da industrialização no mar, estreitamente ligada à implantação da indústria conserveira que necessitava de grandes quantidades de sardinha a preços baixos.

Contra esta progressiva formação de uma consciência de classe dos operários do mar vai intervir o Estado Novo, proibindo todo o tipo de associações e obrigando os pescadores a integrar as novas Casas dos Pescadores, cujo programa de intervenção social cobria múltiplos aspectos da vida da comunidade. Controlava o trabalho do pescador, pela referida inscrição obrigatória, definia o seu salário através de contrato não negociado, assistia-o na doença e tentava também controlar e modificar o seu viver, votando ao ostracismo os mais renitentes em aceitar as modificações comportamentais ditas moralizadoras, também ensinadas às crianças e jovens que frequentavam os infantários, creches e escolas profissionais da Casa dos Pescadores. As raparigas aprendiam práticas de higiene, puericultura, administração doméstica e costura, ensinadas nas Casas de Trabalho existentes no seio da instituição, para se tornarem mães e donas de casa.

Presidia à Casa dos Pescadores o capitão do porto que “não é, para eles, somente a autoridade marítima que os força a cumprir a lei, mas uma autoridade que os aconselha e guia. Só de aplaudir é, portanto, que a esta autoridade paternal – sem dúvida mais esclarecida do que os humildes pescadores das nossas costas – seja confiada a direcção suprema da Casa dos Pescadores”¹⁰. Religião católica, obediência à autoridade, vida doméstica e contenção no comportamento, era o que se exigia à classe. Mas esta política não conseguiu descaracterizar as comunidades, optando muitas vezes por as segregar, nem evitou novas e violentas greves ao longo da década de cinquenta e seguintes¹¹. De um modo geral, as Casas dos Pescadores pretendiam materializar através da sua acção a imagem de contornos messiânicos em contexto náutico utilizada

¹⁰ TENREIRO, Henrique dos Santos, “Casas dos Pescadores”, p. 25.

¹¹ SOEIRO, Teresa e LOURIDO, Francisco Calo, *Fainas do Mar: Vida e Trabalho no Litoral Norte*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1999.

pela retórica oficial para representar a prosperidade incontestada do país: “Boa viagem, largo e seguro rumo quando o capitão é cristo e deus vai seguramente ao leme!”¹².

Dada a proximidade de vários aglomerados piscatórios, as Casas dos Pescadores, ao contrário das Casas do Povo, têm uma presença significativa na região da Ria de Aveiro. Os dados existentes sobre a Casa dos Pescadores do Furadouro, por exemplo, compilados em 1955 por Lucília Marques, permitem ilustrar o funcionamento à data de um destes organismos corporativos¹³. Os pescadores faziam automaticamente parte da Casa dos Pescadores do Furadouro, fundada em 1939, com direito a todas as regalias, desde que mantivessem a sua cotização em dia. Este organismo criou em Ovar, no ano de 1944, um posto médico, de puericultura e enfermagem e ainda uma casa de trabalho e, em 1956, um posto médico, de puericultura e enfermagem na praia do Furadouro. Como era de esperar que o pescador não trouxesse a sua cotização em dia, foram tomadas certas medidas: no acto de matrícula, o pescador das companhas descontava o total das cotas (4\$00 por mês) nos seus vencimentos e o pescador que trabalhava por conta própria nas bateiras também pagava a sua cota, incluída no imposto de alfândega. Este pagava 12,7% de imposto sobre o valor do pescado, onde estavam já incluídos 2% para a Casa dos Pescadores. Mas para terem as regalias, teriam de apresentar na capitania do porto os talões passados pela Guarda Fiscal.

As regalias concedidas abrangiam não só o pescador, mas também a sua família, isto é, sua mulher, filhos menores e filhas solteiras que vivessem a cargo dos pais. As regalias eram as seguintes para o pescador local: a) Assistência médica – consultas médicas (três vezes por semana em Ovar e uma vez no Furadouro); enfermagem (todos os dias em Ovar e um dia no Furadouro, se não houvesse ninguém que necessitasse dos serviços de enfermagem. Se houvesse, o enfermeiro iria todos os dias ao Furadouro); consultas de especialistas grátis; medicamentos manipulados grátis; especialidades grátis; análises grátis; radiografias grátis; agentes físicos grátis. b) Assistência materno-infantil – assistência a parturientes grátis; leite para recém-nascidos grátis. c) Subsídios

¹² *Jornal do Pescador*, Abril de 1945. Em *Estudos Etnográficos*, D. José de Castro escreve: “A Casa dos Pescadores, recentemente criada por decreto-lei, veio trazer à sua vida árdua e arriscada um princípio de bem merecida protecção e assistência, na medida possível em que concorre para o conforto dessa pobre gente de alma admirável que Raúl Brandão, melhor do que ninguém, – que eu saiba – tão justamente soube apreciar. Não há muito o confirmou também o ilustre Governador Civil do Districto, Sr. Dr. Almeida Azevedo, acrescentando não constar dos anais da criminalidade nos últimos 50 anos, qualquer delito por eles cometido (CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos – Aveiro*, tomo II – *Pescadores*, Porto, Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos de Arte e Museologia, 1943 a 1945, p. 84).

¹³ MARQUES, Maria Lucília Folha, *Pescadores do Furadouro*, Ovar, edição do Museu de Ovar, 1991 [1955].

– nascimento de filho a partir do terceiro, 50\$00 e enxoval; doença, 30 dias a 7\$20, 60 dias a 4\$80; funeral de sócio, 200\$00; funeral de mulher do sócio, 100\$00; funeral de filho do sócio, 50\$00. d) Educação e instrução – casa de trabalho para raparigas filhas dos sócios. Para os traineiristas, as regalias concedidas eram as mesmas, mas com algumas diferenças a apontar: consultas de especialistas, análises, radiografias e agentes físicos pagavam conforme as possibilidades a avaliar num inquérito, geralmente 50%; especialidades, 50%; o subsídio de 50\$00 e o enxoval eram concedidos logo a partir do primeiro filho. De notar o facto de o pescador local, que vivia em condições económicas mais fracas que o traineirista, só receber subsídio de nascimento a partir do terceiro filho, o que era incompreensível.

Em termos de seguros, os pescadores do Furadouro estavam abrangidos por duas mútuas: a dos pescadores e a dos armadores da pesca da sardinha. A Mútua dos Pescadores era uma instituição criada pela Junta Central das Casas dos Pescadores, que se destinava aos sócios da pesca local, ou seja, aos que trabalhavam nas companhias e aos que trabalhavam por conta própria. O pescador que trabalhava nas companhias não contribuía para a Mútua, pois a própria empresa onde trabalhava pagava por ele 2,7% sobre o valor do pescado. O pescador por conta própria pagava 1,5% dos 12,7% de imposto alfandegário. A Mútua dos Armadores da Pesca da Sardinha era uma instituição criada pelo Grémio dos Armadores da Pesca da Sardinha, que se destinava aos pescadores que trabalhavam nas traineiras. Estas mútuas estavam sujeitas à lei geral de seguros – a lei 1942 – e portanto todos os benefícios indicados por esta lei eram usufruídos pelos pescadores. A instituição de uma reforma por velhice ou invalidez foi também uma criação da Junta Central das Casas dos Pescadores. Para ser concedida esta reforma, era necessário apresentar um atestado médico da secção local da Casa dos Pescadores e ainda provar que de facto se necessitava desse auxílio. Apresentado o pedido à Junta das Casas dos Pescadores e deferido este, o pescador passaria a receber a quantia de 40\$00 mensais.

No centro da região moliceira, a Casa dos Pescadores da Murtosa foi inaugurada a 25 de Agosto de 1956, conforme se pode ler na primeira página da edição do então “dezenário bairrista independente”, *O Concelho da Murtosa*, de 30 de Agosto de 1956:

Foi solenemente inaugurada no passado dia 25 a casa dos Pescadores da Murtosa. Ao acto de inauguração, que foi bastante concorrido, assistiram os srs. Capitão do Porto de Aveiro, sr. António Caires da Silva Braga; Dr. José Eduardo Carneiro de Brito, Delegado de Saúde deste concelho; Dr. Joaquim José Ferreira Baptista, distinto médico da Casa dos Pescadores da Murtosa; Dr. Apolinário da Silva Portugal, digno Presidente da Câmara Municipal deste

concelho; José Júlio Valente de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da Murtosa; Manuel dos Santos Ferreira, vice-presidente da Câmara; Padre João Maria Carlos, Arcipreste da Murtosa; António Récio, funcionário da Câmara Municipal; e o Tesoureiro e Secretário da Junta Central das Casas dos Pescadores. Em primeiro lugar, usou da palavra o sr. Capitão do Porto de Aveiro e Presidente da Junta Central das Casas dos Pescadores, que enalteceu as qualidades do povo murtoseiro, especialmente da classe piscatória da Murtosa, dirigindo-se finalmente e em particular aos srs. Joaquim Baptista e Apolinário Portugal, respectivamente Médico da Casa dos Pescadores desta vila e Presidente da Câmara Municipal, dirigindo-lhes palavras de reconhecimento e gratidão, pelo que têm trabalhado em prol da classe piscatória da Murtosa. Falou em seguida o sr. Dr. Apolinário Portugal, que se referiu à especial tendência que o murtoseiro tem para o mar e à primacial importância da fundação da Casa dos Pescadores desta terra. Finalmente foram visitadas as instalações médicas e educativas, sendo a seguir encerrada a sessão.

A edição de 20 de Setembro de 1956 d'*O Concelho da Murtosa* evoca novamente a inauguração do mês anterior e transita de imediato para uma nova questão, como se depreende do título “O Bairro para Pescadores, um problema por resolver”:

No início da sessão inaugural e no final do seu discurso, quando se dirigia em particular ao sr. Dr. Apolinário da Silva Portugal, digno Presidente da Câmara Municipal da Murtosa, disse S. Ex^a o sr. capitão-tenente António Caires da Silva Braga, Presidente da Direcção da Casa dos Pescadores de Aveiro: “Sei que conta V. Ex^a, entre as suas maiores preocupações do momento, a resolução do problema da aquisição de terreno para a construção de um bairro de pescadores na Murtosa, a erguer por iniciativa da Junta Central das Casas dos Pescadores. É, de facto, melhoramento que se impõe de há muito (...)”. Daqui se depreende que o sr. capitão-tenente Caires Braga está preocupado em resolver um grande problema, que é a construção dum bairro para pescadores na Murtosa. Que a sua ideia seja levada a bom termo, são os nossos sinceros votos.

Dois anos mais tarde, *O Concelho da Murtosa* faz jus ao cognome de “bairrista e independente” ao lançar a crítica algo enigmática patente no artigo “O posto médico da Casa dos Pescadores da Murtosa”, da edição de 30 de Maio de 1958:

(...) a respeito do Posto Médico da casa dos Pescadores da Murtosa. Era necessário e fez-se. Louvemos o Governo por tão benemérita e altruística acção! Mas fez-se como devia ser feito? Cremos que não e como nós crê toda a população do Concelho. Então condenemos os homens porque têm olhos e não vêem (...). É sempre tempo de remediar uma atitude infeliz, corrigir um engano, suprimir um erro. Esperamos que os que voluntária ou involuntariamente colaboraram neste se apressem a suprimi-lo, a bem dos pobres pescadores da Torreira e do Bunheiro, que são os mais prejudicados. Merecem-no pela sua humildade e resignação, e saberão agradecê-lo, porque não são ingratos.

Fruto da retórica incisiva, porém sempre vaga e ambígua nas suas acusações (“os homens” – quem? – “um engano” – qual?), que era apanágio deste e de outros órgãos de informação local, como *O Jornal d'Estarreja*, ignoram-se quais as reais causas e consequências de tal polémica, sabendo-se apenas que algo não funcionaria bem na Casa dos Pescadores da Murtosa. Cerca de doze anos mais tarde, foi necessário à

Câmara Municipal da Murtosa adquirir e arrendar à Casa dos Pescadores um espaço complementar:

Adaptação de um andar no edifício Tavares Gravato a posto da Casa dos Pescadores: a Câmara delibera mandar fazer aos serviços técnicos da Junta Distrital de Aveiro, o projecto da obra em epígrafe.¹⁴

Aluguer de um andar no edifício Tavares Gravato à Casa dos Pescadores: a Câmara delibera arrendar à Casa dos Pescadores um andar pela quantia mil escudos, efectuando esta Câmara as necessárias obras de adaptação.¹⁵

A Casa dos Pescadores da Murtosa foi extinta apenas na década de noventa, tendo contado sempre com grande número de inscritos. Actualmente, a nível nacional, há registo telefónico de três casas dos pescadores: Peniche, Nazaré e Vila Praia de Âncora.

PESCA DO BACALHAU E ENCENAÇÕES ESTÉTICAS.

O controlo exercido pela organização corporativa sobre a pesca do bacalhau, considerada como estratégica para a nação, foi ainda mais incisivo. Criou-se em Lisboa um ficheiro central onde todos os pescadores da chamada “faina maior” eram obrigados a inscrever-se. Em cada ficha constava, além da identificação do pescador, os registos disciplinar e sanitário, de motivos de dispensa e o registo anual das campanhas com indicação do navio em que embarcava, a categoria profissional e o valor de pesca em quintais que conseguira capturar. Até 1974, foram inscritos cerca de 23.400 indivíduos. Neste trabalho, os salários eram estabelecidos em função das capturas de cada pescador, sem ter em conta o tempo efectivo dispendido para encher o barco e atingir a retribuição máxima. Se o barco não regressava totalmente cheio, a proporcionalidade redistribuia o prejuízo pelos contratados, mesmo que estes tivessem vendido o mesmo tempo e esforço. Devido à dureza do trabalho, seis campanhas do bacalhau equivaliam ao serviço militar, sendo o pescador incorporado nas tropas de reserva. Para além dos baixos salários e das más condições, a legislação a que os pescadores do bacalhau estavam sujeitos era claramente repressiva, como se depreende da leitura do decreto 27.658, de 21 de Abril de 1937: “Artigo 1º: São mobilizados todos os pescadores do

¹⁴ Acta da reunião da Câmara de 18 de Junho de 1970, *Livro de Actas da Câmara Municipal da Murtosa* (1967-1970), folha 117.

¹⁵ Acta da reunião da Câmara de 16 de Julho de 1970, *Livro de Actas da Câmara Municipal da Murtosa* (1967-1970), folha 119.

bacalhau matriculados para a campanha de 1936 e que até 15 do corrente mês não concorreram para a campanha de 1937. Artigo 2º: Os pescadores mobilizados que não se apresentarem no prazo que lhes for fixado pelos capitães dos portos ou delegados marítimos serão punidos como desertores”¹⁶.

Ainda segundo Teresa Soeiro e Francisco Lourido, as três primeiras décadas do século XX são o período áureo da pesca do bacalhau. Em 1911, vão à Terra Nova 34 veleiros. Depois de um ligeiro decréscimo em tempo de guerra, em 1922 encontramos em campanha 62 barcos, sendo dezanove oriundos de Aveiro. Em 1924, a frota atinge o número máximo de 65 embarcações. Mas no final desta década de apogeu anunciavam-se já as futuras dificuldades, como a diminuição dos *stocks* de pescado, o que levou alguns barcos a encaminharem-se até aos difíceis bancos da Gronelândia. A crise instalada reduziu a frota para 21 embarcações em 1931, empurrando os pescadores para a marinha mercante e para a emigração, enquanto o país consumia bacalhau importado. Deste momento de crise emergiu uma frota algo modernizada, de veleiros equipados com motor. O último veleiro desaparece em 1958. Mas os bacalhoeiros portugueses nunca ultrapassaram um certo anacronismo técnico, que despertou a curiosidade do estrangeiro, fascinado pela dureza da vida a bordo e pela penúria das condições de trabalho, numa indústria em que o lucro se baseava na sobre-exploração da mão de obra e no apoio estatal aos armadores, organizados num grémio corporativo. Em 1974 saem três barcos para a faina maior, mas dois deles perdem-se por incêndio. No ano de 1998 apenas um barco continuava a pescar e salgar o bacalhau a bordo¹⁷.

A propaganda do Estado Novo teceu em redor do bacalhau uma mítica nacionalista: “O pescador que arriscava a vida nos bancos, sem condições de segurança, era um herói que enfrentava o mar – destino nacional – sem sofismas, homens que todo o país homenageava na anual e cada vez mais elaborada cerimónia da benção dos bacalhoeiros (iniciada em 1937), ou no dramatismo vivido pelas mulheres e crianças na partida e regresso ao porto, noticiado nos meios de comunicação”¹⁸.

Desde o seu processo de institucionalização que o Estado Novo procurava criar, recriar ou fomentar expressões estéticas visualistas e encenadas, tais como comemorações, desfiles, exhibições náuticas e outras manifestações populares, com um marcado conteúdo épico e sentido mobilizador. Tais realizações destinar-se-iam a

¹⁶ SOEIRO, Teresa; LOURIDO, Francisco Calo, *Fainas do Mar*, pp. 70-1.

¹⁷ *Idem*, pp. 52-5.

¹⁸ *Idem*, p. 55.

celebrar o advento de uma nova era e a reforçar a legitimidade das iniciativas que o Estado Novo vinha impondo nos domínios social e económico. Os ideólogos do regime, como António Ferro, pretendiam convocar heróis e feitos do passado, fundindo-os num presente que a ideologia oficial representaria como uma nova idade de ouro:

Repositório de mitos e de uma fortíssima memória épica, a pesca do bacalhau figura na propaganda e no discurso político salazarista como um dos elementos mais relevantes desta catarse ideológica. Os planos estatais de ampliação e renovação das frotas são apresentados como sinal de recuperação de uma grandeza perdida; celebram uma Nação reencontrada com o mar e exaltam um regime político que teria conseguido recolocar uma frota de navios nos mares, símbolo de soberania nacional, de reabilitação do poder do Estado e da sua Marinha.¹⁹

Até 1974, a majestosa encenação da benção dos bacalhoeiros realizar-se-ia todos os anos, num ritual épico que procurava celebrar toda a obra de ressurgimento da grande pesca promovida pelo Estado Novo. Em Maio, a frota de veleiros reunia-se para a largada frente ao Mosteiro dos Jerónimos, local mítico e simbólico, de onde em tempos partira Vasco da Gama:

A arrebatção estética proporcionada pelo perfilar dos veleiros no Tejo e a emoção do adeus dos pescadores às suas humildes famílias evocam o passado e glorificam o presente. (...) Cenário grandioso, síntese do profano e do sagrado, procurava envolver toda a Nação (autoridades civis, religiosas, militares, milícias e organizações diversas) na epopeia do bacalhau. (...) Era uma celebração cuja espectacularidade e aparato cénico a tornou vivida pelo povo como autêntica celebração épica. A encenação e a coreografia eram meticulosamente programadas pelo próprio Estado. Os arrastões eram afastados da celebração porque o Estado organizara a benção para sublimar a navegação à vela e a tradição heróica da pesca à linha com dórís. (...) Antes da largada dos navios, Salazar recebia dois ou três pescadores, entre os que na campanha anterior haviam demonstrado maiores “qualidades morais e profissionais”. O Presidente do Conselho fazia-lhes notar que eram os legítimos sucessores dos marinheiros de outrora. Segundo as representações ideológicas mais comuns, o pescador-marinheiro personifica e reúne o melhor da “alma nacional”. Rude, simples, intuitivo e crente, faz-se ao mar para cumprir um desígnio nacional (...). Imagens como esta abundam na propaganda oficial e em certos ícones a que certos pintores de regime, rebaptizados nas águas do modernismo, procuraram dar uma expressão plástica convincente.²⁰

Já na segunda metade do século XX, “nenhum porto do Mediterrâneo conhece espectáculo semelhante”²¹, uma tão grande ritualização colectiva, apoiada em forte componente religiosa. Numa visualização plástica eficazmente mobilizadora, evidenciava-se a atenção e a assistência permanentes do Estado paternalista, desde a largada até ao

¹⁹ GARRIDO, Álvaro, “O Estado Novo e a Pesca do Bacalhau: Economia, Política e Ideologia”, in GARRIDO, Álvaro (coord.), *A Pesca do Bacalhau: História e Memória*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001, p. 136.

²⁰ *Idem*, pp. 137-9.

²¹ RIBEIRO, Orlando, *Mediterrâneo – Ambiente e Tradição*, Lisboa, Gulbenkian, 1987, p. 178.

regresso dos pescadores. Rituais como este são utilizados com intenções tanto de manipulação como de ocultação de uma realidade de miséria e abandono.

A convicção da bondade ou da necessidade dos grandes princípios ordenadores não só não chegava para presumir a sua assumpção espontânea pelos respectivos destinatários, como implicava a sua pedagogia, a sua inculcação organizada e imperativa. Por sobre as características inatas de um povo que, além de esmagadoramente analfabeto, Salazar tinha por individualista, abúlico e destituído de espírito crítico, havia, como lembrará o chefe do Governo ao empossar António Ferro como director do Secretariado de Propaganda Nacional – SPN, em Outubro de 1933, a acção perversa dos “inimigos da ordem” que, apesar da censura e da inexistência das liberdades mínimas de se associarem e exprimirem, deformavam com a sua agitação insidiosa as realidades da obra do regime:

Porque politicamente “o que parece é”, como dizia, na referida ocasião, Salazar, ou seja, politicamente “só existe o que se sabe que existe”, porque “a aparência vale pela realidade”, será indispensável *encenar* as grandes certezas e a sua tradução política, glosar os benefícios da sua concretização, impô-las no espírito de todos e de uma forma total: na família, nas escolas, nas aldeias, nas oficinas, nas ruas, no lazer, no quotidiano. Em suma, era necessária a propaganda. Não deixada ao livre-arbítrio de cada um, mas como propaganda do Estado. Como “política do espírito”. (...) A encenação propagandística do regime, a organização e execução da “política do espírito”, começa pelo mais simples, na sala de aula, passa pela organização dos tempos livres, informa a assistência à família, a acção corporativa rural, piscatória ou industrial e o enquadramento miliciano da juventude. Cada sector ou actividade com os seus organismos tutelares próprios directa ou indirectamente subordinados ao Estado: sindicatos nacionais, casas do povo, casas dos pescadores, Mocidade Portuguesa (MP), Organização das Mães para a Educação Nacional, Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), etc. Cada uma delas com a sua propaganda sectorial própria, com o seu espectáculo próprio: boletins, paradas, confraternizações, excursões, missas, acampamentos, congressos, comícios, bodos aos pobres, etc. – um quotidiano que se aspira ver enquadrado, organizado e vivido no novo espírito do regime, de acordo com os seus paradigmas ideológicos disciplinadores, através de uma comunhão que se ensaia em cada gesto público.²²

As relações de domínio revestem-se de acções simbólicas de manifestação e exaltação do poder. Toda a utilização pública e visível de poder (ordens, actos de deferência, cerimónias, discursos ou títulos honoríficos) é um gesto simbólico de domínio que serve para manifestar e reforçar uma ordem hierárquica. No entanto, a aceitação de uma visão genericamente idealizada da ideologia reinante não garante a inexistência de conflitos e pode até proporcioná-los. O domínio ideológico define, contudo, a noção de (ir)realismo dos grupos subordinados e coloca certas aspirações e necessidades na esfera do impossível. Persuadir as classes dominadas de que a sua

²² MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, “O Estado Novo”, pp. 291-4.

condição, expectativas de vida e dificuldades são inalteráveis e inevitáveis, numa hegemonia limitada, produz os resultados comportamentais de aceitação pretendidos sem alterar necessariamente os valores pessoais. Num Estado que aspira a regenerar e formar os espíritos de acordo com as suas certezas indiscutíveis, a pedagogia de inculcação ideológica, simultaneamente impositiva, formativa e repressiva, é um dever inerente à própria função pública, aliás cuidadosamente saneada dos seus elementos indesejáveis. “Deus”, “Pátria”, “Autoridade”, “Família”, “Trabalho”, velhas bandeiras dos discursos político-ideológicos das direitas autoritárias e conservadoras, foram transformadas em dogmas do Estado Novo, em cartilha de mando e obediência. Uma vez convencidos de que nada pode ser feito para melhorar a sua situação, que permanecerá eternamente imutável, as críticas e as aspirações dos grupos dominados acabam eventualmente por extinguir-se:

When people feel that they cannot do much about the main elements of their situation, feel it not necessarily with despair or disappointment or resentment but simply as a fact of life, they adopt attitudes toward that situation which allow them to have a liveable life without a constant and pressing sense of the larger situation. The attitudes move the main elements in the situation to the realm of natural laws, the given and now, the almost implacable material from which a living has to be carved. Such attitudes, at their least adorned a fatalism or plain accepting, are generally below the tragic level, they have too much of the conscript's lack of choice about them.²³

Citando, a seguir, Pierre Bourdieu, esta investigação destaca: “Every established order tends to produce (to very different degrees and with very different means) the naturalization of its own arbitrariness” e “[os grupos subordinados] manage to refuse what is anyway refused and to love the inevitable”²⁴. Paul Willis conjuga as teorias de Hoggart e Bourdieu para esclarecer: “one of the most important general functions of ideology is the way in which it turns uncertain and fragile cultural resolutions and outcomes into a pervasive naturalism”²⁵.

Voltando novamente à discussão proposta na *História* dirigida por José Mattoso, a propaganda especificamente nacional funcionava como um complemento orientador das grandes linhas do regime para a cultura e as artes ou para a “educação nacional”, tarefa do respectivo ministério, assim crismado e remodelado no sentido da regeneração nacionalista dos espíritos pelo ministro Carneiro Pacheco, em 1936, em ambas

²³ HOGGART, Richard, *The Uses of Literacy: Aspects of Working Class Life*, London, Chatto and Windus, 1954, pp. 77-8.

²⁴ BOURDIEU, Pierre, *Outline of a Theory of Practice*, trad. Richard Nice, Cambridge, Cambridge University Press, 1977, pp. 164 e 77.

²⁵ WILLIS, Paul, *Learning to Labour*, Westmead, Saxon House, 1977, p.162.

colaborando pela via negativa e exclusória as várias censuras. A propaganda nacional baseava a sua acção formativa na grande mobilização política (edições, conferências, manifestações de apoio a Carmona e Salazar, campanhas eleitorais e desfiles comemorativos, de que se encarregava o partido único em colaboração com o SPN), no espectáculo político-cultural (salões de pintura, prémios literários, exposições coloniais, pavilhões nas exposições internacionais, “congressos científicos” e a Grande Exposição do Mundo Português), nos espectáculos populares (marchas populares e desfiles históricos, comédias filmatográficas e “teatro para o povo” do SPN), na encenação do fomento harmonioso e equilibrado (grandiosas inaugurações de “obras públicas” como hospitais, estádios, barragens, bairros nacionais e palácios de justiça), na evocação da grandeza reencontrada do “império” e dos seus heróis, na reconstrução da História do país, cujo verdadeiro fio condutor o nacionalismo do Estado Novo teria permitido restaurar, após o “século de trevas” do liberalismo. E essa reivindicação da História enquanto instrumento legitimador do regime atravessa praticamente todas as suas manifestações artístico-culturais. A nova ordem exteriorizava a sua autoridade e força militar ou paramilitar nos desfiles navais no Tejo, nas paradas do exército, nos desfiles da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa. A fé e a aliança legitimadora da igreja católica exprimia-se oficial e oficiosamente nas concentrações de Fátima, nas procissões solenes, nas missas campais, nos *Te Deum* em cerimónias oficiais, na bênção das tropas e das milícias²⁶:

É bem certo que o particular caldo cultural e social em que o regime mergulhava as suas raízes, o forte peso da ruralidade no viver e no pensar, filtravam, acomodavam, e até certo ponto minoravam quer a intensidade e o alcance do grande espectáculo mobilizador da propaganda oficial, quer a eficácia regeneradora da sua política das almas. (...) um autoritarismo conservador e avesso a todo o radicalismo, a toda a ameaça desestabilizadora dos seus delicados equilíbrios, mesmo que soprados da direita, levou a que os importantes contributos recebidos da iconografia, da decoração, dos métodos e da radicalidade ideológica e estética especificamente fascistas, fossem integrados, adaptados e moldados ao pretendido padrão do viver português.²⁷

CONTESTAÇÕES LOCAIS.

Paralelamente às encenações e discursos oficiais, agricultores, pescadores e moliceiros continuavam subsumidos nesse difícil quotidiano marcado por um baixíssimo nível de vida. O seu marcado conservadorismo político e ideológico, forjado

²⁶ MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, “O Estado Novo”, pp. 293-4.

²⁷ *Idem*, p. 294.

na ignorância, na pobreza e na obediência, manter-se-á mesmo depois do 25 de Abril. A apatia política, em geral, e o abstencionismo eleitoral, em particular, são importantes manifestações de um processo ideológico de automarginalização, pois “na sua maior parte, o campesinato não tem senão uma consciência difusa da sua submissão ao capital e, quando existe consciência, ela não envolve espontaneamente uma prática política ou sindical correspondente”²⁸.

A cuidadosa repartição das tarefas produtivas pelos membros do grupo familiar camponês, circunstância de que em grande medida depende a sua sobrevivência económica, está normalmente associada a um rígido sistema de autoridade, o qual garante uma generalizada subordinação ao chefe de família, homólogo a nível microcósmico do Chefe de Estado. Esta subordinação ultrapassa largamente a questão técnica da divisão do trabalho e estende-se até às mais vulgares decisões sobre consumos pessoais, repartição entre tempos de trabalho e lazer ou alianças conjugais. Compreende-se, assim, que o conservadorismo e a auto-exclusão social das classes camponesas, no que ambos implicam de conformismo relativamente ao sistema estabelecido de hierarquias político-sociais, encontrem nesta estrutura de socialização intrafamiliar fortemente hierarquizada óptimas condições de reprodução. Para José Madureira Pinto, contudo, “a inculcação de tais procedimentos, polarizada pelo sistema de autoridade familiar, não passa normalmente pela explicitação dos princípios abstractos que configuram a sua racionalidade instrumental, antes se concretiza através da imposição de uma prática reiterada das tarefas e adquire os seus títulos de legitimidade em princípios de natureza ético-religiosa, de cujo cumprimento se faz depender a sobrevivência do grupo familiar, porque, em suma, certas dimensões desta pedagogia do agricultor constituem, afinal, um prolongado rito de iniciação às sagradas tradições ancestrais da comunidade”²⁹.

Observando-se desvios, contestações ou violações das normas, a resposta orientava-se para o fortalecimento da coesão social, para o controlo das regras e dos deveres, em suma, para a conformidade. Esta ânsia de conformidade transparece na terminologia usada pela própria sociologia, com as noções de integração, sistema ou

²⁸ FAURE, Claude, *Agriculture et Capitalisme*, Paris, Éditions Anthropos, 1978, p. 214.

²⁹ PINTO, José Madureira, “Religiosidade, conservadorismo e apatia política do campesinato em Portugal”, *Análise Social*, vol. XVIII (70), 1982, p. 115. O autor observa igualmente que “nas colectividades camponesas do norte do país verifica-se uma propensão latente de certos grupos sociais para a apatia política ser contrariada por um processo de heterogestão de opiniões políticas, centrado num agente social especialmente dotado como é o sacerdote, para operar, de forma convincente, a transmutação de uma problemática política numa problemática ética, o que desemboca em ‘opções’ de voto de sentido conservador” (p. 125).

reprodução, tão frequentemente invocadas, na linha de uma tradição que tem em Durkheim um dos marcos mais importantes. A ideia de conformidade modelar, e a coesividade dada por essa conformidade às relações sociais, está na base da sociologia durkheimiana e da sua noção de consciência colectiva, que engloba crenças e representações comuns, compartilhadas com outros, por tradição, consentimento ou por qualquer forma de empatia³⁰.

Em *The Uses of Literacy*, Richard Hoggart relaciona sistematicamente as condições objectivas da existência do grupo com as suas condutas regulares ou regulamentadas, concebidas como uma actualização de princípios fundamentais que determinam a sua resposta às condições de vida³¹. Hoggart descreve uma constelação de atitudes e comportamentos determinados pela consciência difusa do destino colectivo do grupo, expressa no sentimento arreigado de pertença irreversível a uma comunidade, com suas limitações e constrangimentos. Esta idiosincrasia colectiva verifica-se no universo rural e marítimo em estudo, apesar das observações de Hoggart se reportarem à classe operária britânica da primeira metade do século XX. Tal comportamento traduz-se concretamente na valorização do círculo familiar e das relações próprias ao grupo restrito, na permeabilidade das relações familiares e de vizinhança, na utilização dos circuitos pessoais de solidariedade e entreajuda, no carácter local e comunitário tanto do lazer como da vida quotidiana e, sobretudo, na bipartição fundamental do universo social entre “eles” e “nós”, ou seja, no desdobramento do sistema referencial dos julgamentos e das acções, das disposições morais e das técnicas de relacionamento social. Para Hoggart, o sistema de valores das classes populares encontra-se tradicionalmente enformado pela lógica da sua condição e pelo respectivo *ethos* gerador de atitudes, que são fruto do seu cepticismo, conservadorismo e indiferença, dissimulados sob uma aparente disponibilidade, como protecção contra a autoridade e as solicitações das classes dominantes. As classes populares utilizam uma lógica peculiar na sua relação com realidades que não pertencem ao seu meio quotidiano, lógica que lhes permite utilizar, alternadamente e de acordo com as necessidades do momento, esquemas formalmente incompatíveis entre si de passividade e contestação pontual.

³⁰ DURKHEIM, Émile, *As Formas Elementares da Vida Religiosa: O Sistema Totêmico na Austrália*, trad. Paulo Neves, São Paulo, Martins Fontes, 1996 [1912].

³¹ Foi aqui utilizada a edição francesa: HOGGART, Richard, *La Culture du Pauvre: Étude sur le Style de Vie des Classes Populaires en Angleterre*, trad. Françoise e Jean-Claude Garcias e Jean-Claude Passeron, Paris, Les Éditions de Minuit, 1998 [1957].

No caso das comunidades piscatórias, o verdadeiro relacionamento com as instituições político-administrativas e com a própria sociedade burguesa em geral raramente foi pacífico, oscilando entre a indiferença e a insurreição inconcludente. Os pescadores, embora apreciados na retórica oficial pela sua luta diária com o mar, pelos seus trajes, costumes, barcos e folclore próprios, eram e deviam continuar a ser sempre um mundo à parte, que se visitava em passeio mas com o qual não poderia haver convívio regular. Os bairros de pescadores cederam progressivamente as melhores localizações da beira-mar ao turismo e à urbanização, sendo numa primeira fase muitas vezes apenas escondidos para que não incomodassem a sensibilidade burguesa. Para eliminar as habitações insalubres e “higienizar” os modos de viver, os pescadores são deslocados para a periferia das povoações, formando núcleos distintos, com escola, igreja, lojas e vendas frequentadas exclusivamente por marítimos. As Casas dos Pescadores do Estado Novo, também com competência para promover novas construções, reforçaram este destino de grupo.

O que perturbou as comunidades piscatórias não foi tanto a criação de estâncias de veraneio em locais desocupados ou a abertura de novas áreas residenciais. O problema surgiu quando os interesses incidiram sobre um mesmo ponto do litoral e se iniciou um processo de substituição gradual, através da proibição e incremento de actividades, segundo os interesses da nova clientela, como no caso já citado de Palheiros de Mira: “aos primeiros ataques isolados à unidade da aldeia, devido à preferência de novos processos de construção pela iniciativa particular sucedeu a sua destruição sistemática e acelerada: a pesca sacrificada ao veraneio, os pescadores deslocados para um local desabrigado, a proibição de consertar os palheiros, que ao fim de algum tempo começavam efectivamente a ameaçar ruína ou a cair”³². Teresa Soeiro e Francisco Lourido analisam a situação específica do litoral central português:

(...) o poder, local ou estatal, (...) preferiu simplesmente criar as circunstâncias favoráveis para que os palheiros fossem arrasados e substituídos pelas normalíssimas construções em pedra, tijolo e betão, raramente de qualidade. Entre os anos sessenta e os oitenta este foi o destino dos palheiros do litoral central. E quando eles estavam quase eliminados, assim como a arte xávega a que se encontravam estruturalmente ligados, os mesmos poderes dispersam alvoroçados e tentam remediar o mal, subsidiando artificialmente a preservação dessa forma de viver ou, o que parece algo mais aberrante, criando pastiches sobre uma realidade perdida.³³

³² BRITO, Raquel Soeiro de, *Palheiros de Mira: Formação e Declínio de um Aglomerado de Pescadores*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1960, pp. 10-11.

³³ SOEIRO, Teresa; LOURIDO, Francisco Calo, *Fainas do Mar*, p. 67.

Nas lutas pelo poder local, os caciques políticos jamais perderam ocasião para influenciar os arraiais das companhias do mar, acenando-lhes com promessas e prebendas, a fim de conseguirem o apoio da inúmera população de pescadores, na medida em que, pelo seu poder económico e social, os mestres usufruíam de uma maior capacidade interventiva nas comunidades. Nessas disputas, as companhias dos pescadores tiveram um papel preponderante, não só para votar nas eleições como também para persuadir os possíveis eleitores a não comparecerem às mesmas, ou ainda para demover pela violência ou ameaça aqueles que tentavam cumprir o seu dever.

Quase todos os movimentos de contestação da povoação de Ovar, por exemplo, tiveram como figurantes principais os pescadores, pessoas iletradas e facilmente conduzidas pelas ambições do caciquismo político. Em Junho de 1737, os pescadores das praias vizinhas levantaram-se contra António Pereira Valente, familiar do Santo Ofício e alferes da Companhia de Ovar, devido ao boato em que este fizera lavrar um acordão que impedia os pescadores do Furadouro, Torreira e Espinho de servirem no exército. Os pescadores e suas mulheres, armados de pedras e paus, acorreram à casa de Pereira Valente que, prevenido com munições e criados, saiu bem armado e acompanhado, passou incólume pela praça e foi para casa do juiz João José Gomes Fontes. O povo quebrou portas e janelas, de modo que se viram obrigados a retirar para a residência do vigário António de Sousa Cirne. Pereira Valente retirou-se para Vila da Feira, mas as gentes amotinadas prenderam o escrivão da Casa da Câmara, que invadiram e vandalizaram. Ao fim de três dias de motim, chegou o Ouvidor de Vila da Feira, que chamou os amotinados à Câmara, explicando-lhes que o acordão não lhes dizia respeito. Entretanto, Pereira Valente trouxe cavalaria de Aveiro, cuja intervenção já não foi necessária. Depois, veio o Provedor da Câmara de Esgueira devassar: culpou sete homens que fugiram e não tinham sido verdadeiros cabecilhas. Quanto a estes, como não apareceram no levantamento, nada lhes aconteceu³⁴.

Um segundo motim teve lugar no início do século XIX, em Julho de 1804. Os pescadores não aceitaram o aforamento de areais e pinhais baldios de Ovar, feito a favor de João Pereira de Sousa, alcaide de Vila da Feira e escrivão de sisas. Deste aforamento registou-se uma amotinação da classe que se julgava com plenos direitos às matas. O procurador do concelho, António Pereira de Lima, viajou para Lisboa com o intuito de fazer recolher o prazo que João Pereira de Sousa obtivera, acompanhado por oito arraiais

³⁴ Estas e outras narrativas encontram-se em: LARANJEIRA, Eduardo Lamy, *O Furadouro - O Povoado, o Homem e o Mar*, Ovar, edição da Câmara Municipal, 1984, pp. 257-63.

locais, que custearam a deslocação. Foram recebidos pelo rei e obtiveram decreto a dar-lhes satisfação. Em 29 de Agosto de 1805, ficou sem efeito o prazo e estabeleceu-se que o pinhal nunca se aforasse a pessoa alguma.

Durante as lutas liberais de 1828-1834, os arraiais das companhas alinharam sempre do lado vencedor. Em 29 de Junho de 1828, levantou-se a agitação favorável a D. Miguel, proclamado rei de Portugal nesse ano. Mas, a 19 de Abril de 1834, os arraiais procedem à aclamação de D. Maria II, legítima Rainha de Portugal, com muitos vivas de entusiasmo, e logo no dia seguinte assistem à posse da comissão municipal, dos liberais. Porém, a 4 de Abril de 1848, no rescaldo da Patuleia, durante os festejos do aniversário de D. Maria II, nem um só viva se ouviu por parte do povo reunido na praça.

Outro motim com certa amplitude passou-se em Julho de 1865 e foi provocado por bandos de pescadores que apedrejaram a residência do presidente da edilidade. Este mal estar nasceu do boato propalado na vila de que o presidente tinha ordenado o corte da madeira da mata para, desta maneira, conseguir dinheiro para construir a estrada de ligação entre Ovar e o Furadouro. A notícia fora levantada pelos adversários políticos da presidência, que manipularam os arraiais das companhas de pesca contra esta decisão. Perante o sucedido, João de Castro Corte-Real demitiu-se da Câmara. O problema do corte da madeira da mata nunca foi esclarecido convenientemente. De acordo com as intenções da Câmara, havia o propósito de dividir o terreno em talhões, cuja madeira seria cortada logo que atingisse certo dimensionamento, procedendo-se de imediato a nova sementeira, de modo a que nunca se verificasse falta de material lenhoso. Mas esta matéria jamais foi explicada à classe piscatória interessada no assunto.

Mais pacífica foi a aspiração a uma ponte que ligasse os areais da Torreira à Murtosa, que começou a ganhar voz em fins do século XIX e teve como primeiros defensores os arraiais das companhas de pesca. A resposta popular que começou a circular por volta de 1908 ilustra bem o cepticismo generalizado em relação à política e seus agentes:

Ó S. Paio da Torreira,
Arregaçai os calções,
Que aí vem muita chuva
Ou estão perto as eleições.

Também a Ria e seus recursos foram palco e argumento para movimentos de contestação por parte de moliceiros e pescadores. Quando, em finais do século XIX, se tentou proceder à regulamentação das pescas e da recolha de moliço na Ria de Aveiro,

logo se levantaram vozes de descontentamento e ameaças de insurreição, agravadas pela instituição de um período de defeso em 1868. O Director da Circunscrição Hidráulica de Coimbra, não dispondo de eficaz policiamento para o fazer respeitar, tentou a via suasória da cooperação dos párocos nas respectivas freguesias e solicitou auxílio ao Bispo, diligência de que nasceu uma pastoral do Prelado:

Causa indignação o ver a facilidade com que se fazem usurpações na Ria e nos terrenos públicos marginais e quase se chega a descrer da existência dos poderes desta boa terra de Portugal quando se sabe que todos os anos saem da Ria de Aveiro acima de duzentos barcos de peixe tão miudinho que, pelas suas diminutas proporções, não pode ser aplicado à alimentação e que por isso se destina ao adubo dos terrenos. Quantos centos de libras de pequenas enguias são anualmente destruídos pelos ancinhos dos apanhadores do moliço e que grandes somas se perdem pela falta de regulamentos que proibam tão abusivo costume nos meses de desovação do peixe?! Mas a apanha do moliço no tempo impróprio não é só a única causa de destruição do peixe; os pequenos indivíduos que escapam aos dentes dos ancinhos são em breve vítimas do terrível botirão, que é uma rede de malha apertadíssima e que depois de molhada se torna tão estreita que não deixa passar nada! O peixe apanhado assim nestas redes chama-se escasso e serve igualmente para adubo das terras, depois de ter passado ao estado de putrefacção.³⁵

Sobre os poderes públicos lamentava o Bispo que “uma das causas dos nossos males sociais é a facilidade com que se promulgam leis e se decretam providências para não se executarem ou para se suspender a sua execução logo que se levante contra elas ou o mais insignificante atrito ou o mais fútil interesse político”. Aos pescadores e moliceiros aconselhava “que não se deixem desvairar por tentativas de resistência aos mandatos do Governo porque podem encontrar nelas não remédio para os seus males mas a desgraça para os seus filhos e famílias”. E a crise eclodiu em 1904, segundo o *Jornal da Murtosa* de onze de Julho: “Aí pelas onze horas da manhã, dirigindo-se os cabos de polícia do Bunheiro à Ria a fim de policiar e reprimir o abuso da apanha do moliço na mesma, os molíceiros, já prevenidos para a resistência, cercaram com os seus barcos, em número de cinquenta, o barco dos ditos cabos”. N’*O Concelho de Estarreja* lê-se: “começam os moliceiros por desarmar os cabos, apoderando-se das armas e acabando por os espancar fortemente e ferir, até, alguns deles em diversas partes do corpo”. A doze de Julho, foram presos parte dos moliceiros agressores e, no dia seguinte, oitenta marcharam sobre Estarreja no declarado intuito de forçar a cadeia e libertar os detidos. A iminência de uma força militar requisitada a Aveiro e a intervenção apaziguadora do administrador do concelho atalharam o desacato.

³⁵ Documentação citada por: CUNHA, José Tavares Afonso e, *Notas Marinhoas: Notícias Históricas do Concelho da Murtosa e das Duas Freguesias Marinhoas do Concelho de Estarreja*, vol. V, Estarreja, edição do autor, 1995, p. 146 e segs.

Publicado o regulamento de 28 de Dezembro de 1912, pescadores e moliceiros saíram para a rua a clamar pelo seu direito ao trabalho, a gritar por pão e a ameaçar ir buscá-lo onde quer que estivesse. As autoridades alarmaram-se, chamaram o exército e a Murtosa esteve em estado de sítio durante três dias. A 5 de Maio de 1913, noticiava o agora intitulado *O Povo da Murtosa*:

De todo o alvoroçado movimento que na passada semana tanto agitou o povo desta freguesia resta apenas a recordação das tormentosas incertezas que muitos experimentaram e a mágoa de ainda se reterem encarcerados alguns daqueles desgraçados que uma torturante exigência de estômagos vazios levou a reclamar tumultuariamente o que em vão haviam humildemente implorado. Voltou o sossego a restabelecer a normalidade da vida deste povo que duas classes, reclamando por um dos seus mais sagrados direitos – o direito ao trabalho –, haviam inquietado. Não lhes podendo ser permitido o livre exercício das suas indústrias, pela remodelação do regulamento da pesca e apanha de molicho na nossa Ria, na parte em que obriga a quatro meses de defeso, foi-lhes no entanto facultado trabalho em obras na Ribeira de Pardelhas..., àqueles que, à minguia de recursos, viam a fome com todo o seu negro cortejo de misérias e dores bater-lhes à porta... Mas o que exigia toda essa grande multidão de famintos? O rio livre, trabalho ou pão! Que os deixassem trabalhar, clamavam essas pobres criaturas.

Foram os comerciantes da freguesia, receando assaltos aos respectivos estabelecimentos, quem representou ao Governador Civil e instou pela solução que se traduziu no subsídio para obras na ribeira de Pardelhas. Assinalava o jornal com satisfação: “Caso singular a registar: em todos os três dias de desordenada agitação, não houve o menor incidente a perturbar as intenções pacíficas dos amotinados”. Extravassando da necessidade extrema dos pescadores e moliceiros para a generalizada má vontade das populações ribeirinhas e levedada pelo tempo, a revolta manifestou-se também nos lavradores de Salreu que, em 9 de Dezembro de 1916, a toque de sinos a rebate, se congregaram na sua ribeira contra os marinheiros que lhes capturavam as bateiras faltosas à obrigação de matrícula. Ainda d’*O Povo da Murtosa* de 16 de Dezembro:

No sábado, de tarde, chegou ao Ribeiro de Salreu uma das lanchas ao serviço da Capitania do Porto de Aveiro a fim de rebocar para aquela cidade as caçadeiras e demais embarcações que ali fossem encontradas sem a respectiva numeração. Chegados os marinheiros em sua perseguição, começaram os sinos a tocar a rebate, pelo que acudiu muito povo que desarmou os marinheiros, que eram uns nove ou dez, ficando-lhes com as armas, tendo atirado com elas sobre a lancha, esburacando-a bastante. Travada a refrega, os marinheiros levaram a pior, sendo fortemente espancados, pelo que cinco deles tiveram de recolher ao hospital de Aveiro, onde se acham em estado bastante grave. Veio pôr termo à desordem um forte aguaceiro que fez fugir o povo, aproveitando os marinheiros a ocasião para se porem a salvo na lancha, que houveram de tapar com barro para poder levá-los a Aveiro.

Os insurgidos tiveram um ferido a tiro e o administrador do concelho, pela sua actuação ou falta de actuação subsequente, foi pouco depois suspenso e substituído. As armas apareceram danificadas no largo da igreja matriz e os considerados cabeças do motim foram julgados e absolvidos em tribunal militar de Viseu. A fiscalização continuou, com pescadores a verem as suas redes apreendidas e queimadas e com alguns deles, surpreendidos em transgressão, mortos a tiro ao tentarem fugir. Não se chegou a constituir um serviço regular de assistência aos impedidos de trabalhar e os auxílios pontuais com limpeza das ribeiras e reparação ou construção de estradas, apesar de suportáveis para os moliceiros, eram verdadeiros trabalhos forçados para os pescadores, estranho como era à sua arte o manejo das pás, enxadas e padiolas.

Jaime Afreixo assinou algumas das páginas mais contundentes sobre os excessos cometidos por pescadores e moliceiros e a manifesta dificuldade em os regulamentar, advogando a repressão com recurso à violência, num discurso de tons belicistas³⁶. Naturalmente que foi grande o regozijo da imprensa local aquando da sua substituição no cargo de Capitão do Porto de Aveiro, em 1918: “O abandono do cargo de Capitão do Porto de Aveiro pelo Sr. Jaime Afreixo era reclamado instantemente pelos pescadores da Murtosa, por todos os pescadores desta região... Por todos. Nós temos pelo Sr. Jaime Afreixo, como homem, toda a consideração que outro homem nos merece, como militar sabedor, todo o apreço a que tem direito. Como Capitão do Porto de Aveiro, porém, nunca o pudemos tragar. E S. Ex^a sabe-o perfeitamente”³⁷.

No artigo “Pescas Nacionaes: A Região de Aveiro”, Afreixo começa por estabelecer uma dicotomia entre os pescadores da Murtosa e os pescadores de Aveiro. Os primeiros, sabedores do ofício, embora se servissem muitas vezes de redes de malha proibida, poriam em prática os artifícios do verdadeiro pescador. Os pescadores de Aveiro, pelo contrário, faziam consistir toda a sua habilidade no emprego das chinchas e dos botirões, artes que exerciam uma acção destruidora no leito da Ria, enquanto o pescador aguardava tranquilamente no barco: “E d’esta circumstancia resulta que se uma ou outra vez, algum funcçionario zeloso tem tentado fazer cumprir a lei e os regulamentos da pesca, pondo cobro a esta pratica abusiva, elles de prompto se levantam, em grande massa e altos berrros, a protestar que o que se pretende é fazel-os

³⁶ AFFREIXO, Jayme, “Pescas Nacionaes: A Região de Aveiro”, *A Tradição – Revista Mensal d’Ethnographia Portuguesa Illustrada*, Serpa, vol. V, 1903, pp. 24-6.

³⁷ *O Povo da Murtosa*, Janeiro de 1918.

morrer de fome”³⁸. Daqui conclui que o pescador da Murtosa, se “convenientemente guiado”, poderia integrar uma norma de pesca, contribuindo para a formação de uma indústria séria e digna. No pólo oposto:

Os do sul da ria – a tal classe da *gente da beira-mar* – estes que usualmente se envergonham do cognome de pescadores, logo que presentem indícios de vida nova, alliam-se n’essa ocasião aos miseros que outro recursos não têm além d’uma pequena bateira e a chinha, aos indigentes que verdadeiramente constituem a classe piscatoria da ria; e mano a mano com estes desgraçados, não se envergonham então do mistér, e fazem crer aos incautos que ha aqui uma enormissima colonia que vive unica e exclusivamente da industria da pesca.³⁹

Para Afreixo, este sistema conseguira manter a rotina da pesca na Ria inalterada ao longo de séculos. Os pescadores que não se deixavam “guiar convenientemente”, apresentando-se como pobres e miseráveis nos momentos críticos, dispunham de tanta influência e poderio que minavam certeira mente todas as actividades e exerciam uma acção irreversível na conservação do *status-quo*. Acaba por ser difícil identificar os verdadeiros culpados visados por Jaime Afreixo e qual o verdadeiro motor e alcance do seu poder. No entanto, as medidas coercivas a adoptar contra os prevaricadores são muito mais explícitas:

E para terminar esta critica preliminar, que já vae longa, mas é indispensavel para cabal entendimento do que é a pesca nas aguas interiores da região d’Aveiro, citarei finalmente a seguinte apreciação do sr. João Miguel Rosa, delegado no inquerito da pesca de 1890, na zona do Norte: ‘Creio por isto, que duas lanchas canhoneiras, do menor calado de agua possivel movidas por meio de rodas lateraes ou, melhor, por uma roda na pôpa, munidas de uma metralhadora e algum armamento de mão, e tripuladas pelo maximo de 18 pessoas, sob o commando d’um official subalterno, conseguiriam estabelecer o dominio da lei na extensa ria d’Aveiro, com pouca ou nenhuma resistencia; resultado este que nunca se ha logrado com as providencias, verdadeiramente theoricas, que em geral teem sido adoptadas, nem se obterá com o simples concurso dos guardas da respectiva circumscripção hydraulica, os quaes, operando isolados ou em pequeno numero, se veem a miudo forçados a ceder perante a força de um argumento empregado pelos infractores, argumento que se reduz ao manejo de um utensílio de lavoura, que por alguns é denominado *meia lua*, e que vulgarmente é conhecido pelo nome de foice roçadoura. Só com o emprego de taes meios use conseguirá pôr termo ao inclassificavel abuso dos pescadores venderem para escasso (...) só assim se lograva cercar do prestigio a auctoridade.⁴⁰

O próprio autor admite que são talvez violentas as providências indicadas mas, segundo ele, o tempo transcorrido teria provado que, com meios dissuasórios, nada se conseguia na Ria de Aveiro. Ressalva, porém, que a crise consequente só se faria sentir nos pescadores de Aveiro porque, mais uma vez, os da Murtosa iriam decerto procurar

³⁸ AFFREIXO, Jayme, “Pescas Nacionaes: A Região de Aveiro”, pp. 24-6.

³⁹ *Idem, ibidem.*

⁴⁰ *Idem, ibidem.*

as pescas onde quer que elas fossem produtivas, numa migração forçada até grande distância dos seus lares.

Após a primeira década do século XX, as fontes locais e nacionais não registam mais nenhum movimento de contestação digno de nota na região lagunar. Tal lacuna dever-se-á ao facto de nenhum levantamento, motim ou contestação ter efectivamente ocorrido ou, então, de não ter sido divulgado na imprensa nem registado pelos historiadores da região. Na distribuição geográfica que Fernando Rosas elabora para os “motins camponeses” dos anos quarenta, não se encontra nenhuma ocorrência em localidades relacionadas com a construção e propriedade de barcos moliceiros. Cronologicamente, as primeiras notícias de motins chegam ao Ministério do Interior nos inícios de Abril de 1941 e a insubordinação camponesa multiplica-se em manifestações pontuais várias que se prolongam até 1947, com um máximo de conflitos em 1943. Regionalmente, detectam-se motins em praticamente todos os distritos a norte do Tejo e no Algarve, mas com uma incidência particular nas freguesias e concelhos dos distritos de Braga, Porto e Aveiro, zona por excelência da pequena propriedade. Em Estarreja, por exemplo, os lavradores impedem o fornecimento de leite às fábricas aos preços tabelados. No entanto, Estarreja não pode ser considerada uma localidade “moliceira”⁴¹.

OS CONGRESSOS DE AVEIRO.

Destas leituras se depreende que as diversas formas de contestação, revolta ou desobediência popular foram invariavelmente reprimidas e logo ignoradas pelas autoridades, sem que nenhuma alteração estrutural se verificasse no quotidiano das gentes da região. No contexto urbano de Aveiro, porém, simultaneamente tão perto e tão longe da Ria, as classes cultas e politicamente empenhadas organizaram uma sequência de eventos marcantes para a história contemporânea do país: os congressos republicanos e de oposição democrática de 1957, 1969 e 1973, onde foram analisadas questões locais e nacionais, com a participação de centenas de pessoas vindas de todo o país.

Na sequência destes eventos nasceu uma espécie de ideologia local, uma auto-imagem muito cultivada de resistência e independência, ainda hoje sentida e expressa por parte daqueles que directa ou indirectamente viveram os congressos de Aveiro. Esta tende a ser caracterizada como uma cidade onde sempre se prezou a liberdade, intrinsecamente opositora do regime de Salazar. Os depoimentos orais de

⁴¹ ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra: 1939-1945*, Lisboa, Estampa, 1990, pp. 408-9.

individualidades locais que testemunharam esse período, mercê dos seus cargos públicos ou políticos, repetem que se tratava de uma região malquistada pela ditadura, independente na sua ideologia, com reduzida influência da polícia política, furtando-se contudo a comentários pessoais ou muito alongados sobre as décadas que antecederam o estabelecimento da democracia⁴².

O *Boletim Municipal de Cultura* da Câmara Municipal de Aveiro, de 1999, transcreve os discursos proferidos durante as comemorações locais do vigésimo quinto aniversário do III Congresso da Oposição Democrática, celebradas a 4 de Abril de 1998, cuja sessão solene foi presidida pelo Presidente da República, que entregou à cidade de Aveiro as insígnias do grau de membro honorário da Ordem da Liberdade. No discurso de Flávio Sardo, “Firmes e unidos em defesa da liberdade e da democracia”, lê-se, entre outras passagens de retórica inflamada: “Estamos aqui, irmanados no mesmo sentimento que nos uniu em 8 de Abril de 1973, dispostos a afrontar o despotismo e a prepotência, em defesa das liberdades democráticas”⁴³. A realidade histórica justifica em parte algumas destas opiniões.

No século XVIII, verifica-se a importância que teve a região de Aveiro, a exemplo de todo o centro litoral, como palco principal das lutas anti-senhoriais no final do Antigo Regime. Desde o início do século XIX, há um protagonismo relativamente saliente da cidade e da região no processo de instalação e desenvolvimento da sociedade liberal. Acolheram favoravelmente o pronunciamento militar de 24 de Agosto de 1820 e a instalação do regime liberal e apoiaram a revolução anti-miguelista de 1828. Eram de Aveiro seis dos dez enforcados no Porto. Uma importante base social de apoio ao regime liberal eram os prósperos comerciantes aí estabelecidos e ligados ao comércio externo. Além de se tratar de uma classe tradicionalmente liberal, tinha especiais razões para estar grata ao novo regime, pelo combate que este desencadeou contra certos privilégios da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro. É nessa linha que se compreendem também os apoios que aqui recebe o Setembrismo, que estabelece em Janeiro de 1837 a pauta proteccionista e lança um programa de fomento industrial. A região favoreceu o desenvolvimento da propaganda republicana e apoiou a República, com algumas manifestações anti-clericais.

⁴² As fontes contactadas em entrevistas e correspondência pessoal incluem políticos, professores universitários e directores de organismos públicos.

⁴³ *Boletim Municipal de Cultura*, nº 31-32, Câmara Municipal de Aveiro, 1999, pp. 6-7.

Os congressos realizaram-se sempre em vésperas das chamadas “eleições” para a Assembleia Nacional, com a justificação de que a oposição precisava de organizar-se para concorrer ao acto eleitoral. Algo que Salazar e Caetano desejavam, procurando dar ao mundo a imagem de um país livre. Correspondem também a fases de crise e de viragem do regime e a plataformas da oposição para se reagrupar em torno de novos objectivos de curto ou médio prazo. Em 1957, aumentou o isolamento interno do regime, com o refluxo do apoio tradicional das camadas médias da população e o início de um novo ciclo na unidade democrática, que terá a sua mais forte expressão política nas eleições com a presença do general Humberto Delgado, no ano seguinte. Em 1969, deu-se a queda política de Salazar, o que, independentemente das expectativas criadas, lançou a oposição democrática numa nova dinâmica. Em 1973, perante um regime isolado interna e externamente, esgotado e sem capacidade de auto-renovação, na fase final do declive para a extinção, pela primeira vez aparece formulada em termos concretos (e não apenas de aspiração) a alternativa democrática.

O I Congresso Republicano, em 6 de Outubro de 1957, realizou-se durante os chamados “anos de chumbo” do regime (1950-1958). Com efeito, a partir de 1949, o Estado Novo retomara o pleno controlo da situação política interna: a derrota e desarticulação das oposições no rescaldo da crise dos anos 40, a recomposição da unidade relativa no seio do regime e os efeitos nacionais do ambiente da “guerra fria” tinham restituído ao país a modorra cinzenta e, à superfície, quase despolitizada de uma vida sem surpresas. Marcelo Caetano mantinha afinidades pessoais e políticas com alguns caciques e dirigentes regionais da União Nacional e da administração local, designadamente com vários governadores civis, como no caso notório do de Aveiro, Francisco José Rodrigues do Vale Guimarães (governador civil do distrito de Aveiro entre Abril de 1954 e Janeiro de 1959 e entre Novembro de 1968 e Fevereiro de 1974). Foi, por isso, surpreendente a autorização concedida por este governador civil e pelo ministro do Interior, Trigo de Negreiros, para que se realizasse o I Congresso Republicano de Aveiro, impulsionado por Mário Sacramento, intelectual ligado ao Partido Comunista Português, e que decorreu sob o signo da unidade. E unitárias eram as listas da oposição improvisadamente apresentadas às eleições para deputados, de Novembro de 1957. A oposição concorrerá unicamente aos círculos de Lisboa, Porto, Braga e Aveiro, mas acabará por desistir, com as alegações habituais⁴⁴.

⁴⁴ MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, “O Estado Novo”, pp. 503-4 e 523. Ver também a seguinte “cronologia” para o ano de 1957: “Janeiro: tentativa governamental de tutelar as

No II Congresso Republicano de 1969, o traço dominante não era já o do republicanismo tradicional. Além de elementos das áreas comunista e socialista, muitos jovens ainda estudantes ou saídos das crises académicas de 1962 e católicos em maior número participaram sob diversas formas. Do ponto de vista programático, dois grandes temas irão dominar até 1973 a polémica no campo oposicionista: o problema colonial e a questão dos monopólios e da democracia.

O Congresso da Oposição Democrática de 1973 seguiu uma perspectiva de alternativa ao regime, com formulações políticas globais. Neste congresso foram apresentadas mais de duzentas teses sobre temas tão diversos como o desenvolvimento económico e social, urbanismo e habitação, educação, cultura, juventude, segurança social e saúde, estrutura e transformação das relações de trabalho, organização do estado e direitos do homem, política internacional, etc. Abandonaram-se as abstracções e as simples denúncias casuísticas dos atropelos aos direitos dos cidadãos, para se passar a estudar a natureza do estado fascista, apresentando um conjunto coerente de propostas sobre as bases do estado democrático e a articulação estreita que se estabeleceria entre a instauração da democracia e o fim da guerra colonial. Defende-se abertamente o fim da guerra colonial e o início de negociações com vista à concessão da independência a Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e marca-se o regresso à unidade eleitoral e à táctica de concorrer para agitar, sem ir às urnas, como acontecerá em Outubro de 1973. Eram três os objectivos principais na estratégia deste Congresso: demonstrar a inviabilidade da democratização do regime, afirmar uma alternativa a partir de uma plataforma política comum à oposição democrática e organizar a oposição em termos que lhes permitisse captar e mobilizar a generalizada insatisfação pública. Ao contrário dos anteriores, este Congresso teve uma organização descentralizada, aberta aos democratas de todo o país. Participaram não apenas intelectuais mas também trabalhadores, sobretudo da área dos serviços, e muitas mulheres, quase completamente ausentes das edições anteriores.

associações de estudantes (decreto-lei nº 40.900). Recuo do governo face ao movimento estudantil. Fevereiro: visita a Portugal da rainha Isabel II. Junho: julgamento, no Tribunal Plenário do Porto, de 50 jovens, por pertencerem ao MUD juvenil. 14 de Setembro: realização do V Congresso (III ilegal) do PCP. Aprovação da linha de “transição pacífica” para derrubar o regime. Setembro: instituição das Corporações da Lavoura, Transportes e Turismo, Crédito e Seguros, Pesca e Conservas. 6 de Outubro: I Congresso Republicano de Aveiro. 3 de Novembro: eleições legislativas. A oposição, novamente reunida, apresenta listas em alguns distritos, mas desiste, denunciando a ausência de condições mínimas de seriedade do acto eleitoral. Dezembro: formação, em Paris, do Movimento Anticolonial” (vol. VIII, “Cronologia”, p. 345).

Em 1971, fora negada autorização para a realização de um outro congresso. Em 1973, o governo pensava poder circunscrever o acontecimento de Aveiro e apresentá-lo como um comício à porta fechada. Era indispensável para alcançar os efeitos pretendidos pelo governo que os jornalistas estrangeiros chegassem a Aveiro com uma interpretação prévia sobre o significado do que iria passar-se. A partir das comissões concelhias e distritais, promoveram-se em todo o país centenas de reuniões preparatórias e sessões públicas, para esclarecer as populações sobre a importância do Congresso e apelar à sua participação. Muitas dessas reuniões foram proibidas, reprimidas e presos os seus responsáveis. Esta orientação de trazer o Congresso para a rua apanhou o governo desprevenido. Nas vésperas da abertura foram mobilizadas grandes forças policiais para Aveiro, com grande presença de agentes da Pide. O acampamento da juventude foi desfeito e as forças da PSP cercaram a cidade. As excursões dos democratas em comboios e autocarros eram detidas fora da cidade e identificados os passageiros. Alguns comboios das carreiras normais foram mesmo impedidos de parar em Aveiro. Muitas centenas furaram o bloqueio, vindo a pé pelas estradas ou atravessando os campos. As autoridades propalavam notícias falsas sobre grandes alterações públicas que estariam a verificar-se em Aveiro, criando um clima propício à repressão policial, o que aconteceu na manhã do último dia do Congresso, em plena avenida Lourenço Peixinho, quando os manifestantes se dirigiam em romagem ao túmulo de Mário Sacramento. Solidária, a população escondeu e acolheu os democratas em risco de serem espancados e presos⁴⁵.

EXPRESSÃO POPULAR E CONTROLO POLÍTICO-INSTITUCIONAL.

Para lá deste historial de ocorrências baseadas na contestação mais ou menos assumida e organizada, as camadas populares da zona ribeirinha manifestaram preferencialmente os seus ideais e preocupações através de formas simbólicas como, no presente caso, as pinturas e as legendas dos barcos moliceiros.

⁴⁵ “O marnoto contrata um ou dois moços para a safra na Feira dos Moços junto aos Arcos, em Março (...) Em 1973, quando do Congresso democrático, estávamos debaixo dos Arcos para sermos contratados e fomos corridos à bastonada pelos polícia de choque do Salazar” (LEMOS, João, *A Ria de Aveiro: Um Olhar de Resvés*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1996, p. 87). É também violenta e significativa a imagem da polícia de choque a carregar sobre os manifestantes oposicionistas à saída do III Congresso da Oposição Democrática, publicada em: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, *A Vida das Imagens*, Lisboa, 1989, p. 124.

O espaço social e as suas produções culturais são, também eles, potenciais espaços de resistência ou de obediência ao poder. A importância do moliceiro como veículo de discurso popular advém menos da sua relativa imunidade à vigilância externa do que do facto de ser o principal foco de expressão não-autorizada dos habitantes e trabalhadores locais. O anonimato do pintor, juntamente com o contexto de trabalho que coloca os emissores e os receptores intervenientes em pé de igualdade, faz com que a pintura popular da embarcação se torne num domínio onde os rituais, privilégios e deferências institucionalizados não actuam de forma tão marcada. Aplicando os conceitos de Bakhtin, atmosferas como esta encorajarão formas de expressão distantes do mundo da hierarquia e do ritual: a paródia, o ridículo, a blasfémia, o grotesco, a escatologia, a contestação, como um contra-ritual dos valores oficiais. A piedade, humildade, subserviência, seriedade e respeito das regras de comportamento oficiais são substituídas por padrões de discurso e conduta de outro modo criticados⁴⁶.

Os principais veículos de transmissão e divulgação da ideologia popular estão relacionados com artes e ofícios que implicam mobilidade física, de que é exemplo a recolha de moliço e seus respectivos barcos. A mobilidade dos meios faz deles mensageiros culturais e elos de ligação social entre comunidades subordinadas, permanecendo contudo comparativamente autónomos e livres de âncoras sociais. Nestes casos, o artista popular assemelha-se, de certo modo, ao pároco, pois ambos estão dependentes da audiência comunitária local e transmitem mensagens culturais próximas do seu público, apesar de estas serem muitas vezes antagónicas.

A arte do moliceiro tende a ser encarada como primitiva, rude, simples manifestação do pitoresco local. Durante décadas, monografias e estudos etnográficos repetiram estes qualificativos, após uma observação à distância norteadas pelo preconceito da superioridade cultural. Mesmo actualmente, determinadas obras tendem a encarar a atenção prestada ao fenómeno como acto de generosa condescendência. Com efeito, os erros ortográficos gritantes, a singeleza de muitas cores e imagens e os temas de âmbito regional parecem denunciar a proveniência de uma comunidade fechada sobre si e ignorante. No entanto, muitas vezes, ao encenar ostensivamente a sua própria ignorância, os actores sociais estão a utilizar criativamente os estereótipos designados para os estigmatizar. Sendo superiormente considerados ignorantes e sabendo que uma acção directa terá sérias consequências, escondem a crítica por trás da

⁴⁶ BAKHTIN, Mikhail, *Rabelais and His World*, trad. Helene Iswolsky, Bloomington, Indiana University Press, 1984.

máscara da ignorância. O uso sistemático da ignorância por parte dos camponeses para iludir as elites e o Estado levou Eric Hobsbawm a afirmar: “The refusal to understand is a form of class struggle”⁴⁷.

Estas condições maximizam a coesão e a unidade da cultura do grupo, que partilha a mesma autoridade e os mesmos riscos, que convive exclusivamente entre si e depende de um elevado grau de cooperação e solidariedade. Para a comunidade, todos os aspectos da vida social – trabalho, autoridade, relações interpessoais, tempos livres – servem para estreitar e glorificar a noção de classe, como se pode verificar no caso das comunidades piscatórias. Pelo contrário, uma classe trabalhadora integrada numa comunidade mista, com actividades diferenciadas e reduzidamente interdependente, possui uma vida social que dispersa os seus interesses e, por consequência, a consciência social. Tal é o caso dos moliceiros, espalhados pela Ria em micro-unidades de produção, perdidos entre o campo e o mar, nem agricultores nem pescadores. As suas condições de vida e trabalho foram sempre duras e precárias, a sua categoria profissional nunca foi reconhecida e, para usufruir dos benefícios das Casas dos Pescadores, tinham que inscrever-se como marítimos, o que não passava de um estratagema generalizado. O regime corporativo permitia a prática deste tipo de profissões não corporativas, como complemento de rendimentos individuais e familiares, enquanto actividades de subsistência, desprovidas de sindicato e estatuto legal. Mas esta dispersão contribuiu também para multiplicar os seus referentes culturais, circunstância comprovada pela diversidade temática abrangida pelos painéis dos barcos moliceiros. As comunidades, principalmente as mais isoladas, desenvolvem os seus próprios códigos, mitos, heróis e padrões sociais. Os seus padrões linguísticos divergem gradualmente dos estabelecidos, num processo que, se levado às últimas consequências, poderia originar um dialecto incompreensível aos falantes externos. No caso presente, origina uma produção cultural distinta que utiliza simultaneamente o código pictórico e o código linguístico, sem paralelo no panorama da arte popular portuguesa, baseada na simbolização do confronto ou da complementaridade existente entre a comunidade e o exterior.

Grande parte da expressão cultural das classes populares tem uma forma oral ou visual, e só mais raramente escrita, o que singulariza ainda mais a arte do moliceiro, com a sua combinatória de sistemas semióticos em co-presença. Esta tradição, devido

⁴⁷ HOBBSAWM, Eric, “Peasants and Politics”, *Journal of Peasant Studies*, nº 1, Outubro 1973, p. 13.

ao seu meio de transmissão, assegura uma multiplicidade significativa que faz dela um veículo ideal de afirmação cultural. A cultura popular obtem, assim, o anonimato protector da propriedade colectiva, constantemente ajustada, revista, abreviada ou, se necessário, ignorada, tal como é visível na constante pintura, repintura e rasura de novos e velhos painéis. Uma imagem-legenda potencialmente satírica ou subversiva pode ser interpretada de variadas maneiras: desde a versão aparentemente inocente perante um observador hostil, até à versão declaradamente crítica ou jocosa, frente a uma audiência segura. Os espectadores desta última interpretação apreciarão particularmente o significado oculto da primeira versão inócua. Esta questão adquire especial pertinência pelo facto de todas as formas de expressão e criatividade, entre as quais se incluem os painéis dos moliceiros, terem estado sujeitas ao controlo da censura oficial, a mais duradoura instituição da II República, pois existiu praticamente sem interrupção desde Maio de 1926 a Abril de 1974.

Seguindo, mais uma vez, a *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, a liberdade de expressão do pensamento era alvo da particular atenção de um regime sempre extremamente zeloso com a tutela preventiva da opinião pública. O Estado Novo desenvolveu três tipos de medidas para limitar as perversões e excessos da livre expressão e, simultaneamente, educar as mentalidades nos “bons princípios”: medidas preventivas, repressivas e formativas. A censura prévia era o vértice e o elemento essencial deste sistema, antes de mais assente na repressão preventiva, no evitar o risco de se deixar escrever, falar ou mostrar. Instaurada pela ditadura militar em Maio de 1926 e novamente regulamentada por Salazar em Abril de 1933, sintomaticamente a par do estabelecimento das novas instituições e da reorganização da polícia política, a censura prévia dependeria do Ministério do Interior e, a partir de 1944, do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo⁴⁸. A repressão *a posteriori*, dentro desta lógica essencialmente preventiva, haveria de ser menos frequente, para corrigir as (mesmo assim razoavelmente numerosas) desatenções ou incapacidades dos censores e para punir o dolo ou a contumácia dos prevaricadores. Quanto às publicações periódicas e não periódicas, a repressão ia desde a multa à apreensão administrativa, podendo chegar à suspensão ou até ao encerramento do órgão em causa, independentemente das

⁴⁸ Decreto lei nº 33.545, de 23 de Fevereiro de 1944, que cria o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, no qual são integrados os serviços de imprensa, de turismo, das exposições nacionais ou internacionais, de radiodifusão e de censura.

eventuais represálias político-policiais. Medidas idênticas foram aplicadas aos espectáculos teatrais e às companhias e actores que os protagonizavam⁴⁹.

No entanto, durante o regime ditatorial, os painéis dos moliceiros exprimiam uma veia mais satírica do que contestatária, preferindo visar os pequenos casos locais e as personagens anónimas do quotidiano da Ria. A política, o país, passavam-lhe tradicionalmente ao lado. Por medo ou por simples ignorância? Por ambas as razões. Uma região tão isolada e pobre sabe apenas aquilo que lhe é ensinado nos livros da instrução primária, pregado pelo padre na missa de Domingo ou imposto pelas autoridades em cada novo decreto: trabalhar, obedecer, resignar-se, respeitar as autoridades, amar a pátria, temer a Deus. Mas sob a capa da hegemonia, o contestatário pode sempre esconder o desafio e a troça e fazer passar a sua mensagem dúplice com relativa imunidade. Por isso, o regime não descurou a supervisão destes potenciais meios de comunicação (logo, de subversão) popular.

Nos contactos estabelecidos e nas pesquisas efectuadas, não se localizaram provas nem testemunhos da eventual influência, supervisão ou censura da polícia política sobre os painéis dos barcos moliceiros. Contudo, entre 7 de Maio de 1957 e 31 de Dezembro de 1964, a Capitania do Porto de Aveiro procedeu à transcrição e descrição sistemática dos quatro painéis e respectivas legendas de cada novo moliceiro registado nos seus livros, aquando do momento da matrícula. No espaço dedicado às anotações ou num simples intervalo em branco da respectiva página de registo, podia ler-se, por exemplo (CD I, Ilustrações Complementares, 26):

Tinha escrito

A.BB – Monte Murtosa: 4-5-1957.

A.EB – Mtre. José Agostinho Henriques M.

A.BB – Até choras Francelina.

A.EB – Nós somos da beira-mar: 1957.

Registo do 9846-M, em 7 de Maio de 1957.

AV.BB – Mestre Joaquim Raimundo (um homem em cabelo, com dragonas e divisas de cabo, empunhando uma espada, com a noiva ao lado, olhando para uma flor).

AV.EB – Eu vivo das flores (uma rapariga entre flores).

AR.BB – Murtosa 29-10-1959 (cavaleiro de botas altas, esporas, sobre a montada, com uma bengala ao ombro).

AR.EB – Campeões do arrolado (dois moliceiros, um em cabelo com engaçó ao ombro, e outro de barrete e ancinho ao ombro).

Registo do A80-M, em 5 de Novembro de 1959.

⁴⁹ MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, “O Estado Novo”, pp. 274-5.

AV.BB – Vamos até a Gafanha com esta flor (um homem a cavalo e ao lado uma mulher com uma flor na mão).

AV.EB – *Legenda não transcrita* (um homem de boné e calça branca e blusa azul, no interior duma circunferência, com um vaso de flores junto).

AR.BB – Sinto teu gosto flôr 11-8-1961 (um homem e uma mulher apertando as mãos).

AR.EB – Rainha da paz 1961 (uma imagem de Nossa Senhora, ornamentada de flores).

Registo do A257-M, em 11 de Setembro de 1961.

Legendas nos painéis

AV.BB – Um homem a cavalo. Mestre Agostinho Tavares – 17-7-963.

AV.EB – Uma estrela. A flor da Ribeira de Pardelhas.

AR.BB – Um rapaz e uma rapariga. Aqui não és tu que me tocas.

AR.EB – Tem uma imagem do coração de Jesus. Viva Cristo rei.

Registo do A399-M, em 7 de Setembro de 1963.

Legendas:

AV:EB – Um homem a cavalo. Constor. Manuel S. Tavares.

AV:BB – Uma mulher a tocar flauta e o maestro com batuta a reger. Dê entrada Maestro – Pardilhó.

AR:EB – Uma mulher sentada numa cadeira e um homem com pente e tesoura na mão. Agora vou fazer-lhe a barba.

AR:BB – Uma vaca e um homem agarrado às tetas da mesma. A vaca dá vinte litros e eu queria-a mamar.

Registo do A451-M, em 4 de Julho de 1964.

AV.BB – Um homem a cavalo. Mestre Agostinho Tvrs Pardilhó – 25-6-1964.

AV.EB – Um homem com uma chave na mão. São Pedro de Pardilhó.

AR.BB – Um homem e uma mulher a afagarem-se um no outro. Se descobres morres.

AR.EB – Uma varina com a canastra à cabeça. Ó que rica sardinha.

Registo do A484-M, em 31 de Dezembro de 1964.

As datas do início e do fim destas transcrições não coincidem nem com o início nem com o fim de nenhum livro de registos, nem com a substituição do escrivão ou do capitão do porto. No período entre 1957 e 1964, foram capitães: António Caires da Silva Braga, desde 1955 até 1958; José da Fonseca Martins, 1958-1959; Amândio Pires Cabral, 1960; José da Fonseca Martins, 1960; Amândio Pires Cabral, 1961-1965 (já não se descrevem os painéis no último ano do seu mandato). Em igual período, foram escrivães: António Nunes Paulo, 1955-1958; Henrique da Conceição Pedrosa, 1958-1963; Ulisses Naia e Silva, 1963-1985. Dificilmente se poderá interpretar esta realidade como sendo um inesperado surto de interesse pelas manifestações culturais populares, que terá contagiado diversos capitães e escrivães, e cujo início seria tão difícil de justificar como o próprio fim. Tratar-se-á, portanto, de uma directiva externa com vista à supervisão e eventual censura das mensagens pictóricas e verbais dos moliceiros, no âmbito da censura geral estabelecida pelo regime, a que estavam sujeitas todo o tipo de

actividades artísticas e culturais⁵⁰. Ressalve-se, porém, que o interesse pelo detalhe e o cuidado colocado na descrição dos painéis variaram substancialmente ao longo destes sete anos, ultrapassando, em certos casos, o mero dever profissional e denunciando uma certa sensibilidade à forma e conteúdo da pintura.

A prática desta transcrição cessou repentinamente em finais de 1964. Nesse ano, e por questões burocráticas, a Capitania concentrou todas as matrículas de moliceiros posteriores a Junho no dia 31 de Dezembro. Depois, só em Dezembro de 1965 é que voltaram a registar-se embarcações, de novo concentradas em poucos dias. Entretanto, a obrigatoriedade da transcrição-descrição terá sido comodamente esquecida ou contornada, devido ao excessivo trabalho e atenção que exigia.

A atenção das autoridades censoras terá sido despertada pelo facto de, nesse preciso ano de 1957, estarem a decorrer os preparativos para o I Congresso Republicano de Aveiro, que teve lugar em Outubro. A repressão do regime agravava-se, em muito devido à campanha do general Humberto Delgado, que Aveiro recebeu em triunfo. O barco moliceiro, *ex-libris* da cidade que a propaganda oficial já utilizava em proveito próprio como símbolo local da beleza de costumes do “bom povo português”, não poderia nunca cair nas mãos de um qualquer agente subversivo. A descrição escrita não só corroborava a censura e aprovação por parte das autoridades, como também permitia controlar posteriores alterações ou repinturas, que transformassem um inofensivo barco num veículo de contestação e instabilidade.

Apesar dos pedidos de informação solicitados ao Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo⁵¹, Arquivo do Governo Civil de Aveiro, Arquivo Distrital de Aveiro, Capitania do Porto de Aveiro, Arquivo Histórico Municipal de Aveiro, Câmara Municipal da Murtosa e Biblioteca do Museu Marítimo de Ílhavo, entre Outubro de 2002 e Janeiro de 2003, não foi possível localizar nenhuma fonte documental ou testemunho que comprovasse a origem e motivo desta aparente acção de

⁵⁰ Um caso algo semelhante, se bem que aparentemente inconsequente, é descrito por José Carlos Valente em *Estado Novo e Alegria no Trabalho*, na secção dedicada à heráldica corporativa. Embora ficasse estabelecida, em 1935, a obrigação dos sindicatos submeterem de futuro o projecto das suas bandeiras ao Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência e, para aqueles que já as possuísem, igualmente apresentarem “para efeito de registo”, o seu desenho e descrição, não há sinais de cumprimento deste plano nem de incidentes significativos em torno da questão (VALENTE, José Carlos, *Estado Novo e Alegria no Trabalho: Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, Edições Colibri e Inatel, 1999, pp. 159-65).

⁵¹ Em Janeiro de 2003, o arquivo do SNI, à guarda do Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, não se encontrava ainda organizado nem disponível para consulta.

censura, desconhecendo-se também se, na sequência do seu exercício, se verificaram efectivos cortes censórios, admoestações ou mesmo perseguições aos prevaricadores⁵².

Não existe qualquer referência ao moliço, barcos moliceiros ou seus painéis no *Código de Posturas e Regulamentos da Câmara Municipal da Murtosa* de 1939 e 1946⁵³. Da mesma forma, e para o período em redor de 1957, não ocorre qualquer referência no *Livro de Actas da Câmara Municipal de Aveiro*, número 31 (1956-1957) e número 32 (1957-1958), do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, nem nos volumes disponíveis da *Correspondência de/para a Câmara Municipal de Aveiro*, do Arquivo Intermédio, apesar de as pastas referentes aos anos de 1951 a 1962 estarem desaparecidas.

Pesquisa idêntica foi efectuada no Arquivo Distrital de Aveiro, com os mesmos resultados: os documentos nunca fazem referência ao moliço, aos barcos moliceiros nem aos seus painéis. Consultou-se:

Correspondência recebida e expedida pelo Governo Civil⁵⁴:

1955 – 1957 1 Lv ADAVR/GCA/GID/E2/T4/26

1957 – 1958 1 Lv ADAVR/GCA/GID/E2/T4/27

1958 – 1958 1 Lv ADAVR/GCA/GID/E2/T4/28

Registo de correspondência relativa à inspecção, licenciamento, fiscalização e segurança de associações, actividades lúdicas e espectáculos:

1927-1930 1 Lv ADAVR/GCA/ILFS/E3/T3/1

1956-1958 1 Lv ADAVR/GCA/ILFS/E3/T3/2

Regulamentos e Editais:

1877-1957 1 pasta ADAVR/GCA/ILFS/E3/T3/1

⁵² Localizou-se apenas a seguinte observação, algo genérica, de Ana Maria Simões Lopes: “O carácter genuíno das mensagens nem sempre foi bem aceite pelo poder político. Conta-se que o regime fascista as quis censurar. Os moliceiros eram abordados pela autoridade marítima, que discreta ou ostensivamente mandava substituir legendas e pinturas que considerava políticas ou pornográficas. Hoje há uma maior liberdade de expressão” (LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, Lisboa, Quetzal, 1997, p. 148).

⁵³ *Código de Posturas e Regulamentos da Câmara Municipal da Murtosa*, Cucujães, Escola Tipográfica das Missões, 1939 e *Código de Posturas e Regulamentos da Câmara Municipal da Murtosa*, Aveiro, Oficinas da Tipografia e Papelaria Minerva Central, 1946. As *Posturas Municipais da Câmara Municipal de Aveiro* de 1840-1895 (pasta CT – 1520, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro) contêm cópias de acordãos antigos avulsos, por datar, tais como: “(...) Barcos. 7 – É proibido nos dias santificados carregar nos barcos, ou delles descarregar quaesquer objectoz, generos ou mercadorias, em qualquer sitio do litoral do Concelho, sob pena de 1200 réis”. Não fazem qualquer referência ao barco moliceiro. Esta omissão justificar-se-á pelo facto de o moliço ser então recolhido em locais afastados do aglomerado urbano de Aveiro e suas regulamentações municipais, em zonas de difícil acesso e povoamento irregular e disperso.

⁵⁴ Este acervo do Arquivo Distrital de Aveiro contém a correspondência recebida e expedida pelo Governo Civil a administradores dos conselhos, câmaras municipais, diversos ministérios e diversas autoridades, até 1958. Não existe documentação disponível para consulta na sede do Governo Civil de Aveiro.

Nestes últimos “Regulamentos e Editais” para regulamentação de actividades lúdicas e espectáculos, localizou-se o seguinte edital de 1938, referente aos folguedos carnavalescos, que delimita, entre outras interdições e sob pena de prisão, as entidades não parodiáveis em qualquer manifestação popular de carácter público (CD I, Ilustrações Complementares, 23):

José d’Almeida Azevedo, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra e Governador Civil Substituto em exercício do Distrito de Aveiro:

No uso das atribuições que a lei me confere determino o seguinte:

1º - Nas ruas e lugares públicos é proibida a apresentação de máscaras, trajos, danças, músicas, paródias, cortejos ou quaisquer grupos carnavalescos que envolvam referências a qualquer credo religioso ou seus representantes ou cerimónias, autoridades, corporações militares, membros do Governo, Chefes de Estado, Legião e Mocidade Portuguesa. (...)

4º - Os contraventores de qualquer das disposições anteriores incorrem na pena de desobediência, sem prejuízo das penas mais graves que por lei lhe sejam aplicáveis.

§1 – Quando encontrados em flagrante delito serão prêso e enviados a juízo.

§2 – Pelas contravenções verificadas nas casas de clubes, de hotel, particulares ou outras, aonde o público não tenha acesso livre, respondem os respetivos directores, gerentes, inquilinos ou possuidores, se os delinquentes forem desconhecidos ou menores.

Para os devidos efeitos se passam estes editais que são afixados nos lugares publicos do costume.

Dado e passado no Governo Civil de Aveiro, aos 15 de Fevereiro de 1938.

Estas limitações temáticas, ancoradas em repressão efectiva (“prêso e enviados a juízo”), afectavam todas as formas de expressão carnavalesca (“máscaras, trajos, danças, músicas, paródias, cortejos”), num óbvio reflexo das normas vigentes para controlo de manifestações populares potencialmente iconoclastas, onde se incluíam os painéis dos moliceiros. “Deus”, “Pátria” e “Autoridade” (“credo religioso (...)”, autoridades, corporações militares, membros do Governo, Chefes de Estado, Legião e Mocidade Portuguesa”) eram os conceitos inquestionáveis do Estado Novo, que aqui se revelavam também compulsoriamente fora do alcance da sátira popular.

Nas décadas de trinta e quarenta, as actas da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro contêm já algumas referências à atenção que os poderes centrais começavam a dispensar ao potencial cultural da Ria de Aveiro. A acta da reunião de 17 de Março de 1932, da então Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Aveiro, menciona o pedido (prontamente acedido) do Conselho Nacional de Turismo para receber “clichés ou boas fotografias dos seguintes costumes desta região: Um barco moliceiro e seus tripulantes – Barcos de pesca – Mulher de Ovar”, para publicação⁵⁵. A reunião de 24 de

⁵⁵ Acta da reunião ordinária de 17/3/1932, *Livro de Actas da Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Aveiro* (1930 a 1937), CT – 1864, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, p. 25.

Junho de 1944 da, agora, Comissão Municipal de Turismo aprova a cedência “da lancha nº 1 ao fotógrafo que está em Aveiro a expensas do SPN (Secretariado da Propaganda Nacional) para tirar alguns aspectos da Ria”⁵⁶.

Durante a década de cinquenta, o Serviço Nacional de Informação (SNI) estava já comprovadamente atento ao valor cultural do barco moliceiro, de acordo com a acta da reunião ordinária de 9 de Novembro de 1953 da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro: “(...) foi resolvido aceder ao pedido manifestado em ofício da Delegação no Porto do Secretariado Nacional da Informação, em que solicita a colaboração desta Comissão para a recolha de uma prôa de barco ‘moliceiro’, com as respectivas pinturas, e bem assim todos os objectos que lhe pertencem, e que representará esta região no que ela tem de mais característico numa exposição que vai realizar-se no fim do corrente ano em Genebra”⁵⁷.

Na correspondência desta Comissão Municipal, localizou-se também uma carta de 28 de Fevereiro de 1956, assinada pelo seu presidente, Arnaldo Estrela Santos, ao chefe da Delegação do SNI, Porto. A propósito da recepção a prestar a um grupo de turistas ingleses que visitarão a cidade, refere os seus monumentos, “a sua maravilhosa ria com os seus característicos barcos moliceiros, únicos no mundo [que] os deverão impressionar agradavelmente”⁵⁸.

É novamente no ano de 1957 que a supervisão do SNI se acentua, com um apertado controlo sobre a propaganda turística aveirense. Neste ano, sucedem-se as cartas endereçadas à Comissão Municipal de Turismo de Aveiro pelo SNI – Cultura Popular e Turismo, de Lisboa e da delegação do Porto, acusando a recepção de cartazes e demais propaganda turística da região previamente solicitada, assinadas por Jorge Felner da Costa, chefe da Repartição de Turismo⁵⁹.

⁵⁶ Acta da reunião ordinária de 24/6/1944, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (6/8/1942 a 24/6/1944), CT – 1866, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, p. 6 V.

⁵⁷ Acta da reunião ordinária de 9/11/1953, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), CT – 1925, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, p. 89.

⁵⁸ *Correspondência da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro*, caixa de 1956-1957, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro.

⁵⁹ Alguns exemplos localizados na *Correspondência da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro*, caixa de 1956-1957:

Of.º n.º 1545/T-2 de 4/3/1957. Proc.º n.º 41320. A.G. 4411/1/6. Acusa recepção de cartazes.

Of. Circular n.º 1401/T-2 de 11/3/1957. Proc.º n.º 40/30. Remetido pelo SNI, Cultura Popular e Turismo, Serviços de Turismo. “Tenho o prazer de informar V. Exa. que esta Repartição recebeu oportunamente todo o material de propaganda turística dessa zona”. Este texto é repetido em carta de 21/5/1957.

N.º 231-T de 15/4/1957. Remete o SNI-CPT, Delegação do Porto. Acusa recepção de material de propaganda.

Os “Concursos de Painéis”, cujo historial será posteriormente traçado, constituíram outra medida duradoura de controlo institucional sobre o conteúdo dos painéis e uma forma de incentivo à criação de novas imagens consentâneas com aquela que se pretendia ser a expressão artística da alma impoluta do povo português.

Em 1957, ano em que se inicia a transcrição e descrição dos painéis aquando da matrícula, ocorre também uma notável aproximação das autoridades do regime aos eventos realizados em torno do barco moliceiro. A acta da reunião ordinária de 14 de Março de 1957 da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro informa que Eduardo Brazão, Secretário Nacional de Informação, aceitara o convite dessa Comissão, por intermédio do Governador Civil, Francisco José Rodrigues do Vale Guimarães, para presidir no dia 24 de Março ao IV Concurso dos Barcos Moliceiros: “(...) O programa incluirá: dia 24, 10.50 h., inauguração da Feira de Março; 11.00 h., concurso de moliceiros e exibição dos ranchos no recinto da Feira; 13.00 h., almoço na Casa de Chá do Parque; 15.00h., passeio de lancha na ria com desembarque no Abrigo-Miradouro, seguindo os convidados de automóvel até ao local da futura Pousada da Ria de Aveiro. (...) O júri terá os mesmos elementos dos anos anteriores, acrescido do Governador Civil de Aveiro”⁶⁰. A introdução deste novo elemento do júri, reconhecido braço local do regime, visa demonstrar como este abençoa tais eventos, como os apoia paternal mas atentamente. Manifestações artísticas como a dos moliceiros serão uma forma de glorificação do regime, que pretende mostrar-se sensível às criações “únicas no mundo”⁶¹ da cultura popular portuguesa, desde que por si guiada e governada. Demonstra igualmente que nada ocorre no país, mesmo dentro das tradições que se querem ingénuas, imemoriais e caracteristicamente locais, sem que o regime o autorize, supervisione, premeie, sancione e honre com a sua presença e presidência.

Of.º n.º 6727/T-2 de 25/9/1957. Proc.º n.º 40/53. Remete o SNI-CPT, Serviços de Turismo. Acusa recepção de propaganda turística. Assina, pelo Chefe da Repartição de Turismo, o chefe da segunda secção, Noel de Arriaga.

Of.º n.º 8068/T-2 de 22/11/1957. Proc.º n.º 40/30. Remete o SNI-CPT, Serviços de Turismo. Acusa recepção de material de propaganda da zona de turismo. Assina Noel de Arriaga.

⁶⁰ Acta da reunião ordinária de 14/3/1957, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 136. Anteriormente, o júri era, por norma, composto da seguinte forma: “Presidente da Câmara Municipal (Albano da Silva Sampaio), Director do Museu Regional (Alberto Souto), Director do Porto de Aveiro (João Ribeiro Coutinho de Lima), Capitão do Porto de Aveiro (Carlos Augusto Ferreira Pinto Basto Carreira), Presidente da CMT (Arnaldo Estrela Santos) e dois Vogais da CMT (Eduardo Silva Cerqueira e Carlos Aleluia)” (acta da reunião ordinária de 24/2/1954, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 93).

⁶¹ Ver a referida carta de 28 de Fevereiro de 1956, de Arnaldo Estrela Santos ao chefe da Delegação do SNI, Porto. *Correspondência da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro*, caixa de 1956-1957.

Na acta seguinte, referente à reunião ordinária de 9 de Maio de 1957, lê-se: “No dia 24 de Março passado efectuou-se a inauguração da Feira de Março, pelas 10,30 horas, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Dr. Eduardo Brazão, Ilustre Secretário Nacional da Informação, Governador Civil, Presidente da Câmara e do Turismo, Vereadores, etc. O Senhor Secretário Nacional da Informação presidiu ao ‘IV Concurso dos Painéis das Proas de Barcos Moliceiros’ que este ano se faziam acompanhar de Ranchos Folclóricos com trajes regionais (...) Findos estes certames foi oferecido ao Senhor Dr. Eduardo Brazão um almoço regional na Casa de Chá do Parque e além das entidades que assistiram àqueles concursos, esteve presente também Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo-Bispo de Aveiro”⁶². Para além da informação já adiantada na acta anterior, acresce-se a presença (e benção) da hierarquia eclesiástica, esteio imprescindível do poder do regime.

Verifica-se posteriormente um gradual afastamento das autoridades centrais em relação a eventos tão marcadamente regionais como estes “Concursos de Barcos Moliceiros”, passando a representação e o controlo institucionais a serem exercidos a nível cada vez mais local. Em 1958, a inauguração da feira de Março conta ainda com a presença do Governador Civil, Presidente da Câmara e do Turismo, vereadores e oficiais dos navios de guerra de passagem pelo Porto de Aveiro. O júri deste “V Concurso dos painéis dos Moliceiros” é presidido pelo Capitão do Porto de Aveiro⁶³. O júri do concurso de 1960 tem como presidente convidado o Chefe do Departamento Marítimo dos Portos de Douro e Leixões, enquanto que os restantes elementos são designados pelo presidente da Comissão Municipal de Turismo (sem referência posterior aos seus nomes)⁶⁴. Durante a década de sessenta, os nomes apontados para o júri são já exclusivamente de individualidades locais: Presidente da Câmara e do Turismo, Capitão do Porto de Aveiro, directores dos jornais locais, director do Museu Municipal e o artista aveirense Gervázio Aleluia⁶⁵.

⁶² Acta da reunião ordinária de 9/5/1957, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 137.

⁶³ Acta da reunião ordinária de 29/4/1958, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 147.

⁶⁴ Acta da reunião ordinária de 5/2/1960, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 170.

⁶⁵ Actas das reuniões ordinárias de 5/3/1962, 1/2/1964 e 19/3/1965, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1961 a 9/4/1974), CT – 1926, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, pp. 4, 17 V e 23.

As instituições estavam atentas mas a tradição dos moliceiros não parecia potencialmente subversiva, uma vez que as referências políticas dos painéis anteriores e contemporâneos da censura limitavam-se a dar vivas à República e a Afonso Costa ou a figurar o rei D. Carlos e D. Luís. Os reis eram os dos livros de História ou os da imaginação popular; os grandes dramas eram os da sobrevivência quotidiana. Ao lamento reivindicativo sobrepunha-se a sátira, a piada fácil, o trocadilho assente em referentes muito concretos e localizáveis no cenário circundante: a peixeira, a moça, o animal doméstico, o pescador, o lavrador, o mestre barqueiro. A leitura segunda remetia para contextos eróticos ou de rivalidade profissional, raramente para um universo mais alargado que visasse o país, a política ou a sociedade em geral. Das legendas inventariadas por Ana Simões Lopes para as décadas que antecederam ou acompanharam a vigência da censura, as únicas passíveis de conter uma leitura política serão as a seguir transcritas:

1910-1930:

Biba o sôr Afonso Costa

Viva o dr. Afonso Costa

1930-1940:

Bamos cá com D. Luis

Biba o senhor Prezidente

Biba o sor Afonso Costa

Quidado com a policia

1940-1950:

A coroa real

Portugal vai indo bem

1950-1960:

Biba a república.⁶⁶

Nestes exemplos, salienta-se o desajuste cronológico, fruto de conhecimentos confusos e orientados preferencialmente pela memória colectiva, nas referências a D. Luis, à coroa real e nos vivas à República nas décadas de quarenta a sessenta. O nome de Afonso Costa parece ter captado o imaginário popular. Um aviso de cautela com a polícia e o regozijo pelo bom rumo do país completam esta breve lista de legendas aparentemente atentas à realidade da nação. Uma eventual leitura irónica que revelasse o significado oculto da provável versão inócua implicaria obrigatoriamente o confronto com a imagem (que se perdeu) ou a pertença do leitor ao grupo restrito da chamada “audiência segura”.

⁶⁶ LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, pp. 137-9.

O artigo de Tomaz Tavares de Sousa “Os Moliços: Quantidade de moliços; seu valor. Licenças de Apanha e Transporte”, de 1936, contém a fotografia de uma “Pintura da proa dum barco moliceiro”, com um referente histórico clara e ingenuamente representado. Um oficial entre reposteiros com coroa e bandeira portuguesa – bandeira da República, por contraste com a coroa contígua – é saudado por dois soldados que erguem a espada na mão direita e seguram a espingarda na mão esquerda, sobre a legenda “Vamos combater guerra – Ao herói”. Pela data do artigo e pelo efeito que o conflito teve sobre o povo português, o painel refere-se naturalmente à Primeira Guerra Mundial. É o único testemunho localizado de um painel sobre os grandes conflitos armados do século XX. A eventual confusão entre a República e a Monarquia estende-se à própria personagem principal que, em certos traços, é passível de ser confundida com o rei D. Carlos (CD III, Fontes Impressas, Moliceiros e Painéis, 6)⁶⁷.

No segundo volume de *A Arte Popular em Portugal*, na secção dedicada à “Pintura”, são reproduzidos três painéis de barcos moliceiros, com a indicação de proveniência de Ílhavo. Como já foi referido, trata-se de alguns dos painéis das décadas de trinta e quarenta expostos em tábuas rectangulares no Museu de Ílhavo. Destes, destaca-se aquele que figura um homem que se prepara para lançar um foguete, junto à bandeira da monarquia, sobre a legenda “Cá bai o Portugal belho”, numa despedida festiva e irónica, que associa o comentário político à tradição das festas populares (CD III, Fontes Impressas, Moliceiros e Painéis, 48)⁶⁸.

A Imagoteca da Câmara Municipal de Aveiro conserva as imagens de dois painéis dos anos cinquenta e/ou sessenta (dada a sua incipiente organização cronológica) que persistem em celebrar personagens da monarquia: D. Carlos (busto do monarca – entroncado e com bigode preto – dentro de reposteiro coroado e com legenda “Sempre defendi a pátria”) e D. Manuel II (busto do jovem monarca entre reposteiros coroados e soldado a apresentar arma, apesar da legenda “Mestre Joaquim Raimundo”) (CD III, Imagens de Arquivos, Moliceiros e Painéis, 48 e 51).

Outra imagem, do 9787-M, que a Imagoteca data da década de sessenta, ocorre igualmente no “Fundo Documental do Diário da Manhã” do Centro Português de Fotografia, Arquivo de Fotografia de Lisboa, com a data de quarenta. Em qualquer caso, trata-se de um moliceiro a navegar à vara e com vela desfraldada, dois camaradas e um

⁶⁷ SOUSA, Tomaz Tavares de, “Os Moliços: Quantidade de moliços; seu valor. Licenças de Apanha e Transporte”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, 1936, p. 62.

⁶⁸ LIMA, Fernando de Castro Pires de (dir.), *A Arte Popular em Portugal*, vol. II, p. 142.

moço a bordo. A proa ostenta uma figura identificável como sendo o rei D. Manuel II em uniforme, entre reposteiros coroados. À direita, observa-se uma figura masculina de fraque, em moldura com grinalda. Acresce-se que a datação do Centro Português de Fotografia é comprovadamente incorrecta, uma vez que, através da matrícula visível na imagem, foi possível determinar a biografia da embarcação: construída em 1956 por Joaquim Maria Henriques Júnior, da Murtosa, foi vendida a Manuel Maria da Silva Calhau e José Carlos Henriques da Fonseca, da Murtosa, por 5.000\$00. Revendida a Manuel Valente da Silva, da Marinha de Ovar, em 1971, por 800\$00, foi cancelada e desmantelada em 1972.

Na colecção de diapositivos “F” do Centro Português de Fotografia, localizaram-se duas imagens com referentes identificáveis na História recente do país. Fontes do Arquivo informaram que esta colecção data da década de setenta; no entanto, verificou-se não ser tal verdade. O diapositivo “Aveiro – Barcos moliceiros” (CD III, Imagens de Arquivos, Moliceiros e Painéis, 1) exhibe a proa do 9242-M, cujo painel é legendado com “Crt. Joaquim Raimundo”. Ora, os Raimundos cessaram a sua actividade construtora simultaneamente em 1960 e o número de matrícula, consultando os livros de registo, aponta inequivocamente para a primeira metade da década de cinquenta. Neste painel, figura de novo uma personagem coroada identificável com o rei D. Carlos. O diapositivo “Aveiro – Pormenor de um barco” (CD III, Imagens de Arquivos, Moliceiros e Painéis, 3) repete a legenda “Crt. Joaquim Raimundo”. Se tal não bastasse para situar cronologicamente a imagem, acresce-se que a proa fotografada tem como fundo um cenário de Ria onde são visíveis mais de uma dezena de moliceiros em perfeito estado de conservação – logo, no activo –, algo já muito difícil de captar na década de setenta. Este diapositivo documenta um dos painéis mais claramente imersos na encruzilhada de referências ideológicas que marcava o contexto sócio-cultural lagunar da década de cinquenta. Nele encontra-se nova imagem de oficial entre reposteiros com coroa e Cruz que, após observação atenta, logo se identifica como sendo D. Manuel II. Entre ornamentos florais, o painel termina no canto inferior esquerdo com uma outra personagem, dentro de moldura em arco: um jovem em uniforme da Mocidade Portuguesa, que toca num instrumento de sopro adornado com o estandarte de Aviz. Cruza-se aqui a celebração da secular monarquia com os símbolos e instituições do Estado Novo, como se o pintor não estivesse certo sobre qual a autoridade a reverenciar. Principalmente, porque é possível que este painel se

encontrasse em competição, logo em exposição e avaliação, no I “Concurso de Barcos Moliceiros” realizado em Março de 1954.

De acordo com a acta da reunião ordinária de 5 de Abril de 1954 da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro:

Como já se tinha comunicado realizou-se o “Concurso de Barcos Moliceiros” cujos prémios foram atribuídos, por unanimidade, aos três primeiros que se apresentaram com as prôas mais sugestivas, e que foram classificados pela ordem seguinte: 1º prémio, Esc: 500\$00, foi atribuído ao “moliceiro”, com as respectivas alfaías, inscrito sob o número 2, pertencente a Mestre Joaquim Raimundo, da Murtosa, que foi feito de propósito para este certame, com as legendas seguintes: Na prôa: - “Espera-me no campo”, e ainda um militar e Mocidade Portuguesa. Na ré: “Vendes o meu peixinho” e “Só quero tua rosa” (...).⁶⁹

Para além da data e do nome do mestre construtor serem coincidentes com os do diapositivo supracitado, também a imagem parece ser curiosamente semelhante à da descrição (cautelosa?) patente no texto da acta. A legenda presente no diapositivo pode ter sido escrita posteriormente ou encarada pelo autor da acta como uma simples assinatura do mestre, ignorada por não trazer um significado adicional. E “cautelosa” porque, a ser real tal coincidência (algo impossível de comprovar com base nas fontes iconográficas e documentais existentes), o busto de D. Manuel II poderá ter sido neutralizado na descrição como “um militar”, face à relevância atribuída à presença do “Mocidade Portuguesa”, o que muito terá contribuído para a classificação obtida pelo painel. Com efeito, a celebração de um ícone da monarquia em dimensões muito superiores às de um dos símbolos da ditadura teria de ser adaptada para moldes mais aceitáveis pela ideologia vigente. No entanto, as autoridades regozijaram-se notoriamente com a inclusão desse mesmo símbolo numa manifestação “espontânea” de cultura popular, prontamente premiada.

Apesar de neutrais e até bem-humorados, como no caso do referido “Cá bai o Portugal belho”, estes e outros painéis terão chamado a atenção das autoridades censoras pois, para lá da sua evidente simplicidade no traço e na mensagem, mostram-se inquestionavelmente atentos a uma realidade que ultrapassa o contexto imediatamente circundante. Mas, ao privilegiarem personagens do passado e não do presente, ao repetirem bustos de reis e nomes como o de Afonso Costa, ignoram figuras e nomes que o regime pretendia tão eternos e míticos como os do Estado Novo e Salazar. Para além deste incómodo anacronismo, que a ideologia vigente e seus arautos nunca conseguiram

⁶⁹ Acta da reunião ordinária de 5/4/1954, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 97.

educar convenientemente, acresce-se a convicção de que o moliceiro – homem e embarcação – não deveria ter qualquer tipo de voz activa na política, pois a voz a quem se permite aclamar livremente pode, de um dia para o outro, decidir reclamar, comentar, reivindicar.

Deste modo, e como seria previsível, nas transcrições dos livros de registo da Capitania de 1957 a 1964 não se encontram mensagens com declarado conteúdo político, quer crítico quer encomiástico. Para além dos habituais mestres barqueiros e ditos espirituosos sobre o amor e o trabalho, muitas das legendas e painéis inventariados reproduzem os ensinamentos oficiais sobre o culto da nossa História e glória ou sobre a devoção religiosa popular⁷⁰. Nem sempre o escrivão descreveu a imagem com detalhes suficientes para esclarecer possíveis leituras paralelas da legenda. Há, no entanto, excepções. No conjunto das transcrições estudadas, localizou-se um painel que clamava “Cremos a liverdade”, legenda do A481-M, que sublinhava uma simples imagem de camponês:

AV.BB – Um homem a cavalo. Mtre. Agostinho Tavares Pardilhó 6-6-1964.

AV.EB – Um homem sentado, com um pé dentro de uma bacia. Vai o pasto Salvador.

AR.BB – Um homem a tentar mexer nos peitos de uma mulher. Cuidado com a ponte da Varela.

AR.EB – Um homem com um ancinho ao ombro. Cremos a liverdade.

Registo do A481-M, em 31 de Dezembro de 1964.

O barco teve uma existência normal, apenas com duas ocorrências: construído em 1964 por Agostinho Tavares da Silva e adquirido por João Carlos Vaz Vigário, da Murtosa, por seis mil escudos, foi curiosamente cancelado em 19 de Março de 1974, por ter sido desmantelado, sem ter conhecido outros proprietários. Dada a data do respectivo registo, 31 de Dezembro de 1964, este moliceiro foi naturalmente sujeito à anotação das suas legendas e imagens. A rara tolerância a tal reivindicação terá sido fruto da desatenção das autoridades, a braços com a vaga de registos verificada neste último dia do ano. Ou então, consequência da habitual condescendência com que moliceiros e suas criações eram tratados. A exigência de liberdade aposta à imagem, certamente rude, de um homem de ancinho ao ombro não parece, de todo, um manifesto subversivo. No entanto, se as autoridades considerassem os painéis dos moliceiros verdadeiramente inofensivos, não se teriam dado ao trabalho de os descrever e arquivar.

Mas o pintor deste moliceiro (que se desconhece seria também o seu construtor) não revelou ousadia apenas neste painel. Conforme é visível no registo do A481-M,

⁷⁰ Ver lista completa destas transcrições em Anexo.

“Cuidado com a ponte da Varela” representa outro momento de humor atento e oportuno, com a imagem de “um homem a tentar mexer nos peitos de uma mulher”, segundo a transcrição oficial. De facto, a tão aguardada ponte da Varela, inaugurada nesse ano de 1964, descreve uma lomba que, observada de longe, desperta comparações algo eróticas nas mentes mais maliciosas. Desconhece-se infelizmente se o pintor sofreu alguma consequência, se foi chamado pelas autoridades ou se estas se deram posteriormente conta daquilo que tinham aprovado. Na folha de registo deste A481-M não se nota, porém, qualquer rasura, comentário ou correcção.

Mais discreto, o 9862-M exhibe uma legenda à primeira vista inocente mas que pode ser portadora de leitura dúplice, porém nunca desvendável. Matriculado a 27 de Maio de 1957, construído por Manuel da Silva Tavares de Pardilhó e vendido por seis mil escudos a Manuel Maria da Silva Vigário, do Torrão do Lameiro, do respectivo registo consta a seguinte transcrição:

Tinha escrito:

Nas Amuras: a B.B. Mestre Firmino Tavares de Pardilhó

a E.B. O Primeiro de Maio de 1957

Nas alhetas a B.B. Passa a Vida A Cheirar

a E.B. Eu Sou de Ovar

Registo do 9862-M, em 27 de Maio de 1957.

A legenda “O Primeiro de Maio de 1957”, sem registo da ilustração, celebrará a data de conclusão da construção e/ou pintura ou o Dia do Trabalhador, banido pelo regime? A data do registo aponta para a primeira hipótese, no entanto, a dúvida subsiste, alimentada pelo artigo definido que destaca e individualiza o evento, pelas maiúsculas que lhe conferem solenidade e pelo facto de a hipotética data estar escrita por extenso, com o numeral ordinal e não cardinal, ao contrário do que é hábito em legendas homólogas. Por desatenção ou condescendência das autoridades, a legenda foi aprovada e a embarcação subsistiu durante uma década, sem qualquer transacção adicional, tendo sido cancelada a 15 de Dezembro de 1967.

Outro exemplo digno de destaque é o da legenda “Eu Voto por Quem encher a Cabaça”, inscrita no A9947-M, cujo registo esqueceu porém a descrição das respectivas imagens:

Tinha escrito:

A vante a B.B. – D. Afonso Henriques, 58

A vante a E.B. – Ela Guia e Eu Toco a Busina

À Ré a B.B. – O Beijo não é o Bastante

À Ré a E.B. – Eu Voto por Quem encher a Cabaça
Registo do A9947-M, em 26 de Maio de 1958.

A biografia da embarcação não releva também qualquer peculiaridade: construída em 1958 por Joaquim Maria Henriques Júnior, da Murtosa, e adquirida por João Agostinho Soares, da Murtosa, por cinco mil escudos, foi cancelada em 2 de Janeiro de 1972, “por ter sido desmantelada”, sem qualquer transacção de permeio. Neste caso, “Eu Voto por Quem encher a Cabaça” não terá o carácter imediatamente reivindicativo de “Cremos a liverdade”, pelo que a sua aprovação tácita por parte das autoridades portuárias não causará demasiada estranheza. O tom jocoso e popular de “encher a cabaça” – onde se transporta o vinho – anula contudo a seriedade do acto eleitoral, que fica reduzido a uma mera questão de satisfação física, ideologicamente neutra, por parte de alguém cuja adesão política se norteia pela necessidade de obter álcool mais facilmente. Em 1958, ano dramático de eleições e da campanha de Humberto Delgado, uma tal legenda não poderia ilustrar de forma mais explícita a indiferença política da população moliceira, cujas prioridades residiam na simples subsistência quotidiana. Indiferença tanto em relação ao candidato da oposição como ao próprio regime, numa atitude que, se detectada e levada a sério, poderia ter obstado à aprovação da embarcação com tal legenda.

A crítica através do humor revela uma eficácia mais duradoura do que a reivindicação directa, apesar de o contexto histórico ter sofrido óbvias evoluções. Com efeito, a legenda repetir-se-á décadas mais tarde, já nos anos noventa, sem nunca perder a sua validade, alicerçada na perene apatia e indiferença política do povo português em geral e do campesinato em particular. Na década de noventa, é já possível confrontar a legenda com a respectiva imagem: “Eu voto por quem me encher a cabaça” é suportada pelo busto de um homem de barba, barrete e bordão com cabaça atada. Em fundo, casas, uma das quais com a palavra “Eleições” escrita sobre a porta. Em 2000, regista-se nova reprodução da imagem e legenda, num traço muito mais incerto e imperfeito, sem o tradicional sombreado a preto das imagens e com a legenda – “Voto em quem me encher a cabaça” – quase apagada. O valor patrimonial deste painel é reconhecido no próprio moliceiro quando, nesse mesmo ano de 2000, um outro painel da secção “Apelos Ecológicos e Celebração do Património” o utiliza como ilustração da proa do moliceiro nele figurado. O painel “Não deixemos morrer a Ria” exhibe um camarada à proa de um moliceiro, empurrando-o à vara através da Ria. A proa está claramente

desenhada, sendo possível identificar uma figura masculina, com barba e barrete, muito semelhante àquela que ilustra o painel jocoso sobre instituições “Eu voto por quem me encher a cabaça” (CD II, Jocosos, Instituições, 9 e 34; CD II, Sociais, Apelos Ecológicos e Celebração do Património, 6).

No período pós-revolucionário, a crise e a emigração afastaram ainda mais a realidade política dos painéis do então moribundo barco moliceiro. Há apenas testemunhos orais não confirmados de duas falcas com inscrições que testemunhavam o momento histórico em curso: “Viva o 25 de Abril de 1974” e “Forças Armadas”.

O *Jornal de Estarreja* de 10 de Setembro de 1978 fornece um interessante testemunho da continuidade que rodeou a tradição dos concursos de painéis que, apesar de instaurada pelos poderes recentemente derrubados, foi mantida e acarinhada pelo povo, enquanto as condições de vida na Ria assim o permitiram:

O Concurso de painéis de barcos moliceiros, ao qual estiveram presentes 19 embarcações – o mesmo número do ano passado – foi ganho por Joaquim Valente Esteves, de Pardilhó, que ganhou um prémio pecuniário no valor de 7.500\$00. Desfilando perante os olhares de um público que enchia as margens do Canal das Pirâmides, em Aveiro, frente ao largo do Rossio, o moliceiro vencedor tinha na proa o desenho de uma figura feminina com a legenda “Rainha da Ribeira d’Aldeia” e na ré a figura de peixeiros, legendada com “Não o compro por esse preço” e, ainda, um homem a puxar um carro com um burro, com o seguinte comentário: “Agora quem puxa sou eu”. O Júri, constituído pelo presidente do Município, Girão Pereira; Comandante da Capitania, Faria dos Santos; David Cristo; Eduardo Cerqueira; e Diamantino Dias (...).⁷¹

Verifica-se a continuidade no evento em si, no número razoável de embarcações a concurso e na constituição do júri, que em nada difere dos júris da década de sessenta, já então dominados por individualidades locais. A existir, a relativa inovação residirá, para além da inflação no valor pecuniário do prémio, na temática dos painéis da embarcação vencedora, exclusivamente jocosos e contextualizados na realidade envolvente: a “Ribeira da Aldeia” (lugar em Pardilhó), o peixeiro e o lavrador com seu carro e burro. A contestação (“Não o compro por esse preço”) e a inversão dos papéis instituídos (“Agora quem puxa sou eu”) faz-se sempre sob uma abordagem cordial, humorística, continuada até ao presente⁷².

⁷¹ “Festa da Ria: Classificações das Regatas e Painéis de Moliceiros”, *O Jornal de Estarreja*, nº 3507, 10 de Setembro de 1978, p. 6.

⁷² Com efeito, nos painéis jocosos sobre o trabalho, fotografados no âmbito da presente recolha, registou-se um número significativo de variações sobre o motivo anunciado em “Agora quem puxa sou eu”: Assim todos podíamos ser burros (burro às cavalitas de um homem, na estrada); Estás mal habituado (burro a ver um homem puxar a carroça); Nem todos são burros !!! (burro sentado numa carroça puxada por outro burro); Os burros também mandão (burro em cima de uma carroça puxada por um homem); “Qual de nós

Com a libertação e o fim da censura, os moliceiros poderiam, se assim o desejassem, começar a dar voz aos verdadeiros problemas do povo. Mas, nessa ocasião, esses mesmos problemas quase silenciaram a própria embarcação, pois a conjuntura económico-social só por pouco não levou à extinção de barcos e ofício. Passado o agitado período pós-revolucionário, na década de oitenta, começam a encontrar-se referências satíricas à adesão à então CEE. Depois, a sátira estende-se aos políticos, às eleições, às autoridades marítimas, ao clero, liberta-se e começa a exprimir livremente uma visão muito mordaz e pouco fatalista da realidade, a que os *media*, a instrução e a emigração deram acesso. Só na década de noventa do século XX e primeiros anos do século XXI é que surgiram caricaturas identificáveis de certos políticos nacionais (CD II, Jocosos Instituições, 21, 22 e 31). Até aí, a crítica faz-se na generalidade, com especial incidência nas consequências da política sobre a vida quotidiana do povo. A crítica nunca é directa, acusatória, não se encontram painéis “sérios” sobre a situação política ou económica da nação. Esta só pode ser encarada de forma satírica, tão pouco é o respeito generalizado pelos políticos e pelas instituições. A seriedade é, mais uma vez, reservada para temas locais: a degradação ecológica da Ria, a crise no moliço e nas pescas, a dureza da vida no mar, a invocação do auxílio divino. O que está para lá das fronteiras da Ria, sejam os políticos que se degladiam na televisão ou os turistas – e principalmente as turistas – que a invadem sazonalmente, só pode ser encarado com distante desconfiança. Com a Revolução dos Cravos, a arte do moliceiro libertou-se de uma hipotética censura. Mas fê-lo sem azedume, sem amargura pelos anos de silêncio ou de simples graça “ingénua” e bem comportada. Livre para escolher os seus temas, poderia criticar tudo e todos, mas preferiu fazê-lo de forma bem-humorada, ligeira, marcando, mais uma vez, a diferença cultural da região.

VERTENTES DA INFLUÊNCIA IDEOLÓGICA.

Durante grande parte do século XX, e para enfrentar as ameaças externas de um presente em constante mutação, as tradições portuguesas, inventadas ou ideologicamente direccionadas pelo Estado Novo, procuraram inculcar, a vários níveis,

é o mais fino?” (legenda habitual mas, desta vez, sob uma hábil caricatura de camponês com molho de lenha às costas e um burro sorridente, de olhar astuto, com uma flor na boca); “Ainda falta muito” (homem carregando um cavalo às costas); Agora vou mudar de burro (homem puxando uma carroça, dentro da qual segue um burro).

determinados valores e normas de comportamento, através da reiteração, do exemplo e da instrução. Tais práticas sustentaram-se numa fundamentação historicizante artificial mas eficaz, seleccionando um passado histórico conveniente⁷³.

O ideal nacionalista do regime apontava como guias os exemplos de D. Afonso Henriques, D. Nuno Álvares Pereira e do Infante D. Henrique, presentes em todos os pormenores da celebração iconográfica do Estado Novo e prontamente imitados pela arte popular. Em *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Heloísa Paulo analisa a reiterada celebração das grandes datas e factos da História, como a Batalha de Ourique, o nascimento de Portugal em Guimarães, o período medieval, a epopeia dos Descobrimentos ou o 28 de Maio. E conclui: “O Estado Novo mostra à Nação os seus momentos de glória no passado, recortados em datas e personagens de acordo com a versão oficial da História, e apresenta-se como forjador de um novo tempo, o restaurador, enfim, do mesmo período áureo que toma como referência para as suas celebrações”⁷⁴.

Ao mesmo tempo, a proposta de uma concepção mais pura da criação artística, voltada para o retratar não crítico do quotidiano, mostrando o povo tal qual fora já concebido pelos etnógrafos do século anterior, ajusta-se ao ideal salazarista de uma Nação rural, rica em folclore, “cultura popular” e tipicidade, celebrando o homem camponês ou pescador, devoto, de costumes simples. Tome-se como exemplo a encenação épica que o Estado Novo teceu em torno da “grande pesca” e a forma cuidada como o regime procurou estilizar as formas de reprodução da imagem do pescador-marinheiro. O motivo do pescador de bacalhau isolado no seu dóri, pescando à linha, próximo ao icebergue, metáfora de todos os perigos, em comunhão com os elementos, encontrou as suas representações visuais mais emblemáticas no *Jornal do*

⁷³ HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.), *A Invenção das Tradições*, 2ª edição, trad. Celina Cardim Cavalcante, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1997 [1983]. As marchas populares de Lisboa constituem um excelente exemplo de “tradição inventada”, por terem sido apropriadas para celebrações historicistas, todas elas relacionadas com a afirmação do Estado, de que o regime salazarista se considerava o legítimo representante. No sentido de favorecer a aceitação e repetição do novo evento, procurou-se estabelecer a continuidade com um passado histórico conveniente. Os momentos históricos eleitos foram, entre outros, a fundação da nacionalidade, o dia de Camões e os descobrimentos, importantes apropriações simbólicas do regime, igualmente presentes nos painéis dos barcos moliceiros. “As Festas de Lisboa assim, podem tomar-se sempre como um pretexto para evidenciar a nacionais e estrangeiros a calma, a ordem, a confiança que reinam no país, e que são bem o reflexo da sua administração honesta, da sua política saneada, da sua moral renascida” (ofício nº 4246 de 3 de Dezembro de 1934 do vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Santos, para o Ministro do Interior, fl. 2, Arquivo das Festas da Cidade, cx. 1, pt. 3, processo 1918, citado por: MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular*, p. 287).

⁷⁴ PAULO, Heloísa, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva, 1994, p. 91.

Pescador, que contribuiu para reproduzir e fixar perfis ideais do pescador português e da própria classe piscatória no seu todo. Estas representações estéticas e simbólicas da reabilitação da “grande pesca” transbordaram os próprios círculos oficiais de propaganda, forjando um mito sobre a pesca portuguesa do bacalhau⁷⁵.

Celebrando a nova tradição do folclore nacional, as actas da Comissão Municipal de Turismo registam a crescente associação da tradição pré-existente da Feira de Março e dos concursos de painéis com outros eventos “folclóricos”, acompanhados pelos inevitáveis “ranchos”: “(...) está em estudo a nova modalidade para o concurso dos barcos moliceiros, este ano [1957, de novo] extensivo não só às proas daqueles que beneficiarão dos prémios habituais, como ainda se destinam outros prémios a conjuntos ou ranchos que os ocupam, tendo em consideração a sua indumentária típica ou qualquer manifestação folclórica – danças, alfaias das fainas lagunares, etc”. O resultado foi o seguinte: “(...) o IV Concurso dos Painéis das Proas de Barcos Moliceiros que este ano se faziam acompanhar de Ranchos Folclóricos com trajes regionais (...) Igualmente foram distribuídos prémios aos Ranchos Folclóricos, a saber: 1º prémio, Esc: 500\$00, foi atribuído ao Grupo Folclórico da Marinha (Ovar); 2º prémio, Esc: 300\$00, ao Rancho das Salineiras de Aveiro e 3º prémio, Esc: 200\$00, aos tripulantes de Augusto Maria Barraqueiro, da Murtosa”⁷⁶.

Em 1960, foi participada à Emissora Nacional a exibição no recinto da Feira de Março, no mesmo dia do concurso de painéis, do grupo “Tricanas de Aveiro, com variados e característicos números do seu reportório, inspirado nas tradições da nossa região”⁷⁷. Em 1962, decide-se levar a efeito três festivais folclóricos com exibição dos ranchos da cidade, durante a Feira de Março. Nesse mesmo ano, em Setembro, é referido o “Primeiro Festival – Concurso Folclórico” promovido pelo “Rancho Tricanas de Aveiro e a que vão concorrer ranchos folclóricos do distrito”⁷⁸.

A criação artística popular, nomeadamente a que se expressa nos painéis dos moliceiros, fazia eco dessa mitologia oficial, por influência mais ou menos directa dos canais institucionais de instrução e propaganda. Os estereótipos ideologicamente orientados eram apropriados e reproduzidos pela memória colectiva, que os adaptava ao

⁷⁵ GARRIDO, Álvaro (coord.), *A Pesca do Bacalhau: História e Memória*.

⁷⁶ Actas das reuniões ordinárias de 14/2/1957 e 9/5/1957, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), pp. 134 e 137.

⁷⁷ Acta da reunião ordinária de 15/3/1960, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 172.

⁷⁸ Actas das reuniões ordinárias de 5/3/1962 e 25/9/1962, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1961 a 9/4/1974), pp. 4 e 7.

seu quotidiano e limitações. Como exemplo de painéis de celebração religiosa, patriótica e corporativa, encontramos nas transcrições dos livros de registo da Capitania de 1957 a 1964:

“Cá vai o bom pescador”, registo do 9873-M, 25 de Junho de 1957.
“N. S. De Fátima”, registo do 9897-M, 24 de Setembro de 1957.
“D. Afonso Henriques, 58”, registo do 9947-M, 26 de Maio de 1958.
“Infante D. Henrique”, registo do 9968-M, 16 de Agosto de 1958.
“O Conquistador 7:2:59”, registo do 11-M, 9 de Março de 1959.
“Rainha de Portugal”, registo do 11-M, 9 de Março de 1959.
“Milagre de Nossa Senhora de Fátima”, registo do 16-M, 25 de Março de 1959.
“Viva : Cristo : Rei : 21:11:1959 (Uma imagem)”, registo do 83-M, 28 de Novembro de 1959.
“O Velho Pescador (Um homem de barrete vermelho e cachimbo)”, registo do 89-M, 18 de Janeiro de 1960.
“Viva Portugal: 12:3:1960 (um escudo da bandeira nacional)”, registo do 115-M, 12 de Abril de 1960.
“Viva : Cristo : Rei (Uma imagem)”, registo do 147-M, 11 de Julho de 1960.
“Virgem De Fátima 23-7-1960 (uma imagem)”, registo do 168-M, 19 de Setembro de 1960.
“Rainha da Paz 1961 (uma imagem de Nossa Senhora, ornamentada de flores)”, registo do A257-M, 11 de Setembro de 1961.
“Recordação dos Antigos (um castelo)”, registo do A315-M, 2 de Outubro de 1962.
“Monumento de Portugal (o castelo de Faria)”, registo do A353-M, 1 de Abril de 1963.⁷⁹

Ana Maria Simões Lopes repete algumas destas transcrições, a que acrescenta: “D. Dinis o labrador”, “D. João IV defensor de Portugal”, “O Infante Santo” e “A conquista de Portugal”⁸⁰.

Por seu lado, os registos iconográficos disponíveis no Centro Português de Fotografia, no Arquivo de Fotografia de Lisboa e na Imagoteca da Câmara Municipal de Aveiro testemunham as preferências temáticas dos concursos de painéis de barcos moliceiros. Concorrentes e vencedores parecem privilegiar imagens que espelhem o estereótipo inculcado de um povo rico em folclore, cultura pitoresca e ingénua tipicidade. A graça brejeira, a réplica trocista ou o lamento pela dureza da vida, presentes em tantos painéis que figuravam efectivamente nos moliceiros durante a faina anual – conforme comprovam as transcrições da Capitania e os testemunhos fotográficos – cedem lugar, neste evento pontual, a elaboradas imagens de danças folclóricas, cenas campestres, mensagens edificantes ou gracejos muito suaves.

No Fundo Documental do Jornal *O Século*, do Arquivo de Fotografia de Lisboa, a imagem a cores “Um aspecto do concurso dos barcos moliceiros”, de 17 de Abril de

⁷⁹ “Viva : Cristo : Rei : 21:11:1959 (Uma imagem)” e “Viva : Cristo : Rei (Uma imagem)” fazem eco da pomposa e muito divulgada inauguração do monumento, em 17 de Maio de 1959.

⁸⁰ LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, pp. 137-9.

1962, mostra as proas de quatro embarcações concorrentes (CD III, *Imagens de Arquivos, Moliceiros e Painéis*, 16). À esquerda, um painel de estrutura tradicional e intenso colorido exhibe quatro figuras humanas (um homem, duas mulheres e uma idosa) dialogando em cenário campestre. A legenda não é visível. Ao centro, outro moliceiro, desta feita com uma proa muito invulgar, sem legenda nem cercaduras e cujas ilustrações se estendem para além da área tradicional, por todo o flanco do coberto da proa. Dentro de um campo circular, um casal baila em trajes típicos, com o personagem masculino a tocar acordeão. A decoração é profusa, com tonalidades intermédias pouco habituais no moliceiro e motivos simbólicos – peixes, âncoras e corações – espalhados por toda a superfície decorada. Nenhum destes símbolos figura em qualquer moliceiro fotografado ou registado até hoje, apesar de serem recorrentes noutras manifestações artísticas populares (barcos de mar, cangas, bordados, cerâmica, etc). O pintor deste moliceiro terá pretendido corresponder à ideia de uma decoração verdadeiramente “folclórica”. À direita da fotografia, duas proas de estrutura tradicional, com figuras a meio-corpo entre reposteiros coroados, sozinhas ou acompanhadas por outra figura humana no canto inferior do painel. Também do Fundo Documental do Jornal *O Século* é a fotografia “Aveiro – Dois dos típicos barcos ‘Moliceiros’ que concorrem ao certame a realizar em 25 de Março”, de 23 de Março de 1958 (CD III, *Imagens de Arquivos, Moliceiros e Painéis*, 20). Em primeiro plano, um painel satírico de alcance meramente local, com a imagem de um carteiro correndo entre flores e grinaldas, sobre a legenda “O correio das alcobiteiras”, deslocada para uma faixa sinuosa que se mistura com os restantes ornamentos.

Na Imagoteca da Câmara Municipal de Aveiro encontra-se uma série de fotografias sem datação, com a designação genérica de “Concurso de Painéis de Barcos Moliceiros” (CD III, *Imagens de Arquivos, Moliceiros e Painéis*, 63 a 69). Pelas matrículas das embarcações captadas, é possível localizá-las cronologicamente nos últimos anos da década de sessenta, primeiros anos de setenta. Todos os painéis são de estrutura tradicional e constam das seguintes imagens-legendas:

“Quem me dera ser nova para ajudar-te!” (jovem transportando o feixe de lenha de uma senhora idosa. Copia a ilustração edificante do texto “Uma boa acção” do *Livro de Leitura para a 4ª Classe do Ensino Primário*)⁸¹.

“Lutar para viver” (campino pegando um touro).

⁸¹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, *Livro de Leitura para a 4ª Classe*, Porto, Editora Educação Nacional, s/d, p. 5 (CD I, *Ilustrações Complementares*, 18). Para este trabalho, utilizou-se a edição em vigor no ano lectivo de 1968/69.

“Os espreitas do estio” (dois cães de caça).
É a minha tradição! (campino a cavalo).
A rainha das varinas (varina).
Representação de Aveiro (escudo da cidade em campo circular, rodeado de flores).
Sou sempre o mesmo! (cavaleiro em cavalo branco e flores).
Ilegível (jovem mulher erguendo uma criança nos braços).
Ilegível (varina com canastra à cabeça).

A temática local, a graça singela e a mensagem moralizante são, mais uma vez, o denominador comum destes painéis levados a exposição e avaliação oficial. Muitas outras imagens deste concurso subsistem, desde a sua primeira ocorrência, porém sem uma nitidez que permita a análise e comentário dos respectivos painéis.

Curiosamente, tanto os exemplos históricos dos grandes reis, guerreiros e navegadores como a celebração neo-épica do pescador de alto-mar e da faina maior, sobreviveram nos painéis do moliceiro até à actualidade, motivando mesmo um número de painéis proporcionalmente superior aos registados na Capitania entre 1957 e 1964. A esta constatação acresce-se uma especial predilecção por Luís de Camões, autor acarinhado pelo Estado Novo mas ausente dos painéis da época. Na recolha fotográfica realizada entre finais da década de oitenta e 2003, localizaram-se os seguintes exemplos de painéis-legendas, agrupados segundo as categorias e sub-categorias que norteiam este estudo:

Sociais – Trabalho (CD II):

Deus te guie pescador (marinheiro ao leme de uma embarcação).

“A faina do bacalhau à linha” (pescador num dori, içando um bacalhau à linha. Em fundo, grande navio bacalhoeiro, icebergues e outros botes).

“Meu amor anda no mar” (jovem mulher na seca do bacalhau e mar com dois navios bacalhoeiros por cenário).

“Levo-vos no pensamento” (marinheiro ao leme, no mar alto, sob imagem de mulher e criança entre nuvens).

“Deus vos guie pescadores” (legenda semelhante à de um painel religioso, comentando aqui uma cena de despedida, no cais, com mulheres e crianças acenando a um veleiro que se afasta no mar, junto a um farol semelhante ao da Barra).

“Terra Nova velhos tempos” (pescador do bacalhau num dóri, entre bancos de gelo, com o navio bacalhoeiro ao fundo. Sobre ele, uma rosa dos ventos).

“O mar sem fim é ilhavense” (navio bacalhoeiro navegando no alto mar, com todas as velas desfraldadas).

“Velhos tempos na Terra Nova.” (pescador de bacalhau à linha num dóri com o número 21. Ao fundo, lugre com a inscrição “Creoula - Portugal” e icebergues. Rosa dos ventos no canto inferior do painel).

Históricos – Monarcas e Personagens da História (CD II):

D. Dinis, o lavrador (imagem do rei em pose heróica, com manto, espada e cota de malha).

O Invencível (D. Nuno Álvares Pereira com estandarte de Avis).

“Por Deus e p' la pátria!” (o Condestável ajoelhado rezando e, por trás, dois soldados com o estandarte da cruz).

“Viriato o Lusitano” (guerreiro lusitano com espada e escudo, numa escarpa. Por trás, outro guerreiro com lança e escudo).

Históricos – Descobrimentos (CD II):

“Todo o mar é nosso!!” (Infante D. Henrique num promontório sobre o mar e caravelas com cruz nas velas, ao largo).

Vos indico o bom caminho (Vasco da Gama com pergaminho na mão, junto a modelo de nau semelhante a gravuras do século XVI).

“Vasco da Gama” (efígie muito diferente da anterior).

O Navegador (Infante D. Henrique com bandeira portuguesa, mar e caravela).

“Fui bom navegador” (Infante D. Henrique junto a modelo de caravela com a cruz de Cristo).

“O mar sem fim é português” (dois homens erguendo um padrão das descobertas numa praia, observados pelo comandante e com nau ao largo).

Guia-me no bom caminho (Infante D. Henrique).

Leva-me a descobrir a ria (Infante D. Henrique em imagem semelhante à anterior, também sobre fundo cor-de-laranja liso).

Em memória dos heróis! (Vasco da Gama e, ao fundo, a ponte com o seu nome).

Sou o navegador (figura de Vasco da Gama em corpo inteiro, com bandeira e espada na mão. Junto a ele, padrão dos descobrimentos e caravela com cruz).

“Glórias de Portugal.” (painel simbólico: imagem do Condestável, Infante D. Henrique, D. Dinis e Vasco da Gama entre nuvens, sobre o mar, uma espada e uma caravela com a Cruz. Sobre os personagens históricos, uma rosa dos ventos com as letras da palavra “Portugal”).

“Nunca temi a navegação!” (Infante D. Henrique com uma pequena nau nas mãos).

“A glória do passado” (perfeita imagem de caravela navegando).

“João Afonso de Aveiro” (busto do personagem frente a nau e três bandeiras com a Cruz).

“1500 a descoberta do Brasil” (duas naus ancoradas numa baía. Em primeiro plano, um bote a remos com estandarte e Pedro Álvares Cabral à proa, dirigindo-se para terra).

“Pedro Álvares Cabral” (a mesma imagem de “João Afonso de Aveiro”, aqui com outro nome, sempre com os estandartes da Cruz).

“1ª missa no Brasil 26/4/1500” (no meio de densa vegetação, um padre e quatro frades celebram a missa, frente a uma Cruz de madeira. Observam-nos dois soldados em armadura e vários indígenas nus, em atitude de reverência, à exceção de uma figura feminina que, em primeiro plano, amamenta o seu filho, estendida na folhagem).

Históricos – Escritores (CD II):

“Numa mão a pena e noutra a espada” (efígie de Camões, cego e com a pena na mão).

Numa mão a pena, noutra a espada (Camões com *Os Lusíadas* e espada na mão. Ao fundo, baía com caravela da Cruz de Cristo. Legenda semelhante à acima descrita, com ilustração diferente).

O Príncipe dos Poetas (busto de Camões com faixa com o seu nome, escudo, flores e livro aberto onde se lê “Os Lusíadas, 1581”).

“Em perigos e guerras esforçados” (cavaleiros com estandarte e castelo medieval).

“Sempre defendi a poesia” (Camões com coroa de louros, entre nuvens, com *Os Lusíadas* na mão).

A pátria acima de tudo... (imagem muito simples de Camões, entre pinceladas verdes e brancas, sobre uma pequena caravela).

Viva a poesia portuguesa (singelo busto de Camões).

Procuremos, então, localizar os mecanismos que garantiram a assimilação e representação destas e de outras imagens paradigmáticas, de tal modo eficazes que os seus ensinamentos sobreviveram à Revolução e à alteração estrutural da realidade, a que

estão hoje, por vezes, totalmente desajustados, gerando curiosos mas persistentes anacronismos.

A CRIAÇÃO DO SABER OFICIAL.

Para lá da transmissão cultural assegurada pela comunidade e pela família, situa-se a transmissão cultural assegurada pela escola, encarada como a depositária da cultura legítima, institucionalmente orientada e ideologicamente marcada. O regime de Salazar propunha-se eliminar “um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança”, e substituí-lo pelo “ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal”⁸².

A I República, através da reforma de 1919, distinguira no ensino os níveis infantil e primário, sendo este geral e superior. Poucas semanas após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, abandonou-se o ensino público infantil, então ainda inexistente, e criou-se o primário elementar e o primário complementar. Assim, o ensino obrigatório passou de cinco para quatro anos, reduzindo-se em 1929 para três anos. Em 1928 é determinada uma redução dos programas e, em 1932, é extinto o ensino primário complementar. Acedendo-se, porém, a fornecer ao povo essa mínima informação do ensino primário elementar, reduzida no tempo e no conteúdo, ficava de pé a necessidade de vigiar as suas leituras. É neste contexto que se impõem regras de educação moral e cívica e se decreta, em 1932, o uso de frases de carácter moral, de inserção obrigatória nos livros de leitura.

A República procurara, nem sempre com êxito, dignificar a figura do professor primário. Em coerência com a desvalorização que pretendeu imprimir ao ensino primário, o Estado Novo agiu de modo inverso e não deixou de utilizar o professor como instrumento de doutrinação política e religiosa. O Estado Novo valorizou a função educativa da escola em detrimento da sua finalidade instrutiva. Destinada a incutir a “virtude” e não a propiciar o treino profissional ou a transmitir conhecimentos úteis, a escola passa a ser concebida mais como instrumento vantajoso de doutrinação do que local de aprendizagem para a vida profissional. Carneiro Pacheco, em 1936, completa as anteriores acções de cristianização da escola por entender que só através da doutrinação cristã o saber seria “frutuoso e útil”. Reduz, por isso, o currículo escolar e reforça a

⁸² Preâmbulo do Decreto-Lei nº 27.279, de 24 de Novembro de 1936 (CARREIRA, Medina, *O Estado e a Educação*, Cadernos do Público, nº 7, 1996, pp. 13-19 e segs).

importância da religião no ensino.

A escola com funções de doutrinação não se confinou à esfera do religioso porque penetrou também na do político. Em Abril de 1936 foi publicada a lei que mais claramente definiu os objectivos do Estado Novo no ensino. O Ministério da Instrução Pública, criado definitivamente em 1913, passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional, expressando-se, assim, o propósito de orientação prioritária para a “educação”, com subalternização da “instrução”. Determina-se a rigorosa observância do funcionamento hierarquizado dentro do ministério, bem como o dever de selecção dos professores de qualquer grau de ensino de acordo com a necessidade de cooperação na função educativa e na formação do espírito nacional. Torna-se obrigatória a suspensão do crucifixo sobre a cadeira do professor nas escolas públicas do ensino primário. É igualmente obrigatório o canto coral, destinado a exaltar as glórias portuguesas, a dignidade do trabalho e o amor à pátria. Sublinha-se a importância da atenção dos alunos para as possessões ultramarinas portuguesas, por se considerar indispensável criar no povo uma opinião colonial, incutindo no espírito de todos a noção exacta do valor do império ultramarino. Nesta reforma é ainda decretada a imediata caducidade da aprovação oficial de todos os livros do ensino primário. Atribui-se a uma comissão a incumbência de elaborar os livros únicos de texto, que acabam por inspirar-se em livros escolares italianos do período mussoliniano, com grande número de páginas dedicadas à religião católica, sendo evidente o estímulo à formação de uma mentalidade nacionalista e cristã.

Nas comunidades piscatórias, a escola desempenha o papel de uma exigência burocrática, pois é a única forma de os pescadores poderem exercer legalmente a sua actividade, garantindo assim a subsistência, desde sempre tão precária. Por isso, e de acordo com Raúl Iturra, “a escola é um episódio que fica como recordação e que tem por utilidade universalizar indivíduos enquanto sabem as técnicas da escrita, da leitura e da aritmética, permitindo assim a sua circulação pelo Mundo”⁸³.

A região lagunar não é excepção. Moliceiros, pintores e construtores comungaram desse incipiente saber institucional, prontamente esquecido ou lembrado apenas no momento de requerer a cédula de marítimo ou de registar a embarcação, quando não de todo inexistente. Dado o baixíssimo nível de escolaridade da esmagadora

⁸³ ITURRA, Raúl, “A aldeia: presente etnográfico, passado histórico – propostas metodológicas exploratórias” in O’NEIL, Brian Juan; BRITO, Joaquim Pais de (org.), *Lugares de Aqui: Actas do Seminário “Terrenos Portugueses”*, Lisboa, Dom Quixote, 1991, p. 242.

maioria da população lagunar, os painéis legendados (com uma correcção ortográfica muito discutível) eram tradicionalmente obra dos poucos artistas “letrados” da região. Mas a influência do saber escolar é visível não só a nível da escrita mas também a nível da simbologia utilizada e das imagens reproduzidas nos painéis dos moliceiros.

Na maior parte dos casos, o único contacto com o objecto livro ao longo de toda uma vida ocorre com o livro de leitura da escola primária⁸⁴. Facto que se torna ainda mais marcante se, para além de único livro de toda uma vida, é também efectivamente o “livro único” que espelha e veicula a única mundividência e ideologia admissíveis pelo regime, veiculando um saber mnemónico, maniqueísta, categorizador, em que o mundo (a sociedade, a família, os papéis dos géneros, o trabalho, o País, a religião, os valores morais) era apresentado à criança de um modo pré-fabricado, já perfeitamente ordenado, de forma definitiva e inquestionável⁸⁵. A sua influência directa actuou até 1974 mas a influência indirecta perdura até à actualidade, uma vez que os educandos de então são os educadores de hoje, reproduzindo ainda e, muitas vezes, de forma passiva e a-crítica os ensinamentos colhidos na infância, tão cómodos e atraentes pela sua simplicidade, guias de um universo sem dúvidas nem opções. Porque um percurso de vida perfeitamente delineado desde a infância, que exclui a opção e a individualidade, não acarreta dolorosas derivas nem dúvidas existenciais⁸⁶. Ensinamentos ainda mais atraentes porque rodeados de imagens de grande colorido e profuso detalhe gráfico, um colorido que recorda, frequentemente, a riqueza cromática dos barcos moliceiros, com as suas cores fortes e os seus desenhos nítidos, sombreados a negro.

⁸⁴ Um exemplo semelhante: “A l’époque [Bourgueil, 1930], je vivais dans un milieu d’analphabètes complets où l’art suprême c’était le calendrier des postes. Mon père m’avait dit qu’il n’y avait rien de plus beau que la peinture à l’huile”, citado por: CHAMBOREDON, Jean-Claude, “L’Édification de la nation: naissance, diffusion, circulation de quelques motifs iconographiques”, *Ethnologie Française*, 1994, 2, Tome 24, Avril-Juin 1994, p. 187.

⁸⁵ De forma semelhante, Françoise Lautman analisa o modo como os catecismos utilizados nas paróquias, ensinados em primeiro lugar às crianças dos meios populares, apresentavam o seu conteúdo. Conteúdo que era para essas crianças e suas famílias uma realidade omnipresente e, muitas vezes, opressora, que se devia aceitar num espírito de penitência e submissão. Existiriam categorias sociais votadas a um trabalho penoso, mantendo a ordem pela aceitação. Os catecismos não falavam apenas de dogma e de moral. Faziam circular uma visão da sociedade mais ou menos sistematizada. Estas representações contribuíram indiscutivelmente para modelar as mentalidades populares (LAUTMAN, Françoise, “Catéchismes en images, images de la société”, *Ethnologie Française*, 1994, 2, Tome 24, Avril-Juin 1994, pp. 198-207).

⁸⁶ “Ninguém se iluda: a imagem que temos dos outros povos, ou de nós próprios, está associada à história que nos contaram quando éramos pequenos. Ela marca-nos para o resto da vida. Sobre esta representação, que é também para cada um de nós uma descoberta do mundo, do passado das sociedades, enxertam-se em seguida opiniões, ideias fugazes ou duradouras, como um amor... ao passo que subsistem, indeléveis, os traços das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções” (FERRO, Marc, *Falsificações da História*, trad. Cascais Franco e Vitor Romaneiro, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994 [1981], p. 11).

As ilustrações de um manual do ensino primário representam uma forma de iconografia que simultaneamente alimenta e se alimenta do acervo de imagens da cultura popular. A descrição da imagem fornece linhas directrizes para um comentário iconográfico e iconológico. A cena significativa, ficção pedagógica, coloca em imagem e condensa um saber sobre as instituições, personagens, costumes e períodos históricos. Existem assim duas principais categorias de ilustrações: as documentais e as simbólicas, cenas significativas que pretendem transmitir um determinado sentido ideológico. A imagem edificante do manual escolar, elaborada com essa finalidade, reúne traços mais ou menos dispersos ou até ausentes nas representações contemporâneas e na pintura erudita, simplifica ou reconstrói quando formulada a partir de um quadro histórico.

Por esta razão, a análise dos livros de leitura oficial da escola primária, pelos quais aprenderam gerações e gerações de portugueses até 1974, terá que ser feita tendo sempre presente a afirmação de Clifford Geertz:

Doing ethnography is like trying to read (in the sense of “construct a reading of”) a manuscript – foreign, faded, full of ellipses, incoherencies, suspicious emendations, and tendentious commentaries, but written not in conventionalized graphs of sound but in transient examples of shaped behaviour.⁸⁷

Este exercício de releitura crítica foi já ensaiado por Miguel Vale de Almeida, aplicado ao *Livro de Leitura da Terceira Classe*⁸⁸, num trabalho que será aqui evocado sempre que necessário, apesar de a presente releitura se nortear exclusivamente pelas marcas de influência visíveis nos painéis actuais e do passado:

O meu exercício (...) pretende escutar qual o eco que as mensagens do Livro têm e terão tido nas pessoas que constituem os grupos sociais de uma realidade que, como antropólogo, pretendo conhecer, eco esse que está patente em muitas das suas formas de organização e muitos dos seus sistemas ideativos. O texto com que me defrontei é uma ficção (não o são todos?). A História nele retratada é ficcional, como ficcionais são as realidades sociais e as identidades e valores nele retratadas. (...)

É fácil conceber que várias gerações de portugueses tiveram com ele [livro] contacto. Para a larga maioria terá mesmo sido um dos poucos livros que lhes passou pelas mãos, sobretudo se tomarmos em atenção que a larga maioria das populações por nós estudadas se ficaram pelo ensino primário (se tanto). À semelhança da visão ordenada e ordenadora do mundo transmitida pelo ensino religioso e pela teoria da Igreja Católica, e da transmitida, durante décadas, pelos poucos meios de comunicação social com acesso à generalidade da população, e não descurando as formas de propaganda organizada do regime, o Livro de Leitura

⁸⁷ GEERTZ, Clifford, *The Interpretation of Cultures*, New York, Basic Books, 1973, p. 10.

⁸⁸ ALMEIDA, Miguel Vale de, “Leitura de um livro de leitura: a sociedade contada às crianças e lembrada ao povo” in O’NEIL, Brian Juan; BRITO, Joaquim Pais de (org.), *Lugares de Aqui: Actas do Seminário “Terrenos Portugueses”*, Lisboa, Dom Quixote, 1991, pp. 245-61. Edição analisada: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, *Livro de Leitura da 3ª Classe*, 4ª edição, Porto, Porto Editora, 1958.

constituía um manual de regras da vida social e um esquema totalizante de uma certa visão do mundo.⁸⁹

Para Eric Hobsbawm, as tradições inventadas após a Revolução Industrial classificam-se em três categorias sobrepostas: aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social, aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, estatutos ou relações de autoridade e aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento⁹⁰. Ora, estes três níveis estão claramente patentes na realidade sócio-cultural apresentada nos livros de leitura do Estado Novo, onde a História, como diz Lévi-Strauss, substitui com a mesma função a Mitologia. Sabiamente guiada pela autoridade-autor e pelo mestre-mediador, ao aprender a ler, a criança aprendia simultaneamente os significados do mundo e daqueles que a rodeavam. “Se a chave para a interpretação desses significados que o livro dá é não-verdadeira, também não o é menos a confirmação que lhe era dada pelo contexto em que vivia. Noções de Pátria, de Heróis, de respeito pelos velhos e pelo pai, o elogio da maternidade ou da aldeia ou da ‘comunitas’ não são meras invenções do Livro, são também reflexos dos valores vivos e actuates na sociedade a que pertenciam essas crianças”⁹¹, valores reproduzidos simbolicamente em tantos dos painéis acima descritos. Os valores transmitidos pelo Estado coincidem, interagem, fundem-se com os valores da sociedade camponesa, então largamente maioritária em Portugal. Os livros do chamado “ensino primário elementar” fundamentam os seus textos em cenários rurais ou, mais raramente, da beira-mar⁹², preferencialmente nacionais, dos quais estão quase ausentes as “províncias ultramarinas”. Mesmo que o tema não esteja directamente relacionado com tais contextos, a ilustração contígua encarrega-se de estabelecer a conexão. São estrategicamente evitados quaisquer referências concretas ou laudatórias à

⁸⁹ ALMEIDA, Miguel Vale de, “Leitura de um livro de leitura”, pp. 248 e 260-1.

⁹⁰ HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.), *A Invenção das Tradições*, p. 17.

⁹¹ ALMEIDA, Miguel Vale de, “Leitura de um livro de leitura”, p. 248.

⁹² Como se pode verificar n’*O Livro da Primeira Classe*, onde duas lições de ortografia elementar se socorrem de imagens marítimas, com os tradicionais barcos de mar de proa recurvada. Algumas páginas adiante, na secção de “Aritmética”, a lição sobre o número quatro é ilustrada por uma cena de praia, junto a uma canastra e a uma embarcação de traço indefinido com redes à proa, perto da qual, no areal, uma família em trajes típicos de pescadores partilha em alegre harmonia uma singela refeição, servida com deslocado requinte sobre uma toalha alva, com púcaros, tigelas, pão e colheres. Encontra-se igualmente um texto sem ilustração intitulado “O Pescador”, cuja focalização pertence a uma criança que, em terra, aguarda o pai perdido no alto mar, junto à mãe chorosa (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, *O Livro da Primeira Classe do Ensino Primário Elementar*, Porto, Editora A Educação Nacional, Lda, s/d, pp. 14-15, 119 e 72). *O Livro da Segunda Classe* exhibe na capa uma imagem estilizada de um barco de mar com “olhos” pintados à proa (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, *O Livro da Segunda Classe do Ensino Primário Elementar*, 6ª edição, Porto, Editora Educação Nacional, Lda, 1958).

transição do universo rural para o urbano e do agrícola para o industrial. O conjunto é completado por provérbios e lendas tradicionais que sistematizam o saber oral e a memória colectiva da sociedade camponesa e por símbolos patrióticos e religiosos intersubstituíveis por símbolos da ruralidade.

Já o *Livro de Leitura para a 4ª Classe* não ignora as “províncias ultramarinas”, antes pelo contrário. Tal como o livro precedente, inclui um mapa-mundo sobre Portugal Continental, Insular e Ultramarino, com texto sobre “uma só nação, grande e bem unida”. Mas, ao longo das suas páginas, cada uma das colónias e respectivas capitais (Bissau, Luanda, Lourenço Marques, Timor, etc) merece um texto autónomo, sempre com uma fotografia ilustrativa do grau de “desenvolvimento” e “civilização” aí alcançado, com modernos edifícios, avenidas e automóveis. Constrói-se uma noção de continuidade com a metrópole, ignorando a especificidade geográfica, humana e cultural de cada colónia. Também neste livro se refere a evolução industrial que terá ocorrido em Portugal, com os textos “A Cerâmica”, “A Indústria Portuguesa” (“Notáveis progressos alcançou a indústria portuguesa, sobretudo nos últimos anos”, p. 42), “Os Livros” (com imagem de moderna tipografia), “As Forças da Natureza” (referindo até a energia atómica) e “A Aviação”. Apesar de haver sempre um claro predomínio dos textos directa ou indirectamente baseados no universo rural, já não se pode passar exclusivamente a ideia de um país estritamente rural, sob pena de se promover uma imagem de atraso incompatível com as aspirações e feitos do Estado Novo. Mas, e apesar destas aparentes inovações, a continuidade afirma-se na quantidade de textos sobre preceitos de moral e obediência às autoridades (incluindo textos com fotografia sobre “O Estado Novo” e “Os Chefes da Nação”), na constante glorificação da Pátria e do passado, nas imagens de castelos e monumentos e na celebração da mulher-mãe.

Nos painéis dos moliceiros, são mais numerosos e evidentes os traços visuais e ideológicos que remetem para o livro de leitura da terceira classe, limite do ensino primário obrigatório. A quarta classe seria já uma opção de formação complementar quase impossível (e certamente inútil) para moliceiros, construtores e pintores, sendo por isso menor – mas não ausente – a influência dos conteúdos do livro de leitura para esse nível⁹³.

⁹³ Comprovou-se, por exemplo, que o painel “Uma boa acção” (CD II, Sociais, Declarações e Sentenças, 22), onde um jovem transporta o feixe de lenha de uma pobre senhora idosa, inspirou-se integralmente no texto homónimo “Uma boa acção” do *Livro de Leitura para a 4ª Classe* (p. 5), cuja ilustração edificante

Por acção das razões apontadas, o barco moliceiro ignora quase por completo os cenários urbanos ou de interior, privilegiando claramente as cenas localizadas em ambientes campestres, marítimos ou lagunares, com claros marcadores espaciais mais ou menos simbólicos como o céu azul, as nuvens, as aves, as margens verdejantes, a praia, o campo de lavoura, as salinas, as cabanas, os montes de moliço, as velas e as proas dos moliceiros (em fundo, quando não protagonistas da cena), o barco de mar, a Ponte da Varela, o farol da Barra, entre outros mais pontuais. Apesar de os símbolos rurais e patrióticos se encontrarem espalhados por mais do que uma categoria de painéis, não são intersubstituíveis por símbolos religiosos, por estes se encontrarem confinados à respectiva categoria autónoma. Por outro lado, não sendo a Ria de Aveiro região de notável tradição oral e dado o analfabetismo crónico das comunidades marítimas e ribeirinhas, o peso dos provérbios nas legendas dos moliceiros é mínimo, sendo mesmo nulas as referências a contos tradicionais portugueses. Em citação directa, localizou-se apenas o provérbio “Fazer bem; não olhar a quem”, sob uma encenação do “milagre das rosas” (CD II, Religiosos, Hagiográficos e Votivos, 16). A influência dos livros de leitura na componente verbal desta peculiar memória colectiva faz-se sentir de modos diversos, uma vez que a sociedade marítimo-lagunar não se adapta nem comunga totalmente dos referidos valores camponeses que o Estado pretendia serem partilhados por toda a Nação a uma só voz.

A influência mais assinalável dos textos e imagens dos livros do ensino primário ocorre nos painéis históricos e religiosos. Naturalmente que tal acção seria difícil, se não impossível, de ocorrer nos painéis jocosos e mesmo nos painéis sociais de temática local. Num livro único há que avaliar cautelosamente o alcance e teor das páginas dedicadas a um microcosmos tão localizado como o da Ria de Aveiro e suas embarcações, apesar da sua crescente utilização na propaganda nacional. Mas como ícone valorativo do recém-(re)criado “folclore nacional”, o barco moliceiro, em reproduções simbólicas de rigor discutível, surge por duas vezes nas ilustrações do *Livro de Leitura da 3ª Classe*. No texto “O Povo Português” (p. 63 e CD I, Representações Simbólicas, 27), encontram-se cinco pequenas imagens dispostas verticalmente ao longo da página, em representação das actividades e recursos das

copia (CD I, Ilustrações Complementares, 18). Também o texto “Dois Portugueses” (pp. 51-2), que remete para a noção de “uma só nação, grande e bem unida” (“Portugal começa na província do Minho e acaba na província de Timor”; CD I, Ilustrações Complementares, 17), está na origem de painéis como “A Cor do sangue é igual”, “Ambos somos filhos de Deus” e “Diferentes na cor, mas fomos iguais na pátria” (CD II, Sociais, Declarações e Sentenças, 11, 41 e 44), onde as diferentes raças veneram em igualdade a Cruz e a bandeira portuguesa.

principais províncias do Portugal rural. Ao Norte, um pastor e uma fiadeira, entre montes e vinhedos; ao Sul, as amendoeiras e os pescadores do Algarve. Entre estes, de baixo para cima, os ceifeiros e os sobreiros do Alentejo, os campinos do Ribatejo e, antes mesmo de chegar ao Norte, um pequeno moliceiro, algo falho nas proporções, com os painéis esboçados e o seu tripulante ao leme. Deste modo, o moliceiro é utilizado como símbolo identificativo d’“O Povo Português” da região litoral centro (aproximadamente, a Beira Litoral), aprovado e divulgado pelo regime, o verdadeiro autor deste livro. O mesmo ocorre no texto “Rios de Portugal” (p. 35 e CD I, Representações Simbólicas, 28), onde um rudimentar moliceiro carregado de moliço representa o Vouga⁹⁴.

No *Livro de Leitura da 3ª Classe*, os personagens da História de Portugal com direito a um texto ilustrado são D. Dinis, o Condestável, Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Camões: “Por vezes, personagens há [Vasco da Gama, Camões] que têm mais do que uma ilustração, em vários textos que a elas aludam, aumentando assim a sua essência de membros de um panteão que pode aparecer recorrentemente: pertencem à História e não apenas a um acontecimento pontual”⁹⁵. No *Livro de Leitura para a 4ª Classe*, os personagens históricos como Nuno Álvares Pereira, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Fernão de Magalhães não são já uma colorida imagem estereotipada de herói fictício em acção mas antes um retrato a preto e branco baseado em fontes históricas pretensamente realistas.

A interferência nos painéis dos moliceiros é aqui evidente. Todas estas personagens históricas se encontram aí retratadas de forma solene e estática, com talento e pormenor variável, mas seguindo sempre o mesmo ícone modelar. Curiosamente, são também as figurações de Vasco da Gama e de Luís de Camões que sofrem as maiores flutuações e que, apesar de invariavelmente identificáveis, remetem para mais do que um modelo original⁹⁶. A glória, fé, engenho e sabedoria dos personagens históricos do moliceiro apoia-se simbolicamente em motivos iterativos como o livro (para Camões), a espada, o estandarte ou bandeira, a caravela, o castelo, o mapa, o astrolábio e a rosa dos ventos. Entre estes, merecem destaque a Cruz de Cristo

⁹⁴ Sobre a hegemonia na produção ideológica da identidade nacional: “O processo de folclorização caracteriza-se por uma acção coordenada de definição de diferenciações regionais concertadas na unidade nacional. A relação a criar entre o poder político e o povo já não será mediatizada por cientistas, mas por artistas” (BRANCO, Jorge Freitas, “Lugares para o povo: uma periodização da cultura popular em Portugal”, *Revista Lusitana* (Nova Série), 13-14, 1995, p. 168).

⁹⁵ ALMEIDA, Miguel Vale de, “Leitura de um livro de leitura”, p. 252.

⁹⁶ Notar a influência directa da ilustração do texto “Camões” (*Livro de Leitura para a 4ª Classe*, p. 116 e CD I, Ilustrações Complementares, 16) sobre vários painéis da categoria “Históricos – Escritores”.

– identificativa das caravelas dos Descobrimentos⁹⁷ – e a bandeira nacional, motivo transversal a quase todas as categorias de painéis, excepção naturalmente feita para os jogos, dada a reverência com que é encarada. A Cruz, omnipresente na iconografia do Estado Novo e, por consequência, nos respectivos manuais escolares, deve acompanhar sempre os heróis, já que a fé inspira tanto a independência, como a reconquista e os Descobrimentos. De acordo com Heloísa Paulo:

O regime, apesar de manter a separação com a Igreja, utiliza as componentes simbólicas do catolicismo, como a cruz, presente nos cartazes e na simbologia de organizações como a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa, e na revisão constitucional de 1935 admite que o ensino oficial esteja orientado para os princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais no país. A utilização da aparição de Fátima, surgida no contexto político anterior como forma de condenação do anticlericalismo e dos valores liberais republicanos, contribui para reforçar o lado visionário e providencial do regime e por isso, embora as realidades de Fátima tenham uma importância e finalidade principalmente de carácter religioso, é certo que têm também o seu lado patriótico. O Estado Novo possui o aval divino e o povo português, de tradição religiosa, possui mais uma razão para seguir as directrizes do regime.⁹⁸

Quer nos livros, quer nos painéis, o castelo e a bandeira distribuem-se pelos heróis, guerreiros ou descobridores. O castelo, no moliceiro, é meramente simbólico e dificilmente identificável (o Castelo de Guimarães?), não se registando a representação de qualquer outro tipo de monumento, contrariamente à intenção das imagens profusamente divulgadas pelo regime⁹⁹. Sendo a “Pátria” uma noção perene e transcendente, Portugal é representado pelo símbolo supremo da bandeira. Toda esta simbologia épica é não só reproduzida mas também adaptada pelo moliceiro aos heróis locais, que são os mestres barqueiros e moliceiros, retratados a cavalo, em pose

⁹⁷ A caravela com a Cruz nas velas é a ilustração de capa do *Livro de Leitura para a 4ª Classe* (CD I, Ilustrações Complementares, 19).

⁹⁸ PAULO, Heloísa, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil*, pp. 54-5. Ver também: “Nas bandeiras sindicais deste período, é frequente, apenas com a alteração do nome, a permanência dos motivos originários das associações de classe. O desejo de renovar os símbolos leva, por vezes, a concursos de ideias onde, a par de projectos politicamente ingénuos, surgem outros, que geralmente prevalecem, imbuídos da intenção de se inscreverem numa simbologia do espírito corporativo. Falta, nestes casos, uma norma de referência apoiada na erudição específica da Heráldica mas, na maioria, a Cruz de Cristo é o motivo associado às mais diversas figurações de simbologia profissional. A adopção pelos Sindicatos Nacionais da Cruz de Cristo, já utilizada pelo Movimento Nacional Sindicalista, é objecto, em alguns casos, de elaborada fundamentação, segundo a qual a cruz portuguesa ou de Cristo teve a sua origem na Ordem dos Templários” (VALENTE, José Carlos, *Estado Novo e Alegria no Trabalho*, p. 160).

⁹⁹ Cf. “Para erigir a grande fachada da era do ressurgimento nacional, tornara-se indispensável definir uma estética que preenchesse esse espaço em branco. (...) seleccionou-se a componente com mais capacidades de encenar uma mensagem eminentemente nacionalista : os castelos, as igrejas e outros monumentos nacionais que simbolizavam uma ligação concreta ao passado histórico edificante, um testemunho do espírito patriótico, um marco da sublimação criadora. Correspondia, portanto, àquela parcela do património que detinha forte capital simbólico, uma presença física estruturadora da paisagem territorial, e sobre a qual já se estabelecera um consenso alargado” (MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular*, pp. 55-6).

guerreira, quando não acompanhados de arma, escudo, bandeira e castelo, numa original e irreverente transposição da gesta nacional para a gesta local da sobrevivência quotidiana. Herói, bandeira e castelo acabam por confundir-se e implicar-se mutuamente, tanto nos painéis Sociais da categoria “Mestres Moliceiros, Barqueiros e Pintores”, como nos painéis Históricos sobre “Monarcas e Personagens da História”, “Descobrimientos” e “Soldados e Cavaleiros”.

Em torno deste tema, no *Livro de Leitura da 3ª Classe* encontram-se os textos: “A Pátria”, “Portugal é Grande”, “Portugal, Terra da Pátria”, “O Significado da Nossa Bandeira”, “O Chefe do Estado”, “O Governo da Nação”, “As Cores da Bandeira Nacional” e “O Hino Nacional”. Outros textos referem-se especificamente a monumentos nacionais, rodeados de uma história mais ou menos ficcional: “O Castelo de Guimarães”, “O Castelo de S. Jorge”, “O Mosteiro de Alcobaça”, “O que dizem os nossos monumentos”, “A Batalha”, “Os Jerónimos” e “O Terreiro do Paço e os seus monumentos”. Mas textos como “O Estado Novo”, “O Chefe do Estado” e “O Governo da Nação” não encontraram qualquer eco nas legendas e painéis dos moliceiros. A História antiga, o passado longínquo, pleno de heróis semi-lendários, é passível de celebração popular, como uma “idade de ouro” e abundância, tal como o passado mítico de reis, rainhas, princesas e cavaleiros da tradição oral. Torna-se, porém, impossível celebrar a história mitificada contemporânea, que a realidade circundante de pobreza demonstrava inequivocamente ser uma mera ficção.

No moliceiro, as personagens femininas colhidas na História não entram, contudo, na categoria dos painéis Históricos, mas antes na dos Religiosos (Marianos e Hagiográficos e Votivos), porque se limitam à reiterada figuração da Rainha Santa Isabel – sempre durante o “milagre das rosas” – e de Santa Joana. Nesta secção, há mesmo uma clara vantagem sobre as figuras masculinas, com um número muito maior de evocações à Virgem, à Rainha Santa e a Santa Joana do que a Cristo ou a qualquer Santo¹⁰⁰. A predilecção pela figura maternal e protectora de Maria e a crença na vertente marcadamente feminina do sentimento religioso e do culto das virtudes católicas motivam esta proporção. O culto local de Santa Joana encontra-se naturalmente justificado no cognome de “Princesa de Aveiro”, a que o moliceiro acrescenta

¹⁰⁰ É interessante notar a ligação entre o texto em verso não ilustrado “Jesus e a Tempestade”, do *Livro de Leitura da 3ª Classe*, onde “este Homem (...) A quem a tempestade obedeceu” (p. 14), dentro de um pequeno batel, ergue os braços e acalma os elementos em fúria, e o painel com protagonista indefinido “E a tempestade amainou” (CD II, Religiosos, Hagiográficos e Votivos, 24).

“Protectora da Ria de Aveiro”, entre outras legendas que comprovam a especial devoção do microcosmos lagunar pela filha de D. Afonso V.

Outras razões óbvias encontram-se nos livros de leitura em análise, cujas personagens femininas não são propriamente heroínas, mas antes companheiras de heróis e/ou personificações de virtudes cristãs de fé, resignação e caridade, tradicionalmente conotadas com este género, como, de novo, Santa Joana e a Rainha Santa Isabel. Já o culto de Maria encontra-se reiterado não só em textos como também ao longo das amplas secções de “Doutrina Cristã”. Logo nas primeiras páginas d’*O Livro da Primeira Classe*, uma imagem colorida de página inteira lembra “É a Mãe de Deus e a Santa Mãe de todos nós. Veneremos Maria! Avé Maria!”. Neste mesmo livro, o texto “O Milagre das Rosas” abre com: “Tendes visto essas imagens da Rainha Santa com o regaço cheio de flores? Recordam um milagre que ela fez”¹⁰¹, motivo repetido com ilustração no *Livro de Leitura da 3ª Classe*, a propósito do texto sobre D. Dinis. E são vários os painéis que reproduzem ou referem, em traço variável, a cena mitificada do “milagre das rosas”. Santa Joana merece um texto ilustrado (“A Morte da Princesa”) no *Livro de Leitura da 3ª Classe*, o que muito terá agradado aos locais que, contudo, preferem recordá-la em vida, quer como princesa quer como religiosa, nunca se inspirando na imagem do cortejo fúnebre que acompanha o referido texto.

Na generalidade, os livros de leitura do Estado Novo veiculam o estereótipo da mulher-mãe-doméstica, predestinada a tão “nobre missão” desde a infância, sacrificada no trabalho árduo do lar e do campo, mas com a benesse dos filhos. Na realidade da beira-mar e da beira-Ria, tal imagem não encontra eco visível porque, na verdade, para garantir a subsistência do núcleo familiar, a mulher sempre teve que trabalhar muito mais fora do lar, sendo o cuidado doméstico e a educação dos filhos um elemento quase residual no duro acumular de tarefas do quotidiano. A mulher do povo nos painéis do moliceiro é a lavradeira, a pescadeira, a varina, sempre no seu ambiente de trabalho ao ar livre, sem qualquer figuração de crianças nem referências ao lar ou à maternidade (excepção para os painéis jocosos que satirizam o motivo da noiva grávida). Ao contrário das cenas familiares dos livros de leitura, que representam maioritariamente famílias do meio rural, com as hierarquias simbolizadas, por exemplo, através do código corporal (o homem mais alto do que a mulher), os casais dos painéis dos moliceiros têm códigos corporais semelhantes, na acção e nas dimensões, pois ambos são igualmente

¹⁰¹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, *O Livro da Primeira Classe do Ensino Primário Elementar*, pp. 27 e 90.

actuates e relevantes na faina do dia-a-dia. Concluindo a análise das formas de representação das personagens populares, e tal como nos livros de leitura cujas personagens envergam trajes folclóricos há muito abandonados (se alguma vez utilizados no labor diário), também os moliceiros privilegiam a figuração – muitas vezes nostálgica e irrealista – do traje típico de pescadores, varinas, marnotos, moliceiros e bailarinos de ranchos festivos.

De modo semelhante aos livros de leitura, o universo referencial dos painéis sobre o tempo presente e a sociedade está confinado à aldeia, ao campo, à família, à Ria, ao mar, ao trabalho e suas gentes. Destaca-se a ideia de que o trabalho duro, rude, ao ar livre, é saudável e um valor da vida em si, porém mesclada de incómodos desabafos ocasionais sobre a miséria, dificuldade e perigos da faina na Ria e no mar: “Vida amargurada”, “Estou a ficar velho para isto”, “Como a vida era difícil de levar”, “Dai-me força!”, “Há mar... bebia-te dum trago”, “Vida dura mas sã e honrada”, “Vida arriscada”, “De sol a sol se ganhava a vida”, “Que vida dura a nossa arte de xávega”, “Almas puras cumó sal”, “Vida dura mas alegre”, “Muito peixe, pouco dinheiro”, “O mar é ruim não à peixe”.

Porém, a imagem institucionalizada do camponês trabalhador e sacrificado tanto pode ser celebrada em sérios painéis sobre o trabalho como satirizada em painéis jocosos sobre o mesmo e seus agentes. O respeito devido à faina agrícola é, nesta região próxima do mar, claramente superado pela celebração quase épica do pescador, do homem do mar. O pescador do alto mar (não o pescador da Ria, tipo cómico, amador ou turista) jamais é satirizado, numa visão que muito deve à retórica do regime, que pretende representar o pescador da faina maior como legítimo herdeiro dos marinheiros dos Descobrimentos, apesar da acção disciplinadora levada paralelamente a cabo, com escasso sucesso, através das Casas dos Pescadores. A seguinte observação sobre o pescador nazareno é aplicável às imagens patentes ainda hoje no barco moliceiro:

À vida de prisão do camponês, agarrado ao arado ou à enxada, de sol a sol, e limitado a um pedaço de terra, o pescador gosta de opor o sentido de liberdade que o mar imenso e sem dono lhe dá. A postura do camponês, velho, trajado à saloio, caminhando recurvado sobre uma bengala (...) é a representação do homem rural no imaginário nazareno [numa clara oposição] entre o pescador, de porte altivo, corajoso, verdadeiro modelo de homem, e o saloio (...).¹⁰²

¹⁰² PENTEADO, Pedro; TRINDADE, José Maria, “A Nazaré e os seus pescadores: entre representações sociais e novas leituras histórico-antropológicas”, *Oceanos – Os Pescadores*, nº 47/48, Julho/Dezembro 2001, p. 88.

Como se constata, o controlo ideológico ensaiado pelos poderes centrais e locais nem sempre alcançou em pleno os objectivos visados. Ainda hoje, os pintores dos moliceiros escolhem a taberna como cenário para os painéis jocosos que satirizam a figura típica do bêbado local. Note-se porém que se trata de painéis que, a serem entendidos como detentores de uma mensagem moralizante, fazem-no sob um tom humorístico que expõe o ridículo da realidade, ao invés de a comentar em tom doutrinal. A taberna, inimigo visado pelas Casas do Povo e dos Pescadores é, na realidade, um espaço de convívio há muito instituído na prática social, imune à retórica moralizante do regime. Torna-se condenável somente quando é frequentada em excesso e deste excesso advém a incapacidade mais ou menos permanente para o trabalho, como no caso dos alcoólicos indigentes locais. E, mesmo neste caso, o comentário é sempre feito em tom jocoso, pois os marcadores comportamentais fundamentados em princípios maniqueístas de lícito/ilícito, bem/mal e permitido/proibido, com base na autoridade religiosa, estatal e paternal (“Deus, Pátria e Família”), são complementados com noções relativizantes muito pragmáticas e permeáveis, colhidas na experiência da vida real.

Pela sua reiterada invenção de um folclore, elogio do arcaísmo, realce dos símbolos representativos das glórias passadas, sustentação na fé católica e criação ficcional de uma sociedade onde ricos e pobres coexistiam harmoniosamente, os livros de leitura encontravam-se em simbiose com a ideologia do regime, com a sua proposta de visão do mundo e da sociedade portuguesa:

Todo coerente, discurso significativo, feito de uma aparente dispersão de textos e imagens que, no entanto, veiculam uma só mensagem, o Livro de Leitura propõe um modelo de sociedade, um modelo de comportamentos, uma visão do mundo, construídos peça a peça por elementos que se podem decompor à semelhança do trabalho etnográfico. Funcionando através do artifício retórico das homologias, o Indivíduo, a Família, a Aldeia e a Pátria, apresentam-se como estratos interdependentes de um todo orgânico que agem segundo critérios de comportamento que, em última instância, se encontram legitimados no divino, essa metáfora por excelência do social.¹⁰³

Tudo isto em livros destinados a crianças de sete a dez anos. Mas tal não significa que se deva encarar os moliceiros e a sua arte como produto de crianças em ponto grande. Na realidade, os seus autores retiveram, reproduziram e, por vezes, adaptaram os poucos saberes apreendidos na escola primária e que o contexto social, económico, cultural e religioso envolvente se encarregou de perpetuar.

¹⁰³ ALMEIDA, Miguel Vale de, “Leitura de um livro de leitura”, p. 261.

Hoje em dia, os pintores dos moliceiros reproduzem muitos desses símbolos ideologicamente orientados, sem que os seus autores disso se tenham alguma vez apercebido, como se eles fossem testemunhos de um paraíso rural perdido. Tentam fazer reviver aquilo que consideram típico, genuíno, folclórico, patrimonial (conceitos vagos mas muito em voga e lucrativos), sem se aperceberem que, também nos seus painéis e mensagens, os moliceiros de hoje estão, muitas vezes, desenquadrados no tempo e no espaço. O contexto ideológico envolvente alterou-se radicalmente, o “genuíno” de antigamente era apenas o “genuíno” que o Estado inculcava e permitia, não era uma reprodução fiel da realidade envolvente. Persistem, contudo, temas atemporais, outros que se renovam constantemente e também novas formas de abordagem e representação.

Não se deve, contudo, esquecer a forte vertente satírica e erótica desde sempre conotada com os painéis dos moliceiros, que fez dos seus autores alunos tão atentos quanto indisciplinados dos livros de leitura oficial do Estado Novo. As diferentes e, por vezes, antagónicas categorias temáticas comprovam-no. O “dever sagrado” do trabalho, por exemplo, tanto pode ser representado sob um ponto de vista sério como satírico. A influência ideológica a curto e longo prazo dos livros da escola primária não abrange toda a arte do moliceiro. Há secções muito autónomas que o singularizam, de forma por vezes incómoda, no panorama da chamada “arte popular portuguesa”, difícil de descrever e analisar para os etnógrafos do regime, que optavam por ignorar ou perverter certos detalhes, quando estes não se adaptavam suficientemente bem à imagem oficial do “bom povo português”. Como no texto de 1940 de Luís de Pina, “Arte Popular”, inserido em *Vida e Arte do Povo Português*, onde se lê, acerca dos painéis do moliceiro: “Mas o artista actualiza as suas criações e, por isso, já aparecem alusões político-sociais: bustos de Salazar, legionários, filiados da Mocidade Portuguesa. Actualiza e moderniza os seus tipos, agrupa figuras, sofre a influência da política internacional; e assim modela soldados e marinheiros, devidamente apetrechados e fardados”¹⁰⁴. Ora, não se localizou nas fontes consultadas quaisquer representações de Salazar, de legionários ou de filiados da Mocidade Portuguesa (excepção para a referida – e curiosa – ocorrência que mistura o jovem da Mocidade com o retrato do rei D. Manuel II), que seriam decerto as primeiras a serem divulgadas e conservadas, caso tivessem realmente existido.

¹⁰⁴ PINA, Luís de, “Arte Popular” in LAGE, Francisco, *Vida e Arte do Povo Português*, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1940, p. 72.

Como se comprovou, poucos foram os testemunhos de irreverência que escaparam ao controlo da censura e das autoridades. Fossem essas autoridades centrais (SNI e Governo Civil), locais (Câmaras Municipais, Comissão Municipal de Turismo e Capitania do Porto) ou consuetudinárias (comissões de festas, júris de concursos de painéis ou, simplesmente, o receio mútuo que percorre todas as sociedades onde actua uma censura e uma polícia política). O controlo instituído refreou a criatividade, censurou os prevaricadores e apagou da memória documental e iconográfica o produto de qualquer desvio. Mas se esse controlo existiu, se foi necessário intervir, registar e censurar, foi porque a irreverência, a indiferença ou a livre criação alarmaram as autoridades. Os testemunhos sobreviventes em jornais, monografias, arquivos e livros de registo da Capitania deixam apenas vislumbrar a vertente ideologicamente aceitável, não-censurável da realidade. Não constituem um acervo co-extensivo com a totalidade de painéis existentes ou passíveis de existir, pois a censura actuou não só a nível da produção mas também da sua conservação, recordando que os registos oficiais de um país ou região em que se exerceu a censura e a repressão políticas nunca são completamente coincidentes com a totalidade da sua produção social e cultural, sempre fortemente vigiada e dramaticamente aprisionada às formas e conteúdos da homogeneidade oficial.

A CULTURA DAS MONOGRAFIAS

In short, anthropological writings are themselves interpretations (...) They are, thus, fictions; fictions, in the sense that they are “something made”, “something fashioned” – the original meaning of *fictio* – not that they are false, unfactual, or merely “as if” thought experiments. (...) the line between mode of representation and substantive content is as undrawable in cultural analysis as it is in painting.

Clifford Geertz, *The Interpretation of Cultures*.

Não podem representar-se a si próprios; têm de ser representados.

Karl Marx, *O dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*, citado por Edward Said, em *Orientalismo*.

A CONSTRUÇÃO DO TEXTO ETNOGRÁFICO.

O texto etnográfico pode ser encarado como uma construção narrativa de carácter interpretativo e ficcional, que Clifford Geertz fundamenta num percurso mental marcado por encontros prévios com outras construções semelhantes ou com consciências (in)formadas por essas construções. Tal percurso influencia também o papel que a construção narrativa desempenha junto dos indivíduos ou grupos distantes no espaço e/ou no tempo da matriz social que a gerou. O relativismo cultural (ou histórico) argumenta que nunca poderemos captar a imaginação de outros seres humanos ou de outros períodos como se fosse a nossa própria imaginação. No entanto, poderemos apreendê-la suficientemente bem, pelo menos tão bem como apreendemos qualquer coisa que nos é estranha, se a observarmos reflectindo sobre os preconceitos que estão, nesse momento, a interferir na nossa visão, sem tentar ignorar ou contornar a existência desses mesmos preconceitos¹.

A antropologia interpretativa de Clifford Geertz relaciona-se estreitamente com a meta-antropologia textual de James Clifford, cujo tema central tem sido a construção textual da autoridade, estabelecida pela verbalização da experiência do terreno, espaço narrativo onde se joga a identidade do indivíduo e do grupo, constrói-se a ordem vigente

¹ GEERTZ, Clifford, *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*, London, Fontana Press, 1993 [1983].

e coexistem estreitamente cultura e poder. Para James Clifford, a descrição etnográfica inscreve-se no contexto da rede de poderes da sociedade do etnógrafo, pelo que propõe o princípio do diálogo igualitário entre este e os indivíduos em estudo, ao invés da descrição objectiva do outro, longínquo e politicamente equívoco.

Tal como Bakhtin demonstrou a propósito do romance, os processos dialógicos proliferam em qualquer espaço discursivo complexo, onde muitas vozes clamam por expressão². A pluralidade vocal dos informantes citados ou parafraseados está submetida nas narrativas antropológicas tradicionais à voz singular da autoridade observadora. Uma vez reconhecida a polifonia enquanto modo de produção textual, o monólogo de autor é questionado e revela-se característico de uma ciência que se assume como representante das culturas estudadas. Daqui se infere a impossibilidade de uma aproximação completamente neutra ou definitiva. Não sendo a cultura um objecto que se descreve simplesmente, não será também um conjunto unificado de símbolos e de significados inequivocamente interpretáveis. A cultura é contestável, variável e inconstante e nesta mutabilidade incluem-se as representações e explicações de participantes e observadores.

A continuidade entre o pensamento de Geertz e Clifford é visível nos ensaios coligidos por James Clifford e George Marcus em *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Este trabalho resulta dos “advanced seminars” sobre “the making of ethnographic texts”, decorridos na School of American Research em Santa Fé, Novo México, em Abril de 1984, cujos participantes desenvolviam investigações diversas no âmbito da antropologia cultural: “Eight of the ten participants had backgrounds in anthropology, one in history, one in literary studies”, informam Clifford e Marcus no prefácio. James Clifford prossegue, em “Introduction: Partial Truths”:

Margaret Mead, Edward Sapir, and Ruth Benedict saw themselves as both anthropologists and literary artists. (...) And though ethnographers have often been called novelists manqué (especially those who write a little too well), the notion that literary procedures pervade any work of cultural representation is a recent idea in the discipline. To a growing number, however, the ‘literariness’ of anthropology – and especially of ethnography – appears as much more than a matter of good writing or distinctive style. Literary processes – metaphor, figuration, narrative – affect the ways cultural phenomena are registered, from the first jotted ‘observations’, to the completed book, to the ways these configurations ‘make sense’ in determined acts of reading.³

² BAKHTIN, Mikhail, “Discourse in the Novel” in HOLQUIST, Michael (ed.), *The Dialogical Imagination*, Austin, University of Texas Press, 1981, pp. 259-442.

³ CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (eds.), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1986, pp. 3-4.

O princípio comum aos ensaios de *Writing Culture* encara a cultura como sendo composta por códigos e formas de representação em constante reformulação. Do mesmo modo, o poético e o político aliam-se na produção da escrita etnográfica que, tal como a escrita científica em geral, deriva de processos históricos e linguísticos que lhe imprimem um carácter ideologicamente marcado. A focalização na produção textual e retórica permite distinguir o que há de artificialmente construído na descrição etnográfica, minando a evidência de certas vozes autorais e chamando a atenção para as contingências históricas que moldam a invenção – e não a simples representação – de uma cultura.

As questões textuais e epistemológicas demonstram como a escrita e a leitura de textos etnográficos são inegavelmente influenciadas por forças que estão muito para além do controlo de um autor ou de uma comunidade. Estas contingências linguísticas, retóricas, políticas e históricas devem ser abertamente confrontadas durante o processo de escrita e de leitura, sem cairmos no relativismo absoluto, excluído por Clifford Geertz e que James Clifford comenta criticamente na sua Introdução a *Writing Culture*.

Clifford considera que a construção do texto etnográfico está sujeito a seis tipos de factores determinantes:

(1) contextually (it draws from and creates meaningful social milieux); (2) rhetorically (it uses and is used by expressive conventions); (3) institutionally (one writes within, and against, specific traditions, disciplines, audiences); (4) generically (an ethnography is usually distinguishable from a novel or a travel account); (5) politically (the authority to represent cultural realities is unequally shared and at times contested); (6) historically (all the above conventions and constraints are changing).⁴

Somando todos estes factores, conclui-se que a “verdade” patente num texto é, na realidade, uma construção, comparável, segundo Vincent Crapanzano (“Hermes’ Dilemma: The Masking of Subversion in Ethnographic Description”⁵), à promessa mitológica de Hermes em não mentir mas também não dizer toda a verdade, pois a retórica subverte a mensagem ao mesmo tempo que lhe confere poder. Tal como o mensageiro Hermes, o etnógrafo apresenta as culturas e as sociedades em toda a sua opacidade, exotismo e complexidade, para depois melhor cumprir a sua missão de as decodificar e interpretar, tornando-as transparentes, próximas e plenas de significado. O texto assume uma veracidade incontestada, que não necessita de suporte retórico. No entanto, Crapanzano fornece exemplos de descrições do Oeste americano, da primeira

⁴ *Idem*, p. 6.

⁵ *Idem*, pp. 51-76.

metade do século XIX, plenas de repetições, generalizações, simplificações, circunlóquios, hipérboles, artifícios estilísticos, vocativos, metáforas inesperadas e símiles elucidativas, no intuito de comprovar incontestavelmente a veracidade e o imediatismo da experiência narrada, complementadas com juízos de valor, comentários moralizantes e uma generalizada emotividade e subjectividade.

Crapanzano analisa, em seguida, os estudos de Clifford Geertz sobre a luta de galos em Bali, baseados em trabalho de campo realizado em 1958 e publicados em *The Interpretation of Cultures*. Também aqui se atesta a virtuosidade estilística do etnógrafo. O cientista-protagonista é apresentado de modo estereotipado como um ingénuo, um deslocado, fascinado e intimidado pela sua condição de mediador de mundos. No entanto, tal apresentação confere-lhe de imediato individualidade, ao passo que o povo em estudo é sempre descrito em termos gerais, essencialistas (“eles”, “o povo”), como se todos partilhassem, sem contestação ou adequação pessoal, das mesmas experiências, significados, intenções ou motivações. De notar que a primeira pessoa do plural raramente é utilizada no texto etnográfico, fruto da distância (auto)imposta ao observador pelas regras da antropologia clássica, tanto na perspectiva metodológica como na localização do campo de trabalho. Os mitos e as narrativas de uma cultura são representações de uma determinada ordem, ficções a ler sob uma certa orientação. Mas nem todos os fenómenos culturais estão imbuídos de significado simbólico para os seus agentes. A interpretação metafísica pode existir apenas no olhar externo do observador, culturalmente orientado para esse tipo de leitura e mesmo incapaz de aceitar a mera denotação do fenómeno ou objecto.

É notório que a escrita etnográfica tenta, por vezes, criar como que uma alegoria redentora, segundo o conceito explorado por James Clifford em “On Ethnographic Allegory”⁶. A narrativa remete constantemente para outros padrões de ideias e acontecimentos, com propósitos educativos ou esclarecedores. Reconhecer esse carácter alegórico enfatiza a essência da narrativa, enquanto rede de associações mentais que conduz a novos significados teóricos, estéticos ou morais. Deste modo, a antropologia actual reavalia política e epistemologicamente o que existe de construído e de imperativo na autoridade representante, cada vez mais visível e contestada: “Allegory prompts us to say of any cultural description not ‘this represents or symbolizes that’ but rather, ‘this is a (morally charged) story about that’”⁷.

⁶ *Idem*, pp. 98-121.

⁷ *Idem*, p. 100.

A imagem do passado (ou do primitivo, clássico, tradicional ou exótico) como fonte de sabedoria incontestável, solução estética para uma vida espiritual em decadência, é uma alegoria redentora recorrente em muitos textos etnográficos. Associado a esta, encontra-se o tema da extinção do natural, da morte da sociedade tradicional. Mesmo recuando gerações sucessivas de textos, encontra-se sempre a descrição de um paraíso constantemente perdido. Mas o facto de estes desaparecerem preferencialmente no momento da sua representação textual exige uma análise em termos de estrutura narrativa. O objecto em risco de extinção surge, assim, e num grau significativo, como uma construção retórica com implicações práticas: pratica-se uma etnografia “de emergência”, onde os objectos de estudo estão a desaparecer no espaço e no tempo, mas não no texto. Mas James Clifford questiona de imediato, e com grande pertinência, a razão pela qual a evolução rápida tem de implicar a extinção de uma identidade coerente e característica, de uma cultura. Qual a autoridade científica e moral do etnógrafo enquanto “salvador”? Parte-se, então, do princípio que a sociedade em análise é frágil (inferior?), necessita de ser representada por um estranho e o que nela importa é simplesmente o passado, nunca o presente nem o futuro. O intérprete e guardião dos costumes ameaçados preserva a essência da autenticidade, tarefa facilitada pelo facto de a extinção dessa versão autêntica inviabilizar a eventual contestação da versão que ele próprio elaborou ou venha a elaborar.

Tanto o informante como o investigador são simultaneamente leitores e escritores de uma narrativa cultural. Existe, porém, a tendência para ignorar ou marginalizar relatos escritos anteriores (crónicas, imprensa, narrativas ou memórias de viajantes, párocos, administradores e autoridades locais), pois a tónica reside na experiência no terreno e não na pesquisa bibliográfica ou transcrição, apesar de o terreno estar já, muitas vezes, profundamente textualizado. Textualizado por outros ou pelos próprios, pois todos os grupos humanos “escrevem”, desde que cultivem a literatura oral ou os rituais simbólicos, onde inscrevem o seu mundo e respectivos significados, sendo que a distinção entre literário e não-literário é aqui irrelevante. E a noção de que a passagem de um universo cultural à escrita seria como que uma corrupção da sua pureza original (reversível numa eventual re-oralização do saber – ou analfabetização da cultura – outra alegoria redentora, decerto apreciada pelo Estado Novo português) não passa de uma alegoria caracteristicamente ocidental, tal como

defende Jacques Derrida⁸. Para Derrida, a linguagem, independentemente da sua forma (discursiva ou textual, falada ou escrita), estrutura invariavelmente uma manifestação de hierarquia, ao ordenar, classificar, agrupar e separar de acordo com um sistema de diferenças ou polaridades, aplicando valores subjectivos a entidades objectivas. A passagem de um universo cultural à escrita não é, por isso, argumento para a construção de uma narrativa sobre a extinção do genuíno nem de uma alegoria sobre o passado redentor.

Como consequência, James Clifford mostra-se ciente da inexistência de uma fórmula inequívoca para distinguir o factual do alegórico na descrição de uma cultura. Os dados transmitidos pela etnografia multiplicam o seu real sentido, segundo a evolução das circunstâncias históricas, políticas e científicas. A produção retórica reflecte invariavelmente a mutabilidade dos processos culturais e do contexto sócio-histórico que influencia tanto observador como observado.

Na análise interpretativa do texto etnográfico há mais em jogo do que a simples desmistificação das convenções de representação dominantes no passado e no presente. Uma tal metodologia crítica legitima a experimentação e a busca de novas opções de pesquisa, escrita e leitura, cientes da constante evolução da cultura, fenómeno avesso à imutabilidade, com que é frequentemente conotado. A metodologia adoptada nos seminários sobre “the making of ethnographic texts” comprovou que uma das trajectórias possíveis para uma antropologia crítica ou pós-moderna é o estudo literário dos próprios textos, histórica e ideologicamente contextualizados, na sequência de uma reavaliação geral das ideias dominantes nas ciências sociais. Os ensaios publicados por Clifford e Marcus espelham a crescente preocupação da antropologia com a questão da contextualização e da reflexividade, frente à decrescente coerência das metanarrativas (termo com que Jean-François Lyotard designa os paradigmas intelectuais de Kant, Hegel e Marx), das grandes teorias estruturais e das mundividências políticas e religiosas.

⁸ DERRIDA, Jacques, *L'Écriture et la Différence*, Paris, Seuil, 1967. E também: “In fact, one can assume that ethnology could have been born as a science only at the moment when a decentering had come about; at the moment when European culture – and, in consequence, the history of metaphysics and of its concepts – had been dislocated, driven from its locus, and forced to stop considering itself as the culture of reference” (DERRIDA, Jacques, “Structure, sign, and play in the discourse of the human sciences” in *Writing and Difference*, trad. A. Bass, Chicago, Chicago University Press, 1978, p. 282).

O TEXTO ETNOGRÁFICO PORTUGUÊS.

A partir de meados do século XIX, o estudo dos chamados “costumes populares” tornou-se em Portugal uma questão de interesse fundamental e continuado, ao buscar na chamada “cultura popular”, na noção constantemente reformulada de “povo”, não só a autenticidade que a sociedade burguesa não encontrava nos seus usos e costumes mas também, e num sentido mais lato, a própria identidade genuína da nação. Para tal, recorreu-se à etnografia, enquanto prática académica e exercício literário. A tentativa de descrever a almejada identidade nacional – alegoria redentora que muito auxiliaria à coesão de um país em mutação, em busca de afirmação interna e externa – marca a obra de etnógrafos e folcloristas como José Leite de Vasconcelos que, em 1933, define a etnografia como sendo a tarefa de “Examinar o que é que dá índole e coesão a um povo, e o distingue de outro; o que nele é congénito e primitivo, ou que, com o tempo, e apropriação do que lhe chegou de outro povo, se tornou típico; os produtos directos (imediatos) e indirectos (mediatos) da sua psiquê, espontâneos, ou assim julgados”⁹.

Objectivos semelhantes nortearam a definição de etnografia proposta em 1963 por José João Gonçalves de Proença, à data ministro das Corporações do Estado Novo, no discurso proferido no Congresso Internacional de Etnografia de Santo Tirso:

Ciência especialmente virada para a observação social e para a hermenêutica cultural, competir-lhe-á fundamentalmente a recolha dos índices caracterizadores das etnias e sua definição e interpretação ponderadas. Da atenção que lhe devem merecer todas as manifestações populares ou folclóricas, de sentido cultural, de sentido humano ou de sentido material (...). Tudo, em suma, que continua expressão viva e material da maneira de ser e viver das populações afastado que seja aquilo que, contrário a essa identidade, resulte da imitação ou da imposição externa.¹⁰

Na verdade, “etnografia”, “folclore”, “etnologia”, “tradições populares” eram as expressões mais ou menos equivalentes utilizadas para designar este novo campo de saberes que possuía, na opinião de João Leal, fronteiras relativamente porosas com disciplinas como a filologia, a linguística, a história literária, a arqueologia ou a antropologia física¹¹.

⁹ VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p. 2.

¹⁰ PROENÇA, José João Gonçalves de, “Discurso: Congresso Internacional de Etnografia”, separata da Revista *Etnografia* 2, Porto, Junta Distrital, 1964.

¹¹ LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Dom Quixote, 2000, p. 30.

Jorge Freitas Branco sugere uma periodização dos estudos da cultura popular em Portugal, que terão a sua primeira etapa nos finais da década de noventa do século XIX, com aquilo que designa por “nacionalização do povo”. Com efeito, o etnógrafo de então não invoca personagens nem actos heróicos isolados, antes as gentes anónimas transformadas em entidade colectiva, “[e]naltecendo o sentimento nacional, escavando, pondo à superfície e interpretando fragmentos do seu passado, introduz-se um elemento ideológico na vida actual da nação: o povo e não as classes dominantes perpetuam a nacionalidade. O povo é o elemento instituído como novo factor político na nação. É a aceitação institucionalizada do povo, através da criação da dicotomia popular *versus* erudito”¹². As práticas dos grupos dominados são descobertas, recuperadas e estudadas enquanto folclore, património ou manifestação sempre pitoresca de uma cultura obrigatoriamente moribunda¹³.

A alegoria do passado e/ou do tradicional enquanto fonte de autenticidade percorre todas as descrições etnográficas até à mudança do regime nos anos setenta, prevalecendo ainda na actualidade em diversas monografias de etnógrafos amadores. Radica muitas vezes na construção ficcional de um mito das origens, mais ou menos elaborado, mas sempre justificado pelo recurso à vaga localização em “tempos imemoriais”. Essa autenticidade ontológica da “cultura popular” surge sistematicamente associada às noções de ancestralidade que a validam de forma incontestável: “Através deste processo é construída uma genealogia fictícia na qual os costumes populares são ‘autênticos’ porque são ancestrais, em oposição aos costumes da burguesia urbana que, embora inequivocamente hegemónicos, não são ‘típicos’, porque são ‘modernos’”¹⁴.

No discurso etnográfico descritivo, não interpretativo, apenas a terceira pessoa do singular é representada. O “eu” autoral surge em momentos de juízo valorativo, de exclamação de surpresa ou de compaixão e em (nem sempre) subtis afirmações de

¹² BRANCO, Jorge Freitas, “Lugares para o Povo: Uma Periodização da Cultura Popular em Portugal”, *Revista Lusitana* (Nova Série), 13-14, 1995, pp. 167-8.

¹³ “O povo celebrado e analisado, cujo património se divulga e conserva, é o povo da pré-modernidade. É com ele que se identifica o espírito nacional, os seus usos, costumes, romances, cantares, sagezas é que são redefinidos como cultura, saber do povo, *folklore*. Os etnógrafos fini-oitocentistas associarão este povo às comunidades rurais. Não são, em rigor, as classes não-perigosas: deparamos, isso sim, com a idealização da tradição camponesa, que tende a amputá-la de tudo o que nela – valores, gestos, levantamentos – era disfuncional ou subversivo para a sociedade disciplinar moderna, tudo o que nela devia ser combatido através de processos, ainda em curso, de ‘domesticação’. A identificação do popular com o camponês – e, noutro plano, com o artesanal – é bastante selectiva, resultado de uma leitura das condutas populares segundo os critérios de avaliação moral e estética sedimentados no processo de civilização” (SILVA, Augusto Santos, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 104-5).

¹⁴ CABRAL, João de Pina, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1991, p. 18.

autoridade, conferida pela presença no terreno ou por leituras de autores consagrados. O testemunho pessoal do sujeito é suficiente para conferir veracidade ao texto, como se pode ler nesta passagem de Leite de Vasconcelos, em *Religiões da Lusitânia*: “Há em Portugal, próximo da foz do Mondego, uma curiosa povoação, chamada Cova de Lavos, que pode dar ideia do sistema das estações lacustres. Eu estive lá em 1890, e falo pois *de visu*”¹⁵. Outras vezes, o autor não sente sequer a necessidade de comprovar o seu conhecimento do terreno e parece considerar suficientes as leituras eruditas que o distinguem. No texto etnográfico consequente, ocorrem imprecisões factuais, reiteradas ao longo de décadas de escrita baseada na autoridade precedente, apesar de rectificáveis através da simples observação directa e metódica do objecto.

Numa perspectiva geral, a tendência para o anacronismo no texto etnográfico português desapareceu somente após o fim do regime ditatorial. João de Pina Cabral aponta o exemplo paradigmático de Leite de Vasconcelos: ao compararmos as linhas teóricas dos três primeiros volumes da *Etnografia Portuguesa* (1933, 1936 e 1941) com as dos contemporâneos Lévi-Bruhl (*La Mentalité Primitive*, 1922) ou Marcel Mauss (*Essai sur le Don*, 1925), o anacronismo científico torna-se evidente. Constatação que se agrava na comparação da produção textual de discípulos seus, como Luís Chaves ou a família Pires de Lima, com a dos contemporâneos Radcliffe-Brown, Malinowski, Evans-Pritchard ou Lévi-Strauss¹⁶. Em Inglaterra, por exemplo, a tradição do estudo das camadas populares remonta às primeiras reflexões marxistas sobre a classe operária em Manchester, culminando em 1954 na obra pioneira de Richard Hoggart, *The Uses of Literacy: Aspects of Working Class Life*.

Por contraste, revistas como a *Douro Litoral* e a *Revista de Etnografia*; congressos como o *Congresso de Etnografia e Folclore* (Braga, 1963), o *Congresso Internacional de Etnografia de Santo Tirso* (1963) e o *Colóquio de Estudos Etnográficos “Dr. José Leite de Vasconcelos”* (Porto, 1958) e museus como o Museu Etnológico de Leite de Vasconcelos, o Museu de Antropologia de Coimbra, o Museu de Etnologia de Jorge Dias ou o Museu de Etnografia e História da Província do Douro Litoral, eram frequentemente destituídos de espírito crítico assim como de relevância teórica ou analítica. A obra legada por estes autores e iniciativas constitui, na realidade, um simples mas vasto reportório de material, de outra forma ilocalizável. No entanto,

¹⁵ VASCONCELOS, José Leite de, *Religiões da Lusitânia*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1981 [1897], p. 59.

¹⁶ CABRAL, João de Pina, *Os Contextos da Antropologia*, pp. 27-8.

todo este esforço foi encorajado e amplamente desenvolvido durante o Estado Novo, com o objectivo de construir uma realidade política e ideologicamente orientada, que reorganizasse a situação do indivíduo no espaço local e nacional.

No texto etnográfico proto-científico, o grupo económica e culturalmente elevado dos próprios etnógrafos permanece sempre fora do campo de estudo. A burguesia e as classes altas em geral, ou as classes socialmente incómodas dos marginais e indigentes, são apenas referidas nas narrativas de viajantes estrangeiros. A mediocridade conformada da classe agrícola, base da sociedade de então, pode e deve ser descrita para preservar o que há de genuíno no “bom povo português”, superiormente instado a orgulhar-se dos seus costumes e a zelar pela sua conservação. Mesmo a miséria, reiteradamente lamentada em termos morais, baseados na compaixão e resignação católicas, nunca é analisada nas suas causas e consequências. As condicionantes económicas, políticas e sociais que sustentam o miserabilismo não se questionam. O etnógrafo tudo observa sem interferir, sem qualquer comentário político a uma estrutura representada como sendo (e devendo ser) imutável. Por seu lado, descrever a própria classe, assumir-se a si e ao contexto burguês circundante como potencial objecto de estudo, implica a análise do próprio quotidiano, como se de um objecto pitoresco se tratasse. Ainda hoje, a distância espaço-temporal suaviza o trabalho do etnógrafo, dificulta a verificação crítica, protege susceptibilidades. A introspecção sócio-cultural, a auto-crítica, exigem um nível de abstracção e de racionalização científica difícil de praticar. Em *The Uses of Literacy*, Richard Hoggart admite a dolorosa dificuldade de ser, ele próprio muitas vezes, autor e objecto do estudo. Actualmente, os estudos feministas, pós-coloniais, das minorias, entre outros, prosseguem o mesmo objectivo, ao procurar tornar visíveis as tradições culturais que são silenciadas, marginalizadas ou desvalorizadas dentro da sociedade a que o investigador pertence, funcionando também como uma perspectiva crítica sobre a própria produção de conhecimento.

A busca por uma identidade ancestral na cultura popular denuncia uma atitude paternalista de superioridade pois, embora considerando que a autenticidade cultural da nação reside nas camadas populares, o seu (re)conhecimento, a capacidade de descobrir, seleccionar, definir e interpretar essa essência oculta será apanágio exclusivo das elites cultas. Elites que representarão o papel do “etnógrafo salvador” questionado por James Clifford, o tal “intérprete e guardião” dos costumes constantemente ameaçados pelo presente (ou pelo futuro), pois estão entregues a grupos sociais inferiorizados pela sua

frágil “simplicidade”, a quem a possibilidade de evolução é negada, uma vez que neles apenas o passado, a tradição importa. Estes grupos, genericamente designados pelo colectivo “povo”, “portugueses”, “gentes”, são meras essências etnográficas criadas no e pelo texto, sem individualidade possível¹⁷.

Tal como Pierre Bourdieu defende, este tipo de distinção cultural não é mais do que uma forma de prolongamento e manutenção das distinções de classe. A cultura popular é assim definida como uma produção colectiva, anónima e instintiva, oposta à cultura erudita, individualizada enquanto acto racional e intencional de criação. Para Bourdieu, o consumo e a consciência cultural advêm da predisposição mais ou menos deliberada para o desempenho de uma acção de legitimação da distinção social. No entanto, essa predisposição é também um privilégio económico e social que não pode ser concedido, de maneira inconsciente e totalmente teórica, a todos os homens. A maior parte das obras humanas é indissociável das condições económico-sociais que as tornam possíveis e que nada têm de universal. São engendradas nos universos sociais muito particulares que são os campos de produção cultural, nos quais se encontram implicados os respectivos agentes¹⁸.

Mas esta observação não invalida o facto de os habitantes de muitos universos culturais ditos “populares” possuírem a necessidade intrínseca de manter uma ilusão estética no quotidiano, de desenvolver um sistema simbólico subjacente aos seus modos de expressão. No exemplo do moliceiro, a melhoria das condições económico-sociais dos lavradores da Ria, em meados do século XIX, possibilitou a eclosão da criatividade artística, da valorização estética das alfaias do quotidiano. Mas apenas nesse momento da História, não em séculos anteriores, de mera e difícil subsistência. Também neste universo social existem pressões incontornáveis que gerem a criação mental dos indivíduos.

O argumento da ingenuidade do popular – logo, do povo – é desmontado por Clifford Geertz no ensaio de 1974 “From the Native’s Point of View: On the Nature of Anthropological Understanding”, talvez ainda marcado por uma certa surpresa frente às

¹⁷ “Os estudos sobre a cultura popular não deixarão de ser marcados, até hoje, pelo peso deste modelo, que coloca o povo do lado do passado e da tradição – quer dizer, nos seus termos de referência, na imobilidade, inércia, resistência, elementaridade, arcaísmo, fases primitivas e ultrapassadas da evolução para o progresso” (SILVA, Augusto Santos, *Tempos Cruzados* p. 105).

¹⁸ BOURDIEU, Pierre, *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*, trad. Richard Nice, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1984, p. 5; BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas sobre a Teoria da Acção*, trad. Miguel Serras Pereira, Oeiras, Celta Editora, 1997 [1994], pp. 159-60.

capacidades reflexivas descobertas em povos “nativos”, habitualmente tratados com o mesmo paternalismo dispensado ao “popular”:

Destitute peasants would discuss questions of freedom of the will, illiterate tradesmen discoursed on the properties of God, common laborers had theories about the relations between reason and passion, the nature of time, or the reliability of the senses. And, perhaps most important, the problem of the self – its nature, function and mode of operation – was pursued with the sort of reflective intensity one could find among ourselves in only the most *recherché* settings indeed.¹⁹

Nos anos noventa, quando em Portugal a antropologia se pratica já dentro de parâmetros científicos, enquanto disciplina autónoma e academicamente sustentada, Paulo Raposo associa as contingências apontadas por Pierre Bourdieu e a “compreensão antropológica” de Clifford Geertz no seu estudo de um dos múltiplos contextos culturais portugueses, que bem poderia ser o da Ria de Aveiro:

As populações constroem a sua história, afastando-se da pictórica e exótica imagem do “bom povo português”. Importa entender como as tecnologias podem ser um mapa das relações sociais, um texto que nos fala dos processos de transmissão e fixação de uma memória cultural – na educação dos usos tecnológicos – que nos remete para o universo das classificações sociais – hierarquizando, subordinando e elegendo saberes e agentes – e que nos aponta o sentido da continuidade histórica dos grupos – nesse processo de substituição e variabilidade das paisagens das formações sociais, ou nos reequilíbrios constantes das pulsões demográficas e ecológicas.²⁰

O MOLICEIRO NO TEXTO ETNOGRÁFICO: A ALEGORIZAÇÃO DA TRADIÇÃO.

Enquanto práticas culturais populares, a exploração do moliço na Ria de Aveiro, a construção artesanal de embarcações moliceiras e a respectiva decoração foram naturalmente objecto de estudo em textos de intuito etnográfico, desde os seus primórdios em Portugal. No entanto, a maior parte desses textos não passou de simples monografias descritivas, sem contextualização sócio-económica nem extrapolações teóricas, plenas de comentários subjectivos e baseadas em escassa pesquisa documental e deficiente conhecimento do terreno. O contacto efectivo com os protagonistas da cultura popular era limitado e os materiais preferencialmente recolhidos em fontes literárias e em informações veiculadas por informantes cultos:

¹⁹ GEERTZ, Clifford, *Local Knowledge*, p. 60.

²⁰ RAPOSO, Paulo, *Corpos, Arados e Romarias: Entre a Fé e a Razão em Vila Ruiva*, Lisboa, Escher, 1991, p. 27.

Os materiais são obtidos maioritariamente por processos como o testemunho de uma velha “ama” de origem rural, informações enviadas por correspondentes locais, curtas deslocações de trabalho ou de férias fora de Lisboa. Isto é: o povo da antropologia portuguesa dos anos 70/80 do século XIX é um povo depurado e filtrado pela escassez de contactos directos e que, nessa medida, pode cumprir com êxito o papel que lhe está reservado no dispositivo ideológico subjacente ao discurso antropológico então prevalecente.²¹

Invariavelmente construídas em redor do tema da autenticidade do passado e da tradição, as descrições etnográficas versando o moliceiro acabaram por ser utilizadas em proveito da ideologia salazarista, como alegoria da beleza dos costumes do humilde povo português – a conservar a todo o custo – e da nobreza da sua ascendência, fabricando todo um mito das origens que incluía viquingues, gregos, cartagineses, fenícios e romanos.

Fruto da citação mútua, da simples reverência pelos autores precedentes, sem verificação actualizada, as monografias reproduziram durante décadas conceitos e conclusões parcelares, distantes (quando não claramente opostos) da prática real. Com uma retórica saudosista, valorativa, moralizante e, muitas vezes, mais poética do que científica, a questão da decadência do presente frente à riqueza do passado estabeleceu-se como argumento incontestável logo desde as primeiras décadas do século XX. Contudo, não se verificou uma evolução notável nas monografias publicadas nas últimas décadas desse mesmo século. Mas tal constatação deve-se ao facto de as monografias mais recentes serem da autoria de amadores, cuja única habilitação é o conhecimento empírico da região ou o prestígio local. Tais monografias são invariavelmente publicadas em edição de autor ou patrocinadas pelas autarquias. Não existe ainda um verdadeiro estudo etnográfico rigoroso e científico sobre o barco moliceiro.

As monografias e descrições etnográficas aqui analisadas são preferencialmente aquelas que contêm referências substanciais à região lagunar em geral e ao barco moliceiro em particular e não as que lhes dedicam meros parágrafos informativos, limitando-se a citar dados de outras publicações, sem acrescentos ou comentários relevantes. José Leite de Vasconcelos, por exemplo, ao longo da sua vastíssima obra, pouco ou nada se ocupou com o barco moliceiro²².

²¹ LEAL, João, “Imagens Contrastantes do Povo: Cultura Popular e Identidade Nacional na Antropologia Portuguesa Oitocentista”, *Revista Lusitana* (Nova Série), 13-14, 1995, p. 130.

²² No segundo volume de *Etnografia Portuguesa*, no Livro I “A Terra de Portugal”, Leite de Vasconcelos limita-se a citar uma passagem impressionista de *Bacia do Vouga: Estudo Geográfico*, de Amorim Girão (1922), que refere brevemente o barco moliceiro como sendo o carro fluvial dos lavradores-barqueiros, à qual não acrescenta qualquer comentário ou informação: “A Ria (na Beira Litoral): Da Ria (por

Em 1885, Teófilo Braga observa *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, como se de um mundo exótico e desconhecido por vezes se tratasse. Expedição a outro continente ou simples passeio de lazer, é questão que a retórica empregue dificilmente desvenda, nesta descrição da alagem das redes da arte xávega:

Na indústria da pesca, em alguns pontos do País empregam-se bois para puxarem as redes. O historiador Henri Martin observou com espanto este facto, quando veio a Portugal ao Congresso Antropológico de 1880: Um dia, passando próximo de um portozinho, não longe da cidade do Porto, avistamos uma imensa fileira de bois, que iam por entre as dunas para o mar. - Então, que fazem eles para ali?, perguntamos. Vão porventura lavrar o oceano? - Não; vão à pesca! Estavam ali imensas redes, que se estendiam pelo mar quase uma milha; iam jungir-lhes os bois para puxar para terra essas prodigiosas massas com a enorme quantidade de peixe que envolvem. Aqui tudo surpreende, tudo diverge dos aspectos a que os nossos olhos andam acostumados; o rio, a capital, as outras cidades muito mais ainda, as casas, os hábitos, a vegetação.²³

Tal como atrás apontado por João Leal, a página etnográfica nasce de uma breve deslocação “não longe da cidade do Porto”, onde porém “tudo surpreende, tudo diverge dos aspectos a que os nossos olhos andam acostumados; o rio, a capital, as outras cidades muito mais ainda, as casas, os hábitos, a vegetação”. É um povo sem nome, observado de longe, de relance, com sincera surpresa, uma realidade com a qual o homem de letras burguês sempre coexistiu mas de que mal se apercebera até então.

Ao referir a exploração do moliço (“alguns lavradores colhem o musgo trazido à praia pela maré com engaos e carreiam-no para os campos, onde o deixam fermentar em pilhas ao ar livre”²⁴), Teófilo Braga socorre-se do já citado artigo de Carlos Faria, “Folhetim”, publicado em *Povo Português: Folha Republicana da Beira Baixa*, entre 1882 e 1884, e que constitui a mais antiga referência escrita até agora localizada à decoração pictórica do moliceiro:

excelência) ou Ria d’aveiro, disse-se já algo nesta obra. Acrescente-se aqui o que se segue, transcrito de uma memória de um nosso notável geógrafo, bastas vezes por nós citado: ‘A Ria, designação que muitas vezes se generaliza também a uma grande parte da Ribeira e da Marinha, abrange as terras marginais do esteiro, sobretudo vizinhas da foz do Vouga: parte dos concelhos de Ovar, Estarreja, Ilhavo, e Vagos. Tem um tipo de vinho maduro, diferente do tipo Bairrada, e deve principalmente a sua individualidade ao carácter especial da sua população anfíbia, para quem o moliceiro é uma alfaia agrícola – carro fluvial d’esses lavradores-barqueiros, como muito bem lhes chamou Luís de Magalhães. Trabalhadores, e singularmente prolíficos, deixando o arado para se meter na campanha, emigrando temporariamente em épocas especiais para a pesca do atum e do bacalhau, para fundar colónias, sempre inconfundíveis, ao longo da costa portuguesa e espanhola, os marítimos de Ovar, da Murtosa, e de Ilhavo tem, no seu modo de vida, qualquer coisa original, com linguagem, sobretudo rica em formas náuticas e de pesca, forma de pronúncia característica, tudo envolvido num manto de intraduzível saudade’” (GIRÃO, Amorim, *Bacia do Vouga: Estudo Geográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, pp. 174-5, citado por VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vol. II, livro I – “A Terra de Portugal”, p. 319).

²³ BRAGA, Teófilo, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, volume I, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985-1986 [1885], p. 83.

²⁴ *Idem*, p. 81.

Na ria de Aveiro, usam-se os barcos moliceiros, construções obesas, de proa e ré contraídas e que servem para o transporte das algas impropriamente chamadas moliço, pois que elas não podem servir para as palhoças e constituem apenas um riquíssimo adubo para a agricultura, etc. Estes barcos aparecem por centenas na sua feira (25 de Março) sarapintados na popa e proa com pessoas reais e animais disformes.²⁵

Nesta passagem pioneira, destaca-se o juízo de valor (“algas impropriamente chamadas moliço”) fundamentado na experiência prévia do sujeito ciente da sua autoridade e numa generalização que não leva em conta as variantes próprias do vocabulário local²⁶. Destaca-se igualmente a desvalorização estética da arte popular (“sarapintados na popa e proa com pessoas reais e animais disformes”), que não é ainda alegorizada como expressão máxima da autenticidade e beleza das tradições que contêm em si a essência do ser português.

Em 1896, a etnografia ensaiava os seus primeiros passos no país, ainda sem sistematização definida, limitando-se à recolha de material e ao confronto incipiente de um ou outro elemento com fenómeno idêntico de além fronteiras. É desse mesmo ano a primeira tentativa séria de compreensão e de isolamento da etnografia no quadro das ciências que em Portugal se regista. Provocou o seu aparecimento a celebração do centenário do descobrimento da Índia, projectada para o ano imediato, e subscreveu-a Adolfo Coelho, intitulando-a *Exposição Ethnographica Portugueza – Portugal e Ilhas Adjacentes*: “Carecemos de conhecer o trabalho popular nas mais diversas formas; os meios de transporte tradicionais, carros, embarcações marítimas e fluviais, etc., esperam ainda um estudo compreensivo, assim como o comércio nas suas formas populares. As belas artes populares, pròpriamente ditas, salvo a poesia, não foram ainda estudadas a sério. A música tem sido objecto de várias publicações destinadas, ao que parece, a darem dela ideia falsíssima”²⁷. Adolfo Coelho projectava realizar uma exposição etnográfica portuguesa em 1897, em Lisboa, que não se efectivou.

Mas em Aveiro, a 30 de Maio daquele mesmo ano de 1896, o bi-semanário local *Campeão das Províncias* insere no seu número 4574 uma carta dirigida pelo engenheiro

²⁵ *Idem*, p. 135.

²⁶ Variação de que José Leite de Vasconcelos se apercebe e que procura esclarecer num artigo por duas vezes publicado na *Revista Lusitana*, em 1910 e em 1916: “‘Moliço’ na Maia, Esposende e Foz do Sousa significa ‘caruma’. Em Viana, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez tem o nome de ‘gravalha’ (folhas secas de pinheiro). Em algumas terras significa ‘argaço’ ou ‘sargaço’, tal como este, nalgumas regiões, significa ‘caruma’” (VASCONCELOS, José Leite de, “Falas e tradições do distrito de Viana do Castelo”, *Revista Lusitana*, vol. XIII, 1910, p. 87, e “Nomes das ‘agulhas secas’”, *Revista Lusitana*, vol. XIX, 1916, p. 266).

²⁷ COELHO, Adolfo, *Exposição Ethnographica Portugueza – Portugal e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

dos serviços hidráulicos Melo de Matos ao Barão de Cadore, acerca de uma exposição alusiva à Ria de Aveiro, que em seguida circulou em separata de poucos exemplares. O Barão de Cadore havia encarregado Melo de Matos da missão de organizar o programa para uma exposição dos produtos da Ria de Aveiro, exposição essa que também nunca chegou a realizar-se. Desse programa, onde o aspecto iconográfico assume especial relevo, destacam-se as passagens:

Para que a exposição se torne tão proveitosa quanto possível, dando noções exactas referentes à ria, aos seus habitantes e aos costumes deles, aos produtos industriais e artísticos da região, trata-se de adquirir o maior número de desenhos, mapas, estampas, fotografias e modelos, cada um dos quais será acompanhado de uma breve indicação escrita, contendo o nome do objecto, os seus usos e modo de fabricação, a sua importância industrial e uma indicação bibliográfica a ele referente. Cada visitante, por consequência, só pela leitura dos cartões alusivos a cada objecto tem como que um resumo da história natural dele, completando-a pelo catálogo descritivo e ilustrado profusamente que se projecta publicar, de maneira que esteja completamente impresso quando se abrir a exposição.²⁸

A segunda secção deste programa debruça-se exclusivamente sobre a colheita de moliço, ilustrada com as seguintes peças: modelo de barco moliceiro aparelhado com todas as peças que o compõem; exemplares das pinturas ornamentais dos barcos moliceiros; plantas e fotografias de portos ou praças de moliço e de barcos transportados em carros para a Ria; exemplares de moliços colhidos na Ria. Melo de Matos prossegue o seu discurso sobre a necessidade premente de preservar as genuínas tradições populares portuguesas, chamando a atenção para os “(...) costumes que têm resistido até agora à tendência uniformizadora da civilização, para indústrias caseiras dignas de apreço e em vésperas de se extinguirem, porque já quase que se podem classificar como modos de viver que não dão para viver, para formas de construção naval que talvez, em breve, se percam de todo, para manifestações artísticas populares reveladas nos vestuários, nas jóias, nas festas e nos barcos”²⁹.

Na sua carta, Melo de Matos descreve aquilo que, na realidade, é o programa que norteou os primórdios da etnografia em Portugal: os costumes populares moribundos, frente à ameaça globalizante da civilização; a intervenção de emergência do etnógrafo; a organização de exposições de âmbito local, incipientes iniciativas museológicas onde a quantidade dos objectos se sobrepõe à qualidade científica da sua

²⁸ Citado em: MADAHIL, António Gomes da Rocha, “A Exposição Alusiva à Ria de Aveiro projectada em 1896 pelo Barão de Cadore e pelo Engenheiro Melo de Matos”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIII, 1947, p. 13.

²⁹ *Idem*, p. 15.

organização, catalogação e apresentação³⁰. Um programa que, nas suas motivações e métodos de trabalho, ainda actualmente subsiste em várias monografias e museus locais, como o Museu Etnográfico da Murtosa, onde as encenações de um passado rural perdido se distribuem aleatoriamente por três salas contíguas, e onde as informações são veiculadas por cartões (de conteúdo mais pobre do que o preconizado por Melo de Matos) ou pela boa-vontade de um eventual funcionário da Câmara.

Mas é a atenção conferida pelo autor aos painéis do moliceiro que aqui merece maior destaque (a exposição deverá contar com “exemplares das pinturas ornamentais dos barcos moliceiros”), uma vez que lhes confere verdadeiro valor artístico, sem os qualificar com os termos disfóricos empregues apenas três anos antes por Carlos Faria e reproduzidos por Teófilo Braga. Melo de Matos reconhece também o seu carácter representativo e expressivo do modo de viver e pensar da região: “(...) as indústrias da ria, do modo de viver dos seus habitantes, tentando coordenar as suas indústrias caseiras, os documentos iconográficos estampados nas proas dos barcos moliceiros, que sulcam estas extensas águas, fixando as formas, talvez em breve perdidas, das embarcações desta região, as velas que as movem, as redes com que exploram a fauna das suas águas, as casas em que se abrigam aqueles que vivem aqui”³¹.

Melo de Matos envolve a descrição do seu projecto em comentários onde ressalta a tradição alegorizada enquanto espelho da identidade nacional que, quando comparada com manifestações homólogas no estrangeiro, só deverá sair valorizada na sua superioridade. Mais do que da identidade, encontrar-se-à na arte popular a alegoria do orgulho nacional e, nos painéis dos moliceiros, um exemplo da singular noção estética da “raça”:

³⁰ Outros exemplos: “A antiga colecção Baldaque da Silva, base do Museu Industrial Marítimo de Faro, da Escola Industrial de Pedro Nunes [catálogo de 1891], cujos restos, depois dum lamentável desbarato, estão hoje encorporados no Museu Marítimo da mesma cidade, reorganizado em 1931, abrangia 30 modelos de barcos, 82 modelos de redes, armações, utensílios e aparelhos de pesca, tudo em diversas escalas, sendo alguns dos utensílios executados no seu verdadeiro tamanho. Modêlos de construção naval tinha dôze; trabalhos de marinheiros, 107; dois modelos de vapores; modelos de ferros e amarrações, 14; instrumentos e aparelhos de navegação, 24; dezassete modelos de máquinas; e de poleame e talhame apresentava 45 modelos diferentes. Na classe de trabalhos de marinheiro exhibia 9 variedades de nós, 18 pinhas diversas, 7 voltas, 7 costuras, 3 gaxetas, 2 mixelos, 3 unhões, 3 boças, 3 coxins, 2 lingas, 2 alças, 2 estropos, 1 rabo de raposa, 1 de cavalo, 2 repuxos, 2 agulheiros, 6 variedades de agulhas, 4 palhetas, 4 massetes, e 39 trabalhos de aparelho de navio e modelos diversos. Era uma colecção notável, que chegou a ir em 1892 à exposição de Madrid [*Catálogo da Secção Portuguesa Marítima na Exposição de Madrid em 1892*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1892], e a Paris em 1900, e de que hoje pouco resta no actual sucedâneo do primitivo Museu [catálogo de 1931]” (MADAHIL, António Gomes da Rocha, *Etnografia e História: Bases para a Organização do Museu Municipal de Ílhavo*, Ílhavo, Tipografia Casa Minerva, 1934, p. 81).

³¹ MADAHIL, António Gomes da Rocha, “A Exposição Alusiva à Ria de Aveiro”, p. 19.

Diz o Sr. Ramalho Ortigão no seu *Culto da Arte em Portugal*, que ninguém mais artisticamente do que o português sabe vestir a mulher, arrear o cavalo, engatar a mula e moldar a vasilha, do que se pode concluir que, no carácter nacional, está o desejo, comum de resto às raças latinas, de ornamentar tudo quanto aprecia, de tornar agradável tudo quanto precisa e lhe é de utilidade. O barco moliceiro, que se pode considerar como a casa de alguns dos habitantes desta região, não foge à lei estabelecida e, como prova, lá estão os documentos iconográficos que ornamentam as proas deles. As suas formas elegantes, tão bem adequadas ao fim a que se destinam estas embarcações, são outra prova de que é o português que sabe dar uma forma artística aos barcos sem que eles, por isso, deixem de ter condições de navegabilidade muito notáveis, correndo à vela quase tanto como os batéis que importamos do estrangeiro.³²

Melo de Matos enumera o contingente de assuntos que a Ria de Aveiro e o litoral seriam capazes de fornecer aos diversos artistas (pintores, escultores e escritores) que visitassem a região, não perdendo a oportunidade de elaborar comparações algo desproporcionadas nem de criticar aqueles que se deixam fascinar pelas influências artísticas do estrangeiro:

(...) as romarias e as procissões da Senhora da Saúde, do S. Paio e da Senhora das Areias, com o destaque das opas sobre o areal batido pelo sol, rodeando as imagens pequeninas em andores que parecem destinados a crianças, forneceriam ensejo para o estudo das tonalidades do claro, não menos interessante do que os tons negros dos quadros de Rembrandt e que, nas mãos de um pintor de talento, produziriam intensamente a sensação cálida das *Glaneuses* de Millet. (...) Não são contudo apenas os pintores ou os escultores que acharão aqui fontes de inspiração. Também os literatos encontrariam no viver destes povos muito que dizer, sem buscarem as suas inspirações nos volumes que, a três francos e cinquenta, se recebem de Paris.³³

Com uma perspectiva e objectivos distantes dos de Melo de Matos, Luís de Magalhães publica, logo em 1905, na Revista *Portugália*, o artigo “Os Barcos da Ria de Aveiro”, primeiro ensaio de descrição sistemática destas embarcações fluviais, com tentame de contextualização geográfica, social e económica. Esta primeira concepção alargada da etnografia encontra-se, na generalidade, na orientação editorial imprimida por Rocha Peixoto à *Portugália*, por contraste com uma etnografia que, quer anterior quer posteriormente, se mostra mais interessada nos objectos do que no contexto em que eles são produzidos ou por referência ao qual fazem sentido³⁴.

³² *Idem*, p. 11.

³³ *Idem*, p. 14.

³⁴ João Leal conclui: “A linguagem empregue a propósito desta cultura popular esteticizada pelo olhar do etnólogo é uma linguagem eminentemente pictórica, feita do enunciado obsessivamente descritivo das propriedades e características formais dos objectos sucessivamente apresentados. (...) Mas, de uma forma geral, a vontade de teorização é bastante incipiente e a característica dominante da esmagadora maioria dos textos é o seu tom celebratório, assente num número limitado de recursos retóricos, que invariavelmente cantam a ‘beleza’, a ‘simplicidade’ e ‘humildade’ dos objectos de arte popular ou evocam as suas lições de ‘são tradicionalismo’, de ‘modéstia’ e de ‘singeleza’” (LEAL, João, *Etnografias Portuguesas*, pp. 46-7).

Conciso e factual, apoia-se em dados numéricos e em pormenorizados desenhos legendados das embarcações, apesar de algumas passagens de retórica poética, como aquela que descreve o moliceiro como “o mais elegante e o mais rapido barco da ria, e aquelle cuja forma se distingue mais da dos outros. Muito baixos de borda, de bocca larga, bica da prôa elevada e recurva, a projecção d’esta dá a *silhouette* d’uma cabeça de cysne voltada para traz”³⁵.

Após breve referência à hipotética origem mediterrânica dos barcos da Ria de Aveiro, Luís de Magalhães ressalva prudentemente: “Sem nos internarmos n’uma questão de origens, onde só poderíamos estabelecer inconsistentes hypoteses, observemos estes barcos, um a um”³⁶. Não se nota neste texto a necessidade de encontrar uma origem mítica, enobrecedora, que justifique o valor patrimonial atribuído às embarcações, nem se procura criar uma ficção em seu redor, como sucederá em obras posteriores. Neste momento, a etnografia preocupa-se preferencialmente com a “pureza ethnica” da “família politica e historica, que é a nação portugueza”. Na tradição popular procura-se a identidade de um país em convulsão, nas vésperas da queda da monarquia. Mas nesta perspectiva predominam ainda as características externas, facilmente constatáveis e generalizáveis:

Extremamente prolificos, trabalhadores e aventureiros, o varino e o murtozeiro lançam para outras regiões fluviaes o excedente da densa população da sua raça, e, sem perder um só dos caracteres d’ella, fundam por longe numerosas, grandes e importantes colonias piscatorias. Encontram-se, como se disse, d’essas colonias ao longo de quasi toda a costa portugueza, e ainda junto á foz d’alguns rios hespanhoes. A sua patria é o braço fluvial ou a linha da costa, onde a fortuna mais o favoreça. Para ahi leva primeiro o barco e as redes, depois a mulher e os filhos. Se os negocios lhe correm bem, se junta um peculio, faz a casa: o pequeno rez-do-chão, muito caiado e limpo, á moda da sua terra. A esta junta-se outra, depois outra, e toda uma povoação typica e caracteristica surge, como a Afurada, na margem do Douro, verdadeiras enkystações ethnicas, que o meio ambiente jámais logra absorver ou adulterar sequer. A família constitue-se n’um rigoroso regimen endogamico – e isto basta a explicar a inalterabilidade do typo, a continuidade dos costumes, a fixidez dos habitos, que tornam esta raça um raro exemplar de pureza ethnica entre as outras que compõem esta família politica e historica, que é a nação portugueza.³⁷

³⁵ MAGALHÃES, Luís de, “Os Barcos da Ria de Aveiro”, *Portugália: Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez*, tomo II, fasc. 1, Porto, Imprensa Portuguesa, 1905, p. 56.

³⁶ *Idem*, p. 53.

³⁷ *Idem*, pp. 61-2. Já em 1902, Jaime Afreixo caracterizava os “subtipos étnicos” das gentes ribeirinhas, em termos que excluíam qualquer traço de individualidade ou hipótese de afirmação enquanto classe: “O pessoal que trabalha nas sete campanhas de S. Jacintho é todo da Gafanha e da Murtosa. Os primeiros teem o nome de gafanhões e os da Murtosa o de marinhões. Estes são mais pescadores, mais gente do mar, mas em compensação os outros são mais disciplinados e humildes tornando-se portanto mais faceis de levar e mais certos no compromisso da safra” (AFFREIXO, Jayme, “Pescas Nacionaes: A Região de Aveiro”, *A Tradição – Revista Mensal d’Ethnographia Portuguesa Illustrada*, Serpa, vol. IV, 1902, p. 149).

O projecto de Melo de Matos, embora nunca realizado, teve continuadores entre os estudiosos da região aveirense, que defenderam a sua concretização sob a forma permanente de museu regional. É o caso de Alberto Souto (posteriormente director do Museu Regional de Aveiro e presidente da Câmara Municipal na década de cinquenta) que, em 1929, publica *Etnografia da Região do Vouga (Beira-Litoral): Memória Justificativa sobre a Criação de um Instituto de Estudos e de um Museu Etnográfico com Sede em Aveiro*³⁸. Sem a projecção de outras obras, instituídas como referências incontornáveis e citadas ao longo de décadas, a *Etnografia da Região do Vouga* constitui o resumo ideal daquilo que é a etnografia em Portugal nos início do século XX.

Os comentários de Souto sobre a rude pobreza das tradições populares portuguesas não estão isolados no panorama etnográfico da época³⁹. Contudo, serão sempre as passagens de retórica encomiástica – em que Alberto Souto é parco – aquelas que vão perdurar, mesmo se fundamentadas em observações imprecisas. A pobreza do folclore nacional motiva a seguinte passagem, de contornos críticos, republicanos na referência ao domínio austero da igreja católica, logo dificilmente (re)formulável após a instauração do Estado Novo:

Não tem, bem eu sei, o nosso povo uma originalidade de costumes, hábitos e tradições como o povo basco, em cujo seio se mantem, resistindo ao nivelamento da civilização cosmopolita que o cerca, características que tanto o individualizam. É relativamente pobre o nosso Folclore. O romance, a lenda, a canção, a dança não teem nesta região baixa da Beira-Marítima uma particularidade tal que enriqueça a bagagem do investigador e prove faculdades inventivas típicas num povo que experimentou variadíssimas influencias etnicas. A arte popular é pobre. A casa é geometrica e despida de adornos. Os utensilios agricolas são simples e lavados

³⁸ Para além da extensa produção bibliográfica que se seguirá, à data, Alberto Souto havia já publicado: *Apontamentos sobre a Geografia da Beira Litoral: I - Origens da Ria de Aveiro (Subsídio para o Estudo do Problema)*, Aveiro, Tipografia Minerva Central, 1923.

³⁹ “Nos finais do século XIX, o camponês é visto como uma espécie de moderno-primitivo. Expressões como boçal, rude, grosseiro, bárbaro são utilizadas para caracterizar a cultura popular e o povo é momentaneamente visto – em contraste com a representação de matriz romântica prevalecente nos restantes períodos da antropologia portuguesa – como uma entidade de que se lamentam os defeitos” (LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*, p. 44). E também: “Esta imagem da cultura popular – em que expressões como “monumento”, “tesouro”, “revelação”, ou “ingenuidade”, “verdade”, “fantasia” são recorrentes – conhece entretanto, à medida que passamos dos anos 70/80 do século XIX para a viragem do século, uma significativa inflexão. De uma visão não apenas positiva, mas frequentemente entusiasta, da cultura popular portuguesa, passamos a uma visão desta em que os juízos negativos se tornam mais frequentes como em Adolfo Coelho – ou mesmo dominantes – como em Rocha Peixoto” (LEAL, João, “Imagens Contrastantes do Povo”, p. 126). Apesar destas balizas temporais, em 1940, ainda se encontra a expressão “bárbara ingenuidade” aplicada às decorações do moliceiro: “Os moliceiros aveirenses utilizam no seu afanoso labor airoços barcos de proas arrogantes, como as embarcações fenícias, com típicas alegorias e legendas, desenhadas com uma bárbara ingenuidade” (FELGUEIRAS, Guilherme, “A Faina do Campo”, in LAGE, Francisco, *Vida e Arte do Povo Português*, p. 123).

de ornatos. Os ritos culturais são sobrios e não muito fora da vulgar e ortodoxa liturgia do catolicismo dominante.⁴⁰

Desta passagem, os textos submetidos ao regime ideológico dominante após 1933 reterão apenas a ameaça que o “nivelamento da civilização cosmopolita” representa, face à genuína essência da nação que há que preservar, se necessário pelo isolamento e estagnação compulsória. Mais próximo da retórica de Melo de Matos do que da objectividade etnográfica de Luís de Magalhães, Alberto Souto também defende os costumes populares moribundos, frente ao progresso, e a intervenção de emergência do etnógrafo: “urge descrever, inventariar e analisar”; “Mas não há tempo a perder, porque o tempo devora e consome”; “é preciso salvar (...) a graça ingénua da arte popular”; “Recolher, pois, sem perda de tempo, porque a época é de velocidade e a velocidade moderna desmantela rapidamente o passado, quando este se não cultiva”⁴¹. A retórica é maniqueísta, o discurso estrutura-se em binómios simplistas, de alcance difuso: “renovação” – “perda de tradições”; “aldeia utilitarista” – “poetisar a vida rural”; “desenvolvimento populacional e económico” – “chateza e anodinismo etnográficos”⁴².

Mas Alberto Souto partilha com Luís de Magalhães a certeza de que é nos costumes populares que se revela a identidade da raça portuguesa, da entidade colectiva “Povo”: “(...) recolher tudo aquilo que constitue a documentação do caracter do nosso Povo e o que nele, durante anos e seculos, constituiu uma revelação da sua alma”⁴³. O conservadorismo do texto etnográfico defende o isolamento desses testemunhos no espaço e no tempo, ao abrigo não só de influências estrangeiras mas também de um eventual processo de evolução dentro das espécies de embarcações existentes: “Um artista que fosse chamado para embelezar a obra do construtor, não delinearía melhor, nada teria a corrigir, porque nestes barcos não ha que modificar, ha apenas que copiar bem, sem alterar em nada o seu perfil airoso, gracioso e cheio de caracter (...) não se pode modificar de maneira alguma, nem substituir seja por que modelo fôr, o barco que a Ria gerou, impondo-lhe uma estética natural e inconfundível”⁴⁴.

Nesta *Memória Justificativa* encontra-se reproduzida uma parte do artigo “A Estética dos Nossos Barcos”, que Alberto Souto publicou, em 1921, no primeiro e único

⁴⁰ SOUTO, Alberto, *Etnografia da Região do Vouga (Beira-Litoral): Memória Justificativa sobre a Criação de um Instituto de Estudos e de um Museu Etnográfico com Sede em Aveiro*, Coimbra, Coimbra Editora, 1929, pp. 26-7.

⁴¹ *Idem*, pp. 27 e 31-3.

⁴² *Idem*, p. 33.

⁴³ *Idem*, *ibidem*.

⁴⁴ *Idem*, pp. 44-5.

número de *Talábrica – Revista de Arte e Acção Regional*. Nesse longo excerto, Souto divaga sobre as hipotéticas origens das embarcações da Ria de Aveiro e a sua relação com a genealogia nacional, fundamentando a sua autoridade etnográfica na familiaridade que estabeleceu ao longo da vida com os barcos da Ria: “Desde pequeno que conheço esta Ria (...) Os seus barcos, então, são-me familiares: conheço-lhes os nomes como os dos companheiros de colegio e amigos de infancia”⁴⁵. Em discurso subjectivo, emotivo até, utiliza as suas memórias pessoais como fontes que, no entanto, levam-no a estabelecer uma comparação muito distante da realidade entre o formato do moliceiro e o do barco de mar da arte xávega.

A *Memória Justificativa* termina com a descrição do projecto museológico, ressaltando que o Museu de Aveiro tem já – à data – uma colecção completa de modelos de barcos da Ria. Souto reproduz, entre outros exemplos mais abreviados, a estrutura da ficha que deverá acompanhar o modelo de moliceiro na exposição e a gravura ou referência no catálogo, numa descrição atenta e completa, se bem que algo confusa, com considerável atenção à vertente iconográfica: escala do modelo; dimensões no barco grande e no barco pequeno; número de cavernas em cada medida; zonas em que se utiliza e diferença dos dois tipos; destino, uso, profissão; explicação sobre o moliço; vocabulário e nomenclatura; forma do moliceiro; projecção e risco do barco, com desenho e planta; descrição minuciosa da proa e da ré, enquanto câmara dos tripulantes e paiol de mantimentos; usos e costumes da vida a bordo; aparelho e seu manejo; decoração (painéis da proa e ré, motivos ornamentais dominantes, figuras, desenhos, ornatos geométricos, dísticos e divisas); numeração e documentos; as malhadas; bibliografia do moliceiro; iconografia; dados estatísticos e económicos⁴⁶.

António Gomes da Rocha Madahil transcreve a carta de Melo de Matos em 1947 mas, em 1934, publicara já *Etnografia e História: Bases para a Organização do Museu Municipal de Ílhavo*, apresentando também o seu programa para a organização de um museu regional. Na realidade, tal museu, inaugurado a 8 de Agosto de 1937, com organização e direcção do próprio Rocha Madahil, tal como é descrito em *Etnografia e História* e no *Guia de Portugal* de Sant’Anna Dionísio⁴⁷, em pouco difere da exposição

⁴⁵ *Idem*, p. 44.

⁴⁶ *Idem*, pp. 46-9.

⁴⁷ “Museu Municipal de Ílhavo (Ab. t. os d., desde as 10 às 12. e das 13 às 17 h. Entr., por bilh., 1\$00. Instalação provisória. Não há catálogo. Os objectos são identificados por etiquetas. Inaug. em 8 de Ag. de 1937. Organizador e director: dr. A. G. Da Rocha Madahil. Conservador, Teodoro Craveiro). Tem duas secções: uma notável de etnografia piscatória e náutica; outra de cristais e porcelanas de Vista Alegre. Na primeira há as miniaturas, em escala, de tôdas as embarcações da ria: uma série, muito desenvolvida, de

planeada na carta de Melo de Matos, em 1896. Madahil vai reproduzi-la dez anos depois da inauguração do Museu de Ílhavo, como uma espécie de aprovação histórica, de nobre precedente do seu projecto.

A organização do Museu, tal como anunciada em *Etnografia e História*, mostra-se ciente da especificidade da flora aquática da Ria de Aveiro, bem como das suas embarcações, merecedoras de secções ou salas autónomas. Para todos os objectos que considera característicos da região (embarcações de silhueta singular, painéis dos moliceiros, ex-votos marítimos, cangas decoradas), Madahil procura uma origem histórica, uma influência de outros povos. Fornece uma incipiente bibliografia dos estudos até à data elaborados sobre a Ria de Aveiro, o moliço e o barco moliceiro, e cita cientistas estrangeiros que se interessaram pelo estudo dos recursos da Ria. Justifica o projecto museológico no facto de o conhecimento e a celebração artística da região serem formas de ensinar o amor à pátria (“os povos são tanto mais fortes quanto mais estimam a Terra a que estão ligados”⁴⁸) e formula um ensaio de demarcação da área cultural: “Em Cacia veem-se as primeiras tendências para o enfeite, em Ovar são as cangas já estilizadas e recamadas de opulentos desenhos e coloridos. (...) O Vouga é, um pouco, como nota Raúl Brandão, a linha onde tudo muda – costumes, tradições, festas”⁴⁹.

Mas o contacto declaradamente breve e superficial com a realidade do terreno e o preconceito que leva o autor a encarar os objectos etnográficos como “curiosidades”⁵⁰

barcos de mar: com um exemplar precioso de galera de guerra do séc. XVIII, feito de marfim; uma série de barcos de pesca da costa portuguesa desde a jangada da Apúlia à traineira e ao vapor de arrasto; série de instrumentos náuticos, desde a primitiva balestilha ao moderno sextante; diversos tipos de rêde, com exemplificação duma xávega de sardinha, dum cêrco de tainha, duma chinha da Ria, aprestos variadíssimos; a miniatura de uma salina; a colecção completa dos utensílios desta indústria, em tamanho natural; maquettes de construção naval nos estaleiros da Gafanha; miniatura duma seca de bacalhau; trabalhos de marinheiros (colecção de nós e voltas, da maior curiosidade); a sala do moliceiro, com a reprodução pitoresca de alguns graciosos painéis de proa; peças de vestuário popular de várias épocas: chapeletes das mulheres de Ovar, Ílhavo, Gafanha e Murtosa; gravuras e pinturas de assunto marítimo (de Alberto Sousa, João Carlos, Fausto Gonçalves, António Vitorino, Manuel Tavares, Fausto Sampaio, Carlos Fragoso); uma colecção de algas do litoral português (as da ria, com a nomenclatura científica); colecções de conchas e búzios; etc. – formando tudo um conjunto singularmente interessante e cheio de cor. No vestíbulo do museu a *maquette* original do monumento ‘O Homem do Leme’, do escultor Américo Gomes, erigido em bronze na Foz do Douro” (DIONÍSIO, Sant’Anna, *Guia de Portugal III - Beira Litoral, Beira Baixa, Beira Alta*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1944, pp. 532-3).

⁴⁸ MADAHIL, António Gomes da Rocha, *Etnografia e História*, p. 43.

⁴⁹ *Idem*, p. 87.

⁵⁰ “A minha observação recente, destes dias, permitiu-me até recolher os seguintes curiosos documentos etnográficos, que suponho virem a público pela primeira vez, e que mostram bem quanto neste capítulo a etnografia tem ainda a estudar entre nós” (*idem*, p. 75). Seguem-se exemplos comentados de inscrições e ornamentos pictóricos de barcos de pesca marítima, identificados com o nome e a matrícula.

estão na base de uma das passagens mais citadas de sempre sobre a decoração do moliceiro, misto de prosa poética e imprecisão:

A proa do moliceiro – o mais lindo barco da Ria – é uma peça excepcional, com valor e significado próprios; constitui, verdadeiramente, a parte nobre do barco, a mais expressiva e a mais representativa também; imprime-lhe carácter. Nenhuma outra o construtor afaga tanto, velando pela pureza da linha e do recorte que lhe são peculiares; na proa concentra o pintor todo o seu simbolismo: a sua mais garrida cercadura de semi-círculos encadeados ou de rosetas sexfoliadas, os mais lustrados painéis, as mais espirituosas legendas; o simbolismo da ré já é menor, a pintura mais reduzida e simplificada, menos cuidada até. Os dois painéis da proa e as suas cercaduras são bem a réplica achada pelo ínclito da região ao colar de penas de vivo colorido, que certas aves aquáticas, certos palmípedes, apresentam no pescoço, como se, à imagem e semelhança delas, o barco tivesse sido concebido pelo seu remoto criador. E, como na ave, também é esse colar mais extenso e vistoso que as da cauda ou da ponta da asa – o painel da ré.⁵¹

A comparação com as penas de “certas aves aquáticas” contrasta com o facto de tal fauna avícola de vivo colorido não existir, na realidade, na Ria de Aveiro. Também a reiterada desvalorização estética dos painéis da ré em comparação com os painéis da proa não está de acordo com as provas iconográficas encontradas nos arquivos e publicações da década de trinta e anteriores (e também posteriores). Com efeito, a profusão ou simplicidade das decorações e legendas varia de embarcação para embarcação segundo o talento do construtor ou pintor mas não dentro da própria embarcação, seguindo um qualquer princípio de subordinação da popa em relação à proa. A observação de Rocha Madahil, que se instituiu como verdade incontestável durante décadas, fundamentar-se-á na maior elevação do painel da proa, com a sua forma mais invulgar do que o quase rectângulo da popa, evocando as figuras de proa dos grandes navios. De igual modo, a tradicional figuração de cavaleiros e soldados no painel de proa evoca imagens de superioridade provenientes da hierarquia social estabelecida. Na realidade, os painéis da ré oferecem até mais espaço para que o decorador neles crie quadros mais vivos e elaborados, cómicos, maliciosos ou relacionados com a vida quotidiana na Ria.

A imagem positiva do povo e da cultura popular portuguesa, guardiões alegóricos da essência da nação, nem sempre surge formulada de modo inequívoco. Em 1944, António Nascimento Leitão publica *Aveiro e sua Laguna (Vistos Através do Mundo)*, com o sub-título *Estudo Comparativo de Temas Regionais*. O comparativismo da obra assenta na simples evocação de exemplos estrangeiros, provenientes de

⁵¹ *Idem*, pp. 57-8.

contextos diversos que não permitem qualquer interpretação científica das semelhanças e diferenças encontradas.

O título *Vistos Através do Mundo* justifica-se, por exemplo, nos dados meteorológicos sobre Aveiro e a Ria, comparados com dados de outras cidades portuguesas e europeias. O capítulo sobre a evolução hidro-topográfica é, na realidade, a habitual história da barra e também das ruas e bairros da cidade, que se sobrepõe a qualquer informação quantitativa factual. Este capítulo termina com uma longa comparação com Ostende, na Bélgica, assumidamente pouco elogiosa para Aveiro. Da mesma forma, Nascimento Leitão compara a escassez de lendas de Aveiro com a riqueza das lendas alemãs, como, por exemplo, a dos Nibelungos. Na secção sobre “barcos e velas regionais”, o barco moliceiro é referido com os habituais qualificativos: “(...) ingénuos painéis, (...) insígnias de alegria e do nobre esforço da sua lida, na qual parece reflectir-se a hilariedade do observador, provocada pela estranha grafia das suas legendas e pelo humorismo dos motivos figurados. Não iria, pois, bem num funeral, o ridente barco moliceiro”⁵². De seguida, compara o moliceiro com a gôndola de Veneza, o *treckschuit* da Holanda, a sampana e o tancar da China, Java e Sião, sempre numa retórica impressionista e metafórica.

Apesar da comparação com realidades externas gerar comentários desfavoráveis à pobreza dos costumes populares portugueses, Nascimento Leitão comunga da preocupação de Luís de Magalhães e de Rocha Madahil com a diferenciação “étnica” da região de Aveiro. Enumera detalhes da “raça”, descreve um “tipo” físico e psíquico muito elogiado, como se de um povo distante e estranho se tratasse⁵³. Formula a habitual hipótese sobre a origem grega e fenícia deste “tipo étnico”, fundamentando-se na proposição “diz a História”, mas sem citar qualquer fonte. Refere apenas as *Memórias de Aveiro* de Marques Gomes, de 1875, onde se especula: “quási se pode sustentar sem medo de errar, que êstes povos aqui viveram, ou pelo menos aqui vieram

⁵² LEITÃO, António Nascimento, *Aveiro e sua Laguna (Vistos Através do Mundo)*, Lisboa, Sá da Costa, 1944, p. 203.

⁵³ Tal tendência para a classificação étnica, que chega a distinguir “povos” dentro de regiões contíguas e muito limitadas, está bem patente neste excerto de Ercília Pinto, de 1947: “Quanto à psicologia do povo de Fermentelos, nota-se-lhes uma tendência acentuada para a religião predominando neles as tendências espirituais, enquanto nos povos da Bairrada propriamente ditos, predominam as sensuais. Até no corpo, a gente de Fermentelos, homens e mulheres, apresenta uma cor de pele mais branca e assetinada, isto é, mimosa como a paisagem do Águeda” (PINTO, Ercília, “Costumes e Tradições da Região de Águeda: A Abertura Solene da Pateira de Fermentelos à Apanha do Moliço”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIII, nº 51, p. 243).

comerciar”⁵⁴. Tais suposições repetem-se e citam-se entre si, como se a existência prévia da hipótese de um autor justificasse a hipótese de outro.

Se no povo se encontra o espírito da “raça”, a relevância conferida pelos estudiosos a esta classe de contornos difusos não pode, porém, constituir uma ameaça à ordem social estabelecida. Ao descrever determinadas práticas populares de cariz devocional, onde se incluem as da romaria do S. Paio, Nascimento Leitão tem o cuidado de as classificar como “superstição”: “Noutra povoação vizinha daquela [Torreira], acabaram também as ridículas e escandalosas promessas a outro Santo. Os beneficiados, portadores de canudos com pulgas, bacios com comida, doce e vinho, banqueteavam-se hilariantes, junto do altar ou no adro da capela – cantando quadras picarescas, alusivas à petição, sobretudo tratando-se de casamentos em que a noiva já tivesse ultrapassado demais a idade própria”⁵⁵. Depois do juízo moral (em sintonia com a censura que fora de facto imposta à romaria de S. Paio e seus banhos de vinho à imagem do Santo na década de quarenta), segue-se o habitual apontamento saudosista sobre a pureza perdida dos costumes: “Passou o verdadeiro sentimento que movia as gerações anteriores” e “tem já mesmo degenerado a intenção primitiva”. Demora-se, por fim, a delinear uma ambígua diferença entre superstição e “supersticiosidade”, esta apanágio daquilo que designa por “classes cultas ou não ignorantes de todo”, imbuídas de outro “espírito de época”⁵⁶. As práticas culturais obtêm significados díspares, em função da classe a que pertencem, com a respectiva hierarquização bem demarcada. O valor alegórico das tradições populares nunca poderá ser assumido pela classe que as pratica, num qualquer assomo de emancipação. Deverá ser reconhecido externamente, pelas classes cultas que condescendem em observá-las. No entanto, da leitura de *Aveiro e sua Laguna* depreende-se que o “espírito de época” vigente na descrição etnográfica de quarenta pouco evoluiu desde finais do século XIX.

Mas também em 1955, num breve artigo publicado no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, “Barcos de Aveiro: os Moliceiros”, Laudelino de Miranda Melo reproduz ainda a retórica poética e impressionista fini-oitocentista, com recurso acentuado à animização e à comparação, numa prosa própria de um romantismo muito tardio:

Os barcos “moliceiros” da Ria de Aveiro fazem parte da sua paisagem bucólica, de tons suaves e nostálgicos: marinhas de sal, canais, juncos, lagoas, rios, esteiros e largos horizontes. E Sol, e brumas, e bateiras, e homens aqui e além, na faina diária. De linhas elegantes e

⁵⁴ LEITÃO, António Nascimento, *Aveiro e sua Laguna*, p. 184.

⁵⁵ *Idem*, p. 196.

⁵⁶ *Idem*, p. 197.

características muito particulares, os “moliceiros” parecem grandes e exóticas aves aninhadas sobre o imenso espelho das águas desta importante laguna. O bico da proa é voltado para trás, fazendo lembrar o pescoço do cisne e o bico da gaivota. E as pinturas nas faces da proa e da ré são curiosas e garridas, predominando as cores: verde, azul, amarelo e vermelho, tudo com desenhos ingênuos de linhas e figuras, onde aparecem cavalos e homens e mulheres – figurantes militares ou campinos ou gente com a indumentária da Beira-Mar. E esses desenhos e pinturas são assinalados com legendas interessantes e significativas, ao sabor popular da humilde gente ribeirinha.⁵⁷

Miranda Melo descreve superficialmente as produções artísticas da “humilde gente ribeirinha”, de quem se demarca através da condescendência, da surpresa e da incerteza encenadas em expressões como “parecem”, “fazendo lembrar”, “curiosas”, “interessantes e significativas”, “ao sabor popular”, como se se tratasse de uma prática observada pela primeira vez. Regista vinte e duas legendas, sem ordenação nem classificação temática, tendo porém o cuidado de informar que as transcreve tal como estão nas proas ou rés dos respectivos barcos, “sem pontuação e nem cuidados de ortografia”⁵⁸. Para referir sem melindres legendas de teor jocoso-erótico como “Bamos pró campo cachopa”, “Se queres vamos aí” ou “Chega-te pra mim”, Miranda Melo explica que “quase todas são significativas porque a acompanhar a legenda está uma mulher ou um homem, e às vezes estão os dois a darem-se as mãos”. Ainda mais cauteloso, ao elucidar o referente da legenda “O gajo adbinha o Maio”, o autor limita-se à perífrase patente em “um bucéfalo garboso de porte altivo e crina eriçada e que, por tudo mais, parecia um valente garanhão”. Como esta legenda e respectiva imagem

⁵⁷ MELO, Laudelino de Miranda, “Barcos de Aveiro: os Moliceiros”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXI, nº 82, 1955, pp. 158-9.

⁵⁸ *Idem, ibidem*. Comentário e transcrição semelhantes – se bem que muito mais breves – encontram-se nos parágrafos de “Aveiro e a Epopeia da Ria” que Jaime Cortesão dedica aos moliceiros “de proa recurva e de painéis policromados”: “Foi lá [Museu Municipal de Ílhavo] e recentemente, que tomámos nota de alguma das legendas que acompanham essas rústicas pinturas”, designadas como “encantadoras obras de arte popular”. Prossegue: “Aqui vamos transcrevê-las com a ortografia sónica dos originais. Ao lado de algumas humorísticas ou políticas, como, ‘Bão indo que eu cá Bou’ ou ‘Biba o sôr Afonso Costa’, outras diziam: ‘A fama de longe sôa’, ‘Cá bai o Portugal Belho’, ‘Veleiro p’ra toda a terra’. Todas na redondilha menor das cantigas populares e com seu jeito de velas, enfunadas por um vento de largada e tradição heróica” (CORTESÃO, Jaime, *Obras Completas – Portugal, a Terra e o Homem*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, vol. 24, pp. 153-4). Em *Estudos Etnográficos*, D. José de Castro também contrapõe aquilo a que chama “expressão correcta”, reescrevendo as legendas reproduzidas com “correção ortográfica”, apesar de o significado do original ser óbvio. Cita, “com a ortografia usual que na maioria dos casos resulta da própria dicção”, alguns exemplos de legendas de painéis, distribuídas pelas espécies em que, segundo o autor, se divide a natureza dos desenhos dominantes (satíricas, românticas, profissionais e religiosas). Os qualificativos empregues enquadram-se na retórica recorrente do texto etnográfico de meados do século XX: “O castelo da proa, no seu pormenor gracioso de ingenuidade, expressivo, original, é uma rubrica complementar no carácter decorativo deste pequeno barco. Um friso floral na vertente do castelo; nos golfinhos um galã e a namorada; na base da bica um vaso com uma planta florida, e eis tudo, mas o bastante para exteriorizar a caprichosa imaginação do decorador que na maioria dos casos é o próprio mestre barqueiro” (CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos – Aveiro*, Tomo I – *Moliceiros*, p. 16).

foram reproduzidas quarenta anos mais tarde e registadas na presente recolha (CD II, Jocosos, Trabalho, 8), o confronto com o conjunto do painel permitiu esclarecer o real significado – previsivelmente de cariz sexual – do indefinido “tudo mais”.

Luís Chaves, activo colaborador do SPN/SNI, foi um dos mais prolíficos etnógrafos portugueses de meados do século XX. A sua notável atenção ao barco moliceiro gerou porém uma série de textos de retórica arcaica, baseados em superficial observação e na reformulação de conceitos anteriores. Como se comprova, a etnografia desta época manteve sempre, a par de um envolvimento mais ou menos claro com a política e a ideologia do regime, uma considerável distância em relação às metodologias e aos textos universitários e científicos.

Em 1943, em *A Arte Popular: Aspectos do Problema*, Luís Chaves segue fielmente o texto de 1934 de Rocha Madahil, transcrevendo a citada passagem sobre a excepionalidade estética da proa do moliceiro e acrescentando alguns títulos à breve bibliografia sobre a Ria de Aveiro patente em *Etnografia e História*, que introduz com o comentário de cortesia: “Dos moliceiros falaram, com elegância e simpática delicadeza...”⁵⁹. O excerto de Rocha Madahil surge novamente citado por Luís Chaves em 1945, no artigo “A Decoração dos Nossos Barcos (Notas de Etnografia)”, publicado na Revista *Brotéria*; em 1958, em *Os Transportes Populares em Portugal: Carros e Barcos (Tipos e Decorações)*; e em “Maré Viva de Sugestões: Uma Sugestão de Arte Popular”, publicado no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, em 1968⁶⁰. Mais de trinta anos volvidos, a autoridade da voz precedente sobrepunha-se à simples observação das fontes iconográficas ou das próprias embarcações em uso na realidade.

Em *Os Transportes Populares em Portugal: Carros e Barcos (Tipos e Decorações)*, edição da FNAT porém sem marcas ideológicas relevantes, Luís Chaves propõe uma classificação temática dos painéis do moliceiro, em conjunto com os painéis das embarcações do Tejo e com as decorações dos barcos de mar da costa ocidental. Sem distinguir entre as diferentes embarcações, há que falar na generalidade de “ornamentação pictórica”, pois painéis e simples ornamentos confundem-se nesta classificação. Aplica o mesmo procedimento nivelador às legendas: “Em todos os

⁵⁹ CHAVES, Luís, *A Arte Popular: Aspectos do Problema*, Porto, Portucalense Editora, 1943, p. 124.

⁶⁰ CHAVES, Luís, “Maré Viva de Sugestões: Uma Sugestão de Arte Popular”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIV, 1968, pp. 272-84.

barcos é digna de nota a frequência de legendas curiosas: alegres, animosas, confiadas, humorísticas, com alusões religiosas, profissionais do mar, amorosas”⁶¹.

Os ornamentos pictóricos serão de “evocação amorosa” (com a imagem de uma mulher, de um casal ou com símbolos populares, como a rosa), de “evocação religiosa” (imagens de invocação geral ou local, cruzes, emblemas e distintivos, como a tiara e as chaves cruzadas, em apelo à protecção de São Pedro), de “evocação familiar e profissional” (gente da lavoura e da pesca), “episódica e de costumes populares” (tourada, com o cavaleiro em atitude de farpear) e “política” (o rei sob dossel coroado, a bandeira nacional, outras bandeiras e a Cruz de Cristo)⁶². E prossegue, alternando a descrição com o tentame de sistematização e interpretação impressionista:

Entre os animais, tem preferência o peixe, o que não é de estranhar como emblema ou sinal de pescador, perdida a superstição de com ele atrair os peixes à rede; não é raro o galo, a reclamar vigilância. Depois das figuras, vêm as decorações de tipo geométrico e de estilo floral. A feição geométrica é linear e poligonal: listas e faixas curvilíneas, bem adequadas a decorações marítimas, onde representam a ondulação; cadeias de semicírculos, alternadamente invertidos, são cordas de conchas; os engradamentos e axadrezados lembram as redes estendidas; a espinha, ou pena, tanto pode representar a flora (algas) como a fauna (peixe) da Ria, nos moliceiros. Na decoração dos moliceiros o que vale são os painéis dos extremos.⁶³

Na generalidade, Luís Chaves mostra-se preocupado com a proveniência dos motivos decorativos das embarcações, em duas vertentes: a influência histórica de outros povos (questão relacionada com o “mito das origens”, a analisar posteriormente) e a inspiração popular ou “influência de feição superior à de índole popular”⁶⁴. Sem chegar a formular qualquer conclusão, elabora juízos de valor tão simplistas como “há barcos feios, desprovidos de toda e qualquer feição estética”⁶⁵, na introdução à secção sobre barcos.

Mas a retórica impressionista e a observação casual – como um diário de férias em paragens exóticas – traduzidas em texto etnográfico não são exclusivo dos autores

⁶¹ CHAVES, Luís, *Os Transportes Populares em Portugal: Carros e Barcos (Tipos e Decorações)*, Lisboa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Gabinete de Etnografia, 1958, p. 57.

⁶² Com ligeiras variantes, esta classificação temática surgira já delineada no artigo “A Decoração dos Nossos Barcos (Notas de Etnografia)”: evocação amorosa; evocação religiosa; evocação familiar e profissional (exemplificada com moliceiros, para além de pescadores, lavradores e lavradeiras); evocação episódica (“tourada, o cavaleiro, que nos moliceiros aparece sempre, os soldados, o sol”); evocação graciosa (“figuras a que as legendas respectivas dão palavras, coroas e ramos de flores”); evocação política (“o Rei sob o dossel coroado, a bandeira nacional, outras bandeiras, a cruz de Cristo”) (CHAVES, Luís, “A Decoração dos Nossos Barcos (Notas de Etnografia)”, *Brotéria*, vol. XLI, 1945, p. 51).

⁶³ CHAVES, Luís, *Os Transportes Populares em Portugal*, p. 55.

⁶⁴ *Idem*, p. 35.

⁶⁵ *Idem*, *ibidem*. Esta frase surgira já no parágrafo inicial de: CHAVES, Luís, “A Decoração dos Nossos Barcos (Notas de Etnografia)”, p. 45.

portugueses. Em 1972, o arquitecto naval reformado norte-americano Thomas Gillmer dedica todo um capítulo de *Working Watercraft: A Survey of the Surviving Local Boats of America and Europe* àquilo que designa por “Iberian Working Craft”. Numa escrita etnográfica assumida como sendo “de emergência” (“before it is too late”, lê-se na contracapa), Gillmer viaja ao longo da costa portuguesa e efectua o levantamento das embarcações tradicionais sobreviventes, ilustrado com desenhos e fotografias. Na Ria de Aveiro, deixa-se fascinar pela originalidade do moliceiro, que descreve de forma subjectiva, sem fundamentação documental, preocupando-se sempre em sugerir possíveis origens e em estabelecer comparações com homólogos passados e presentes:

The collection and transportation of the seaweed is accomplished by boats, and these boats are perhaps the most unusually formed and decorated class of sailing workboats in use in the western world. They are called moliceiros because of their employment in transporting moligos (seaweed). Their movement about the lagoons and canals reminds one of Holland and Venice. Aveiro itself resembles a Dutch city with canals, houses, and waterfront stores of Dutch facade. (...) The stern form of the moliceiro is reminiscent of the after end of a gondola, but it is my conviction that its origin is far, far older. The combination of stem and sheer plank extension that was noted in the *ribetejo* boats of Lisbon is apparent. On the sides of each bow extending four or five feet abaft the stem head, there is an area of detailed pictorial decoration. The style of figures, both human and animal, is medieval in technique and application. The abstract figures of the border of these decorations seem to be older and, while documentation is not possible, there is an obvious similarity to eastern Mediterranean decorations originating on the Phoenician and Syrian coasts at the end of the second pre-Christian millennium.⁶⁶

Sem apoio bibliográfico e com uma insuficiente experiência da realidade em análise, a compreensão dos termos portugueses é de evidente dificuldade para Gillmer, como está patente em “*ribetejo*”. Nesta passagem dedicada ao barco de mar da Costa Nova, reitera também a subjectividade das suas afirmações (de novo, “it is my conviction”) e deixa depreender a escassez (ou inexistência) de contactos efectivos com os actores sociais:

Near this same region, at Costa Nova, there is a sea boat which has much of the form and decorations of the moliceiro. The nearest thing that I could learn for a name to call them sounded much like *piroque*. Even so, the sheer is definitely exaggerated when compared to other boats of similar requirements. It is my conviction that, because the boats are economically built and flat on the bottom for standing up on the hard sand, their quarter-moon sheer profile fulfills the demand for a form of natural strength. (...) And also, as though more is needed at this extremity, the stem head, which is perhaps 12 feet above the water, is surmounted by a harpoon-like pole. This latter appendage is for the showing of a signal, the purpose of which, I, at least, will have to admit, is known only to the sailors of Costa Nova.⁶⁷

⁶⁶ GILLMER, Thomas C., *Working Watercraft: A Survey of the Surviving Local Boats of America and Europe*, Camden, Maine, International Marine Publishing Company, 1972, p. 162.

⁶⁷ *Idem*, pp. 162-4.

Ao exemplificar a já referida tendência para o anacronismo no texto etnográfico português, João de Pina Cabral apontara, entre outros, o caso da produção textual da família Pires de Lima. Tal constatação confirma-se na leitura do capítulo sobre “Origem, época e evolução”, da secção “Pintura Popular”, no segundo volume de *A Arte Popular em Portugal*, assinado pelo próprio coordenador da colecção, publicada entre 1968 e 1975:

Põe-nos este capítulo perante numerosos problemas de solução muito difícil como, aliás, acontece com a maior parte dos assuntos de origens. No caso que nos interessa, há, antes de mais nada, a estabelecer uma distinção no que respeita à pintura popular, em pintura de origem popular e pintura de origem erudita. O povo cria pouco, julgamos mesmo que não pensa em fazer um esforço para criar obra nova e, quando o faz, é sem intenção, sem haver em si um verdadeiro desejo de se libertar de influências estranhas, mas alguma coisa de seu nos traz. Há na sua obra um fundo e uma estabilidade comuns a todo o ser primitivo, a par de certos elementos que a tomam diferente para cada povo e de uma ou outra pequena inovação introduzida de vez em quando. As tradições, levando à persistência de antigos motivos, têm muita importância na arte popular, sendo o esforço do pintor orientado principalmente no sentido de uma assimilação e adaptação de assuntos de uma arte de ordem superior à arte popular. A cópia de pintura de categoria elevada, a cópia de estampas e até mesmo a cópia de cartas de jogar têm papel muito importante como fontes de inspiração do pintor popular que simplifica e estiliza estes assuntos, adaptando-os à sua maneira de sentir e de realizar determinada obra.⁶⁸

Sem lhes atribuir uma secção exclusiva, Pires de Lima dedica vários parágrafos do capítulo sobre pintura profana em painéis ao moliceiro, descrevendo de forma concisa e factual os seus ornamentos e pinturas, atento às imagens que acompanham o texto. Estabelece um paralelo entre a técnica pictórica dos moliceiros e a dos painéis votivos ou *ex-votos*, aproximando-os também no assunto, quando perante moliceiros com painéis religiosos. Destaca a preferência do moliceiro pelos “episódios da vida corrente”⁶⁹ e pelas figuras de reis, de que destaca – com correcção – a predilecção por D. Manuel II (ancestral directo da actual tendência para as imagens paradigmáticas) e personagens políticos. A propósito, cita o painel legendado com “Biba o Sor Afonso Costa”, que diz encontrar-se reproduzido no Museu Municipal de Ílhavo. De igual modo, cita legendas provenientes do moliceiro então patente nesse Museu e das reproduções existentes na “Sala das Beiras” do Museu de Arte Popular de Lisboa. Mas a sua fonte principal são os *Estudos Etnográficos* de D. José de Castro, de 1943, cuja

⁶⁸ LIMA, Fernando de Castro Pires de (dir.), *A Arte Popular em Portugal*, vol. II, “Pintura Popular”, Lisboa, Editorial Verbo, 1968-1975, p. 158. A secção “Pintura Popular” divide-se em: I – Técnica, II – Assunto, III – Localização, IV – Origem, época e evolução, V – Datas e assinaturas. Os artistas.

⁶⁹ *Idem*, p. 128.

incipiente listagem de legendas considera ser “bastante vasta”⁷⁰. Daqui se conclui que, apesar da evidente atenção ao pormenor e da presença de ilustrações, a descrição etnográfica de Pires de Lima não provem da observação directa e/ou participante da realidade, mas sim da observação de peças recolhidas em museus ou de reproduções impressas em fontes bibliográficas, cronologicamente já distantes. Tal como os seus antecessores, o etnógrafo não precisa de se deslocar ao terreno nem de abandonar o universo urbano e livresco para escrever a sua narrativa. A elite culta demarca-se do “povo” a todos os níveis, limitando-se a conferir-lhe os significados alegóricos que melhor servem os seus interesses.

Desta forma, o objecto em estudo é descrito e/ou avaliado mas não contextualizado nem interpretado nos seus múltiplos referentes. E aqui, a retórica de Pires de Lima parece recuar aos inícios do século XX, até ao artigo de Luís de Magalhães na *Portugália*. Magalhães utiliza também uma linguagem pictórica, minuciosa na descrição das características formais do objecto, sem extrapolações teóricas. Aliás, Magalhães parece ainda mais atento à contextualização sócio-económica do moliceiro do que Pires de Lima e também mais cauteloso na questão das origens. Bibliograficamente, Pires de Lima apoia-se em D. José de Castro, Luís Chaves, Luís de Magalhães e Rocha Madahil, utilizando fontes cronologicamente balizadas entre 1905 e 1958.

É na citada passagem sobre as “origens” da pintura popular, questão que assume como sendo de difícil análise, que Pires de Lima formula as hipóteses mais anacrónicas, próximas do tom crítico, pleno de preconceitos sócio-culturais, do artigo de Carlos Faria citado por Teófilo Braga em 1885⁷¹. A arte do “povo” (conceito que permanece por esclarecer) será de tal modo ingénua e infantil que é até desprovida de intenção. Esse ser sem individualidade nem vontade apresenta-se incapaz de um esforço de criatividade, raciocínio e originalidade, limitando-se a imitar, e mesmo assim sem sucesso, a arte superior das classes cultas. A questão da imitação revela-se imprecisa na generalidade, uma vez que a “assimilação e adaptação de assuntos de uma arte de ordem superior à arte popular” não é característica manifesta da pintura popular portuguesa, como se

⁷⁰ *Idem*, p. 177.

⁷¹ Tom que subsistia em 1944, nos termos utilizados por João Vieira Rezende para referir em nota de rodapé os painéis dos moliceiros: “Tem o seu quê de poético e também de hilariante, a simplicidade com que o rude pincel do construtor tracejava e traceja à proa e à pôpa, as suas pinturas bizarras e as suas desengonçadas epígrafes, adaptadas às garatuñas, em que se celebrava um motivo religioso, um idílio ou um acto de heroísmo: – ‘Bamos lá com Deus’, ‘N. Sa. Daguia’, ‘Os dous namurados’, ‘O cruzador Basco da Gama’, ‘Felôr da Ria’, ‘Conquistador’, ‘Papa tudo’, ‘Andar se pássa vida’, ‘Comigo ninguém se meta’, etc” (REZENDE, João Vieira, *Monografia da Gafanha*, Aveiro, Gráfica do Vouga, 1989 [1944], p. 120).

constata, precisamente, no caso dos painéis do moliceiro. Pires de Lima parece citar ainda a passagem de Luís Chaves em *Os Transportes Populares em Portugal: Carros e Barcos (Tipos e Decorações)*, de 1958, sobre a hipotética inspiração popular ou “influência de feição superior à de índole popular”⁷² na decoração das embarcações tradicionais.

Esta passagem, escrita quase no último quartel do século XX, contém um dos mais claros exemplos de paternalismo cultural em relação ao colectivo “povo” formulados desde o século XIX. Longe da exacerbação nacionalista de Rocha Madahil e muito mais explícito na segregação sócio-cultural do que Nascimento Leitão, Pires de Lima parece fechar aqui um ciclo temporal de um século, durante o qual o texto etnográfico português pouco ou nada evoluiu, oscilando apenas entre diferentes graus de alegorização da tradição popular enquanto detentora da pura essência da nação, com base na descrição dos objectos imediatamente visíveis.

Mas esta retórica permanece em essência nas monografias publicadas durante as décadas de oitenta e noventa, em edições de autor ou patrocinadas por entidades públicas e privadas da região de Aveiro. Certas individualidades locais, supostamente auto-habilitadas para a escrita etnográfica, graças ao prestígio que simultaneamente as integra e distancia da comunidade, ao título académico ainda símbolo de distinção, à idade avançada e concomitante saber de experiência feito e à longa permanência na região (de onde são naturais, residentes ou onde se deslocam com frequência), continuam a dar à estampa obras de inegável conteúdo informativo (sobretudo porque muitas vezes baseadas em entrevistas e diálogos só possíveis após décadas de convívio e confiança mútua) mas plenas de anacrónicas observações sobre a “ingenuidade” das “simples gentes ribeirinhas”. Essas individualidades locais destacam-se, como é hábito, do “povo”, a quem negam pertencer mas sobre o qual escrevem, em louvor de um passado em risco permanente. Vaticinam em tom melodramático a total extinção do moliceiro, mesmo em épocas em que a sua recuperação é já visível. A retórica saudosista é ainda para muitos o princípio orientador do pensamento e da escrita etnográfica.

Em 1971, na breve monografia *Moliceiros*, Diamantino Dias limita-se a citar de novo as escassas legendas compiladas por D. José de Castro, reproduzindo também as suas gravuras e nomenclatura. Perpetuam-se, assim, observações datadas, muitas vezes

⁷² CHAVES, Luís, *Os Transportes Populares em Portugal*, p. 35.

imprecisas e já obsoletas. É apenas no final que esclarece em nota: “O presente texto foi extraído do tomo referente aos Moliceiros, dos Estudos Etnográficos, coordenados por D. José de Castro, obra editada pelo Instituto Português para a Alta Cultura, em 1943”⁷³. Segue-se um “glossário de designações relacionadas com o barco moliceiro, sua paramenta e faina da apanha do moliço”.

Também o livro *Moliceiros da Ria de Aveiro*, editado pela Câmara Municipal de Aveiro já em 1997, com versão portuguesa, francesa e inglesa e objectivos obviamente turísticos, reproduz na íntegra os textos de D. José de Castro, incluindo as suas gravuras, desenhos e fotografias. Reproduz também o glossário de Diamantino Dias. A única novidade desta edição reside em algumas fotografias contemporâneas de moliceiros e de regatas e no poema *Moliceiros*, de Amadeu de Sousa, poeta local nascido em 1923.

Em data indeterminada de meados da década de oitenta, o médico vareiro Eduardo Lamy Laranjeira publica a monografia *A Ria de Aveiro: Barcos e Artes de Pesca*, versão alargada e sistematizada dos artigos publicados entre Fevereiro de 1984 e Maio de 1985 n’*O Nosso Jornal*, da Portucel de Cacia (“A Ria de Aveiro e o Barco Moliceiro”, “A Ria de Aveiro e o Barco Mercantel”, “A Ria de Aveiro e as suas Bateiras”)⁷⁴. Laranjeira baseia-se já num considerável número de leituras, patentes na extensa bibliografia, que é porém citada de forma indistinta e acrítica. A mais notável inovação reside na utilização exclusiva de imagens recolhidas no terreno pelo próprio autor. Após uma apresentação histórico-geográfica da Ria de Aveiro, baseada quase só em citações, procede a uma cuidadosa descrição do moliceiro e dos seus painéis, com

⁷³ DIAS, Diamantino, *Moliceiros*, Aveiro, Comissão Municipal de Turismo, 1971, p. 18.

⁷⁴ Em 1984, Eduardo Lamy Laranjeira publica também *O Furadouro – O Povoado, o Homem e o Mar*, edição da Câmara Municipal de Ovar, típica monografia local com mais de 600 páginas, sem tema específico. Lamy Laranjeira compila dados valiosos mas com escassas referências bibliográficas que os credibilizem. Com grande recurso às memórias de infância, a sequência temática não segue qualquer fio condutor: à descrição das condições climatéricas da região segue-se uma listagem dos “loais de cavaqueira”, com os assuntos preferidos pelos diferentes frequentadores. Seguem-se “documentos antigos referentes ao Furadouro” e logo a “Toponímia” e, depois, a narrativa de catástrofes relacionadas com o mar. A ordem aleatória dos temas está também patente nesta sequência: dados do recenseamento; antroponímia vareira e alcunhas; superstições e bruxarias; religião; embarcações (onde cita D. José de Castro). Neste campo, a monografia debruça-se exclusivamente sobre questões relacionadas com a pesca marítima, comércio do pescado e história das companhas e suas tragédias, ilustradas com fotografias e desenhos de barcos, aparelhos e artes. Laranjeira continua a referir-se ao “tipismo étnico do pescador”, tal como os autores da primeira metade do século, alternando dados históricos sobre as gentes da região com parágrafos impressionistas que tentam justificar características locais como o “falar alto” e os comportamentos da “mulher da beira-mar”. Emprega termos e frases como “faladura baixa”, “[todos os anos a mulher] despeja a este mundo mais um filho” ou “a criação é largada no mundo da praia”. Inclui um capítulo hilariante com a listagem textual das pragas e insultos d’“As ralhações e descomposturas do mulherio”, onde narra casos famosos e episódios picarescos.

ensaio de categorização, acompanhada de numerosos exemplos de lendas e da descrição das respectivas imagens. A propósito da faina do moliço, Laranjeira cita estatísticas e dados numéricos provenientes de diversas fontes oficiais, concluindo com um novo “glossário do moliceiro”. Esta metodologia é aplicada a outras embarcações tradicionais da Ria e respectivas artes de pesca, mas com menor atenção do que a que é dedicada ao moliceiro.

Apesar da evolução patente em alguns detalhes da obra, na Introdução, Laranjeira não escapa ao apontamento pessoal e sentimental e à afirmação de uma etnografia amadora e “de emergência”:

Foi a partir deste modestíssimo trabalho escolar, que começámos a sentir e a amar mais a RIA, e o observador convencido que éramos e presumido, cedeu o lugar ao estudioso humilde perante o incomparável horizonte lagunar. A RIA está actualmente exposta a grandes vicissitudes e transformações ocasionadas pelas poluições, assoreamentos e desmesuradas invasões do moliço. É mesmo natural que, dentro em pouco, a paisagem natural das suas embarcações características e das típicas artes de pesca quase desapareçam da formosa laguna ficando, unicamente, na lembrança dos homens. Perante este cenário pessimista, impõe-se a descrição e recolha de todos os possíveis elementos sobre este acidente aveirense. Julgamos que a publicação de “A Ria de Aveiro: Barcos e Artes de Pesca” de alguma maneira contribuirá para que nem tudo se perca...⁷⁵

Já em 1995, a Câmara Municipal da Murtosa edita *Barco Moliceiro: Que Futuro?*, da autoria de Jaime Vilar, professor murtoseiro nascido em 1927 (a vaga designação “professor” surge na capa do livro e no cabeçalho de todas páginas pares), director e editor do jornal *O Progresso da Murtosa* durante a década de setenta, então um órgão local de louvor e divulgação do regime ditatorial.

Ao descrever o barco moliceiro, Vilar repete os dados coligidos por Eduardo Lamy que, por sua vez, citara já muitas das observações de Domingos José de Castro. Deste, Vilar reproduz as ilustrações legendadas com a nomenclatura do moliceiro, sem contudo referir a fonte. Mas o autor revela alguma efectiva pesquisa bibliográfica, por entre uma profusão de comentários subjectivos e apontamentos poéticos⁷⁶. Lamenta a decadência do moliço e do moliceiro e aponta razões para tal, destacando a emigração e a dureza da faina, em emotivo discurso: “Na época do defeso, o manto negro da penúria,

⁷⁵ LARANJEIRA, Eduardo Lamy, *A Ria de Aveiro: Barcos e Artes de Pesca*, Aveiro, Portucel, s/d, p. 8.

⁷⁶ “O barco moliceiro entrou há muito na mesma senda de perdição. É inútil chorar a sua sorte. Vamos seguindo com raiva de desespero o lúgubre cortejo de queixumes e lamentos, de protestos e súplicas que o acompanham. Amanhã tudo será apenas uma saudade para os nossos filhos e uma lenda para os nossos bisnetos. (...) nesta soturna ladainha de acusações e prantos” (VILAR, Jaime, *Barco Moliceiro: Que Futuro?*, Murtosa, edição da Câmara Municipal, 1995, p. 31).

o frio, a fome, estendia-se medonho sobre a casa”⁷⁷. Porém, em 1995, e apesar do discurso catastrófico, há muito que se iniciara a recuperação do barco moliceiro. Tal advém do facto de este tipo de edições resultar da compilação de textos escritos em décadas anteriores, muitas vezes ao longo da vida dos autores. É o caso de *Ovar: A Paisagem e o Indivíduo. Alguns Apontamentos e Evocações*, de Manuel Ferreira Gomes (2001), que dedica alguns parágrafos à descrição do moliceiro e ao lamento pela sua quase extinção. Compreende-se o desajuste de tais comentários ao ler a nota patente no frontispício: “Os dados colhidos, as entrevistas efectuadas e toda a feitura deste trabalho datam do final da década de 70 até meados da década de 80”⁷⁸.

Barco Moliceiro: Que Futuro? possui o mérito de compilar valiosos testemunhos recolhidos directamente junto dos moliceiros Domingos Gonçalves Lamago “Lavoura” (falecido entre a data da entrevista e a da publicação), António Joaquim Pereira Valente e José Maria de Oliveira Rendeiro, e do construtor Agostinho Tavares. No epílogo, Vilar refere-se mais demoradamente aos painéis do moliceiro, insistindo ainda na superioridade da proa (a “poesia polícroma, ingénua e viva dos adornos da proa”⁷⁹), e lista algumas legendas, classificadas em satíricas, humorísticas e eróticas; religiosas; românticas brejeiras e típicas; profissionais, morais e históricas. Trata-se de grupos temáticos demasiadamente vastos, que associam em si motivos desconexos, fundamentados em escassos exemplos. Certas legendas indiciam significados paralelos que parecem não ter sido apercebidos pelo autor, facto agravado pela ausência de descrição das imagens, abandonadas à imaginação do leitor.

No ano seguinte, surge a narrativa de contornos etnográficos *A Ria de Aveiro: Um Olhar de Resvês*, de João de Lemos, com edição da Câmara Municipal de Aveiro, estruturada em diálogo entre o narrador-protagonista “culto” e o “simples” mas curioso “Zé Simões”, marnoto ignorante que o conduz pela Ria. Uma jornada de caça aos patos é pretexto para uma sequência aleatória de memórias de infância e de apontamentos históricos, etnográficos e geográficos, ao correr da pena e da memória⁸⁰. A fórmula

⁷⁷ *Idem*, p. 28.

⁷⁸ GOMES, Manuel Ferreira, *Ovar: A Paisagem e o Indivíduo. Alguns Apontamentos e Evocações*, Ovar, edição do autor, 2001.

⁷⁹ VILAR, Jaime, *Barco Moliceiro: Que Futuro?*, p. 17.

⁸⁰ No género das memórias pessoais de âmbito local, em 2000, surgem as *Memórias de um Vareiro dos Anos 30: Recordar o Passado da Minha Vida e a dos Outros*. Joaquim Santos, analfabeto, filho de varina e de arrais, nascido na praia do Furadouro em 1931, narra as suas memórias, transcritas por um amigo, sem pontuação nem parágrafos, ao ritmo do discurso oral. Esta edição de autor, patrocinada por entidades locais, é vendida pelo próprio Joaquim Santos, que autografa a custo os seus livros, como sucedia na sede do Clube Desportivo do Furadouro, em Agosto de 2002. O redactor insere algumas imagens e dados históricos, fruto da sua pesquisa, mas sem indicação de fontes. As quadras e dísticos sentenciosos do

pedagógica utilizada baseia-se no diálogo entre mestre e discípulo, que o escuta com reverência, sempre pronto a comentar com ingenuidade infantil, graça e saber de experiência feito. As noções de “cultura superior” *versus* “cultura popular” de Luís Chaves e de Fernando Pires de Lima encontram aqui eco. João Lemos não cita as suas fontes no corpo do texto, apesar da profusão de dados enumerados, limitando-se a uma breve bibliografia final, seguida de novo glossário de termos locais.

A confusão entre “memórias” e “etnografia” gera um resultado dúplice: se, por um lado, leva à produção de textos amadores, plenos de subjectividade e imprecisão, por outro, motiva a publicação de testemunhos recolhidos (ou vividos) no terreno, sem o preconceito livresco invariavelmente patente ao longo do século. A observação participante preconizada no início do século XX por Leite de Vasconcelos foi posteriormente esquecida em favor da exclusiva pesquisa bibliográfica e museológica, bases de uma tradição alegorizada mas nunca realmente observada. E são estes autores locais que recuperam esse hábito perdido ou nunca praticado pelos consagrados. Há novamente um ciclo temporal que se encerra, sem que entretanto haja ocorrido qualquer evolução científica de relevo⁸¹.

Da leitura de todos estes textos etnográficos se infere que as tradições populares portuguesas são alegorizadas como testemunho e herança histórica, étnica e ética, de que o povo asseguraria a custódia. Segundo João Leal:

(...) a ruralidade que tanto fascina os etnógrafos e antropólogos portugueses é objecto de um olhar descontemporaneizador. Embora observada no presente, ela é vista, antes do mais, como um testemunho do passado: um passado que há que reconstituir em termos interpretativos,

autor, também poeta popular, alternam com comentários sobre a faina do mar e do moliço e sobre a vida quotidiana, saudosos e conservadores, mas ancorados num profundo conhecimento da realidade, ciente da dureza do passado. O índice espelha a organização aleatória destas memórias, como se pode verificar na sequência temática: “O escutismo em Ovar quando eu participei nos anos quarenta; Os nossos Governantes Camarários, no Município de Ovar; A Ria do Carregal com Moliceiros na apanha do moliço nos anos quarenta; João da Vareirinha, o grande animador da Ovarense e no Carnaval vareiro ao longo de muitas décadas e hoje ninguém se lembra dele em Ovar”, seguindo-se apontamentos sobre futebol, caça, profissões artesanais, “História da Televisão desde 1957”, religião, “dementes de Ovar e arredores”, o 25 de Abril, a entrada de Portugal na União Europeia, as fontes de Ovar, os cabos do mar no Furadouro, etc. Sobre todos estes assuntos Joaquim Santos opina e conta histórias.

⁸¹ Os objectivos e a noção de etnografia destes autores não se adequa à sua real produção textual, apesar de passagens como a que se lê no segundo tomo de *Cacia e o Baixo Vouga: Apontamentos Históricos e Etnográficos*, de Bartolomeu Conde, “dedicado estudioso da etnografia local”: “Que estes dois livros sobre Cacia sirvam três frentes: redescobrir e firmar o nosso património cultural; orgulharmo-nos da nossa cultura e das origens do povo que fomos/somos; e acordar e incentivar novos estudiosos da riqueza etnográfica que temos” (CONDE, Bartolomeu, *Cacia e o Baixo Vouga: Apontamentos Históricos e Etnográficos*, 2º vol., Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1995, p. 8). Seguem-se porém memórias pessoais e dados difusos sobre “Factos e Circunstâncias”, “O Vouga Cantado e Vivido”, “A Alimentação do Povo”, “Actividades, Costumes e Utensílios”, “Festas na Terra e na Família” e “Gente Típica”, sempre numa retórica saudosista e moralizadora. Como é habitual, o autor demarca-se claramente do colectivo “povo”, apesar de louvar a pureza e autenticidade dos seus costumes, perdidos ou em vias de extinção.

que há que registar antes que desapareça, que há que preservar, que há eventualmente que “purificar”. Finalmente, o mundo da cultura popular estudado pela antropologia portuguesa é um mundo moral e esteticamente qualificado pelo olhar do observador, um mundo relativamente ao qual não é possível a indiferença.⁸²

Nestes textos, tenta-se obter um efeito etnográfico, da mesma forma que, na ficção romanesca, se procura o efeito do real. Ou seja, procura-se um efeito de linguagem etnográfica. Se tal construção é literariamente concebível e poeticamente aceitável, é porém contestável do ponto de vista científico ou positivo, pois não permite (ou não se preocupa com) a verificação nem questiona a sua semelhança com a realidade, de tal modo se preocupa apenas com a verosimilhança, a retórica e a alegorização. Inscrevem-se naquilo que Gérard Genette chama de hipertextualidade, termo que designa todos os textos derivados de um texto anterior por simples transformação ou imitação.

Admitindo, como Philippe Lejeune, que todo o texto etnográfico comporta um pacto referencial explícito, “dans lequel sont inclus une définition du champ de réel visé et un énoncé des modalités et du degré de ressemblance auxquels le texte prétend”⁸³, ele comportará igualmente um pacto auto-referencial: o autor esteve em determinado local, em determinado momento, em determinadas condições. Mas nem sempre este pacto é respeitado nos textos etnográficos sobre o barco moliceiro e o universo lagunar. Por vezes, a simples identidade do etnógrafo parece ser a única garantia da veracidade que o texto propõe. Citar uma autoridade precedente equivaleu durante muito tempo ao trabalho de campo ou à consulta de fontes científicas (as ilustrações de D. José de Castro, por exemplo, tantas vezes repetidas e reproduzidas), prática que perpetuou observações nem sempre coincidentes com a realidade.

Os etnógrafos referenciados nesta secção raramente se interrogaram sobre o seu próprio trabalho. Textos como os de Teófilo Braga ou Rocha Madahil são maioritariamente relatos originados por breves estadias ou passeios na região, que conferiram o direito ao observador “culto” de dissertar sobre o local visitado. As memórias constituem outros tantos exemplos de testemunhos etnográficos, com todos os riscos inerentes ao género, algo que, tratando-se de uma prática que exige rigor científico e factual, transforma uma voz amadora numa voz sábia, pseudo-científica. Para este tipo de pesquisa não há um método único mas antes um constante movimento

⁸² LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*, p. 41.

⁸³ LEJEUNE, Philippe, *Le Pacte Autobiographique*, Paris, Seuil, 1975, p. 36.

entre diversos tipos de testemunhos: a observação do presente, a reconstituição do passado, a recordação transmitida ou vivenciada, as fontes escritas, a leitura da paisagem.

Originalmente, o texto etnográfico consistiu na narração de uma experiência de terreno entre povos que não conheciam a escrita e que, por isso, se dizia viverem fora da História. Não sendo esse o caso do contexto lagunar, o etnógrafo descreveu-o frequentemente como se de uma realidade longínqua se tratasse, referindo moliceiros e pescadores como se fossem um outro tipo étnico, com costumes estranhos e distantes. Muitos dos etnógrafos que compuseram uma visão alegórica das práticas populares portuguesas fizeram de regiões como a Ria de Aveiro verdadeiros “terrenos exóticos”, onde o autor se aventurou para desvendar os seus povos e costumes (por vezes “ridículos e escandalosos”) aos leitores cultos e “civilizados”. Com efeito, trabalhos qualitativos sobre domínios geográficos restritos, como a Ria de Aveiro, tendem a praticar uma etnografia “do pequeno” aspirando a (e conseguindo ser lidos como) uma etnografia “do grande”. O autor procura remediar esta ausência de representatividade através da tentativa de totalização – e de alegorização – a nível da observação, descrição, análise e comentário dos objectos abordados.

No entanto, em *The Interpretation of Cultures*, Clifford Geertz lembra ao etnógrafo que a sua narração não pode ser mais do que uma interpretação da realidade cultural, realidade que ele não poderá nunca conhecer de forma tão íntima como os membros da sociedade em questão. Há uma diferença entre a cultura, que existe na realidade, e a ciência construída sobre essa cultura, que existe apenas sob a forma de livros ou de conferências, de objectos museológicos ou de documentários. Para Geertz, a autoridade do etnógrafo repousa sobre dois factores ligados à escrita do texto: a experiência, que faz dele a autoridade suprema, e o seu desaparecimento do texto, que lhe confere uma autoridade propriamente científica. As marcas de subjectividade (sob a forma de juízos morais, preconceitos culturais, apontamentos saudosistas ou descrições impressionistas) patentes nas monografias citadas distanciam-nas da noção de narrativa etnográfica defendida por Clifford Geertz.

ORIGENS: MITOS E DISCUSSÕES.

A etnografia portuguesa desenvolveu-se dentro do âmbito de uma orientação cultural estruturada em redor da preocupação obsessiva com a identidade nacional. Esta convergência resultaria daquilo que Eduardo Lourenço classifica como um persistente “sentimento de fragilidade ôntica” dos intelectuais portugueses em relação ao seu próprio país⁸⁴. Na perspectiva de João Leal, o passado mantém-se como referência principal na interpretação deste novo território etnográfico:

Só que, em resultado da irrelevância de apoios teóricos muito sofisticados, esse passado é, por um lado, algo indefinido e essencializado, uma vez que, a seu respeito, raramente são propostas especificações étnicas ou temporais detalhadas. A cultura popular tende nessa medida a ser vista como uma tradição remota e imemorial, tão remota e imemorial que seria redundante precisar o seu grau de antiguidade: por definição ela está lá desde o princípio do tempo. Por outro lado, e na medida em que o discurso etnográfico então dominante se articula frequentemente com um trabalho de activa reinvenção de tradições em crise ou já caídas em desuso, o passado de que falam os etnógrafos dos anos 1910 e 1920 é frequentemente visto como algo que se procura preservar e reactivar no presente, de forma a projectar neste as qualidades estéticas e morais que lhe estariam associadas.⁸⁵

As tradições populares seriam sucessoras e depositárias dos diferentes povos, de origem remota mas incerta e características singulares, que teriam passado pelo território nacional. Nessas tradições repousa a verdadeira essência da identidade nacional: “Portugal deixa de ser visto como o resultado contingente de um conjunto de acontecimentos políticos e militares mais ou menos recentes, para passar a ser visto como o produto de remotíssimas originalidades étnicas, bem mais fortes e poderosas”⁸⁶. A produção textual subsequente apoia-se numa arreigada retórica nacionalista mas invariavelmente insignificante em termos teóricos. A nota dominante nos textos etnográficos construídos em redor da questão mitificada das origens é a preocupação

⁸⁴ LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Dom Quixote, 1978, p. 92.

⁸⁵ LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*, p. 47.

⁸⁶ *Idem*, p. 55. O Museu Etnográfico Português, criado em 1893 e mais tarde rebaptizado Museu Etnológico Português, é dominado por objectos de natureza arqueológica, colocando a etnografia propriamente dita (representada através de uma secção única, correspondente à “época moderna”) numa posição algo subordinada: “[P]rivilegiando uma análise historicista do material etnográfico, Leite de Vasconcelos parece ter trocado a etnografia pela arqueologia em nome dos ganhos interpretativos que uma investigação mais aprofundada e directa do passado poderia vir a ter no estudo etnográfico do presente. A confirmação do que acaba de ser dito é dada pelo seu regresso, a partir da segunda metade da década de 1910, à investigação etnográfica, depois de mais de quatro décadas em que o seu investimento determinante foi o arqueológico. Os seus *Estudos de Etnografia Comparativa* – em particular os consagrados à figa (1925) e ao signo saimão (1918) – relevam justamente de uma etnografia iluminada pelo conhecimento mais detalhado do passado arqueológico de que ela seria a sobrevivência” (*idem*, p. 72).

com a ancestralidade das práticas e características da nação portuguesa. A construção textual do “mito das origens” equilibra as incertezas da História com a necessidade político-ideológica de enobrecer o passado da nação e sancionar o mérito dos seus líderes. A fabricação de uma genealogia que remonta a tempos imemoriais estabelece as tradições populares como herdeiras de civilizações antigas, que transmitem o prestígio da nossa cultura popular.

Um dos melhores exemplos de incerteza histórica relacionada com a região de Aveiro mas que, no entanto, originou uma construção mítica utilizada em diversos contextos, foi a questão da existência e localização da povoação romana de Talábriga ou Talábrica, no interior da zona lacustre junto ao Vouga, de que quase só se sabe o nome e conjectura a implantação. Foi tema de artigos conjecturais no *Arquivo do Distrito de Aveiro*⁸⁷ e deu título a *Talábrica: Revista de Arte e Acção Regional*, dirigida por Alberto Souto, da qual foi publicado apenas um número, em 1921.

Na sua *Memória Justificativa*, de 1929, Alberto Souto não deixa de declarar que utiliza os costumes populares para descobrir a genealogia e a ascendência das populações locais: “encontrar nos costumes presentes as tradições de antigos mitos, de práticas religiosas e superstições, de inveterados e vetustos usos e os costumes dos povos primitivos (...) Com a recolha da documentação e do material (...) é bem possível que se possa avançar no estudo das origens do nosso Povo, tão confusas ainda por nos faltarem, como faltam, fontes seguras para irmos ao amago de questões e problemas que estão sem solução e sem resposta e que preocupam tantos sabios e tantos estudiosos”⁸⁸. Para a questão das origens das práticas lagunares, cita Alexandre Herculano e evoca ancestrais fenícios, gregos e cartagineses, o que lhe permite elaborar as seguintes conclusões impressionistas: “Talabriga ficava por aqui perto. Ha nomes de terras como Arada que teem todo o sabor fenicio. Ha restos de crastos e mamoadas, tipos fisionomicos que lembram os gregos e que lembram os berberes”⁸⁹. Na temática específica da origem das embarcações da Ria, conjuga a hipótese da influência estrangeira com a da criação espontânea mas necessariamente “pitoresca” por parte de agentes locais indeterminados: “os barcos da Ria teem hoje formas elegantes, características, inconfundíveis, que demonstram ou uma adaptação feliz do talhe bizarro de bateis que no alvorecer da nossa

⁸⁷ Como, por exemplo: OLIVEIRA, Miguel A. de, “Talábriga”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, nº 14, 1938, pp. 117-20; BAPTISTA, Augusto Soares de Sousa, “Talábrica”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV, 1948, pp. 214-30.

⁸⁸ SOUTO, Alberto, *Etnografia da Região do Vouga*, pp. 28 e 31.

⁸⁹ *Idem*, p. 30.

historia por aqui passaram, ou uma criação pitoresca e habil de construtores artistas que viveram e se sucederam nas margens deste estuário”⁹⁰.

Mais ousado na retórica e na evocação de origens míticas é Celestino Gomes, no seu ensaio de 1932 *Os Motivos de Decoração Ilhavense*, texto composto num estilo ultra-romântico tardio, quase épico nos parágrafos iniciais:

Eram os grêgos, filhos da Hélade magnífica, que sôbre o altar de Afrodite sacrificavam à Beleza as mais lindas aves e as mais lindas flores dos seus jardins mediterrâneos. (...) Aqui venho, pois, ó gente da minha terra adorável, sacrificar diante de vós, as flores que mal desabrocharam na minha alma e o seu altar votivo me reclama. O mar é o miosótis raro da minha saudade sempre a clamar *não me esqueças* à minha lembrança. E eu não o esqueço nunca, mesmo longe, como um búzio que o repete de cór. (...) E no meu cantinho, assim votivo à arte da minha terra, sacrifiquei as pobres flores fanadas do meu espírito aos manes dos antepassados ilustres desta terra, anónimos artistas que o destino quer encobrir no pó, invejoso da glória, e que o nosso amor sustém heroicamente à tona da vida.⁹¹

Celestino Gomes ensaia uma definição erudita do conceito de arte, recorrendo a citações de Alphonse Daudet, Eugène Veron, Mary Godolfin, Jean Cassou, George Blanc, entre outros, traduzidas em anexo. Esta definição é sempre orientada pela questão das origens do “instinto artístico” no ser humano, recuando até à “noite primitiva da história”⁹². É aí também que localiza a origem dos motivos decorativos da arte popular, que considera serem transmitidos “na voz do sangue” desde o “primitivo ribeirinho” até à actualidade, num instinto próprio do homem popular, assim caracterizado como estando próximo da natureza, do animal, do irracional⁹³. Celestino Gomes inclui imagens ilustrativas de uma hipotética evolução dos motivos decorativos das embarcações lagunares, desde o objecto natural que os terá inspirado nesse passado obscuro até à actual composição geométrica. Ilustra a “Estilização geométrica de conchas, cordas e búzios”, até às cercaduras geométricas dos painéis do moliceiro; a “Deformação da estrêla-do-mar até ao sino-saimão” e “O centauro deformado em homem a cavalo como se vê nas prôas de moliceiros” (CD III, Fontes Impressas, Ilustrações Complementares, 6 a 8), comentando depois: “Pintou-lhe à proa o centauro, figura mitológica simbólica, cavalo com tronco humano. Decompôs nas suas formas geométricas o búzio, a concha, a própria ondulação das vagas, a estrêla do mar”⁹⁴. Esta interpretação impressionista desvia-se do facto de, na realidade, não existirem

⁹⁰ *Idem*, p. 43.

⁹¹ GOMES, Celestino, *Os Motivos de Decoração Ilhavense*, Ilhavo, Casa Minerva, 1932, pp. 7-8.

⁹² *Idem*, p. 11.

⁹³ *Idem*, p. 13.

⁹⁴ *Idem*, pp. 9-19.

figurações de centauros nos moliceiros e parece ignorar a própria teoria de que tal arquétipo seria representado pelo motivo do cavaleiro.

O autor prossegue com a interpretação da própria morfologia da embarcação que, na sua perspectiva poética (“a semelhança metafísica das imagens poéticas”⁹⁵), se inspira no perfil de uma gaivota, na curvatura do bico e na brancura das asas-velas: “Foi-se a um madeiro e vai, brocou-o em corpo de ave-aquática (...) Até no geito com que o voltou para trás êle soube copiar a esvelteza da gaivota quando dormita, a cabeça pousada sôbre o dorso”⁹⁶. Fundamenta-se na passagem de *Etnografia da Região do Vouga*, onde Alberto Souto evocara também a semelhança do bico da gaivota com o feitio da proa do moliceiro. Para explicar a localização dos painéis, evoca o facto de ser no peito e na cauda que as aves ostentam as penas mais garridas. As cores empregues serão “apenas do dia e da noite, do sol, do sangue, do céu e do mar”⁹⁷. No final, um inesperado apontamento prático defende a exploração económica e turística destas e de outras manifestações artísticas de carácter local.

Num texto de retórica assumidamente poética, Gomes defende uma arte popular de inspiração naturalista, fruto da comunhão artística entre o povo e o meio ambiente. Apesar do carácter subjectivo, impressionista, das hipóteses formuladas, é nítida a influência exercida por Celestino Gomes na escrita etnográfica de Rocha Madahil, nomeadamente na tão citada passagem sobre a superioridade estética da proa e a influência da natureza, patente em *Etnografia e História*.

Este artigo de Rocha Madahil também se envolve na demanda das origens míticas do barco moliceiro. Aos ancestrais fenícios, gregos e cartagineses de Alberto Souto, Rocha Madahil contrapõe as influências normandas, “que tantos vestígios deixaram no litoral do Norte do nosso país”, reproduzindo uma imagem do petroglifo de Häggeby, encontrado na Suécia (CD III, Fontes Impressas, Ilustrações Complementares, 5)⁹⁸.

No artigo “Barcos de Portugal”, que publica em 1940 em *Vida e Arte do Povo Português*, Madahil evoca de novo o petroglifo de Häggeby e a pirataria nas costas da Península, desta vez para fundamentar a ascendência normanda dos barcos de mar da

⁹⁵ *Idem*, p. 18.

⁹⁶ *Idem, ibidem*.

⁹⁷ *Idem*, p. 20.

⁹⁸ MADAHIL, António Gomes da Rocha, *Etnografia e História*, pp. 76-7. Em nota, Madahil aconselha a consulta de *Origem Histórica e Formação do Povo Português*, de Leite de Vasconcelos (1923), sobre a autenticidade das invasões de normandos no nosso país.

costa baixa entre Espinho e Mira. Para o moliceiro, adopta agora outra hipótese, próxima da teoria mediterrânica de Alberto Souto:

Falemos agora do moliceiro, a flor da Ria de Aveiro, regalo dos olhos, providência do lavrador-anfíbio da região. (...) Considero mediterrânico o tipo dêste barco; e a verificação que em 1924 Haardt e Dubreuil fizeram da existência de embarcações dêste preciso tipo em África, no lago Tchad, mais afervora a minha convicção de que o moliceiro de Aveiro é o representante actual de qualquer embarcação mediterrânica adaptada há séculos, consequência de cruzeiros na costa do Vouga.⁹⁹

A descrição da embarcação é contudo precisa, atenta aos pormenores morfológicos e inclui exemplos de legendas e painéis, apesar de terminar com uma auto-citação proveniente de *Etnografia e História*, de onde recupera a comparação entre a proa do moliceiro e as aves aquáticas¹⁰⁰.

Autores posteriores efectuarão a fusão das hipóteses normandas e mediterrânicas, unanimemente convictos – como aponta João Leal – de que a busca das origens é a missão dos etnógrafos: “O problema [das origens] é tentador, e merece bem que os etnógrafos locais se detenham nele e lhe busquem solução”¹⁰¹.

A questão das origens mitificadas da cultura popular portuguesa – sem qualquer preocupação de fundamentação científica – insere-se na política de ressurgimento étnico, de culto do espírito nacional, levada a cabo pelo Estado Novo. Um dos momentos altos dessa política foi a inauguração do Museu de Arte Popular, em 15 de Julho de 1948. No discurso inaugural, António Ferro considera o novo Museu como sendo “exemplo de soberania espiritual, da nossa profunda diferenciação, retrato da alma de um povo que não quer renunciar nem à sua graça nem ao seu carácter”¹⁰². A cultura popular ali representada funcionará como uma imagem paradigmática exemplar:

(...) uma escola de bom gosto para os artistas, e onde ricos e pobres se encontram com a verdadeira noção do ser português protagonizada pelo Estado Novo. A necessidade do Museu é justificada pelo seu valor etnográfico, folclórico e propagandístico desta ideia do popular como representação máxima de uma dada noção de nacionalidade. A vertente científica que justificaria a existência formal de tal espécie de acervo é relegada pelos próprios especialistas, como Luís Chaves, para segundo plano.¹⁰³

⁹⁹ MADAHIL, Rocha, “Barcos de Portugal”, in LAGE, Francisco, *Vida e Arte do Povo Português*, pp. 60-1.

¹⁰⁰ Passagem também citada na mesma obra por: PINA, Luís de, “Arte Popular”, *idem*, p. 78.

¹⁰¹ MADAHIL, António Gomes da Rocha, *Etnografia e História*, p. 77.

¹⁰² FERRO, António, *Museu de Arte Popular*, Lisboa, SNI, 1948, p. 15.

¹⁰³ PAULO, Heloísa, “Vida e Arte do Povo Português: uma visão da sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, vol. 16, 1994, pp. 118-19. Luís Chaves reconhece efectivamente a ausência de critérios científicos na organização do Museu: “Assim o Museu é etnográfico, pela representação da obra feita, e é folclórico pela prova do espírito que lhe deu sentido, forma, variedade e cor. Científico? Não, porque não o quiseram fazer desta feição. Falta-lhe a

Luís Chaves é um dos autores que mais páginas dedica à missão patriótica de busca das origens e também um fiel adepto das conjecturas de Alberto Souto e Rocha Madahil, que cita sistematicamente como sendo complementares, sem contudo apontar qualquer solução definitiva. Nas obras que publica entre 1943 e 1958, o mito das origens nobres, ancestrais e indefinidas das embarcações tradicionais portuguesas ocupa diversas páginas, sem que se verifique qualquer evolução nos argumentos utilizados.

Em *A Arte Popular: Aspectos do Problema*, para a hipótese normanda, cita nomes dos mais ilustres navegadores viquingues, que venceram os fiordes e chegaram à América, recorrendo igualmente à comparação com o petroglifo de Hågeby e o navio viquingue de Gokstad. Para a tese mediterrânica, enumera os marinheiros “herdeiros de Ulisses”, egípcios, cretenses, frígios, lídios, fenícios, etruscos, iberos e tartéssios. Evoca também a influência dos navios romanos, citando descrições de César, Estrabão e Plínio. O carácter conjectural das suas afirmações está patente nesta passagem, onde reflecte sobre a pirataria normanda nas costas portuguesas na Idade Média que, segundo Chaves, não terá deixado influências em termos de morfologia, mas: “Quando muito, a vista de barcos recurvos, trazidos pelos homens do mar à observação dos indígenas, arreigar-lhes-ia muito mais ainda a fixação das formas antigas e tradicionais, que já usavam e nada lhes indicava que as deixassem”¹⁰⁴.

Estas hipóteses e respectiva argumentação são textualmente reproduzidas em “Os Barcos do Tejo: Fragatas e Varinos”, “Os Barcos Portugueses de Duas Proas (Notas de Etnografia)” e *Os Transportes Populares em Portugal: Carros e Barcos (Tipos e Decorações)*, suportadas por uma retórica poética, quase épica:

As fases sucederam-se, consoante se desenvolveu a navegação, e as relações comerciais aumentavam a extensa actividade náutica do Mediterrâneo Oriental. A expansão dos Egípcios e Fenícios, até Creta e ao Mar Egeu levou influências, que foram, desde os próprios meios de transporte e acção, à cultura. Seduziram os Gregos. E estes, que formaram as lendas nacionais dos tempos heróicos, e criaram, mercê dos estímulos recebidos, a cultura micénica, receberam dos povos, que lhes patentearam os problemas do mar, a poderosa atracção do Ocidente. O mistério caminhava com o Sol; ao mesmo tempo, que o iluminava, o astro escondia-o avaramente. Os homens tentavam-no com persistência. (...) Os barcos, que traziam os homens e as mercadorias, arrastavam as formas e a arquitectura naval, transmitindo-as sucessivamente, por sugestão e construção, aos povos das colónias, feitorias e portos de abrigo. Dos périplos

sistematização científica, porque lha não quiseram dar; visto que a sistematização necessária ao critério adoptado é simplesmente o da sugestão estética, não deveria passar das regras mais simples e rudimentares: as da arrumação pelas regiões corográficas, e nestas as da aproximação de espécies afins. Dentro destas normas o êxito foi feliz” (CHAVES, Luís, “Arte Popular em Belém”, Revista *Panorama* n.º 35, vol. VI, 1948).

¹⁰⁴ CHAVES, Luís, *A Arte Popular: Aspectos do Problema*, p. 121.

mediterrânicos de Egípcios, Fenícios e Gregos, e dos que no Atlântico faziam os marinheiros fenícios, púnico-fenícios, e helénicos, surtiem lendas formativas, comunicações mercantis e culturais. Estendiam-se pelos litorais, e fixavam-se nos portos de comércio e repouso, na costa e nos rios, desde a foz aos extremos navegáveis, os barcos da expansão.¹⁰⁵

O artigo “Os Barcos Portugueses de Duas Proas (Notas de Etnografia)” encontra-se organizado em alíneas autónomas, sem sequência argumentativa. A primeira alínea intitula-se “Das origens reconhecidas até às formas actuais: a estirpe comum”, apesar de permanecer a dúvida sobre a autoria e fundamentação desse vago “reconhecimento”. Nas seguintes alíneas (“A fixação e reconhecimento dos tipos: os barcos na colonização dos romanos” e “Como se fixaram nos nossos barcos êstes tipos e seus pormenores”), Chaves descreve algumas embarcações marítimas e fluviais portuguesas e ressalva características esporádicas que recordam morfologias anteriormente apontadas. Termina com uma “conclusão” impressionista, com exemplos até aí ausentes do texto: “Lá fora, por exemplo na Itália, certos barcos e até alguns tipos menos luxuosos e brincados de proa, das gôndolas, rasos, longos, de extremos curvos, alçados, são de tal maneira semelhantes aos da nossa Ria de Aveiro, que logo lhes apontamos a mesma família etnográfica”¹⁰⁶.

Em “A Decoração dos Nossos Barcos (Notas de Etnografia)”, a problemática das origens é agora aplicada às ornamentações pictóricas de moliceiros e seus congéneres. Chaves interpreta-as em diversas categorias, afirmando categoricamente:

Há decorações, que foram símbolos ou propiciação, e hoje têm carácter de religiosidade, mais ou menos profunda; estão no caso imagens, emblemas, etc. Há decorações, cuja origem animista é conhecida, e hoje são inteiramente ou quasi por completo amorfas nêsse campo de superstição; quando o não sejam completamente, persiste a primitividade no subconsciente dos que a mantêm ainda (...) Há decorações de figuras geométricas, isoladas ou agrupadas, que significariam primitivamente sentimentos, ou exprimiriam linguagem simbólica, hoje não conservada; cadeias, tranças, ondas, etc. (...) as faixas, que são alargamento ou fusão de linhas paralelas (rectas ou curvas), representavam idéias ora por imitação realista, ou por interposição simbólica.¹⁰⁷

As questões mantêm-se: “origem animista conhecida” por quem? Como comprovar a persistência dessa “primitividade no subconsciente dos que a mantêm” ou

¹⁰⁵ CHAVES, Luís, “Os Barcos Portugueses de Duas Proas”, p. 78.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 89. Cf. igualmente: “Da gôndola adriática, leve e rápida, – quem não a considerará derivada próxima da liburna ilírica? – dos barcos calabreses, do sciabeco de Nápoles, com perfil de actuaria, até aos nossos meia-luas e sáveiros da Costa da Caparica, aos lindos moliceiros da Ria de Aveiro, e da nossa costa arriba, para além dela, quantas reminiscências claras dos velhos barcos mediterrânicos e de influências nórdicas frequentemente!” (CHAVES, Luís, “Os Barcos do Tejo: Fragatas e Varinos”, separata do nº 10 da *Revista Municipal* da Câmara Municipal de Lisboa, s/d, p. 7).

¹⁰⁷ CHAVES, Luís, “A Decoração dos Nossos Barcos”, pp. 46-8.

a existência remota dos significados simbólicos? Como sustentar que “as faixas (...) representavam idéias”, de forma realista ou simbólica? As extrapolações impressionistas prosseguem na identificação das sequências de semicírculos com as conchas e na comparação dos compartimentos e geometria dos painéis com a geometria das marinhas e canais da Ria. Segundo o autor, as bandeiras dos barcos e das festas, os balões coloridos e os “copos de papel de colorido vivíssimo”¹⁰⁸ dos arraiais influenciaram o colorido do moliceiro.

Dada a ausência de conclusões relevantes, este ensaio distingue-se pela formulação de um verdadeiro “anti-mito” das origens, decerto involuntário, antítese das afirmações precedentes, mas muito mais próximo da realidade e da própria opinião dos actores sociais, cuja voz foi sistematicamente silenciada na narrativa etnográfica portuguesa. Luís Chaves sustenta que, tal como existem decorações com sentido religioso, evocativo ou amoroso, também existem decorações “que não passam de meras decorações”, motivos simbólicos que representariam “o que quer que fosse” que os acompanhasse:

Por vezes, o significado ocasional não é conhecido essencialmente de quem usa as representações, e todavia reconhece-lhes o artista-intérprete um valor transmitido do passado, e aceite por intuição quási ritual. (...) São assim, porque são. Estão presentes, porque têm o lugar, e estão no lugar que lhes determinaram. (...) A significação dos desenhos varia consoante o uso, que se lhes dá, e a aplicação ocasional, que têm, de acordo com as necessidades oportunas de expressão. Dá-se com eles o mesmo que com as palavras na sua realidade viva. Que admira o facto, se desenhos e palavras correspondem paralela ou até convergentemente a impulsos de expressividade, pessoal ou colectiva, de idéias ou de formas normativas? O decorador, ou a colectividade a que pertence, podem, num determinado momento, ignorar a ideografia de certo desenho ou de tal côr. Ligam-lhes, porém, outra significação, relacionada mais ou menos intimamente com a anterior. (...) O que é de ocasião, e de evocação ou poesia pessoal, faz corpo assim com o que tem de lá estar, porque assim é que é.¹⁰⁹

A dificuldade de verificação da questão das origens aponta aos autores duas orientações possíveis: a fabricação ficcional de um mito ou a elaboração de uma teoria consciente da pluralidade de opções coexistentes e da sua própria falibilidade. Ao contrário dos autores precedentes, é esta a orientação seguida por Octávio Lixa

¹⁰⁸ *Idem*, p. 52.

¹⁰⁹ *Idem*, pp. 48-50. A resposta a todas estas conjecturas está patente neste comentário de Frederico de Moura: “O moliceiro! Deixemos-lhe lá a origem para os catadores de raízes; entreguemos-lhe a árvore genealógica aos pesquisadores de impossíveis e fixemos os olhos no seu perfil de agora, presente sobre o alçado da nossa visão, a bolinar quase contra o vento, todo impertigado na sua proa policromada de ornatos e figurinhas polvilhadas de ironia e de malícia, a ilustrar textos ingénuos salpicados de harmoniosos erros de ortografia” (MOURA, Frederico de, “Apontamentos para um trabalho sobre a paisagem de Aveiro”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 5, 1968, p. 17).

Filgueiras, ao longo da sua vastíssima obra de etnografia e arqueologia naval¹¹⁰. Lixa Filgueiras pondera as hipóteses precedentes para a filiação histórica das embarcações lagunares, antes de apresentar a sua teoria:

Esta família de embarcações conduz-nos a um dos mais interessantes problemas de Arqueologia Naval, pois, na discussão de origens, dividem-se as opiniões: há os que propõem uma proveniência fenícia, os que preferem conexões célticas, ou até nórdicas, sem faltar nos que relacionam tais barcos com a difusão da cultura megalítica e até quem, a partir daí, invoque a sua invenção no nosso território. Contudo, a comparação do modelo de prata de Ur com o barco de mar, e a do *balam* do baixo Eufrates, com as nossas bateiras, não nos pode deixar indiferentes. Ainda que este género de embarcações não fosse desconhecido no antigo Egipto, a sua maior importância e antiguidade na Mesopotâmia levam a aceitar esta área como a da origem da difusão para o Mediterrâneo. Aliás, a via de influência cultural Ur – Ugarit é assás conhecida. (...) A linha de influência Ur – Ugarit – Creta ganharia, neste caso, o maior relevo, obrigando-nos a repensar as hipóteses de Schulten acerca das relações com Tartessos e dos antagonismos desta hipotética antiga área de contacto de Creta com os entrepostos vizinhos fenício-cartagineses.¹¹¹

Sem se pretender avaliar aqui a consistência das hipóteses de Filgueiras, a sua aproximação à questão das origens distingue-se pelo discurso preciso, rigoroso, apoiado em observação cuidada e extensa bibliografia, do qual nasce um claro esforço de teorização. Ao longo da sua obra, são várias as vezes em que descreve com o auxílio de mapas e fotografias recolhidas no terreno a tipologia das embarcações tradicionais portuguesas, de norte a sul do país, organizadas por zonas geográficas e origens. Publica, também por várias vezes, diagramas das fases de construção e quadros

¹¹⁰ “A Arte da Construção no Estudo das Tradições Navais”, *Studium Generale*, vol. V, 1958, pp. 203-15; “A Lancha Poveira de Dois Mastros”, *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*, vol. XV, 1976, nº 2, pp. 237-79; “A Lancha Poveira e o Saveiro de Valbom”, *Actas do 1º Congresso de Etnografia e Folclore* (Braga, 1956), vol. II, Lisboa, 1963, pp. 369-74; “A Propósito da Protecção Mágica dos Barcos do Douro”, *In Memoriam António Jorge Dias*, vol. II, Lisboa, 1974, pp. 187-214; “Barcos”, in LIMA, Fernando de Castro Pires de (dir.), *A Arte Popular em Portugal*, volume III, Lisboa, Editorial Verbo, 1968-1975, pp. 341-403; “Barcos da Costa Norte: sua Contribuição no Estudo de Áreas Culturais”, Separata das *Actas do III Colóquio Portuense de Arqueologia*, Porto, 1965; “Barcos de Pesca de Portugal”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXVIII, 1981, pp. 344-88; “Construções Navais Portuguesas”, *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. I, Coimbra, 1965, pp. 1-32; “Entre Normandos e Árabes nas Margens do Douro”, *Studium Generale*, vol. X, nº 1 e 2, 1963, pp. 5-49; “Navegação à Vela: Barcos à Vela dos Rios Portugueses”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXII, 1982, pp. 1017-66; “No Crepúsculo das Embarcações Regionais”, *Actas do XXIX Congresso Luso-Espanhol*, tomo III, Lisboa, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1970, pp. 3-62; “O Barco Poveiro”, *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*, vol. III, 1964, nº 1, pp. 60-98 e nº 2, pp. 272-304; vol. IV, 1965, nº 1, pp. 46-143 e nº 2, pp. 269-94; vol. V, 1966, nº 1, pp. 18-105; “Os Povos Germânicos e a Navegação do Douro”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, XX, 1957, pp. 139-51; “Remanescentes de Formas de Navegar Pré-Romanas em Uso no Noroeste Peninsular”, *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, Editora CNA, 1974, pp. 223-47; “Rumo: Palavra-Chave da Arte da Construção Naval”, *Revista de Guimarães*, vol. LXXI, 1961, pp. 391-403; *Comentários Técnicos da Tese do Moçarabismo Náutico*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1975; *O Barco Poveiro*, Póvoa de Varzim, edição da Câmara Municipal, 1995.

¹¹¹ FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “Barcos de Pesca de Portugal”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXVIII, 1981, pp. 360-1.

descritivos das embarcações, com informações sobre: nome, tipo, local, dimensões, construção, propulsão, equipagens e ornamentação. Contudo, Filgueiras não dedica qualquer atenção especial aos painéis do barco moliceiro, atendo-se apenas na morfologia, tipologia e filiação da embarcação em si. Sempre muito técnico e descritivo, Filgueiras não apresenta para o moliceiro qualquer contextualização sócio-cultural, fiel como é à questão das origens e das influências mútuas entre as diversas tipologias de embarcação. Segundo o autor, o moliceiro enquadra-se na categoria “canoas de tábuas de tipo mesopotâmico” ou “próximo oriente”, que localiza nas margens e na costa adjacente da Ria de Aveiro¹¹².

Esta incessante busca das origens, patente nos estudos sobre o barco moliceiro mas espelho de toda uma orientação da etnografia portuguesa ao longo do século XX, insere-se num discurso pseudo-científico de construção da nação, que transforma a descrição das tradições populares locais numa tentativa de descrever e fundamentar a própria identidade nacional. A nação seria uma entidade homogénea, possuidora de um carácter próprio distintivo, de ascendência nobre e mitificada (porque imprecisa e tão difícil de comprovar como de contestar), que se manifestaria através dos costumes populares, fielmente aparentados entre si.

A existência dessa alma colectiva, ancorada num carácter nacional específico, figurava entre os principais argumentos para legitimizar a naturalização do arbitrário, elemento chave da ideologia nacionalista e corporativista do Estado Novo. Nesta perspectiva, o indivíduo existe apenas em virtude da sua pertença a uma determinada cultura nacional e a um determinado grupo social, limitando-se a reproduzir os seus modos de pensar e agir, também estes culturalmente definidos.

A preocupação das autoridades com as questões da “cultura popular” parece pretender elevar o nível moral e intelectual do povo português e exaltar a sua individualidade nacional. Mas, na realidade, trata-se de:

Uma individualidade em boa parte fabricada pelo ideário do regime com base na apropriação de determinados estereótipos regionais e imagens singularizadas da etnografia portuguesa, apresentada por meio de exposições, nacionais e internacionais, festas, concursos, conferências, missões culturais, encenações teatrais, espectáculos de música e dança, e demais manifestações, símbolos das tradições populares oficializadas. (...) Os estudos acerca da cultura popular, do folclore, que são produzidos por intelectuais e especialistas, servem para compor o rosto oficial do povo, ganhando um carácter utilitário quando se trata de recuperar festas e

¹¹² Apesar de esta teoria ser formulada por diversas vezes, consultar, por exemplo, FILGUEIRAS, Octávio Lixa, *Comentários Técnicos da Tese do Moçarabismo Náutico*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1975, p. 215.

costumes populares, reavivar ou mesmo criar tradições que se identificam com a visão que o Estado Novo procura perpetuar do quotidiano popular.¹¹³

A VERDADE DO REGIME.

Em *A Ordem das Coisas* (1973) e obras posteriores, Michel Foucault discute o modo como a questão da representação tem percorrido vários domínios e práticas da sociedade. Foucault propõe o estudo daquilo que designa pela presença da verdade enquanto componente das práticas sociais. Essa verdade reflecte-se num sistema de procedimentos ordenados pela regulação, distribuição, circulação e funcionamento de afirmações relacionadas com o poder instituído. O mundo ocidental em geral e a cultura portuguesa em particular serão também passíveis de um estudo que demonstre o quão artificial tem sido, por vezes, a construção discursiva da sua realidade¹¹⁴.

Os órgãos oficiais do Estado Novo sempre procuraram elaborar uma determinada imagem tipificada do “ser” português, construída a partir de referências da cultura popular e reelaborada dentro do ideário do regime, tendo em conta as noções de ordem, cidadania e sociedade. Os estudos acerca da cultura popular elaborados por intelectuais do Estado Novo constroem o rosto oficial – e artificial – do povo, destinando-se essencialmente a reavivar ou a criar tradições identificáveis com a visão que as autoridades procuravam perpetuar do quotidiano popular, ainda que esta noção estivesse muito distante da realidade de então.

Em *Razões Práticas sobre a Teoria da Acção*, Pierre, Bourdieu argumenta que, se o Estado tem a possibilidade de exercer uma manipulação simbólica, uma reconstrução discursiva da realidade, é porque encarna ao mesmo tempo na objectividade, sob a forma de estruturas e de mecanismos específicos, e também na subjectividade, sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e pensamento. Pelo facto de ser o culminar de um processo que a consolida simultaneamente nas estruturas sociais e nas respectivas estruturas mentais, a instituição faz esquecer que proveio de uma longa série de actos organizacionais e apresenta-se com toda uma aparência de naturalidade. Para Bourdieu, o capital simbólico de autoridade reconhecida pode ser qualquer propriedade (qualquer espécie de capital

¹¹³ PAULO, Heloísa, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva, 1994, pp. 80-2.

¹¹⁴ FOUCAULT, Michel, “Truth and Power”, in *Power/Knowledge*, New York, Pantheon Books, 1980, pp. 117-33.

físico, económico, cultural e social), considerada enquanto tal pelos agentes sociais cujas categorias cognitivas estejam ajustadas à sua percepção, reconhecimento e valorização. Estas categorias advêm das oposições binárias inscritas na estrutura de distribuição dessa espécie de capital (por exemplo: forte / fraco, grande / pequeno, rico / pobre, culto / ignorante), pelo que o Estado, com os seus mecanismos duradouros de divulgação e imposição de conceitos e divisões segundo as suas próprias estruturas, é por excelência o lugar de concentração e exercício do poder simbólico, de construção de uma verdade paralela¹¹⁵.

Muitas vezes, esses símbolos são abstraídos da acção social, resultando numa visão estranhamente conservadora do mundo. Os sistemas simbólicos parecem também algo atemporais e, tal como na perspectiva estruturalista, incapazes de se relacionar com a realidade histórica. Em *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, Bourdieu demonstra que os significados implícitos estão muitas vezes ao serviço das forças dominantes e que os agentes sociais levam a cabo estratégias e não actos de obediência tácita. Ao enfatizar os problemas do significado, tradução e interpretação, os antropólogos estarão também a equacionar esse problema¹¹⁶.

Os antropólogos e demais estudiosos da sociedade e da cultura devem, por isso, manter-se criticamente atentos à escrita etnográfica que produzem ou sobre a qual se baseiam. Num contexto efectivo de poder simbólico em exercício e de construção de uma verdade paralela, o que fica de fora são, justamente, as práticas reais e presentes, a vida quotidiana das classes populares contemporâneas do analista. A etnografia funciona como intermediário entre o regime e o povo, factor cientificamente legitimado de aproximação simbólica e de classificação ideológica de conteúdos:

Eis a ambiguidade, o equívoco radical do projecto de abordagem erudita das culturas populares, tal como ele é formado na segunda metade do século XIX. As práticas e representações culturais reais das massas, urbanas e rurais, acabam por passar-lhe ao lado. Só pode privilegiar aquelas que coloque no passado: isto é, as condutas dos meios rurais que é viável organizar intelectualmente como testemunhos – “restos” – de tradições, como usos e costumes, folclore, património; as condutas que a industrialização, a urbanização, mas também o progresso das infra-estruturas físicas, a modernização do Estado, as novas referências de gosto e estilo de vida, põem em perigo. O etnógrafo é o recolector e fixador destas práticas ameaçadas, deste presente residual em trânsito para o passado.¹¹⁷

¹¹⁵ BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas sobre a Teoria da Acção*, principalmente o IV capítulo, “Espíritos de Estado: Génese e Estrutura do Campo Burocrático”.

¹¹⁶ BOURDIEU, Pierre, *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, Paris, Seuil, 2000 [1972].

¹¹⁷ SILVA, Augusto Santos, *Tempos Cruzados*, p. 105.

O Estado Novo adoptou uma postura de clara pretensão redentora e regeneradora da nação, assumindo a missão de resgatar a raça portuguesa do decadentismo dos períodos liberal e republicano. Este espírito de ruptura com o passado recente propunha uma relação ideológica comprometida com a História. A cultura popular e tradicional, idealizada na sua versão folclórica, seria a solução ideal para tal reorganização da sociedade:

(...) o que resulta desse trabalho de domesticação e, então, se chama, entre outras coisas, “folclore”, é extremamente funcional para a imposição ideológica do Estado Novo, que pode assim contrapor às “derivas” liberais, operárias e urbanas, o modelo da celebração da ruralidade, redução do povo ao “camponês” – agricultor, pescador ou artesão – redução para a qual, como se sabe, a erudição etnográfica ligada ao regime contribuiu sobremaneira e que, nos anos 30 e 40, não teve pejo em chegar à apologia explícita do “primitivismo” plebeu, analfabetismo, humildade miserabilista, docilidade bovina.¹¹⁸

As influências ideológicas do regime no texto etnográfico e o serviço por este prestado a essa mesma ideologia oficial estão naturalmente patentes nos textos dedicados ao barco moliceiro, principalmente nas décadas de quarenta e cinquenta. Para esta problemática da “verdade do regime”, seleccionaram-se os textos mais claramente comprometidos em termos ideológicos e discursivos, na sequência dos textos anteriormente apontados como sendo também marcados pela alegorização da tradição e pela mitificação das origens.

Um dos títulos mais ilustrativos para esta questão é, de 1940, a obra *Vida e Arte do Povo Português*, edição do Secretariado da Propaganda Nacional, coordenada por Francisco Lage, Paulo Ferreira e Luís Chaves, um dos folcloristas oficiais do SPN. Inclui textos de Sebastião Peçanha, Rocha Madahil, Luís de Pina, Maria Madalena de Martel Patrício, Vergílio Correia, Guilherme Felgueiras, Inde de Souza, Padre Moreira das Neves, Armando Leça, Armando de Matos e Santos Júnior, sobre temas que vão desde “O Trajar do Povo” e os “Barcos de Portugal” até ao “Carro Rural” e “A Faina do Campo”. Esta colectânea de ensaios celebra o espírito do Portugal camponês, cuja paisagem “repele as grandes concepções industriais porque os negros fumos das fábricas lhe repugnam, os fortes ruídos a incomodam, o excessivo materialismo a ofende”¹¹⁹. Heloísa Paulo analisa os objectivos da obra:

¹¹⁸ *Idem*, p. 112.

¹¹⁹ QUEIROZ, Carlos; SANTOS, Luís Reis, *Paisagem e Monumentos de Portugal*, Lisboa, Comemorações Centenárias e SPN, 1940, p. 7.

A valorização do artesanato e do traje popular, dos meios de transporte rudimentares, como o carro de bois, das tradições, realçam um determinado padrão de vida que não contrasta com as condições de subsistência que o próprio regime faculta às aldeias portuguesas de então. A edição desta obra é ricamente ilustrada e destina-se, ao contrário do que afirma a sua dedicatória, muito mais à elite culta, interessada em conhecer curiosidades sobre o “povo”, do que ao próprio “povo” ali retratado com cores e imagens simples e belas.¹²⁰

De acordo com esta ideologia subjacente, e como se tornara já recorrente em quase todos os textos etnográficos em geral e nos da sua autoria em particular, também Rocha Madahil, no já referido ensaio “Barcos de Portugal”, caracteriza as decorações dos moliceiros como sendo uma manifestação de “arte popular ingénua e sadia”¹²¹. Na vertente marítima da cultura popular folclorizada procede, de igual modo, à sacralização da tradição, face à perversidade estética e moral do progresso. Como é hábito, é o autor do texto quem dá voz àquilo que ele considera ser a alma do povo, quem descreve as qualidades e conflitos que ele próprio lhe atribuiu, quem determina a superioridade do passado e prevê a decadência do futuro, se o povo ceder às ameaças do progresso mecânico. No entanto, Madahil é cauteloso na localização temporal dessa decadência, que não estará nem tão próxima que desvalorize as práticas populares do presente que se pretende celebrar (sempre o “admirável espírito de sacrifício e heroísmo”), nem tão distante que se lhe não adivinhe a ameaça:

A vida marítima do nosso tempo, sem deixar de ter a animá-la admirável espírito de sacrifício e heroísmo, perdeu muito do antigo encanto, mecanizada pelo Progresso de agora; o marinheiro cederá o lugar ao maquinista, e trocará de todo o convés do navio pela casa das máquinas; em vez da fresca brisa marinha e da espuma irisada das vagas, terá a acompanhá-lo o cheiro dos óleos ou o calor abrasador das fornalhas. É a lei inelutável do Progresso, que tudo transforma e avassala; a vida marítima beneficiará em comodidade e rapidez, sem dúvida; mas, quando a última vela tiver desaparecido, vencida pelo motor a óleos ou pela bateria eléctrica, a Humanidade terá perdido o mais digno e empolgante espectáculo: o do homem forte utilizando a própria fúria dos elementos para os vencer e tornar em seu proveito!¹²²

Os perigos do progresso e do bem-estar material, inimigos de uma indeterminada riqueza moral e histórica, alimento da alma nacional, encontram-se sintetizados no discurso de António Ferro, de 1939, aquando da entrega do Galo de Prata à “Aldeia mais Portuguesa de Portugal”. Citado e contextualizado por Heloísa Paulo, o discurso de Ferro defende que existem, à data, dois tipos de povos:

¹²⁰ PAULO, Heloísa, “*Vida e Arte do Povo Português: uma visão da sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo*”, p. 117.

¹²¹ MADAHIL, Rocha, “Barcos de Portugal”, in LAGE, Francisco, *Vida e Arte do Povo Português*, p. 60.

¹²² *Idem*, p. 57.

(...) uns são os “povos materialistas”, “que se agitam no vácuo, que confundem levianamente revoluções com revolução” outros, no entanto, são povos religiosos, povos estóicos, que não se importam de sofrer desde que a grandeza exterior ou interior não sofra abalo, desde que o seu contorno físico no mapa do Mundo não se transforme numa linha pontuada, tremida, desde que a sua alma não passe fome. Estes, conclui, são os povos mais ricos, porque são aqueles que se alimentam de Infinito. Para o director do SPN, o povo português pertence à segunda classificação.¹²³

No conjunto de ensaios que compõem *Vida e Arte do Povo Português*, “Arte Popular”, de Luís de Pina, parece ser o mais fiel ao projecto ideológico expresso por António Ferro, com uma retórica de defesa exacerbada daquilo que o autor considera ser a pureza da arte popular, onde inclui o exemplo do moliceiro. A defesa das “Belas-Artes Populares” é, para Luís de Pina, “uma tarefa nacional”, “dever nacional” que “merece a atenção do Govêrno”, assumindo assim plena sintonia com o conceito de folclore do Estado Novo, na sua estratégia geral de redenção e regeneração da nação, como se de uma campanha militar se tratasse:

O comércio e indústria invadiram-na há muito e, por vezes, ofensivamente. Grave essa intromissão na arte popular. O que se faz por aí, é perfeitamente condenável. A protecção da pura, da genuína arte popular merece a atenção do Govêrno. Impedir que se abastarde, que se adultere e mercantilize por balcões e feiras é um dever nacional. Tantos e tantos produtos de grande ou pequena fábrica, legalmente organizada, que pululam por todo o país, não são mais do que a escravização das Belas-Artes Populares, o seu afogamento e a sua morte! Dirigir a sua espontaneidade, executar o seu produto com olho voraz no lucro e transformar o ARTISTA em ARTÍFICE, é crime nefandíssimo! A singeleza, a pureza, a simplicidade passarão a artifício, a complicação a misturas inconcebíveis. A defesa das Belas-Artes Populares é, pois para já, uma tarefa nacional. Loiças, trajes, tapêtes, cestaria, etc., tudo isto anda por aí já tão selado pela indústria que não há mais que dizer. Apoda-se esta de regional e, no engôdo traidoríssimo, vão estrangeiros e nacionais. Os motivos da arte popular são mal aproveitados, quando se aproveitam. Mas, o que é pior, inventa-se, por todo o país, muita arte popular, muita arte regional. Quousque tandem? (...) Vai contra o seu sentido tudo o que seja torcer ou desfigurar a pura arte do povo, aplicando-a tão indevidamente como se faz em nossos dias.¹²⁴

O inimigo visado é a industrialização da arte popular (elevada agora a “bela-arte”), imagem metonímica dos “povos materialistas” de António Ferro e da “lei inelutável do Progresso, que tudo transforma e avassala” de Rocha Madahil. A arte é o povo e vice-versa e há que defender a todo o custo a pureza e a imutabilidade de ambos. As origens míticas espelhadas directamente na tradição ilustram “o sentido da lusitanidade, que é a própria e pura alma da Nação”. Defender esse território espiritual acaba por ser sinónimo de defesa do próprio território nacional, das fronteiras da alma lusitana. A proximidade entre o texto etnográfico e o manifesto político é aqui flagrante:

¹²³ PAULO, Heloísa, *Estado Novo e Propaganda*, p. 117.

¹²⁴ PINA, Luís de, “Arte Popular”, in LAGE, Francisco, *Vida e Arte do Povo Português*, pp. 69-70.

“As velhíssimas fontes de muita da arte popular portuguesa, onde tem bebido, à farta e arreigadamente, a tradição nacional, são outros tantos documentos materiais e espirituais que provam a sequente evolução dos Portugueses, a linha recta donde provém, de épocas arcaicas, o sentido de lusitanidade, que é a própria e pura alma da Nação!”¹²⁵. A arte popular conterà, por isso, elementos de diferenciação étnica, como se assume na passagem: “Nesse particular se encontram diferenças étnicas notáveis. Basta ver-se a arte decorativa de um papua, de um esquimau, de um hindu ou de um japonês”¹²⁶. O determinismo étnico da cultura está em sintonia com as ideologias em voga na Europa na década de quarenta.

Mas a retórica de Luís de Pina é muito mais directa e agressiva do que a de Ferro e Madahil, radicalizada num discurso bipolar, entre a bondade da tradição e os malefícios do progresso. No entanto, esta bipolarização não é equilibrada: o investimento retórico na crítica do progresso é visivelmente superior ao do louvor da tradição, como se pode constatar na análise estilística do excerto citado:

	“Belas-Artes Populares”	“Comércio e Indústria”
Adjectivos	Pura (rep.) Genuína	Grave Condenável Voraz Nefandíssimo Inconcebíveis Traidoríssimo Pior
Advérbios		Ofensivamente Indevidamente
Substantivos	Espontaneidade Artista Singeleza Pureza Simplicidade	Intromissão Escravidão Afogamento Morte Artífice

¹²⁵ *Idem*, p. 81.

¹²⁶ *Idem*, p. 70. Nos manuais escolares do Estado Novo, o vocabulário utilizado para descrever a arte nativa das então colónias aproxima-se muito do discurso patente nos textos etnográficos analisados nesta secção. Simplicidade, limitação de técnicas e referentes, proximidade da natureza e ingenuidade são expressões comuns, que pressupõem uma identificação natural entre o indígena das colónias e o colectivo “povo português”, sempre indefinido. Está aqui patente a noção de um só povo, espalhado igualmente por todas as “províncias ultramarinas”, irmanado no tratamento paternalista que lhe é condescendentemente dispensado pelas autoridades e pelos arautos do saber oficial. Ver, por exemplo: “Não há dúvida de que é deveras primitiva a maneira de realizar estas pequenas obras, pois que os seus autores, vivendo próximo da Natureza, não podem ir além do que a sua vista, a sua inteligência e a sua simplicidade podem apreender. E é nesta simplicidade que reside toda a beleza da arte gentílica. (...) Ao observarmos qualquer produção artística do gentio português devemos ter sempre em conta que nunca a arte gentílica deixou de estar próxima da natureza, embora por vezes a imaginação intervenha a dar graça e esbelteza às pequenas e ingénuas obras de arte” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, “Arte Gentílica”, *Livro de Leitura para a 4ª Classe*, p. 128).

		Crime Artifício Complicação Misturas Engôdo
Verbos		Invadir Abastardar Adulterar Mercantilizar Pulular Inventar Torcer Desfigurar

As “belas-artistas populares” são essencialmente conotadas com a noção de “pureza” e seus derivados, ao passo que a sua conversão ao “comércio e indústria” motiva todo um elenco de adjetivos, advérbios, substantivos e verbos de intensa conotação disfórica, com alguns adjetivos no grau superlativo absoluto sintético. “Inventar” ganha aqui semas próximos de “desfigurar”, “adulterar”, “abastardar”, sendo estes dois últimos verbos com forte carga moral. No entanto, não se encontra aqui uma clara argumentação, uma fundamentação para tal série de críticas ou uma exemplificação com casos concretos. A marca da indústria “anda por aí” e “não há mais que dizer”, simplesmente. A vaga distinção entre o “artista” e o “artífice” leva a pressupor a superioridade mais moral do que artística do primeiro que, presume-se, se encontra ao serviço (fiel) dessa alma nacional que urge preservar.

A indefinição prossegue na descrição da própria arte popular, onde o autor defende, numa sequência algo contraditória, tanto a carência como a existência de uma “concepção artística do desenho”:

Muita vez, vezes sem conta, o desenho é mau, incorrecto, inestético: é a côr, é a tinta sòmente, o factor mais decisivo na estética popular. Ela, a côr, substitue, na aparência enganosa, a carência duma concepção verdadeiramente artística do desenho! Não quer isto dizer que esta não exista e, até muito abundantemente. A ingenuidade do desenho alia-se, frequentemente, à ingenuidade da tinta. (...) Os motivos são simples, às vezes, mesmo, muito simples. (...) As côres são puras, naturais. Não há transições de tonalidade. A anatomia é imperfeita e as proporções erradas. Porém, a certas dessas figuras, de preço mais alto, o artista presta melhores cuidados. Mas, frequentemente, obedecem a modelos estranhos e perdem, portanto, a originalidade ou espontaneidade a que já nos referimos.¹²⁷

O juízo de valor simplista “mau, incorrecto, inestético” e a afirmação da “aparência enganosa” da cor parecem contradizer a reiterada valorização da

¹²⁷ *Idem*, pp. 70-2.

“ingenuidade” do produto artístico. Pina leva ao extremo a simplificação da arte popular, a necessidade de retirar-lhe toda a sofisticação, para melhor a aproximar do ideal folclórico. No entanto, tal esforço retórico detem-se a um passo da inversão de papéis, da transformação do simples em grosseiro. Afirma a imperfeição e o erro para logo dar os “cuidados” como inimigos da “originalidade ou espontaneidade”.

Fiel aos seus objectivos mais políticos do que etnográficos, e como foi já apontado na secção “Confluências Ideológicas na Realidade Sócio-Cultural”, Luís de Pina refere-se de forma algo imprecisa à existência de “alusões político-sociais: bustos de Salazar, legionários, filiados da Mocidade Portuguesa”¹²⁸ nos painéis do barco moliceiro. Mas, logo de seguida, mostra-se atento à realidade, na descrição sem censura que faz de alguns motivos subversivos e obscenos recorrentes na arte popular: “O artista caricatura outros indivíduos: os corcundas, os obesos, os padres, etc. Outras vezes, a obscenidade apimenta a arte: o homem que defeca; o Zé povinho cruzando os antebraços, de punhos fechados; a mulher de saia levantada”¹²⁹. Esta descrição representaria uma aproximação pioneira se fosse aplicada de modo sistemático ao moliceiro, com atenção simultânea à imagem e à legenda, algo que Luís de Pina não faz. No entanto, “Arte Popular” pode considerar-se um estudo de amplo escopo, que visa variadas formas de arte popular, tendo em conta a época e a norma vigente em textos congéneres.

O nacionalismo saudosista, visível nestes e noutros textos de *Vida e Arte do Povo Português*, propunha-se reestabelecer o esplendor do passado histórico e substituir as influências do estrangeiro e da modernidade pela exaltação das manifestações culturais que reflectissem a verdadeira alma nacional. Porém, apesar de se dirigir ao conjunto da população nacional, a arte popular enquanto símbolo étnico e nacional é, na realidade, objecto de apropriação selectiva por parte da cultura oficial, para a qual simboliza a sua própria percepção do sentimento nacional¹³⁰.

¹²⁸ *Idem*, p. 72.

¹²⁹ *Idem*, *ibidem*.

¹³⁰ Idêntico fenómeno de apropriação selectiva é igualmente visível na tradicional indústria aveirense da azulejaria. Nos inícios do século XX, assiste-se ao desenvolvimento dos painéis figurativos, que assumem uma estética quase fotográfica de “bilhete postal” etnográfico ou regionalista. Uma corrente de pendor historicista, representada especialmente pelo pintor Jorge Colaço, produz então painéis com grandes feitos da História portuguesa, tratados de maneira apologética e muito patriótica, e temas regionalistas, impregnados de ruralidade e de tradições populares, que correspondem ao gosto de uma camada social mais conservadora e tradicionalista. A partir dos anos 20-30, emerge a Fábrica Aleluia, dando continuidade à velha unidade fundada nos Santos Mártires. Neste período, mercê das ideologias colonial e nacionalista, muitos dos painéis produzidos por esta indústria aveirense eram também alusivos a ícones

Numa perspectiva globalmente distante mas com pontuais elementos de proximidade, nos inícios da década de quarenta, situam-se também os *Estudos Etnográficos* de Domingos José de Castro, que constituem uma atenta e credível descrição etnográfica do universo lagunar, nas suas múltiplas actividades económicas, desde o moliço à pesca fluvial e marítima, passando pela agricultura e indústrias artesanais. As descrições são minuciosas, apoiadas em dados quantitativos e valores monetários, e não na habitual citação acrítica de fontes bibliográficas¹³¹. Em todos os sectores económico-culturais, o discurso do autor é factual, estruturado com clareza – apesar de alguns momentos de preciosismo retórico, essencial à época – e baseado em evidente experiência de terreno, acompanhado de numerosas ilustrações, fotografias, esquemas, plantas e mapas¹³². Cada secção inclui um ensaio de contextualização das diversas actividades (“Vida e Costumes”), com descrição dos trajes, habitações, tradições, crenças, vocabulário e práticas quotidianas dos grupos em estudo (moliceiros, marnotos, pescadores e lavradores), analisados enquanto colectivo sujeito a vivências predeterminadas, sob a habitual perspectiva generalizadora e paternalista, com raízes no conceito recorrente de “povo”.

Os *Estudos Etnográficos* permanecem, ainda hoje, como uma das mais actuais fontes para o estudo do barco moliceiro, como se comprova na constante ocorrência de citações, paráfrases e reproduções (nem sempre devidamente identificadas) de excertos mais ou menos longos deste texto essencial, mas de difícil localização. O rigor descritivo patente nas páginas dedicadas aos painéis e legendas dos moliceiros é complementado pela atenção prestada à indústria dos barqueiros (onde se incluem tanto

das ideologias vigentes (MECO, José, “A tradição do azulejo como revestimento”, *Boletim Municipal de Cultura*, nº 37, Câmara Municipal de Aveiro, 2001, pp. 19-28).

¹³¹ Apesar da subjectividade expressa em algum discurso de primeira pessoa, José de Castro mostra-se ciente da insuficiência dessas fontes, muitas vezes distantes das práticas concretas e da interpretação dos próprios actores, sistematicamente silenciados pelos etnógrafos, cujas interpretações prevalecem como voz da autoridade: “A estrêla tem para o Pescador o valor dum símbolo, como para os Magos teve – na mais alta expressão – a estrêla de Belém. Alguns lhe chamam sino-saimão ou sanselimão, corrupção do Signo de Salomão, e nesta persuasão têm andado as citações, mas para mim eu tenho que esta denominação nada tem de comum com o significado original da estrêla adoptada. Porque não admiti-la antes como símbolo da Estrêla Matutina que marca o início da faina, a primeira hora do Pescador?” (CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos – Aveiro*, Tomo II – *Pescadores*, p. 62). E também: “A combinação das cercaduras com o resto do painel, os motivos evocados num ou outro friso da decoração, os cambiantes dispersos para realce do que se pretende atingir, são meros efeitos de uma espontânea inspiração do momento. Isto valoriza a função e dificulta, a qualquer estranho, psicologicamente, uma reprodução exacta do carácter de cada peça. Daqui resultam alguns erros frequentes na reprodução de tais decorações quando, quem as interpreta, pretende demonstrá-las à margem do ambiente em que se manifestam ou acima dos conhecimentos rudimentares dos próprios artífices que as criaram” (*idem*, Tomo V (1ª parte) – *Indústrias Populares, Feiras e Mercados*, “Barqueiros”, p. 244).

¹³² A investigação iniciou-se em 1940 (*idem*, Tomo I – *Moliceiros*, p. 9, nota 1), o que pressupõe entre três a cinco anos de observação participante.

construtores como pintores), com suas práticas, moldes e utensílios, que José de Castro fotografa, desenha e esquematiza.

Previsivelmente, é nas secções dedicadas à “Vida e Costumes” dos diversos actores sociais que a retórica nacionalista e o louvor da ideologia do regime se evidenciam, apesar do carácter objectivo da obra, se comparada com as demais etnografias de quarenta. O capítulo “Vida e Costumes dos Moliceiros” termina com o apontamento: “Com este capítulo em que se resumem as condições de vida do moliceiro, se conclui o relato desta ocupação profissional duplamente digna de aprêço, pelo seu aspecto etnográfico e pelo seu valor na economia da Nação”¹³³, corolário de uma listagem de humildes privações e heróico labor. Apesar de inquestionáveis, tais privações não se coadunam com a retórica laudatória que a ideologia dominante utilizava para dissimular o quotidiano de mera subsistência de grande parte da população, mau-grado todo o seu valor “etnográfico”.

Na descrição interpretativa dos motivos decorativos do moliceiro, nota-se uma curiosa inflexão na neutralidade política do discurso entre o tomo I, *Moliceiros*, de 1943, e o tomo V, *Indústrias Populares, Feiras e Mercados*, de 1945. O capítulo “O Barco Moliceiro”, do primeiro tomo, é completamente neutral no aspecto ideológico. O capítulo “Barqueiros” recupera a questão dos “elementos da decoração”, formulando porém comentários mais sintonizados com a retórica oficial do que com a prática efectiva:

Dos elementos da decoração destacam-se com maior frequência, relativamente à parte central dos painéis, a figura humana em vários tipos de hierarquia. O Clero, a Nobreza e o Povo são a trilogia simbólica daquelas figuras humanas em que se centraliza a atenção do artífice, geralmente enquadradas por uma moldura simplesmente geométrica ou, se se trata de personagem real, então emolduradas no pavilhão heráldico rematado pela coroa simbólica. O Clero, genericamente representado por uma figura monástica, revela a preferência pela Ordem Franciscana, compreensivelmente a mais conhecida do convívio popular. A expressão burguesa da figura humana aparece-nos ora retratada em busto, ora completa e, muitas vezes, em representação equestre. Nela se apresenta a alegoria à autoridade, ao proprietário, ao patrão. No que toca directamente ao povo, as figuras representam a cada passo os costumes profissionais ou a constituição da família pela alegoria aos namorados, futuros chefes de lar.¹³⁴

Expressões como “hierarquia”, “autoridade”, “propriedade”, “patrão”, “chefes de lar” parecem algo forçadas no contexto lagunar. Da observação dos painéis não se

¹³³ *Idem*, p. 24. No caso de um barco de mar baptizado, ao contrário da tradição, com o nome “Afonso Henriques”, José de Castro considera que esta excepção raríssima só se abre “por motivo propriamente de exaltação nacional, e essa mesmo justificada por se tratar de um barco que teve a sua estreia em 1940, ano jubilar da comemoração dos Centenários” (*idem*, Tomo II – *Pescadores*, p. 61).

¹³⁴ *Idem*, Tomo V (1ª parte) – *Indústrias Populares, Feiras e Mercados*, “Barqueiros”, p. 245.

infeire uma clara estratificação social, nem a consciência da tripartição clássica clero-nobreza-povo. A visão satírica, aliás, parece imune a qualquer tipo de hierarquização. O raro clero figurado fica-se pela imagem – muitas vezes jocosa – do pároco local. Não se localizaram exemplos inequívocos de qualquer preferência pela ordem franciscana. Mais do que nobres, o moliceiro figura imagens arquetípicas de monarcas. O cavaleiro não é necessariamente nem nobre nem burguês, podendo ser uma figuração equestre do mestre moliceiro ou barqueiro. E este não é encarado como autoridade, pois trata-se muitas vezes de um auto-retrato do construtor-pintor ou do retrato do “camarada” moliceiro. A “alegoria aos namorados” enquanto “futuros chefes do lar” contradiz a preferência pela declaração amorosa ou, ainda mais, pelo apontamento malicioso, quando a imagem alude à relação homem-mulher.

José de Castro aplica ao universo lagunar o paradigma instituído das sociedades camponesas, num acto de hegemonia discursiva. Paralelamente ao seu inegável contributo para o conhecimento etnográfico da região, este texto procede à habitual apropriação da cultura popular, destinada à representação oficial da imagem do país.

Esta imagem ideal e moralizante é – como já se constatou – característica das monografias locais, publicadas entre meados do século XX e a actualidade, estas ainda sob a influência dos conceitos inculcados ao longo de décadas de salazarismo. Um exemplo datado de 1952 é *Murtosa: Gente Nossa*, de Lopes Pereira, ensaio histórico-etnográfico amador reeditado pela Câmara Municipal em 1995. O bairrismo sobressai nas histórias hiperbolizadas de murtoseiros ilustres¹³⁵ e na celebração de homens do mar (“heróis sem registo na história”) e de homens da Ria (“escravos presos à vara calejante que lhes roi o peito”¹³⁶). Mas para a edificação da verdade do regime – artifício retórico, construção ficcional – contribui eficazmente a afirmação recorrente da pobreza, que é sempre honrada para as “almas boas” de pescadores e moliceiros, e do quotidiano sacrificado, que é invariavelmente puro e heróico, apesar de se apresentar sob a forma de “triste e amargurada vida”¹³⁷. No capítulo dedicado aos “Detalhes de Etnografia

¹³⁵ Vêr, por exemplo, as alíneas do capítulo IX: “Homens que ilustraram a sua terra; Beneméritos que se enobreceram com gestos de altruísmo; Bairristas de apego amoroso à terra-mater; Comerciantes para quem a probidade e honra foram o lema da sua vida” (PEREIRA, Lopes, *Murtosa: Gente Nossa*, 2ª ed., Murtosa, edição da Câmara Municipal, 1995 [1952], p. 81).

¹³⁶ *Idem*, p. 77.

¹³⁷ *Idem*, p. 78. Ver também as passagens: “Pescadores presos à dura lida de tirar da ria o pão amargurado dos seus. Noites de tormenta a impedir a luta. Remos com músculos retesados a aguentar o embate, a vencer a fúria, ameaça de morte a espreitar as almas boas. (...) Pescadores, com noites frias a enrijar-lhes as carnes com desabrigo em que a simples esteira de bunho serve de leito sobre o fundo das bateiras cobertas com toldos mal vedados. No dealbar das manhãs por vezes invernosas, lá vêm eles, com os gabões atados por corda a cinta, com as canastras do pescado ao ombro de dois camaradas, para venda no

Popular”, Lopes Pereira utiliza o discurso saudosista pseudo-etnográfico, fiel à pureza dos costumes perdidos, ao folclore “ingénuo e frágil”:

A festança com a sua faceta e índole interesseiras, é hoje um retalho desfeito da nossa etnografia. Quase desapareceu de vez do coro das nossas tradições, embora não perdesse inteiramente as rugas do seu vinco na fisionomia do seu carácter folclórico. É pena não se mater pura como viva e alada floração dos nossos sadios hábitos. Há, no entanto, quem ainda a possa exumar à superfície com saudade e a saiba ler com fidelidade, nas penumbras da retina, revestindo expressões de sensibiliade familiar, apego e ternura pelos filhos, no seu larário de íntimos afectos, como neste ingénuo e frágil relato de visão pessoal.¹³⁸

Os textos etnográficos utilizam a cultura popular, associada às “verdades” ideologicamente marcadas, para redefinir a situação do indivíduo, atribuindo-lhe funções sociais clara e irreversivelmente demarcadas no tempo e no espaço. O esforço do regime para ordenar a nação, em termos espaciais, ideológicos e sociais é evidente na constante descrição laudatória das províncias (metropolitanas e ultramarinas) e suas características vagas, artificiais mas distintivas; na generalização das crenças e costumes do colectivo “povo”; na rigorosa distribuição, divisão e hierarquização dos papéis sociais. Nada é deixado ao livre arbítrio do actor social, tudo é predeterminado e aceite com alegria singela, espírito de sacrifício e honrada resignação, segundo o discurso oficial. E o discurso oficial é confirmado e perpetuado pelo texto etnográfico, testemunho da ciência ao serviço de uma verdade construída que é necessário credibilizar.

Um exemplo desta organização minuciosa do território nacional, acompanhada de descrição encomiástica apoiada em toda uma simbologia adequada, é a longa série de mapas turísticos publicados pelo Roteiro Turístico e Económico de Portugal (Rotep), entre 1938 e 1972, sob a coordenação geral de Camacho Pereira (a partir de 1951), com o patrocínio do Ministério da Educação Nacional e do Secretariado Nacional de Informação e Turismo e revisão final de diversas entidades locais.

Todos os mapas da colecção oferecem indicações gerais sobre a região na contracapa, duas páginas de fotografias e textos de apresentação, que podem tomar a forma de alíneas informativas (origem e fundação, situação e clima, monumentos,

mercado de Pardelhas. Feita esta, com o mata-bicho para aquecer e enganar o estômago vazio, lá voltam a subir o calvário... até que chegue a aleluia do domingo, dia de passageiro regresso ao lar, onde na cozinha cheia de sombras da sua arcoleita, por entre cujas palafitas o vento zune sons cavos, apenas alumiada pelo ténue fogacho de uma caneleja de azeite e pelo luaréu frouxo das achas a rechinar na lareira, a mulher aguarda o seu rico homem, guardando-lhe os restos da fornada para o mimo da rasulha que o aquecerá dos frios e das fomes. Na esteira desdobrada a todo o lés, brincam os filhos, luz suprema da sua vida, em bamboleos e cantatas em surdina, contentes com o regresso do pai” (*idem*, pp. 78-9).

¹³⁸ *Idem*, p. 149.

acesso, excursões e mercados, como no caso do mapa de Estarreja), texto histórico-literário ou colectânea de excertos de escritores locais e consagrados¹³⁹. Segue-se o mapa desdobrável propriamente dito e uma planta das principais vias e arruamentos da localidade. Os mapas das localidades pertencentes à região da Ria de Aveiro utilizam o barco moliceiro como símbolo local, na sua peculiar ordenação e apresentação do território.

O mapa de Ílhavo (CD III, Fontes Impressas, Ria de Aveiro, 29 e 30), publicado em Novembro de 1953 (mapa número dez, 41º na ordem de publicação, revisto por Rocha Madahil, à data director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga e director do Museu Municipal de Ílhavo, que também assina a introdução de teor histórico), tem como fotografia de capa um barco moliceiro, navegando carregado de moliço. O mapa coloca a tónica na indústria e na produção locais (secas de bacalhau, construção naval, serração, porcelana, giz para bilhar e alfaiate, pó de tijolo, flores artificiais, moagem, laranja, feijão, batata). As imagens convencionadas referem-se às sedes de freguesia, povoações, estradas, caminhos de ferro, rios e salinas. Complementa-se com indicações ilustradas de “casas agrícolas”, “Romaria da Senhora da Saúde”, percursos de bicicleta e zonas de pesca desportiva. A zona balnear é simbolizada por figuras femininas em trajes de banho. Exibe várias imagens de moliceiros e barcos de mar e, em primeiro plano, sobressai o desenho detalhado de uma proa de moliceiro patente no Museu de Ílhavo, com a legenda “Bão indo que eu cá bou” e painel com cavaleiro em campo circular e casal dentro de campânula.

O mapa de Estarreja (CD III, Fontes Impressas, Ria de Aveiro, 31 e 32), publicado em Janeiro de 1954 (mapa número oito, 44º na ordem de publicação, revisto pelo presidente da Câmara, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça), exhibe na capa a fotografia “Moliceiros no esteiro de Estarreja” e, na contracapa, moliceiros no “Cais de Estarreja”. O mapa releva a indústria e a produção locais (carpetes regionais, mobiliário de ferro, sulfato de amónio, cofres, cortumes, soda cáustica, refrigerantes, esteiras, cebolas, destilação), ilustradas com símbolos legendados. Todos os esteiros, canais e cales da Ria na região estão demarcados e ilustrados com barcos moliceiros.

¹³⁹ No caso do mapa da Murtosa, a colectânea intitula-se “Murtosa – Vista por Escritores” e é composta por um texto de Marques Gomes; um excerto de *Murtosa: Terra Nossa* de Lopes Pereira, apresentado como “grande bairrista murtoseiro”; o poema “Cinturinhas da Murtosa” de Augusto Gil; um excerto de *Os Pescadores* de Raúl Brandão; uma passagem indeterminada de Norberto de Araújo e um excerto de *Momentos de Saudade*, livro manuscrito de “Fulgaroso” (PEREIRA, Camacho (org.), *Mapa Turístico da Murtosa*, Lisboa, ROTEPE, 1954).

Também de Janeiro de 1954 (mapa número dezassete, 45º na ordem de publicação) é o mapa de Vagos (CD III, Fontes Impressas, Ria de Aveiro, 23 e 24), com um texto introdutório da autoria de Amorim Girão que, ao contrário do que seria de esperar, louva a colecção e não a região. Na capa, a fotografia “Um braço da Ria” mostra um série de moliceiros em navegação. Por não existir uma planta da vila, esta é substituída por uma fotografia aérea e por uma breve apresentação escrita, retirada da revista *Portugal-Brasil*. Como é norma, o mapa destaca a indústria e a produção locais (legumes, cereais, ovos, batata, madeira, carvão vegetal, breu, louça de barro, laranja, arroz, “creação”), a “Romaria da Senhora de Vagos” e as zonas balneares e de pesca desportiva. O braço da Ria que percorre a região está ilustrado com barcos moliceiros.

Em Março de 1954 (mapa número doze, 48º na ordem de publicação), surge o mapa da Murtosa (CD III, Fontes Impressas, Ria de Aveiro, 25 a 28), aquele que confere maior destaque ao moliceiro, apesar de o designar, curiosa mas intencionalmente, como “barco murtoseiro”. Com profusão de fotografias provenientes da *Foto Guedes* da Murtosa, a capa exhibe uma “Vista aérea da Torreira com a Ria e o mar” e a contracapa ilustra-se com moliceiros abicados, de velas desfraldadas, no “Dia de S. Paio da Torreira”, observados pelos visitantes na margem. No interior, as fotografias referem-se ao “Dia 8 de Setembro, durante a Romaria de S. Paio da Torreira”, com moliceiros, multidão no cais e palheiros de madeira junto à Ria; uma vista aérea da Torreira, com as redes de pesca estendidas no areal; uma vista aérea de Pardelhas; uma cena da arte xávega; crianças-pescadores com cangalhas; “Raparigas, trajos e barcos murtoseiros” que, na realidade, são barcos moliceiros; e duas fotografias de painéis de popa, com “O Guarda da Ria” (um cão a ladrar, entre flores) e “Estas boa Rosa” (casal oferecendo-se uma flor, dentro de arco de noivos). O mapa reproduz em desenho destacado este segundo painel, apesar de aqui o figurar como painel de proa. Assinala as zonas de produção de gado (enumerando todas as espécies), milho, feijão, batata e enguias de conserva, as oficinas de cangas e os “Estaleiros de barcos murtoseiros”. Na vertente turístico-cultural, ilustra a “Romaria de S. Paio da Torreira”, os trajes populares femininos, as zonas de pesca desportiva e as praias marítimas e fluviais. Os muitos braços da Ria existentes no concelho estão cobertos de imagens de moliceiros e bateiras e de alguns barcos de remo desportivo. Também surge indicada por desenho a lancha de passagem entre a Torreira e a Bestida, erradamente designada por “Bastida”.

Na generalidade, os mapas da colecção Rotep socorrem-se de símbolos recorrentes, atractivos, que transmitem a noção de um território ordenado, regularmente povoado e servido de vias de comunicação, aprazível, cioso das suas tradições, com uma economia local próspera, baseada na indústria e nos produtos da terra. As zonas balneares ou de interesse turístico são ilustradas por figuras de jovens raparigas em trajes de banho ou de passeio, respectivamente, sugerindo a frequência sazonal de uma burguesia cosmopolita. O “povo” é simbolizado pelos trajes típicos de trabalho, com preferência para os trajes femininos. Enumeram-se todos os itens da produção agrícola e pecuária local, por muito restrita que esta seja na realidade. Também as indústrias locais são representadas por uma iconografia nem sempre ajustada à realidade de simples oficinas artesanais. As igrejas e as romarias são indispensáveis na cartografia das zonas rurais. Sempre que possível, ilustra-se fotograficamente as obras empreendidas pelo regime ou com ele relacionadas: os “bairros de rendas reduzidas” e os “grémio de lavoura” (no mapa de Vagos); um “casal da junta de colonização interna” (no mapa de Ílhavo); o “hospital e asilo” (mapa de Estarreja); a “Avenida Salazar e Jardim Público” (contracapa do mapa de Ílhavo); a indispensável fotografia do edifício da câmara municipal e principais igrejas e capelas da região.

Num reflexo da ideologia vigente, os símbolos do progresso só são aceites na medida em que não interferem com os símbolos da tradição estabelecida. A ordenação espacial e ideológica da nação exige que a cultura popular, sinónimo de tradição, seja representada nas obras de teor etnográfico como algo de imutável, sujeito a uma matriz ruralista. Não há interesse na interacção nem no progresso, apenas na conservação de um repositório de usos e costumes, em que o estatismo substituiu irremediavelmente a dinâmica cultural. A conservação da ordem e a defesa da identidade nacional são a justificação central para este tipo de discurso: “Em nosso tempo e por toda a parte, as aldeias e os campos constituem o refúgio do elemento nacional, expulso das cidades que assimilaram o figurino cosmopolita. E não só o pitoresco de cada povo se vai progressivamente confinando nessa área, como nela tende a circunscrever-se a zona em que domina o apêgo aos costumes tradicionais, a fidelidade ao imemorial”¹⁴⁰.

¹⁴⁰ FERNANDES, António Júlio de Castro, *Enfrentando o Destino das Casas do Povo*, Lisboa, Junta Central das Casas do Povo, 1947, p. 15.

PERSPECTIVAS CIENTÍFICAS: PRIMEIROS ENSAIOS.

Após a Revolução de 1974 e a lenta reestruturação política, económica e social do país, a entrada de Portugal na União Europeia ditou a alteração definitiva do universo agrícola, agora obsoleto na sua forma tradicional. O enquadramento ideológico de predomínio rural desvanece-se e a noção de “povo” e suas tradições, que o Estado Novo longa e reiteradamente celebrara, cessa de ter validade, uma vez que o seu referente, já de si manipulado, sofreu alterações profundas. Com o fim da agricultura de subsistência enquanto base económica de uma nação empenhada num sector primário arcaico, a etnografia procura novos referentes no processo de construção da identidade e da memória.

A memória construir-se-á agora numa perspectiva abrangente, que contextualiza os seus objectos na prática quotidiana, em interacção com todos os factores de evolução, alteração ou extinção daquilo que, mais do que “tradição”, será a “cultura popular”. A evolução não tem de ser necessariamente negativa, as alterações não implicam obrigatoriamente a extinção das práticas e, quando tal ocorre, há igualmente que registar e analisar os motivos que conduziram a tal extinção.

A alegoria da tradição, o mito das origens e as verdades elaboradas pelo regime geraram textos emotivamente laudatórios sobre as mais diversas facetas da cultura popular portuguesa. Contudo, tal não significou que fosse profundo o seu grau de conhecimento e cientificidade. É por isso necessário reavaliar uma parte essencial do discurso etnográfico popular e erudito, muitas vezes assente em bases míticas ou manipuladas. Sem os anteriores constrangimentos de ordem ideológica – pelo menos sem os constrangimentos instituídos pelo Estado Novo – a etnografia pode agora dedicar-se à descrição da realidade tal como ela é, e não tal como ela deveria ser.

E esta é uma das áreas onde importa aprofundar a investigação: de que modo este tipo de discurso se instituiu como verdade inquestionável, de que modo a representação da realidade se confunde com a própria realidade, qual a intenção e consequências de tal confusão. Compete às Ciências Sociais, à Antropologia e à Etnografia em particular, no cumprimento da sua missão de produzir um conhecimento rigoroso sobre a vida das comunidades, contextualizar as imagens e os discursos sobre estas produzidos. Idêntico processo deverá aplicar-se às imagens e discursos que as próprias comunidades visadas produzem sobre si mesmas e sobre os outros. Esta

perspectiva científica produzirá frequentemente incómodas descrições desconstrutoras dos mitos sociais, obrigando à releitura das identidades comunitárias estabelecidas.

Na temática específica do barco moliceiro e contexto envolvente, esta secção tem vindo a explorar a forma como, ao longo da maior parte do século XX, a cultura foi transformada em texto ideológico que, por sua vez, passou a ser lido como se fosse a própria cultura ou, pelo menos, como se fosse uma textualização credível dessa mesma cultura. É agora o momento de analisar o discurso etnográfico ideologicamente neutro, atento às novas realidades do Portugal pós-revolução e crítico não só em relação às condicionantes que envolvem o objecto em estudo como também em relação às fontes bibliográficas pré-existentes e instituídas como fiáveis representações textuais.

Nesta sequência, cabe aqui referir um primeiro instante transitório, um texto etnográfico que vale não tanto pela sua originalidade ou teor científico, mas antes pelo enquadramento teórico-político que lhe é conferido pelo prefácio. Trata-se de *Palheiros de Mira: Formação e Declínio de um Aglomerado de Pescadores*, de Raquel Soeiro de Brito, ensaio publicado pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, em 1960, inserido na *Colecção Chorographia*¹⁴¹ e prefaciado por Orlando Ribeiro. Trata-se, sem dúvida, de um distante primeiro passo no percurso que ainda decorre actualmente para uma descrição verdadeiramente científica da cultura popular portuguesa. Passo distante no tempo e também no espaço analisado, apesar de Mira pertencer ainda à região lagunar e ter sido localidade de construção e acção de barcos moliceiros.

Datado de 24 de Dezembro de 1959, o prefácio de Orlando Ribeiro mostra-se crítico em relação às monografias ideologicamente dirigidas mas cientificamente nulas que então eram publicadas em grande escala, defendendo a credibilização do discurso científico. Critica o saudosismo instituído e a distanciação entre a ciência e a prática, isto é, e numa perspectiva geral, entre o texto e a realidade supostamente visada.

Enquanto chefe do grupo de investigadores do centro de Estudos Geográficos (fundado em 1944), Orlando Ribeiro insere as problemáticas que expõe no âmbito da Geografia, mas o alcance das suas palavras é passível de atingir a escrita etnográfica, à data ao serviço das verdades do regime. Ao referir-se à evolução verificada nos materiais e técnicas de construção dos palheiros de Mira, por exemplo, Orlando Ribeiro

¹⁴¹ Outros títulos desta colecção: Maria Alfreda Cruz, *Pesca e Pescadores em Sesimbra*, 1966; António de Brum Ferreira, *A Ilha Graciosa*, 1968; Jorge Gaspar, *As Feiras de Gado na Beira Litoral*, 1970; François Guichard, *Amarante: Structures Socio-Économiques et Liens de Dépendance dans un "Concelho" du Nord-Ouest Portugais*, 1980; Paula Bordalo Lema, *Tourém: Uma Aldeia Raiana do Barroso*, 1978; Carlos Alberto Medeiros, *A Ilha do Corvo*, 1967; Maria de Fátima Rodrigues, *Fátima: Problemas Geográficos de um Centro de Peregrinação*, 1974.

questiona-se se à Geografia interessa ainda uma técnica passada “admirável e eficaz” mas “imobilizada e anti-económica” ou o “progresso” (que destaca a *itálico*) e processos de construção “mais expeditos e baratos”¹⁴². Condena, por isso, o excessivo amor pela “tradição” e pelo “pitoresco, onde entra mais o sentimento do que a fria objectividade da ciência” de certos geógrafos, ao rebuscarem a faceta “etnográfica” ou “histórica” do seu trabalho. Estes termos surgem no original entre aspas, como se fossem qualificadores algo indefinidos e não disciplinas científicas, sinónimos de meras atitudes subjectivas. Defende que os geógrafos têm de compreender a “penetração cada vez mais rápida e profunda da uniformidade na vida contemporânea”. Para tal, preconiza uma resposta moderada, uma perspectiva “para trás” e “para diante”, sem saudosismos mas também atenta às intervenções desastradas do “progresso”. Se uns celebram excessivamente o passado, outros tudo destroem em nome da renovação radical, pois a renovação material ignora por vezes o condicionamento humano. De forma algo arrojada, critica o país por tais excessos de renovação em nome de “um mítico interesse nacional”, alheio às necessidades das populações.

Prosseguindo a sua crítica ao contexto de produção da ciência, ao defender que “utilidade e aplicação” são os propósitos da *Colecção Chorographia*, Orlando Ribeiro afirma praticar “a maior liberdade de investigação” e lamenta o facto de ninguém no país recorrer à sua experiência, consequência do divórcio existente entre a investigação universitária e os serviços técnicos. A este discurso não será alheio o facto de Orlando Ribeiro ter contactado demoradamente com a realidade universitária de outros países, apesar de ter sido também ele o conferencista enviado pelo SNI ao Brasil, em 1952, no âmbito das conferências sobre Portugal.

No que concerne especificamente à obra de Raquel Soeiro de Brito, Orlando Ribeiro classifica-a como um tentame de estudo científico, relevando também o seu carácter de urgência e a presença efectiva da investigadora no terreno: “A monografia tornava-se, por isso, urgente, e parte das magníficas fotografias com que a autora procurou documentar o aspecto da povoação, obtidas enquanto a preparava, são já ‘históricas’ ou sê-lo-ão dentro de pouco tempo. O leitor apreciará certamente o cuidado e a minúcia com que este trabalho foi conduzido, (...) a autora procedeu [à contagem

¹⁴² “Prefácio” de Orlando Ribeiro a: BRITO, Raquel Soeiro de, *Palheiros de Mira: Formação e Declínio de um Aglomerado de Pescadores*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1960, pp. 14 e segs.

dos habitantes], casa por casa, na Páscoa de 1959”¹⁴³.

A monografia de Raquel Soeiro de Brito é objectiva nas suas descrições e apoiada em dados concretos, apesar de não elaborar extrapolações teóricas de maior. Fala do presente e do passado com notável distanciação, realismo e espírito crítico, muito à semelhança do prefácio de Orlando Rbeiro. Não se coíbe, por exemplo, de enumerar pungentes exemplos da opressão e miséria das gentes, forçadas a viver em condições desumanas quando lhes proibiram o conserto dos palheiros em ruínas e esperaram anos pela autorização para construir em terrenos cedidos a norte da duna, a troco dos antigos e mais bem situados terrenos, “em benefício de futuros veraneantes endinheirados”¹⁴⁴, constatação e comentário que pouco ou nada terão agradado às autoridades mais atentas.

A crítica ao progresso implacável, apesar de, por vezes, ainda desequilibrada por um saudosismo bem enraizado, bem como a atenção às condicionantes e motivações envolventes serão as características comuns à maior parte das monografias publicadas sobre o barco moliceiro, a partir dos inícios da década de oitenta. A década de setenta é um período de mudança em todos os sectores, durante o qual as práticas tradicionais populares e o seu estudo foram genericamente conotados com um passado próximo de analfabetismo e autoritarismo, que o país em busca de uma nova identidade procurava esquecer. Mas os próprios objectos de estudo, como, neste caso, o barco moliceiro, viviam uma situação de quase extinção, com as embarcações ao abandono e os poucos painéis sobreviventes em adiantada degradação. Só quando o país reencontrou o seu rumo e afirmou a sua nova identidade, é que o estudo do passado foi novamente aceite pelos intelectuais como forma de compreender o presente. As tradições deixaram de ser sinónimo de obscurantismo e passaram a ser valorizadas enquanto fenómenos passíveis de evolução, adaptação e mesmo exploração lucrativa, como é o caso do barco moliceiro, adaptado à nova realidade do turismo com crescente sucesso, principalmente graças aos seus painéis e decorações cromáticas, hiper-valorizados na actualidade. Paralelamente, são também os painéis e as decorações cromáticas o objecto de estudo preferencial de boa parte das monografias contemporâneas, sobrepondo-se em protagonismo à própria embarcação.

Logo em 1980, Helder Pacheco publica o breve artigo “Pinturas dos Barcos da Ria: Um Elemento Importante da Personalidade Cultural da Região de Aveiro”, que

¹⁴³ *Idem*, p. 11.

¹⁴⁴ BRITO, Raquel Soeiro de, *Palheiros de Mira*, p. 95.

marca o renascer do interesse pelo moliceiro, agora numa perspectiva contemporânea. Atento à realidade e não à simples reformulação dos ensinamentos passados, é o primeiro exemplo localizado que se liberta claramente das autoridades precedentes, pois Helder Pacheco observou e fotografou o meio circundante, estudou o terreno, abandonou a biblioteca e o museu. Daqui nasce um atento ensaio de sistematização e classificação dos painéis, com fotografias ilustrativas e numerosas transcrições de legendas. Para além dos temas religiosos, históricos, de trabalho e do quotidiano, compreende a existência de subcategorias (como as pinturas de significado patriótico, dentro dos temas históricos), de temas eróticos (“erotismo assente em regra num trocadilho da legenda da pintura, que altera o sentido desta”¹⁴⁵) e de “elementos pictoriais que não se enquadram em qualquer designação anterior (‘No silêncio do deserto’, ‘A rainha das Flores’, ‘Beira-Mar és a minha paixão’), nem são dependentes de um tema”, alegadamente surgidos “nos últimos tempos”¹⁴⁶. Tais constatações só são possíveis após uma leitura da realidade atenta e livre de preconceitos, o que leva o autor a interessar-se também pela nova geração de pintores, suas técnicas, traços e motivos característicos. Na brevíssima bibliografia, Helder Pacheco apenas refere os (poucos) autores clássicos de qualidade, como D. José de Castro, Luís de Magalhães e Octávio Lixa Filgueiras, ignorando os etnógrafos oficiais do Estado Novo, que tanto se haviam citado entre si.

Ainda na década de oitenta, surge o estudo pioneiro de Daniel Tércio Ramos de Guimarães, “Sinais Flutuantes: um Estudo de Etnologia Naval na Ria de Aveiro”, de 1986, versão alargada do artigo “A Decoração do Moliceiro”, de 1983.

Neste, Daniel Guimarães afirma que a bibliografia existente sobre o moliceiro é reduzida e, na generalidade, estranha a uma investigação antropológica séria. Segundo ele, em alguns dos títulos existentes, juntamente com os dados etnográficos, abundam os equívocos que fazem do moliceiro e da sua decoração um reflexo mecânico das condições naturais, afirmação que completa com a citação crítica da clássica comparação entre a proa do moliceiro e as penas coloridas das aves, da autoria de Rocha Madahil. Segundo tal perspectiva, que perdurou durante décadas, o autóctone seria um ser “puro”, aberto por inteiro às impressões do meio, “como se se tratasse de uma

¹⁴⁵ PACHECO, Helder, “Pinturas dos Barcos da Ria: Um Elemento Importante da Personalidade Cultural da Região de Aveiro”, *Boletim da ADERAV*, nº 2, Maio/Junho de 1980, p. 12.

¹⁴⁶ *Idem, ibidem.*

espécie de vasilha livre à entrada das imagens da ria”¹⁴⁷. A ordem cultural seria, então, um mero reflexo ou prolongamento da ordem natural e o moliceiro, enquanto artefacto, seria um simples reflexo das condições do meio. Para o autor, tal perspectiva parece ineficaz para explicar muitas das características das embarcações da Ria em geral e do moliceiro em particular. Não é a ordem natural mas sim a ordem cultural que deverá esclarecer o assunto, pois a relação do homem com a natureza é mediada pela cultura. A compreensão destas questões parece importante a Daniel Guimarães, para uma análise eficaz da decoração do moliceiro. Esta incide em reproduções fotográficas de painéis, pessoalmente recolhidas em diferentes locais da Ria de Aveiro. Além disso, a observação *in loco* e a vivência no meio, bem como a consideração de outras fontes iconográficas de qualidade, influem na abordagem do tema.

Esta metodologia inovadora prossegue em “Sinais Flutuantes”, termo que Daniel Guimarães utiliza para designar os painéis e as decorações pictóricas do moliceiro, nos quais, defende, se cruza a tradição e a inovação, o passado (“velhos traços de cultura”) e o presente, com todas as suas “alterações verificáveis”¹⁴⁸. Como se constata, a tónica destes dois artigos reside na verificação no terreno e no estudo da evolução dentro da tradição, daquilo que há de novo, sem que tal implique necessariamente a morte ou a perversão do que é ancestral.

Em “Sinais Flutuantes” encontra-se o primeiro tentame de teorização aplicado às decorações do moliceiro que, apesar de contestável, é de extraordinário valor pela quantidade e qualidade de pesquisa implícita, comprovada e complementada pelas fotografias do autor, obtidas entre 1985 e 1986. Neste âmbito, Daniel Guimarães defende a existência de três “eixos na decoração”, que ilustra com quadros e esquemas¹⁴⁹. Um primeiro eixo “tradição/espontaneidade” baseia-se no facto de, na proa, haver um maior cuidado de ornamentação, com maior fidelidade a motivos tradicionais; na ré, surgem já motivos mais sugestivos e legendas mais espirituosas. Esta

¹⁴⁷ GUIMARÃES, Daniel Tércio Ramos, “A Decoração do Moliceiro”, *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 2, ano I, 1983, p. 25.

¹⁴⁸ GUIMARÃES, Daniel Tércio Ramos, “Sinais Flutuantes: Um Estudo de Etnologia Naval na Ria de Aveiro”, *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 8, ano IV, 1986, p. 9. “Face às relações estruturais explicitadas neste e nos capítulos anteriores, podemos distinguir três grandes grupos no universo dos painéis pintados nos moliceiros: um grupo que se caracteriza pela fidelidade, limitando a um pequeno número os motivos da figuração central; um grupo que se caracteriza pela inovação no tratamento dos temas centrais; um grupo que adultera a própria organização do painel e quase sempre subverte a distribuição coerente da sua imagística. (...) No meu ponto de vista, uma das características da imagística dos barcos da ria, em especial daquela que compõe os motivos centrais dos painéis pintados no moliceiro, é exactamente a de oferecer esquemas de registo das modificações sociais e históricas” (*idem*, pp. 28 e 33).

¹⁴⁹ *Idem*, pp. 19 e segs.

polarização estará, segundo o autor, relacionada com as funções exercidas à proa e à ré, mais nobres e mais triviais, respectivamente, com influência directa na imagística. E conclui: “A complementariedade e oposição simétrica entre a proa e a ré verifica-se pois ao nível da respectiva funcionalidade e do ‘espírito da decoração’. Esta verificação conduz directamente à ideia de que a decoração nos barcos em geral e no moliceiro em particular não é fortuita nem aleatória; ela integra-se nas estruturas morfológicas e funcionais da embarcação”¹⁵⁰.

No entanto, os exemplos colhidos na realidade nem sempre comprovam este princípio, aceitável apenas enquanto regra que contempla diversas excepções. A um observador atento e habituado, a transição de um painel jocoso da popa para a proa causará, sem dúvida, alguma estranheza, por não se tratar de uma ocorrência muito comum. Contudo, essa transição ocorre (ver, por exemplo, CD II, Jocosos, Eróticos, 33 e 78). Mas o próprio autor parece contradizer-se, ao exibir a fotografia de um painel de proa cómico (legenda “Podi-o chamá-lo”) e de um painel de popa “tradicional”, com o Infante D. Henrique (legenda “Nunca temi a navegação”).

Um segundo eixo encontrar-se-à na oposição bilateral exterior/interior, onde “à imagística interna corresponde uma dinâmica centrípeta, de contenção [decorações simbólicas para consumo interno, pessoal, da tripulação], e à imagística externa corresponde uma dinâmica centrífuga, de dispersão [exibição para o exterior, lógica de espectáculo]. Vemos, finalmente, a diversidade dos quatro painéis do moliceiro como uma manifestação desta dinâmica de dispersão”¹⁵¹. O terceiro eixo, por fim, baseia-se na divisão longitudinal da embarcação e na distribuição das decorações internas segundo a oposição bilateral sotavento/barlavento. Neste caso, existirá tendencialmente equilíbrio e continuidade entre os motivos florais e geométricos que revestem o moliceiro.

Outro momento notável deste artigo é a crítica directa, seguida de contra-argumentação, ao eterno “mito das origens”:

Já no início destes escritos, tive ocasião de reflectir sobre esta tendência em conceder profundas antiguidades às coisas da terra, embarcações incluídas. Vemos, finalmente, como esta tendência é também o resultado do estatuto mítico que o moliceiro adquire. Ora, em diversos momentos do texto, foi questionada a idade das embarcações tradicionais da ria. Podemos considerá-las ou como modelos praticamente imutáveis ao longo do tempo, ou como modelos que resultam de interacções dinâmicas entre si e com o meio envolvente (meio físico, meio

¹⁵⁰ *Idem*, p. 20.

¹⁵¹ *Idem*, *ibidem*.

social, meio económico, etc.). Pelas razões já expostas, inclino-me para a segunda hipótese. A tipologia dos barcos tradicionais não é certamente invariável na história da laguna. O moliceiro, por exemplo, enquanto tipo de barco com a forma que lhe conhecemos, é possível que não vá além do séc. XIX.¹⁵²

Sustenta esta constatação no já referido paralelismo com as cangas de tábuas policromas, cuja origem situa igualmente em meados do séc. XIX. Socorre-se também do decreto de 2 de Julho de 1802, citado pelo Padre Vieira Resende na sua *Monografia da Gafanha*, sobre o imposto aos barcos carregados com moliço. Por fim, utiliza os resultados de outra interessante pesquisa:

Numa investigação realizada sobre os conteúdos de dicionários existentes na Biblioteca Nacional, verifiquei a não figuração dos termos *moliço* e *moliceiro* até princípios do séc. XIX. E uma evolução semântica no termo *moliceiro* a partir do séc. XIX: como adjectivo designou desde “o barco em que se transportava o moliço”, até ao “barco de formas especiais em que se transporta o moliço na ria de Aveiro”, como substantivo, começou por ser sinónimo de sargaceiro, até englobar a “barca ou barco para transporte de moliço”.¹⁵³

Nos finais da década de oitenta, o barco moliceiro mereceu a atenção de uma equipa de investigadores do departamento de Sociologia e Etnologia da Universidade de Toulouse le Mirail, liderada por Claude Rivals, que se deslocaram à Ria de Aveiro com o propósito de filmar um documentário sobre aquela embarcação. Para além do seu inestimável contributo para a divulgação e estudo da cultura portuguesa a nível internacional, este projecto beneficiou do facto de ser ideologicamente neutro, isto é, liberto de preconceitos colhidos em estudos anteriores, de marcas de regionalismo e nacionalismo ou de influências ideológicas sobreviventes do passado. Devido a

¹⁵² *Idem*, p. 33. Ver também: “Uma primeira questão que se pode pôr diz respeito à proveniência das decorações. Tratar-se-ia, neste caso, de caminhar pelo tempo em sentido contrário, procurando determinar a sua paternidade cultural. Porém, as dificuldades de tal projecto seriam imensas. Neste âmbito, podemos talvez perguntar se as decorações que hoje encontramos no moliceiro sempre o acompanharam ao longo do tempo (sofrendo certamente inevitáveis alterações), ou se constituem registos que lhe eram exteriores e que a partir de determinada altura foram aplicadas nos barcos. Trata-se ainda de uma questão de difícil resposta. Mesmo que admitamos a primeira daquelas hipóteses, a questão da origem destas embarcações perde-se no tempo. O que é certo é que a actividade de recolha de moliço por barcos especializados existe seguramente desde os princípios do século passado. Actualmente, admite-se que a profissão de moliceiro, enquanto actividade profissional especializada, é relativamente recente e resulta da expansão agrícola. Antes desta especialização, a recolha do moliço era assegurada directamente pelo camponês que com ele adubava os seus campos” (GUIMARÃES, Daniel, “A Decoração do Moliceiro”, p. 27).

¹⁵³ GUIMARÃES, Daniel, “Sinais Flutuantes”, pp. 34-5. Segundo o autor, foram consultadas as seguintes fontes: Raphael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino*, Coimbra, 1712; *Dicionário da Língua Portuguesa*, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1793; *Dicionário da Língua Portuguesa Composto Sobre os que Até ao Presente se Têm dado ao Prelo*, 1806; *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1835. Neste, o termo “moliço” aparece com o significado de “espécie de palha de colmar casas”. Para o século XX: Cândido de Figueiredo, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Bertrand, 1947; *Lello Universal: Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, Porto, Lello e Irmão, 1976; Artur Bivar, *Dicionário Geral e Analítico da Língua Portuguesa*, Porto, ed. Ouro, 1952; Rebelo Gonçalves, *Vocabulário da Língua Portuguesa*, Coimbra, 1966; Antenor Nascentes, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Imprensa Nacional, 1966; José Pedro Machado, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Amigos do Livro, 1981.

inúmeros contratempos, o documentário nunca chegou a ser concluído, no entanto, Claude Rivals publicou, em 1988, o ensaio “Peintures des Moliceiros d’Aveiro (Portugal): Culture et Arts Populaires”. Aí, Claude Rivals propõe uma classificação actualizada dos painéis, contextualizada no meio sócio-cultural envolvente e baseada em cerca de uma centena de imagens pessoalmente recolhidas¹⁵⁴. Para além de uma necessária introdução descritiva, estabelece alguns paralelos com o fenómeno religioso dos *ex-votos*, com as tradicionais colmeias pintadas da Eslovénia e critica também a prevalência da questão das origens, que considera irrelevante, insistindo na necessidade de integrar o estudo do moliceiro no sistema “agro-marítimo” (ou melhor “agro-marítimo-fluvial”) a que pertence:

L’intérêt est ailleurs. Sans négliger les découvertes que l’on pourrait faire dans les archives, l’intérêt est aujourd’hui dans l’étude minutieuse de cette civilisation côtière qui vit également de la terre et de l’eau, qui maîtrise la voile, la perche et les rames, le gouvernail et le bateau mais aussi la terre, l’amendement, la culture maraîchère et l’élevage. Les moliceiros (au double sens du mot, machines et hommes) appartiennent à un “système agro-marin”¹⁵⁵.

Quase uma década mais tarde, em 1997, surge finalmente a monografia de Ana Maria Simões Lopes, *Moliceiros: A Memória da Ria*, que se estabelece até à actualidade como obra de referência, principalmente pela qualidade das suas fotografias e pela raridade de alguns depoimentos obtidos junto de mestres barqueiros e pintores, alguns já falecidos¹⁵⁶. Contudo, e tendo em conta que aqui se trata de “perspectivas científicas”, há que apontar o facto de a monografia se basear muitas vezes na experiência pessoal da autora, com apontamentos de grande emotividade e evocações da infância. Por momentos, regressa o tom saudosista habitual em décadas anteriores e o lamento pelas tradições perdidas. Sobrepõe-se, porém, uma original intenção, se não teorizante, pelo menos interpretativa, no que respeita ao tratamento conferido aos painéis do moliceiro e, principalmente, às suas legendas.

¹⁵⁴ Recorde-se as categorias já apontadas na secção sobre “Iconografia e Mensagem Escrita”: sociedade de um espaço-tempo, pertença a um espaço e inscrições temporais; referências ideológicas intemporais, religião e ditos e conceitos; notáveis da sociedade; trabalhadores; casais; a mulher; humor popular; o moliceiro ao espelho (RIVALS, Claude, “Peintures des Moliceiros d’Aveiro (Portugal): Culture et Arts Populaires”, *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, tome 5, fasc. 2-3, 1988, pp. 247-72).

¹⁵⁵ *Idem*, p. 251.

¹⁵⁶ Na segunda metade da década de noventa, publicam-se também as obras: GOMES, Telmo, *Embarcações Regionais da Tradição Portuguesa*, Lisboa, Inapa, 1996 (álbum com belíssimos desenhos e sucinta descrição bilingue de cada embarcação); SARMENTO, Clara, *Os Moliceiros da Ria de Aveiro: Quadros Flutuantes*, 2ª ed., Aveiro, edição da Câmara Municipal, 2000 [1999].

As legendas que Ana Simões Lopes apresenta situam-se cronologicamente entre 1900 e 1996, organizadas alfabeticamente por decénios. Até aos anos 50, afirma tê-las conseguido através da consulta de diversas obras (que não refere de modo sistemático) e de algum material do Museu Marítimo de Ílhavo. “Nas décadas de 50 e 60, obtive-as por meio da consulta dos livros de registos da Capitania do Porto de Aveiro, onde por iniciativa do Comandante António Caires da Silva Braga foram registadas por ocasião da vistoria periódica das embarcações”¹⁵⁷. Ora, como já se analisou na secção “Confluências Ideológicas na Realidade Sócio-Cultural”, esta iniciativa pessoal não está comprovada, ocorria aquando do registo e não da vistoria da embarcação e estendeu-se a vários capitães, que não apenas António Caires da Silva Braga. A partir de 70, baseia-se na observação directa ou em registos iconográficos de particulares e instituições.

Para o “tratamento linguístico das legendas recolhidas”¹⁵⁸, a autora propõe-se tirar algumas conclusões do *corpus* de cerca de um milhar de legendas. Na realidade, a mensagem verbal do moliceiro só está completa se for considerada juntamente com a mensagem icónica que a ilustra. Tal não sucede aqui, pois Ana Simões Lopes separou os enunciados, por uma questão metodológica. No entanto, os objectivos desse tratamento linguístico são simples e não carecem de cotejo com a imagem: “Não foi minha intenção fazer um estudo linguístico exaustivo, mas sim dar uma visão do género de frases usadas, fazer um levantamento dos erros mais ocorrentes e testemunhar a sua evolução, sob o ponto de vista diacrónico”¹⁵⁹.

No conjunto imagem-legenda, *Moliceiros: A Memória da Ria* apresenta uma classificação temática alargada mas algo dispersa, demasiadamente vasta e/ou vaga em alguns temas. São as seguintes as categorias e sub-categorias apontadas: temas religiosos; temas amorosos; temas eróticos (maliciosos); temas patrióticos; temas históricos; temas profissionais; temas folclóricos; temas desportivos; “o respeito é uma temática constante”; “temas do quotidiano referentes: à localidade a que o moliceiro pertence, à identificação do mestre construtor, a festividades cíclicas, à guerra colonial, à Mocidade Portuguesa, à emigração, aos meios de transporte, nomeadamente a lambreta, a discos que agradaram ao povo, a doenças (...) Enfim, restam ainda aquelas legendas que não têm cabimento em qualquer destes acontecimentos, porque a

¹⁵⁷ LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, Lisboa, Quetzal, 1997, p. 137.

¹⁵⁸ *Idem*, pp. 142-6.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 146.

imaginação popular não tem limites”¹⁶⁰. Destas afirmações se conclui que não existe aqui um verdadeiro esforço de sistematização perdurável, apenas de ordenação comentada dos exemplares coligidos. A questão das decorações e legendas dos moliceiros é contextualizada na temática mais abrangente da monografia, que versa também – e com grande detalhe – a actividade do moliço e sua situação actual, a construção da embarcação, o *bota-abaixo*, a faina quotidiana e o papel do moliceiro nas festividades locais, para além de uma extensa bibliografia e de textos em francês e inglês, que muito contribuíram para a divulgação da obra.

A escrita etnográfica deve ser interpretada dentro de um enquadramento histórico e teórico e, na sua leitura, há que descodificar o modo como os factos e suas respectivas interpretações são representados, pois estes não são veiculados de forma neutra: as convenções linguísticas e retóricas são instrumentos privilegiados na construção da realidade. Os textos etnográficos não constituem uma transcrição imediata e independente de um determinado objecto ou prática. A implicação no processo de construção (ou re-construção) da realidade aplica-se aos textos orais e escritos produzidos e interpretados pelos actores sociais, e também aos textos de etnógrafos e outros estudiosos. Aos exemplos aqui analisados de etnografias “oficiais” do regime autoritário e de ensaios etnográficos por parte de amadores locais aplicam-se os factores sociais, retóricos, institucionais, políticos e históricos que, enumerados por James Clifford¹⁶¹, influenciam a escrita etnográfica. Na verdade, tal como defende Clifford Geertz ao longo dessa obra fundamental *The Interpretation of Cultures*, muitos textos etnográficos são ficções persuasivas. Toda a escrita académica ou científica baseia-se, como se sabe, em convenções textuais e métodos retóricos e a simples declaração por parte de um autor de que o texto é “verdadeiro” não implica que este venha a ser lido como tal. Por isso, também o texto etnográfico está juncado de recursos estilísticos e retóricos através dos quais o leitor é persuadido a entrar numa estrutura comum de factos e interpretações, de observações e reflexões:

We are dealing not with mere descriptive writing (whatever ‘mere’ description might connote). It contains within it the *analytic* message of the sociology itself. In other words, when we talk of the role of ‘understanding’ or ‘interpretation’ in interpretative, qualitative studies, we are often dealing with something other than or additional to explicitly stated propositions. Often, the argument is conveyed at a more implicit level, through the very textual organization of

¹⁶⁰ *Idem*, pp. 146-8.

¹⁶¹ CLIFFORD, James, “On Ethnographic Allegory”, in George MARCUS, James CLIFFORD (eds.), *Writing Culture*, p. 6.

accounts: in the way we select and write descriptions, narratives and so on; how we organize texts in thematic elements; how we draw upon metaphorical and metonymic uses of language; how, if at all, we shift point of view, and so on. (...) the ethnography often depends upon the relationships established between *histoire* and *discours*, between the implicit and the explicit, the concrete and the abstract. Both levels of textual format contribute to the rhetorical force of the ethnographic text.¹⁶²

Esta passagem de Paul Atkinson adapta-se a muitos dos parágrafos descritivos altamente metafóricas sobre o moliceiro e o trabalho na Ria. A descrição bucólica da Ria de Aveiro, por exemplo, é uma perfeita metáfora para o ambiente de idílica singeleza que, de acordo com a retórica institucional, rodearia o labor rural do povo português. Já os perigos e privações da pesca são hiperbolizados para enobrecer o esforço do pescador, instituído como descendente dos grandes navegadores. Ao exaltar a beleza e a paz da região lagunar, a pobreza e a fome que a dominavam na realidade são pormenores ignorados, que seria até ingrato referir, face ao “paraíso” que a Natureza ofereceu aos habitantes da Ria.

Na secção “Absent characters and silent voices” (integrada no capítulo “Character and type: the textual construction of actors”), Atkinson chama também a atenção para a questão das mulheres que, apesar de desempenharem importantes papéis na ordem social, não são habitualmente representadas como actores sociais, mas antes como objectos, isto é, não são sujeitos das suas acções na sua própria cultura¹⁶³. De igual modo, as vozes femininas estão por regra ausentes dos textos etnográficos sobre o moliceiro e a recolha do moliço. Tendencialmente, as únicas personagens femininas dignas de referência são as representações simbólicas que os homens pintam nos seus barcos, sujeitas à forma e ao contexto em que eles as perspectivam (quase sempre como objecto sexual). Mas, na realidade, muitos painéis são, e foram, protagonizados por mulheres, que são também o locutor implícito da legenda, frequentemente com réplicas maliciosas, cortantes e certeiras. Etnógrafas e pintoras de moliceiros são um fenómeno recente, no entanto, sempre existiram mulheres proprietárias e tripulantes de moliceiros. Mas a construção textual, de que fala Paul Atkinson, optou por fazer delas “personagens ausentes e vozes silenciosas”.

Estas constatações apontam para a necessidade de cultivar uma construção (e uma leitura) consciente do texto etnográfico, o que remete novamente para a meta-antropologia textual de James Clifford, que norteou a análise levada a cabo em “A

¹⁶² ATKINSON, Paul, *The Ethnographic Imagination: Textual Constructions of Reality*, London and New York, Routledge, 1994 [1990], pp. 62 e 103.

¹⁶³ *Idem*, pp. 144 e segs.

Cultura das Monografias”. Muitos dos textos estudados demonstraram ter como objectivo a idealização estética de uma realidade existente, a suspensão do discurso do quotidiano e a indução à actuação eticamente orientada. Conversamente, a etnografia moderna deverá privilegiar o discurso e o diálogo em detrimento do texto e do monólogo, enfatizando a natureza cooperativa do contexto etnográfico, por oposição à imagem e à ideologia do observador transcendente. Idealmente, dessa narrativa colectiva resultará um texto polifónico onde nenhum dos participantes terá a última palavra. O texto etnográfico será antes um meio, um veículo transcendente para o regresso a um espaço-tempo, para a reorganização de um mundo tangível.

George Marcus defende que os trabalhos teóricos mais interessantes hoje em dia são precisamente aqueles que se debruçam sobre as convenções da escrita etnográfica e a postura da autoridade, quando esta se une no texto aos objectivos analíticos da teoria social¹⁶⁴. A etnografia tem, com efeito, demonstrado os efeitos dos grandes acontecimentos e das estruturas dominantes na vida quotidiana de indivíduos e comunidades. No entanto, as questões macrosociais sobre as razões desses acontecimentos ou a organização dessas estruturas são deixadas à representação formal de outras linguagens conceptuais. A grande questão da abordagem interpretativa reside não na elaboração de uma síntese teórica mas sim nas problemáticas da representação textual. O etnógrafo constrói o seu texto em redor de um ponto estrategicamente seleccionado, tratando o sistema dominante como pano de fundo, tendo no entanto sempre presente que este é parte integrante da cultura existente dentro do espaço demarcado como objecto de estudo. Por isso, também a leitura do texto etnográfico pode constituir uma forma de crítica literária:

The ethnography, then, cannot inhabit a world of texts where conventionality is taken for granted, or where language is treated as unproblematic. The fully mature ethnography requires a reflexive awareness of its own writing, the possibilities and limits of its own language, and a principled exploration of its modes of representation. Not only do we need to

¹⁶⁴ MARCUS, George, “Contemporary Problems of Ethnography in the Modern World System”, in George MARCUS, James CLIFFORD (eds.), *Writing Culture*, pp. 165-93. Será aqui interessante reter a opinião do próprio George Marcus acerca dos objectivos e efeitos deste projecto: “Writing Culture represented the alliance between scholars of literature (often comparative literature) refining the theoretical means of undertaking the critique of discourses (particularly modes of realist representation) and cultural anthropologists who understood the critique of their own discursive forms of representing others to be the most powerful means to articulate a self-critique of the discipline that had been brewing in various expressions since at least the 1960’s. (...) It became a model of effective rhetorical critique that demonstrably shook established practices and conventions of a discipline and suggested new questions and genres of analysis” (MARCUS, George, “That damn book: ten years after *Writing Culture*”, *Etnográfica*, vol. II (1), 1998, p. 6).

cultivate a self-conscious construction of ethnographic texts, but also a readiness to *read* texts from a more 'literary-critical' perspective.¹⁶⁵

¹⁶⁵ ATKINSON, Paul, *The Ethnographic Imagination*, p. 180.

A (RE)CONSTRUÇÃO DA TRADIÇÃO

A TEXTUALIZAÇÃO DA CULTURA

Considerando que a leitura do texto etnográfico pode constituir uma forma de crítica literária, fundamentada na contextualização e interpretação da narrativa, a literatura, por seu turno, constituirá igualmente uma fonte de conhecimentos etnográficos, necessariamente críticos e criticáveis. Deste modo, também no caso do barco moliceiro se encontram formas literárias relacionadas em grau variável com a construção e reconstrução desta manifestação cultural. A variabilidade e a evolução da textualização da cultura está patente em textos como a narrativa de viagens e o texto jornalístico. Os exemplos estudados encontram-se aqui tendencialmente enquadrados no período cronológico coberto pelas monografias e demais fontes documentais e iconográficas anteriormente analisadas.

A literatura de viagens produzida ao longo dos séculos XIX e XX oferece uma informação qualificante, baseada em fontes não quantitativas, que privilegia as qualidades do local, sem conhecimento de dados precisos. Relativamente ao objecto deste estudo, o barco moliceiro e demais embarcações da Ria de Aveiro são praticamente ignorados pelas narrativas de viajantes dos dois últimos séculos, seguindo a tendência já patente nas narrativas de séculos anteriores¹⁶⁶. Alguns títulos que

¹⁶⁶ Em narrativas de viajantes estrangeiros em Portugal, referentes a percursos efectuados antes do século XIX, não se localizou qualquer referência às embarcações da Ria de Aveiro em: *Voyage d'Eustache Delafosse sur la Côte de Guinée, au Portugal et en Espagne*, 1479-1481; “Um polaco em Portugal nos finais do século XV: Nicolaus Von Popplau”, 1484-1485 (ed. Paulo Drummond Braga, separata *Biblos*, 68, 1992); *The Expedition of Sir John Norris and Sir Francis Drake to Spain and Portugal*, 1589 (ed. R. B. Wernham); *O Portugal de D. João V Visto por Três Forasteiros* (ed. Castelo Branco Chaves); Henry Fielding, *The Journal of a Voyage from London to Lisbon*, 1755; Johan Brelin, *De Passagem pelo Brasil e Portugal em 1756*; Arthur William Costigan, *Sketches of Society and Manners in Portugal*, 1778-1779 (trad. Augusto Reis Machado, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992); James Murphy, *Travels in Portugal*, 1795 (*Viagens em Portugal*, trad. Castelo Branco Chaves, Lisboa, Livros Horizonte, 1998); William Beckford, *Recordações de Viagem*, 1794 a 1799 (ed. 1835); Heinrich Friedrich Link, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799* (Paris, Levrault Schoell, 1803).

A única excepção localizada data de 1693 e encontra-se em *Several Years of Travels of a Gentleman through Portugal, Spain, Italy, the Empire of Germany, & C.*, da autoria de “P”, simples assinatura patente na “Introdução”. Aí, o autor descreve com grandes reservas certas circunstâncias da sua viagem. Tendo partido de Inglaterra em 1693, a bordo de um navio mercante até Lisboa, por amor à viagem e “outras circunstâncias”, permanece vários meses em Portugal, antes de iniciar um périplo pela Europa, que termina na corte do Príncipe de Orange, onde embarca de regresso a Inglaterra. Acerca de Aveiro e suas embarcações, lê-se: “Aveyro is an handsom Market Town, the Streets as sweet and clean as

comprovam esta omissão são: *Viagem em Portugal 1798-1802*, de Carl Israel Ruders, pastor protestante que, entre 1798 e 1802, exerceu as funções de capelão junto da legação da Suécia em Lisboa; *Souvenirs d'une Ambassade et d'un Séjour: en Espagne et en Portugal de 1808 a 1811*, pela Duquesa de Abrantes; *Notes Dominicales prises pendant un voyage au Portugal et au Bresil en 1816, 1817 et 1818*, de Louis-François de Tollenare¹⁶⁷; *Le Portugal à Vol d'Oiseau: Portugais et Portugaises*, de Maria Rattazzi, publicado em 1879 e que dedica apenas alguns parágrafos – sempre muito críticos e superficiais – às “ovarinas” de Lisboa¹⁶⁸; *España y Portugal: su Historia, su Geografia, su Arte y sus Costumbres*, de Alfredo Opisso, de 1896¹⁶⁹; *Portugal d'Agora: Lisbôa, Porto: notas de viagem, impressões*, do pseudónimo brasileiro João do Rio, de 1911¹⁷⁰; *They Went to Portugal e They Went to Portugal Too (Aspects of Portugal)*, da britânica Rose Macaulay, de 1946¹⁷¹.

Os poucos autores que não incorrem em tal omissão optam por referências breves e nem sempre consentâneas com a realidade. Em *Visita a Portugal*, de 1886, Hans Christian Andersen dedica a Aveiro alguns parágrafos da sua habitual prosa crítica e queixosa e, neste caso, também imprecisa, ao referir os “rebocadores” que sulcam a Ria de Aveiro:

Em Aveiro encontramos uma Holanda portuguesa, pantanosa e plana com canais escavados, mas sem a exuberância e frescura da Holanda. (...) A terra plana, os muitos rebocadores, Aveiro em si, e a margem arenosa do rio lembram as costas ocidentais do Norte; (...) Estava-se precisamente na maré-baixa. Vimos um leito de rio lamacento, mas sem água corrente; a conduta de água baixa e comprida deixava a descoberto os muros húmidos. (...) Costumam chamar à cidade “a Veneza portuguesa”; mas nada ali nos lembra aquela cidade do Adriático, salvo os barcos com forma de gôndola. (...) o guia (...) levou-nos até uma espécie de jardim público de onde, na nossa visita no dia seguinte, quando os raios de sol se esforçavam

any you shall meet with in this Country. The Government is in the hands of a Justice, as is the Civil Government throughout the Country (...) Here is a very convenient River, so that Vessels of 70 or 80 Tun, come up in near the Town. It is said there are 4000 Boats belonging to this River, and the use they are employed in is carrying of Dung into the Country, for manuring of their Land, which is not so Fruitful in these parts, as about Lisbon. In this River they make great quantities of salt, which supplies the Country, and is also carried into Galicia and other Parts. This Town of Aveyro is fenced about with an high wall (...) here are supposed to be 15 or 16000 Souls. (...) from Aveyro to Porto, the five first Leagues I passed by water so that going into a Boat about 12 at Night, I got to the Varr [Ovar] by 7 next Morning, which is a little Country Village, where I hired Horses and Travelled the other five leagues thro' a barren Country to Porto” (*Several Years of Travels of a Gentleman through Portugal, Spain, Italy, the Empire of Germany, & C.*, 1693, pp. 14-15).

¹⁶⁷ TOLLENARE, Louis-François de, *Notes Dominicales prises pendant un voyage au Portugal et au Bresil en 1816, 1817 et 1818*, Paris, Presse Universitaire de France, 1972.

¹⁶⁸ RATTAZZI, Maria, *Portugal de Relance*, trad. anónimo, Lisboa, Antígona, 1997, pp. 304-5.

¹⁶⁹ OPISSO, Alfredo, *España y Portugal: su Historia, su Geografia, su Arte y sus Costumbres*, Barcelona, António Bastinos, 1896.

¹⁷⁰ RIO, João do, *Portugal d'Agora: Lisbôa, Porto: notas de viagem, impressões*, Paris, Garnier, 1911.

¹⁷¹ MACAULAY, Rose, *They Went to Portugal*, London, Jonathan Cape, 1946; MACAULAY, Rose, *They Went to Portugal Too (Aspects of Portugal)*, Manchester, Carcanet Press, 1990 [1946].

por romper o nevoeiro, conseguimos distinguir os barcos que havia ao fundo, na boca do rio. Não foi agradável estar em Aveiro!¹⁷²

Incorrecções geradas por escassa consulta de fontes e observação superficial percorrem textos estrangeiros e nacionais, como no caso d'*Os Pescadores* de Raúl Brandão, em que o autor, ao referir os moliceiros, afirma: “Este lindo barco serve para tudo, vai à pesca e carrega o sal e o moliço pelas terras dentro. É o meio ideal de transporte entre estas terras ribeirinhas. Substitui os animais de carga, as diligências nas feiras, e é o encanto da ria”. Esta incorrecção é citada e assinalada por Sant’Anna Dionísio no seu *Guia de Portugal*: “Raúl Brandão refere-se ao moliceiro, que na realidade não é utilizado como barco de pesca”¹⁷³. Em *The Road to Lisbon*, de 1962, Vivian Rowe multiplica referências a Aveiro, à Ria e aos seus barcos plenas de imprecisões, chegando a ilustrar as embarcações lagunares com recurso a uma fotografia de barcos rabelos, por entre as encostas montanhosas do Douro:

At Barra too you will see a timeless spectacle; boats coming in under a bridge – quite small sailing-boats, with a crew of two, sharp-prowed boats with the age-old Latin, or lateen, sail. The fisherman who is not steering lets the mast down to pass under the bridge and then, silhouetted against blue sky and blue water, makes a sculptor’s dream as he tenses every muscle in his body to raise mast and sail again.¹⁷⁴

A escassez ou mesmo a predominante ausência de atenção dispensada pela literatura de viagens ao barco moliceiro ao longo dos tempos permitiu domesticar mais facilmente este objecto. A ausência de uma prévia tradição narrativa tornou-o mais facilmente utilizável, manipulável por posteriores narrativas ideologicamente orientadas, tal como foi analisado na secção “A Cultura das Monografias”.

Pelo contrário, o texto jornalístico é uma fonte privilegiada de informação sobre o processo de construção/reconstrução da tradição cultural. A imprensa local, especificamente, tem um papel decisivo na formação da consciência cultural e da opinião pública, atenta aos destinos da região e do país¹⁷⁵. No presente contexto,

¹⁷² ANDERSEN, Hans Christian, *Uma Visita a Portugal*, trad. Margarida Gil Moreira, Lisboa, Ulmeiro, 2000 [1866], pp. 86-8.

¹⁷³ DIONÍSIO, Sant’Anna, *Guia de Portugal III – Beira Litoral, Beira Baixa, Beira Alta*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1944, pp. 521-2.

¹⁷⁴ ROWE, Vivian, *The Road to Lisbon*, London, Eyre and Spottiswoode, 1962, pp. 173-4.

¹⁷⁵ A mais antiga folha informativa impressa em Aveiro foi o *Boletim de Notícias* (11 de Outubro de 1846), de carácter político e setembrista. O *Campeão do Vouga* foi o primeiro jornal tipicamente aveirense e circulou entre 14 de Fevereiro de 1852 e 26 de Janeiro de 1924. Seguiram-se o *Aurora*, quinzenário literário e religioso (1855); o *Imparcial*, jornal político (1856-1858); o *Imprensa* (1856-1858) e o *Distrito de Aveiro* (1861-1881). O *Povo de Aveiro* (1882-1941), semanário cáustico de crítica política generalizada e indiscriminada, foi fundado e dirigido por Francisco Manuel Homem Cristo e

importa determinar o papel conferido ao barco moliceiro na narrativa jornalística das tradições populares. Ao longo do século XX, duas principais evoluções se destacam: a atenção à cultura popular transita gradualmente dos jornais locais para os grandes diários nacionais; o moliceiro passa de mero figurante nas festividades religiosas locais para protagonista de eventos de cariz etnográfico, símbolo de uma Ria cada vez mais virada para o turismo de massas e para a encenação lucrativa da cultura popular.

As festividades anuais do S. Paio da Torreira constituem momentos por excelência de celebração da cultura popular, desde sempre alvo de atenção dos órgãos de imprensa regional. Torna-se assim possível traçar a evolução do modo como o evento é textualizado, bem como do papel desempenhado pelo moliceiro nas festividades, através da leitura de periódicos como *O Jornal d'Estarreja* e *O Progresso da Murtosa*¹⁷⁶.

O Jornal d'Estarreja: Hebdomadário Democrático e Social foi fundado em 1883 e, em 1907, tinha como editor António Baptista Pinheiro. Em 7 de Setembro de

chegou a atingir a tiragem de 35.000 exemplares em 1910. Teófilo Braga foi um dos seus primeiros colaboradores. O fundador sofreu pressões e perseguições por parte de todos os quadrantes políticos e o jornal acabou por ser suspenso. Preso e exilado em Paris, Homem Cristo publica aí *O Povo de Aveiro no Exílio*. Sucedem-se: *Folha Académica* (1883), jornal estudantil; *A Locomotiva* (1883), periódico dos Caminhos de Ferro; *Archivo Photographico* (1883); *A Época* (1885-1888); *A Beira Mar* (1890-1910); *A Vitalidade* (1894); *O Progresso de Aveiro* (1900-1910), órgão do Partido Progressista; *A Folha Nova*, semanário republicano (1904); *O Mafarrico*, quinzenário noticioso, literário e charadístico (1908-1909); *A Batina*, folha académica e quinzenal (1908); *O Correio de Aveiro*, semanário independente (1910); *A Verdade* (1910), semanário académico; *O Satírico*, semanário literário e independente (1910); *Correio do Vouga*, quinzenário independente, noticioso, literário e órgão dos interesses locais (1903-1913); *A Liberdade*, semanário republicano (1911-1915); *Justiça*, semanário do Centro Nacional Democrático de Aveiro (1911), suspenso ao segundo número pelo Governo, que também dissolveu o Centro; *Cinco de Outubro* (1911); *A Portuguesa* (1912-1913), defensor da República; *O Progresso* (1913); *O Proletário* (1913); *A Verdade*, quinzenário independente (1913); *Na Brecha* (1913); *Escola Moderna* (1914); *O Riso do Vouga*, semanário independente, ilustrado, literário e noticioso (1914); *A Razão* (1915), órgão do Partido Republicano Português; *A Ideia Nacional*, revista bi-semanal defensora da monarquia (1915); *Luz e Vida* (1915), por alunos do Magistério Primário; *O Debate* (1922-1932); *Labor* (1926), revista sobre o ensino; *Correio do Vouga* (1930), semanário católico e regionalista; *Arquivo do Distrito de Aveiro* (1935-1972); *Litoral* (1954); *Lutador* (1964-1975), semanário militante do Estado Novo; *Aveiro e o seu Distrito*, revista semestral (1966); *Ecos de Cacia* (desde 1915 até ao presente), o mais antigo jornal do concelho de Aveiro; *Libertação* (1974-1975), do Movimento Democrático de Aveiro; *Jornal de Aveiro* (1977-1995), de influência social-democrata; *O Nosso Jornal* (1974-1994), mensário dos trabalhadores do centro fabril da Portucel; *Companha* (1979), órgão do movimento cooperativo; *Boletim da ADERAV* (1980-1990), da Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro; *Boletim Municipal de Aveiro* (desde 1983), revista semestral cultural e informativa; *O Informativo* (1987), também da Câmara Municipal de Aveiro; *Jornal de Oliveirinha*, semanário de jovens católicos (1988-1992); *Notícias d'Eixo* (desde 1990); *O Aveiro* (desde 1991); *A Região de Aveiro* (1992-1994); *Estudos Aveirenses* (desde 1993); *O Popular d'Aveiro* (desde 1996), do Partido Popular; *Jornal da Pateira* (desde 1994), semanário da Ria, Bairrada e Vouga; *Diário de Aveiro* (desde 1985). Na região de Aveiro, encontram-se ainda rádios locais desde 1985 e delegações dos principais jornais nacionais desde 1970 (GASPAR, João Gonçalves, *Aveiro na História*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1997 e AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s/d).

¹⁷⁶ Este estudo baseia-se em pesquisa efectuada na Biblioteca Pública e Municipal do Porto (BPMP) entre 2002 e 2003. A BPMP possui as edições d'*O Jornal d'Estarreja* publicadas entre 1907 e 1954 (com algumas lacunas) e d'*O Progresso da Murtosa*, entre 1929 e 1934, 1940 e 1942 e 1973.

1907, publica um longo artigo dedicado ao S. Paio da Torreira, “romaria que fica bem a toda a gente, de verdadeiro recreio, onde todos podem brincar livremente”. Há cantos, danças, cantigas ao desafio, ranchos com cantorias e gargalhadas, grupos reunidos em volta dos coretos com os seus fartos farnéis, barracas e quiosques de cafés e licores. São muitos milhares os romeiros que aí acorrem nos dias 7 e 8 de Setembro. Os coretos espalham-se pelas proximidades da capela, praia e beira-Ria. As “músicas” (bandas) são sempre duas, pelo menos, mas há anos em que são mais, sempre nos locais habituais. Os barcos enfeitados com bandeiras cruzam a Ria e transportam grupos de romeiros que competem entre si. O autor refere o tradicional banho de vinho ao santo e a devoção generalizada patente nesta grande festa da Ria, prática ancestral descrita por Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos e também pelo jornal *O Século*:

“Os pescadores da Torreira (vinte quilómetros a oeste de Aveiro) que padecem de sezões vão à capela de S. Paio baptizar o santo com vinho que depois bebem” (*Almanaque de Lembranças* para 1870).¹⁷⁷

Na Torreira (Aveiro), diz-se no *Universo Ilustrado* nº 36, p. 28, vol. I, que fazem uma festa a S. Paio, mergulhando-o em vinho. As mulheres bebem depois o vinho e cantam: Ó S.

¹⁷⁷ COELHO, Adolfo, “Materiais para o estudo das festas, crenças e costumes populares portugueses”, *Revista de Etnologia e Glotologia*, 1880, in LEAL, João (org.), *Obra Etnográfica*, vol. I – *Festas, Costumes e Outros Materiais para uma Etnologia de Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1993, p. 336. A capela de S. Paio, erigida em dunas não fixadas, foi soterrada pelo menos duas vezes, de acordo com os registos existentes. Nas *Memórias Paroquiais* da freguesia de S. Cristovão de Ovar, lê-se: “Duas legoas distante da Igreja Matris no sítio chamado Torreira em areal, que medea entre o mar e o Rio d’Aveiro, se acha a capella de Nossa Senhora do Bom Sucesso com tres Altares; no mor está a Imagem da mesma Senhora no collateral da parte direita a Imagem de S. Payo ou Pelagio, a quem se procura muito a devoção dos fieis por Advogado contra as Maleitas; no da parte esquerda a de S. Lazaro. (...) São as sobreditas duas capellas mui uteis aos povos; porque alem de munta gente, que em todos os Domingos e dias santos alli concorre de romagem: desde o Spirito Santo the o mez de Novembro de cada anno dão exercitio a sua pesca do Mar os moradores d’Ovar no sitio da Torreira; e os moradores de Ilhavo no sitio das Areas; os quais todos antes da factura das dittas cappellas com muito trabalho e risco, satisfazião ao preceito de ouvir Missa; e agora com a providencia, que ha de cappelains para nos dias de preceito hirem alli celebrar, e confessar, não he crível, que deixem de se aproveitarem, e satisfazerem os tais pescadores ao preceito. Em cada huma das referidas cappellas, nos dias proprios das suas invocaçoins, em que os moradores fazem as suas festas ha romagem; (...) em cujos dias não tem numero os luzidos e vistozos barcos, que occupão o Rio, nem as pessoas, que enchem os Arraias. Pouco menos numeroso he o concurso nos dias sette e oito do mez de Sptembro, em que na cappella da Senhora do Bom Sucesso se celebrão as festas de S. Lazaro e S. Payo” (COSTA, Eduardo, “Memórias Paroquiais do Séc. XVIII”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIV, 1968, pp. 204-14). O *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno* faz referência a “S. Payo ou Pelagio” na secção “Dos Santos Portuguezes, § III. Santos da Provincia da Beira”, sem contudo aludir à romaria nem à capela (CASTRO, Padre João Bautista de, *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, tomo segundo, Lisboa, Officina Patriarcal de Francifco Luiz Ameno, 1762-1763, p. 160). A capela actual, construída em 1878 sobre os escombros do primitivo templo, possui retábulos de madeira entalhados datados do século XVIII mas posteriormente policromados e esculturas dos séculos XV, XVI e XVIII. Actualmente inserida num parque de merendas, foi sujeita a obras de remodelação em 1955.

Paio da Torreira, / Ó milagroso santinho, / Hei-de cà voltar para o anno / Lavar o santo com vinho.¹⁷⁸

Trecho de *O Século*, edição da noite, de 26 de Junho de 1915, artigo de Nobre Martins: “A multidão curva-se á sua passagem; as mulheres entoam-lhe hinos em que vae toda a sua fé e toda a sua esperança no milagre que esperam d’ele, enquanto os homens, de cabeça descoberta, pondo termo á mastigação de grandes abadas de tremoços – aperitivo para o muito vinho que hão de beber mais tarde – se sorriem, enviando-lhe saudações e cumprimentos. Por fim, a procissão desmantela-se e desfaz-se. A porta da igreja escancara-se e o povoleu imenso, quasi á pancada, aproxima-se da capela, n’uma ancia feroz, indomavel, de ver de perto o santo querido. Cercado de palmitos e de velas, S. Paio repousa agora de novo no seu altar. Mas, tu, leitor a quem me dirijo, já debes ter notado que toda aquela gente vae ajoujada, que de cada braço direito de romeiro pende um cantaro de barro. Vae atraz deles, entra tambem na capela, quando te chegar a vez, e repara. Apoz uma reza breve, a multidão, em fila, caminha para a sacristia. Ao meio d’esta, sobre um tanque de pedra, assenta outro S. Paio, de madeira, mais pequeno e mais feio. Erguem-se os cantaros, levam-se até á altura da cabeça do santo e, rapidamente, d’um jacto, despeja-se sobre o desgraçado o conteúdo da vasilha. O liquido cae em baixo. Um cheiro capitoso, embriagante, ondeia pelo ambiente. E em baixo, no tanque, espumam, refervem, cachôam, canadas e almudes de vinho. O pobre S. Paio recebe as promessas dos romeiros n’aquela hora. Por sobre a sua cabeça, escorregando-lhe ao longo do corpo, passam, n’aquele dia, rios de vinho. Mas a promessa não está ainda inteiramente cumprida. Os devotos voltam a encher os cantaros do mesmo vinho, agora santificado e marcham celeres, a gritar, a impingil-o a toda a gente: – Quem quer vinho santo!... Quem quer vinho santo!... E os outros, aqueles que foram á romaria sem serem impulsionados pela devoção, ou por uma promessa, quer queiram quer não, embora o vinho lhes cante já na guéla, tiram os chapéus e, reverentemente, bebem da vasilha até o dono dizer: basta.”¹⁷⁹

Da descrição das celebrações e da prática religiosa popular depreende-se que, neste e noutros momentos da primeira metade do século XX, as festividades do S. Paio da Torreira podem ser ainda consideradas verdadeiras romarias, direccionadas para o cumprimento do voto ao Santo, no seu santuário e espaço circundante¹⁸⁰.

¹⁷⁸ VASCONCELOS, José Leite de, *Ensaio Ethnographicos*, vol. II, Esposende, Typographia Minerva, 1903, p. 48.

¹⁷⁹ VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização*, vol. VIII, livro III – *Vida Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980, pp. 464-5.

¹⁸⁰ As romarias em geral e a romaria do S. Paio da Torreira em particular foram descritas por Ernesto Veiga de Oliveira no ensaio “Romarias”, originalmente publicado em francês em 1965, sob o título atribuído pelos editores de “Manifestation de la vie spirituelle, des traditions et de l’allégresse du peuple portugais”: “As romarias, e sobretudo quando se tratava dessas grandes romarias, eram os acontecimentos regionais de maior vulto, e as mais brilhantes – e aliás raras – ocasiões de encontro das gentes de todas as áreas da respectiva província, que ali acorria para se mostrar e reavivar ou renovar conhecimentos, saber notícias de fora, entabular relações e negócios, estreitando os laços que faziam a sua unidade, e também para luzir e se divertir, na variedade dos seus fatos, de panos feitos nos teares familiares, dos seus cantares e danças, numa exibição que era ainda apenas o fluir do seu sentido natural na sua pura e espontânea razão de ser. Nelas afloravam, assim, de forma particularmente rica e viva, os traços característicos das culturas locais, os seus costumes e gostos, o seu folclore, e mesmo o seu artesanato fundamental. E cada qual inconscientemente ensinava e difundia o que era seu, e aprendia e assimilava o que era trazido pelos outros. (...) Nem sempre, porém, as promessas e práticas licenciosas se referem a santos casamenteiros; os banhos de vinho à imagem do santo eram característicos da romaria de S. Paio da Torreira, advogado especial contra as maleitas. (...) Além dos aspectos religiosos, a romaria define-se porém por um painel lúdico, que coexiste indissociavelmente com esses aspectos, e é igualmente fundamental, e que se actualiza plenamente, para os romeiros, findas as devoções e promessas. (...) As romarias, mesmo de

No ano seguinte, a 12 de Setembro de 1908, surge outro longo artigo sobre a romaria, sempre muito concorrida e apreciada, “uma das primeiras de Portugal”, de acordo com a retórica bairrista e impressionista característica de um jornal local. Ocorrem decerto alguns “excessos de liberdade” (abusos de palavras), mas que tendem a desaparecer. O autor considera que o melhor momento é o da chegada dos grupos em barco. O “barco” (designação geral que nunca refere especificamente o moliceiro) é apenas o meio de transporte utilizado pelos romeiros, nunca uma atracção em si, nem faz parte de nenhum evento específico. Os grupos de romeiros e as suas desgarradas são o mais importante nesta romaria. Ao longo da primeira década do século, o tipo de prosa e os motivos abordados pelos artigos sobre o S. Paio da Torreira repetem-se quase invariavelmente. Em 1909, não se encontra qualquer referência à romaria, não porque esta não tenha ocorrido mas porque o jornal dedica-se quase exclusivamente à situação política do país e à emigração para o Brasil. Em 1910, o formato d’*O Jornal d’Estarreja* altera-se para tablóide e dedica ainda mais páginas aos emigrantes no Brasil. Neste ano, encontram-se apenas pequenos anúncios de barcos para transporte de romeiros ao S. Paio.

O tema regressa na edição de 2 de Setembro de 1911, com o artigo “A Romaria do S. Paio: Evocação do Passado”, assinado por “Pouca Roupá”, pseudónimo de um colaborador habitual. Numa perspectiva claramente sintonizada com os ideais igualitários da República recém-implantada, o autor afirma tratar-se de uma romaria onde se diluem as classes sociais e onde as cantilenas e os ditos espirituosos se espalham rapidamente e por todos são repetidos. Evoca a sua ida ao S. Paio há quatro anos atrás, quando, com o seu grupo de romeiros “elegantes”, jantou e dormiu num palheiro dispensado pelos proprietários, em esteiras no chão, entre dezenas de jovens romeiros “do povo”. Aí dançou até à meia-noite, bem acolhido por todos, em franca igualdade e camaradagem. Havia barracas improvisadas de aguardente, licor, refrescos, doces, café, pão e frutas e recorda até que roubaram fruta e tomaram café sem pagar. Por trás das barracas, afirma ter vislumbrado vultos de namorados em afectuoso “chamego”. O passeio habitual fez-se, logo de manhã cedo, entre a Ria e a beira-mar e vice-versa. Apesar de “elegante”, almoçou no chão do palheiro, com o prato no colo, “à pescador”. Os barcos são o meio de transporte onde se come, toca e dança, em alegria e

pequeno vulto, comportam geralmente a noitada, por vezes na véspera da celebração propriamente dita, como complemento da jornada e após as devoções da chegada e da merenda da tarde, outras vezes na sua própria noite, no final das comemorações; e não raro, há mesmo mais do que uma noitada” (OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1984, pp. 219-27).

igualdade. E conclui: “Como é bella, como é simples a vida na aldeia...”¹⁸¹. A simplicidade afectuosa da romaria é aqui utilizada como alegoria da sociedade igualitária idealizada pela República. Escassas décadas mais tarde, o Estado Novo utilizará esta e outras tradições populares como alegoria e celebração da pobreza resignada do “povo”, agora necessariamente segregado das classes dirigentes.

Apesar do subtítulo saudosista “Evocação do Passado” (na verdade, um passado distante de apenas quatro anos), a romaria nunca deixou de realizar-se nos moldes narrados. Até 1917, sucedem-se artigos semelhantes, celebrando sempre as festividades “animadíssimas e concorridas” (14 de Setembro de 1912¹⁸²). Nestes artigos não há qualquer referência aos barcos moliceiros nem aos seus painéis, enquanto objectos de valor cultural ou dignos de celebração. Os moliceiros – nem sempre designados pelo seu nome – são um mero transporte para a romaria e, mais tardiamente, participantes nas regatas, juntamente com outras embarcações, artesanais ou modernas:

Murtosa, 14 de Setembro de 1912: com uma concorrência admirável, realizaram-se as festas da Torreira, tanto a das lanchas como a do S. Paio. Durante os dias 7 e 8, afluíram à Torreira milhares de forasteiros que, vindo apreciar as festas, vieram também satisfazer a curiosidade de admirar as lanchas e gozaram o regalo de serem transportados por meio de uma embarcação a vapor, quando nos anos anteriores foram transportados por barcos à vela (pelo correspondente na Murtosa do jornal *Mala da Europa*).¹⁸³

Pela Ria fora deslizam serenamente barcos moliceiros, mercantéis, com uma mole imensa de gente que vem despejar sorrisos, cantos, serenatas e baladas aos pés do Santo mais pagão que a fé dos crentes eternisa.¹⁸⁴

¹⁸¹ A 16 de Setembro de 1923, o artigo “O S. Paio da Torreira”, por Manoel Pinto Perfeito, elogia ainda a “pureza dos costumes” e a “franca alegria e camaradagem” patentes na romaria. “E é assim a grande romaria do S. Paio da Torreira para o povo da minha terra, e assim será sempre porque o nosso povo, longe do bolicio das cidades e das lutas políticas, não se esquece jamais das suas tradições”. Trata-se, contudo, de um artigo de opinião e não de informação actualizada, uma vez que, nesse ano, não há notícia de a romaria se ter realizado.

¹⁸² Neste ano, registaram-se apenas alguns carteiristas, como nota negativa. A edição de 16 de Setembro de 1917 informa que ocorreram alguns roubos de correntes e cordões e alguns contos do vigário.

¹⁸³ Citado por: CUNHA, José Tavares Afonso e, *Notas Marinhoas: Notícias Históricas do Concelho da Murtosa e das Duas Freguesias Marinhoas do Concelho de Estarreja*, vol. V, Estarreja, edição do autor, 1995, p. 96. Sobre a presença das embarcações tradicionais no relato jornalístico de efemérides relacionadas com a Ria, ver também, sobre a visita do duque de Loulé à Torreira, em 1867: “A certa altura desta grande manifestação de simpatia acorreram também em mercantéis adornados com festões de flores os arrais da Torreira e era digno de ver-se a alegria que respiravam aqueles rostos crestados pelo sol de Agosto, aquelas expansões de entusiasmo de almas singelas, no dizer do cronista do *Campeão das Províncias*” (PEREIRA, Lopes, *Murtosa: Gente Nossa*, 2ª ed., Murtosa, Câmara Municipal, 1995 [1952], p. 73).

¹⁸⁴ “A Romaria do S. Paio”, *O Jornal d'Estarreja*, 6 de Setembro de 1914. Na secção “Publicações a Pedido” desta edição, surge o poema “O S. Paio da Torreira”, assinado por “Um Vareiro”, em dez quintilhas de verso ABABA. O “poeta” narra em verso que fretou uma bateira para ir ao S. Paio e que, para tal, teve de empenhar o seu fato. O sermão não foi pregado por um padre, sem que fosse prestada qualquer explicação aos fiéis. A iluminação é muito afamada mas quase não se viu. Havia muitos foguetes e morteiros e demasiado barulho. Quem não foi prevenido com um farnel mais valeria não ter

Vão ser grandiosas este ano as festas ao S. Paio da Torreira. Haverá ruidoso arraial com duas músicas, sendo a de Ovar e a de Espinho, procissão, fogos de artifício e iluminações. Haverá também regata de barcos à vela, sendo o primeiro prémio de 10\$000 réis, e regata de bateiras a remos, com igual prémio. Serão estes números surpreendentes. As festas são feitas pelas companhias de pesca.¹⁸⁵

A edição d'*O Jornal d'Estarreja* de 14 de Setembro de 1913 anuncia orgulhosamente que o *Diário do Norte*, do Porto, dedicou em 7 de Setembro um artigo à “Romaria de S. Paio na Praia da Torreira – 7 e 8 de Setembro”, com gravuras de “Um typo de pescador da Murtosa” e “Trecho da Ria”. O artigo é transcrito na íntegra e utiliza a retórica habitualmente aplicada aos costumes populares: a romaria existe “desde tempos imemoriais, na aprazível, interessante e inconfundível praia da Torreira”; “Anda na tradição oral de quasi todo o país o famoso S. Paio, que os rudes e ingénuos pescadores de por ali veneram de veneração comovida e cega”; aí convivem “ranchos populares e de aristocráticos banhistas”. Louva a beleza da chegada e da partida dos romeiros em “grandes e leves embarcações”, cujo nome não menciona, e refere também a tradição do banho de vinho ao santo. Numa nota política final, informa que a freguesia da Murtosa tem 15.000 almas e apenas quatro escolas primárias. A praia não tem estrada nem passeio e a freguesia encontra-se “em total abandono”.

Em 1923, *O Jornal d'Estarreja* passa a autodesignar-se *Semanário Independente*. Com efeito, nos artigos dedicados ao S. Paio da Torreira nota-se uma certa evolução crítica, uma maior “independência” de pensamento, que privilegia o comentário político, muitas vezes violento, em detrimento do enfoque “democrático e social” da década anterior, que fora base de artigos algo hiperbólicos no seu bairrismo e celebração da pureza e comunhão dos costumes.

Como que numa sequela do apontamento final do *Diário do Norte*, citado onze anos antes, o artigo “Torreira”, de 10 de Agosto de 1924, visa a degradação da Torreira, que permanece igual à de há cinquenta anos atrás, sem iluminação pública nem árvores plantadas pela Câmara, o que afugenta os veraneantes. Aponta também a degradação das estradas, principalmente da estrada Pardelhas-Bestida, concluindo com a informação: “Mas se ‘desprezo’ é completo pela Torreira, até ao ponto de há três annos se esquecer a grande romaria do São Paio, a mais concorrida do nosso districto e uma

ido à romaria, pois lá não se encontrava onde comer. A capela estava devotamente adornada mas lá “talvez não haja nada”, verso crítico e intencionalmente ambíguo.

¹⁸⁵ *O Jornal d'Estarreja*, 26 de Agosto de 1917.

das primeiras em concorrência do país! Mas a sua tradição é imorredora”¹⁸⁶. Nesse ano, recupera-se, com efeito, a tradição das festividades. Mas, segundo os artigos que se sucedem a partir de Setembro n’*O Jornal d’Estarreja*, os resultados não foram de todo satisfatórios:

S. Paio da Torreira: Querem que falemos do S. Paio da Torreira deste anno? Pois saibam que se o fizéssemos seria só para censurar, tão sómente para condemnar. Pouca vergonha! Uma verdadeira ‘vigarice’ feita a mais de 10.000 pessoas e uma indesculpável falta de respeito para com o Santinho. Vão, não nos peçam para que falemos do “S. Paio”, não nos puchem pela língua a tal respeito (14 de Setembro de 1924).

Apesar de tais artifícios retóricos, os impropérios contra os nunca nomeados responsáveis pelo fracasso das festas continuam nas edições de 28 de Setembro (“Ainda a Festa do S. Paio da Torreira”) e 5 de Outubro. Nesta, informa-se que não houve música, nem foguetes, nem foi aberta a capela de S. Paio. Apenas se vislumbrou ao longe um pouco da festa da inauguração de uma capela particular, que contou com a presença do Bispo do Porto e de “famílias elegantes”. O mau tempo foi agravado pela exploração dos preços praticada nos botequins e a festa, em si, resumiu-se às “tradições de comezaina e pouco mais”.

Por estas razões, as edições de Agosto de 1925 multiplicam os apelos à realização de festejos condignos e a que “a vigarice não se repita” (15 de Agosto de 1925). O comentário aos festejos surge a 27 de Setembro de 1925. Estima-se terem acorrido 50.000 forasteiros, sem qualquer desordem. Os números apontados carecem de qualquer confirmação oficial e baseiam-se em estimativas superficiais, muito inflacionadas pelo interesse e orgulho local. No entanto, a festa foi “vulgar”, com arraial nocturno junto à capela, música, iluminação e fogo. No dia 8, houve missa solene, sermão e procissão pela beira-mar. O programa anunciara banda regimental e o orador Dr. Leonardo de Castro, porém nenhum apareceu: “Por que mentir para atrair o povo?”.

Aquilo que na primeira década do século era ainda beleza e simplicidade, é agora “vulgar” e “tradição de comezaina”. Espera-se que a celebração da tradição evolua, que o progresso alcance a Torreira em geral e os seus festejos em particular, que deveriam funcionar como símbolo do desenvolvimento sócio-económico tão desejado

¹⁸⁶ O primeiro artigo da edição de 2 de Agosto de 1925, de página inteira, com o título “A Torreira”, centra-se no estado de abandono a que os poderes administrativos votaram a localidade. O artigo “Incúria da administração concelhia”, assinado por Dante Ramôa, apela à revolta e acusa a Câmara e o Estado de ostracismo e de “abandono criminoso”.

mas sempre adiado¹⁸⁷. No início da década de trinta, o fascínio pelos rituais populares cedeu lugar ao descontentamento e à crítica. A responsabilidade pelo planeamento e supervisão desses rituais é agora claramente identificada com os poderes políticos, sempre instáveis e censuráveis, e já não com um movimento semi-espontâneo das populações, em sintonia com as entidades religiosas e notáveis da região.

A partir de 1929, também o semanário *O Progresso da Murtosa*, dirigido por Francisco Rendeiro, dá conta dessa evolução¹⁸⁸. Se “O S. Paio foi, como sempre, uma grande romaria” (15 de Setembro de 1929) e “como nos anos anteriores, haverá procissão, música, foguetes, balões à veneziana”, não deixa de reconhecer que “a pesca vai mal, a safra é escassa e é grande a penúria dos pescadores” (6 de Setembro de 1931); “As festas são de louvar, mas o povo, os pescadores, vivem na fome, na tristeza, na miséria. As festas deviam este ano ter a forma de socorro às famílias dos pescadores” (16 de Agosto de 1934).

A 25 de Agosto de 1932, *O Progresso da Murtosa* afirma que, por desleixo, a romaria decaiu de ano para ano, ignorando-se sistematicamente as vantagens económicas e comerciais que traz à região. A comissão administrativa do concelho deveria contribuir para transformar a mentalidade do povo. O programa deveria ser planeado com grande antecedência, porém as festas são invariavelmente decididas à última hora. A edição de 24 de Agosto de 1933 é mais específica: nos últimos anos, chega-se à véspera da romaria e ainda nada está resolvido. O grupo “Pró-Torreira” de Lisboa (que não identifica) diz que se deve fazer a festa. A comissão de iniciativa e turismo está em “sono letárgico” o ano inteiro e, à última hora, acorda e diz “faça-se a festa”. Os comerciantes concordam, mas ninguém toma a iniciativa. A comissão dos anos anteriores desinteressa-se, para evitar novos aborrecimentos. “Tem que terminar o

¹⁸⁷ A preocupação geral com o progresso e a evolução dos costumes populares está patente em alguns artigos de jornais nacionais, citados por Leite de Vasconcelos na secção sobre “Superstições Populares” da sua *Etnografia Portuguesa*. O *Diário de Notícias* de 6 de Maio de 1910, por exemplo, reproduz, sob o título “Cometa Halley”, uma série de correspondências que permite calcular a reacção do país ao fenómeno. A carta proveniente de Pardilhó traduz grande serenidade e esclarecimento e não dá conta de qualquer movimento de histeria popular nem de aproveitamento por parte das entidades religiosas. Leite de Vasconcelos classifica esta carta como sendo “de mais juízo”. Ainda a propósito da superstição *versus* progresso, Leite de Vasconcelos cita, de *O Século* de 18 de Janeiro de 1932, um artigo sobre o achado de um corpo incorrupto no soalho da igreja do Furadouro, que não causou qualquer comoção popular nem boatos de santidade, pelo que a freguesia é designada por “*progressiva* freguesia do Espírito Santo do Furadouro” (VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vol. VII, livro III – *Vida Tradicional Portuguesa*, pp. 193-4 e 520-1).

¹⁸⁸ *O Progresso da Murtosa*, semanário regionalista e defensor dos interesses do concelho, teve o primeiro número a 11 de Agosto de 1929, sob a direcção de Francisco Rendeiro, seu fundador. Por motivos de ordem política, o jornal foi suspenso em 29 de Outubro de 1934. Reapareceu a 24 de Novembro de 1934, sob a direcção de Mário Silva (AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*).

desinteresse e a indiferença, o povo tem que compreender as vantagens da romaria. Tem que haver propaganda”. Queixa-se igualmente da ausência de restaurantes, pensões limpas e transportes condignos. Advoga que o dia feriado do concelho deveria ser o do S. Paio, que tem tradição arraigada no povo e é conhecido em todo o país. O feriado concelhio ocorre, porém, a 29 de Outubro, por questões políticas, celebrando a formação do concelho da Murtosa, mas trata-se de algo recente, sem tradição nem adesão popular. A Câmara, a comissão de turismo e o grupo “Pró-Torreira” deveriam organizar as festas em harmonia com o reitor da freguesia. Informa também que o ex-presidente da Câmara, António Augusto Valente de Almeida, no orçamento de 1932-1933, destinou vinte contos para os festejos do município que, espera o autor, sejam já a festa do S. Paio, elevada a festa concelhia. Considera-a uma verba exagerada mas “talvez” por o presidente saber das vantagens que tais festas trariam.

Com efeito, o programa das festas para 1934 surge atempadamente e denota alguma evolução, nomeadamente na existência de regatas (onde se conta uma regata de moliceiros), até então nunca noticiadas: “dia 6 – foguetes e divertimentos populares; dia 7 – bandas e arraial nocturno e fogo. Às 24.00 horas, pela primeira vez, fogo da ria até ao mar; dia 8 – festa religiosa, missa e procissão, futebol e bandas; dia 9 – bandas, regatas e natação” (6 de Setembro de 1934). *O Progresso da Murtosa* de 13 de Setembro de 1934 noticia que as festas correram pelo melhor e tece rasgados elogios à comissão organizadora, anteriormente tão criticada. O vencedor da regata de moliceiros foi Abílio Antão (de uma família de pequenos proprietários de moliceiros da Murtosa), com um prémio de 40\$00.

Simultaneamente, *O Jornal d’Estarreja* de 5 de Setembro de 1934 (agora propriedade de Carlos Alberto da Costa e com Eduardo Alberto da Costa como editor) informa que, com efeito, “A Festa e Romaria do S. Paio da Torreira” acabou de ser elevada à categoria de festa do concelho da Murtosa. Mas a edição seguinte, de 15 de Setembro de 1934, contém uma longa “Chronica da Torreira”, que parece responder ao artigo crítico d’*O Progresso da Murtosa* de 24 de Agosto de 1933. Na opinião do cronista d’*O Jornal d’Estarreja*, a romaria, com os seus “traços característicos da Folia na verdadeira acepção da palavra”, está tão arraigada no coração do povo que nem é necessário anunciá-la com grande espanto, pois a ela acorrem com o entusiasmo e aparato de sempre. “A festa fal-a o povo!” e, mesmo que não houvesse festa na Torreira, o povo iria lá da mesma forma, ao contrário de outras terras (exemplifica com Lamego). A beleza da Ria é o local mais apropriado para a mocidade se divertir e perfeita para os

“amantes do Bello”: “A romaria do S. Paio da Torreira tem quadros belissimos de romaria, é a mais typica romaria da beira-mar”. É clara a intenção política desta crónica, numa tentativa de provar que o espaço da romaria não precisa de ser deslocado nem a escassa propaganda – de que se queixava *O Progresso da Murtosa* – será razão para a sua não realização.

Mas esta “Chronica da Torreira” ilustra igualmente uma outra inflexão na forma de encarar as celebrações populares do S. Paio que, em última instância, ditará a extinção da romaria, enquanto festival religioso, e a sua transformação em simples festival secular. Em sintonia com o ideário emergente do Estado Novo, esta crónica de 1934 introduz a questão da necessidade de “moralizar” os festejos, de travar os excessos decorrentes da prática ancestral – porém estrutural – dos banhos de vinho ao Santo e das quadras picarescas¹⁸⁹. A moralização do “povo” implica a descaracterização das práticas e, mais uma vez, a reinvenção da tradição.

Apesar de citar quadras populares¹⁹⁰ e de descrever a tradição dos banhos de vinho, a adversativa introduz o novo discurso moralizante: “Mas ha outras cantigas muito peores allusivas ao S. Paio e que são uma profanação e ha obscenidades que é preciso ir reprimindo com uma festa de S. Paio civilisada”. A repressão dos costumes em nome da “civilização” dominante (personificada nos “grupos elegantes” e nos “romeiros de espírito”) evoca uma espécie de processo de colonização interna, com a “autoridade” a impor as suas práticas hegemónicas a estes verdadeiros indígenas da metrópole:

No entanto, haviam cantigas brejeiras, que na romaria do S. Paio passam, mas que é preciso ir corrigindo, principalmente as que se dizem em referencia ao milagroso Patrono da Torreira, que foi um grande Martyr do Christianismo e que, como tal, é preciso respeitar. Bem sabemos que inconscientemente se dizem taes disparates e que estes teem origem no facto das libações por sobre o Santo; mas que, na consciência de todos, esses costumes se vão regenerando.¹⁹¹

¹⁸⁹ Porque: “O que estrutura a relação privilegiada com os santos parece ser a convergência de duas atitudes. A primeira é o distanciamento face à autoridade suprema e formal representada, na pirâmide de seres divinos admitida no catolicismo, por Deus – Ele mesmo. (...) Em contrapartida, o santo é uma figura familiar, no limite é um igual. A relação estabelecida com ele faz-se, já o notámos que chegasse, no quadro da troca recíproca, idealizada aliás como troca simétrica. A religião popular é uma religião de santos, porque é uma religião comunitária que aproxima o sagrado da esfera da vida quotidiana e da interacção dos iguais. O santo é um “vizinho”, com a sua casa, as suas necessidades, os seus favores” (SILVA, Augusto Santos, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 246).

¹⁹⁰ Como: “‘Ó S. Paio da Torreira / Arregaça os calções, / Vinde abaixo, á Ribeira, / À pesca dos camarões.’ – canta um pescador brejeiro – ‘Aqui se canta, aqui se dança, / Ainda aqui não há tristeza, / Ainda aqui não há quem tenha / A sua liberdade presa’ – uma das cantigas das raparigas do Pinheiro”.

¹⁹¹ “Não são raras, no âmbito das próprias instâncias religiosas oficiais, as alusões ao ‘primitivismo grosseiro’ ou à vulnerabilidade das convicções religiosas camponesas. (...) são as romarias em que as

A incompatibilidade crescente entre o ideário vigente e as promessas em forma de vinho agrava-se, nestas festas de 1934, com o facto inédito de, sem qualquer explicação, não se ter realizado a tradicional procissão: “a falta da procissão que não saíu, como de costume, o que descontentou e fez precipitar o regresso da maioria do povo, que nunca abandona a romaria sem que saia a procissão”.

Como foi já apontado, *O Progresso da Murtosa* esteve suspenso entre Outubro e Novembro de 1934, por “razões políticas”. Novamente em circulação, e com essas “razões políticas” já solucionadas, passa a praticar uma retórica muito próxima do regime, visível, por exemplo, na sua edição de 31 de Agosto de 1940, com vários artigos de apologia do Estado Novo, do ideário de António Ferro e de Salazar, sobre as “Vantagens do regime corporativo”, que deverá “ser levado aos corações dos pescadores”, e notícias sobre as actividades do SNP e da Juventude Católica Feminina¹⁹².

Mas o próprio programa das festas do S. Paio, anunciado nesta edição, passa a incluir o “bodo aos pobres”, símbolo de “caridade” e forma de intervenção e demarcação social característica do Estado Novo. A 10 de Setembro de 1940, *O Progresso da Murtosa* noticia que a romaria foi muito frequentada e animada, porque a propaganda foi mais antecipada e houve “números novos”, entre os quais se destaca o “bodo a mais de quinhentos pobres”. Este repete-se na edição de 1941, que contou também com outra inovação: um concurso de gado. O já habitual festival náutico continua a não fazer qualquer referência às embarcações artesanais, pois urge reinventar

cerimónias religiosas alternam com rituais pagãos, é a atenção cautelosa que a hierarquia concede a ‘aparições’, ‘milagres’ e outras ‘duvidosas’ irrupções de religiosidade popular, é a solenidade grandiosa que alguns padres põem na bênção dos campos e do gado, sucedâneo de seculares práticas pagãs dos camponeses, são as ‘promessas’, orações e peregrinações colectivas ‘pela chuva e pelo sol’, não raras vezes avalizadas explicitamente pelas autoridades eclesíásticas, é a condescendência destas perante a arreigada atribuição de virtudes mágicas aos ‘santos populares’, etc” (PINTO, José Madureira, “Religiosidade, conservadorismo e apatia política do campesinato em Portugal”, *Análise Social*, vol. XVIII (70), 1982, pp. 118-9).

¹⁹² Esta inflexão ideológica e retórica não se extingue com o tempo, bem pelo contrário, torna-se cada vez mais evidente. A 10 Janeiro de 1973, já nos últimos anos do regime moribundo, o agora designado *O Progresso da Murtosa*, *Por Uma Murtosa Maior: Quinzenário das Actividades do Concelho da Murtosa* (com direcção e edição de Jaime Tavares Vilar), a primeira página exhibe um artigo extremamente elogioso sobre o Governador Civil de Aveiro, Vale Guimarães, em tom de louvor poético, onde a sua inteligência é considerada a luz que ilumina a região, entre outras imagens de retórica inflamada. O jornal é agora mais pequeno no número de páginas e na extensão dos artigos, de conteúdo pobre, já sem qualquer teor político ou social. Contém muitas secções de humor, “etnografias” saudosistas, lendas, informações práticas, provérbios, reflexões sobre tradições moribundas e apologias das cooperativas agrícolas. A 10 de Abril de 1973, a todo o tamanho da primeira página, um comovido artigo em grandes letras agradece ao Governador Civil de Aveiro, novamente Vale Guimarães, a aprovação da estrada Aveiro – Murtosa.

uma tradição útil aos objectivos do regime e não celebrá-la tal como ela é. No entanto, tais embarcações participam efectivamente no festival náutico, e até em grande número, apesar de serem silenciadas na imprensa, que prefere destacar os elementos conotados com o progresso.

Desmentindo o espírito que norteia o “bodo aos pobres”, no mesmo artigo que o celebra em 30 de Agosto de 1941 pode também ler-se: “É necessário proibir os mendigos de exibirem as suas misérias por toda a parte, ao longo da avenida principal. Deve-se encontrar um local próprio onde o possam fazer, já que não se podem proibir”.

Fiel à designação de *Semanário Independente*, *O Jornal d’Estarreja* pratica uma retórica mais objectiva, crítica e moderadamente distanciada da ideologia oficial. O artigo de 24 de Agosto de 1942, anunciando a aproximação da romaria, é ilustrado com uma gravura da Torreira e de barcos na Ria durante o S. Paio. Ironizando com a tão celebrada simplicidade popular, e numa aparente contradição com anteriores (e posteriores) campanhas pela dignificação das festas, considera que a fama da romaria é tal que nem seria necessário organizar um grande programa. Bastaria música, iluminações e fogos para que o povo acorresse em massa. No entanto, acaba por defender que a festa deveria ser sempre de qualidade, com um programa variado e generoso patrocínio das empresas de pesca. Aconselha também a moderação dos preços praticados na passagem fluvial da Bestida, a inspecção prévia das casas para alugar e a regulamentação dos preços do vinho, comida e alojamento.

Em 1943 e 1944, a atenção que *O Jornal d’Estarreja* dispensa ao S. Paio é quase nula, culminando, em 25 de Setembro de 1945, numa pequena notícia inserida na rubrica social “Pela Torreira”, que informa não ter havido nesse ano a tradicional festa religiosa com procissão junto ao mar. A conclusão é simples: “Estão a acabar com a romaria!”.

Para além do dramatismo sensacionalista patente nestas linhas, encontra-se a realidade da extinção efectiva da romaria enquanto tal. Durante a segunda metade da década de quarenta, a acção concertada das autoridades políticas e religiosas logra transformar definitivamente a romaria do S. Paio num festival lúdico-religioso, realizado, supervisionado e textualizado de acordo com os padrões impostos pelo Estado Novo.

O artigo saudosista “Impressões da Romaria do S. Paio”, d’*O Jornal d’Estarreja* de 10 de Outubro de 1946, lamenta esse passado-recente perdido. Descreve como era a romaria, repetindo todos os seus passos e atracções tradicionais. Informa depois que,

nesse ano de 1946, a procissão não se realizou novamente por causa de um mal-entendido entre o mordomo e o pároco. Exorta a que “se harmonizem e a tradição religiosa volte à romaria” e critica a deficiente iluminação do arraial junto ao cais, apesar dos grandes lucros auferidos pela junta autónoma.

Em 1948, *O Jornal d'Estarreja* dá notícia de novas limitações: apesar das belas decorações e iluminações, não houve arraial por determinação eclesiástica, com o mesmo objectivo que levou as autoridades religiosas a acabarem com os mercados ao Domingo. Sempre crítico, considera que tal medida é contraproducente e com ela a religião só sai a perder, bem como os interesses económicos da região (25 de Setembro de 1948).

Tais observações terão ultrapassado os já de si estreitos limites da liberdade de imprensa e da tolerância das autoridades. A partir daqui, *O Jornal d'Estarreja* vê-se obrigado a fazer uma clara inflexão na sua linha de abordagem às festas do S. Paio. Em 1949, não lhes faz qualquer referência. A Torreira é simplesmente noticiada como local de passeio e de convívio da “sociedade” local. Surgem agora longos artigos sobre a até então ignorada romaria da Nossa Senhora da Saúde da Serra, evento muito mais de acordo com os cânones religiosos vigentes e sem o carácter profano, quase pagão, dos rituais de S. Paio.

Mas ignorar tais práticas não basta, é necessário ainda criticá-las, louvar a moralização dos festejos. Para tal, surge o artigo “A Romaria de S. Paio da Torreira”, n’*O Jornal d'Estarreja* de 25 de Setembro de 1950. A tradição dos banhos de vinho é aí descrita como forma de os jovens pescadores e moliceiros se livrarem das doenças. Observação correcta que falha apenas no inesperado apontamento sobre a “juventude” dos devotos, a que se acrescenta que “são robustos porém a sua juventude é rebelde”. Revela-se então a manipulação da realidade com objectivos políticos e disciplinadores: o artigo afirma que o empenho dos devotos parece maior quando a promessa se destina a livrá-los “do aprisionamento da vida militar”. A prática é assim desmoralizada pela imprensa (que ainda pouco tempo antes a celebrava), ganhando contornos de anti-patriotismo por alegadamente se destinar a livrar jovens capazes do serviço militar ao país. Mas a estas críticas deve acrescentar-se a realidade de a tradição dos banhos de vinho ter sido efectivamente proibida pelas autoridades, como se lê no seguimento do artigo:

O cerimonial de pagamento das suas promessas – banido há pouco – era de grotesco teor, simultaneamente panteísta e divinatório, muito ao jeito da gente rude e crente das nossas aldeias, marcado por certo atavismo pagão, mais por inclinação ingénua do que por solicitações sortilégas, num resíduo de amor mitológico que não desmente a sua enraizada fé católica. As cerimónias celebradas pelos rapazes, dizíamos, eram pitorescas, conseguindo eles honrar a Baco ao mesmo tempo que pagavam ao Santo as suas promessas sempre ‘religiosamente’ cumpridas: a promessa era sempre de uns bons litros de vinho, que os devotos, depois de nele submergirem o Santo, distribuía pelos pobres e por eles próprios... Havia muito de pureza e ingenuidade no acto mas a verdade é que os rapazes aproveitavam a altura para apanharem uma notável carraspana mística para significar a S. Paio a sua gratidão e demonstrar a sua alegria.

O artigo d’*O Jornal d’Estarreja* está datado de 1950 mas, já em 1944, António Nascimento Leitão, em *Aveiro e sua Laguna (Vistos Através do Mundo)*, aludira à extinção destas “ridículas e escandalosas promessas” pois, segundo o autor, passara já “o verdadeiro sentimento que movia as gerações anteriores” e havia “mesmo degenerado a intenção primitiva”:

Numa povoação ribeirinha [Torreira] foi já abolida a prática de se lavar um Santo com vinho, o qual bebido na véspera ou no dia da sua festa, seria preventivo contra as maleitas. (...) Nos últimos tempos, antes da actual guerra, a primitiva virtude do banho declinou para pretexto de modalidade nos folguedos, já pela facilidade do transporte, já pelo que a excursão oferece de romântico: espectáculo nocturno do mar, desgarradas e pique-niques na areia quente e macia, a brisa, a maresia – novidade, enfim, nas impressões acusadas pelos cinco sentidos.¹⁹³

Após ter divulgado e defendido a necessidade de “civilizar” as festividades do S. Paio, *O Jornal d’Estarreja* prossegue a prática de omitir o evento (como sucede em 1951) ou noticiá-lo em novos moldes. A 10 de Setembro de 1952, a festa é “concorridíssima e brilhante, um rico quadro folclórico e de beleza”. Um ano mais tarde, informa que a comissão de festas (liderada pelo muito louvado pároco Manuel Nunes) foi coadjuvada pela Câmara Municipal e Junta de Turismo da Torreira, presidida por António Maria Tavares, e foram notórios os melhoramentos. Destaca a estrada até S. Jacinto e os passeios de bicicleta ou automóvel, as esplanadas e os muitos forasteiros e turistas que acorreram. Os poucos desordeiros foram prontamente entregues ao tribunal. As edições de Setembro de 1954 referem a praia com luz eléctrica, o novo cais e os eficientes serviços de transporte em lancha e camionete. A festa “foi cheia de beleza folclórica” (25 de Setembro de 1954), conceito adoptado pelo regime e aplicado a todas as manifestações da nova tradição popular.

¹⁹³ LEITÃO, António Nascimento, *Aveiro e sua Laguna (Vistos Através do Mundo)*, Lisboa, Sá da Costa, 1944, p. 196.

O barco moliceiro não tem aqui qualquer papel, uma vez que a festa (que já não se pode considerar uma romaria) deverá celebrar a ordem e o progresso, em vez da tradição e da crença de contornos dionisiacos. No que concerne especificamente os meios de transporte, a imprensa local releva as lanchas, as camionetes e os comboios, sempre “modernos” e “eficientes”. Jamais menciona os veículos do simples povo, actor (figurante?) cada vez mais silencioso e vigiado, numa festa transformada em produto para consumo da elite local e nacional.

Na década de setenta, *O Jornal d'Estarreja* cessa por completo de fazer menção ao S. Paio da Torreira. As suas notícias visam agora quase exclusivamente as questões da emigração e do movimento demográfico da região. São muitos os artigos sobre romarias que publica, mas nenhum sobre o S. Paio da Torreira.

Da leitura da imprensa local ao longo da primeira metade do século XX, depreende-se que a textualização das festividades do S. Paio da Torreira não permaneceu inalterada. Constituiu, na realidade, um reflexo das (r)evoluções ideológicas e político-sociais ocorridas na região e no país, num espaço de tempo relativamente curto, que permite estabelecer ciclos de aproximadamente uma década, desde os primeiros anos do século. O fascínio inicial pela pureza genuína dos costumes populares cede lugar a um ciclo de intensas querelas políticas. No rescaldo da República e sequente instabilidade institucional, os poderes locais apoderam-se das festividades populares e utilizam-nas como armas de arremesso político. De seguida, o plano de ordenação (de “normalização”) nacional levado a cabo pelo Estado Novo apodera-se, por sua vez, dessas mesmas festividades e inicia um ciclo de verdadeiro “saneamento moral”. Uma vez alcançado o objectivo, a tónica passa a residir na progressiva elitização das festividades, modernas, pretensamente cosmopolitas e cada vez mais distantes dos antigos romeiros.

A partir da década de sessenta, a guerra colonial, a crise generalizada e a emigração trazem novos focos de preocupação e interesse à sociedade e à imprensa, que se sobrepõem às polémicas sazonais e microcósmicas em torno das festividades populares. Este longo silêncio da imprensa local acompanha o período de quase extinção do barco moliceiro e da sua arte. Previsivelmente, é com a lenta recuperação do moliceiro em meados dos anos oitenta que as festividades populares recuperam a atenção da imprensa. Contudo, trata-se agora não só da imprensa local mas também, e predominantemente, da imprensa nacional e das estações televisivas, reflectindo o

processo ainda em curso de recuperação e revalorização do património popular português.

Na segunda metade da década de oitenta, o semanário *Expresso* dedicou alguns artigos de fundo ao barco moliceiro, maioritariamente integrados em suplementos sobre a região de Aveiro, mas já atentos ao valor artístico dos seus painéis e veiculando, num dos casos, a ideia de “regresso” da embarcação¹⁹⁴. Anuncia-se aqui também uma das tendências dominantes em posteriores abordagens aos painéis: o seu carácter “alegre” (“A alegre decoração dos moliceiros”), sinónimo de policromo, irreverente, gracioso, malicioso, ao invés da pureza, simplicidade, ingenuidade e devoção que dominavam a retórica – nem sempre sintonizada com a realidade – das décadas anteriormente analisadas.

Entre 1993 e 1994, o diário *Público* desperta também para o valor cultural do moliceiro e seus painéis. “Saudade” e “regresso” (passado e presente) são conceitos iterativos que espelham uma tendência geral na sociedade portuguesa, que se apercebe lentamente da necessidade de definir e valorizar uma identidade cultural e patrimonial própria. A “Os Últimos Anfíbios”¹⁹⁵ (com apelativas fotografias coloridas de painéis recentes ou restaurados) sucede “A Regata da Saudade”, em 1994. Apesar da conotação negativa de “últimos” e “saudade”, os artigos evoluem invariavelmente para a nova preferência pela vertente humorística dos painéis, após os inevitáveis primeiros parágrafos saudosistas:

A Ria de Aveiro navegou ontem ao encontro de um passado cada vez mais remoto, durante a tradicional regata de moliceiros. Velas enfunadas pelo vento fresco, varas à procura do fundo lodoso da ria, os moliceiros de proas coloridas largaram ao principio da tarde do cais da Torreira, levando a bordo os últimos resistentes da faina do moliço. “Antigamente, éramos tantos que andávamos sempre a ‘entrancar’ uns nos outros por esses canais”, recordou o arrais Domingos Beiroto, alguns minutos antes da largada das últimas embarcações que ainda cruzam a laguna. A idade não perdoa e hoje o arrais Beiroto limita-se a ficar no cais, assistindo de longe à faina dos barcos de proa espatulada e colorida. (...) As velas trapezoidais recortaram-se no horizonte e por momentos teve-se a ilusão de que tinham voltado os tempos em que os moliceiros dominavam a laguna. Só as dezenas de lanchas e barcos a motor que rodeavam os moliceiros destoavam naquela momentânea viagem ao passado.¹⁹⁶

¹⁹⁴ Trata-se de: FERNANDES, José Manuel, “A alegre decoração dos moliceiros”, *Expresso*, suplemento “Expresso Regiões: Aveiro – A Indústria e a Ria”, 20 de Julho de 1985, p. IV; FERREIRA, Nuno, “O regresso dos moliceiros”, *Expresso – Magazine*, 6 de Fevereiro de 1988, pp. 60-3; AA.VV., suplemento “Regiões – Distrito de Aveiro”, *Expresso*, 30 de Abril de 1988, pp. XVI-XVII.

¹⁹⁵ FERREIRA, Nuno, “Os Últimos Anfíbios”, *Público*, suplemento dominical, 19 de Setembro de 1993, pp. 25-32.

¹⁹⁶ “A Regata da Saudade: Moliceiros Voltaram a Cruzar as Águas da Ria de Aveiro”, *Público*, 31 de Julho de 1994, p. 66.

No discurso oral e escrito institucionalizado, e até mesmo no discurso acadêmico, persiste (ainda hoje) a orientação retórica que obriga a adoptar um tom de pessimismo, dramático até, sempre que se faz referência ao património tradicional. As tradições são sempre “perdidas”, os costumes são invariavelmente “de outrora”. Apesar de a alteração de funções ainda não ser valorizada por si mesma (“O moliceiro serve hoje unicamente fins turísticos, numa ria de Aveiro que já conheceu melhores dias”¹⁹⁷), o artigo “A Regata da Saudade” está já ciente do interesse turístico despertado pelo colorido e malícia dos painéis recuperados, bem como por toda a ambiência recreativa envolvente:

Lá em baixo, sobre as águas calmas, os tripulantes alinhavam com dificuldade as vinte e oito embarcações, aguardando o tiro de partida, enquanto os turistas aproveitavam para fotografar pela enésima vez os painéis coloridos da proa. “O Papa luta pela pás” (sic), podia ler-se num piedoso painel pintado num moliceiro a cheirar a novo, que misturava no mastro as bandeiras de Portugal e do Brasil. Mais atrevido, o painel de outro barco prometia ao visitante sensações mais escaldantes: “Se te agarro, enfio-ta”. A partida para a regata, que havia de terminar duas horas depois no canal central da cidade de Aveiro, encheu o ar de imprecações e ameaças que ninguém levou a sério.

Textos como este contrastam com as monografias anteriormente referidas, que insistiam em continuar a utilizar termos como “morte” e “extinção”, entre outros mais ou menos emotivos, em todas as alusões ao moliceiro, apesar de muitos desses textos datarem já de períodos de franca recuperação da embarcação. A forma e a razão dessa recuperação são sumariadas no artigo “Moliceiros: O Humor Navega na Ria”, de Abril de 2001:

A apanha do moliço já há muito não ocupa as gentes da Ria de Aveiro. Mas os barcos moliceiros, a mais elegante das embarcações tradicionais portuguesas, têm conseguido resistir e continuam fazer brilhar a proa sob a luz fulgurante da ria. Com eles sobrevive uma singular arte popular, a dos painéis garridos em que o humor alterna com a devoção religiosa, a crítica social e a evocação histórica. Extinta a actividade da recolha do moliço, um conjunto de algas indispensáveis outrora à fertilização das terras agrícolas da região, os barcos moliceiros pareciam condenados também ao desaparecimento, apodrecendo lentamente nas margens da ria. Mas a ideia de forjar novas funções que o mantivessem a navegar veio dar um contributo para a sua sobrevivência.¹⁹⁸

¹⁹⁷ *Idem, ibidem*. E também: “Queremos, no entanto, destacar o que ao moliceiro (lamentavelmente em vias de extinção, salvo os que por aí estão pela Ria para turista ver) diz respeito, em homenagem à sua história, a perder no tempo, e ao seu traço harmonioso e a merecer, cada vez mais, os nossos olhares” (“Até 16 de Agosto: Festas da Ria”, *Correio do Vouga: Semanário da Diocese de Aveiro*, 22 de Julho de 1998).

¹⁹⁸ LOPES, Humberto, “Moliceiros: O Humor Navega na Ria”, *Revista Tempo Livre*, nº 116, Abril 2001, pp. 21-5.

Este texto e seu título comprovam a compreensão generalizada de que o humor, o colorido e o turismo foram a verdadeira fonte de recuperação do interesse pelos pintores de painéis e suas obras, que se tornaram nos protagonistas dos artigos de imprensa. Expressões recorrentes como “extinta”, “outrora”, “condenados”, “desaparecimento”, “apodrecendo”, são aqui utilizadas em contraste com “resisitir”, “continuum”, “sobrevive”, “novas”, “sobrevivência”. Em Fevereiro de 2000, um título patente no *Jornal de Notícias* resume a nova conjuntura que rodeia o moliceiro: “Moliceiros voltam a estar na moda: depois de quase terem desaparecido da ria, acompanhando, no declínio, a faina do moliço, ressuscitam agora para o turismo”¹⁹⁹. Na transição do século, não restam mais dúvidas sobre a franca recuperação do moliceiro, incentivada pelas sucessivas regatas e concursos de painéis que se organizam ao longo de toda a época estival e por toda a região lagunar e já não apenas por ocasião do S. Paio da Torreira. Torna-se comum reproduzir painéis como ilustração do artigo e transcrever as legendas mais cómicas ou sintonizadas com a actualidade²⁰⁰.

Em Maio de 2001, o *Correio da Manhã* publica uma reportagem sobre os painéis e suas temáticas jocosas, com entrevista ao pintor José Manuel Oliveira, apresentado como responsável por cerca de oitenta por cento das pinturas existentes. O pintor afirma que o moliceiro deve suscitar comentários pela sua beleza ou humor, mas o título da reportagem, “Brejeirices mantêm vivo humor na Ria de Aveiro”, prefere relevar apenas uma das facetas desse mesmo humor, esquecendo a sátira política e social que José Manuel Oliveira defende e pratica²⁰¹.

¹⁹⁹ *Jornal de Notícias*, 29 de Fevereiro de 2000, p. 27.

²⁰⁰ Como exemplo, encontra-se o artigo “O Encanto dos Moliceiros: os barcos de proa colorida voltaram ontem a cruzar a Ria de Aveiro”: “Este ano, para provar que, nalguns casos, a tradição ainda é o que era, a regata contou com dois novos reforços: o *Tonecas* e o *Continuo a ser o Rei*, que se reuniram pela primeira vez à frota de moliceiros que faz anualmente esta viagem entre a Torreira e o Canal Central, no centro da cidade de Aveiro. Os dois barcos, que foram lançados à água esta semana, provaram que ainda há quem domine a arte de os construir, surgindo no ‘pelotão da frente’ durante a regata. O *Tonecas*, propriedade da Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro mostrou também que está actualizado, apresentando na proa um ‘Gil’ sorridente e onde se podia ler: ‘Eu também vou na regata’. (...) Enquanto os tripulantes ansiosos se ocupavam com últimos preparativos para a viagem, os turistas, de máquina fotográfica ao pescoço, distraíam-se com os painéis das proas. Entre as conversas dos que recordavam ou explicavam aos mais pequenos para que servia o moliceiro, conseguiam ouvir-se os risos dos que liam pela primeira vez algumas das frases mais atrevidas inscritas na proa arredondada e ilustradas com raparigas de trajes reduzidos e proporções exageradas. ‘Não me fassas mal á bixana’ (sic), ‘A menina quer esprementar?’, ‘Deixa-me montar’, ‘Ai que rica solha p’ra minha cana’, eram apenas alguns dos exemplos que pareciam atrair mais atenções do que outras mensagens mais ‘sérias’ como: ‘Arriscamos a vida’ ou ‘Transmitimos ao mundo queremos paz e não guerra’” (“O Encanto dos Moliceiros: os barcos de proa colorida voltaram ontem a cruzar a Ria de Aveiro”, *Público*, 17 de Agosto de 1998, p. 43).

²⁰¹ “Brejeirices mantêm vivo humor na Ria de Aveiro”, *Correio da Manhã*, 6 de Maio de 2001, p. 14.

De um modo geral, o texto sobre o moliceiro opta pelo carácter recreativo e lúdico. Reflecte o predomínio crescente dos painéis jocosos sobre os seus congéneres religiosos, históricos e sociais (316 painéis jocosos registados, em Julho de 2003), se bem que privilegiando de um modo artificial os painéis jocosos de cariz erótico e tendendo a ignorar uma quantidade relevante de painéis de outras categorias. Aliás, nenhum moliceiro exhibe apenas painéis jocosos: todas as embarcações, das mais antigas às mais modernas, incluem pelo menos um painel religioso ou de temática histórico-social. A opção pela vertente lúdica por parte do texto jornalístico parece ligada à nova função turística do moliceiro (logo, implicitamente, lúdica, recreativa), à sua aparição pública, com direito a cobertura da imprensa, apenas em ocasiões festivas, quer estas sejam tradicionais ou (re)inventadas. Mas, num movimento de influência recíproca, também os novos pintores sabem que devem privilegiar os painéis cómicos na sua produção artística, se quiserem captar a atenção e a recompensa do público, do júris dos concursos, dos proprietários das embarcações e das autoridades locais²⁰².

O tópico da “ressurreição” começa a dominar os textos publicados a partir de 1999, num crescendo de interesse e optimismo sobre o futuro do moliceiro enquanto potencial turístico. Em simultâneo e com cada vez maior frequência, diversos jornais nacionais dedicam artigos de fundo aos moliceiros (homens e embarcações) e noticiam eventos a estes ligados²⁰³. Apesar das metáforas e animizações mais ou menos sensacionalistas por vezes utilizadas, trata-se na realidade de uma reinvenção, de uma readaptação, e não tanto da ressurreição de algo que esteve extinto e teria reaparecido exactamente sob a mesma forma. Os títulos tendem a associar uma imagem poética dessa “ressurreição” à informação objectiva sobre o evento noticiado: “Moliceiros vão ressuscitar: Associação dos Amigos da Ria cria escola de carpintaria artesanal”²⁰⁴; “O

²⁰² Em entrevista de Agosto de 2003, na AMIRIA, o pintor José Manuel Oliveira revelou que, nos concursos de painéis, o motivo do cavaleiro à proa, no painel de bombordo, não é cotado, por ser considerado “tradicional” (recorrente, repetitivo). Por essa razão, e dado que a classificação da embarcação é obtida pela soma da pontuação dos quatro painéis, nenhum pintor opta por esse motivo em momentos de competição, de modo a não perder pontos preciosos. Mais uma vez, a necessidade de ser “original”, atraente, pleno de humor e novidade – numa verdadeira operação de *marketing* – sobrepõe-se ao pretenso empenho na preservação da tradição.

²⁰³ Alguns exemplos constantes do jornal *Público*, entre 2000 e 2001: “Alunos das escolas de Aveiro e Ílhavo vão poder conhecer uma embarcação que já dominou as águas da ria: Moliceiros recebem impulso”, “Novo impulso na construção de barcos moliceiros na ria de Aveiro: De proa virada ao fundo” e “Mestres da Tradição: fazer nascer uma embarcação”, entrevista a mestre Esteves de Pardilhó (16 de Janeiro de 2000, capa da secção “Local” e pp. 42-3); “Associação dos Amigos da Ria procura manter tradição: Estaleiro da Murtosa recupera moliceiros” (7 de Janeiro de 2001, p. 58). E também: “O moliceiro: uma vida dedicada à apanha do moliço” (*Jornal de Notícias*, 29 de Abril de 2001, p. 34) e “Regata de moliceiros anima Ria” (*O Primeiro de Janeiro*, 31 de Julho de 2003, p. 10).

²⁰⁴ *Público*, 25 de Julho de 1999, p. 60.

regresso dos moliceiros. A saudade das velas brancas: regata de moliceiros na Ria de Aveiro”²⁰⁵; “Regata de moliceiros enche a ria de encanto: vinte e cinco embarcações de velas ao vento proporcionam um espectáculo de rara beleza, luz e muita cor em tarde soalheira”²⁰⁶; “Moliceiros resistem à extinção” e “Moliceiro luta contra extinção”²⁰⁷; “Moliceiro procura trabalho na Holanda: Associação Amigos da Ria quer reparar embarcações tradicionais estrangeiras”²⁰⁸.

Na década de noventa, a imprensa regional aproxima-se em forma e estilo da imprensa nacional, multiplicando também as narrações pormenorizadas sobre a recuperação do moliceiro e as festividades locais. Com efeito, se até à década de oitenta o moliceiro era uma simples alfaia agrícola em vias de extinção, conotada com o labor específico de uma área delimitada, torna-se depois no símbolo identificativo de toda uma região, a cultivar e a divulgar, de modo a que todas as entidades possam colher frutos políticos e económicos dessa recuperação, em que todos pretendem participar.

O Notícias de Aveiro, o Campeão das Províncias, O Aveiro, o Jornal da Bairrada e o semanário da diocese de Aveiro, *Correio do Vouga*, são disso exemplo. A neutralidade factual dos quatro primeiros títulos contrasta com a retórica poética e a encomiástica política d’*O Correio do Vouga*, que recorda por vezes os seus congéneres de décadas anteriores:

O sortilégio da Ria de Aveiro, tão cantado por poetas e outros escritores, por músicos e pintores, por fotógrafos e artesãos, por pescadores e marnotos, vai mais uma vez deliciar quantos o sabem e querem apreciar, nos seus cambiantes de sonho e fantasia. E tudo graças a mais uma iniciativa da Câmara Municipal de Aveiro, que não se poupou a esforços para brindar, com as Festas que à Ria dedica, todos quantos a sentem como matriz da nossa região sem par. (...) Os apaixonados pela Ria de Aveiro e pelas suas paisagens e sons, maresia e cores, praias e canais não deixarão de participar nestas Festas que a autarquia lhes oferece, apenas com o

²⁰⁵ *Público*, 15 de Agosto de 1999, p. 46. No texto, lê-se ainda: “Mais de duas dezenas de moliceiros soltaram ontem as velas brancas ao vento e cruzaram a ria de Aveiro, em nome da tradição. Todos os anos, em Agosto, é assim. Com a mesma emoção dos tempos da apanha do molicho a correr nas veias e com a saudade a brilhar nos olhos, os tripulantes destas embarcações tipicamente aveirenses juntam-se no cais da Torreira e percorrem cerca de 55 quilómetros, numa velocidade que, no máximo, atinge os trinta quilómetros por hora. Este ano, o *Fúria de Vencer* do mestre António Rito, fez jus ao nome e chegou em primeiro”.

²⁰⁶ *Jornal de Notícias*, 15 de Agosto de 1999, p. 36. No texto, lê-se ainda: “Poder-se-á dizer que a regata de moliceiros é, sem dúvida, o maior cartaz da Festa da Ria, quiçá de grande impacte turístico, que o Município e a Rota da Luz e, agora com um parceiro privilegiado, teimam em promover anualmente. No ano transacto, foram 23 os barcos. Este ano, subiu para 25, a provar que os moliceiros ainda resistem à voragem dos tempos e ao desaparecimento da ancestral faina da apanha do molicho, outrora importante componente económica de numerosos agregados familiares”.

²⁰⁷ *Correio da Manhã*, 24 de Agosto de 1999, capa e p. 9.

²⁰⁸ *Jornal de Notícias*, 3 de Novembro de 2002. Apesar da receptividade dos holandeses, que elogiaram a qualidade da construção naval aveirense, a iniciativa acabaria por revelar-se infrutífera, pois as actuais instalações da AMIRIA não estão vocacionadas para embarcações de tão grande porte.

desejo de tornar ainda mais expressiva a comunhão entre as gentes aveirenses e quantos visitam a cidade e a laguna que é razão de ser de uma vasta e progressiva região, orgulhosa da sua identidade.²⁰⁹

Apesar da anacrónica insistência no qualificativo “progressiva”, o orgulho pela “identidade” da região reflecte a orientação patente em toda a sociedade, desde os poderes autárquicos às associações recreativas e culturais, passando naturalmente pelos órgãos de comunicação social. Actualmente, a imprensa local nomeia as embarcações tradicionais, suas funções e historial, ao evocar os tempos em que aquelas nem mesmo eram referidas pelos órgãos de imprensa de então²¹⁰. Os figurantes e adjuvantes de outrora tornaram-se protagonistas, na nova textualização da cultura. O progresso cultural e a elitização exigiam o abandono de todo o vestígio de “popular”, ao passo que agora dependem da atenção prestada a esse mesmo “popular”.

As festividades do S. Paio da Torreira são agora mais um evento a noticiar, dentro do calendário de celebrações populares da Ria de Aveiro. As Festas da Ria, sediadas em Aveiro e que têm como ponto alto a regata de moliceiros e o concurso de painéis, colhem muito mais atenção por parte da imprensa regional e nacional, uma vez que são organizadas e patrocinadas pela autarquia aveirense. Cientes desse protagonismo, os organizadores têm o cuidado de basear toda a promoção e divulgação das Festas em formas de utilização mais ou menos simbólica das embarcações tradicionais. Desta forma, festividades concelhias ou locais como o S. Paio da Torreira são – pontualmente – notícia nacional apenas pela regata e pouco mais. No entanto, órgãos locais como *O Concelho da Murtosa: Jornal Bairrista Independente* fazem-lhe referência alargada, apesar de, durante o resto do ano, privilegiarem, como já é hábito,

²⁰⁹ “Até 16 de Agosto: Festas da Ria”, *O Correio do Vouga*, 22 de Julho de 1998. Outros artigos d’*O Correio do Vouga* sobre o barco moliceiro e a recuperação do património: “A Cooperativa de Sal de Aveiro vai recuperar um barco saleiro, enquanto o município local está a construir um palheiro típico” (18 de Março de 2000); “Para sulcarem os encantos de uma Ria, Câmara de Aveiro adquire Moliceiros” (1 de Junho de 2000); “S. Paio da Torreira: Moliceiros na Ria” (14 de Setembro de 2000); “Congresso debateu novas funções para os barcos tradicionais” e “Exposição de barcos e de miniaturas de embarcações” (6 de Junho de 2001); “Regatas de moliceiros e desfile de veleiros: O momento alto das Festas da Ria” (18 de Julho de 2001); “44 barcos moliceiros participaram na regata” e “AMRia poderá promover a regata do próximo ano” (26 de Julho de 2001); “Por iniciativa da Associação dos Amigos da Ria: Estaleiro-escola ensina a construir e manobrar barcos moliceiros” e “Regata de Moliceiros nas festas de S. Paio da Torreira” (29 de Agosto de 2001).

²¹⁰ Ver, por exemplo: “Até à construção da Ponte da Varela, não havia qualquer ligação terrestre entre a Torreira e essas terras da Murtosa, Estarreja, Aveiro, Ílhavo, Vagos e Mira, motivo por que os romeiros se deslocavam de barco às festas do S. Paio. Em épocas já afastadas, juntavam-se centenas de embarcações típicas da Ria (moliceiros, salineiros, mercantéis e bateiras) na Torreira, facto que dava origem a disputas entre os tripulantes das diversas embarcações, ao jeito de regatas não oficiais” (“S. Paio da Torreira: Moliceiros na Ria”, *O Correio do Vouga*, 14 de Setembro de 2000).

as polémicas políticas e as notícias relacionadas com as comunidades emigrantes e o movimento demográfico.

Sob o título “Festas de S. Paio iguais ao vinho do Porto”, *O Concelho da Murtosa* publica, em Setembro de 2001, um artigo que reproduz, em grande parte, os tópicos do passado: superlativização das qualidades do evento; a boa ordem cívica em que decorreu; as inovações no programa (que inclui agora uma nada característica tourada); os milhares de visitantes; o elevado investimento da Câmara²¹¹. Apesar de se auto-intitular *Bairrista Independente*, *O Concelho da Murtosa* faz mais justiça ao primeiro qualificativo, pois a sua independência fica muito aquém do feroz espírito crítico do *Jornal d'Estarreja*, também cognominado de *Semanário Independente*, a partir de 1923. Neste artigo sobre o S. Paio, destaca-se a passagem:

A não ser assim como justificar que cada vez mais gente confira a sua adesão à nossa romaria? Se a tradição tem aí o seu peso, a verdade é que também o espírito inovador e criativo das sucessivas Comissões tem vindo a imprimir às celebrações religiosas e profanas algumas novidades, diga-se que com alguma graça e imaginação, longe das manifestações bacôcas de paus e iluminações que por aí se vêem noutras festanças, a destruir o património colectivo, o maior atestado de atraso cívico e de imbecilidade, alvo do riso e sarcasmo de terceiros.²¹²

O “bairrismo” salienta-se na sintonia política com as entidades organizadoras do evento, compostas por notáveis locais com numerosas relações de amizade e compadrio. Mas “o espírito inovador e criativo das sucessivas Comissões” radica frequentemente na mais evidente descaracterização das festividades, que ainda são oficialmente designadas na região como “romaria”. Se a concordância interna é agora inquestionável, o tom polémico que justifica o espírito “independente” volta-se para o exterior e origina comparações provocatórias com outras “festanças”, tal como são denominadas no texto. O S. Paio da Torreira não estará, portanto, a “destruir o património colectivo” nem constituirá um “atestado de atraso cívico e de imbecilidade” à região. Fica a dúvida

²¹¹ “Bem se poderá afirmar com todo o rigor que, a exemplo do bom vinho do Porto, os festejos de S. Paio da Torreira, a cada ano que passa, são cada vez melhores e mais animados. Diríamos mesmo que são como o precioso néctar, que desafia os tempos refinando a sua qualidade e os seus sabores. Com efeito, os sabores das nossas festas concelhias são mais variados de ano para ano, mas sempre melhores do que dantes. (...) Tudo este ano correu bem no S. Paio: as sessões de fogo, a iluminação, as actuações dos artistas, as regatas, os concursos, as rusgas e até a tourada que, pela primeira vez, constou do programa com bastante sucesso. Milhares de pessoas e de veículos entraram na Torreira naqueles dias. A GNR do posto da Murtosa tinha a perfeita noção de que isso iria acontecer e, com os poucos meios de que dispõe, montou no terreno um esquema que resultou em pleno: todo o trânsito se processou sem acidentes, sem conflitos e na mais perfeita ordem. Responsáveis do nosso Município também denotaram a este jornal a sua satisfação pela forma como tudo decorreu. Afinal, quando as coisas correm bem, toda a gente se diverte mesmo a trabalhar e sem cuidar de saber se o santo ajudou ou não!” (“Festas de S. Paio iguais ao vinho do Porto”, *O Concelho da Murtosa: Jornal Bairrista Independente*, 30 de Setembro de 2001).

²¹² *Idem, ibidem*.

sobre quem o estará a fazer e sobre qual o verdadeiro valor patrimonial desta “nova” romaria, com suas touradas, estrelas da canção popular, circo, *roulottes* de farturas e bifanas, vendas de cassetes-pirata, vestuário contrafeito e brinquedos de plástico, exposições de pintura e barracas de artesanato africano e sul-americano²¹³.

Contudo, é também o próprio *Concelho da Murtosa* quem traça um adequado resumo da essência das festividades do S. Paio da Torreira e sua descrição jornalística: “Decorreram em 5, 6, 7 e 8 de Setembro os costumados festejos em honra de S. Paio da Torreira, evento cujo início se perde na noite do tempo, sendo também certo que a sua descrição jornalística seria praticamente repetitiva de ano para ano, dado tratar-se de um acontecimento cuja dianteira é tomada pelo povo. Sempre assim foi, mesmo quando não havia estrada nem ponte e toda a gente vinha de barco” (30 de Setembro de 2002).

Actualmente, a descrição jornalística das festividades e demais eventos relacionados com as tradições da Ria de Aveiro é protagonizada pelos moliceiros e seus painéis, enquanto que os restantes pontos do programa de festas são resumidos ou mesmo ignorados. A chamada “romaria”, a regata, as festas locais são citadas a propósito do moliceiro e não o contrário. O antigo meio de transporte do povo é agora a notícia, o objecto da reportagem na imprensa nacional. Cada vez mais próxima dos grandes diários, a imprensa regional tende ainda a referir o moliceiro a propósito das celebrações populares ou das iniciativas de instituições e autarquias, mas conferindo-lhe sempre grande destaque.

²¹³ À festa colectiva de participação criativa, a mercantilização e a folclorização contrapõem o modelo da festa comercial, do espectáculo que solicita mais a assistência do que a participação: “A romaria tende, cada vez mais, a cindir-se: por um lado, a ‘peregrinação’ popular, constituída por actos religiosos e sobre a qual o clero impõe progressivamente a sua exclusiva regulamentação, e, por outro, a ‘festa’ um conjunto de espectáculos e manifestações (entre as quais um ‘baile’) organizados por ocasião da romaria. Entre os dois pólos de esta reformulação, o arraial popular, colectivo mas descentralizado, que na sua espontaneidade e criatividade constantes permitia a unidade do programa e reunia os elementos numa realização: a romaria, está em plena decadência. No entanto, era ele que, com a sua margem de liberdade, ligava na consciência colectiva o ‘profano’ e o ‘sagrado’, numa época em que as únicas manifestações programadas eram a missa e a procissão, a presença das bandas e o fogo-de-artifício, e onde dançarinos e penitentes, cantores e autores de promessas, não só coexistiam num tempo e num espaço, mas confundiam-se na pessoa do próprio romeiro” (SANCHIS, Pierre, *Arraial: Festa de um Povo – As Romarias Portuguesas*, 2ª edição, trad. Madalena Mendes de Matos, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992 [1983], p. 168). Eis o programa das “Festas de S. Paio” de 2002: 5 de Setembro, 5ª feira: 8.00 – alvorada; 22.00 – grupo Banda Inox. 6 de Setembro, 6ª feira: 8.00 – alvorada; 16.00 – grupo Rui e Sara; 22.00 – grupo Banda Pátria; 24.00 – fogo do mar; 24.30 – espectáculo com Claudisabel. 7 de Setembro, Sábado: 8.00 – alvorada; 10.00 – concurso de painéis de barcos moliceiros; 15.00 – regata de barcos moliceiros; 16.00 – grupo Mundo Jovem; 22.00 – grupo Mais Seis; 24.00 – fogo na ria; 24.30 – espectáculo com José Pedro Reis. 8 de Setembro, Domingo: 8.00 – alvorada; 9.00 – arruada com banda de Loureiro e fanfarra dos escuteiros da Murtosa; 10.00 – missa solene na capela de S. Paio seguida de procissão; 15.30 – corrida de bateiras; 16.00 – corrida de chinchorros; 16.00 – grupo Nova Imagem.

A celebração dos moliceiros e seus painéis não é originalmente uma tradição popular. É antes uma tradição inventada, posteriormente explorada, primeiro pelos poderes políticos e, mais tarde, já no presente, também pelos poderes económicos e culturais, que multiplicam e prolongam artificialmente os pretextos para essa celebração. Ao longo do século XX, ocorreu uma transmutação cultural, através da qual a celebração religiosa cedeu lugar à celebração secular e o culto do santo se transformou no culto do objecto etnográfico. Os ícones celebrados sofreram uma evolução que se pode acompanhar na imprensa regional e nacional, de cuja leitura se depreende a transformação do festival religioso em festival etnográfico.

É nestas condições de reenvio recíproco de imagens entre as práticas populares e os textos que as (re)constroem, que as comunidades lagunares vão começar a afirmar uma identidade da qual não tinham ainda tomado consciência. Paradoxalmente, esta identidade reforça-se hoje em dia na razão inversa do declínio das actividades artesanais, constituídas em património cultural comum. Às regiões e populações locais importa conhecer a sua história e geografia, os seus recursos e respectivas utilizações, os valores, costumes e hábitos que regeram e regem a vida local, para poderem assumir o próprio destino. Se se destroem todos os sinais e conhecimentos característicos, ou se se vive exclusivamente de elementos externos, então os actores sociais tornam-se estranhos na própria terra. Daí a necessidade imperiosa de conhecer, defender e divulgar o património local, se não sob todas as suas formas, pelo menos sob as formas que mais atraem turistas, patrocinadores e imprensa.

CONCURSOS DE PAINÉIS E SIMBOLOGIA LOCAL

Os processos de representação e celebração do objecto etnográfico têm vindo a ser reconstruídos sob formas úteis aos poderes políticos, económicos e culturais, radicando no consumo recreativo desse mesmo objecto etnográfico. Este passa a ser produzido tendo em vista o consumo popular externo, numa vertente lúdico-cultural centrífuga, voltada para o público em geral e para o turista em particular. Uma tendência muito distante da original produção para utilização imediata, num contexto de subsistência económica restrita, centrípeta, no interior de uma comunidade geográfica, económica e culturalmente (de)limitada.

O barco moliceiro, enquanto objecto etnográfico, insere-se actualmente numa estrutura lúdica simbólica, resultante de um longo processo de negociação política, social e económica. Nessa estrutura enquadra-se a já referida reinvenção das festividades do S. Paio da Torreira, com toda a supervisão e intervenção das instituições sobre esta prática originalmente popular. No entanto, nas festividades do S. Paio, o elemento popular – figura motriz ou, mais tarde, simples figurante – é inerente tanto à génese como à concretização regular do evento. Mas outras “tradições” existentes em torno do barco moliceiro são construídas de raiz por entidades de elite ou institucionais, originando eventos e objectos para consumo externo alargado, directo ou simbólico, com respectivo rendimento político, económico e social.

CONCURSOS DE PAINÉIS

Encontram-se nesta categoria os concursos de painéis de barcos moliceiros, já parcialmente referidos na secção sobre “Confluências ideológicas na realidade sócio-cultural”, dada a orientação política subjacente à sua criação e evolução. Ao contrário do que a retórica oficial fazia (e faz ainda) supor, trata-se, na realidade, de uma tradição completamente artificial, criada em pleno século XX pelas autoridades locais e que apenas faz um uso restrito do elemento popular. Este tem como função construir o objecto, submetê-lo à avaliação superior e aceitar reconhecidamente a recompensa devida à sua participação no ritual. Por sua vez, o público visado é menos a

comunidade local do que as entidades convidadas, a imprensa e os visitantes nacionais e estrangeiros.

A necessidade de domesticar e reconstruir as tradições populares esteve na origem da censura imposta à romaria do S. Paio da Torreira e seus banhos de vinho à imagem do Santo, na década de quarenta. Posteriormente, o programa das festividades é adulterado pouco a pouco, com a inclusão de concursos de gado, regatas de embarcações desportivas, provas de natação e até mesmo de uma tourada, como sucede actualmente. Na década de cinquenta, inicia-se, por sua vez, a construção da tradição dos concursos de painéis de barcos moliceiros.

Nestas circunstâncias, e ao contrário de outras festividades populares tradicionais, o concurso de painéis de barcos moliceiros decorre originalmente em Aveiro, sede das autoridades criadoras e supervisoras. Só muito mais tarde, já na última década do século XX, é que concursos semelhantes se multiplicarão pela Ria de Aveiro, com réplicas locais na Torreira, Quintas do Norte e outras localidades.

É na reunião ordinária da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro de 9 de Novembro de 1953, que o vogal e Capitão do Porto de Aveiro, Carlos Ferreira Pinto Basto Carreira, propõe, com imediata aprovação, a instituição de um prémio pecuniário para “um concurso de barcos ‘moliceiros’ organizado com o intuito de estimular os proprietários dos barcos a conservar o costume de apresentar as prôas e réis com os característicos painéis policromos. Este concurso deverá realizar-se, em princípio, no dia 25 de Março de cada ano na altura da tradicional Feira dos Barcos”¹. A Feira dos Barcos, durante a Feira de Março, era, como o próprio nome indica, um momento privilegiado para a concentração das embarcações tradicionais em pleno Canal Central de Aveiro. No Fundo Documental do Jornal *O Século*, do Arquivo de Fotografia de Lisboa, encontram-se registos fotográficos da Feira dos Barcos datados de 1941 e 1950, portanto cronologicamente próximos do primeiro concurso de painéis, onde se destacam os mercantéis e os moliceiros alinhados frente à entrada para o recinto da Feira (CD III, Imagens de Arquivos, Moliceiros e Painéis, 11 e 15).

Nos decénios compreendidos entre 1944 e 1953 e entre 1954 e 1963, a frequência de novos registos de moliceiros estava, com efeito, a diminuir, por comparação com o anterior decénio de 1934-1943. Esta proposta do Capitão do Porto

¹ Acta da reunião ordinária de 9/11/1953, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), CT – 1925, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, p. 89. Da Comissão Municipal de Turismo faz sempre parte, como Vogal, o Capitão do Porto de Aveiro.

de Aveiro, a entidade mais próxima do processo de registo e aprovação das novas embarcações, traduzirá uma eventual preocupação pela crise que se adivinha na construção naval tradicional e, em particular, na construção, pintura e manutenção de barcos moliceiros. No entanto, e como foi já apontado, a sequência dos acontecimentos indicará também uma simultânea ou imediatamente posterior vertente ideológica subjacente à concretização do evento.

Os prémios pecuniários para os painéis mais sugestivos foram fixados em 500\$00, 300\$00 e 200\$00, respectivamente para o primeiro, segundo e terceiro lugares, e o júri deste primeiro concurso, a realizar às 15.00 horas do dia 25 de Março de 1954, foi constituído pelo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro (Albano da Silva Sampaio), Director do Museu Regional (Alberto Souto), Director do Porto de Aveiro (João Ribeiro Coutinho de Lima), Capitão do Porto de Aveiro (Carlos Augusto Ferreira Pinto Basto Carreira), Presidente da Comissão Municipal de Turismo (Arnaldo Estrela Santos) e dois Vogais desta Comissão (Eduardo Silva Cerqueira e Carlos Aleluia)². Como se vê, trata-se exclusivamente de autoridades locais, com cargos administrativos e políticos, sem conhecimento ou prática efectiva do quotidiano popular da região lagunar nem da indústria artesanal do moliço e da construção naval.

Uma vez realizado o evento, a acta da reunião da Comissão Municipal de Turismo enumera os vencedores e descreve sucintamente os painéis premiados:

Como já se tinha comunicado realizou-se o “Concurso de Barcos Moliceiros” cujos prémios foram atribuídos, por unanimidade, aos três primeiros que se apresentaram com as prôas mais sugestivas, e que foram classificados pela ordem seguinte: 1º prémio, Esc: 500\$00, foi atribuído ao “moliceiro”, com as respectivas alfaias, inscrito sob o número 2, pertencente a Mestre Joaquim Raimundo, da Murtosa, que foi feito de propósito para este certame, com as legendas seguintes: Na prôa: - “Espera-me no campo”, e ainda um militar e Mocidade Portuguesa. Na ré: “Vendes o meu peixinho” e “Só quero tua rosa”; 2º prémio, Esc: 300\$00, foi atribuído ao “moliceiro”, também novo, com as respectivas alfaias, inscrito sob o nº 1, pertencente a José Bernardino da Silva Paiva, da Murtosa, com as legendas seguintes: Na prôa: - Um militar. Na ré: “O guarda amoroso” (cão) e um cavalo; 3º prémio, Escudos 200\$00, foi atribuído ao “moliceiro”, usado, inscrito sob o nº 5, pertencente a Gonçalo Maria da Silva Pita, da Murtosa, com as legendas seguintes: Na prôa: - Um casal: “É muito minha”. Na ré: cavaleiro e dama e “O fiscal do moliço”. Dado o êxito com que decorreu o referido concurso resolveu-se repeti-lo no próximo ano, estudando-se oportunamente a possibilidade de aumentar os prémios.³

² Actas das reuniões ordinárias de 23/12/1953 e 24/2/1954, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), pp. 90 e 93.

³ Acta da reunião ordinária de 5/4/1954, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 97.

Por vezes, o termo “prôa” é utilizado para designar indiscriminadamente os painéis da embarcação, quer estes sejam da proa quer da ré. No entanto, como se depreende do texto e também da proposta que originou o concurso, todos os painéis são avaliados e premiados. A presença de “um militar e Mocidade Portuguesa” num dos painéis vencedores foi já referida e analisada nas suas implicações ideológicas. Os demais painéis premiados situam-se claramente no contexto rural e lagunar (“Esperame no campo”, “Vendes o meu peixinho” e “O fiscal do moliço”), com figuras humanas e animais ligadas ao quotidiano popular e apontamentos jocosos necessariamente velados, como “Só quero tua rosa” e “É muito minha”.

O Fundo Documental d’*O Século* possui uma imagem deste primeiro concurso, datada de Março de 1954 e designada “Aspecto da ria, vendo-se ao centro os três Moliceiros classificados no concurso da Feira dos Barcos, durante a Feira de Março”. Este precioso testemunho mostra a multidão concentrada no cais para admirar as embarcações. No entanto, dado o ângulo distante da fotografia, os painéis vencedores são praticamente imperceptíveis, apesar de ser possível verificar que os painéis da ré estão tão profusamente decorados como os da proa, e que dois deles enquadram a cena retratada dentro de molduras em campânula (CD III, Imagens de Arquivos, Moliceiros e Painéis, 18).

As primeiras actas denotam alguma preocupação com a narração minuciosa do evento. Regista-se se a embarcação foi construída propositadamente para o concurso, como sucedeu com o moliceiro vencedor, ou se se trata de um “moliceiro usado”, uma vez que o objectivo do evento é tanto a construção como a manutenção das embarcações. Contudo, os vencedores são tendencialmente moliceiros novos.

É interessante notar que o concurso recompensa os proprietários e não os construtores ou pintores dos moliceiros, mantendo à letra o objectivo fundador, expresso na reunião de Novembro de 1953: “estimular os proprietários dos barcos a conservar o costume de apresentar as prôas e rés com os característicos painéis policromos”. Pontualmente, dá-se o caso de o proprietário ser simultaneamente o construtor, como no caso do vencedor desta primeira edição, o célebre Mestre Joaquim “Raimundo”, da Murtosa. O segundo classificado, José Bernardino da Silva Paiva, pertence a uma família de construtores e proprietários da Murtosa, mas não se localiza qualquer registo de embarcações por si construídas. Já Gonçalo Maria da Silva Pita, também da Murtosa, figura nos registos da Capitania exclusivamente como proprietário, ao longo da década de cinquenta. O próprio texto limita-se a enfatizar que

o moliceiro em causa é “pertencente a” (e não “construído” ou “pintado por”), pelo que se conclui que o interesse primordial reside na recompensa – e incentivo – da propriedade e não da origem. Esta prioridade sintoniza-se com a orientação geral do regime, para quem os agentes dos diversos processos de produção são secundários, face aos proprietários desses mesmos meios de produção e respectivos produtos. Estes são transaccionados e rentabilizados sem ter em conta os agentes e as circunstâncias a montante. Só quando a produção se confunde com a propriedade é que o “construtor-proprietário” tem direito ao prémio. Para tal, o construtor tem que ser obrigatoriamente proprietário, mas o inverso não ocorre. Também não se localiza nenhuma referência a eventuais pintores-não-construtores, contratados especificamente para a decoração da embarcação.

Os proprietários devem “apresentar as prôas e rés com os característicos painéis polícromos”, objectivo claramente vocacionado para o exterior, para a exibição de uma prática cultural passível de exploração rentável, em sectores já distantes da simples construção naval artesanal ou da recolha de moliço. Por tal, o texto da acta de Abril de 1954 termina com a decisão: “Dado o êxito com que decorreu o referido concurso resolveu-se repeti-lo no próximo ano, estudando-se oportunamente a possibilidade de aumentar os prémios”.

Com efeito, em 1955, verifica-se uma alteração no valor pecuniário dos prémios, com o segundo classificado a receber 400\$00, devido à introdução de um quarto premiado. Mestre Joaquim “Raimundo” é de novo o construtor-proprietário vencedor, com outro “moliceiro novo”⁴. Uma fotografia pertencente à Imagotheca Municipal de Aveiro guarda o momento da entrega deste primeiro prémio (CD III, Imagens de Arquivos, Moliceiros e Painéis, 72). No ano seguinte, Mestre Raimundo será apenas terceiro classificado, com a vitória a pertencer, desta vez, a um “moliceiro restaurado” de José Maria Gonçalves Lamego, de Ovar. Nem todos os premiados constam de forma inequívoca dos registos actualmente disponíveis nos arquivos da Capitania de Aveiro, porém, Francisco António Rendeiro (terceiro em 1955) e José Maria Gonçalves Lamego (primeiro em 1956) são ambos reputados proprietários de

⁴ “Como no ano transacto, realizou-se o ‘Concurso de Barcos Moliceiros’ no qual participaram doze barcos, dentre os quais foram classificados por unanimidade os quatro seguintes: 1º prémio, Esc: 500\$00, foi atribuído ao moliceiro novo de Mestre Joaquim Raimundo (já classificado no ano anterior); 2º prémio, Esc: 400\$00, foi atribuído ao moliceiro de Manuel António da Silva; 3º prémio, Esc: 300\$00, foi atribuído ao moliceiro de Francisco António Rendeiro; 4º prémio, Esc: 200\$00, foi atribuído ao moliceiro de Augusto Vidreira. Eram todos da Murtosa” (acta da reunião ordinária de 28/4/1955, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo*, 1944 a 1961, p. 112).

numerosas embarcações. Nenhum dos premiados nestes dois anos figura como construtor nos registos existentes.

Nestas duas edições, sabe-se que concorreram respectivamente doze e quinze embarcações e que o júri manteve a sua constituição original. O “III Concurso dos Painéis das Proas de Moliceiros” (1956) teve lugar, ao contrário do previsto, no dia 8 de Abril, por não ter sido possível realizar-se no dia da inauguração da Feira de Março (25 de Março), devido ao mau tempo. Apesar da habitual confusão entre “proas” e “painéis” em geral, patente na própria designação do concurso, a atenção mantém-se centrada nos “painéis novos ou restaurados mais típicos e sugestivos”. As actas da Comissão Municipal de Turismo já não descrevem, contudo, os painéis premiados⁵.

A partir de 1957, “a nova modalidade para o concurso dos barcos moliceiros” traduz uma notável aproximação à orientação ideológica seguida pelo regime em relação à cultura popular portuguesa, acompanhada de uma crescente supervisão por parte das autoridades representativas do Estado Novo na região:

(...) está em estudo a nova modalidade para o concurso dos barcos moliceiros, este ano extensivo não só às proas daqueles que beneficiarão dos prémios habituais, como ainda se destinam outros prémios a conjuntos ou ranchos que os ocupam, tendo em consideração a sua indumentária típica ou qualquer manifestação folclórica – danças, alfaias das fainas lagunares, etc. Os prémios seriam para estes: 500\$00, 300\$00 e 200\$00 respectivamente.⁶

Há que incentivar e premiar “qualquer manifestação folclórica”, em sintonia com o conceito forjado e cultivado pelo Estado Novo. A presença de “conjuntos ou ranchos” a bordo de barcos moliceiros não é prática habitual durante a faina, ocorrendo apenas aquando das deslocações para a romaria do S. Paio. No entanto, a retórica do regime logo explora essa fugaz vertente festiva, pelo que urge inventar, construir e recompensar esta nova tradição. Para que a supervisão institucional seja

⁵ Actas das reuniões ordinárias de 7/2/1956 e 1/5/1956, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), pp. 121 e 125. Nesta segunda acta, pode ler-se: “A exemplo dos anos anteriores procedeu-se ao III Concurso dos Painéis das Proas de Moliceiros, no dia 8 do passado mês de Abril, por não ter sido possível realizar-se no dia da inauguração da Feira de Março, devido ao mau tempo, ao qual concorreram quinze barcos, dentre os quais foram classificados, por unanimidade, os quatro seguintes: 1º prémio, 500\$00 – foi atribuído ao “moliceiro” restaurado de José Maria Gonçalves Lamego, de Marinha (Ovar); 2º prémio, 400\$00 – foi atribuído ao moliceiro de Ernesto da Silva, de Torrão do Lameiro (Ovar); 3º prémio, 300\$00 – foi atribuído ao moliceiro de Mestre Joaquim Raimundo (já classificado nos anos anteriores) da Murtosa; 4º prémio, 200\$00 – foi atribuído ao moliceiro de João Afonso, da Murtosa”. Ver também: carta de 11/12/1956, com relação e orçamento das actividades desenvolvidas ao longo do ano, em resposta ao solicitado no ofício nº 6369 – Lº 34, de 4/12/56, do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro (*Correspondência da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro*, caixa de 1956-1957, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro).

⁶ Acta da reunião ordinária de 14/2/1957, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 134.

completa e incontestável, Eduardo Brazão, Secretário Nacional da Informação, aceita o convite da Comissão Municipal de Turismo, por intermédio do Governador Civil, para presidir ao IV Concurso dos Barcos Moliceiros. O júri de 1957 tem os mesmos elementos dos anos anteriores, acrescidos do Governador Civil de Aveiro, Francisco José Rodrigues Vale Guimarães, elemento particularmente próximo do regime⁷. As classificações de ambos os concursos foram as seguintes:

Foi classificado em 1º lugar com o prémio de Esc: 500\$00, o “moliceiro” de Manuel Maria da Silva Calhau, da Murtosa; em 2º lugar, com o prémio de Esc: 400\$00, o de Joaquim Maria da Silva, da Torreira; em 3º lugar com o prémio de Esc: 300\$00, o de Raúl [ilegível], da Torreira e em 4º lugar com o prémio de Esc: 200\$00, o de Manuel da Silva, da Torreira. Igualmente foram distribuídos prémios aos Ranchos Folclóricos, a saber: 1º prémio, Esc: 500\$00, foi atribuído ao Grupo Folclórico da Marinha (Ovar); 2º prémio, Esc: 300\$00, ao Rancho das Salineiras de Aveiro e 3º prémio, Esc: 200\$00, aos tripulantes de Augusto Maria Barraqueiro, da Murtosa.⁸

O concurso de 1958 é já mais modesto nas individualidades a ele associadas e o júri é simplesmente presidido pelo Capitão do Porto de Aveiro. De entre os dezasseis moliceiros concorrentes, foram premiados “os que tinham os seguintes arrais: Manuel Augusto da Silva Ruela, Angelo Esteves, Alberto Tavares da Silva Arroja e José Maria da Cunha, todos da Murtosa”⁹. Apesar de aqui designados por “arrais”, trata-se, mais uma vez, dos proprietários das embarcações, todos eles com diversos registos, como é o caso de Alberto Tavares da Silva Arroja, ou “Arrojado”, pertencente a uma família de destacados moliceiros-proprietários da Murtosa. Contrariando, mas não desmentindo, a tendência generalizada ao longo dos anos, o vencedor da edição de 1960, Joaquim Maria da Silva, da Torreira, é simultaneamente arrais da embarcação, prolífero construtor e proprietário de vários moliceiros.

De novo, é o Fundo Documental do Jornal *O Século* que detem uma fotografia colorida, datada de 23 de Março de 1958 e intitulada “Aveiro – Dois dos típicos barcos Moliceiros que concorrem ao certame a realizar em 25 de Março”. Nela se identifica, em grande destaque, a proa do A9787-M, construído em 1956 por Joaquim Maria Henriques Júnior, da Murtosa, que o vendeu por 5.000\$00 a Manuel Maria da Silva Calhau e João Carlos Henriques da Fonseca, também da Murtosa e proprietários da

⁷ Acta da reunião ordinária de 14/3/1957, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 136.

⁸ Acta da reunião ordinária de 9/5/1957, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 137.

⁹ Acta da reunião ordinária de 29/4/1958, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 147.

embarcação à data deste concurso. Posteriormente, o moliceiro seria vendido em 1971, por 800\$00, a Manuel Valente da Silva, antes de ser desactivado, em 1972.

O A9787-M não figura entre os premiados, apesar de exhibir um original painel de índole satírica, de traço cuidadoso, com um carteiro correndo por entre flores e grinaldas. A legenda não se encontra dentro do tradicional rectângulo branco, mas sim dentro de uma grinalda que se confunde com as cercaduras e nela se lê “O correio das alcobiteiras” (CD III, Imagens de Arquivos, Moliceiros e Painéis, 20). Este motivo satírico, com sua personagem e respectiva legenda, é ainda textualmente reproduzido na década de noventa (CD II, Jocosos, Figuras Típicas, 8), sendo notório que se encontra bem arreigado no imaginário local¹⁰. Contudo, e tendo em conta outras imagens da época, painéis de proa como o do A9787-M não são comuns, já que estes tendem a ser preenchidos com as tradicionais figurações de cavaleiros em campo circular ou de autoridades entre reposteiros coroados. Esta orientação geral está bem patente numa fotografia da década de cinquenta existente na Imagoteca Municipal de Aveiro, onde as proas de oito moliceiros a concurso, alinhados frente à tribuna dos jurados, exibem invariavelmente um desses motivos (CD III, Imagens de Arquivos, Moliceiros e Painéis, 71). O conservadorismo – estético e ideológico – desta época contrasta de modo flagrante com a actualidade, em que os painéis de proa com figuras de mestres-cavaleiros nem mesmo são classificados pelo júri, dado que este não os considera “originais”.

Nos anos seguintes, mantêm-se os jurados de 1958, com a presença do Chefe do Departamento Marítimo dos Portos de Douro e Leixões, por convite, em 1960. Em 1962, o júri alarga-se a outras individualidades locais, com especial incidência na cultura e no turismo, em total sintonia com os objectivos que norteiam o concurso, já devidamente aprovado pelos representantes do regime: “para júri de classificação foram indicadas as seguintes individualidades: Senhores Presidente da Câmara, Presidente da Comissão de Turismo, Senhor Capitão do Porto, os Directores dos

¹⁰ Leia-se o testemunho de Bartolomeu Conde sobre o carteiro de aldeia, nos anos trinta: “O carteiro, ao deslocar-se de Aveiro, onde vivia, na sua inseparável bicicleta, carregando a saca de coiro do Serviço Postal, enchia os bolsos do seu dólman (os carteiros usavam então farda) com os mais diversos objectos, desde os de uso pessoal até à gaita com que chamava o povo aos habituais sítios de distribuição, lendo em voz alta a correspondência, à boa maneira já descrita por Júlio Diniz em um dos seus romances. Claro que esses sítios de distribuição eram nos locais centrais da aldeia ou, se estivesse mau tempo, dentro das tabernas” (CONDE, Bartolomeu, *Cacia e o Baixo Vouga: Apontamentos Históricos e Etnográficos*, vol. 2, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1995, p. 108).

jornais locais e o artista aveirense Senhor Gervázio Aleluia”¹¹. Em 1965, junta-se-lhes o Director do Museu de Aveiro.

O Fundo Documental do Jornal *O Século* possui uma imagem a cores com “Um aspecto do concurso dos barcos moliceiros”, de 17 de Abril de 1962, onde se destacam as proas de quatro das embarcações concorrentes nesse ano (CD III, Imagens de Arquivos, Moliceiros e Painéis, 16). Estas foram já referidas na secção sobre “Confluências Ideológicas na Realidade Sócio-Cultural”, no entanto, importa aqui reiterar algumas das características comuns ao traço deste grupo de painéis, que mereceu a atenção do júri, do público e dos fotógrafos presentes: um painel de estrutura tradicional e intenso colorido, com quatro figuras humanas em cenário campestre; um painel de estrutura invulgar, sem legenda nem cercaduras, com motivos inspirados no “folclore” nacional espalhados pelo flanco da proa e imagem de um casal de bailarinos típicos em campo circular; dois painéis tradicionais, com figuras entre reposteiros coroados. Os concorrentes mostram-se cientes da necessidade de respeitar nos seus painéis o objectivo que preside ao concurso: conservar “os característicos painéis polícromos” bem como “qualquer manifestação folclórica”, isto é, reproduzir e destacar tudo aquilo que é considerado “tradicional” e como tal recompensado.

Após terem recebido a aprovação pública e oficial dos representantes do regime, os organizadores do concurso enfrentam agora a preocupação de o manter em funcionamento e divulgar, de modo a preservarem a sua função dentro da estrutura propagandística encenada pelo SNI. Para incentivar a adesão dos moliceiros, que participam sempre em número proporcionalmente reduzido, tendo em conta a quantidade de embarcações à data existentes, estabelece-se que, a partir de 1959, seja concedido a cada concorrente não classificado um prémio de 50\$00, a título de compensação. No entanto, e apesar de tal incentivo, em 1960 são apenas doze as embarcações concorrentes. Esta edição do concurso teve ainda de ser adiada para 27 de Abril, devido novamente ao mau tempo que acompanhou a inauguração da Feira de Março. Em 1961, é aprovada a proposta de aumento de 100\$00 para cada prémio, mantendo-se o prémio de participação em 50\$00. No ano seguinte, o primeiro prémio é já de 1.000\$00, o segundo de 700\$00 e o terceiro de 400\$00, com todos os restantes

¹¹ Acta da reunião ordinária de 5/3/1962, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1961 a 9 de Abril de 1974, com restantes páginas em branco), CT – 1926, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, p. 4.

concorrentes a receberem um prémio de consolação de 100\$00. As consequências são imediatas: “A Comissão congratulou-se pelo êxito alcançado pelo concurso dos barcos moliceiros, que este ano registou um número ‘récord’ de inscrições, pois nele se apresentaram 25 barcos”, reafirmando, de seguida, os objectivos de propaganda e preservação que presidiram à criação do concurso¹². No plano de actividades para o ano de 1964, o texto é ainda mais explícito: “Organizaremos o tradicional concurso ‘Painéis de Barcos Moliceiros’, com o fim de tentar evitar que se extinga esta tradição”¹³.

Nos inícios da década de sessenta, as actas da Comissão Municipal de Turismo passam a registar o interesse pela divulgação do evento na comunicação social – imprensa, rádio e televisão –, sem contudo adiantarem se os seus sucessivos pedidos de divulgação são ou não atendidos. Os objectivos são claros: “[utilizar] a imprensa, rádio e televisão para se fazer uma boa propaganda que traga à cidade o maior número possível de visitantes”, uma vez que o concurso de barcos moliceiros “constitui um óptimo cartaz de propaganda da Ria”¹⁴. De acordo com a retórica actuante, o eventual interesse turístico seria suscitado pela encenação necessariamente controlada (e censurada) de tradições regionais, enquadradas na reconstrução folclorizada da cultura popular portuguesa¹⁵.

Estes eventos de tradição recente, em última análise “artificiais”, pretendem substituir-se na atenção pública a genuínas porém incontroláveis tradições populares, como são as romarias e demais festividades religiosas e seculares, apesar de todas as intervenções institucionais a que estão também sujeitas. No entanto, é essa mesma “artificialidade”, associada ao primado da “utilidade”, que impede a sedimentação destes eventos no espaço e no tempo, o que implica também a dificuldade em captar um número satisfatório quer de actores quer de espectadores. Os acontecimentos do ano de 1961 são ilustrativos:

¹² Acta da reunião ordinária de 15/5/1962, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1961 a 1974), p. 5.

¹³ Acta da reunião ordinária de 28/8/1963, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1961 a 1974), p. 14 V.

¹⁴ Actas das reuniões ordinárias de 7/3/1961 e 27/1/1961, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), pp. 189 e 186.

¹⁵ Cf. “À Emissora Nacional será participada a exibição no recinto da Feira, no mesmo dia do concurso, pelas 17.00 horas, do novo grupo Tricanas de Aveiro, com variados e característicos números do seu repertório, inspirado nas tradições da nossa região” (acta da reunião ordinária de 15/3/1960, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo*, 1944 a 1961, p. 172) e “Foi também resolvido levar a efeito três festivais folclóricos com exibição dos Ranchos da cidade, nos dias 25 do corrente, 8 e 22 de Abril” (acta da reunião ordinária de 5/3/1962, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo*, 1961 a 1974, p. 4).

Verificando-se inúmeras dificuldades para enquadrar este concurso num dos Domingos da Feira de Março, e porque este só por si constitui já um cartaz de turismo que atrai à cidade bastantes visitantes, foi deliberado realizar aquele concurso integrado numa festa popular da Ria num Domingo da segunda quinzena de Maio, a determinar oportunamente. (...) A Comissão chegou à conclusão de que o mesmo [Concurso dos Painéis dos Moliceiros] tem de ser adiado pela dificuldade em encontrar uma data favorável, em virtude da impossibilidade da conjugação da maré com os festejos que se estão a preparar pelo êxito desportivo alcançado pelo Sport Clube Beira-Mar.¹⁶

Em 1964, o concurso decorreu a 12 de Abril (tal como em 1965) e foi necessário efectuar diligências junto dos proprietários dos barcos a fim de estes concorrerem ao certame. As actas referem “certa relutância na comparência para este ano, devido ao descontentamento do ano anterior”, sem contudo desvendarem as causas e consequências desse descontentamento, até então omitido¹⁷. A solução encontrada passa pelo aumento do prémio de presença para 150\$00, o que surtiu imediato e considerável efeito. Nesse ano, o êxito do concurso excedeu todas as expectativas, pois nele se apresentaram sessenta concorrentes, que desfilaram no Canal Central durante três horas¹⁸. As actas da Comissão Municipal de Turismo omitem estrategicamente a tática utilizada para despertar tão inusitada mobilização por parte dos proprietários de moliceiros e seu repentino interesse pela preservação das pinturas das suas embarcações.

Entre 1967 e 1971, não se efectua nenhuma reunião da Comissão Municipal de Turismo, de acordo com anotação constante do próprio *Livro de Actas*. Retomadas as sessões, as actas de 1972 não apresentam, contudo, qualquer referência aos barcos moliceiros. No entanto, em Junho desse ano, realizam-se normalmente as Festas da Cidade, com uma “Festa da Ria” que confere grande protagonismo às embarcações tradicionais e não descarta o habitual concurso de painéis:

Dia 24 de Junho, Sábado: 12.00 h – Concentração dos Barcos Moliceiros e Mercanteis, a Norte dos Estaleiros de S. Jacinto para as Regatas S. Jacinto – Aveiro (1 mastro e vela própria do tipo do Barco); 13.30 h – Partida dos Barcos Mercanteis; 13.45 h – Partida dos Barcos Moliceiros; 14.30 h – Chegada provável dos concorrentes à meta, situada junto à Lota; 15.00 h – Eliminatórias das Corridas de Bateiras à pá (8 pás e 1 timoneiro) – Canal das Pirâmides; 15.30 h – Eliminatórias das Corridas de Bateiras a Remos (2 remos, 4 remadores e

¹⁶ Actas das reuniões ordinárias de 7/3/1961 e 4/5/1961, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), pp. 190 e 191. Em 1962, o concurso voltou a decorrer a 25 de Março, dia da abertura da Feira, em hora sujeita à hora de praia-mar.

¹⁷ Acta da reunião ordinária de 6/3/1964, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1961 a 1974), p. 19.

¹⁸ Acta da reunião ordinária de 1/5/1964, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1961 a 1974), p. 20 V.

1 timoneiro) – Canal das Pirâmides; 19.00 h – Jantar oferecido aos concorrentes às Regatas e às Corridas de Bateiras. Dia 25 de Junho, Domingo: Área do cais comercial, 11.30h – Regata de Vela, Vauriens e Moths; Canal das Pirâmides, 15.00 h – Regata de Remo; 15.15 h – Corridas de Mercanteis à Vara (tripulações de 3 homens); 15.30 h – Corrida de Bateiras a Remos – Final; 15.45 h – Corrida de Bateiras à Pá – Final de Homens; 16.00 h – Corrida de Bateiras à Pá – Final de Senhoras; 16.15 h – Concurso dos Painéis dos Barcos Moliceiros; 16.30 h – Distribuição de prémios aos concorrentes das diversas provas; 20.00 h – Serenata na Escadaria do Edifício Municipal – Coral Vera Cruz e Polifonia de Viana do Castelo.¹⁹

A sub-comissão para esta Festa da Ria é composta pelo Capitão do Porto de Aveiro, Cabo do Mar de Aveiro, Dr. Jorge Silva (Sporting), Ulisses Naia (Galitos), Humberto Leal (Coral Vera Cruz), Ricardo Limas (Coral Vera Cruz) e Manuel Regala. Os prémios a atribuir no concurso de painéis são: primeiro, 3.000\$00; segundo, 2.500\$00; terceiro, 2.000\$00; quarto, 1.500\$00; quinto, 1.000\$00 e alinhamento, 150\$00. Do júri fazem agora parte Padre Fidalgo, Dr. David Cristo, Eduardo Cerqueira, João Sarabando e Diamantino Manuel dos Reis Dias, nomes ligados à cultura, com representatividade estritamente local²⁰.

A imprensa diária nacional mostra-se agora atenta ao potencial estético e turístico (logo, económico) destas manifestações consideravelmente organizadas, cujo alcance ultrapassa de longe as romarias e festividades populares locais, devido à estrutura institucional, financeira e propagandística que as sustenta. Tanto *O Primeiro de Janeiro* como *O Século* dedicam longos artigos às Festas da Ria de 1972 que, apesar da sua retórica algo anacrónica, permitem reconstituir os passos do evento.

O Primeiro de Janeiro de 21 de Junho de 1972 anuncia o concurso de barcos moliceiros, “que só por si, no aspecto etnográfico, constitui um espectáculo digno de apreço, com desfile dos barcos concorrentes e distribuição de prémios aos concorrentes das diversas provas”. Esse “aspecto etnográfico”, por vezes ainda eivado de conceitos como “tipicidade” e “castiça”, é já apercebido enquanto valor simbólico e mobilizador, “avisadamente” promovido pelas entidades competentes:

A Ria é do ponto, de vista geográfico e paisagístico como do económico e humano, o elemento primordial e o mais característico de Aveiro. Seria uma lacuna, não considerar pois a laguna. E promoveram-se, assim, avisadamente, novas regatas de moliceiros e mercantéis (...)

¹⁹ Segundo documentos avulsos localizados na caixa *Festas da Cidade 1972: Correspondência, Recortes de Imprensa, Cartazes, Programas*, no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, em pesquisa realizada entre Novembro de 2002 e Janeiro de 2003.

²⁰ Por exemplo: Padre (mais tarde, Monsenhor) Manuel Amador Fidalgo, pároco de Avanca, arcepreste de Estarreja, provedor da Santa Casa da Misericórdia e presidente da Associação Atlética de Avanca. David Cristo, advogado, jornalista e artista aveirense, fundador do semanário *Litoral*. Eduardo Cerqueira, publicista, jornalista, membro da Comissão Municipal de Turismo, da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e das comissões para a celebração do milénário de Aveiro.

Conquanto o vento não soprasse com a intensidade que de comum se verifica e, assim, sem as velocidades que essas embarcações da Ria – tão da Ria que quase se suporiam nascidas nela espontaneamente, como os moliços, ou o sal, ou as enguias – podem alcançar, mormente num desafio, o espectáculo deste desfile náutico teve beleza e a tipicidade requeridas. A Ria quando nela se juntam dezenas de velas, em movimento – não é Ria com velas, mas já com asas. Com asas que representam como que a primeira fase para a levitação e imaterialização da luz que a desafia e ela depois reflecte e irisa. (...) muitas pessoas se aperceberam das belezas que singularizam uma tão castiça competição – em que o espírito desportivo se mescla com o aspecto etnográfico.²¹

A concentração das embarcações efectuou-se a partir das doze horas, a norte dos estaleiros de S. Jacinto. Hora e meia depois foi dada a partida aos mercantéis, mais morosos e com menos facilidade de manobra. Um quarto de hora mais tarde, partiram os moliceiros. A ambos se impunha que navegassem com um mastro apenas e com a vela própria da faina. Os moliceiros logo reduziram a vantagem inicialmente concedida. As lanchas com os membros do júri e demais entidades acompanharam a regata até à chegada, que começou a verificar-se pouco depois das catorze horas, junto às instalações do porto de pesca costeira de Aveiro. O percurso e o formato desta regata de moliceiros ainda se mantém em traços gerais na actualidade, apenas transposta para finais de Julho – inícios de Agosto, época de máxima afluência de turistas e emigrantes em férias.

O concurso de painéis de moliceiros teve a seguinte classificação: primeiro, Salvador Tavares da Silva Arrojado, da Murtosa; segundo, Mário de Sousa Silva Arrojado, também da Murtosa; terceiro, Albino Maria Valente de Matos, de Ovar; quarto, Manuel Maria de Matos, de Quintas da Torreira e, em quinto, David Pinto, do Bunheiro. Foram também galardoados por apresentação de pinturas novas em painéis de maior interesse: José Maria de Oliveira da Cunha, da Murtosa, e Manuel Maria Vieira da Silva, da Torreira²². Apesar de se estar já em pleno período de decadência do moliço, os “Arrojados” da Murtosa continuam a exhibir com sucesso as embarcações de que são proprietários. Entre os nomes dos restantes classificados, só se localizam registos de propriedade e nenhum de construção.

²¹ “No prosseguimento das Festas da Cidade, iniciou-se a Festa da Ria”, *O Primeiro de Janeiro*, 25 de Junho de 1972.

²² “Ecos da Festa da Ria”, *O Primeiro de Janeiro*, 28 de Junho de 1972 e “Classificações da Festa da Ria”, *O Século*, 29 de Junho de 1972. A classificação das regatas de moliceiros e mercanteis entre S. Jacinto e Aveiro ficou assim ordenada: primeiro, António Gonçalves Caravela Vieira (1.500\$00); segundo, José Maria Caravela Rito (1.000\$00); terceiro, Manuel da Silva (750\$00), todos da Torreira. Aos restantes dezassete concorrentes – apenas um mercantel – foram atribuídos prémios de presença de 150\$00. Na competição de moliceiros à vara, o primeiro foi o barco timonado por António Ruela de Pinho, da Murtosa.

O concurso de painéis integra-se agora num contexto marcadamente turístico e estival, direccionado para a celebração e promoção da cidade e do seu símbolo, a Ria de Aveiro. Este símbolo é, por sua vez, simbolizado pelas suas embarcações tradicionais, onde se destaca naturalmente o barco moliceiro e suas peculiares decorações. E, de novo, o moliceiro é quase só referido a propósito da sua representação (simbólica) preferencial, os painéis, principalmente os painéis de proa. Numa projecção metonímica que acabará por associar os dois extremos desta sequência de representações simbólicas, a proa do moliceiro virá a tornar-se no símbolo da região aveirense, tal como sucede actualmente.

Na sequência da adesão e divulgação alcançadas pelas Festas da Ria de 1972, a Comissão Municipal de Turismo volta a interessar-se pelo assunto em 1973 e de novo sublinha nas suas reuniões a necessidade de preservar e planear atempadamente o evento. Dentro deste, o protagonismo assumido pelo concurso de painéis é de tal ordem que acaba por confundir-se com a própria Festa, com o texto das actas a referir-se-lhes de forma indistinta. Também a imprensa parece privilegiar o concurso de painéis, reflectindo aquilo que, na realidade, as festividades têm de mais original e digno de notícia, e que é simultaneamente o momento que consegue maior adesão popular, quer de espectadores quer de participantes.

A reunião de Julho de 1973 da Comissão Municipal de Turismo é presidida pelo vereador Alberto Branco Lopes e conta com a presença expressamente indispensável do Comandante do Porto de Aveiro. A acta intitula este ponto da ordem de trabalhos de “Festa da Ria”, no entanto, passa de imediato ao concurso de painéis “já tornado tradição e como tal não pode deixar extinguir-se, por constituir não só um estímulo aos proprietários dos barcos que hoje em dia existem em minoria, mas também por ser um belo e atraente cartaz da nossa inigualável Ria”²³. Ciente da crise existente no sector do moliço, a Comissão decide realizar as festividades nos dias quinze e dezasseis de Setembro, data muito próxima do S. Paio da Torreira (sete a oito de Setembro) e que já não se pratica actualmente. Resolve ainda aumentar o prémio de presença para duzentos e cinquenta escudos, instituir um novo prémio de setecentos e cinquenta escudos para os moliceiros que se apresentem com pinturas novas e reduzir o número de prémios, que era de cinco, para três. A partir deste momento, não existe

²³ Acta da reunião ordinária de 17/7/1973, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1961 a 1974), p. 41.

mais nenhuma referência aos barcos moliceiros no *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo*, até à última acta, datada de 9 de Abril de 1974.

A Revolução de 1974 e o sequente período de instabilidade generalizada não obstaram, contudo, à realização da Festa da Ria e seu concurso de painéis. Em 1978, por exemplo, o *Jornal de Estarreja* noticia-os com grande destaque, o que permite concluir que, apesar de a década de setenta constituir o culminar da crise da indústria artesanal do moliço, o número de embarcações presentes foi elevado, ultrapassando mesmo os números das primeiras edições. Proporcionalmente, a mobilização das embarcações (e tripulações) sobreviventes deve ter sido quase total, salientando-se ainda o facto de muitas exibirem novas decorações. Naturalmente que a tal facto não será alheia a considerável inflacção dos prémios em jogo, de novo aumentados para cinco e acompanhados de prémios de participação e de incentivo às novas pinturas. Em época de crise, os moliceiros encontram assim forma de subsidiar uma arte na realidade quase extinta.

O *Jornal de Estarreja* adianta que estiveram presentes a concurso dezanove embarcações, o mesmo número do ano anterior, 1977. A competição foi ganha por Joaquim Valente Esteves, de Pardilhó, com um prémio pecuniário no valor de 7.500\$00. Classificado em segundo lugar, ficou Manuel Salvador Pereira Alves, da Murtosa (6.000\$00); Vitorino Resende, de Veiros, em terceiro lugar (5.000\$00); Domingos Rodrigues Tavares, da Bestida, em quarto lugar (4.500\$00) e, em quinto lugar, António Tavares Arrojado, igualmente da Bestida (4.000\$00). Por outro lado, as embarcações que possuíam pinturas novas, apesar de não terem sido premiadas, receberam a quantia de 2.500\$00, como incentivo²⁴. É curioso notar que, apesar de todas as alterações em curso na sociedade portuguesa, quase tudo se mantém igual neste concurso. Os premiados continuam a ser apenas os proprietários dos moliceiros – alguns dos quais pertencentes a reconhecidas famílias de proprietários – e o júri conserva na generalidade os membros das décadas anteriores: o Presidente do Município (Girão Pereira), o Comandante da Capitania (Faria dos Santos), David Cristo, Eduardo Cerqueira e Diamantino Dias.

Esta edição do *Jornal de Estarreja* guarda a descrição dos painéis vencedores: “o moliceiro vencedor tinha na proa o desenho de uma figura feminina com a legenda ‘Rainha da Ribeira d’Aldeia’ e na ré a figura de peixeiros, legendada com ‘Não o

²⁴ “Festa da Ria: Classificações das regatas e painéis de moliceiros”, *Jornal de Estarreja*, 10 de Setembro de 1978, p. 6.

compro por esse preço’ e, ainda, um homem a puxar um carro com um burro, com o seguinte comentário: ‘Agora quem puxa sou eu’”. A temática rural iterativa e alheada da conjuntura da época bem como o humor assente em trocadilhos já tradicionais, reiteram o conservadorismo inerente ao universo dos moliceiros, seus pintores, proprietários e concursos. Os painéis “Rainha da Ribeira d’Aldeia” e “Agora quem puxa sou eu” (este baseado na simples inversão da hierarquia homem-animal, sem qualquer extrapolação social pertinente) são ainda reproduzidos na actualidade e figuram sob várias formas na recolha fotográfica referente à década de noventa.

O conservadorismo característico do funcionamento do evento e dos próprios painéis não sobreviveu, contudo, por muito mais tempo, na nova conjuntura que gradualmente se estendeu a todos os sectores e práticas da cultura portuguesa. A década de oitenta testemunhou a degradação quase irreversível dos moliceiros ainda existentes e também a suspensão do respectivo concurso. Foi apenas em 1988 que a tradição das Festas da Ria foi retomada, logo seguida pela reactivação do concurso de painéis²⁵. Na década de noventa, as entidades organizadoras (Câmara Municipal e Rota da Luz) destacavam-no já como sendo uma das principais atracções das festividades. Ciente disso, a imprensa local descreve passo a passo a regata e o concurso de painéis de Agosto de 2002, com uma retórica muito próxima da do relato de uma verdadeira competição desportiva:

Nas margens da Ria concentraram-se centenas de pessoas para assistirem à passagem dos participantes, e mesmo houve quem, à chegada à antiga lota de Aveiro, acompanhasse os competidores de bicicleta. À hora da largada, dada pela lancha *Santa Joana*, com dois fortes apitos, estavam 33 embarcações, menos oito do que no ano passado. Segundo já havia confirmado ao Campeão das Províncias Elói Gomes, membro da Associação dos Amigos da Ria, que conjuntamente com a autarquia, organizam a regata, esta situação de menor participação de moliceiros deve-se ao facto de “estarem algumas embarcações por licenciar”, um processo legal, que se encontra em fase final, restando apenas a vistoria do Instituto Marítimo Portuário. Duas horas e quinze minutos depois da largada, estavam a chegar os primeiros moliceiros às antigas instalações da Lota de Aveiro. Devido ao forte vento que se fazia sentir no canal de S. Jacinto, dois moliceiros ficaram com os seus mastros partidos. Entre eles está o barco da Confraria de S. Gonçalinho, o *Falquim*, que chegou a Aveiro só com a ajuda do motor; e o *José António*, de José Rito, que já havia sido vencedor de outras edições da regata e que este ano alcançou a meta a reboque. O *Doroteia Verónica*, da Béstida-Murtosa, que liderou a prova desde o início, tendo chegado a conquistar mais de 300 metros de avanço, veio a perder a regata a escassos metros da meta. A dobragem do canal de S. Jacinto para o da Gafanha foi, à imagem do que acontece todos os anos, decisiva para destinar o vencedor. A

²⁵ Em 1988, apresentaram-se à regata e ao concurso de painéis 17 moliceiros e os prémios foram: alinhamento, 17.500\$00; pintura nova, 12.500\$00; regata, do 1º ao 3º, entre 7.500\$00 e 2.500\$00; painéis, do 1º ao 5º, entre 17.500\$00 e 7.500\$00. Todos os participantes foram recompensados e o júri teve em conta critérios de beleza, originalidade, humor, adequação e estado de conservação (LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, pp. 190-2).

Doroteia Verónica foi ultrapassada pelo *Tavares e Oliveira*, das Quintas do Norte – Torreira, que se sagrou o grande vencedor da competição. No concurso de painéis venceu o moliceiro *O Ilhavense*, seguido em segundo lugar pelo *Doroteia Verónica* e em terceira posição ficou o *Manuel Silva*.²⁶

Actualmente, o “concurso dos painéis” não se limita às festas de Aveiro e da Ria e estende-se no espaço e no tempo por toda a região lagunar e por toda a época estival. É parte integrante do programa de festas do S. Paio da Torreira, em Setembro, mas também ocorre a nível ainda mais restrito em Quintas do Norte e no Torrão do Lameiro (Ovar), durante o mês de Agosto. Os moliceiros, seus construtores, pintores e proprietários circulam entre os eventos, acumulando prémios (como no caso do pintor José Manuel Oliveira) e também disputas com os jurados, cujas decisões são sempre recebidas com grande reserva. Por essa razão, nasceram concursos tão delimitados como o de Quintas do Norte, vedado a participantes da Murtosa, para alegadamente evitar mais uma vitória do pintor da AMIRIA. A atenção do público e da imprensa local e regional mantém-se, porém dificultada pela dispersão que a multiplicação da oferta sempre traz consigo. Os painéis a concurso integram-se em todas as temáticas da actualidade (jocosos, sociais, religiosos, históricos e lúdicos), com total liberdade criativa. Apesar de a defesa da tradição continuar a ser o denominador comum, na realidade, a preferência do júri vai agora para os painéis de traço muito elaborado, inegavelmente obra de pintores com formação, e para as temáticas jocosas de cariz erótico ou de sátira às instituições. Privilegiam também os painéis que abordam temas ligados à celebração do património local, principalmente quando ilustrados com atraentes imagens de moliceiros. O moliceiro transformou-se no mais eficiente arauto do seu próprio valor, actuando em momentos construídos ou reconstruídos e direccionados preferencialmente para o consumo externo.

Na presente recolha fotográfica e, por conseguinte, na actual prática pictórica, ocorrem já várias alusões à temática das festividades locais, praticamente ignorada antes da década de noventa. Anteriormente, localizam-se imagens de pares de bailarinos populares sem, no entanto, se encontrarem contextualizados em qualquer festa ou romaria. Nos anos oitenta, sobrevivia apenas um painel de proa com a legenda “Os romeiros de Ovar de 1920”, com um casal em fato domingueiro descendo a escadaria de uma igreja (CD II, Sociais, Festas e Cerimónias, 25).

²⁶ “A Ria de Aveiro encheu-se de cor e brilho”, *O Campeão das Províncias*, edição on-line, 8 de Agosto de 2002.

Dentro dos painéis sociais encontra-se mesmo uma categoria designada “Festas e Cerimónias”, onde ocorre por várias vezes a legenda “Festa da Ria” (ou “Festas da Ria” e “Festa na Ria”). Esta legenda é ilustrada de duas formas: com o tradicional par de bailarinos em trajes típicos (também legendado com “Vira Manel”, “Canta que logo bebes” ou “Vira que a festa é nossa”, entre outras) ou com um ou vários moliceiros engalanados, navegando em dia de festa, com as velas desfraldadas. A “festa” remete aqui para dois contextos, paralelos na realidade: a tradição das festividades populares, “folclóricas”, com seus “ranchos” de bailadores, e também a tradição das regatas de moliceiros, qual delas a mais recente e (re)construída. É cada vez maior o número de painéis que associa a noção de “festa” ao barco moliceiro em si, pois os seus autores compreendem que aquele que fora outrora o simples meio de transporte dos ranchos de folgazões e bailarinos é agora o protagonista dessa mesma festa. A celebração festiva do moliceiro é ilustrada em painéis sociais sobre “Festas e Cerimónias” de finais da década de noventa e inícios do século XXI, como: “Eu *tamén* vou na regata” (com a mascote da Expo98 – Gil – a participar na festa), “Viva a nossa festa”, “Festa na beira Ria *bira* Manel e *bira* Maria”, “Viva a festa do S. Paio”, “Festas da Ria... 2001”, “Vou para a Festa da Ria”, “567 anos da Feira de Março”, “A nossa linda Ria está em festa”, “É a festa da nossa Ria” ou “Vira Maria que há festa na Ria”. Desta forma, o moliceiro tudo celebra (regata, Festas da Ria, Feira de Março, S. Paio), pois também em todos esses momentos ele é celebrado, enquanto símbolo da região. Não existem, contudo, painéis sobre o próprio concurso de painéis.

A percepção do valor patrimonial do moliceiro subjaz a muitos dos painéis com “Apelos Ecológicos e Celebração do Património” (“Não acabar a tradição”, “A tradição continua”, “Não deixarei morrer a tradição”, “Moliceiro primeiro barco histórico”, “Moliceiros não acabem com esta linda tradição”), ilustrados com belas imagens de moliceiros e/ou painéis com detalhadas decorações. Construtores e pintores são igualmente evocados, enquanto agentes essenciais à criação e conservação do património, em painéis sociais designados por “Mestres moliceiros, barqueiros e pintores”, como: “Sou carpinteiro naval”, “Vou-te devolver a juventude” (sobre o A2040-M, construído por Agostinho Tavares em 1985 e restaurado por António Esteves em 2001), “Nobre arte a de pintor”, “O começo dum barco”, “Sou o rei das pinturas” e tantos outros, que simplesmente registam o nome do mestre ou do estaleiro

(como é o caso da AMIRIA, pródiga em louvores a si mesma), fazendo uso da tradicional imagem do cavaleiro ou do aristocrata²⁷.

Existe, deste modo, uma relação directa entre os painéis do moliceiro e todos os intervenientes nos eventos que o celebram. Verifica-se a representação efectiva dos momentos festivos, dos construtores e demais agentes, radicando na representação meta-referencial do próprio moliceiro. Certos painéis aceitam e reproduzem até os tópicos ideológicos que têm orientado o discurso da imprensa e das autoridades: a necessidade de celebrar e preservar a tradição, apesar de tais painéis serem já por si uma inovação na tradição.

Cientes da representatividade e valor patrimonial e simbólico das suas embarcações, os construtores e proprietários de moliceiros prosseguem actualmente a missão encetada pelas autoridades locais nos anos cinquenta e à qual, durante muito tempo, só os prémios pecuniários os faziam aderir. Participam agora activamente nesse processo, por motivos económicos e já não ideológicos, explorando a estética inerente ao barco moliceiro, que está na base da sua recuperação, conservação e exploração lucrativa.

SIMBOLOGIA LOCAL

Figura imprescindível em todos os meios de divulgação turística e cultural da Ria de Aveiro, o barco moliceiro tornou-se num objecto de consumo simbólico interno e externo, representante da riqueza patrimonial da região, cuja posse é disputada pelos diversos centros concelhios. Rodeado de um estatuto quase mítico, a ficção histórica criada em torno do moliceiro transformou-o numa criatura intemporal, de origem imemorial e arcaica: “Foi dito que nos painéis pintados no moliceiro figura uma história mítica, com os seus heróis, os seus malandrins e as suas tragédias. Mas, à força de se impor/expor aos olhos do público, a contrária também é verdadeira: o moliceiro tornou-se uma embarcação mítica no imaginário colectivo da região”²⁸.

²⁷ Curiosamente, existem também painéis religiosos que, na realidade, celebram o moliceiro e as regatas. É o caso do painel “*Resei* muito para vir à regata”, onde a imagem da Virgem é transposta para o contexto festivo, tornando-se num simples meio para alcançar um objectivo premente. Também os Santos são evocados para proteger a tradição: “Se não fosse eu o moliceiro já tinha morrido”, lê-se na legenda que sublinha um retrato da Princesa Santa Joana.

²⁸ GUIMARÃES, Daniel Tércio Ramos, “Sinais Flutuantes: um Estudo de Etnologia Naval na Ria de Aveiro”, *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 8, ano IV, 1986, p. 25. Um dos mais recentes exemplos de construção ficcional pseudo-histórica, com respectiva utilização educativa mas também turística e

A necessidade de demarcar e desenvolver uma identidade cultural distintiva legitima este tipo de estratégia retórica apelativa, pseudo-científica, de contornos fantasistas. Apesar de se verificar um nítido afastamento em relação ao etnocentrismo, à folclorização e à orientação ideológica de antigas concepções e propostas de acção, não deixam de existir, na actualidade, cedências importantes a uma visão redutoramente localista e ficticiamente homogeneizadora das práticas culturais. As actividades de preservação do património cultural devem, contudo, orientar-se no sentido da possibilidade de registar e revelar publicamente a diversidade das expressões identitárias e de fazer reconhecer os méritos da abertura à alteridade.

Do mesmo modo que o património, o tema da identidade local e respectivo discurso é politicamente eficaz e, como tal, praticado e divulgado. Contudo, hoje em dia, a marcação da identidade não apresenta conotações nacionalistas, sendo apenas uma pigmentação da tradição enquanto produto económico. A identidade tem um valor de uso político e também um valor de troca mercantil. Mas a eficácia económica de um conceito abstracto passa obrigatoriamente pela selecção de uma imagem representativa, simbólica, elemento essencial de todas as operações de promoção.

O barco moliceiro é um símbolo identitário, cultural e económico que justifica, só por si, a recriação de todo um património lucrativo. A estilização e a simplificação da imagem do moliceiro, para além das razões essencialmente técnicas, aumenta a eficácia da mensagem, tal como se verifica nas figuras patentes em caixas de doces regionais e barricas de ovos moles, em cartazes turísticos, em logotipos de estabelecimentos de hotelaria e em tantos outros exemplos²⁹.

económica, é o caso da réplica da embarcação fenícia que terá dado origem ao barco moliceiro, em exposição na Murtosa, por iniciativa da AMIRIA: “Uma réplica da embarcação fenícia, ‘mãe’ do barco moliceiro, está em exposição no Cais do Bico, na Murtosa, com o objectivo de dinamizar a cultura náutica na região. A iniciativa é da Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro (AmiRia) e pretende sensibilizar a juventude para, de uma forma pedagógica, ‘tomar conhecimento da vertente histórica das embarcações da zona lagunar da ria de Aveiro’. (...) A presença do Melcart na Ria prolonga-se até Junho e a AmiRia pretende organizar visitas guiadas dos estabelecimentos de ensino da região e editar uma brochura contendo o historial das embarcações fenícias até ao barco moliceiro. A história do Melcart na Ria é curiosa. A embarcação dirigia-se para Cádiz quando a falta de vento tornou impensável a continuação da viagem. A decisão tomada foi rumar até ao porto mais próximo que era o de Aveiro. Daí, a AmiRia trouxe a embarcação para o local onde tem os seus ‘descendentes’. O moliceiro absorveu a configuração da proa do Melcart” (RAMOS, Alexandra Farela Ramos, “Cais do Bico recebe ‘mãe’ do moliceiro: Murtosa melcart – Vento obrigou réplica fenícia a atracar na Torreira, onde vai ficar exposta”, *Jornal de Notícias*, 11 de Novembro de 2003).

²⁹ A relação entre a produção económica e a tradição cultural a nível local é o tema do artigo “La production de la tradition: un exemple breton”, de Jean-François Gossiaux, sobre a exposição “Quimper. Trois siècles de faïences”, organizada em 1990 nessa localidade bretã. Destinada a celebrar o tricentenário da indústria de faianças da cidade – manufactura que emprega actualmente uma centena de operários – a exposição atraiu várias dezenas de milhares de visitantes e mereceu a atenção quotidiana da imprensa. O símbolo oficial da exposição foi o “Q florido”, ou seja, a inicial de Quimper caligrafada

Mas a representatividade turística e cultural do moliceiro sofreu naturalmente uma evolução ao longo do século XX, desde os painéis de azulejo de estética etnográfico-regionalista quase fotográfica, que começam a revestir as estações de caminhos de ferro – como é o caso de Ovar e de Aveiro – nas primeiras décadas do século (CD I, Representações Simbólicas, 50)³⁰. Praticamente ignorado no seu valor simbólico pelas autoridades locais até à década de quarenta, o moliceiro começa então a ser mencionado de forma cada vez mais sistemática, a pretexto de diversas actividades de promoção e divulgação. Num primeiro momento, as iniciativas provêm não das autoridades aveirenses mas sim dos órgãos de poder central, nomeadamente do SNI – Cultura Popular e Turismo. Com efeito, o Estado Novo, ao prosseguir a sua política de ordenação e caracterização inequívoca das províncias metropolitanas e ultramarinas, mostrava-se ainda mais atento aos valores culturais distintivos de cada região do que os próprios representantes locais da autoridade. Esta iniciativa ideologicamente orientada acaba por ter efeitos positivos a nível da sensibilização das entidades para a preservação e divulgação do próprio património, quase ignorado no caso do barco moliceiro e seus painéis, por se tratar de um objecto conotado com um dos sectores mais desfavorecidos dentro de uma estrutura económica já de si dominada pela agricultura de subsistência. Nos anos cinquenta, porém, o moliceiro encontra-se já plenamente reconhecido e institucionalizado enquanto objecto de consumo simbólico.

e ornamentada com uma decoração floral, característica do estilo da faiança local. Este motivo foi criado para a ocasião mas a figura emblemática da exposição, por seu turno, foi retirada directamente do catálogo da manufatura. Ilustrando os cartazes, acompanhando o “Q florido” nos bilhetes de entrada, reproduzido aos milhares nas caixas de doçaria e nos postais comercializados para a ocasião, “O Pequeno Bretão” ocupou todo o espaço de Quimper nesse ano de 1990. A personagem veste o traje típico do bretão e representa um arquétipo, sendo desenhada de perfil, com um traço simples que poderia considerar-se estilizado, grosseiro ou *naif*. Paralelamente à exposição, esculturas representando pedaços de loiça foram espalhadas pelos locais mais frequentados do centro histórico. Os comerciantes utilizaram a imaginação para evocar o tema da faiança na decoração das suas montras. Os habitantes acorreram em massa a fazer analisar e avaliar as suas porcelanas familiares, durante sessões gratuitas asseguradas por um antiquário local. Organizaram-se dias abertos nas oficinas, com grande afluência. A inauguração da exposição deu lugar a uma grande festa popular. As obras dos eruditos locais multiplicaram as suas vendas. Os dois jornais diários regionais dedicaram quase todos os dias numerosas colunas à faiança, desde ensaios de fundo sobre a história da manufatura ou sobre a situação económica da indústria da cerâmica, a reportagens sobre as diversas manifestações culturais. O final do ano foi marcado pelo triunfo oficial dos promotores do evento: as personalidades locais interrogadas pela imprensa designavam a exposição como o grande acontecimento do ano, com comentários onde surgiam regularmente os termos “património” e “economia” (GOSSIAUX, Jean-François, “La production de la tradition : un exemple breton”, *Ethnologie Française*, 2, tome 25, Dossier “Le motif en sciences humaines”, Avril-Juin 1995, pp. 248-56).

³⁰ A capa da primeira edição de *Os Pescadores* de Raúl Brandão (Paris, Ailland, 1923) é ilustrada com a imagem de um moliceiro a navegar, onde se destaca o painel de proa, colorido apesar de algo esquemático e privado de legenda (CD I, Representações Simbólicas, 43).

O *Livro de Actas da Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Aveiro* de 1930-1937 comprova que as reuniões desta Comissão versavam preferencialmente questões financeiras e de atribuição de subsídios, bem como de gestão de fundos e despesas, sem se verificar qualquer referência ao barco moliceiro como valor turístico. Curiosamente, é o Conselho Nacional de Turismo, órgão central e distante, que, em 1932, solicita à Comissão o envio – prontamente efectivado – de “clichés ou boas fotografias dos seguintes costumes desta região: Um barco moliceiro e seus tripulantes; Barcos de pesca; Mulher de Ovar”³¹. Em 1944, as actas da agora Comissão Municipal de Turismo referem a presença em Aveiro de um fotógrafo do Secretariado da Propaganda Nacional, encarregue de registar “alguns aspectos da Ria”³². Neste ano, é também referido o “Concurso do cartaz de Turismo”, de cujos concorrentes e premiados não subsistem registos iconográficos³³. Contudo, o Fundo Documental do Jornal *O Século*, do Arquivo de Fotografia de Lisboa, guarda uma imagem de 17 de Fevereiro de 1939, do “Cartaz da Feira de Março e exposição” (CD III, Imagens de Arquivos, Ilustrações Complementares, 2). Neste cartaz, destaca-se já a utilização simbólica do moliceiro e, principalmente, a utilização metonímica da proa e seus painéis, como representações apelativas da “mais bela e típica cidade de Portugal”.

O cartaz assenta numa ilustração panorâmica do Canal Central de Aveiro, suas pontes e edifícios adjacentes, de perspectivas muito rudimentares. A cena é sobrevoada por um aeroplano, o que sugere a modernidade do evento, logo o desenvolvimento da região, a par da indispensável veneração da tradição. Em primeiro plano nas águas da Ria, um moliceiro manobrado à vara, sem vela, carregado de moliço. Em fundo, por todo o Canal, vislumbram-se numerosos moliceiros a navegar ou abicados. Sobreposta à ilustração panorâmica e transitando já para a secção de texto do cartaz, encontra-se uma imagem de proporções superiores, que associa dois contextos distantes na realidade: um casal de pescadores em trajes típicos repara as redes junto a um moliceiro, representado pela indispensável proa decorada. O texto informa: “Aveiro – Feira de Março e Exposição Distrital 1939. De 25 de Março a 15 de Abril. O mais

³¹ Acta da reunião ordinária de 17/3/1932, *Livro de Actas da Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Aveiro* (1930 a 1937), CT – 1864, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, p. 25.

³² Acta da reunião ordinária de 24/6/1944, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (6/8/1942 a 24/6/1944), CT – 1866, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, p. 6 V.

³³ Acta da reunião ordinária de 2/10/1944, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 8.

antigo e tradicional mercado do país. Concertos musicais, muitas diversões, luz... entrada gratuita. Visite Aveiro, a mais bela e típica cidade portuguesa”.

Em 1944, é ainda deliberado publicar a expensas da Comissão Municipal de Turismo um novo roteiro da cidade, numa “plaquette” sobre os barcos moliceiros com um artigo de Alberto Souto, e estudar a criação de prémios “quer para jornalistas profissionais, quer para estímulo dos alunos das escolas secundárias de Aveiro no estudo e aproveitamento artístico dos motivos regionais”³⁴.

Esta consciência emergente do valor simbólico do moliceiro, por parte das autoridades locais, não implica qualquer distanciamento em relação às decisões dos poderes centrais, a quem todas as iniciativas são comunicadas e cujas instruções são imediatamente acatadas. Na década de cinquenta, a correspondência e o *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* guardam alguns exemplos dessa estreita ligação:

A Comissão deliberou que se oficiasse ao SNI – Cultura Popular e Turismo, pedindo sugestões para decorar os painéis a colocar à entrada da cidade indicando os locais mais importantes a visitar. (...)

Foi resolvido aceder ao pedido manifestado em ofício da Delegação no Porto do Secretariado Nacional da Informação, em que solicita a colaboração desta Comissão para a recolha de uma prôa de barco “moliceiro”, com as respectivas pinturas, e bem assim todos os objectos que lhe pertencem, e que representará esta região no que ela tem de mais característico numa exposição que vai realizar-se no fim do corrente ano em Genebra.³⁵

(...) a sua maravilhosa ria com os seus característicos barcos moliceiros, únicos no mundo [que] os deverão impressionar agradavelmente [carta de 28/2/1956 ao Chefe da Delegação do SNI, Porto, assinada por Arnaldo Estrela Santos, sobre a recepção a um grupo de turistas ingleses que visitarão a cidade].³⁶

³⁴ Acta da reunião ordinária de 16/10/1944, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 9.

³⁵ Actas das reuniões ordinárias de 2/4/1951 e 9/11/1953, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), pp. 43 e 89. O barco moliceiro, sob a forma de miniatura, figura no protocolo como representante simbólico da região, aquando da visita do presidente da Junta de Turismo da Figueira da Foz, a quem o seu homólogo de Aveiro ofereceu “como lembrança o característico barco moliceiro” (acta da reunião ordinária de 1/5/1956, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo*, 1944 a 1961, p. 126). Aquando da visita a Aveiro do Ministro do Interior, a Comissão de Turismo foi convidada pelo Governador Civil a estar presente e ofereceu uma “lembrança regional” à esposa do Ministro, sem que, contudo, o texto das *Actas* especifique a sua natureza (acta da reunião ordinária de 16/12/1960, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo*, 1944 a 1961, p. 184). Contactado em Março de 2002, o Serviço de Protocolo da Assembleia da República informou não guardar registos das ofertas institucionais feitas ao presidente Américo Tomás, por ocasião da sua visita a Aveiro na década de sessenta.

³⁶ *Correspondência da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro*, caixa de 1956-1957, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro. Durante o ano de 1956, ocorre uma interessante mas inconsequente troca de correspondência entre Fernando Azevedo e Costa, fabricante de bijutarias e artigos regionais de Rio Tinto, e a Comissão de Turismo de Aveiro, que espelha a curiosa dualidade entre a iniciativa de um artesanato ciente da representatividade do moliceiro e a sua efectiva incapacidade de reestruturar os meios de produção tradicionais, de forma a torná-los inovadores e lucrativos. “Estando a avizinhar-se a época das visitas turísticas, lembrei-me que V. Exas. decerto têm uma secção de artigos regionais afim dos visitantes poderem adquirir uma lembrança de Aveiro. Pensei que entre

Para além destes exemplos, a *Correspondência da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro* (1956-1957) guarda diversas cartas do SNI – Cultura Popular e Turismo, assinadas por Jorge Felner da Costa, chefe da repartição de turismo, em Lisboa, acusando a recepção de cartazes e demais propaganda turística da região. Nesta correspondência, bem como no texto das *Actas*, a palavra “moliceiro” é grafada preferencialmente entre aspas, pois o emprego de tal designação (proveniente de uma realidade recentemente descoberta) não estaria ainda padronizado entre as autoridades e demais elites.

O aparelho de doutrinação do Estado Novo também não descuroou o valor simbólico do barco moliceiro. Como foi já referido, o *Livro de Leitura da Terceira Classe* utiliza-o no texto “O Povo Português”, em representação da Beira Litoral, e no texto “Rios de Portugal”, em representação do rio Vouga³⁷. Os futuros professores primários, em formação pedagógico-ideológica nos diversos magistérios primários do país, inundam a Comissão Municipal de Turismo com cartas de pedido de material para trabalhos de curso sobre as “belezas de Portugal”³⁸. Na colecção de mapas do Roteiro Turístico e Económico de Portugal (ROTEP), epítome do processo de

esses artigos diziam bem os moliceiros em filigrana, e por esse motivo tomei a liberdade de mandar um por este correio, em amostra registada, na esperança de que interesse a V. Exas. comprar destes barcos” (carta de Fernando Azevedo e Costa, 26 de Maio de 1956). Resposta da Comissão de Turismo, a 5 de Junho: “(...) aprovamos a sugestão de fabricar barcos ‘moliceiros’ em filigrana e procederemos à encomenda de alguns, desde que mantenham as características que os distinguem dos restantes barcos. Para melhor elucidação, enviamos, por este mesmo correio, um barco em porcelana, por onde V. Exa. poderá verificar as suas características e ajuizar da possibilidade de conservar os típicos desenhos da proa e da ré, que poderiam ser esmaltados. A vela, que deverá ser de formato tradicional, poderia ser feita de pano ou filigrana”. A 18 de Julho, o fabricante acusa a recepção do modelo e envia um trabalho em amostra, cópia em filigrana do modelo sugerido, com os painéis em esmalte. Envia também outros dois modelos, mais simples e baratos, e pede confirmação da encomenda. Mas, em resposta de 22 de Agosto, a Comissão de Turismo argumenta que o modelo maior “não tem ainda as características dos moliceiros, principalmente no que diz respeito à vela, que é excessivamente grande, e às cordas que a prendem ao mastro. Deverá ainda ter inscrita a legenda ‘Turismo – Moliceiro – Aveiro’. Afirmando pretender um modelo de tamanho médio, pelo qual pagarão entre 50\$00 e 60\$00 e então procederão à encomenda de alguns exemplares. Para ajudar à elaboração de um modelo proporcionado, enviam as dimensões médias de um moliceiro típico. Fernando Azevedo e Costa tenta contornar tais exigências, na carta de 13 de Setembro. Afirma ter enviado um novo moliceiro, ainda por cromar, pois não sabe se estará de acordo com as intenções da Comissão e se será ainda preciso alterá-lo. Indaga como é que se costumam prender as cordas ao mastro e sugere que seja a própria Comissão a fazê-lo. Quanto à legenda, ignora onde colocá-la, se na vela ou no casco, e queixa-se que fazer o cunho é dispendioso (200\$00) e que só uma boa encomenda o compensará. No entanto, sugere que o cunho poderia ficar também a cargo da Comissão, que seria sua proprietária. Face a tais argumentos, a Comissão de Turismo encerra a troca de correspondência a 20 de Setembro, devolve o exemplar enviado e afirma não estar “de acordo em fazer a encomenda de moliceiros em filigrana, em virtude daquele [modelo] que nos remeteu não ser ainda bastante característico, precisando ser muito aperfeiçoado”.

³⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, *Livro de Leitura da 3ª Classe*, 4ª edição, Porto, Porto Editora, 1958, pp. 63 e 35.

³⁸ *Correspondência da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro*, caixa de 1956-1957.

ordenação simbólica e encomiástica do território nacional, os moliceiros – em representações mais ou menos estilizadas – são presença reiterada e obrigatória nos exemplares dedicados aos concelhos da Ria de Aveiro, todos eles publicados entre 1953 e 1954.

Em complemento do valor simbólico paulatinamente reconhecido ao barco moliceiro, a Comissão Municipal de Turismo de Aveiro passa a valorizar a embarcação enquanto capital turístico apelativo e lucrativo, de forma cada vez mais persistente, entre a década de cinquenta e sessenta³⁹. Em 1961, decide proceder à aquisição de um barco moliceiro convenientemente apetrechado, para se manter fundeado no Canal Central da Ria e eventual transporte de turistas. A aquisição justifica-se da seguinte forma:

Constituindo este barco um dos principais cartazes de propaganda da nossa região, quer em Portugal quer no estrangeiro, e verificando-se que muitas vezes os turistas chegam aqui e não têm possibilidade de os ver, por se encontrarem no ‘defeso’, ou só o conseguem com certa dificuldade (...).

Constitui este tipo de embarcação um dos mais fortes motivos de interesse turístico da nossa região. Porém, torna-se muitas vezes difícil aos turistas que nos visitam encontrá-los, porquanto, na sua faina, por vezes trabalham muito longe de Aveiro e em local de difícil acesso. Por isso, pensou esta Comissão adquirir um barco daquele tipo, que ficará em exposição permanente, no Canal Central. Eventualmente, poderá ser utilizado também em excursões.⁴⁰

Apesar de os livros de registo da Capitania não guardarem qualquer menção a esta transacção, as actas apresentam uma estimativa no valor de 12.000\$00 para a aquisição do moliceiro. Contudo, a mediana dos preços praticados na compra de um moliceiro ao construtor, no decénio 1954-1963, é de 5.000\$00. A média de preços para o ano de 1961 é de 5.000\$00 e, para 1962, é de 8.000\$00. Em Maio de 1962, a compra

³⁹ O concurso de barcos moliceiros “constitui um óptimo cartaz de propaganda da Ria”, lê-se na acta da reunião ordinária de 27 de Janeiro de 1961 (*Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo*, 1944 a 1961, p. 186). O ponto XIII do “Plano de actividades da Comissão Municipal de Turismo” para o ano de 1957 menciona um concurso de fotografias de motivos turísticos locais, pois “são inúmeras as belezas naturais desta região que merecem ser divulgadas, de modo a chamar para elas a atenção dos turistas” (*Correspondência da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro*, caixa de 1956-1957). Para esse efeito, promove um concurso de fotografias de carácter turístico, com prémios no valor total de 3.300\$00. As fotografias seriam depois enviadas para diversos pontos do país e do estrangeiro, sendo ainda algumas destinadas à produção de gravuras e postais ilustrados.

⁴⁰ Acta da reunião ordinária de 22/8/1961, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1944 a 1961), p. 198 e acta da reunião ordinária de 12/10/1961, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1961 a 1974), CT – 1926, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, p. 2 V.

estava já efectivada e a embarcação aparelhada encontrava-se patente aos turistas no Canal Central, junto do edifício da Capitania⁴¹.

A aquisição deste barco moliceiro, com declarados objectivos turísticos, representa uma das primeiras etapas na transição irreversível do objecto etnográfico do sector primário para o sector terciário, movimento que esteve na origem do processo de recuperação, conservação e promoção do moliceiro, enquanto património e símbolo, iniciado na década de oitenta e ainda em curso.

Na maior parte dos casos, a representatividade simbólica do moliceiro coincide com a vertente lucrativa associada ao consumo simbólico, principalmente quando o autor ou utilizador dessa simbologia é uma instituição ou empresa. O prestígio e a estética da imagem da embarcação funcionam como estratégia apelativa para a entidade em causa, que passa a usufruir metonimicamente das qualidades do moliceiro e respectiva capacidade de atracção, economicamente rentável.

Num primeiro nível mais genérico, referente a instituições de âmbito abrangente, a recriação do símbolo cultural ocorre nas insígnias de localidades como a freguesia da Murtosa e a vila da Torreira, que exibem, respectivamente, a proa de um barco moliceiro, num escudo dividido ao meio entre este e um arado, conjunto encimado por um castelo e que simboliza as duas actividades económicas predominantes na freguesia; e um moliceiro navegando à vela, num escudo azul com sol, também encimado por um castelo (CD I, Representações Simbólicas, 34 e 15).

A Associação de Municípios da Ria (AMRia) adoptou como logotipo a silhueta estilizada de um barco moliceiro, traçada a preto sobre base azul. Esta Associação também adquiriu um moliceiro destinado a passeios turísticos ou de divulgação cultural (CD I, Representações Simbólicas, 54)⁴². Por sua vez, a Associação Nacional de Municípios Portugueses ilustra a *webpage* que dedica à Murtosa com as insígnias da vila e imagens de moliceiros, proas decoradas e barcos de mar (CD I, Representações Simbólicas, 33)⁴³.

A representatividade do moliceiro enquanto símbolo da região de Aveiro obteve recentemente uma mediatização inusitada, aquando da sua utilização no âmbito

⁴¹ Acta da reunião ordinária de 15/5/1962, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo* (1961 a 1974), p. 5.

⁴² A respectiva *webpage* anuncia que “a AMRia possui um Barco Moliceiro, que estará à disposição de todos aqueles que quiserem dar um passeio pela Ria ou ter o prazer de apreciar e descobrir ‘in loco’ o seu encanto”, junto à imagem do moliceiro mencionado e com diversas imagens de outros moliceiros e cenas da Ria (<http://www.amria.pt>, acedido a 2 de Outubro de 2003).

⁴³ <http://www.anmp.pt> (acedido a 26 de Abril de 2003).

da promoção do campeonato de futebol UEFA Euro 2004. Em Novembro de 2003, os Correios portugueses lançaram uma colecção de nove postais alusivos às cidades anfitriãs do Euro 2004. A cidade de Aveiro é ilustrada por três jovens com as bandeiras e cores da selecção nacional, junto à proa de um moliceiro, com o painel jocoso de cariz erótico “Mete as batatas no rego”. No entanto, a escolha do momento não foi a mais adequada, pois a legenda do painel encontra-se ainda por pintar, em evidente fase de restauro. Em fundo, outro moliceiro com três jovens dentro, acenando bandeiras e cachecóis (CD I, Representações Simbólicas, 51). No dia 15 de Novembro de 2003, o espectáculo de inauguração do Estádio Municipal de Aveiro incluiu alusões simbólicas à Ria de Aveiro e seus barcos: no relvado, fitas multicoloridas manuseadas por figurantes evocavam as águas da Ria, por onde circulavam modelos gigantes de barcos de papel branco, sobre os quais eram projectadas imagens da região.

Diversas instituições e actividades culturais sediadas e realizadas em redor da Ria de Aveiro recriam a imagem do moliceiro como testemunho do seu enraizamento ou interesse na cultura local. Museus como o de Ovar, Murtosa e Ílhavo (para além do Museu de Marinha, em Lisboa) incluem no seu espólio modelos de moliceiros à escala, de qualidade e pormenor variável⁴⁴. O Centro Cultural e de Exposições da Torreira, sediado nas instalações da antiga escola António Vieira Pinto, acolhe regularmente exposições de modelos de moliceiros, com evidente preocupação com a qualidade dos modelos, posteriormente vendidos a preços elevados (CD I, Ilustrações Complementares, 27 a 38).

O moliceiro desde sempre inspirou aguarelistas e pintores amadores locais, como Tavares Gravato ou Frank Cravo, que expõem anualmente no Centro de Turismo da Torreira, durante a época estival. Também o próprio José Manuel Oliveira, pintor de moliceiros, expõe com regularidade no Centro de Turismo da Torreira, entre outros locais do distrito de Aveiro. A sua temática privilegia o barco moliceiro e as cenas de labor na Ria. O pintor afirma ter inúmeras encomendas para uma galeria parisiense, onde os seus quadros são muito procurados, desde que aludam ao moliceiro⁴⁵. Os IV

⁴⁴ O Museu de Ovar foi criado em 1963, por iniciativa de entidades ligadas ao Corpo Nacional de Escutas de Ovar. Recolhe pinturas de artistas consagrados, medalhas, moedas, louças, peças de etnografia, artesanato nacional e estrangeiro, antiguidades e raridades, objectos regionais, trajes do continente e ilhas, usos e costumes vareiros, arte apícola, bonecas com trajes de todo o mundo, azulejos, livros, etc. Curiosamente, exhibe os seus modelos de moliceiro na “Sala do Mar”, dedicada aos pescadores e varinas e à faina do mar (CD I, Representações Simbólicas, 55).

⁴⁵ Entrevista de 21 de Agosto de 2003. Para além das artes plásticas, o moliceiro e a Ria de Aveiro inspiram também a arte cinematográfica, enquanto símbolos de uma paisagem agreste, plena de

Jogos Florais da Murtosa, em 2002, premiaram o quadro a acrílico sobre tela “Dia de Festa”, de Olindina Barbosa, centrado num barco moliceiro em dia de festa na Ria. Este quadro inspirou o painel “A nossa linda Ria está em festa!” (CD II, Sociais, Festas e Cerimónias, 30), que o reproduz parcialmente.

Outras instituições e empresas ligadas à cultura e à comunicação optam pelo moliceiro como símbolo de auto-identificação e afirmação: o Grupo Etnográfico e Cénico das Barrocas, sediado em Aveiro, cujo emblema é um moliceiro a traço azul sobre fundo branco (CD I, Representações Simbólicas, 49); o jornal *O Concelho da Murtosa: Jornal Bairrista e Independente*, fundado em 1926, cujo cabeçalho inclui sempre o esboço de um barco moliceiro (CD I, Representações Simbólicas, 16); a Rádio Moliceiro FM/94.4, de Aveiro, que utiliza a silhueta estilizada de uma proa de moliceiro como logotipo (CD I, Representações Simbólicas, 39); o jornal regional *on-line* www.moliceiro.com, cuja *webpage* abre com a silhueta a vermelho de uma proa (CD I, Representações Simbólicas, 52)⁴⁶. Ao organizarem o “Primeiro Congresso Bombordo das Embarcações Tradicionais”, em 2001, a Câmara Municipal de Aveiro, o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro escolheram como logotipo da iniciativa a silhueta trapezoidal da vela de um moliceiro (CD I, Representações Simbólicas, 10 e 11).

A Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro (AMIRIA) é, naturalmente, a instituição que fundamenta toda a sua existência em torno da embarcação. Fundada em 1990 e sediada na Ribeira de Pardelhas, Murtosa, a Associação não possui fins lucrativos e desenvolve a sua actividade em torno de três objectivos: defesa do património cultural, actividades de animação e educação ambiental. Em todos estes objectivos, o barco moliceiro desempenha um papel central, consolidado, em 1996, com a criação do estaleiro-escola de construção naval tradicional. Actualmente, a AMIRIA organiza também as “Aventuras na Ria”, na realidade, passeios em moliceiro ou lancha pela Ria de Aveiro.

mistérios, onde a Natureza parece dominar ainda o Homem. Como exemplo, encontra-se a curta-metragem *A Tremonha de Cristal*, de 1993, com realização e argumento de António Pereira Campos (1922-1999) e participação de Rita Loureiro, Manuel Wilborg e Laura Soveral. Neste filme, um velho trabalhador das salinas de Aveiro envia uma carta ao neto em França, Armando, anunciando a sua morte eminente. Armando apressa-se a regressar. À sua chegada, a família informa-o de que o avô foi já enterrado, pelo que Armando decide permanecer em Aveiro. Em criança, Armando e o avô costumavam ir à procura de “tremontas – verdadeiras pirâmides em quadrado”. Segundo as indicações deixadas pelo avô, Armando encontra uma caixa de vidro que contém uma magnífica “Tremonha de Cristal”. Nessa altura, fica a saber que o avô ainda está vivo (<http://www.ajanela.com/madragoa/filme>, acedido a 8 de Setembro de 2003. Nesta *webpage*, encontram-se diversas imagens de moliceiros e da Ria de Aveiro).

⁴⁶ <http://www.moliceiro.com> (acedido a 3 de Outubro de 2003).

O logotipo da AMIRIA utiliza a imagem esquematizada de um barco moliceiro, com grande destaque para a proa e para o leme, em campo circular, com sol e aves (CD I, Representações Simbólicas, 17). Outro logotipo, espécie de complexo *ex-libris*, encontra-se patente na página sobre as actividades agendadas para 2001, do *website* da AMIRIA. É composto por uma rosa dos ventos rodeada por uma corda e roldana. Sobre esta, duas velas de moliceiro, duas proas decoradas – uma de moliceiro e outra de mercantel – e a proa mais simples de uma bateira, sobre efeito de reflexo na água. Esta imagem simbólica é, por sua vez, reproduzida num painel com a legenda “A bombordo da tradição” (CD I, Representações Simbólicas, 37; CD II, Sociais, Mestres Moliceiros, Barqueiros e Pintores, 37)⁴⁷.

Quando um Secretário de Estado do Emprego e Formação do governo Socialista visitou a Murtosa e as instalações da AMIRIA, foi simbolicamente presenteado com a reprodução à escala de uma proa de moliceiro, com um painel ilustrativo das actividades artesanais da instituição (CD I, Representações Simbólicas, 38). Com efeito, até os partidos políticos parecem cientes do poder de representatividade simbólica do barco moliceiro: “A Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP tem uma ideia para a Ria de Aveiro e apresenta-a esta sexta-feira aos meios de comunicação. A apresentação designa-se por ‘Ria de Aveiro – contributo para o modelo de gestão e de desenvolvimento’ e é feita a bordo de um moliceiro num percurso pela Ria”⁴⁸.

Transitando gradualmente para exemplos ligados a particulares, empresas ou instituições com fins mais ou menos lucrativos, atente-se na prática ancestral de conservar proas de moliceiros desactivados a embelezar os quintais, ainda visível em certas vivendas de lavradores e veraneantes, ao longo da estrada entre Ovar e S. Jacinto. O moliceiro continua também a dominar murais de azulejos em moradias particulares ou em modernos blocos de apartamentos. Em certos casos, é claro tratar-se de uma herança de anteriores proprietários; noutros, representam uma forma de homenagear a cultura local, de encenar o respeito dos proprietários pela tradição. No entanto, e no caso dos modernos edifícios de apartamentos vocacionados para a habitação de férias ou de fim-de-semana, a imagem do moliceiro evoca a proximidade da Natureza, a tranquilidade, o estilo de vida simples e tradicional que os potenciais

⁴⁷ <http://www.net-moliceiro.inovanet.pt> (acedido a 1 de Maio de 2002).

⁴⁸ “PCP tem um modelo para a Ria”, <http://www.ohn.pt/noticias>, 21 de Agosto de 2002.

compradores idealizam e pelos quais estão dispostos a pagar preços cada vez mais inflacionados (CD I, Representações Simbólicas, 8).

O moliceiro evoca igualmente o trabalho árduo e a produção, a actividade económica artesanal ligada ao elemento aquático, razão pela qual é utilizado – juntamente com o rabelo, o saveiro, a netinha da Nazaré e a fragata do Tejo – pelo Banco Português do Atlântico, para ilustrar o *Relatório, Balanço e Contas 1983*⁴⁹. O painel seleccionado para ilustração de página inteira representa um casal de pescadores estendendo as redes na praia, sobre a legenda exortativa: “Vamos mulher tratar da vida”. Em fundo, vêem-se silhuetas de moliceiros na Ria e dois planos de construção da embarcação, ambas imagens que conotam noções ancestrais de trabalho e produtividade (CD I, Representações Simbólicas, 62).

O barco moliceiro figura obrigatoriamente em todas as formas de divulgação turística e cultural da região, independentemente do seu suporte. Qualquer colecção de registos iconográficos relativos à Ria de Aveiro e localidades adjacentes inclui postais ilustrados com barcos moliceiros. Durante os anos setenta, época de crise e quase extinção, os postais recorriam a fotografias e desenhos de décadas anteriores ou, então, resignavam-se a exibir moliceiros com painéis extremamente degradados, apesar da sua função apelativa, representando também simbolicamente o estado de abandono a que as embarcações estavam votadas (CD I, Representações Simbólicas, 35).

Folhetos turísticos, como os da Região de Turismo da Rota da Luz, abrem com imagens de moliceiros ou proas de moliceiros, opção partilhada pelas diversas autarquias, nas suas iniciativas individuais de promoção local⁵⁰. Com o advento da

⁴⁹ “Ilustrações de barcos característicos de várias regiões de Portugal, de interesse etnográfico, com incidência, no passado, na vida económica do país” (BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO, Direcção de Desenvolvimento e Imagem, *Relatório, Balanço e Contas 1983*, Lisboa, Litografia Nacional, 1983, p. 51).

⁵⁰ Os folhetos da Região de Turismo da Rota da Luz relativos à Murtosa, em circulação no Verão de 2003, exibem em grande plano, na primeira página, o painel social sobre o trabalho “Deus te guie pescador!”, representando um marinheiro ao leme da sua embarcação (CD I, Representações Simbólicas, 57). O texto descreve cuidadosamente os moliceiros, seus painéis e colorido, a faina do moliço (como se esta ainda subsistisse), as cangas decoradas, a etnografia local e as festas de S. Paio, com sua regata de moliceiros “com pinturas aprimoradas para a ocasião”. A acompanhar o texto, diversas fotografias de moliceiros e também da construção de modelos à escala. Outros folhetos em circulação em 2003, de dimensões mais reduzidas, apresentam na capa o desenho colorido de um moliceiro em plena faina, carregado de moliço (CD I, Representações Simbólicas, 59). O desdobrável turístico “Vila da Murtosa”, uma iniciativa da Câmara Municipal, com tiragem de 5000 exemplares para distribuição gratuita durante o Verão de 2001, apresenta na capa a fotografia de um modelo em miniatura de barco moliceiro. No interior, encontram-se várias fotografias e breves textos sobre o barco moliceiro, designado como o “ex-libris da Murtosa” (CD I, Representações Simbólicas, 58). Mas também o folheto “Vila da Torreira”, edição da Junta de Freguesia da Torreira, com tiragem de 2000 exemplares e distribuição gratuita no Verão de 2003, reclama para si o barco moliceiro. A capa é

divulgação através da internet, os mais diversos *sites* sobre Aveiro e a Ria utilizam a imagem virtual do barco moliceiro, como inconfundível símbolo identificador⁵¹. No entanto, mais do que símbolos de uma região, o moliceiro e seus painéis podem ser utilizados como símbolos turísticos do próprio país. Tal é o caso do folheto sobre Portugal produzido pelas Viagens *El Corte Inglés* para 2003-2004, cuja capa ostenta unicamente o grande plano cuidadosamente fotografado de um painel de estrutura tradicional, alusivo ao mestre barqueiro, retratado em cavalo branco, com a legenda “Reformado em 5-8-1983” (CD I, Representações Simbólicas, 56)⁵².

A fim de rentabilizar a representatividade simbólica, numa lógica de produção-consumo, há que multiplicar as ocasiões e eventos protagonizáveis pelo moliceiro. Inserido no plano de actividades “Animar as Praias 2003: Ovar, Furadouro, Estarreja”, anuncia-se para 2 de Agosto de 2003 um concurso de pesca em barco moliceiro. Esta nova forma de utilização do moliceiro mobilizou cerca de seis embarcações, na zona do Torrão do Lameiro, com pescadores desportivos a bordo. O moliceiro toma agora parte em todas as actividades de Verão, e já não apenas nas festividades do S. Paio. O “Calendário de Animação Agosto 2003”, organizado pela Região de Turismo da Rota da Luz, inclui um festival do moliceiro no concelho de Vagos e uma regata de moliceiros durante as festas de Nossa Senhora da Paz, em Quintas do Norte. Por seu lado, as festividades do S. Paio da Torreira de 2003 incluem, pela primeira vez, uma tourada no seu programa. Previsivelmente, até o cartaz desta tourada exhibe um barco moliceiro.

Exemplo de massificação e da associação entre representatividade e consumo do símbolo cultural, decorreu no supermercado *Carrefour* de Aveiro, entre 22 e 30 de Agosto de 2003, a “Semana da Ria”. O sal, a pesca e a indústria artesanal do moliço foram as actividades em exposição. Para ilustrar esta última, a AMIRIA disponibilizou

integralmente preenchida com um grande plano do painel “Foi amor à primeira vista”, com um casal abraçado (CD I, Representações Simbólicas, 60). No interior, entre vários temas, apresenta um breve texto sobre o moliceiro e seus painéis, com fotografias. Em fundo de página, abarcando todo o espaço a azul, distingue-se a silhueta estilizada de um moliceiro a traço branco (CD I, Representações Simbólicas, 61).

⁵¹ O *website* da Região de Turismo da Rota da Luz inclui imagens de moliceiros na página sobre o artesanato local – painel de popa de moliceiro –, na página sobre a Murtosa – moliceiros alinhados para o S. Paio da Torreira – e na página sobre Ovar – carro de bois a carregar moliço de um moliceiro (<http://www.rotadaluz.aveiro.co.pt>, acedido a 2 de Março de 2003; CD I, Representações Simbólicas, 21 a 23).

⁵² Trata-se de uma versão retocada e sem a legenda principal do painel social sobre mestres moliceiros, barqueiros e pintores, “Mestre Felisberto Amador reformado em 5-8-1983”, com cavaleiro em campo circular e flores, em que a segunda parte da legenda se encontra já dentro do painel, sobrevivendo, por isso, às alterações cíclicas da legenda principal.

a presença de um moliceiro da medida pequena, com painéis pintados por alunos, e uma sessão de pintura de painéis ao vivo, por José Manuel Oliveira.

O consumo simbólico da imagem do moliceiro, nos mais diversos objectos e contextos, ocorre, de um modo geral, sob o domínio de três principais denominadores comuns: o objecto turístico (a “recordação”, o *souvenir*); o produto tradicional/natural; o comércio e serviços ligados ao turismo e hotelaria.

Há muito que os objectos comercializados como recordação turística de Aveiro apoiam a sua eficácia e capacidade evocativa na imagem do moliceiro, numa estratégia derivada do esforço de qualificação simbólica do território, desenvolvido pelo Estado Novo, aliado ao processo de folclorização da cultura portuguesa e de reinvenção das suas tradições.

As típicas barricas de ovos moles e as embalagens de pão-de-ló e outros doces regionais exibem invariavelmente desenhos de moliceiros (CD I, Representações Simbólicas, 24). Já tradicionais são também as miniaturas de moliceiros em madeira, à venda como recordação turística por toda a região lagunar e praias adjacentes, com a localidade de proveniência impressa na vela. Consoante a escala do modelo, alguns dos painéis reproduzidos são de traço incipiente e apenas sugerem a estrutura tradicional, com legendas ilegíveis. Os modelos maiores tendem a apresentar, à proa, a legenda “Adeus amor”, com cavaleiro em campo circular e flores; e, à popa, a legenda “Bom dia”, com figuras humanas e flores. Como símbolos consumíveis de uma tradição, estes modelos exibem sempre painéis de estrutura conservadora, já distante dos congéneres que os visitantes podem observar na realidade (CD I, Representações Simbólicas, 25).

Actualmente, a imagem do moliceiro é também reproduzida em toda uma gama de objectos para consumo e adorno doméstico, como azulejos, tabuleiros de mesa em madeira e louça, copos e canecas, artigos de cozinha diversos e quadros em ponto de cruz (CD I, Representações Simbólicas, 26). No Verão de 2003, generalizou-se a comercialização de uma miniatura de proa de moliceiro em porcelana, reproduzindo o painel “Festas da Ria”, sobre fundo em madeira. Na cinta, à maneira de nome da embarcação, pode ler-se o nome da localidade ou ponto de interesse turístico visitado (CD I, Representações Simbólicas, 44).

Alguns produtos alimentares fazem uso da imagem do moliceiro para simbolizar de forma mais eficaz o seu carácter de produto natural, produzido “à moda antiga”, próximo das tradições saudáveis e genuínas. Contam-se os exemplos da

embalagem de manteiga “Vouga Sul”, com esboço de proa de moliceiro, varina, vacas, paisagem de Ria, barcos e farol (CD I, Representações Simbólicas, 19); e o logotipo da “Salineira Aveirense, Armazenista de Sal”, de Ricardo Moreira das Neves, com um casal de marnotos em roupas de pescador e varina, carregando sal dentro de um moliceiro de formas estilizadas. Esta imagem realiza uma interessante sobreposição de contextos (a silhueta do barco, apesar de estilizada, não permite qualquer identificação com outro tipo de embarcação), de modo a explorar, em favor do sal, a imagem inconfundível do moliceiro, mais atraente e prestigiada do que a imagem do barco saleiro (CD I, Representações Simbólicas, 18).

Há muito que o moliceiro e a Ria de Aveiro são tema de fotografias e murais que adornam o interior e o exterior de casas comerciais e de restauração por toda a região lagunar, onde não raro se encontram restaurantes, bares, cafés e tabernas de nome “O Moliceiro”. Mas outros modernos estabelecimentos comerciais e de serviços ligados à florescente actividade hoteleira recorrem já à imagem e à designação do moliceiro para se promover e evidenciar⁵³.

O sector do turismo (hotelaria, restauração e viagens) faz um uso particularmente atento do moliceiro, numa relação de interesse mútuo com o objecto cultural procurado pelos visitantes e turistas. Este objecto, por sua vez, deve a sua própria conservação e multiplicação a essa mesma procura turística.

Destaca-se aqui o exemplo do “Hotel Moliceiro” e da respectiva *webpage*, localizado no centro de Aveiro, junto ao Canal Central, que adoptou como símbolo a silhueta de uma proa a amarelo, junto a um dos característicos mastros de amarração aveirenses (que tentam imitar os seus congéneres venezianos) e a um “M” azul, cuja

⁵³ É o caso do stand “Auto-Moliceiro”, em Aveiro; do logotipo dos “Armazéns António Maria Sardo e Filhos, lda”, sediados no Monte, Murtosa, com um pequeno desenho de moliceiro a navegar (CD I, Representações Simbólicas, 31); e do logotipo da “Riave: Sociedade de Mediação Imobiliária, lda”, sediada na Torreira, com desenho estilizado de moliceiro a navegar (CD I, Representações Simbólicas, 30). Noutro contexto, o calendário para 1983/84 da empresa “Germano A. Magalhães” (comércio de brinquedos, louças e quinquilharias), sediada no Porto, exhibe uma antiga imagem de quatro moliceiros alinhados, com seus camaradas, patente no Arquivo de Fotografia de Lisboa. Nesta fotografia colorida, é visível o painel da primeira proa, do moliceiro A6120-M, com um oficial entre reposteiros coroados e flores e a legenda “Vamos lá conDeus” (CD I, Representações Simbólicas, 48; CD III, Imagens de Arquivos, Moliceiros e Painéis, 43). Algures entre a promoção turística, a divulgação comercial, o desporto e a capacidade inventiva de amadores locais, classificar-se-á a construção de um “moliceiro voador”, em alumínio, tecido e espuma, para representar Aveiro no “I Red Bull Flugtag”, concurso de máquinas voadoras originais, realizado em Lisboa, no Parque das Nações (CD I, Representações Simbólicas, 36; SILVA, Alexandre, “Moliceiro com asas voa até ao Parque das Nações: barco tradicional da ria de Aveiro foi construído em alumínio, tecido e espuma. Ideia partiu de um grupo de amigos ligados ao samba”, *Jornal de Notícias*, 13 de Setembro de 2002).

forma evoca as salinas (CD I, Representações Simbólicas, 53)⁵⁴. Também o logotipo da estalagem Riabela, em Quintas do Sul, Torreira, utiliza uma vela de moliceiro hasteada, com efeito de reflexo sob as letras (CD I, Representações Simbólicas, 14).

Na área da restauração, evidencia-se o logotipo do “Restaurante Doca”, no Cais dos Botirões, em Aveiro, baseado na silhueta estilizada de uma proa de moliceiro que forma a letra “D” e acompanhado, sempre que o suporte o permite, pela reprodução de uma aguarela com um canal de Aveiro. A mais original utilização simbólica do moliceiro por parte deste restaurante reside na pintura mural exterior em *graffiti*, de grandes dimensões, junto à esplanada, com um moliceiro estilizado e efeitos de cores psicadélicas. No mural, distingue-se a proa decorada, a vela desfraldada, o moliço amontoado no coberto e as águas revoltas. Este mural foi encomendado pelos proprietários a um *graffiter* profissional de Lisboa em 2002, mas desapareceu no ano seguinte (CD I, Representações Simbólicas, 29 e 9)⁵⁵.

As empresas ligadas à organização de viagens turísticas ou de circuitos em moliceiro pela Ria são aquelas que, logicamente, mais uso fazem da imagem e poder de atracção da embarcação. É o caso da “TurAveiro”, identificada pela silhueta de um moliceiro em branco sobre fundo circular amarelo. Este logotipo figura no painel de popa sem legenda do moliceiro que a “TurAveiro” utiliza exclusivamente para passeios turísticos pelos canais de Aveiro (CD I, Representações Simbólicas, 6). A “Bestida Tour: Cruzeiros em Moliceiro”, sediada no cais da Bestida, Murtosa, constrói o seu logotipo em torno da silhueta estilizada de uma proa de moliceiro (CD I, Representações Simbólicas, 20). Também a “Riasa: Agência de Viagens e Turismo da Murtosa, lda”, sediada em Pardelhas, recorre à silhueta de um moliceiro como marca de identidade (CD I, Representações Simbólicas, 32).

A representatividade e o consumo simbólicos do moliceiro acompanharam a transformação deste sujeito de uma actividade económica específica no objecto de outras actividades económicas plurais. Na conjuntura anterior às décadas de 1970-1980, o moliceiro era utilizado como símbolo, enquanto laborava simultaneamente na Ria, num contexto de subsistência muito distante de encenações como os “concursos de painéis”. Com a crise e a extinção da indústria tradicional do moliço, esse labor cessa e a função simbólica passa a ser o único veículo de rentabilização do moliceiro,

⁵⁴ <http://www.hotelmoliceiro.com> (acedido a 3 de Outubro de 2003).

⁵⁵ Um exemplo mais simples e local de utilização simbólica na área da restauração é a tabuleta luminosa que anuncia o Restaurante “A Passoeira”, na Torreira, instalada em Maio de 2003, que exhibe a silhueta de uma proa de moliceiro (CD I, Representações Simbólicas, 40).

o seu verdadeiro factor de produtividade. Actualmente, o moliceiro sobrevive porque existe, não porque trabalha, antes porque navega para deleite dos turistas, exhibe-se num canal ou numa margem, ou projecta-se metonímica e metaforicamente sobre diversos objectos de consumo e serviços. A actual produtividade do moliceiro é, assim, definitivamente ontológica, decorre da sua existência e já não do seu trabalho, esclarecendo um estranho processo em que um objecto coagido pela paisagem se transformou em simbolização e emblema do próprio espaço: poderia a Ria de Aveiro ser culturalmente pensada sem o *seu* barco?

CONCLUSÃO

Práticas, Discursos e Representações da Cultura Popular Portuguesa constitui uma investigação complexa que procurou demonstrar como a vida de uma comunidade e seus valores podem ser compreendidos através da análise das formas de expressão cultural e estética que fazem parte da invenção e fixação culturais de uma determinada perspectiva do seu quotidiano social. Todas as comunidades têm a capacidade de modelar os seus sistemas de valores em formas de expressão significativas, que incluem uma série de conhecimentos e práticas criativas tradicionais, apreendidos informalmente e transmitidos de geração em geração, através do saber oral, da observação e da imitação. Estas formas de expressão são consideradas dados adquiridos pelos membros do território social que as praticam, sendo colectivamente justificadas com proposições como “é assim que se faz”, “sempre se fez assim”, “é hábito” ou “é tradição dos antigos”. Para muitos, a importância destas tradições só se torna evidente quando a sua continuidade se encontra ameaçada. Por isso, no caso das comunidades marítimas e lagunares organizadas em torno da Ria de Aveiro, os vários tipos de embarcações e todos os espaços, técnicas e ferramentas a elas associados revelam conhecimentos diversos acerca dessa sociedade, da sua territorialização e, sobretudo, acerca das modalidades que especializaram os objectos que emblematizam o espaço local: o barco moliceiro organiza na sua órbita toda uma série de formas de representação cultural e organização social, conquanto, recorde-se, “any effort to understand material culture can be expected to lead us at once into the realm of the immaterial. Material objects (...) provide the most vivid embodiments of power, of relationships, of cosmological concepts, or of ideas about life processes and the nature of life itself”¹.

As práticas sociais, culturais e simbólicas associadas ao barco moliceiro funcionam como fontes e veículos de significado para a interpretação dos comportamentos culturais e seus produtos. Mas esta função informativa latente no moliceiro assenta na reciprocidade das leituras e das interpretações dos textos de um determinado território cultural. Com efeito, um costume só tem significado quando ligado ao contexto em que se insere, a compreensão de um objecto só pode ser encontrada na sua situação dentro de uma totalidade mais vasta.

¹ WATERSON, Roxana, *Deciphering the Sacred: Cosmology and Architecture in Eastern Indonesia*, Lisboa, CEPESA, 2003, p. 3.

Numa descrição ideal, a realidade sócio-cultural é transmitida não tanto pelo modo como o observador a vê e concebe, mas antes pelo modo como aquela é efectivamente caracterizada e vivida pelos seus próprios autores e actores. Na verdade, a descrição é invariavelmente marcada pela própria cultura do observador, que compara ainda essa realidade sócio-cultural com outras culturas, reais ou inventadas na sequência de uma “hereditariedade etnográfica”, destinada a domesticar as práticas criativas populares. A localização do observador no espaço e no tempo confere coordenadas historicamente marcadas ao seu pensamento. Mas, de acordo com James Clifford, essa localização poderá ser também um itinerário, uma valiosa sequência de encontros e traduções:

(...) a degree of self-location is possible and valuable, particularly when it points beyond the individual toward ongoing webs of relationship. Hence, the struggle to perceive certain borders of my own perspective is not an end in itself but a precondition for efforts of attentiveness, translation, and alliance. I do not accept that anyone is permanently fixed by his or her “identity”; but neither can one shed specific structures of race and culture, class and caste, gender and sexuality, environment and history. I understand these, and other cross-cutting determinations, not as homelands, chosen or forced, but as sites of wordly travel: difficult encounters and occasions for dialogue. It follows that there is no cure for the troubles of cultural politics in some old or new vision of consensus or universal values. There is only more translation.²

O presente itinerário de encontros e traduções permitiu alcançar uma multiplicidade de conclusões – por vezes surpreendentes – sobre o espaço e a economia da Ria de Aveiro, perseguindo o barco moliceiro enquanto produto de um território social e cultural, convocando tanto influências históricas e ideológicas actuates, como o contexto da representação etnográfica e a invenção/domesticação das tradições populares. Na longa duração, a Ria de Aveiro construiu em seu redor uma identidade específica, estimulando um modo de vida baseado num sistema agro-marítimo em que a vocação de lavrador coexistiu sempre com a de marinheiro. A arte de moliceiro é geneticamente a combinação destas duas vocações.

Durante muito tempo, a economia da região lagunar fundamentou-se exclusivamente na exploração complementar dos recursos naturais: pesca, agricultura de autoconsumo e extracção artesanal de moliço. Na segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de sessenta, a agricultura arcaica e tendencialmente inviável, conjugada com a industrialização e a emigração massiva, conduziu ao êxodo

² CLIFFORD, James, *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*, Cambridge and London, Harvard University Press, 1999 [1997], p. 12.

rural e, consequentemente, à extinção do ofício tradicional do moliceiro. Significativamente, contudo, o moliceiro sobrevive actualmente integrado no sector terciário, mais concretamente na actividade turística e promocional, de onde provêm as encomendas que animam os estaleiros artesanais ainda existentes. O valor do património cultural da Ria de Aveiro despertou o interesse da população e das entidades públicas e privadas, marcando o início da sua recuperação e também da sua reconversão, enquanto objecto de procura turística, eleito como símbolo da região.

As primeiras fontes documentais e iconográficas sobre a actividade moliceira e suas embarcações localizam-se nos finais do século XIX, período de desenvolvimento agrícola em que o moliço, ao princípio simplesmente aproveitado, passa a ser extraído de forma sistemática. Uma especialização documentada pelos registos dos barcos moliceiros na Capitania do Porto de Aveiro entre 1914 e 1998, permitindo calcular a distribuição decenal de frequência de novos registos e esclarecendo dois vectores essenciais no respectivo contexto sócio-económico: a agricultura e a emigração. A seguir, o decénio 1914-1923 não aponta para uma quantidade significativa de novos registos. A Primeira Guerra Mundial e a epidemia de pneumónica justificam o panorama de crise interna e de escassez de mão-de-obra. A década seguinte antecipa já o assinalável acréscimo de novos registos do decénio 1934-1943, constatação que comprova a crescente complementaridade das actividades económicas, motivada pela austeridade e pelo desemprego que antecederam e acompanharam a Segunda Guerra Mundial. Fechado sobre si mesmo, em virtude do regime vigente e da neutralidade adoptada durante o conflito, e suspenso temporariamente o fluxo da emigração, Portugal tem de encontrar meios suficientes de subsistência dentro do seu próprio território. Finda a Segunda Guerra Mundial, o aumento galopante da emigração e a crise irreversível de uma agricultura obsoleta vão ditar a diminuição gradual da frequência de novos registos de moliceiros, até à sua quase extinção no decénio 1974-1983. Só a lenta recuperação do património cultural iniciada durante o decénio 1984-1993 permite a actual inversão de tal tendência.

A construção dos barcos moliceiros é uma indústria tradicional, em que se verifica a hereditariedade profissional, encontrando-se famílias de construtores que se sucedem há gerações. Os estaleiros foram por isso desenvolvendo o seu trabalho com base em unidades familiares de construção que, muitas vezes, eram um complemento de actividades como a agricultura, o moliço ou a pesca. Descobrem-se ainda os principais núcleos de construção no interior norte da Ria de Aveiro, nas imediações da margem

nascente da laguna. O moliceiro trabalha para a agricultura, logo a sua construção situa-se preferencialmente em zonas rurais do interior lagunar, distanciadas dos aglomerados piscatórios, cuja estruturação sócio-económica é já determinada pela actividade marítima. Por fim, os barcos moliceiros saem prontos dos estaleiros, decorados pelos próprios mestres construtores ou por um pintor contratado. Em ambas as situações, trata-se de verdadeiros autodidactas que, por tradição familiar ou através do contacto com a cultura local nas suas diversas formas, herdaram todo um conjunto de modelos e técnicas de imagem ancestrais: nos painéis do moliceiro, mais do que um simples decalque ou uma *imitatio*, estabelece-se uma transposição simbólica (e quantas vezes subversiva e inovadora) da realidade do território social e cultural que se procura representar, criticar, comunicar.

Actualmente, os pintores com formação média e superior que colaboram com as instituições locais de preservação do moliceiro esforçam-se por reproduzir um traço popularizante e já não popular, esquecendo-se das tecnologias modernas que dominam e tratando de exhibir socialmente um estatuto prestigiante de “artistas populares”, enquanto modelo que se estende do aparato local ao *status* artesanal oferecido a um consumo progressivamente rendido aos gostos e consumos do turístico. A pintura do moliceiro faz hoje, assim, parte de toda uma lucrativa estrutura económica e turística organizada em redor do objecto-barco que perdeu praticamente todas as suas funções sociais e económicas para inventar um estatuto de objecto representativo de uma cultura que se agita como popular e artesanal, emblematizando o seu território e, logo, distinguindo-a da concorrência oferecida por outros territórios turísticos, da praia à grande cidade.

Aprofundando a sua dimensão simbólica, a decoração do moliceiro não se explica pela coacção imposta pelo meio natural, mas antes pela vontade cultural de animar esteticamente um utensílio de trabalho capaz de exhibir dimensão social e intervenção simbólica, tal como sucedia com os barcos de mar e as cangas vareiras, objectos cada vez mais difíceis de reunir nos novos museus etnográficos locais, como de encontrar nas novas modas criadas pela massificação das feiras de artesanato. Vários têm sido os autores a sugerir uma classificação temática dos painéis e legendas que organizam essa verdadeira “arte” do barco moliceiro. A nossa investigação encontrou uma tipologia complexa, desdobrando-se em torno de cinco agrupamentos principais de painéis-legendas: jocosos, religiosos, sociais, históricos e lúdicos, com diversas subcategorias e miscigenações. Na diversidade tipológica destas imagens, para além dos traços próprios a cada grupo temático, existem vários denominadores comuns. A análise

das relações de co-presença das unidades de cor, forma e composição, juntamente com a legenda, permite reconhecer a relação significante-significado do painel. Os temas dominantes são desenvolvidos através de imagens familiares a toda a comunidade, ao longo das gerações, exprimindo as preferências e as mensagens ideológicas de um território social que se dedica a uma actividade singular na panorâmica nacional.

Ao longo do século XX, a realidade histórica e política do país reflectiu-se mais ou menos directamente nos comportamentos das gentes da Ria, apesar do isolamento da região e da tradicional apatia política de moliceiros e pequenos agricultores, esmagados pela necessidade de sobrevivência e permanentemente divididos entre a pobreza e a emigração. Nas práticas simbólicas da arte popular cruzaram-se ecos das sucessivas ideologias dominantes. Durante o Estado Novo, os painéis dos moliceiros exprimiram uma veia mais satírica do que contestatária, preferindo visar os pequenos casos locais e as personagens anónimas do quotidiano da Ria ou da imaginação popular. Eventuais leituras segundas remetiam para contextos eróticos mitigados ou para mensagens de rivalidade profissional, ignorando alusões ao país, à política ou à sociedade em geral. No entanto, o potencial expressivo do moliceiro não deixou de ser avaliado e, por isso, controlado pelos órgãos do regime. Entre 1957 e 1964, a Capitania do Porto de Aveiro procedeu à transcrição e descrição sistemática dos quatro painéis e respectivas legendas de cada novo moliceiro registado nos seus livros, aquando do momento da matrícula. 1957 é também o ano em que ocorre uma notável aproximação das autoridades aos eventos realizados em torno do barco moliceiro, como é o caso dos concursos de painéis. Estas manifestações artísticas são utilizadas como forma de glorificação do regime, que pretende mostrar-se sensível às criações “únicas no mundo” da cultura popular portuguesa, desde que por si guiada e governada. Demonstra igualmente que nada ocorre no país, mesmo dentro das tradições que se querem ingénuas, imemoriais e caracteristicamente locais, sem que o regime autorize, supervisione, premeie, sancione e honre com a sua presença e presidência.

Com o fim da censura, começam a encontrar-se referências satíricas à situação nacional, aos políticos, às eleições, às autoridades marítimas e ao clero. O moliceiro liberta-se e exprime livremente uma visão particularmente mordaz e pouco fatalista da realidade, a que os *media*, a instrução e a emigração deram acesso. A seriedade é reservada para temas locais, ecológicos e religiosos. O que está para lá das fronteiras da Ria só pode ser encarado com distante desconfiança.

Criações artísticas populares como os painéis dos moliceiros reproduziam por vezes a mitologia oficial do Estado Novo, por influência dos canais institucionais de instrução e propaganda. Os estereótipos ideologicamente orientados e as mensagens moralizantes eram apropriados e repetidos pela memória colectiva, que os adaptava ao seu quotidiano e limitações. Hoje em dia, os pintores dos moliceiros reproduzem muitos desses símbolos ideologicamente orientados, como se fossem testemunhos de um paraíso rural perdido. Tentam fazer reviver aquilo que consideram típico, genuíno, folclórico, sem se aperceberem que o “genuíno” que o Estado inculcava e permitia não era uma reprodução fiel da realidade envolvente. Persistem, contudo, temas intemporais, outros que se renovam constantemente e também novas formas de abordagem e representação.

Enquanto prática cultural popular, a exploração do moliço na Ria de Aveiro foi naturalmente objecto de estudo em textos de intuito etnográfico. A maior parte desses textos não passou da forma de simples monografias descritivas, sem contextualização sócio-económica nem extrapolações teóricas, plenas de comentários subjectivos e fundamentadas em escassa pesquisa documental e deficiente conhecimento do terreno. Também as representações etnográficas do barco moliceiro denotaram, ao longo do século XX, uma clara tendência para a repetição de padrões retóricos que as situaram invariavelmente enquanto última oportunidade de registar um objecto e um conjunto de práticas antes da sua dissolução pela modernidade ou, então, apresentando-os como genuínos vestígios de uma era perdida de pureza cultural, numa sociedade agora definitivamente em decadência generalizada. Estes padrões advêm de uma retórica baseada em oposições binárias entre a tradição e a modernidade, a agricultura e a indústria, o rural e o urbano, o simples e o erudito, em sintonia e entreajuda com o discurso político-ideológico dos poderes instituídos, especialmente na organização do discurso local que se vaza no sufrágio dos órgãos e das figuras, dominando com larga demora e persistência os novos poderes municipais. As novas figuras do poder político local democrático encontram precisamente nestes discursos das origens, das tradições e das memórias essas ideias essencialistas que, concretizadas em objectos emblemáticos, voltam a recriar as heráldicas, temas e retóricas recorrentes que distinguem o “nosso” território.

As tradições populares surgem, assim, alegorizadas e manipuladas como testemunho e herança histórica, étnica e ética, de que o povo local asseguraria a custódia. A incessante busca das origens, patente nos estudos sobre o barco moliceiro

mas espelho de toda uma orientação da etnografia portuguesa do século XX, insere-se num discurso pseudo-científico de construção da nação, que transforma a descrição das tradições populares locais numa tentativa de descrever e fundamentar a própria identidade nacional. Os textos etnográficos utilizam a cultura popular para redefinir a situação do indivíduo, atribuindo-lhe funções sociais clara e irreversivelmente demarcadas no tempo e no espaço, num evidente esforço para ordenar a nação, em termos espaciais, ideológicos e sociais. O discurso oficial é confirmado e perpetuado pelo texto etnográfico, testemunho da ciência ao serviço de uma verdade construída que é necessário credibilizar. Em contraste, actualmente, o texto etnográfico sobre o moliceiro opta por uma perspectiva abrangente, que contextualiza os seus objectos na prática quotidiana, em interacção com todos os factores de evolução, alteração ou extinção daquilo que, mais do que “tradição”, será a representação de uma ideia identitária de “cultura popular”.

A evolução das formas de textualização da cultura está patente em géneros como a narrativa de viagens e o texto jornalístico. A escassa atenção dispensada pela literatura de viagens ao barco moliceiro ao longo dos tempos permitiu domesticar mais facilmente este objecto. A ausência de uma prévia tradição narrativa tornou-o manipulável por posteriores narrativas ideologicamente marcadas. Pelo contrário, o texto jornalístico é uma fonte privilegiada de informação sobre o processo de construção/reconstrução da tradição cultural. Ao longo do século XX, duas principais evoluções se destacaram: a atenção à cultura popular transita gradualmente dos jornais locais para os grandes diários nacionais; o moliceiro passa de mero figurante nas festividades religiosas locais para protagonista de eventos de cariz etnográfico, símbolo de uma Ria cada vez mais virada para o turismo de massas e para a encenação lucrativa da cultura popular.

As festividades anuais do S. Paio da Torreira são momentos por excelência de celebração da cultura popular, desde sempre alvo da atenção da imprensa. Mas a sua textualização não permaneceu inalterada, constituindo um reflexo das evoluções ideológicas e político-sociais ocorridas na região e no país. O fascínio inicial pela pureza genuína dos costumes populares cede lugar a um ciclo de intensas querelas políticas. No rescaldo da República, os poderes locais apoderam-se das festividades populares e utilizam-nas como armas de arremesso político. De seguida, o plano de ordenação nacional levado a cabo pelo Estado Novo apodera-se, por sua vez, dessas mesmas festividades e inicia um ciclo de “saneamento moral”. Uma vez alcançado o objectivo, a tónica do texto jornalístico passa a residir na progressiva elitização das

festividades, modernas, pretensamente cosmopolitas e cada vez mais distantes dos antigos romeiros. Actualmente, a descrição jornalística das festividades e demais eventos relacionados com as tradições da Ria de Aveiro é protagonizada pelos moliceiros e seus painéis, enquanto que os restantes pontos do programa de festas são resumidos ou mesmo ignorados.

A celebração dos moliceiros e seus painéis não é originalmente uma tradição popular. É antes uma tradição inventada, posteriormente explorada, primeiro pelos poderes políticos e, mais tarde, já no presente, também pelos poderes económicos, administrativos e culturais, que multiplicam e prolongam artificialmente os pretextos para essa celebração. No século XX, ocorreu uma transmutação cultural, através da qual a celebração religiosa cedeu lugar à celebração secular e o culto do santo se transformou e transferiu no culto do objecto etnográfico.

Na década de 1950, iniciou-se também a construção da tradição dos concursos de painéis de barcos moliceiros. Estes eventos de tradição recente pretendiam substituir-se na atenção pública a genuínas porém incontroláveis tradições populares, como as romarias e demais festividades religiosas e seculares, apesar de todas as intervenções institucionais a que estavam também sujeitas. Hoje em dia, o concurso de painéis integra-se num contexto marcadamente turístico e estival, direccionado para a celebração e promoção da cidade e do seu símbolo, a Ria de Aveiro. Este símbolo é, por sua vez, emblematizado pelas suas embarcações tradicionais, destacando como paradigma o barco moliceiro e suas peculiares decorações.

Esta revalorização da tradição num contexto de modernidade, bem como o papel cognitivo das dinâmicas da recriação e reconstrução das representações colectivas, constituíram vectores fundamentais da nossa investigação. Ao mesmo tempo, explorou-se a “etnopoética” das monografias escritas a propósito do barco moliceiro e as causas/consequências sócio-culturais dos vários modos e estilos de relato, localizando casos específicos de perspectivas, imagens e narrativas etnográficas. De um modo geral, conclui-se que existe inicialmente uma embarcação de características originais estreitamente relacionada com uma comunidade social e uma economia territorial. Posteriormente, ocorre a sua representação textual, num processo que culmina com a transformação da embarcação em símbolo, que dá forma à cultura popular da região da Ria de Aveiro. Este objecto final resulta de uma dialéctica entre a sua representação no discurso etnográfico oficial e o actual prestígio do seu consumo social, político e económico. Mas os agentes da domesticação e consumo desta forma de simbolizar uma

arte popular não poderão nunca alhear-se do território que a motivou, contextualizou e sustentou durante séculos, sob pena de estender a Portugal os teatros etnográficos ou os museus de práticas perdidas em que tantas culturas foram transformadas:

E se nós não conseguirmos recuperar a nossa cultura podemos talvez vir algum dia a ser um país economicamente desenvolvido, mas com outro povo e cultura. Esta é a conclusão que tirei daqui. Nós não queremos ser outro povo. Vou dar-vos um exemplo. Já visitei muitos museus nos Estados Unidos e na Austrália nossa vizinha onde se podem visitar as artes dos aborígenes, ver muitos objectos e peças etnográficas... Mas onde está esse povo, hoje? Não queremos ser assim, queremos realmente recuperar a nossa cultura e o nosso património, por que o povo está lá.³

³ Mari Alkatiri, em intervenção no Seminário *Cooperação Científica com Timor Leste*, na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 27 de Outubro de 2001 (GUEDES, Armando Marques; PEDROSA, Fantina Tedim; SOUSA, Ivo Carneiro de; AIRES-BARROS, Luís; ALKATIRI, Mari; CENTENO, Rui M. S., *Cooperação Científica com Timor Leste*, Lisboa, Cepesa, 2002, p. 69).

ANEXO

O *Anexo* proposto reproduz as transcrições manuscritas oficiais das legendas e as descrições dos painéis, tal como surgem nos *Livros de Registo de Embarcações* do Arquivo da Capitania do Porto de Aveiro, de acordo com a prática vigente entre Maio de 1957 e Dezembro de 1964, aquando do registo de cada nova embarcação⁴.

A ordem atribuída aos grupos de painéis (“Painel 1”, “Painel 2”, “Painel 3”, “Painel 4”) reflecte a ordem patente no respectivo registo. Apesar de claramente aleatória em muitos casos, a transcrição mencionava, por vezes, a localização do painel à proa ou à popa, a bombordo ou a estibordo. O predomínio de legendas alusivas a “Mestres” moliceiros e barqueiros e de imagens de oficiais e cavaleiros no quadro designado por “Painel 1” permite concluir que se trata maioritariamente de painéis de proa, respeitando a ordenação tradicional, muito actuante nas décadas de cinquenta e sessenta, de acordo com os testemunhos iconográficos existentes. O predomínio de legendas e imagens alusivas a cenas cómicas, amorosas e do quotidiano popular no quadro designado por “Painel 4”, por seu turno, aponta para uma maioria de painéis de popa, sempre de acordo com a ordenação tradicional, que remete tais temáticas para a zona menos “nobre” da embarcação, onde a tripulação efectua as tarefas comuns do dia-a-dia, sem a superior conotação associada à proa, já de si em destaque pela sua forma.

A data que complementa cada transcrição refere-se ao registo da embarcação na Capitania, sendo interessante notar a maior ou menor proximidade temporal em relação às datas eventualmente patentes na legenda, que registam por tradição o momento da conclusão da pintura do painel.

⁴ Arquivo da Capitania do Porto de Aveiro, Livro de Registo nº 41: 27 de Abril de 1956 a 16 de Agosto de 1958; Livro de Registo nº 42: 5 de Setembro de 1958 a 6 de Outubro de 1960; Livro de Registo nº 43: 14 de Novembro de 1960 a 1 de Abril de 1963; Livro de Registo nº 44: 7 de Setembro de 1963 a 8 de Dezembro de 1965.

PAINEL1	DATA_REGISTO
Monte Murtosa : 4:5:1957	07-05-1957
Mestre : José Laboura - Pardilhó	08-05-1957
Mestre Firmino Tavares: Pardilhó	14-05-1957
Anda cavalo em deus Nos Ade Ajudar	15-05-1957
Construtor Joaquim Raimundo	23-05-1957
Mestre Firmino Tavares de Pardilhó	27-05-1957
Mestre Manuel Maria Garrido	04-06-1957
Monte Murtosa 8-6-56	15-06-1957
M.tre José Luciano Garrido - Salreu	25-06-1957
M.tre José Laboura : 21-6-57	26-06-1957
MTRE : José : Agostinho Henriques	16-07-1957
Const. Joaquim Raimundo - 1957	12-08-1957
Luciano Garrido - S. Garrido - Salreu 1957	14-09-1957
Mestre Firmino Tavares - Pardilhó	23-09-1957
Const.or Joaquim Raimundo	24-09-1957
O Profeta . Jonas . Sai . Do Ventre . Da Baleia	01-10-1957
Monte . Murtosa . 16-10-1957	18-10-1957
Henrique . FRA . Costa . Pardilhó	13-11-1957
Viva O Meu Rei	07-12-1957
Monte . Murtosa . 7-12-57	10-12-1957
Bamos . La . Com Deus . Maria das Flores	03-02-1958
Cons.ção Joaquim Raimundo 22-2-58	26-02-1958
Monte Murtosa 17-5-58	23-05-1958
D. Afonso Henriques, 58	26-05-1958
Mestre Firmino Tavares	02-07-1958
Manuel M ^a R. Garrido	21-07-1958
Zé Das Tardes	16-08-1958
Mestre = Manuel S = Tavares	08-09-1958
Um homem com farda militar e ? - Salreu 12-10-58	15-10-1958
Um oficial e uma rapariga	28-01-1959
Monte . Murtosa : 24:1:1959	03-02-1959
O Conquistador 7:2:59	09-03-1959
Mestre . Firmino . Tavares . Pardilhó	25-03-1959
O Cavalo Adivinha Março	30-03-1959
Um oficial e uma sentinela armada	06-04-1959
Figura dum homem - O ladrão das provas	22-04-1959
O mestre José Alexandre	14-05-1959
Mestre Manuel Maria Garrido	26-05-1959
Mestre = Manuel = S. = Tavares	01-07-1959
Mestre Joaquim Raimundo (Um homem em cabelo, com dragonas e divisas de cabo, embainhando uma espada, com a noiva ao lado, olhando para uma flor)	05-11-1959
Até Choras Por Andar de Lambreta (Uma mulher a guiar uma lambreta, com um homem sentado no assento de trás)	24-10-1959
Uma rapariga com uma lambreta	16-09-1959
Monte Murtosa : 21:11:1959 (Um oficial e uma mulher)	28-11-1959

PAINEL1	DATA_REGISTO
Mtre Joaquim Raimundo (Um oficial com espada e dragonas e uma mulher com uma flor)	18-01-1960
Mestre Manuel - S -Tavares (Um homem a cavalo)	16-03-1960
O Profeta Jonas Sai do Ventre da Baleia Pregar A Nivede Depois de Arrependido (Uma baleia com uma pessoa na boca, rodeada de flores)	06-04-1960
Monte : Murtosa : 12:3:1960 (Um oficial com dragonas e uma mulher de rosa na mão)	12-04-1960
Vem Por Trás, Pardilhó 1960 (Um caçador com uma espingarda)	26-04-1960
Mestre Agostinho Tavares De Pardilhó (Um homem montado num cavalo)	05-07-1960
"Donde Vens Minha Querida" (Um rapaz e uma rapariga)	05-07-1960
Monte Murtosa : 2:7:1960 (Um oficial com dragonas e espada, e uma mulher)	11-07-1960
Mtre Israel : Raimundo (Um oficial com dragonas e uma mulher)	11-07-1960
Tenho . Aqui . Uma . Flor . Para . O . Cavaleiro (Um cavalo e uma senhora com uma flor)	19-09-1960
Um oficial fardado de almirante, com uma grande espada	06-10-1960
Um cavalo com um homem montado	14-11-1960
Mestre Manuel Tavares (Um homem montado num cavalo)	18-01-1961
Jose : O Teu : Cavalo : Adivinha : Março : 22-3-960 (Um homem a cavalo)	06-04-1961
Maria das Dores (Uma mulher)	28-04-1961
Mestre = Manuel = Tavares (Um homem a cavalo)	07-07-1961
Vamos Até À Gafanha Com Esta Flor (Um homem a cavalo e ao lado uma mulher com uma flor na mão)	11-09-1961
"Mestre Agostinho Tavares - Perdilhó" - Murtosa". (Um homem com um cavalo pelas rédeas)	05-12-1961
Bamos - La - Com - Deus . Para . O . Moliço . 25-5-1962 (Um homem e uma mulher de mãos dadas)	02-10-1962
Mtre Jose Agostinho Henriques Miranda. (Um homem a cavalo com uma bengala no ombro, e um vaso de flores, ao lado)	02-10-1962
Mestre Agostinho Tavares (Um homem montado num cavalo)	04-10-1962
Figura de um homem "O Chefe Da Aldeia"	12-12-1963
"Deus Me Guie" (Um oficial do exercito)	06-02-1963
Ó : José . Teu : Cavalo : Adivinha : Março 16-2-963	01-04-1963
Mestre Agostinho Tavares . Pardilhó (Um homem montado num cavalo)	01-04-1963
Um homem a cavalo - Mestre Agostinho Tavares - 17-7-963	07-09-1963
Um homem a cavalo	04-06-1964
Um homem a cavalo - Cons.tor Manuel S. Santos	04-06-1964
Moça em fato de banho com uma lanterna na mão - À Procura Dos Três	09-06-1964
Um homem montado a cavalo - Burro : Quando : Faz : Anos : 29-2-64	09-06-1964
Meio corpo de uma mulher - Na Ria Não Há Melhor	09-06-1964
Um homem a cavalo - Mestre . Agostinho Tavares : Pardilhó	31-12-1964
Um homem a cavalo - Mtre Agostinho : Tavares : Pardilhó = 6=6=1964	31-12-1964
Um homem a cavalo - M . Henrique . Ferreira . Da . Costa . 12=6=964	31-12-1964
Um homem a cavalo - Mestre : Agostinho : Tvrs : Pardilhó : 25:6:1964	31-12-1964

PAINEL2	DATA_REGISTO
Mtre José Agostinho Henriques M :	07-05-1957
Eu Sou Novo no Nacinho - 1957	08-05-1957
O Natal de 1956	14-05-1957
Construtor Joaquim Maria da Silva - Béstida	15-05-1957
Murtosa 20/5/57	23-05-1957
O Primeiro de Maio de 1957	27-05-1957
Montar : Saude : Como traz	04-06-1957
Mestre José Agostinho Henriques	15-06-1957
A Andar - Se passa o tempo	25-06-1957
O, Cavalo, vai, Ressalviado	26-06-1957
Monte Murtosa : 13:7:1957	16-07-1957
Espera-me no Campo	12-08-1957
Andar Se Passa o tempo	14-09-1957
Não Andas Só Coração	23-09-1957
N. S. De Fátima	24-09-1957
Béstida . 24-9-957 . Joaquim Maria da Silva	01-10-1957
Mestre . José Agostinho Henriques	18-10-1957
Eu . Sou . do . Canto . da . Lagueira	13-11-1957
C.Tor Joaquim Raimundo 4-12-1957	07-12-1957
Mes.tre José Agostinho Henriques	10-12-1957
Construtor . Joaquim Maria da Silva, 25-1-58	03-02-1958
A carteira . ou . a Vida	26-02-1958
Mestre José Agostinho Henriques	23-05-1958
Ela Guia e Eu Toco a Buzina	26-05-1958
Vamos Com Deus	02-07-1958
Sou O Primeiro	21-07-1958
M.est Joaquim Raimundo	16-08-1958
Caçador = Sem Cão	08-09-1958
Um homem a cavalo num cavalo Manuel Maria Garrido	15-10-1958
Um homem a cavalo num cavalo	28-01-1959
O . Escudo . Portugues : 1959	03-02-1959
Rainha de Portugal	09-03-1959
Milagre . de Nossa Senhora . de Fátima	25-03-1959
É tempo de penitência	30-03-1959
Um homem a cavalo num cavalo	06-04-1959
Figura duma mulher - A perdição da marinha	22-04-1959
Um homem a cavalo: o burro vai a chorar chora chora	14-05-1959
Estás . Boa . Amor	26-05-1959
Rei = Do = Centenapio	01-07-1959
Eu Vivo das Flores (Uma rapariga entre as flores)	05-11-1959
Na : Nossa : Casa : Existe : O : Amor	26-08-1959
Quem é Pobre Tambem Vive . Mestre Manuel Maria Garrido (Uma mulher e um homem)	24-10-1959
Uma Ancora - Boa Viagem	16-09-1959
Mtre Jose : Agostinho : Henriques (Um homem a cavalo)	28-11-1959

PAINEL2	DATA_REGISTO
Murtosa «8=1=1960» (Um guarda republicano a cavalo)	18-01-1960
O Rei das Quintas do Norte (Um homem pobremente vestido)	16-03-1960
Mestre Joaquim M. da Silva (Uma sereia montada num cavalo)	06-04-1960
Mtre Jose : Agostinho : Henriques (Uma mulher e um vaso com flores)	12-04-1960
Toque Lá Um Bocadinho Faz Favor (Dois homens, um a tocar bombo e outro a tocar flauta)	26-04-1960
Eu Não Tenho Pai; (Um rapaz)	05-07-1960
"Vamos Rezar A Deus" (Figura de um padre)	05-07-1960
Mtre : Jose : Agostinho : Henriques (Um cavaleiro montado)	11-07-1960
Murtosa : 9:6:1960 (Um homem de carapuço vermelho, montado num cavalo)	11-07-1960
Con.tra Joaquim da . Silva . Bestida - 23-7-1960 (Dois oficiais armados de espada)	19-09-1960
Mestre Manuel Maria Garrido (Uma rapariga com duas garrafas e flores)	06-10-1960
"Não é Preciso Muita Pressa" (Uma rapariga com o guarda-chuva aberto)	14-11-1960
O Rei = Das = Quintas do Norte (Um homem)	18-01-1961
Joaquim Maria da Silva - Béstida (Dois soldados e um oficial)	06-04-1961
Nossa Senhora de Fatima (Uma imagem)	28-04-1961
Vou Sem = Destino (Uma mulher com guarda-chuva)	07-07-1961
Um homem de boné e calça branca, e blusa azul, no interior duma circunferência, com um vaso de flores junto)	11-09-1961
"Santo Antonio do Monte - Murtosa" (Uma imagem)	05-12-1961
C.tor Joaquim Maria da Silva . Béstida . 1962 (Um oficial armado de espada)	02-10-1962
Monte : Murtosa : 9:6:1962 (Um oficial de marinha, com dragonas e espada, e um marinheiro ainda na posição de descansar)	02-10-1962
O Vadio Da Murtosa (Um homem)	04-10-1962
Uma mulher montada num cavalo "Também Sei Montar"	12-12-1963
"Perdição Dos Marinheiros" (Uma sereia)	06-02-1963
Joaquim : Maria : Da : Silva : Sua : Excelência : (Um homem fardado de oficial de marinha)	01-04-1963
Toca o Bombo . Que Eu Toco Gaita (Uma mulher grávida)	01-04-1963
Uma estrela - A Flor da Ribeira de Pardelhas	07-09-1963
Pardilhó 15-2-64	04-06-1964
Uma mulher a tocar flauta e o maestro com batuta a reger - Dê : Entrada //	04-06-1964
Maestro - Pardilhó	
Um homem a cavalo - Mestre Henrique Ferreira da Costa	09-06-1964
Um oficial e um vaso com flores - Em Favor De Angola	09-06-1964
Um homem a cavalo - Mestre Agostinho Tavares - Pardilhó 3-3-1964	09-06-1964
Cabeça de uma mulher - O : Respeito : Vai : Aqui	31-12-1964
Um homem sentado, com um pé dentro de uma bacia - Vai : O . Pasto . Salvador	31-12-1964
Um casal a cumprimentar-se - Estou . De . Acordo . Se . Quizeres . Mais . Em . Primeiro . Matrimónio	31-12-1964
Um homem com uma chave na mão - São . Pedro : De : Pardilhó	31-12-1964

PAINEL3	DATA_REGISTO
Até Choras Francelina :	07-05-1957
Até Andas de Lavreta	08-05-1957
Não gosto de ti que és maroto	14-05-1957
Virgem Imaculada - 12-5-57	15-05-1957
O encanto dos Rapazes	23-05-1957
Passa a Vida A Cheirar	27-05-1957
Vamos : Dassarinos : Vamos sim	04-06-1957
Eu Sou a Prima=Vera 8-6-1956	15-06-1957
Não-Me-Toques-Que me desafinas	25-06-1957
O, Rei, Da, Marinha	26-06-1957
?	16-07-1957
Dominando a Bola	12-08-1957
Não-Me Toques-Que me desafinas	14-09-1957
Não Tens Vergonha	23-09-1957
Isto é Só Pra Mim	24-09-1957
Eu . Sei . Que . Tens . Razão . A Culpa . Fui . Tua . Tenho . Fé	01-10-1957
Olá . Mariquinhas . 16-10-1957	18-10-1957
Adeus . Meu . Amor	13-11-1957
Agora Tem Que Ser Amor	07-12-1957
Nossa-Senhora . das . Missões	10-12-1957
A . Tempo . Que . Te . Não Beijo	03-02-1958
Por causa da sereia perdi o rumo	26-02-1958
Eles Gostão da Brincadeira	23-05-1958
O Beijo Não é o Bastante	26-05-1958
Não Me Toques Não	02-07-1958
Estás Boa Meu Amorsinho	21-07-1958
Infante D. Henrique	16-08-1958
O Amor = É = Tudo = 958	08-09-1958
Um rapaz e uma rapariga - Estás bem meu amor	15-10-1958
Um rapaz e uma rapariga	28-01-1959
MTRE : José . Agostinho . Henriques	03-02-1959
O Correio das más línguas	09-03-1959
Sabes . o que me fizeste	25-03-1959
Béstida 23-3-959 - Joaquim Maria	30-03-1959
Três homens, sendo um portador de arma?	06-04-1959
Uma peixeira: vende o teu peixe que eu vendo o meu	14-05-1959
Salreu 9 de Maio de 959	26-05-1959
Os = Tomates = da = Bestida	01-07-1959
Murtosa 29=10=1959 (Cavaleiro de botas altas, esporas, sobre a montada, com uma bengala ao ombro	05-11-1959
Assim : Se : Passeia : A : Ria	26-08-1959
Nossa Senhora do Socorro (Imagem de Nossa Senhora do Socorro com uma bota na mão, ornamentada de flores)	24-10-1959
Uma rapariga - Aguenta o gado querida	16-09-1959
Bondia : Menina : Rosa : 1959 (Um par de namorados)	28-11-1959

PAINEL3	DATA_REGISTO
A Flor da Murtos (Uma mulher a colher flores)	18-01-1960
Dansa Mariana (Uma mulher e um homem a dansarem)	16-03-1960
Que Estás A Ver Profeta Lutar Con As Ondas Do Mar (Um homem e uma mulher, rodiadas de flores)	06-04-1960
Viva Portugal : 12:3:1960 (Um escudo da bandeira nacional)	12-04-1960
A Vida Dum Faviano (Um homem de chapéu com uma gadanha)	26-04-1960
O Meu Patrão É Cégo: (Um homem e uma mulher)	05-07-1960
"Bunheiro""4-5-60" (Um moliceiro)	05-07-1960
Bom Dia : Manuelzinh : 2:7:1960	11-07-1960
Estas . Boa . Rosa (Um rapaz e uma rapariga cumprimentando-se)	11-07-1960
Virgem - De - Fatima - 23-7-1960 (Uma imagem)	19-09-1960
Uma bailarina tipo espanhola, com castanholas, e um homem com barrete de campino	06-10-1960
"Se Tu Quiseres Eu Também" (Um moliceiro, e uma moliceira)	14-11-1960
Fraca = Vida = Sem = Trabalho (Um homem assentado)	18-01-1961
"Está-Tudo-Muito . Bem . Mais . Diante . Matrimónio" (Um rapaz e uma rapariga)	06-04-1961
Ilegível	28-04-1961
Uma mulher com um ancinho	07-07-1961
Sinto Teu Gosto Flôr. 11-8-1961 (Um homem e uma mulher apertando as mãos)	11-09-1961
"Eu Fico Para Tia Não Há Queira (Uma mulher)	05-12-1961
Quem - Vai . Nisso . José (Um par de namorados)	02-10-1962
O : Amor : Tem : Destas : Cousas : 1962 (Um homem e uma mulher a dançar, e um homem com uma gadanha)	02-10-1962
Vou Estriar Este (Um homem com um ancinho ao ombro)	04-10-1962
Um oficial fardado de capitão e um soldado "É preciso Atacar os Canhões"	12-12-1963
"Ficarei Para Tia" (Uma rapariga)	06-02-1963
Monumento de Portugal (O castelo de Faria)	01-04-1963
Não Conto Com Outro . Adeus (Um homem e uma mulher)	01-04-1963
Um rapaz e uma rapariga - Aqui Não És Tu Que Me Tocas	07-09-1963
Uma rapariga com uma sombrinha na mão	04-06-1964
Uma mulher sentada numa cadeira e um homem c/ pente e tesoura na mão - Agora Vou Fazer-lhe a Barba	04-06-1964
Um homem com um copo de vinho na mão, uma vaca e uma mulher - Ho Maria Prova O Meu	09-06-1964
Um homem e uma mulher abraçados - Um Beijo Não É Bastante	09-06-1964
Diser dos peixes - Só . Com : Rede : Dá : Ordens	09-06-1964
Uma mulher a cheirar uma flor - Passas : A : Cheirar	31-12-1964
Um homem a tentar mexer nos peitos de uma mulher - Quidado . Com . A Ponte . Da . Varela	31-12-1964
Dois oficiais, com as espadas desembainhadas - Nós . Os . Dois . Defendemos . A . Patria ...	31-12-1964
Um homem e uma mulher a afogarem-se um ao outro - Se : Descobres : Morres	31-12-1964

PAINEL4	DATA_REGISTO
Nós : Somos : da Beira-Mar : 1957.	07-05-1957
Eu Também Ando a Cavallo	08-05-1957
Semião: o menino Jesus	14-05-1957
O Fumo Mata o Vício	15-05-1957
Flores da Murtosa	23-05-1957
Eu Sou De Ovar	27-05-1957
Estás : boa : meu : amor : Sim : esto	04-06-1957
Viva Portugal 8-6-956	15-06-1957
Cá vai o bom pescador	25-06-1957
Os : Namorados : Da : Marinha	26-06-1957
Jardineiro : a chegar	16-07-1957
Eu quero o teu Peixe	12-08-1957
Maria das Flores	14-09-1957
A Flor de Béstida	23-09-1957
Murtosa 21-9-957	24-09-1957
Eu . Uso . Binóculo . Para . Ver . O . Moliço	01-10-1957
Assegura . Que . Ela . Cai . 1957	18-10-1957
Para . Evitar . Asiática	13-11-1957
Aqui Só Falta a Residencia	07-12-1957
Eles . Gostam . da Brincadeira	10-12-1957
Cá vou Eu . São e Salvo . 9 58	03-02-1958
Quem me dera ser cão	26-02-1958
Este é para Boare	23-05-1958
Eu Voto por Quem encher a Cabaça	26-05-1958
A Flor Xeira Bem	02-07-1958
Vamos Até Ao Arião	21-07-1958
Em Ti Acertava Melhor	16-08-1958
O Bem Quer ?	08-09-1958
Uma mulher - Vamos até à quinta	15-10-1958
Lebanta te . e vai . em . Pas	03-02-1959
O Carnaval de 1959	09-03-1959
Estou cansado Tucai Aqui	25-03-1959
Jesus Cristo Vem vos matou. Foi o Pecado	30-03-1959
Três rapazes e duas raparigas - As bailarinas da Murtosa	06-04-1959
Um homem e uma mulher	14-05-1959
Os Fiscais da Ria	26-05-1959
A = Vizeu = Vou = Tocar	01-07-1959
Campeões do Arrolado (Dois moliceiros, um em cabelo com engajo ao ombro, e outro de barrete e ancinho ao ombro)	05-11-1959
O : Bezerro : Esta : Bravo	26-08-1959
Os Namorados da Gafanha Baixa (Um homem e uma mulher a dançar)	24-10-1959
Um rapaz e uma rapariga . Que tal está o teu aro, Maria	16-09-1959
Viva : Cristo : Rei : 21:11:1959 (Uma imagem)	28-11-1959
O Velho Pescador (Um homem de barrete vermelho e cachimbo)	18-01-1960
Fraca Vida Sem Trabalho (Um homem com um guarda-chuva aberto)	16-03-1960

PAINEL4	DATA_REGISTO
Dosabedeceste Adeus Aquase Morriamos Todos (Três pessoas, a deitar uma outra à água)	06-04-1960
É O Vira : Da : Murtosa : 1960 (Dois pares a dançarem e um homem a tocar viola)	12-04-1960
Pode Ser Duas (Um burro, com sacos de farinha, e uma mulher com a redea (corda) do burro na mão)	26-04-1960
A Freguesia É Boa: (Um homem tipo a vender peixe)	05-07-1960
"Vão Apanhar A Espiga" (Uma rapariga a dizer a Deus)	05-07-1960
Viva : Cristo : Rei : (Uma imagem)	11-07-1960
A Flor : Da : Ria (Uma flor)	11-07-1960
Rainha Dos Marinheiros . S . Da . Boa Viagem . 1960 (Uma imagem e um barco à vela)	19-09-1960
Rancho Luso Espanhol (Uma mulher e um homem, a dançarem com uma viola)	06-10-1960
"Não Tenho Culpa de Ser Assim" (Uma rapariga)	14-11-1960
Dansa = Mariana (Um homem e uma mulher a dançar)	18-01-1961
"Jesus . Cristo . Quem-Te Matou" (Dois homens e um crucifixo)	06-04-1961
Ilegível	28-04-1961
Uma homem com um ancinho	07-07-1961
Rainha da Paz. 1961 (Uma imagem de Nossa Senhora, ornamentada de flores)	11-09-1961
"Não Te Encostes Que Eu Caio" (Um par de namorados)	05-12-1961
Recordação Dos Antigos (Um castelo)	02-10-1962
Bebe Que É Boa Água : 9:6:1962 (Uma mulher com uma bilha na cabeça a oferecer água a um homem que está com um copo na mão)	02-10-1962
Ninguém-Me Pega - Sousa Cardoso (Um ciclista)	04-10-1962
Um homem e uma mulher a tocarem concertina "Dança Que Toco Aqui"	12-12-1963
"Cuidado Não Abuses" (Um rapaz e uma rapariga)	06-02-1963
Como : Estão : Tentador : Em : Primeiro : Matrimónio (Um homem e uma mulher a dansar)	01-04-1963
A Flor . Do . Bico . Da . Murtosa . 1963 (Um galo e uma flor)	01-04-1963
Tem uma imagem do coração de Jesus - Viva Cristo Rei	07-09-1963
Na Torreira Mando Eu	04-06-1964
Uma vaca e um homem agarrado às tetas da mesma - A Vaca Dá Vinte Litros E Eu Queria-a Mamar	04-06-1964
Um homem com um saco às costas e atrás deste outro com um pau na mão - O Ladrão Das Adeegas	09-06-1964
Um homem montado num burro, com uma cabaça na mão - Isto Não É Para Todos	09-06-1964
Um homem a mexer nos peitos de uma mulher - Que Ricas?. Buzinas	09-06-1964
Meio corpo de uma mulher com um ramo de cravos - Os : Cravos : Não : São : Da : Rosa	31-12-1964
Um homem com um ancinho ao ombro - Cremos . A . Liverdade	31-12-1964
Problema do Benfica - Vamos . Jogar . Ao . Bico . Bamos . Ganhar	31-12-1964
Uma varina com a canastra à cabeça - Ò : Que : Rica : Sardinha	31-12-1964

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES PRIMÁRIAS:

1.1 Manuscritas.

Arquivo da Capitania do Porto de Aveiro:

Livros de Registo de Embarcações

- Livro nº 18: 19 de Outubro de 1914 a 20 de Junho de 1915.
- Livro nº 26: 17 de Junho de 1922 a 11 de Maio de 1923.
- Livro nº 30: 19 de Janeiro de 1927 a 4 de Setembro de 1929.
- Livro nº 32: 29 de Agosto de 1931 a 3 de Fevereiro de 1933.
- Livro nº 33: 7 de Fevereiro de 1933 a 2 de Junho de 1936.
- Livro nº 35: 24 de Março de 1939 a 17 de Junho de 1942.
- Livro nº 36: 27 de Junho de 1942 a 30 de Setembro de 1944.
- Livro nº 37: 3 de Outubro de 1944 a 15 de Abril de 1947.
- Livro nº 40: 25 de Abril de 1955 a 14 de Abril de 1956.
- Livro nº 41: 27 de Abril de 1956 a 16 de Agosto de 1958.
- Livro nº 42: 5 de Setembro de 1958 a 6 de Outubro de 1960.
- Livro nº 43: 14 de Novembro de 1960 a 1 de Abril de 1963.
- Livro nº 44: 7 de Setembro de 1963 a 8 de Dezembro de 1965.
- Livro nº 45: 31 de Dezembro de 1966 a 9 de Abril de 1968.
- Livro nº 46: 9 de Abril de 1968 a 10 de Novembro de 1970.
- Livro nº 47: 29 de Maio de 1971 a 20 de Março de 1978.
- Livro nº 48: 14 de Janeiro de 1980 a 14 de Janeiro de 1982.
- Livro nº 49: 15 de Abril de 1983 a 24 de Agosto de 1984.
- Livro nº 50: 24 de Setembro de 1984 a 3 de Setembro de 1985.
- Livro nº 51: 18 de Julho de 1986 a 6 de Novembro de 1990.
- Livro nº 52: 2 de Setembro de 1992 a 21 de Julho de 1998.

Arquivo da Câmara Municipal da Murtosa:

Livro de Actas da Câmara Municipal da Murtosa (1967-1970).

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro:

Correspondência da Comissão Municipal de Turismo de Aveiro (1956-1957).

Festas da Cidade 1972: Correspondência, Recortes de Imprensa, Cartazes, Programas.

Livro de Actas da Câmara Municipal de Aveiro, número 31 (1956-1957).

Livro de Actas da Câmara Municipal de Aveiro, número 32 (1957-1958).

Livro de Actas da Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Aveiro (1930-1937).

Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo (1942-1944).

Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo (1944-1961).

Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo (1961-9/4/1974).

Posturas Municipais da Câmara Municipal de Aveiro (1840-1895).

Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Aveiro:

Correspondência de/para a Câmara Municipal de Aveiro.

Arquivo Distrital de Aveiro:

Correspondência recebida e expedida pelo Governo Civil (1955-1958).

Registo de correspondência relativa à inspecção, licenciamento, fiscalização e segurança de associações, actividades lúdicas e espectáculos (1927-1930 e 1956-1958).

Regulamentos e Editais (1877-1957).

1.2 Impressas (até 1900, incluindo reedições fac-similadas).

AA.VV., *Inquérito Industrial de 1890*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Commercio e Indústrias, Direcção Geral do Commercio e Indústria e Imprensa Nacional, 1891.

AA.VV., *Inquérito sobre Pesca em Portugal Continental e Ilhas no Ano de 1890*, Lisboa, Ministério da Marinha, 1890.

BARBOSA, José Maria, *A Murtosa – A Propósito da sua Autonomia*, Aveiro, Tipografia do *Campeão das Províncias*, 1899.

BECKFORD, William, *Recollections of an excursion to the monasteries of Alcobaça and Batalha*, London, Richard Bentley, 1835 [1794].

- BRITO, J. M. Rodrigues de, *Chorographia do Reino de Portugal para Uso das Escolas d'Instrução Primaria*, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1850.
- CASTRO, Padre João Bautista de, *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, 3 volumes, Lisboa, Officina Patriarcal de Francifco Luiz Ameno, 1762-1763.
- COELHO, Adolfo, *Exposição Ethnographica Portugueza – Portugal e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.
- COSTA, Antonio Carvalho da, *Corografia Portugueza, e Descripçam Topografica do Famofo Reyno de Portugal*, tomo segundo, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1708.
- Costumes das Nossas Embarcações*, 3 volumes, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1882-1883.
- FERNANDES, Manoel, *Livro de Traças de Carpintaria com todos os Modelos e Medidas para se fazerem toda a navegação assy d'alto bordo como de remo traçado por Manoel Fernandes (1614-1693) official do mesmo officio. Na era de 1616*, Lisboa, Academia de Marinha, 1995 [1616].
- FIELDING, Henry, *The Journal of a Voyage from London to Lisbon*, London, Charles Whittingham, 1892 [1755].
- GOMES, Barros, *Cartas Elementares de Portugal*, Lisboa, Lallemart Frères Typ., 1878.
- GOMES, José Augusto Marques, *Memórias de Aveiro*, Aveiro, Typografia Commercial, 1875.
- LEAL, Augusto Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno – Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de grande número de Aldeias*, doze volumes, Lisboa, Livraria Editora de Tavares, Cardoso e Irmão, 1873 a 1890.
- LINK, Heinrich Friedrich, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, Paris, Levrault, Schoell, 1803.
- LOBO, Constantino B. de Lacerda, “Memoria Sobre a Hiftoria das Marinhas de Portugal”, *Memorias de Literatura Portuguesa publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo V, Lisboa, na officina da mesma Academia, 1793, pp. 264-96.

LOBO, Constantino B. de Lacerda, “Memória sobre as Marinhas de Portugal”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*, Tomo IV, Lisboa, Banco de Portugal, 1991, pp. 127-52.

MATTOS, José Maria Melo de, “Memória sobre a arborização das dunas de Aveiro”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, 23, Lisboa, 1892.

NIZA, Paulo Dias de, *Portugal Sacro-Profano ou Catalogo Alfabetico de todas as Freguezias dos Reinos de Portugal, e Algarve: das Igrejas com seus Oragos: do titulo dos Parocos, e annual rendimento de cada huma: dos Padroeiros, que apreftão: juntamente com as leguas de diftancia da metropoli do reino e da cidade principal, e cabeça do Bifpado, com o numero dos fogos*, 3 volumes, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767-1768.

OPISSO, Alfredo, *España y Portugal: su Historia, su Geografia, su Arte y sus Costumbres*, Barcelona, António Bastinos, 1896.

UDINOT, Rangel de Quadros, *Almanak Aveirense Estatistico e Recreativo para o Anno de 1863*, Aveiro, 1862.

REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca, *A Ria de Aveiro e as Suas Indústrias: Memória Justificativa e Projecto de Regulamento para o Exercício da Pesca e Colheita do Moliço*, Lisboa, Direcção Geral da Marinha e Imprensa Nacional, 1889.

RESENDE, André de, *As Antiguidades da Lusitânia*, introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996 [Évora, 1593].

SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Santuario Mariano, E Hiftoria das Images milagrofes de Nossa Senhora, E das milagrofamente apparecidas, que fe venerao em o Arcebifpado Primás de Braga, & nos Bifpados feus fuffraganeos, Em graça dos Prégadores, & dos devotos da mefma Senhora*, Tomo Quarto, Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1712.

Several Years of Travels of a Gentleman through Portugal, Spain, Italy, the Empire of Germany, & C., 1693.

SILVA, A. A. Baldaque da, *Estado Actual das Pescas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

“Tradições Populares Diversas: os Santos Advogados”, *Revista Lusitana*, 4º anno, número 1, 1895-1896, pp. 180-3.

1.3 Fotográficas.

Arquivo Histórico Municipal do Porto.

Centro Português de Fotografia, Arquivo de Fotografia de Lisboa:

Colecção de Diapositivos “Direcção Geral de Turismo”.

Colecção de Diapositivos “F”.

Fundo Documental da Revista *Flama*.

Fundo Documental da Revista *Panorama*.

Fundo Documental do *Diário da Manhã*.

Fundo Documental do Jornal *O Século*.

Fundo Documental do Secretariado de Propaganda Nacional.

Fundo Documental do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo.

Fundo Documental Santos de Almeida.

Imagoteca Municipal de Aveiro.

Museu de Marinha de Lisboa.

2. BIBLIOGRAFIA:

AA.VV., “Murtosa – Torreira e a Ria”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 12, 1971, pp. 5-14.

AA.VV., *A Moita, os Barcos e o Tejo*, Moita, edição da Câmara Municipal, 1993.

AA.VV., *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular: Sociabilidades – Representações – Espiritualidades*, Lisboa, Terramar e Centro de História da Cultura – História das Ideias da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999.

AA.VV., *Actes du Colloque Familles et Contextes Sociaux: Les Espaces et les Temps de la Diversité*, Lisboa, ISCTE, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 1991.

AA.VV., *Actes du Colloque International sur La Religion Populaire*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1979.

AA.VV., *Artes e Tradições da Região de Aveiro*, Colecção “Terra Livre”, Lisboa, Direcção Geral da Divulgação, 1984.

- AA.VV., *As Idades dos Mares: Formas e Memórias de Inspiração Marítima*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Instituto do Emprego e Formação Profissional, 1999.
- AA.VV., *Associações Culturais do Concelho de Aveiro*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1993.
- AA.VV., *Código de Posturas e Regulamentos da Câmara Municipal da Murtosa*, Cucujães, Escola Tipográfica das Missões, 1939.
- AA.VV., *Código de Posturas e Regulamentos da Câmara Municipal da Murtosa*, Aveiro, Oficinas da Tipografia e Papelaria Minerva Central, 1946.
- AA.VV., *Da Semiótica: Actas do I Colóquio Luso-Espanhol e do II Colóquio Luso-Brasileiro*, Lisboa, Vega Universidade, 1985.
- AA.VV., Dossier Temático “Antropologia Urbana”, *Ethnologia*, nova série, nº 9-11, 1999.
- AA.VV., Dossier Temático “Comunidades Piscatórias: Perspectivas Antropológicas”, *Etnográfica: Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, vol. III, nº 2, 1999.
- AA.VV., Dossier Temático “Correspondances: la construction politique de l'object esthétique”, *Anthropologie et Sociétés*, volume 10, nº 3, 1986.
- AA.VV., Dossier Temático “De l’imagerie populaire contemporaine”, *Ethnologie Française*, nouvelle série, tome 13, nº 3, 1983.
- AA.VV., Dossier Temático “Ethnologie Maritime”, *Ethnologie Française*, nouvelle série, tome 9, nº 2, 1979.
- AA.VV., Dossier Temático “Identidades sociais, relação com a cultura, estilos de vida”, *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 19/20, Janeiro 2000.
- AA.VV., Dossier Temático “La fabrication des saints”, *Terrain: Carnets du Patrimoine Ethnologique*, nº 24, Mars 1995.
- AA.VV., Dossier Temático “La Nature Culturelle”, *Anthropologie et Sociétés*, volume 20, nº 3, 1996.
- AA.VV., Dossier Temático “Le motif en sciences humaines”, *Ethnologie Française*, 1995-2, tome 25, Avril-Juin 1995.
- AA.VV., Dossier Temático “Le texte ethnographique”, *Études Rurales*, nº 97-98, Janvier-Juin 1985.

- AA.VV., Dossier Temático “Littoraux en perspectives”, *Études Rurales*, nº 133-134, Janvier-Juin 1994.
- AA.VV., Dossier Temático “O não-verbal em questão”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 17/18, Lisboa, Cosmos, Janeiro 1993.
- AA.VV., Dossier Temático “Objects on the Loose: Ethnographic Encounters with Unruly Artefacts”, *Ethnos: Journal of Anthropology*, volume 64:2, Stockholm, National Museum of Ethnography, 1999.
- AA.VV., Dossier Temático “Observer Nommer Classer”, *L'Homme: Revue Française d' Anthropologie*, nº 153, Janvier/Mars 2000.
- AA.VV., Dossier Temático “Portugal : Du Tage à la Mer de Chine”, *Ethnologie Française*, tome 29 (2), Avril-Juin 1999.
- AA.VV., Dossier Temático “Pour une anthropologie de l'art”, *Ethnologie Française*, nouvelle série, tome 8, nº 2-3, 1978.
- AA.VV., Dossier Temático “Pouvoirs de l'image”, *Anthropologie et Sociétés*, volume 16, nº 1, 1992.
- AA.VV., Dossier Temático “Retour sur le Don”, *Anthropologie et Sociétés*, volume 19, nº 1-2, 1995.
- AA.VV., Dossier Temático “Rêver la Culture”, *Anthropologie et Sociétés*, volume 18, nº 2, 1994.
- AA.VV., Dossier Temático “Tendências da Cultura Contemporânea”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 28, Lisboa, Relógio d'Água, Outubro 2000.
- AA.VV., Dossier Temático “Terrains d'Avenir”, *Anthropologie et Sociétés*, volume 24, nº 1, 2000.
- AA.VV., Dossier Temático “Trabalho de Campo”, *Ethnologia*, nova série, nº 6-8, 1997.
- AA.VV., Dossier Temático “Usages de l'image”, *Ethnologie Française*, tome 24 (2), Avril-Juin 1994.
- AA.VV., *História da Arte em Portugal*, 14 volumes, Lisboa, Alfa, 1986-1993.
- AA.VV., *Jornadas da Ria de Aveiro – Volume II: Recursos da Ria de Aveiro*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1985.
- AA.VV., *Milagre Q Fez*, Coimbra, edição do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, 1997.
- AA.VV., *Moliceiros da Ria de Aveiro*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1997.

- AA.VV., *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, Lisboa, edição do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993.
- AA.VV., *Primeira Exposição Nacional de Painéis Votivos do Rio, do Mar e do Além-Mar*, Lisboa, Museu de Marinha, 1983.
- AA.VV., *Regulamento da Pesca e da Apanha do Moliço na Ria de Aveiro*, Ministério da Marinha, 1917.
- AA.VV., Suplemento “Regiões – Distrito de Aveiro”, *Expresso*, 30 de Abril de 1988.
- ABECASSIS, Carlos Krus, *As Formações Lagunares e seus Problemas de Engenharia Litoral (Contribuições para um Estudo Sistemático)*, Lisboa, Instituto Superior Técnico, 1961.
- ABREU, Luís Machado de, “Leituras da Cultura Portuguesa”, *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, 12, 1995, pp. 47-60.
- AFFREIXO, Jayme, “A Pesca de Aveiro e as Bruxas”, *A Tradição – Revista Mensal d’Ethnographia Portuguesa Illustrada*, vol. V, Serpa, 1903, pp. 134-8.
- AFFREIXO, Jayme, “Pescas Nacionais: A Região de Aveiro”, *A Tradição – Revista Mensal d’Ethnographia Portuguesa Illustrada*, Serpa, vol. IV, 1902, pp. 102-4, 114-20, 132-7, 148-52, 161-70, 177-84 e vol. V, 1903, pp. 4-11, 17-26, 33-9, 49-55, 65-8.
- AFONSO, Belarmino, *Ex-Votos e Religiosidade Popular no Distrito de Bragança*, Bragança, edição da Região de Turismo do Nordeste Transmontano, 1995.
- “Agosto (Até 16 de): Festas da Ria”, *Correio do Vouga: Semanário da Diocese de Aveiro*, 22 de Julho de 1998.
- ALARCÃO, Jorge de, *Roman Portugal: Gazetteer (Inventário)*, Coimbra & Lisboa, volume II, fasc. 2, Warminster, Aris and Phillips, 1988.
- ALBUQUERQUE, Luis de, *Historia de la Navegación Portuguesa*, Madrid, Editorial Mapfre, 1991.
- ALEGRIA, M. Fernanda, “Cartografia antiga de Portugal continental”, *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, vol. XII, 24, 1977, pp. 169-210.
- ALMEIDA, Carlos Alberto F. de, “Um Aspecto do Culto dos Rios na Lusitânia”, *Douro-Litoral*, 8ª série, IX, 1958, pp. 873-87.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “Religiosidade popular e ermidas”, *Studium Generale/Estudos Contemporâneos*, nº 6, 1984, pp. 75-83.
- ALMEIDA, João Ferreira de, “Párocos, Agricultores e a Cidade – Dimensões da Religiosidade Rural”, *Análise Social*, vol. XXIII (96), 1987, pp. 229-40.

- ALMEIDA, João Ferreira de, “Quem faz o arraial é o povo: mudança social e mudança cultural”, *Análise Social*, vol. XVI (64), 1980, pp. 679-98.
- ALMEIDA, Miguel Vale de, “Leitura de um livro de leitura: a sociedade contada às crianças e lembrada ao povo”, in O’NEIL, Brian Juan; BRITO, Joaquim Pais de (org.), *Lugares de Aqui: Actas do Seminário “Terrenos Portugueses”*, Lisboa, Dom Quixote, 1991, pp. 245-61.
- ALMEIDA, Miguel Vale de, *Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século, 2000 [1995].
- “Alminhas e Oratórios”, *Douro-Litoral*, II, 1940, pp. 20-1.
- AMADES, Joan, “Cultura Marinera: Ritus de Construcció Naval”, *Douro-Litoral*, 7ª série, VII-VIII, 1956, pp. 611-25.
- AMÂNCIO, Lúcia, “Género: Representações e Identidades”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 14, 1993, pp. 127-40.
- AMARAL, Diamantino Antunes do, “A Laguna: Vida, Morte e Ressurreição de Aveiro”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 6, 1968, pp. 34-45.
- AMARAL, Ilídio do; DAVEAU, Suzanne (coord.), *Bibliografia Geográfica de Portugal, Segundo Volume, 1947-1974*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Geográficos, 1982.
- AMORIM, Aires de, “Para a história de Ovar – Marinhas de sal, nos séculos XV a XVII”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 5, 1968, pp. 34-7.
- AMORIM, Inês, “Memória Paroquial de Aveiro de 1758: Um Inquérito Promovido pela Coroa”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano XII, nº 23/24, 1994, pp. 13-24.
- AMORIM, Inês, “O Comércio do Sal de Aveiro até meados de XVII – Relações comerciais com o Norte da Europa e Galiza”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano IX, nº 17, 1991, pp. 9-15.
- AMORIM, Inês, *Aveiro e a sua Provedoria no Séc. XVIII (1690-1814): Estudo Económico de um Espaço Histórico*, 2 volumes com apêndice cartográfico, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997.
- AMORIM, Inês, *Aveiro e os Caminhos do Sal: da Produção ao Consumo (Séculos XV a XX)*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 2002.
- ANDERSEN, Hans Christian, *Uma Visita a Portugal*, trad. Margarida Gil Moreira, Lisboa, Ulmeiro, 2000 [1866].

- ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities: Reflection on the Origin and Spread of Nationalism*, London, Verso, 1991.
- ARAÚJO, Agostinho, “A Pintura Popular Votiva no Século XVIII (algumas reflexões a partir da colecção de Matosinhos)”, *Revista de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. II, 1979, pp. 6-19.
- ARAÚJO, Agostinho, *Exposição de Tábuas Votivas de Vila do Conde e seu Concelho*, Vila do Conde, edição da Câmara Municipal, 1978.
- ARAÚJO, Agostinho, *Gratulação e Proselitismo na Pintura de Milagres*, Viseu, edição da Assembleia Distrital, 1979.
- ARAÚJO, Ilídio Alves de, *O Essencial sobre o Litoral Português*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.
- AREIAS, Mário, “Os Pescadores Poveiros nos Mares de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIII, 1967, pp. 93-103.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, “Em Torno da Emigração Murtoseira”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 32, 1983, pp. 31-41.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, “La mise en valeur de la Ria d’Aveiro et l’évolution démographique de ses rives”, *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, tome 59, fasc. 2-3, 1988, pp. 233-45.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, “Nota sobre o porto de Aveiro”, *Cadernos de Geografia*, Coimbra, nº 17, 1998, pp. 279-82.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Aveiro: Aspectos Geográficos e do Desenvolvimento Urbano*, Aveiro, edição da Universidade e da Câmara Municipal, 1998.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Os Ílhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa*, Aveiro, Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ADERAV), 1984.
- ARROTEIA, Jorge, “Sobre a Evolução e Destinos da Emigração Portuguesa”, *Boletim da ADERAV*, nº 3, Outubro/Novembro 1980.
- ARZEL, Pierre, “L’exploitation des algues en Bretagne”, *Études Rurales*, nº 133-134, Janvier-Juin 1994, pp. 113-26.
- ATHAYDE, Alfredo, “Pescadores da Póvoa de Varzim e de Valbom”, *Actas do 1º Congresso de Etnografia e Folclore* (Braga, 1956), vol. I, Lisboa, 1963, pp. 283-8.
- ATKINSON, Ian, *The Viking Ships*, Minneapolis, Lerner Publications Company, 1980 [1979].

- ATKINSON, Paul, *The Ethnographic Imagination: Textual Constructions of Reality*, London and New York, Routledge, 1994 [1990].
- “Aveiro: Crise afecta construção de moliceiros”, *Jornal da Bairrada*, 14 de Março de 2003.
- AZEVEDO, Carlos Moreira, “Algumas reflexões sobre a iconografia religiosa popular”, *Studium Generale/Estudos Contemporâneos*, nº 6, 1984, pp. 85-96.
- BABO, Francisco, “*Alminhas*”: *Padrões de Portugal Cristão*, Ermesinde, Colégio de Ermesinde, 1955.
- BAKHTIN, Mikhail, “Discourse in the Novel”, in HOLQUIST, Michael (ed.), *The Dialogical Imagination*, Austin, University of Texas Press, 1981, pp. 259-442.
- BAKHTIN, Mikhail, *Rabelais and His World*, trad. Helene Iswolsky, Bloomington, Indiana University Press, 1984.
- BALANDIER, Georges (dir.), *Sociologie des Mutations: Actes du VII Colloque de l'Association Internationale des Sociologues de Langue Française*, Paris, Éditions Anthropos, 1970.
- BALANDIER, Georges, *Anthropo-Logiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1985 [1974].
- BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO, Direcção de Desenvolvimento e Imagem, *Relatório, Balanço e Contas 1983*, Lisboa, Litografia Nacional, 1983.
- BAPTISTA, Augusto Soares de Sousa, “Considerações sobre a Cidade Luso-Romana de Vacca, o Julgado, e o Burgo de Vouga”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XVI, 1956, pp. 81-117.
- BAPTISTA, Augusto Soares de Sousa, “Talábrica”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV, 1948, pp. 214-30.
- BAPTISTA, Joaquim José Ferreira, “Loquela dos Povos da Beira-Ria”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XII, 1946, pp. 91-8 e 236-43; vol. XIII, 1947, pp. 86-93, 194-202 e 308-16; vol. XIV, 1948, pp. 26-41.
- BAPTISTA, Joaquim, *Reflexões sobre a Navegação do Rio Vouga*, Aveiro, Estante Editora, 1989 [1829].
- BARATA, João da Gama Pimentel, *Estudos de Arqueologia Naval*, 2 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.
- BARBICHON, Guy, “Patrimoine et pouvoir symbolique des agriculteurs dépossédés”, *Études Rurales*, nº 65, Janvier-Mars 1977, pp. 93-100.

- BARBOFF, Mouette, “*Matar o tempo* ou le rôle social, médiatique ou métaphorique de l’object”, *Ethnologie du Portugal: Unité et Diversité – Actes du Colloque* (Paris, 12/13 mars 1992), Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 85-97.
- BARKER, Chris, *Cultural Studies: Theory and Practice*, London, Sage, 2000.
- BARNARD, Alan; SPENCER, Jonathan (eds.), *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, London and New York, Routledge, 1998 [1996].
- BARROS, Afonso de, “A sociologia rural perante a problemática do espaço”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 8, 1990, pp. 43-53.
- BARROS, Vítor Coelho; FRAGATA, António, “Agricultura minifundiária: que tecnologia?”, *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 7, Novembro 1988, pp. 3-21.
- BARROSA, João de Oliveira, “A Ria de Aveiro e a sua influência na economia da região”, *Recursos Hídricos*, vol. 1, nº 3, Setembro 1980, pp. 83-96.
- BARROSA, João, “O Porto de Aveiro”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 23/25, 1977/78, pp. 35-9.
- BARTHES, Roland, “Rhétorique de l’Image”, *Communications*, nº 4, 1964, pp. 40-51.
- BARTHES, Roland, *Elementos de Semiologia*, trad. Maria Margarida Barahona, Lisboa, Edições 70, 1997 [1965].
- BARTHES, Roland, *Essais Critiques*, Paris, Seuil, 2000 [1964].
- BARTHES, Roland, *Lição*, trad. Ana Mafalda Leite, Lisboa, Edições 70, 1988 [1974].
- BARTHES, Roland, *Mitologias*, trad. José Augusto Seabra, Lisboa, Edições 70, 1997 [1957].
- BARTHES, Roland, *O Grau Zero da Escrita*, trad. Maria Margarida Barahona, Lisboa, Edições 70, 1997 [1953].
- BASSNETT, Susan (ed.), *Studying British Cultures: An Introduction*, London, Routledge, 1997.
- BASTOS, José Gabriel Pereira, “*Portugal, minha princesa*: contribuição para o estudo das representações sociais identitárias dos portugueses”, *Ethnologia*, nova série, nº 1-2, Outubro 1994/Janeiro 1995, pp. 141-62.
- BAUDRILLARD, Jean, “La Morale des Objects. Fonction-Signe et Logique de Classe”, *Communications* nº 13, 1969, pp. 23-50.

- BAUSINGER, Hermann, *Volkskunde ou l'Ethnologie Allemande*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1993.
- BEAUDOUIN, François, "Les Bateaux du Douro: Étude des Origines", *Revista de Etnografia*, vol. II, tomo 2, Junta Distrital do Porto, Abril 1964, pp. 321-408.
- BENOIST, Luc, *Signes, Symboles et Mythes*, Paris, Presses Universitaires de France, 1994 [1975].
- BERNARDI, Bernardo, *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*, trad. A. C. Mota da Silva, Lisboa, Edições 70, 1997 [1974].
- BERNARDO, João, *Labirintos do Fascismo: Na Encruzilhada da Ordem e da Revolta*, Porto, Afrontamento, 2003.
- BERTRAND, Denis, "Humour et Ironie", *Cruzeiro Semiótico*, nº 10, Janeiro 1989, pp. 91-8.
- BIGSBY, C.W.E. (ed.), *Approaches to Popular Culture*, London, Edward Arnold, 1976.
- BOAS, Franz, *Anthropology and Modern Life*, New York, Dover Publications, 1986 [1928].
- BOAS, Franz, *Primitive Art*, New York, Dover, 1927.
- BÖHME, Gernot, *Atmosphäre: Essays zur Neuen Ästhetik*, Frankfurt, Suhrkamp, 1995.
- BONDANELLA, Peter, *Umberto Eco e o Texto Aberto: Semiótica, Ficção, Cultura Popular*, trad. Wanda Ramos, Lisboa, Difel, 1998 [1997].
- BONTE, Pierre; IZARD, Michel (dir.), *Dictionnaire de L'Ethnologie et de L'Anthropologie*, Paris, Quadrige/Puf, 2000 [1991].
- "Bota-abaixo de barco moliceiro em Pardilhó: O Lameirense já flutua na Ria", *Público*, 13 de Julho de 1997, p. 55.
- BOUEDEC, Gérard le, *Activités Maritimes et Sociétés Littorales de l'Europe Atlantique 1690-1790*, Paris, Armand Colin, 1997.
- BOUEDEC, Gérard le; CHAPPÉ, François (dir.), *Représentations et Images du Littoral (Actes de la Journée d'Études de Lorient, 22 mars 1997)*, Rennes, Presses Universitaires, 1998.
- BOURDIEU, Pierre, *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*, trad. Richard Nice, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1984.

- BOURDIEU, Pierre, *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, Paris, Seuil, 2000 [1972].
- BOURDIEU, Pierre, *Outline of a Theory of Practice*, trad. Richard Nice, Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas sobre a Teoria da Acção*, trad. Miguel Serras Pereira, Oeiras, Celta Editora, 1997 [1994].
- BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique de, “Titres et quartiers de noblesse culturelle: éléments d’une critique sociale du jugement esthétique”, *Ethnologie Française*, nouvelle série, tome 8, numéro 2/3, mars-septembre 1978, pp. 107-44.
- BRAGA, Amílcar Oliveira, “Aveiro em 1847-1848, segundo um relatório do Governo Civil”, *Estudos Aveirenses*, nº 5, 1995, pp. 191-206.
- BRAGA, Paulo Drummond (ed.), “Um polaco em Portugal nos finais do século XV: Nicolaus Von Popplau, 1484-1485”, separata da Revista *Biblos*, nº 68, 1992.
- BRAGA, Paulo Drummond, “Barcas de passagem em Portugal durante a Idade Média: elementos para o seu estudo”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXXII, Lisboa e Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 373-88.
- BRAGA, Teófilo, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, dois volumes, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985-1986 [1885].
- BRANCO, Jorge Freitas, “A fluidez dos limites: discurso etnográfico e movimento folclórico em Portugal”, *Etnográfica*, vol. III (1), 1999, pp. 23-48.
- BRANCO, Jorge Freitas, “Lugares para o povo: uma periodização da cultura popular em Portugal”, *Revista Lusitana* (Nova Série), 13-14, 1995, pp. 145-77.
- BRANCO, Vasco, “A Canga Vareira”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 20, 1975, pp. 50-3.
- BRANDÃO, Raul, *Os Pescadores*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s/d [1923].
- BRANDÃO, Raúl, *Os Pescadores*, Paris, Ailland, 1923.
- BRANDT, Per Aage, “Esthétique et Sémiotique: le Beau”, *Cruzeiro Semiótico*, nº 9, Julho 1988, pp. 17-28.
- “Brejeirices mantêm vivo humor na Ria de Aveiro”, *Correio da Manhã*, 6 de Maio de 2001, p. 14.
- BRELIN, Johan, *De Passagem pelo Brasil e Portugal em 1756*, trad. Carlos Pericão de Almeida, Lisboa, Casa Portuguesa, 1956.

- BRETON, Yvan, “L’Anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs : réflexions sur la naissance d’un sous-champs disciplinaire”, *Anthropologie et Sociétés*, volume 5, nº 1, 1981, pp. 7-27.
- BRITO, Raquel Soeiro de, *Palheiros de Mira: Formação e Declínio de um Aglomerado de Pescadores*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1960.
- CABANTOUS, Alain, *Le Ciel dans la Mer: Christianisme et Civilisation Maritime XVI-XIX Siècle*, Paris, Fayard, 1990.
- CABRAL, João de Pina, “O pagamento do santo: uma tipologia interpretativa dos ex-votos no contexto sócio-cultural do noroeste português”, *Studium Generale/Estudos Contemporâneos*, nº 6, 1984, pp. 97-112.
- CABRAL, João de Pina, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1991.
- CABRAL, João de Pina; BESTARD, Joan, “A Acção Social e os Limites do Interesse”, *Etnográfica*, vol. II (1), 1998, pp. 143-6.
- CAETANO, Lucília de Jesus, *A Indústria no Distrito de Aveiro: Análise Geográfica Relativa ao Eixo Rodoviário Principal (EN nº1) entre Malaposta e Albergaria-a-Nova*, 2 volumes, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1986.
- CAETANO, Marcelo, *O Sistema Corporativo*, Lisboa, s/n, 1938.
- CARDOSO, Carlos Lopes, “Santo António e as Alminhas Populares”, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, nº 87, 1º tomo, Lisboa, 1981, pp. 3-33.
- CARDOZO, Mário, “A Tradição Náutica na mais Antiga História da Península Hispânica”, *Revista de Guimarães*, vol. LXX, 1960, pp. 491-522.
- CARMO, Francisco, “Religião é cultura”, *Arquipélago: Revista da Universidade dos Açores* (Ciências Sociais), 7-8, 1992-3, pp. 31-55.
- CARREIRA, Medina, *O Estado e a Educação*, Cadernos do Público, nº 7, Lisboa, s/n, 1996.
- “Carro (O) de Bois Amarantino”, *Douro-Litoral*, II, 1940, pp. 15-19.
- CARVALHO, João Vasco de, *Monografia da Freguesia Rural de Ovar*, Ovar, edição da Câmara Municipal, 1912.
- CARVALHO, Luís Gomes de, “Memória Descritiva na Abertura da Barra de Aveiro segundo as Ordens de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, 1802”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, XIII, 1947.

- CARVALHO, Manuel J. G., “Aveiro: de Sá a Vila Nova. Património, crenças e tradições”, comunicação apresentada ao *VI Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*, Câmara Municipal de Aveiro, Dezembro de 1995.
- CASCUDO, Câmara, *Tradição, Ciência do Povo*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1971.
- CASCUDO, Luís da Câmara, “Folclore do Mar”, *Revista de Etnografia*, vol. VII, tomo 1, nº 13, Julho 1966, pp. 17-24.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, “Alguns aspectos da evolução do litoral português”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 75, nº 7/9, Julho-Setembro 1957, pp. 337-54.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, “Pinturas Murais da Igreja de Santiago de Rio de Moinhos (Borba)”, *Ethnos*, vol. VI, 1969, pp. 253-9.
- CASTORIADIS, Cornelius, *L' Institution Imaginaire de la Société*, Paris, Seuil, 1975.
- CASTRO, D. José de, *Estudos Etnográficos – Aveiro*, Tomo I – *Moliceiros*, Tomo II – *Pescadores*, Tomo III – *Lavradores*, Tomo IV – *Marnotos e Embarcações Fluviais*, Tomo V (1ª parte) – *Indústrias Populares, Feiras e Mercados*, Tomo V (2ª parte) – *Feiras e Mercados*, Porto, Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos de Arte e Museologia, 1943 a 1945.
- CAVACO, Carminda, “A agricultura a tempo parcial como factor de estabilidade e de paz social em Portugal”, *Finisterra*, XX, 39, 1985, pp. 47-107.
- CAVACO, Carminda, *O Algarve Oriental*, Faro, Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, 1976.
- CAVILHA, João Pinheiro, “As *Conhecenças* dos Pescadores Poveiros”, *Douro-Litoral*, 4ª série, VII-VIII, 1951, pp. 23-31.
- CERQUEIRA, Eduardo, “Considerações sobre a Gente de Aveiro”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 16, 1973, pp. 37-48.
- CERTEAU, Michel de, *L' Invention du Quotidien: I – Arts de Faire*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1980.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude, “L'Édification de la nation: naissance, diffusion, circulation de quelques motifs iconographiques”, *Ethnologie Française*, tome 24 (2), Avril-Juin 1994.
- CHAVES, Castelo Branco (ed.), *O Portugal de D. João V Visto por Três Forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

- CHAVES, Luís, “A Decoração dos Nossos Barcos (Notas de Etnografia)”, *Brotéria*, vol. XLI, 1945, pp. 45-56.
- CHAVES, Luís, “A Etnografia dos Transportes: Esquema Etnográfico dos Meios Tradicionais de Transporte em Terra e na Água”, *Brotéria*, vol. XLI, 1945, pp. 307-18.
- CHAVES, Luís, “Alguns Registos de Santos Portuenses”, *Douro-Litoral*, 2ª série, III, 1945, pp. 59-64.
- CHAVES, Luís, “Arte Popular em Belém”, Revista *Panorama* nº 35, vol. VI, 1948.
- CHAVES, Luís, “Maré Viva de Sugestões: uma Sugestão de Arte Popular”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIV, 1968, pp. 272-84.
- CHAVES, Luís, “Nos Domínios da Etnografia e do Folclore”, *Revista Ocidente*, vol. XXVII, 1945, pp. 108-12.
- CHAVES, Luís, “O Povo e a Simbólica”, *Congresso do Mundo Português – III Secção: Etnografia*, XVIII volume, Porto, Imprensa Portuguesa, 1940, pp. 3-47.
- CHAVES, Luís, “Os Barcos do Tejo: Fragatas e Varinos”, *Revista Municipal*, nº 10, Câmara Municipal de Lisboa, s/d.
- CHAVES, Luís, “Os Barcos Portugueses de Duas Proas (Notas de Etnografia)”, *Brotéria*, vol. XL, 1945, pp. 77-89.
- CHAVES, Luís, “Os Jugos Enrameados”, *O Tripeiro*, V série, ano II, nº 11, Março de 1947, pp. 241-3.
- CHAVES, Luís, “Os Registos de Santos: Catálogo dos registos compreendidos em 4 volumes in-folio grande que pertenceram a Aníbal Fernandes Tomás, e hoje estão na posse do Museu Etnológico Português”, *O Archeologo Português*, vol. XXI, nº 1, 1916, pp. 30-94.
- CHAVES, Luís, “Registos de Santos da Cidade de Lisboa (registos gravados)”, *Revista Municipal*, nº 26, Câmara Municipal de Lisboa, 1946.
- CHAVES, Luís, *A Arte Popular: Aspectos do Problema*, Porto, Portucalense Editora, 1943.
- CHAVES, Luís, *Ex-Votos do Museu Etnológico Português: Catálogo Descritivo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915.
- CHAVES, Luís, *Os Transportes Populares em Portugal: Carros e Barcos (Tipos e Decorações)*, Lisboa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Gabinete de Etnografia, 1958.

- CIRESE, Alberto, *Cultura Egemonica e Culture Subalterne: Rassegna degli Study sul Mondo Popular Tradizionale*, Palermo, Palermo Editore, 1989 [1971].
- “Classificações da Festa da Ria”, *O Século*, 29 de Junho de 1972.
- CLIFFORD, James, *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*, Cambridge and London, Harvard University Press, 1999 [1997].
- CLIFFORD, James, *The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1988.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (eds.), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1986.
- COELHO, Adolfo, *Obra Etnográfica*, Volume I – *Festas, Costumes e Outros Materiais para uma Etnologia de Portugal*; Volume II – *Cultura Popular e Educação*, org. João Leal, Lisboa, Dom Quixote, 1993.
- COELHO, Eduardo Prado, “A Luta no Discurso”, *Público*, suplemento “Mil Folhas”, 13 de Dezembro de 2003, p. 12.
- COELHO, Eduardo Prado, “Os Cultural Studies”, *Público*, suplemento “Mil Folhas”, 15 de Novembro de 2003, p. 14.
- COHEN, Anthony P., *The Symbolic Construction of Community*, London and New York, Routledge, 1998 [1985].
- COLE, Sally, *Mulheres da Praia: o Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*, trad. Fátima Leal Gaspar e Carlos Gaspar, Lisboa, Dom Quixote, 1994.
- COLLEYN, Jean-Paul, *Éléments d'Anthropologie Sociale et Culturelle*, Bruxelles, Éditions de l'Université de Bruxelles, 1982 [1979].
- CONDE, Bartolomeu, *Cacia e o Baixo Vouga: Apontamentos Históricos e Etnográficos*, dois volumes, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1984 e 1995.
- CONDE, Idalina, “Práticas culturais: digressão pelo confronto Portugal-Europa”, *Revista OBS*, nº 4, Outubro 1998, pp. 4-13.
- CORREIA, António, “A Acção dos Pescadores de Ílhavo em Costa de Caparica”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIII, 1967, pp. 113-18.
- CORREIA, Vergílio, “Arte Popular Portuguesa: suas Relações com a Arte Popular de toda a Europa”, *Terra Portuguesa*, anno 1, nº 2, Lisboa, 1916, pp. 81-7.
- CORREIA, Vergílio, “O Carro Rural Português”, *Terra Portuguesa*, anno 2, nº 3, Lisboa, 1917, pp. 193-208.

- CORREIA, Vergílio, *Etnografia Artística: Notas de Etnografia Portuguesa e Italiana*, Porto, edição da Renascença Portuguesa, 1916.
- CORTESÃO, Jaime, *Obras Completas – Os Descobrimentos Portugueses I*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- CORTESÃO, Jaime, *Obras Completas – Portugal, a Terra e o Homem*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- COSTA, Américo, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, doze volumes, Azurara, Typographia Privativa do Diccionario Chorographico, 1929-1949.
- COSTA, António Firmino da, “Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros”, *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), 1985, pp. 735-56.
- COSTA, Eduardo, “Memórias Paroquiais do Séc. XVIII”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIV, 1968, pp. 204-14 e 288-300; vol. XXXV, 1969, pp. 104-10 e 273-86.
- COSTA, Eduardo, “Os Inquéritos Paroquiais do Séc. XVIII e algumas das Freguesias do Distrito de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXI, 1955, pp. 5-23.
- COSTA, Sousa, *Mapa Falado de Portugal*, Lisboa, Conselho Nacional de Turismo, 1936.
- COSTIGAN, Arthur William, *Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal*, trad. Augusto Reis Machado, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992 [1779].
- COURTÉS, Joseph, “Semiótica e Teologia do Pecado”, *Cruzeiro Semiótico*, Julho 1984, pp. 47-57 e Janeiro 1985, pp. 34-58.
- COURTÉS, Joseph, *Du Lisible au Visible: Analyse Sémiotique d’une Nouvelle de Maupassant et d’une Bande Dessinée de B. Rabier (Initiation à la Sémiotique du Texte et de l’Image)*, Bruxelles, De Boeck, 1995.
- COUSIN, Bernard, “Dévotion et société en Provence: les ex-voto de Notre-Dame-de-Lumières”, *Ethnologie Française*, nouvelle série, tome 7, n° 2, 1977, pp. 121-42.
- CROZIER, Michel, “Télévision et Développement Culturel”, *Communications* n° 7, 1966, pp. 11-26.
- CRUZ, José Vitor Ramalho, “A Capela do Senhor das Barrocas: no Contexto do Barroco Português”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano XI, n° 22, 1993, pp. 41-53.
- CUCHE, Denys, *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, trad. Miguel Serras Pereira, Lisboa, Fim de Século, 1999.

- CUNHA, Emanuel, “Toponímia de Aveiro em 1895”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano III, nº 5, 1985, pp. 43-51.
- CUNHA, José Tavares Afonso e, *Notas Marinhoas: Notícias Históricas do Concelho da Murtosa e das Duas Freguesias Marinhoas do Concelho de Estarreja*, vol. V, Estarreja, edição do autor, 1995.
- CUNHA, Silvério Rocha e, *Notícia sobre as Indústrias Marítimas na Área da Jurisdição da Capitanía do Porto de Aveiro*, Aveiro, Gráfica Aveirense, 1939.
- DERRIDA, Jacques, *L'Ecriture et la Différence*, Paris, Seuil, 1967.
- DERRIDA, Jacques, *Writing and Difference*, trad. A. Bass, Chicago, Chicago University Press, 1978.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, *A Vida das Imagens*, Lisboa, s/n, 1989.
- DIAS, Diamantino, *Moliceiros*, Aveiro, Comissão Municipal de Turismo, 1971.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho, “A Dialéctica da Ruralidade e da Religião em Arouca”, *Rurália* nº 3, Arouca, 1994, pp. 11-20.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho, “O Campo, a Religião e a Festa”, *Rurália* nº 4, Arouca, 1994, pp. 25-38.
- DIAS, Jorge, “Antropologia Cultural”, Separata de *Estudos Políticos e Sociais*, vol. XII, nº 3-4, 1984.
- DIAS, Jorge, *Ensaio Etnológico*, colecção “Estudos de Ciências Políticas e Sociais”, nº 52, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1961.
- DIAS, Jorge, *Estudos de Antropologia*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990.
- DIOGO, Fernando Jorge A., “Cultura da pobreza: uma abordagem crítica da teoria”, *Arquipélago: Revista da Universidade dos Açores* (Ciências Sociais), 7-8, 1992-3, pp. 15-30.
- DIONÍSIO, Sant’Anna, *Guia de Portugal III – Beira Litoral, Beira Baixa, Beira Alta*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1944.
- DUBOIS, Henri; HOCQUET, Jean-Claude; VAUCHEZ, André, *Horizons Marins, Itinéraires Spirituels (V-XVIII siècles): Marins, Navires et Affaires*, volume II, Paris, Publications de la Sorbonne, 1987.
- DUCHATEAU, Armand, “A Etnologia em Portugal”, *Revista de Etnografia*, vol. XV, tomo 2, Outubro 1971, pp. 343-55.

- DUFOUR, Annie-Hélène, “Pêcheurs et prud’hommes: a propos des salins d’Hyères”, *Terrains – Mélanges*, Novembre 1988, pp. 66-84.
- DURAND, Frédéric, *Les Vikings*, Paris, Presses Universitaires de France, 1985 [1965].
- DURAND, Gilbert, *L’Imagination Symbolique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1998 [1964].
- DURAND, Gilbert, *Les Structures Anthropologiques de L’Imaginaire*, Paris, Dunod, 1992 [1969].
- DURANTI, Alessandro, *Linguistic Anthropology*, London and Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- DURKHEIM, Émile, *As Formas Elementares da Vida Religiosa: O Sistema Totêmico na Austrália*, trad. Paulo Neves, São Paulo, Martins Fontes, 1996 [1912].
- EAGLETON, Terry, *Literary Theory: An Introduction*, Oxford, UK and Cambridge, USA, Blackwell, 1995.
- ECO, Umberto, “Pour une reformulation du concept de signe iconique – le mode de production sémiotique”, *Communications* n° 29, Paris, Seuil, 1978.
- ECO, Umberto, *A Estrutura Ausente: Introdução à Pesquisa Semiológica*, trad. Pérola de Carvalho, São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.
- ECO, Umberto, *Os Limites da Interpretação*, trad. José Colaço Barreiros, Lisboa, Difel, 1992 [1990].
- ECO, Umberto, *Tratado Geral de Semiótica*, trad. Antônio Danesi e Gilson Souza, São Paulo, Editora Perspectiva, 1991 [1976].
- “Ecos da Festa da Ria”, *O Primeiro de Janeiro*, 28 de Junho de 1972.
- ELIAS, Norbert, *Teoria Simbólica*, trad. Paulo Valverde, Oeiras, Celta, 1994.
- “Encanto (O) dos Moliceiros: os barcos de proa colorida voltaram ontem a cruzar a Ria de Aveiro”, *Público*, 17 de Agosto de 1998, p. 43.
- ESCOLA PREPARATÓRIA DE FREI BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES, Centro de Estágio de Educação Visual, “Cangas e Cangalhos”, *Artes e Tradições de Viana do Castelo*, Colecção “Terra Livre”, Lisboa, Direcção Geral da Divulgação, 1983, pp. 53-62.
- ESCUDIER, Denis (ed.), *Voyage d’Eustache Delafosse sur la Côte de Guinée, au Portugal et en Espagne (1479-1481)*, Paris, Chandeigne, 1992.

- ESPÍRITO-SANTO, Moisés, *A Religião Popular Portuguesa*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1990 [1984].
- ESTEVES, António Joaquim, “A religião popular em Portugal”, *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 4, Abril 1986, pp. 63-76.
- EVANS-PRITCHARD, E. E., *Antropologia Social*, trad. Ana Maria Bessa, Lisboa, Edições 70, 1978 [1972].
- FAURE, Claude, *Agriculture et Capitalisme*, Paris, Éditions Anthropos, 1978.
- FELGUEIRAS, Guilherme, “Jugos e Apeiros”, *Gazeta das Aldeias*, nº 1862, Porto, 1937, pp. 7-10.
- FERNANDES, António Júlio de Castro, *Enfrentando o Destino das Casas do Povo*, Lisboa, Junta Central das Casas do Povo, 1947.
- FERNANDES, José Manuel, “A alegre decoração dos moliceiros”, Suplemento “ExpressoRegiões: Aveiro – A Indústria e a Ria”, *Jornal Expresso*, 20 de Julho de 1985, p. IV.
- FERNANDES, Manuel Óscar da Rocha, *A Ria de Aveiro. Os Barcos Lagunares e da Costa Adjacente. A Pesca do Bacalhau*, Gafanha da Nazaré, edição da Cooperativa Cultural e Recreativa, 1992.
- FERNANDEZ, Xaquín Lorenzo, “A Arte Popular nos Xugos da Galiza”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Etnografia e Etnologia*, vol. VII, fasc. 1, 1935, pp. 209-30.
- FERREIRA, Fausto de Matos Melo, “Antiga Toponímia de Aveiro”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano VII, nº 12, 1989, pp. 47-54.
- FERREIRA, José Maria Cabral, *Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.
- FERREIRA, Nuno, “O regresso dos moliceiros”, *Jornal Expresso – Magazine*, 6 de Fevereiro de 1988, pp. 60-3.
- FERREIRA, Nuno, “Os Últimos Anfíbios”, *Público*, suplemento dominical, 19 de Setembro de 1993, pp. 25-32.
- FERRO, António, *Museu de Arte Popular*, Lisboa, SNI, 1948.
- FERRO, Marc, *Falsificações da História*, trad. Cascais Franco e Vitor Romaneiro, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994 [1981].
- “Festa da Ria: Classificações das Regatas e Painéis de Moliceiros”, *O Jornal de Estarreja*, nº 3507, 10 de Setembro de 1978, p. 6.

- FIDALGO, Manuel, *Barco da Xávega: Tecnologia da sua Construção*, Lisboa, Edições Colibri e Inatel, 2000.
- FIGUEIREDO, Elisabete, “O Espaço Rural em Questão – Contributos para uma Reflexão em Torno do Conceito de Ruralidade”, *Rurália* nº 3, Arouca, 1994, pp. 23-31.
- FIGUEIREDO, Eurico, “Mudança, valores e conflito de gerações em Portugal”, *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), 1985, pp. 1005-1020.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “A Arte da Construção no Estudo das Tradições Navais”, *Studium Generale*, vol. V, 1958, pp. 203-15.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “A Lancha Poveira de Dois Mastros”, *Póvoa de Varzim – Boletim Cultural*, vol. XV, 1976, nº 2, pp. 237-79.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “A Lancha Poveira e o Saveiro de Valbom”, *Actas do 1º Congresso de Etnografia e Folclore* (Braga, 1956), vol. II, Lisboa, 1963, pp. 369-74.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “A Propósito da Protecção Mágica dos Barcos do Douro”, *In Memoriam António Jorge Dias*, vol. II, Lisboa, 1974, pp. 187-214.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “Barcos da Costa Norte: sua Contribuição no Estudo de Áreas Culturais”, Separata das *Actas do III Colóquio Portuense de Arqueologia*, Porto, 1965.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “Barcos de Pesca de Portugal”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXVIII, 1981, pp. 344-88.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “Construções Navais Portuguesas”, *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. I, Coimbra, 1965, pp. 1-32.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “Entre Normandos e Árabes nas Margens do Douro”, *Studium Generale*, vol. X, nº 1 e 2, 1963, pp. 5-49.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “Navegação à Vela: Barcos à Vela dos Rios Portugueses”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXII, 1982, pp. 1017-66.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “No Crepúsculo das Embarcações Regionais”, *Actas do XXIX Congresso Luso-Espanhol*, tomo III, Lisboa, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1970, pp. 3-62.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “O Barco Poveiro”, *Póvoa de Varzim – Boletim Cultural*, vol. III, 1964, nº 1, pp. 60-98 e nº 2, pp. 272-304; vol. IV, 1965, nº 1, pp. 46-143 e nº 2, pp. 269-94; vol. V, 1966, nº 1, pp. 18-105.

- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “Os Povos Germânicos e a Navegação do Douro”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, XX, 1957, pp. 139-51.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “Remanescentes de Formas de Navegar Pré-Romanas em Uso no Noroeste Peninsular”, *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, Editora CNA, 1974, pp. 223-47.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, “Rumo: Palavra-Chave da Arte da Construção Naval”, *Revista de Guimarães*, vol. LXXI, 1961, pp. 391-403.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, *Comentários Técnicos da Tese do Moçarabismo Náutico*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1975.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, *O Barco Poveiro*, Póvoa de Varzim, edição da Câmara Municipal, 1995.
- FIRTH, Raymond William, *Malay Fishermen: Their Peasant Economy*, Boston, Archon Books, 1968 [1946].
- FISKE, John, *Understanding Popular Culture*, London and New York, Routledge, 1998 [1989].
- FLOCH, J. M., “Imagem, Signos, Figuras – A Abordagem Semiótica da Imagem”, *Cruzeiro Semiótico*, vol. III, Julho 1985, pp. 75-81.
- FOUCAULT, Michel, *Power/Knowledge*, New York, Pantheon Books, 1980.
- FRANÇA, Luís de (coord.), *Portugal: Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1993.
- FRANKOWSKI, Eugeniusz, “As Cangas e Jugos Portugueses de Jungir os Bois pelo Cachaço”, *Terra Portuguesa*, anno 1º, nº 2, Lisboa, 1916, pp. 33-43.
- FREIRE, André, “Clivagens, Conjuntura Económica e Comportamento Eleitoral em Portugal”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 32, 2000, pp. 23-54.
- FREITAS, Eduardo de; ALMEIDA, J. Ferreira de; CABRAL, M. Villaverde, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura: Estruturas Agrárias em Portugal Continental 1950-1970*, Lisboa, Presença, 1976.
- GALHANO, Fernando B., “Notas sobre a Pesca da Xávega em Mira”, *Actas do Congresso Internacional de Etnografia – Volume V, Colóquio de Etnologia Marítima*, Santo Tirso, edição da Câmara Municipal, 1963, pp. 199-205.
- GALHANO, Fernando, *Desenho Etnográfico de Fernando Galhano, I – Portugal*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, 1985.

- GALHANO, Fernando, *O Carro de Bois em Portugal*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, 1973.
- GALHANO, Maria Helena Serôdio, “As Salinas de Aveiro e o seu Interesse Potencial em Aquacultura”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano II, nº 4, 1984, pp. 31-3.
- GAMBLIN, André (coord.), *Les Littoraux: Espaces de Vies*, Dossiers des Images Économiques du Monde, nº 23, Sedes, 1998.
- GARDINER, Robert (ed.), *The Earliest Ships: The Evolution of Boats into Ships*, Londres, Conway Maritime Press, 1996.
- GARRIDO, Álvaro (coord.), *A Pesca do Bacalhau: História e Memória*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001.
- GASPAR, João Gonçalves, “Aveiro e os Descobrimentos”, *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, 15, 1998, pp. 57-71.
- GASPAR, João Gonçalves, “Formação da Ria e Povoamento da Região de Aveiro”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 36, 1986, pp. 55-67.
- GASPAR, João Gonçalves, *Aveiro na História*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1997.
- GASPAR, João Gonçalves; AGUILAR, José Teixeira de, “No Centenário do Farol de Aveiro”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano XI, nº 22, 1993, pp. 15-23.
- GEERTZ, Clifford, *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*, London, Fontana Press, 1993 [1983].
- GEERTZ, Clifford, *The Interpretation of Cultures*, New York, Basic Books, 1973.
- GEISTDOERFER, Aliette, “Connaissances techniques et patrimoine maritime”, *Études Rurales*, nº 65, Janvier-Mars 1977, pp. 49-58.
- GELLNER, Ernest, *Culture, Identity and Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993 [1987].
- GEORGES, Robert; JONES, Michael, *People Studying People: The Human Element in Fieldwork*, Berkeley, University of California Press, 1980.
- GIDDENS, Anthony, *Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*, London and Basingstoke, The Macmillan Press, 1979.
- GIDDENS, Anthony, *Modernidade e Identidade Pessoal*, trad. Miguel Vale de Almeida, Oeiras, Celta Editora, 1997.

- GILLMER, Thomas C., *Working Watercraft: A Survey of the Surviving Local Boats of America and Europe*, Camden, Maine, International Marine Publishing Company, 1972.
- GIRÃO, Amorim, “Aspectos Geográficos do Distrito de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. I, nº 1, 1935, pp. 9-14.
- GIRÃO, Amorim, *Bacia do Vouga: Estudo Geográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.
- GIRÃO, Amorim, *Geografia Humana*, Porto, Portucalense Editora, 1946.
- GIROUX, Henry; SHUMWAY, David; SMITH, Paul; SOSNOSKI, James, “The Need for Cultural Studies: Resisting Intellectuals and Oppositional Public Spheres”, <http://eserver.org/theory/nedd.html> (consultado em 15 de Novembro de 2003).
- GODELIER, Maurice, *O Enigma da Dádiva*, trad. Pedro Miguel Elói Duarte, Lisboa, Edições 70, 2000 [1996].
- GOFFMAN, Erving, *La Mise en Scène de la Vie Quotidienne. 1 – La Présentation de Soi*, trad. Alain Accardo, Paris, Les Éditions de Minuit, 1973.
- GOMES, Celestino, *Os Motivos de Decoração Ilhavense*, Ilhavo, Casa Minerva, 1932.
- GOMES, Deniz, “Costumes e Gentes de Ílhavo: os *Ex-Votos* da sua Igreja”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. III, 1937, pp. 117-24.
- GOMES, Manuel Ferreira, *Ovar: A Paisagem e o Indivíduo. Alguns Apontamentos e Evocações*, Ovar, edição do autor, 2001.
- GOMES, Telmo, *Embarcações Regionais da Tradição Portuguesa*, Lisboa, Inapa, 1996.
- GOMÉZ, Luis Ángel Sánchez, “Cien años de antropologías en España y Portugal (1870-1970)”, *Etnográfica*, vol. I (2), 1997, pp. 297-317.
- GONÇALVES, A. Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Aveiro, Zona do Norte*, vol. X, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1981.
- GONÇALVES, António Custódio, “A Conjunção da Teoria e da Prática em Antropologia”, *Economia e Sociologia*, nº 47, Évora, 1989, pp. 5-42.
- GONÇALVES, António Custódio, “A Unidade e a Diversidade Cultural”, *Economia e Sociologia*, nº 49, Évora, 1990, pp. 81-95.

- GONÇALVES, António Custódio, “Enracinement et Mobilité: Perspectives de Maîtrise de l’Espace Social Rural”, *Actas do Simpósio Internacional 'La Sociologie et les Nouveaux Defis de la Modernisation'*, Porto, 1988, pp. 295-301.
- GONÇALVES, António Custódio, “Rituais Sociais: Tradição e Modernidade”, *Economia e Sociologia*, nº 58, Évora, 1994, pp. 5-17.
- GONÇALVES, António Custódio, *Questões de Antropologia Social e Cultural*, Porto, Edições Afrontamento, 1997 [1992].
- GONÇALVES, Flávio, “A Origem das Alminhas Populares”, *Actas do 1º Congresso de Etnografia e Folclore* (Braga, 1956), vol. II, Lisboa, 1963, pp. 103-15.
- GOODY, Jack, *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, trad. Teresa Pérez, Lisboa, Edições 70, 1987 [1986].
- GOSSIAUX, Jean-François, “La production de la tradition: un exemple breton”, *Ethnologie Française*, tome 25 (2), Avril-Juin 1995, pp. 248-56.
- GREENWOOD, David, “Culture by the Pound: An Anthropological Perspective on Tourism as Cultural Commoditization”, in SMITH, Valene (ed.), *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1989.
- GREIMAS, A. Julien, *Sémiotique et Sciences Sociales*, Paris, Éditions du Seuil, 1976.
- GRIGNON, Claude; PASSERON, Jean-Claude, *Le Savant et le Populaire: Misérabilisme et Populisme en Sociologie et en Littérature*, Paris, Gallimard – Le Seuil, 1989.
- GUEDES, Armando Marques; PEDROSA, Fantina Tedim; SOUSA, Ivo Carneiro de; AIRES-BARROS, Luís; ALKATIRI, Mari; CENTENO, Rui M. S., *Cooperação Científica com Timor Leste*, Lisboa, Cepesa, 2002.
- GUIMARÃES, Alfredo, “Os Jugos”, *Ilustração Portuguesa*, 2ª série, 8º vol., 1 de Novembro de 1909, pp. 569-73.
- GUIMARÃES, Daniel Tércio Ramos, “A Decoração do Moliceiro”, *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 2, 1983, pp. 25-33.
- GUIMARÃES, Daniel Tércio Ramos, “Sinais Flutuantes: um Estudo de Etnologia Naval na Ria de Aveiro”, *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 8, ano IV, 1986, pp. 9-35.
- HAINARD, Jacques; KAEHR, Roland (eds.), *Objects Prétextes, Objects Manipulés*, Neuchâtel, Musée d’Ethnographie, 1984.
- HALL, Edward T., *A Dimensão Oculta*, trad. Miguel Serras Pereira, Lisboa, Relógio d’Água, 1986 [1966].

- HALL, Edward T., *A Linguagem Silenciosa*, trad. Manuela Paraíso, Lisboa, Relógio d'Água, 1994 [1959].
- HALL, Stuart; WHANNEL, Paddy, *The Popular Arts*, London, Hutchinson Educational, 1964.
- HAMMOND, Peter B. (ed.), *Cultural and Social Anthropology: Selected Readings*, New York, The Macmillan Company, 1964.
- HASSAN, Ihab, "Beyond Postmodernism: toward an aesthetic of trust", *Angelaki: Journal of the Theoretical Humanities*, vol. 8 (1), april 2003, pp. 3-11.
- HENRIQUES, Maria Aurora Bernardo, "Evolução Histórica de Aveiro", *Boletim Municipal de Aveiro*, ano IX, nº 17, 1991, pp. 17-19.
- HERZFELD, Michael, "Anthropology and the Politics of Significance", *Etnográfica: Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, vol. IV, nº 1, 2000, pp. 5-36.
- HOBSBAWM, Eric, "Peasants and Politics", *Journal of Peasant Studies*, nº 1, Outubro 1973.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (eds.), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.), *A Invenção das Tradições*, trad. Celina Cardim Cavalcante, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1997 [1988].
- HOGGART, Richard, *La Culture du Pauvre: Étude sur le Style de Vie des Classes Populaires en Angleterre*, trad. Françoise e Jean-Claude Garcias e Jean-Claude Passeron, Paris, Les Éditions de Minuit, 1998 [1957].
- HOGGART, Richard, *The Uses of Literacy: Aspects of Working Class Life*, London, Chatto and Windus, 1954.
- HORNELL, James, *Water Transport: Origins and Early Evolution*, Cambridge and London, Cambridge University Press, 1946.
- HUNT, Lynn (ed.), *The New Cultural History*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1989.
- "Impulso (Novo) na construção de barcos moliceiros na ria de Aveiro: De proa virada ao fundo", *Público*, 16 de Janeiro de 2000, p. 42.
- IRIA, Alberto, "Ex-Votos Marítimos Inéditos dos Séculos XVII ao XIX (Novos Subsídios para a sua História)", *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2ª série, nº 29, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1984, pp. 313-93.

- IRIA, Alberto, *Ex-Votos de Mareantes e Pescadores do Algarve (Religião e Náutica)*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1973.
- ITURRA, Raúl, “A aldeia: presente etnográfico, passado histórico – propostas metodológicas exploratórias”, in O’NEIL, Brian Juan; BRITO, Joaquim Pais de (org.), *Lugares de Aqui: Actas do Seminário “Terrenos Portugueses”*, Lisboa, Dom Quixote, 1991, pp. 235-43.
- ITURRA, Raul, “A religião como teoria da reprodução social”, *Ler História* 15, Lisboa, Teorema, 1989.
- JOHNSON, Twig, *Work Among Portuguese Fishermen: Towards a Model of Social Production*, New York, Columbia University, Press, 1977.
- JOLY, Martine, *Introduction à l’Analyse de l’Image*, Paris, Nathan, 1993.
- JONES, Gwyn, *A History of the Vikings*, Oxford and New York, Oxford University Press, 1984 [1968].
- JORDAN, Glenn, “Where is Cultural Studies today?”, <http://ibacs.com.sapo.pt/cstoday.html> (consultado em 25 de Dezembro de 2003).
- JOURDIN, Michel Mollat du, *A Europa e o Mar*, trad. Maria Cândida Bulhões, Lisboa, Presença, 1995 [1993].
- KERISIT, Henry, “Peintres de Moliceiros – Un Art Vivant dans la Lagune d’Aveiro”, *Chasse-Marée* nº 8, 1986.
- KROEBER, A. L., *A Natureza da Cultura*, trad. Teresa Louro Peres, Lisboa, Edições 70, 1993 [1952].
- LAGE, Francisco; FERREIRA, Paulo; CHAVES, Luís (coord.), *Vida e Arte do Povo Português*, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1940.
- LAINS, Pedro, *História Económica 1. A Evolução da Agricultura e da Indústria em Portugal (1850-1930): Uma Interpretação Quantitativa*, Lisboa, Banco de Portugal, 1990.
- LAMY, Alberto Sousa, *Monografia de Ovar*, 2 volumes, Ovar, edição do autor, 1977.
- LANHOSO, A. Coutinho, “Gíria do Marujo”, *Actas do Congresso Internacional de Etnografia – Volume V, Colóquio de Etnologia Marítima*, Santo Tirso, edição da Câmara Municipal, 1963, pp. 127-55.
- LAPA, Albino, *Livro de Ex-Votos Portugueses*, Lisboa, 1967.

- LARANJEIRA, Eduardo Lamy, “A Ria de Aveiro e o Barco Moliceiro”, “A Ria de Aveiro e o Barco Mercantel”, “A Ria de Aveiro e as suas Bateiras”, *O Nosso Jornal – Portucel* (Cacia), Fevereiro de 1984 a Maio de 1985.
- LARANJEIRA, Eduardo Lamy, “Artes de Pesca na Ria de Aveiro”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano VII, nº 12, 1989, pp. 38-43.
- LARANJEIRA, Eduardo Lamy, *A Ria de Aveiro: Barcos e Artes de Pesca*, Aveiro, Portucel, s/d.
- LARANJEIRA, Eduardo Lamy, *O Furadouro – O Povoado, o Homem e o Mar*, Ovar, edição da Câmara Municipal, 1984.
- LAUTENSACH, Hermann, *Geografia de España y Portugal*, Vives, Editorial Vicens, 1967 [1964].
- LAUTENSACH, Hermann; FEIO, Mariano, *Bibliografia Geográfica de Portugal*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos, 1948.
- LAUTMAN, Françoise, “Catéchismes en images, images de la société”, *Ethnologie Française*, tome 24 (2), Avril-Juin 1994.
- LAYTON, Robert, *A Antropologia da Arte*, trad. Abílio Queirós, Lisboa, Edições 70, 2001 [1991].
- LAYTON, Robert, *Introdução à Teoria em Antropologia*, trad. Paulo Rodrigues, Lisboa, Edições 70, 2001 [1997].
- LEAL, João, “Imagens Contrastantes do Povo: Cultura Popular e Identidade Nacional na Antropologia Portuguesa Oitocentista”, *Revista Lusitana* (Nova Série), 13-14, 1995.
- LEAL, João, *As Festas do Espírito Santo nos Açores: Um Estudo de Antropologia Social*, Lisboa, Dom Quixote, 1994.
- LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Dom Quixote, 2000.
- LECHTMAN, Heather; MERRILL, Robert (eds.), *Material Culture: Styles, Organization and Dynamics of Technology*, New York, West Publishing, 1977.
- LEITÃO, António Nascimento, *Aveiro e sua Laguna (Vistos Através do Mundo)*, Lisboa, Sá da Costa, 1944.
- LEITE, Andreia Vidal, “Em defesa dos estaleiros da Ria de Aveiro”, *Patrimónios, Boletim da ADERAV*, nº 1, ano XXII – II série, Abril 2001, pp. 21-9.

- LEITE, Antero, *As Pesqueiras do Rio Minho: Economia, Sociedade e Património*, Caminha, Corema, 1999.
- LEJEUNE, Philippe, *Le Pacte Autobiographique*, Paris, Seuil, 1975.
- LE MOS, João, *A Ria de Aveiro: Um Olhar de Resvês*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1996.
- LE MOS, Noelle De Roo, “La petite paysannerie au Portugal: à propos de l’orthodoxie marxiste”, *Anthropologie et Sociétés*, volume 2, nº 2, 1978, pp. 5-21.
- LE ROY-GOURHAN, André, *Le Geste et la Parole*, Paris, A. Michel, 1964.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, *Anthropologie Structurale Deux*, Paris, Plon, 1973.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, *Antropologia Estrutural*, trad. Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, *O Totemismo Hoje*, trad. António Dias, Lisboa, Edições 70, 1986 [1962].
- LIER, Henri Van, “Object et Esthétique”, *Communications* nº 13, 1969, pp. 89-104.
- LIMA, Aida Valadas de, “A agricultura a tempo parcial em Portugal: uma primeira aproximação à sua quantificação”, *Análise Social*, vol. XXII (91), 1986, pp. 371-9.
- LIMA, Augusto Mesquitela; MARTINEZ, Benito; FILHO, João Lopes, *Introdução à Antropologia Cultural*, Lisboa, Editorial Presença, 1985 [1979].
- LIMA, Fernando de Castro Pires de (dir.), *A Arte Popular em Portugal*, seis volumes, Lisboa, Editorial Verbo, 1968-1975.
- LIMA, Mesquitela, “Mito, rito e festa”, *Ethnologia*, nova série, nº 1-2, Outubro 1994/Janeiro 1995, pp. 43-9.
- LIRIO, Manuel, *Monumentos e Instituições Religiosas: Subsídios para a História de Ovar*, Porto, Sociedade de Papelaria lda., 1925.
- LOPES, Agostinho Simões, “O problema do moliço na Ria de Aveiro”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 5, 1968, pp. 23-33.
- LOPES, Ana Maria Simões da Silva, “O Vocabulário Marítimo Português”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVI, tomo I-II, 1972-74, pp. 29-284.
- LOPES, Ana Maria, *Moliceiros: A Memória da Ria*, Lisboa, Quetzal, 1997.
- LOPES, Humberto, “Moliceiros: o humor navega na Ria”, *Tempo Livre*, nº 116, Abril 2001, pp. 21-5.
- LOPES, Luís Seabra, “O problema da localização de Talábriga”, *Munda*, nº 34, Novembro 1997, pp. 57-60.

- LOURA, João César, “A Barra de Aveiro”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano II, nº 4, 1984, pp. 45-54.
- LOUREIRO, Adolpho, *Porto de Aveiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.
- LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Dom Quixote, 1978.
- LOURIDO, Francisco Calo (coord.), *Antropoloxia Mariñeira: Actas do Simposio Internacional de Antropoloxia In memoriam Xosé Filgueira Valverde*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1998.
- MACAULAY, Rose, *They Went to Portugal Too (Aspects of Portugal)*, Manchester, Carcanet Press, 1990 [1946].
- MACAULAY, Rose, *They Went to Portugal*, London, Jonathan Cape, 1946.
- MACCANNELL, Dean, *The Tourist*, New York, Schocken Books, 1989.
- MACHADO, Álvaro Manuel; PAGEAUX, Daniel-Henri, *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, Lisboa, Presença, 2001.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha, “A Exposição Alusiva à Ria de Aveiro projectada em 1896 pelo Barão de Cadore e pelo Engenheiro Melo de Matos”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIII, 1947, pp. 1-23.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha, “A representação aprovada no comício que em 3 de Abril de 1893 se realizou na cidade de Aveiro com o fim de pedir o estabelecimento de um serviço de dragagens na Ria da mesma cidade”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV, 1948, pp. 119-35.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha, “Estação Luso-Romana do Cabeço do Vouga”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VII, 1941, pp. 227-58 e 313-69.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha, “Iconografia da Infanta Santa Joana”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XVIII, nº 69, 1952, pp. 186-276 e vol. XXIII, nº 90-91, 1957, pp. 121-81.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha, “Museu Marítimo e Regional de Ílhavo: Memória Descritiva”, Separata da Revista *Ethnos*, vol. V, Lisboa, editorial Minerva, 1965.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha, *Etnografia e História: Bases para a Organização do Museu Municipal de Ílhavo*, Ílhavo, Tipografia Casa Minerva, 1934.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha, *Ílhavo no Século XVIII: as Informações Paroquiais de 1721 e de 1758*, Figueira da Foz, Tipografia Popular, 1937.

MADAHIL, António Rocha (org.), *Milenário de Aveiro: Colectânea de Documentos Históricos*, 2 vols., Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1959.

MADAHIL, António Rocha, “Subsídios para o Estudo da Propriedade Alagada na Zona de Influência da Ria de Aveiro. A legitimação da propriedade particular em terrenos alagados pela Ria de Aveiro em 1897, subscrito por 462 proprietários”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XII, 1946.

MAGALHÃES, Ivone Baptista de, *Embarcações Tradicionais: Em Busca de um Património Esquecido*, Viana do Castelo, edição do Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais, 1998.

MAGALHÃES, Luiz de, “Os Barcos da Ria de Aveiro”, *Portugália: Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez*, tomo II, fasc. 1, Porto, Imprensa Portuguesa, 1905, pp. 4-62.

MALDONADO, Luis, *Religiosidad Popular: Nostalgia de lo Magico*, Madrid, Ediciones Cristandad, 1975.

MALINOWSKI, Bronislaw, *Uma Teoria Científica da Cultura e Outros Ensaio*s, trad. Gabinete Editorial de Edições 70, Lisboa, Edições 70, 1997 [1944].

MANGUIN, Pierre-Yves, “Trading Ships of the South China Sea”, *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. XXXVI, 1989, pp. 254-80.

MANSINHO, Maria Inês, “Saber ler e escrever: comunicar com os agricultores”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 30, 1999, pp. 165-92.

MARCUS, George (ed.), *Rereading Cultural Anthropology*, Durham, Duke University Press, 1992.

MARCUS, George E.; FISCHER, Michael M. J., *Anthropology as Cultural Critique: An Experimental Moment in the Human Sciences*, Chicago and London, The University of Chicago Press, 1986.

MARCUS, George, “That damn book: ten years after *Writing Culture*”, *Etnográfica*, vol. II (1), 1998, pp. 5-14.

MARQUES, João (coord.), *Actas do Colóquio “Santos Graça” de Etnografia Marítima*, 4 volumes, Póvoa de Varzim, edição da Câmara Municipal, 1985-1986.

MARQUES, Maria Lucília Folha, *Pescadores do Furadouro*, Ovar, edição do Museu de Ovar, 1991 [1955].

MARQUES, Severim, “Influências da Ria no Folclore Ribeirinho”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano XI, nº 20-21, 1993, pp. 11-15.

- MARQUES, Severim, “O Carro Rural de Bois”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano IV, nº 7, 1986, pp. 27-30.
- MARTINS, Fernandes, “A Configuração do Litoral Português no Último Quartel do Século XIV”, *Biblos*, vol. XXII, tomo I, 1946, pp. 163-97.
- MARTINS, Flávio, “Agricultura, Desenvolvimento Económico, Economia”, *Teses e Documentos do II Congresso Republicano de Aveiro*, vol. I, Lisboa, Seara Nova, 1969.
- MARTINS, Júlio de Sousa, “Aveiro Empório do Sal numa Evocação de António Sérgio”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano VII, nº 12, 1989, pp. 55-8.
- MARTINS, Júlio de Sousa, *Feira de Março: Através dos Tempos*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1989.
- MARTINS, Júlio de Sousa, *Levantamento Cultural: Exemplos e Sugestões*, Aveiro, Estante Editora, 1993.
- MARTINS, Luís, “Baldaque da Silva e a Identificação das Comunidades Costeiras”, *Etnográfica*, nº 2, vol. 1, 1997, pp. 271-93.
- MARTINS, Mário, “Ex-votos na Idade Média Portuguesa”, *Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos Dr. José Leite de Vasconcelos*, vol. III, Porto, Junta de Província do Douro Litoral, 1960, pp. 285-93.
- MATIAS, M. Fátima de Rezende Fernandes, *Aspectos da Estrutura Sociolinguística da Cidade de Aveiro*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1995.
- MATOS, M. Cristina Barbot Campos, “As estratégias das pequenas explorações familiares”, *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 7, Novembro 1988, pp. 35-50.
- MATTOS, Armando de, “A Arte Popular Portuguesa”, *Congresso do Mundo Português – III Secção: Etnografia*, XVIII volume, Porto, Imprensa Portuguesa, 1940, pp. 48-53.
- MATTOS, Armando de, “A Propósito da Arte dos Jugos e Cangas do Douro Litoral”, *Douro Litoral*, 2ª série, VII, 1947, pp. 23-6.
- MATTOS, Armando de, “Ex-Voto: Painele de Milagre ou Tábua Votiva?”, *Douro Litoral*, 2ª série, VII, 1947, pp. 38-9.
- MATTOS, Armando de, *A Arte dos Jugos e Cangas do Douro Litoral*, Porto, Junta de Província do Douro Litoral, Comissão de Etnografia e História, 1942.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, oito volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992-1994.

- MAUSS, Marcel, *Ensaio sobre a Dádiva*, trad. António Filipe Marques, Lisboa, Edições 70, 1988 [1950].
- MAUSS, Marcel, *Manuel d'Ethnographie*, Paris, Payot, 1989 [1947].
- MAUSS, Marcel, *Oeuvres*: 1. *Les Fonctions Sociales du Sacré*. – 2. *Représentations Collectives et Diversité des Civilisations*. – 3. *Cohésion Sociale et Divisions de la Sociologie*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1997, 1995 e 1994 [1968, 1974 e 1969].
- MAUSS, Marcel, *Sociologie et Anthropologie*, Paris, Quadrigue, 1999 [1950].
- MECO, José, “A tradição do azulejo como revestimento”, *Boletim Municipal de Cultura*, nº 37, Câmara Municipal de Aveiro, 2001, pp. 19-28.
- MEDEIROS, Octávio Ribeiro de, “Igreja e mudança social: ambiguidade e dilemas”, *Arquipélago: Revista da Universidade dos Açores* (Ciências Sociais), 3-4, 1988-89, pp. 105-37.
- MEDEIROS, Octávio Ribeiro de, “Relações campo – cidade: dependência ou complementaridade?”, *Arquipélago: Revista da Universidade dos Açores* (Ciências Sociais), 5, 1990, pp. 169-204.
- MEILLASOUX, Claude, “Mauss: du Don Antagonistique au Don Paisible”, *Anthropologie et Sociétés*, volume 2, nº 2, 1978, pp. 1-4.
- MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- MELO, Laudelino de Miranda, “Barcos de Aveiro: os Moliceiros”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXI, nº 82, 1955, pp. 158-9.
- MELO, Laudelino de Miranda, “Três Quadros de Nossa Terra”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV, 1948, pp. 264-6.
- MENDES, H. Gabriel, “Cartografia e Engenharia Pombalinas da Ria e Barra de Aveiro”, *Boletim do Arquivo de História Militar*, vol. 42, 1972, pp. 9-80 e vol. 43, 1974, pp. 9-143.
- MENESES, Inês Salema; MENDES, Paulo Daniel, *Se o Mar Deixar: Comunidade e Género numa Povoação do Litoral Alentejano*, Lisboa, edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.
- MERCADAL, J. Garcia, *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*, Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1999.
- MILNER, Andrew, *Literature, Culture and Society*, London, UCL Press, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, *Livro de Leitura da 3ª Classe*, 4ª edição, Porto, Porto Editora, 1958.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, *Livro de Leitura para a 4ª Classe*, Porto, Editora Educação Nacional, 1968.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, *O Livro da Primeira Classe do Ensino Primário Elementar*, Porto, Editora A Educação Nacional, Lda, s/d.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, *O Livro da Segunda Classe do Ensino Primário Elementar*, 6ª edição, Porto, Editora Educação Nacional, Lda, 1958.

MIRANDA, José A. Bragança de, *Teoria da Cultura*, Lisboa, Edições Século XXI, 2002.

MOLES, Abraham; WAHL, Eberhard, “Kitsch et Object”, *Communications* nº 13, 1969, pp. 105-28.

“Moliceiro (O): uma vida dedicada à apanha do moliço”, *Jornal de Notícias*, 29 de Abril de 2001, p. 34.

“Moliceiro procura trabalho na Holanda: Associação Amigos da Ria quer reparar embarcações tradicionais estrangeiras”, *Jornal de Notícias*, 3 de Novembro de 2002.

“Moliceiros resistem à extinção”, *Correio da Manhã*, 24 de Agosto de 1999, p. 9.

“Moliceiros vão Ressuscitar: Associação dos Amigos da Ria cria escola de carpintaria artesanal”, *Público*, 25 de Julho de 1999, p. 60.

“Moliceiros voltam a estar na moda”, *Jornal de Notícias*, 29 de Fevereiro de 2000, p. 27.

MOREIRA, Carlos Diogo, *Populações Marítimas em Portugal: Incerteza, Competição e Flexibilidade na Organização Social e nas Estratégias Adaptativas das Populações de Pescadores da Orla Marítima Continental Portuguesa*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1987.

MOREIRINHAS, Mª. Luísa F. N. Cerqueira, *Solidariedade e Sobrevivência na Ria de Aveiro: Os Pescadores do Chinchorro da Torreira*, Murtosa, edição da Câmara Municipal, 1998.

MOURA, Frederico de, “Apontamentos para um trabalho sobre a paisagem de Aveiro”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 5, 1968, pp. 15-21.

MUKAROVSKY, Jan, *Escritos sobre Estética e Semiótica da Arte*, trad. Manuel Ruas, Lisboa, Editorial Estampa, 1993 [1975].

- MULEMBA, João, *As Chinchas na Malhada: Ilhavo 1960*, Águeda, edição do autor, 1995.
- MURPHY, James, *Viagens em Portugal*, trad. Castelo Branco Chaves, Lisboa, Livros Horizonte, 1998 [1795].
- NEVES, Amaro, “Antologia Aveirense – Marques Gomes”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 36, 1986, pp. 38-44.
- NEVES, Amaro, “Figuras da região em defesa do património: António Graça”, *Boletim da ADERAV*, nº 3, Outubro-Novembro 1980.
- NEVES, Amaro; SEMEDO, Énio; ARROTEIA, Jorge, *Aveiro: Do Vouga ao Buçaco*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- NEVES, Francisco Ferreira, “A Confraria dos Pescadores e Mareantes de Aveiro (1200-1855)”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIX, 1973, pp. 241-71.
- NEVES, Francisco Ferreira, “Breve História da Barra de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. I, 1935, pp. 219-39.
- NEVES, Francisco Ferreira, “O Distrito de Aveiro há Cem Anos: Três Relatórios”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, separata dos vols. XXI e XXII, 1956.
- NEVES, Francisco Ferreira, “Resumo Histórico da Barra de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIII, 1947, pp. 20-33.
- NEVES, Francisco Ferreira, *Livro dos Acordos da Câmara de Aveiro de 1580*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1971.
- NEVES, Joaquim Pacheco, “Os Ex-Votos do Abade Sousa Maia”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, nova série, nº 7, Junho 1991, pp. 5-27.
- NEVES, Serafim Gonçalves das, “Tradições Marítimas de Azurara”, *Douro-Litoral*, 6ª série, V-VI, 1954, pp. 105-31 e VII-VIII, 1955, pp. 46-64.
- NOBRE, Augusto; AFREIXO, Jaime; MACEDO, José de, *A Ria de Aveiro: Relatório Oficial do Regulamento da Ria de 28 de Dezembro de 1912*, Lisboa, Ministério da Marinha e das Colónias, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1915.
- NOTEBOOM, C., *Trois Problèmes d’Ethnologie Maritime*, Rotterdam, Museum voor Land – en Volkenkunde: Maritiem Museum Prins Hendrik, 1952.
- NUNES, António Sedas, “Portugal, sociedade dualista em evolução”, *Análise Social* (7/8), 1964.
- NUNES, António Sedas, *Antologia Sociológica*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

O'NEIL, Brian Juan; BRITO, Joaquim Pais de (org.), *Lugares de Aqui: Actas do Seminário "Terrenos Portugueses"*, Lisboa, Dom Quixote, 1991.

OLIVEIRA, Ana Cláudia Mei de, "A Pintura e o Semioticista em Ação", *Cruzeiro Semiótico*, nº 17, Julho 1992, pp. 113-23.

OLIVEIRA, Ana Cláudia Mei de, "Semiótica e Antropologia", *Cruzeiro Semiótico*, vol. III, Janeiro 1985, pp. 5-8.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, "O Museu de Etnologia", *Actas dos Encontros de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, Palácio Nacional de Mafra, 1989, pp. 55-68.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1984.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, "A Apanha do Sargaço no Norte de Portugal", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XVI, fasc. 1-4, 1958.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, "Casas da Murtosa", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (nova série), vol. XV, fasc. 3-4, 1955-57, pp. 265-85.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Palheiros do Litoral Central Português*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1964.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Sistemas de Arelagem dos Bois em Portugal*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, 1973.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Alfaia Agrícola Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, 1983.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Actividades Agro-Marítimas em Portugal*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, 1975.

OLIVEIRA, Miguel A. de, "Piratas Argelinos na Praia de Esmoriz há 200 Anos", *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, nº 14, 1938, pp. 139-40.

OLIVEIRA, Miguel A. de, "Talábriga", *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, nº 14, 1938, pp. 117-20.

- OLIVEIRA, Miguel A. de, *Ovar na Idade Média*, Ovar, edição da Câmara Municipal, 1967.
- OLIVEIRA, Orlando de, *Origens da Ria de Aveiro*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1988.
- OLIVEIROS, Albertina Valentim, “Aveiro no Século XV”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano II, nº 4, 1984, pp. 17-30.
- “Onze mil passearam na ria nos últimos quatro meses”, *Jornal de Notícias*, 29 de Agosto de 2000, p. 28.
- ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Frenesi, 2001 [1876].
- ORTNER, Sherry B., “The Death and Rebirth of Anthropology”, *Ethnos*, vol. 67 (1), 2003, pp. 7-8.
- OSÓRIO, Baltasar, “Pescas e Peixes: Uma Nota Relativa à Pesca e aos Peixes da Ria de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XLII, 1976, pp. 50-67.
- PACHECO, Helder (coord.), *Aveiro – Ria, Mar, Terra e Gentes*, Porto, Lema, 1989.
- PACHECO, Helder, “Pinturas dos Barcos da Ria: Um Elemento Importante da Personalidade Cultural da Região de Aveiro”, *Boletim da ADERAV*, nº 2, Maio/Junho de 1980, pp. 11-17.
- PAIS, José Machado, *Sociologia da Vida Quotidiana*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- PANOFF, Michel; PERRIN, Michel, *Dicionário de Etnologia*, trad. Carlos Veiga Ferreira, Lisboa, Edições 70, 1979 [1973].
- PANOFISKY, Erwin, *Essais d’Iconologie: Les Thèmes Humanistes dans l’Art de la Renaissance*, Paris, Éditions Gallimard, 1997 [1939].
- “Passeio cancelado por falta de moliceiros”, *Público*, 28 de Junho de 2002, caderno *Local*.
- PASSOS, Carlos de, “Barcos de Pesca”, *Separata de Terra Portuguesa*, nº 35, Lisboa, Typographia do Annuario Commercial, 1923.
- PAULO, Heloísa, “Vida e Arte do Povo Português: uma visão da sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, vol. 16, 1994, pp. 105-34.
- PAULO, Heloísa, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva, 1994.

- PEIXOTO, Rocha, “Ethnographia Portugueza – Habitação: os Palheiros do Littoral”, *Portugália: Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez*, tomo I, fasc. 1, Porto, Imprensa Portugueza, 1905, pp. 79-96.
- PEIXOTO, Rocha, “Ethnographia Portugueza: Tabulae Votivae”, *Portugália: Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez*, tomo II, fasc. 2, Porto, Imprensa Portugueza, 1906, pp. 187-212.
- PENTEADO, Pedro; TRINDADE, José Maria, “A Nazaré e os seus pescadores: entre representações sociais e novas leituras histórico-antropológicas”, *Oceanos – Os Pescadores*, nº 47/48, Julho/Dezembro 2001, pp. 80-92.
- PERCIER, Albert, “Chaluts Atlantiques et Mediterraneens: Conception et Évolution”, *Revista de Etnografia e História*, vol. XIV, tomo 1, nº 27, Porto, Janeiro 1970, pp. 119-28.
- PEREIRA, Benjamim Enes, *Bibliografia Analítica da Etnografia Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnografia Peninsular, 1965.
- PEREIRA, Camacho (org.), *Mapas Turísticos: “Ílhavo”, “Estarreja”, “Vagos” e “Murtosa”*, Lisboa, Roteiro Turístico e Económico de Portugal (ROTEP), 1953-1954.
- PEREIRA, F. Alves, “Geographia protohistorica da Lusitania: Situação Conjectural de Talabriga”, *O Archeologo Português*, vol. XII, nº 5 a 8, 1907, pp. 129-58.
- PEREIRA, Isabel; PERICÃO, Graça; SANTOS, Lucinda (coord.), *Livro Antigo: Museu de Aveiro*, Aveiro, edição da Biblioteca e da Câmara Municipal, 1999.
- PEREIRA, Lopes, *Murtosa: Gente Nossa*, Murtosa, edição da Câmara Municipal, 1995 [1952].
- PIMENTA, Belisário, “A Barra de Aveiro em 1809”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, 1942, pp. 161-73.
- PINA, Álvaro, “Going out of bounds: Cultural Studies, the academic establishment, and the official politics of knowledge”, <http://ibacs.com.sapo.pt/cstoday.htm> (consultado em 25 de Dezembro de 2003).
- PINA, Álvaro, “Teaching and doing Cultural Studies in Portugal”, <http://www.cas.usf.edu/communication/rodman/cultstud.columns/ap-30-01-00.html> (consultado em 15 de Novembro de 2003).
- PINA, Ana Maria; GOUVEIA, António Camões; BRIGOLA, João Carlos (coord.), “Piedade Popular: Um Repertório Bibliográfico, um Projecto de Investigação”,

Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nº 4, Universidade Nova de Lisboa, 1989, pp. 135-73.

PINHO, João Frederico Teixeira de, *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, Ovar, edição da Câmara Municipal, 1959 [1881].

PINTO, Ercília, “A Abertura Solene da Pateira de Fermentelos à Apanha do Moliço”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIII, 1947, pp. 240-4.

PINTO, José Madureira, “A etnologia e a sociologia na análise de colectividades rurais”, *Análise Social*, vol. XIII (52), 1977, pp. 805-28.

PINTO, José Madureira, “Religiosidade, conservadorismo e apatia política do campesinato em Portugal”, *Análise Social*, vol. XVIII (70), 1982, pp. 107-36.

PINTO, José Madureira, “Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em colectividades rurais”, *Análise Social*, vol. XVII (66), 1981, pp. 199-229.

PINTO, José Madureira, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Afrontamento, 1985.

PINTO-CORREIA, João David (org.), *Romanceiro Tradicional Português*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1984.

POIRIER, Jean (dir.), *Ethnologie Générale*, Encyclopédie de la Pléiade, nº 24, Paris, Éditions Gallimard, 1968.

POLANAH, Luis, “O estudo antropológico das alcunhas”, *Revista Lusitana* (Nova Série), 7, 1986, pp. 125-45.

“Porto (O) Agrícola: a Ornamentação dos Jugos e Cangas dos Bois”, *Ilustração Portuguesa*, 2ª série, 4º vol., 23 de Setembro de 1907, pp. 406-8.

POUJOL, G.; LABOURIE, R. (dir.), *Les Cultures Populaires: Permanence et Émergences des Cultures Minoritaires Locales, Ethniques, Sociales et Religieuses*, Toulouse, Edouard Privat, 1979.

PRATLEY, David, “The role of culture in local economic development”, in SANTOS, M. Lourdes Lima dos (coord.), *Cultura & Economia: Actas do Colóquio* (Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994), Lisboa, edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 241-52.

PROENÇA, José João Gonçalves de, “Discurso: Congresso Internacional de Etnografia”, separata da Revista *Etnografia* 2, Porto, Junta Distrital, 1964.

“Projecto de valorização das algas da Ria de Aveiro: O futuro debaixo de água”, *Público*, 5 de Abril de 2000, p. 26.

“Prosseguimento (No) das Festas da Cidade, iniciou-se a Festa da Ria”, *O Primeiro de Janeiro*, 25 de Junho de 1972.

PRZECLAWSKI, K., “The Role of Tourism in Contemporary Culture”, *The Tourist Review*, 40, 1985.

QUEIROZ, Carlos; SANTOS, Luís Reis, *Paisagem e Monumentos de Portugal*, Lisboa, Comemorações Centenárias e SPN, 1940.

QUINTEIRA, António José Ferreira, “Alminhas da Marmeleira do Botão”, *Munda*, nº 15, Maio 1988, pp. 71-8.

QUINTEIRA, António José Ferreira, “Ex-Votos da Capela de Nossa Senhora do Resgate, Aldeia das Freiras”, *Munda*, nº 19, Maio 1990, pp. 13-21.

RAMOS, Alexandra Farela Ramos, “Cais do Bico recebe mãe do moliceiro”, *Jornal de Notícias*, 11 de Novembro de 2003.

RAMOS, Francisco Martins, “Du Tourisme Culturel au Portugal”, *Ethnologie Française*, tome 29, 2, Abril-Junho 1999, pp. 285-93.

RAPOSO, Paulo, *Corpos, Arados e Romarias: Entre a Fé e a Razão em Vila Ruiva*, Lisboa, Escher, 1991.

RATTAZZI, Maria, *Portugal de Relance*, trad. anónimo, Lisboa, Antígona, 1997.

RAU, Virgínia, *Estudos Sobre a História do Sal Português*, Lisboa, Presença, 1984.

RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas: Subsídios para o seu Estudo*, Lisboa, Presença, 1983 [1943].

REBELO, Domingos, *O Culto a Maria na Diocese de Aveiro*, Secretariado Diocesano de Aveiro, 1989.

REBELO, Fernando; QUARESMA, Ângela, *Aveiro e sua Região*, Comissão Municipal de Turismo de Aveiro, 1979.

REBELO, José Eduardo; POMBO, Lúcia, *Os Peixes da Ria de Aveiro: Diversidade, Ecologia, Distribuição*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 2001.

REDFIELD, Robert, *The Little Community and Peasant Society and Culture*, Chicago and London, The University of Chicago Press, 1989 [1956].

“Regata de moliceiros anima Ria”, *O Primeiro de Janeiro*, 31 de Julho de 2002, p. 10.

“Regata de moliceiros enche a ria de encanto”, *Jornal de Notícias*, 15 de Agosto de 1999, p. 36.

“Regata na ria de Aveiro: Moliceiros evocam outros tempos”, *Público*, 17 de Agosto de 1998, p. 43.

“Regata (A) da Saudade: Moliceiros Voltaram a Cruzar as Águas da Ria de Aveiro”, *Público*, 31 de Julho de 1994, p. 66.

REGIS, Luc, “L’Esthétique Concrète”, *Cruzeiro Semiótico*, nº 9, Julho 1988, pp. 29-34.

REIS, Álvaro, *Ria de Aveiro: Memórias da Natureza*, Ovar, edição da Câmara Municipal, 1993.

REIS, Sérgio da Silva (coord.), *Enciclopédia Temática Portugal Moderno – Agricultura e Pescas*, Lisboa, Pomo, 1991.

REZENDE, João Vieira, “As Marinhas de Sal de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. X, 1944, pp. 233-42 e 295-324; vol. XIII, 1947, pp. 317-23.

REZENDE, João Vieira, *Monografia da Gafanha*, Aveiro, Gráfica do Vouga, 1989 [1944].

RIBEIRO, Agostinho; CORREIA, Alberto; BORGES, Dulce (coord.), *Do Gesto à Memória: Ex-Votos*, edição do Museu da Guarda, Museu de Grão Vasco e Museu de Lamego, 1998-1999.

RIBEIRO, Luís da Silva, “Cangas de Bois nos Açores”, *Obras I – Etnografia Açoreana*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1982, pp. 159-70.

RIBEIRO, Orlando, *Mediterrâneo – Ambiente e Tradição*, Lisboa, Gulbenkian, 1987.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: Esboço de Relações Geográficas*, Lisboa, Sá da Costa, 1967 [1945].

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann, *Geografia de Portugal*, 4 volumes, comentários e actualização de Suzanne Daveau, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1991-1999 [1987].

RIO, João do, *Portugal d’Agora: Lisbôa, Porto: notas de viagem, impressões*, Paris, Garnier, 1911.

RIO, Michel, “Cadre, Plan, Lecture”, *Communications* nº 24, 1976, pp. 94-107.

RIVALS, Claude, “Peintures des Moliceiros d’Aveiro (Portugal): Culture et Arts Populaires”, *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, tome 5, fasc. 2-3, 1988, pp. 247-72.

- RIVALS, Claude, *L'Art et l'Abeille: Ruches Décorées en Slovénie, Essai d'Iconologie Populaire*, Toulouse, Les Provinciades, 1980.
- RIVIÈRE, Georges-Henri, “Quelques réflexions sur l’imagerie populaire”, introdução ao catálogo da exposição *Cinq Siècles d’Imagerie Française*, Paris, Musée National des Arts et Traditions Populaires, 1972.
- RODRIGUES, Adriano Duarte, *Introdução à Semiótica*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000 [1991].
- RODRIGUES, Fernando Matos, “Ex-Votos da Região de Arouca: um *Corpus* Mágico da Religião Popular, ou uma Terapêutica Popular contra o Mal”, *Rurália* nº 1, Arouca, 1990, pp. 43-53.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira, “A pintura de azulejos em Aveiro (1882-1942): uma abordagem global”, *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 17, 1991.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira, *A Fundação da Associação Comercial de Aveiro e o Estado da Barra em Meados do Século XIX*, Aveiro, edição da Associação Comercial, 1998.
- ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra: 1939-1945*, Lisboa, Estampa, 1990.
- ROWE, Vivian, *The Road to Lisbon*, London, Eyre and Spottiswoode, 1962.
- SÁ, Manuel F. de, “A Propósito do Inquérito Linguístico: Falares do Nosso Povo”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, 1942, pp. 230-73.
- SAID, Edward W., *Orientalismo: Representações Ocidentais do Oriente*, trad. Pedro Serras, Lisboa, Livros Cotovia, 2004 [1978].
- SAMPAIO, Alberto, “As Póvoas Marítimas do Norte de Portugal”, *Portugália: Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez*, tomo II, fascs. 1 a 4, Porto, Imprensa Portuguesa, 1906, pp. 213-32, 390-401 e 580-604.
- SAMPAIO, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, Lello & Irmão, 1923.
- SAMPAIO, Álvaro, “O Porto de Aveiro e sua influência no crescimento económico da região”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 2, 1966, pp. 5-27.
- SANCHES, Manuela Ribeiro, “Nas margens: os estudos culturais e o assalto às fronteiras académicas e disciplinares”, *Etnográfica*, vol. III (1), 1999, pp. 193-210.
- SANCHIS, Pierre, *Arraial: Festa de um Povo – As Romarias Portuguesas*, trad. Madalena Mendes de Matos, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992 [1983].

- SANTOS, Faria dos, “A pesca, o turismo e os desportos náuticos em Aveiro”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 23/25, 1977/78, pp. 40-7.
- SANTOS, Helena, “A arte das artes: percursos no novo artesanato”, *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 10/11, Junho 1991, pp. 5-63.
- SANTOS, Joaquim, *Memórias de um Vareiro dos Anos 30. Recordar o Passado da Minha Vida e a dos Outros*, Ovar, edição do autor, 2000.
- SANTOS, M. Lourdes Lima dos (coord.), *Cultura & Economia: Actas do Colóquio* (Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994), Lisboa, edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995.
- SANTOS, M. Lourdes Lima dos, “Deambulação pelos novos mundos da arte e da cultura”, *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), 1994, pp. 417-39.
- SANTOS, M. Lourdes Lima dos, “Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)”, *Análise Social*, vol. XXIV (101-102), 1988, pp. 689-702.
- “São Paio da Torreira”, *Revista Municipal de Esposende XX*, 1912, pp. 83-6.
- SAPIR, Edward, *Anthropologie: 1. Culture et Personnalité*, trad. Christian Baudelot e Pierre Clinquart, Paris, Éditions de Minuit, 1967.
- SARABANDO, João, “Numisma com a efígie de Honório: contributo para o estudo da presença romana em Cacia”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 21, 1976, pp. 36-40.
- SARAMAGO, José, *Viagem a Portugal*, Lisboa, Caminho, 1992.
- SARDO, Flávio, “Firmes e unidos em defesa da liberdade e da democracia”, *Boletim Municipal de Cultura*, nº 31-32, Câmara Municipal de Aveiro, 1999, pp. 6-8.
- SARMENTO, Clara, *Os Moliceiros da Ria de Aveiro: Quadros Flutuantes*, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 2000 [1999].
- “Saudade (A) das velas brancas: Regata de moliceiros na Ria de Aveiro”, *Público*, 15 de Agosto de 1999, p. 46.
- SAUNDERS, Peter, *Social Theory and the Urban Question*, London, Hutchinson University Library, 1986 [1981].
- SCOTT, James C., *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*, London and New Haven, Yale University Press, 1990.
- SEGALEN, Martine, *Mari et Femme dans la Société Paysanne*, Paris, Flammarion, 1980.

- SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, 4 volumes, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.
- SERVIER, Jean, *Méthode de l'Ethnologie*, Paris, Presses Universitaires de France, 1986.
- SHORT, Thomas, "The Growth of Symbols", *Cruzeiro Semiótico*, nº 8, Janeiro 1988, pp. 81-7.
- SILBERT, Albert, *Le Problème Agraire Portugais, au Temps des Premières Cortes Liberales*, Paris, Gulbenkian, 1985.
- SILVA, Alexandre, "Moliceiro com asas voa até ao Parque das Nações", *Jornal de Notícias*, 13 de Setembro de 2002.
- SILVA, Augusto Santos, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- SILVA, Augusto Santos; SANTOS, Helena, "Um Roteiro Bibliográfico para o Estudo do Artesanato Português", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 7, Novembro 1988, pp. 143-50.
- SILVA, Capela e, "Ganadeiros alentejanos", *Arquivo Transtagano*, Elvas, 1951.
- SILVA, Fernando Pereira da, "A Mamoa de Mamodeiro: a Ocupação do Litoral de Aveiro durante a Pré-História Recente", *Boletim Municipal de Aveiro*, ano XI, nº 22, 1993, pp. 25-32.
- SILVA, Joaquim Rodrigues da, "Ria", *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XII, 1946, pp. 139-40.
- SILVANO, Filomena, "Denúncias que obrigam a pensar em mudar o mundo", *Público*, suplemento "Mil Folhas", 5 de Outubro de 2002, p. 6.
- SMITH, Robert, "Alguns Ex-Votos do Museu Etnográfico da Póvoa de Varzim", *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. III, 1964, pp. 167-76.
- SMITH, Robert, "Duas Tábuas Votivas do Norte de Portugal", *Separata das Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1968, pp. 5-13.
- SMITH, Robert, *Pinturas de Ex-Votos Existentes em Matosinhos e Outros Santuários Portugueses*, Matosinhos, edição da Câmara Municipal, 1966.
- SMITH, Valene (ed.), *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1989.

- SOARES, Ernesto, “Breve Notícia de Milagres: Ex-Votos Relacionados com o Rio e a Barra do Douro”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXVIII, fascs. 1-2, 1965, pp. 5-12.
- SOBRAL, José Manuel, “Memórias e identidades sociais: dados de um estudo de caso num espaço rural”, *Análise Social*, vol. XXX (131-132), 1995, pp. 289-313.
- SOBRAL, José Manuel, *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999.
- SOEIRO, Teresa; LOURIDO, Francisco Calo, *Fainas do Mar: Vida e Trabalho no Litoral Norte*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1999.
- SORIANO, Marc, “Les Crayeurs”, *Ethnologie Française*, nouvelle série, tome 13, nº 3, 1983, pp. 205-18.
- SOUSA, Amadeu de; BANDARRA, Jeremias; GUIMARÃES, Daniel Tércio Ramos, “Moliceiros”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano III, nº 6, 1985, pp. 25-31.
- SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Gaspar; ALVES, Jorge; RIBEIRO, Jorge, “O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano III, nº 6, 1985, pp. 1-23 (anexo).
- SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Gaspar; ALVES, Jorge; RIBEIRO, Jorge, “O Arquivo Municipal de Aveiro”, *Boletim Municipal de Aveiro*, ano III, nº 6, 1985, pp. 1-80 (anexo).
- SOUSA, Ivo Carneiro de; LEIRISSA, Richard Z. (eds.), *Indonésia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship*, Lisboa, CEPESA, 2001.
- SOUSA, Tomaz Tavares de, “Os Moliços: Quantidade de moliços; seu valor. Licenças de Apanha e Transporte”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, 1936, pp. 57-64 e 177-90.
- SOUTO, Alberto, “A Estética dos Nossos Barcos”, *Talábrica – Revista de Arte e Acção Regional*, nº 1, 1921.
- SOUTO, Alberto, “O Retrato da Princesa-Infanta Santa Joana e o Grande Enigma dos Painéis de S. Vicente”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXIII, nº 92, 1957, pp. 271-99.
- SOUTO, Alberto, “Ria de Aveiro: A Estética dos seus Barcos”, *Pátria – Revista Portuguesa de Cultura*, vol. I, nº 1-2, Vila Nova de Gaia, ed. Pátria, 1931.

- SOUTO, Alberto, *Apontamentos sobre a Geografia da Beira Litoral: I – Origens da Ria de Aveiro (Subsídio para o Estudo do Problema)*, Aveiro, Tipografia Minerva Central, 1923.
- SOUTO, Alberto, *Etnografia da Região do Vouga (Beira-Litoral): Memória Justificativa sobre a Criação de um Instituto de Estudos e de um Museu Etnográfico com Sede em Aveiro*, Coimbra Editora, 1929.
- SOUTO, Henrique, *Comunidades de Pesca Artesanal na Costa Portuguesa: Estudo Geográfico*, dissertação de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.
- STOREY, John, *An Introductory Guide to Cultural Theory and Popular Culture*, London, Harvester Wheatsheaf, 1993.
- STOREY, John, *Cultural Theory and Popular Culture*, London, Prentice Hall, 2001 [1988].
- STOREY, John, *Cultural Theory and Popular Culture: A Reader*, London, Harvester Wheatsheaf, 1994.
- TAVARES, Emília, *A Fotografia Ideológica de João Martins (1898-1972)*, Porto, Mimesis, 2002.
- TAVARES, José Pereira, “À Beira Mar – Almanak Aveirense”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXII, 1966, pp. 45-51.
- TAVARES, José, “Tradições do Distrito de Aveiro: Romaria de Nossa Senhora da Saúde da Serra”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XII, 1946, pp. 304-12.
- TENREIRO, Henrique dos Santos, “Casas dos Pescadores”, *Boletim da Pesca*, Lisboa, 1944.
- THIBAUT, Paul J., *Re-reading Saussure: The Dynamics of Signs in Social Life*, London and New York, Routledge, 1997.
- THILMANY, Robert, *Critériologie de L'art Naïf*, Paris, Éditions Max Fourny, 1984.
- THOMÁS, Pedro Fernandes, “Notas Ethnographicas do Concelho da Figueira”, *Portugália: Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez*, tomo II, Porto, Imprensa Portuguesa, 1906, pp. 147-54 e 379-84.
- TITIEV, Mischa, *Introdução à Antropologia Cultural*, trad. João Pereira Neto, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982 [1963].
- TODOROV, Tzvetan, “Perspectives Sémiologiques”, *Communications* nº 7, 1966, pp. 139-45.

- TOLLENARE, Louis-François de, *Notes Dominicales prises pendant un voyage au Portugal et au Bresil en 1816, 1817 et 1818*, Paris, Presse Universitaire de France, 1972.
- TOUSSAINT, Bernard, “Idéographie et Bande Dessinée”, *Communications* n° 24, 1976, pp. 81-92.
- TRIFONAS, Peter Pericles, “Teaching the Other/Writing the other: Derrida and the Ethics of the Ethnographic Text”, *Social Semiotics*, vol. 11, n° 3, 2001, pp. 325-41.
- TUAN, Yi-Fu, *Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes and Values*, New York, Columbia University Press, 1990 [1974].
- VALA, Jorge, “Sobre as representações sociais: para uma epistemologia do senso comum”, *Cadernos de Ciências Sociais*, n° 4, Abril 1986, pp. 5-30.
- VALENTE, José Carlos, *Estado Novo e Alegria no Trabalho: Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, edições Colibri e Inatel, 1999.
- VASCONCELOS, José Leite de (dir.), *Boletim de Etnografia*, n° 1 a 5, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920 a 1938.
- VASCONCELOS, José Leite de, “Falas e tradições do distrito de Viana do Castelo”, *Revista Lusitana*, vol. XIII, 1910.
- VASCONCELOS, José Leite de, “Museu Ethnographico Português”, *Revista Lusitana*, vol. III, fasc. 3, Porto, Livraria Portuense, 1895, pp. 193-243.
- VASCONCELOS, José Leite de, “Nomes das agulhas secas”, *Revista Lusitana*, vol. XIX, 1916.
- VASCONCELOS, José Leite de, *De Terra em Terra: Excursões Arqueológico-Etnográficas*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1927.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Ensaio Ethnographicos*, vol. II, Esposende, Typographia Minerva, 1903.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Estudo Ethnographico a Proposito da Ornamentação dos Jugos e Cangas dos Bois nas Provincias Portuguezas do Douro e Minho*, Porto, Empreza do Jornal d’Agricultura – Editora, 1881.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização*, reedição em dez volumes, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980 a 1997.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Opúsculos*, vol. V, *Etnologia* (parte I), Lisboa, Imprensa Nacional, 1938.

- VASCONCELOS, José Leite de, *Opúsculos*, vol. VI, *Dialectologia* (parte II), org. Maria Adelaide Valle Cintra, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Religiões da Lusitânia*, vols. 2 e 3, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1981 [1905 e 1913].
- VASCONCELOS, José Leite de, *Tradições Populares de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986 [1882].
- VERDE, Filipe, “A cristandade dos leopardos, a objectividade dos antropólogos e outras verdades igualmente falsas”, *Etnográfica*, vol. I (1), 1997, pp. 113-31.
- VIANA, Alfredo Louza; BARROCAS, José Manuel, *Estudo Económico da Exploração Agrícola numa Região da Beira Litoral*, Lisboa, Gulbenkian, 1970.
- VIANA, M. Teresa, “Como Conhecer o Património Etnográfico”, *Pesquisa e Acção Cultural Local: Questões de Método*, Cadernos “Estudos Contemporâneos”, nº 3, Porto, Secretaria de Estado da Cultura, Centro de Estudos Humanísticos, 1985.
- VILAÇA, Alberto, *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo: Realidades Coimbrãs e Outras*, Porto, Campo das Letras, 2003.
- VILAR, Jaime, “Murtosa”, *Aveiro e o seu Distrito*, nº 12, 1971, pp. 15-18.
- VILAR, Jaime, *Barco Moliceiro: Que Futuro?*, Murtosa, edição da Câmara Municipal, 1995.
- VITORINO, Pedro, “Jugos Ornamentados”, *Ilustração Moderna*, nº 45, 1930, pp. 151-4.
- VOVELLE, Michel, *Idéologies et Mentalités*, Paris, La Découverte, 1985.
- WALL, Karin, *Famílias no Campo: Passado e Presente em duas Freguesias do Baixo Minho*, trad. Magda Bigotte Figueiredo, Lisboa, Dom Quixote, 1998.
- WATERSON, Roxana, *Deciphering the Sacred: Cosmology and Architecture in Eastern Indonesia*, Lisboa, CEPESA, 2003.
- WEBER, Max, *Economia y Sociedad: Esbozo de Sociologia Comprensiva*, ed. Johannes Winckelmann, trad. J. M. Echavarría; J. R. Parella; E. Imaz; E. G. Maynez; J. F. Mora, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1983 [1922].
- WERNHAM, R. B. (ed.), *The Expedition of Sir John Norris and Sir Francis Drake to Spain and Portugal, 1589*, Aldershot, Temple Smith, 1988.
- WILLIS, Paul, *Learning to Labour*, Westmead, Saxon House, 1977.
- WITTGENSTEIN, Ludwig, *Aulas e Conversas sobre Estética, Psicologia e Fé Religiosa*, trad. Miguel Tamen, Lisboa, Cotovia, 1998 [1966].

WOLF, Eric, *Peasants*, New Jersey, Prentice Hall, 1966.

WOOLLEY, Sir Leonard, *Ur of the Chaldees*, London, Penguin Books, 1950 [1929].

3. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

Comércio do Porto (O).

Concelho (O) da Murtosa: Jornal Bairrista Independente, 1926-2003.

Correio da Manhã.

Jornal (O) d'Estarreja: Hebdomadário Democrático e Social, 1883, 1907-1923.

Jornal (O) d'Estarreja: Semanário Independente, 1923-1954, 1973-1978.

Jornal da Murtosa, 1904-1912.

Jornal de Notícias.

Povo (O) da Murtosa, 1913-1937.

Primeiro de Janeiro (O).

Progresso (O) da Murtosa, 1929-1934, 1940-1942, 1973.

Público (edição Porto).

4. SITES DA INTERNET:

www.ajanela.com/madragoa/filme, Madragoa Filmes.

www.amria.pt, Associação de Municípios da Ria (AMRia).

www.anmp.pt, Associação Nacional de Municípios Portugueses.

www.campeaoprovincias.com, *O Campeão das Províncias*.

www.correiodovouga.pt, Semanário da Diocese de Aveiro.

www.jb.pt, *Jornal da Bairrada*.

www.moliceiro.com, Jornal Regional.

www.net-moliceiro.inovanet.pt, Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro.

www.noticiasdeaveiro.pt, Noticiário Regional.

www.ohn.pt/noticias, On-Line News, Aveiro – Portugal.

www.rotadaluz.aveiro.co.pt, Região de Turismo da Rota da Luz.

ÍNDICES

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Moliceiros existentes: dados de Simões Lopes.....	150
Moliceiros existentes: dados de Lamy Laranjeira.....	153
Distribuição decenal de frequência de novos registos.....	155
Novos registos.....	156
Emigração oficial portuguesa entre 1908 e 1980.....	158
Emigração oficial no distrito de Aveiro entre 1955 e 1975.....	159
Localidade do construtor: Sul – Norte.....	188
Localidade do construtor: Litoral – Interior.....	189
Localidade do comprador (vendas e revendas): Sul – Norte.....	226
Localidade do comprador (vendas e revendas): Litoral – Interior.....	226
Preços de construção.....	235
Preços de construção (1915 – 1973).....	236
Distribuição decenal de frequência de preços de construção.....	236
Distribuição decenal de frequência de novos registos comparada com a distribuição decenal de frequência de preços de construção.....	237
Transacções (vendas e revendas).....	240
Comparação do número de registos com o número de transacções, em cada ano completo disponível nos arquivos.....	240
Cancelamentos.....	241
Comparação do número de registos com o número de cancelamentos, em cada ano completo disponível nos arquivos.....	241
Comparação do número de registos, transacções e cancelamentos, em cada ano completo disponível nos arquivos.....	242

ÍNDICE GERAL

Introdução.....	5
I. A Ria de Aveiro: Espaço e Economia.....	15
1. A Ria de Aveiro: História de uma Localização.....	17
2. Evolução da Economia Local.....	39
Pescas, Agricultura e Extracção de Moliço.....	39
Subsistência e Proletarização, Migração e Emigração.....	86
Património e Turismo.....	117
II. A “Cultura Popular” e o <i>Seu Barco</i>: o Moliceiro.....	137
1. O Barco Moliceiro.....	139
Construtores e Pintores.....	172
Os Construtores.....	172
Os Pintores.....	192
Propriedade e Transacções.....	209
2. Iconografia e Mensagem Escrita.....	245
III. A Representação Etnográfica.....	273
1. Texto e Contexto.....	275
Confluências Ideológicas na Realidade Sócio-Cultural.....	275
Casas do Povo e Casas dos Pescadores.....	277
Pesca do Bacalhau e Encenações Estéticas.....	285
Contestações Locais.....	290
Os Congressos de Aveiro.....	300
Expressão Popular e Controlo Político-Institucional.....	304
Vertentes da Influência Ideológica.....	324
A Criação do Saber Oficial.....	331
A Cultura das Monografias.....	346
A Construção do Texto Etnográfico.....	346
O Texto Etnográfico Português.....	352

O Moliceiro no Texto Etnográfico: a Alegorização da Tradição.....	357
Origens: Mitos e Discussões.....	385
A Verdade do Regime.....	395
Perspectivas Científicas: Primeiros Ensaio.....	410
2. A (Re)Construção da Tradição.....	424
A Textualização da Cultura.....	424
Concursos de Painéis e Simbologia Local.....	451
Concursos de Painéis.....	451
Simbologia Local.....	469
 Conclusão.....	 486
 Anexo.....	 495
 Fontes e Bibliografia.....	 505
1. Fontes Primárias.....	507
Manuscritas.....	507
Impressas.....	508
Fotográficas.....	511
2. Bibliografia.....	511
3. Publicações Periódicas.....	557
4. Sites da Internet.....	557
 Índices.....	 559
Índice de Gráficos.....	561
Índice Geral.....	563

